

**Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

TÂNIA REGINA DE BRITO

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA: UM ESTUDO DE CASO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE
CAMPO GRANDE (MS)**

Marília-SP
2023

**Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

TÂNIA REGINA DE BRITO

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA: UM ESTUDO DE CASO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE
CAMPO GRANDE (MS)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo.

Marília-SP
2023

B862c Brito, Tânia Regina de
Competência em informação e pessoas em situação de rua :
um estudo de caso em bibliotecas públicas de Campo Grande
(MS) / Tânia Regina de Brito. -- Marília, 2023
426 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Regina Célia Baptista Belluzzo

1. Competência em informação. 2. Pessoas em situação de
rua. 3. Diretrizes para bibliotecas públicas. 4. Vulnerabilidade
social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa

Com base no propósito e nos resultados obtidos pela tese, considera-se que o impacto significativo para a sociedade, reside no fato de que o tema abordado é de grande relevância social e tem o potencial de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Ao se concentrar na competência em informação das pessoas em situação de rua, a pesquisa é especialmente relevante, pois esse grupo muitas vezes enfrenta barreiras adicionais para acessar informações e serviços básicos. A promoção da competência em informação dessas pessoas pode ajudá-las a acessar informações sobre empregos, moradia, saúde, educação e outros serviços essenciais, melhorando suas condições de vida e oportunidades de integração na sociedade. A pesquisa também é relevante para a formação de recursos humanos altamente qualificados e para o desenvolvimento de soluções para problemas sociais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. A conexão entre a competência em informação e os ODS reforça a relevância e a importância da pesquisa para o alcance desses objetivos globais. A pesquisa contribui diretamente para o alcance de diversos ODS, como a erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção sustentáveis, ação contra a mudança global do clima, paz, justiça e instituições eficazes e parcerias e meios de implementação. Em resumo, o impacto esperado da pesquisa é contribuir para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, por meio do fortalecimento da competência em informação da população em situação de rua e subsidiar políticas públicas voltadas para esse grupo, contribuindo assim com a Agenda 2030 da ONU.

Potential impact of this research

It is considered that the significant impact on society lies in the fact that the topic addressed is of great social relevance and has the potential to promote social inclusion and sustainable development. By focusing on the information literacy of homeless people, the research is especially relevant, as this group often faces additional barriers to accessing basic information and services. Promoting these people's information literacy can help them access information about jobs, housing, health, education and other essential services, improving their living conditions and opportunities for integration into society. Research is also relevant for the training of highly qualified human resources and for the development of solutions to social problems, contributing to the country's socioeconomic development in line with the Sustainable Development Goals of the UN's 2030 Agenda. The connection between information literacy and the SDGs reinforces the relevance and importance of research in achieving these global goals. Research directly contributes to the achievement of several SDGs, such as eradicating poverty, health and well-being, quality education, gender equality, reducing inequalities, sustainable cities and communities, sustainable consumption and production, action against global change climate, peace, justice and effective institutions and partnerships and means of implementation. In summary, the expected impact of the research is to contribute to the promotion of social inclusion and sustainable development, by strengthening the competence in information of the homeless population and subsidizing public policies aimed at this group, thus contributing to the 2030 Agenda of the UN.

Impacto potencial de esta investigación

Basándose en el propósito y los resultados obtenidos por la tesis, se considera que el impacto significativo para la sociedad radica en el hecho de que el tema abordado es de gran relevancia social y tiene el potencial de promover la inclusión social y el desarrollo sostenible. Al centrarse en la competencia en información de las personas en situación de calle, la investigación es especialmente relevante, ya que este grupo a menudo enfrenta barreras adicionales para acceder a información y servicios básicos. La promoción de la competencia en información de estas personas puede ayudarles a acceder a información sobre empleo, vivienda, salud, educación y otros servicios esenciales, mejorando sus condiciones de vida y oportunidades de integración en la sociedad. La investigación también es relevante para la formación de recursos humanos altamente calificados y para el desarrollo de soluciones a problemas sociales, contribuyendo al desarrollo socioeconómico del país en consonancia con los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030 de la ONU. La conexión entre la competencia en información y los ODS refuerza la relevancia e importancia de la investigación para alcanzar estos objetivos globales. La investigación contribuye directamente al logro de diversos ODS, como la erradicación de la pobreza, la salud y el bienestar, la educación de calidad, la igualdad de género, la reducción de las desigualdades, las ciudades y comunidades sostenibles, el consumo y la producción sostenibles, la acción contra el cambio climático global, la paz, la justicia y las instituciones efectivas y las alianzas y medios de implementación. En resumen, el impacto esperado de la investigación es contribuir a la promoción de la inclusión social y el desarrollo sostenible, a través del fortalecimiento de la competencia en información de la población en situación de calle y el subsidio de políticas públicas dirigidas a este grupo, contribuyendo así a la Agenda 2030 de la ONU.

TÂNIA REGINA DE BRITO

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE CAMPO GRANDE (MS)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Titular 1 (Orientadora): Profa. Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

Titular 2: Profa. Dra. Tamara Souza Brandão Guaraldo
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

Titular 3: Profa. Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

Titular 4: Profa. Dra. Elmira Luzia Melo Soares Simeão
Universidade de Brasília (UNB)

Titular 5: Prof. Dr. Clemiton Luís Bassetto
Faculdades Integradas de Bauru (FIB)

Suplente 1: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

Suplente 2: Profa. Dra. Telma de Carvalho
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Suplente 3: Profa. Dra. Meri Nádia Marques Gerlin
Universidade Federal do Espírito Santo

Marília-SP, 09 de março de 2023.

Dedico esta tese aos professores que contribuíram com a minha formação ao longo da vida.

À minha família: Dona Maria, Seu João, Milena, Henrique, Pedro e Rodrigo.

Aos meus amigos do grupo “Doutorandos Legais” (Fabiana Sala, Fernando Lopes e Gisele Sanches) e aos membros do grupo “Clube de Leitura” (que surgiu da disciplina do professor Oswaldo, o @ofaj). Vocês ajudaram a amenizar as dores, tristezas e indignações durante a pandemia da COVID-19.

Ao amigo e professor Elder Barboza (UFPR), pelo incentivo desde sempre. Consegui sair da “enrascada” que você me incentivou a entrar. Obrigada!

Eu também mereço. E esta tese é o meu troféu que compartilho com todos que direta ou indiretamente me ajudaram durante os últimos quatro anos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) pelo apoio durante a minha qualificação concedendo-me o exercício da Ação de Desenvolvimento em Serviço, desde março de 2022. O apoio da Diretoria de Bibliotecas da UFMS, na pessoa da bibliotecária Alessandra Borgo, bem como dos colegas da Secretaria de Processamento Técnico, foi fundamental.

À UNESP e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e da Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília.

Aos membros participantes da banca pela disponibilidade, paciência em ler e em contribuir com a tese. Obrigada.

E um agradecimento todo especial à minha orientadora, Regina Célia Baptista Belluzzo, que com todo o seu pioneirismo, conhecimento e anos dedicados aos estudos e pesquisas da competência em informação soube conduzir a orientação desta tese com maestria. Impecável! Para mim, foi uma honra ser conduzida por esta profissional que é uma referência na Ciência da Informação e Biblioteconomia. Posso dizer que ganhei uma amiga a quem muito estimo, e respeito como profissional. Gratidão!

“Pessoas em situação de rua, vocês existem e são valiosas para nós.”

Silvio Luiz de Almeida (Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023)

RESUMO

Buscou-se, de modo geral, identificar e analisar a relação de acesso e uso da informação por parte da população em situação de rua da cidade de Campo Grande – MS, a partir de foco de atenção centrado em bibliotecas públicas e um centro de acolhimento, os quais compuseram o universo de pesquisa. Além disso, efetuou-se também, especificamente, uma análise dos preceitos da Competência em Informação na literatura nacional e internacional existente, procurando-se também identificar o perfil sociodemográfico/ econômico das pessoas em situação de rua, bem como suas percepções e práticas decorrentes quando frequentam as bibliotecas públicas para o acesso e uso da informação, sob a ótica das suas necessidades informacionais em inter-relação com as dimensões, padrões e indicadores de Competência em Informação. A pesquisa desenvolvida para a consecução desta tese está caracterizada como sendo de natureza aplicada, qualitativa, exploratória e descritiva. Trata-se de um estudo de caso que usou como técnicas de coleta de dados, a revisão bibliográfica como apoio à construção de referencial teórico, o questionário com pessoas em situação de rua e a entrevista estruturada com gestores de bibliotecas e centro de acolhimento. Assim, identificou-se que os motivos mais citados como motivação para rua são dependência química (30,4%), problemas com familiares (26,1%) e desemprego (17,4%). A maioria (81,8%) frequenta ou frequentou bibliotecas públicas em Campo Grande, MS, indo em busca de notícias em jornais ou revistas (40%), informações sobre cursos (28%) e emprego (12%). Para o tratamento dos dados foi aplicada a análise de conteúdo, e efetuada uma triangulação entre os resultados. Em decorrência, foram elaboradas e são apresentadas diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação, baseadas em modelo fundamentado em princípios de Aprendizagem e Serviço (ApS) e aplicável às bibliotecas públicas. Conclui-se que a miséria informacional é naturalizada e admitida pela sociedade, mas que a Competência em Informação ao lado de uma mediação informacional acolhedora, pode minimizar em algum grau, a escassez física, material, de saúde, a falta de acesso a moradias, a dependência de substâncias químicas, e outras mazelas decorrentes da falta de informação ou inabilidade em questões de acesso e uso dessas informações. A Competência em Informação tem função social ao ser considerada sob uma perspectiva antirracista, de interseccionalidade, bem como no combate à aporofobia. Espera-se que as diretrizes apresentadas nesta tese sirvam de norte e incentivo para a elaboração de projetos de Competência em Informação voltados à população em situação de rua. E que sirvam de apoio às bibliotecas públicas no seu papel fundamental no combate à pobreza informacional, ao resgate da cidadania, à preservação da democracia. Que possam ser aprimoradas e colocadas em prática para serem testadas e servir para subsidiar políticas públicas voltadas à esta população como um todo, e compreendidas como um mecanismo na colaboração com a Agenda 2030 da ONU não deixando ninguém para trás.

Palavras-chave: Competência em informação. Pessoas em situação de rua. Diretrizes para bibliotecas públicas. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Generally, this thesis aims to identify and analyze the connection between the access and use of information among homeless people resident of Campo Grande - MS from a spot centered in some public libraries and one reception center which are the research's "universe". Moreover, the work analyzes specifically the information literacy's precepts on the national and international existing literature; additionally, it attempts to identify the social-demographic/economic profile of the homeless people, as well as their perceptions and practices derived from their attendance to public libraries in order to access and use the available information, all of this from the point of view of their informational necessities correlating the dimensions, patterns, and indicators of the information literacy. Furthermore, the research developed for the present thesis has an applied, qualitative, exploratory and descriptive nature. It is a case study which makes use of data collection methods such as the bibliographical research as support for the production of a theoretical framework; the survey applied to the subjects of the research; and the structured interviews with the library managers and the reception centers. Therefore, it identifies the reasons homeless people are in this situation: chemical dependency (30,4%), family issues (26,1%) and unemployment (17,4%). The majority (81,8%) attends or attended to public libraries in Campo Grande, MS, looking for some news in journals or magazines (40%), information about courses (28%) and jobs (12%). The data treatment rests on the content analysis. The results are the guidelines based on the Service Learning applicable to public libraries, and the presentation of a model project to such purposes. Additionally, it concludes that informational misery is naturalized and accepted by society, but, on the other hand, the informational literacy jointly to a welcoming informational mediation may minimize in some degree the physical, material and health related shortage, the lack of access to habitation, the chemical dependency, and some other harms caused by the informational absence or by the inability to access and use such informations. Information literacy has some social role when viewed from an antiracist, and intersectional perspective, and may help as well in the combat against aporophobia. One hopes that the guidelines presented here may lead and encourage the formulation of information literacy projects directed to homeless groups. And one desires that it may support the public libraries in the fight against the informational misery, in the rescue of citizenship, and in the preservation of democracy. Finally, one expects that these ideas may be improved and tested, to be the substance of public policies aiming at the totality of this group, and to be understood as a mechanism to the collaboration of the UN's 2030 agenda, leaving no one behind.

Keywords: Information literacy. Homeless people. Public library guidelines. Social vulnerability.

RESUMEN

Se busca, de modo general, identificar y analizar la relación de acceso y uso de la información por parte de la población en situación de calle en la ciudad de Campo Grande-MS, desde el enfoque de atención central en bibliotecas públicas y un centro de acogida, de los cuales componen el universo de la pesquisa. Además, se realizó, específicamente, un análisis de las normativas de Alfabetización informacional en Información en la literatura nacional e internacional existente, buscando también identificar el perfil socio demográfico/económico de las personas en situación de calle, tal como sus percepciones y practicas cuando asisten a las bibliotecas públicas para el acceso y uso de la información, desde la visión de sus necesidades informacionales en inter relación con las dimensiones, padrones e indicadores de Competencia en Información. El estudio desarrollado para la tesis está caracterizado como de naturaleza aplicada, cualitativa, exploratoria y descriptiva. Se trata de un estudio de caso donde se usó como colecta de datos, la revisión bibliográfica como apoyo a la construcción de referencial teórico, la encuesta con personas en situación de calle y la entrevista estructurada con gestores de bibliotecas y centro de acogida. Así, se identificó las razones para la situación de calle como dependencia química (30,4%), problemas familiares (26,1%) y desempleo (17,4%). La mayoría (81,4%), frecuente o ya frecuentó bibliotecas públicas en Campo Grande, MS, buscando noticias en periódicos o revistas (40%), informaciones sobre cursos (28%) y empleo (12%). Para el tratamiento de datos fue aplicada la análisis de contenido y efectuada una triangulación entre los resultados. Así, fueron elaboradas y presentadas directrices para el desarrollo de un proyecto de Alfabetización informacional, basadas en modelo fundamentado en principios de Aprendizaje y Servicio (ApS) y aplicable a las bibliotecas públicas. Se concluye que la miseria informacional es naturalizada y aceptada por la sociedad, pero que la Alfabetización informacional al lado de una mediación informacional acogedora, puede minimizar en cierto grado, la escasez física, material, de salud, la falta de acceso a viviendas, la dependencia de sustancias químicas, y otras adversidades producidas por la falta de información o poca habilidad tratándose de acceso y uso de esas informaciones. La Competencia en Información tiene función social al ser considerada desde una perspectiva anti racista, tal como en el combate a la aporofobia. Se espera que las directrices presentadas en esta tesis sirvan de norte e incentivo para la elaboración de proyectos de Alfabetización informacional con enfoque en la población en situación de calle. Y que sirva de apoyo a las bibliotecas públicas en su papel fundamental de combate a la pobreza informacional, al rescate de la ciudadanía, a la preservación de la democracia. Que puedan ser mejoradas y puestas en práctica para que sean testeadas y que sirvan para hacer políticas publicas direccionas a la población en general, y comprendidas como un mecanismo en la colaboración con la Agenda 2030 de ONU donde nadie quede atrás.

Palabras chave: Alfabetización informacional. Personas en situación de calle. Directrices para bibliotecas públicas. Vulnerabilidad social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Neo-urbanismo	63
Figura 2 - Perfil Censo Pop Rua 2008	73
Figura 3 - Famílias em situação de rua em cidades do BR	74
Figura 4 - Famílias em situação de rua em MS (nov. 2021)	75
Figura 5 - Famílias em situação de rua em MS (abr. 2021).....	75
Figura 6 - Famílias em situação de rua inscritas no CadÚnico Ref. 11/2021 - cidades da Região Centro-Oeste	77
Figura 7 - Mapa de Campo Grande, MS.....	78
Figura 8 - Chacina da Candelária em 23 de julho de 1993.....	81
Figura 9 – Sobrevivente da Chacina da Candelária (Wagner dos Santos).....	82
Figura 10 - Perfil das crianças entrevistadas por cor ou raça	85
Figura 11 - Lançamento do MNPR em 2005	89
Figura 12 - Segurança humana	93
Figura 13 - Percepções generalizadas de insegurança no mundo	95
Figura 14 - Escada representando o modelo etapista	110
Figura 15 - Comparativo entre o modelo etapista e o modelo Moradia Primeiro	110
Figura 16 - Princípios do Decreto 7.053/2009 e da Portaria 2.927/2021	113
Figura 17 - Competências para o enfrentamento de riscos e proteção da integridade.....	129
Figura 18 - As cinco leis da AMI	144
Figura 19 - Autopercepção de competência em informação de uma comunidade multicultural de estudantes	153
Figura 20 - Nome de ativistas ambientais assassinados no Brasil em 2020	162
Figura 21 - Pessoas em situação de rua - categorias IFLA (2017).....	184

Figura 22 - Diretrizes para serviços de bibliotecas voltados às pessoas em situação de rua.....	185
Figura 23 - Matriz para o desenvolvimento da ColInfo em pessoas situação de rua (SPUDEIT, 2021)	195
Figura 24 - Os cinco padrões de Belluzzo (2007) para a competência em informação.....	197
Figura 25 - Biblioteca de São Paulo (BSP).....	207
Figura 26 - Indicadores da desigualdade social por cor ou raça no Brasil....	213
Figura 27 - Proporção de negros entre os moradores de rua na cidade de São Paulo	214
Figura 28 - Palavras e expressões racistas.....	218
Figura 29 - Pernoite das pessoas em situação de rua em Londres - Século XIX	223
Figura 30 - Arquitetura hostil atinge pessoas em situação de rua	224
Figura 31 - Análise de conteúdo: fase inicial	250
Figura 32 - Análise de conteúdo: fase intermediária.....	250
Figura 33 - Análise de conteúdo: fase final.....	251
Figura 34 - Faixa etária dos sujeitos participantes da pesquisa	254
Figura 35 - Região de origem dos participantes da pesquisa	256
Figura 36 - Naturalidade dos participantes da pesquisa	256
Figura 37 - Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa	258
Figura 38 - Local de pernoite dos participantes da pesquisa.....	260
Figura 39 - Tempo de permanência na rua.....	261
Figura 40 - Motivos que levaram à situação de rua	263
Figura 41 - Periodicidade do contato com família	265
Figura 42 - Documentos de identificação dos entrevistados.....	267
Figura 43 - Participação em movimentos em defesa da moradia	268

Figura 44 - Locais onde buscaram atendimento	270
Figura 45 - Comentário do CREAS no Google Maps	271
Figura 46 - Ocupação e geração de renda	272
Figura 47 - Renda diária dos participantes da pesquisa	273
Figura 48 - Ações que impedem a presença nas ruas	275
Figura 49 - Pessoas em situação de rua sobre o racismo	275
Figura 50 - Questões ambientais que afetam o dia a dia das PSR	277
Figura 51 - Frequenta ou frequentou a Biblioteca.....	278
Figura 52 - Satisfação em relação aos serviços oferecidos pela biblioteca ..	279
Figura 53 - Tipos de informação que buscam encontrar na biblioteca	280
Figura 54 - Como acessam a informação na biblioteca	283
Figura 55 - Computadores da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim em 2016	283
Figura 56 - Computadores da Biblioteca Municipal	285
Figura 57 - Percepção sobre informação falsa	286
Figura 58 - Como identifica a informação falsa.....	287
Figura 59 - Percepção sobre a importância do acesso a boas/relevantes informações.....	288
Figura 60 - Percepção sobre a importância da biblioteca	289
Figura 61 - Acesso à internet.....	290
Figura 62 - Para que acessa o computador da biblioteca.....	291
Figura 63 - Percepção sobre a satisfação das necessidades informacionais atendidas.....	292
Figura 64 – Meme Wojak.....	294
Figura 65 - Variantes do Meme Wojak.....	295
Figura 66 - Localização Biblioteca Municipal	296
Figura 67 - Exemplo da aba explorador de palavras do software MAXQDA	308

Quadros

Quadro 1 - ODS (Agenda 2030) conectados com a pesquisa	25
Quadro 2 - Terminologia encontrada na literatura especializada para pessoas em situação de rua.....	44
Quadro 3 - PSR em projetos de lei durante a pandemia	70
Quadro 4 - Dados SAS da Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS.....	78
Quadro 5 - Ciclo das políticas públicas.....	102
Quadro 6 - Competências baseadas em Unión Europea (2006)	124
Quadro 7 - Variante terminológica para representar o Movimento de <i>Information Literacy</i> no Brasil (1963-2013)	135
Quadro 8 - Dimensões técnica, estética, ética e política da ColInfo, segundo Vitorino e Piantola (2011).....	164
Quadro 9 – Proposta-síntese de modelos de competência em informação..	177
Quadro 10 - Indicadores/categorias de Belluzzo para análise de pesquisa bibliográfica em ColInfo.....	178
Quadro 11 - Bibliotecas da América do Sul presentes nas Diretrizes da IFLA para pessoas em situação de rua	182
Quadro 12 - Padrão 1 da competência em informação (BELLUZZO, 2007).	198
Quadro 13 - Padrão 2 da competência em informação (BELLUZZO, 2007).	198
Quadro 14 - Padrão 3 da competência em informação (BELLUZZO, 2007).	200
Quadro 15 - Padrão 4 da competência em informação (BELLUZZO, 2007).	200
Quadro 16 - Padrão 5 da competência em informação (BELLUZZO, 2007).	201
Quadro 17 - Fontes de pesquisa usadas revisão bibliográfica	234
Quadro 18 - Palavras-chave usadas na revisão bibliográfica	235
Quadro 19 - Termos relacionados usados na revisão bibliográfica	235
Quadro 20 - Cronograma de coleta de dados - questionário	245
Quadro 21 - Cronograma de coleta de dados - entrevista.....	247
Quadro 22 – Assuntos de interesse em jornais e revistas.....	281

Quadro 23 – Sugestões de cursos, eventos, parcerias e melhorias.....	293
Quadro 24 - Entrevista com gestor 1	297
Quadro 25 - Entrevista com gestor 2	299
Quadro 26 - Entrevista com gestor 3	306
Quadro 27 - Frequência das palavras em unidades de contexto.....	309
Quadro 28 - Necessidades, demandas, percepções e práticas informacionais	317
Quadro 29 - Quadro síntese de um modelo de projeto baseado em ApS para competência em informação de pessoas em situação de rua aplicavel às bibliotecas públicas	328
Quadro 30 - Dimensão informacional - Vitorino e Piantola (2011) e ONU (2015) [12,1].....	343

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Justificativa.....	23
1.2	Pressupostos da pesquisa	36
1.3	Delimitação do problema	37
1.3.1	Objetivo geral	38
1.3.2	Objetivos específicos.....	38
2	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA IMPORTAM: REFLEXÕES E ENLACES	43
2.1	Breve resgate histórico do nomadismo	52
2.2	Diferentes tipos de nomadismo	58
2.3	Panorama das pessoas em situação de rua no contexto brasileiro	66
2.3.1	Panorama das pessoas em situação de rua no Brasil e em Mato Grosso do Sul	67
2.3.2	Políticas públicas e a política nacional	90
2.3.2.1	<i>Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua e outras considerações</i>	<i>104</i>
3	A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUA INTER-RELAÇÃO COM O CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	118
3.1	Estudos, abordagens e conceitos de Competência em informação....	132
3.1.1	Dimensões da competência em informação a partir de múltiplas abordagens	152
3.1.2	Padrões e indicadores da competência em informação: algumas referências nacionais e internacionais	175
3.2	Função social da competência em informação	202
3.2.1	Competência em informação: diferencial antirracista	213
3.2.1.1	<i>Por uma percepção interseccional a partir da competência em informação</i>	<i>219</i>
3.2.2	A competência em informação para uma negação da aporofobia.....	222
3.2.3	Por uma mediação acolhedora: o papel das bibliotecas, centros de triagem e acolhimento no processo da mediação da informação em prol da competência em informação.....	226
4	METODOLOGIA DO TRABALHO: ESTUDO DE CASO	231

4.1	Universo e sujeitos da pesquisa	238
4.2	Coleta de dados: questionário e entrevista	241
4.2.1	Aplicação do questionário.....	242
4.2.2	Entrevistas.....	246
4.2.3	Análise de conteúdo dos dados coletados	248
5	APRESENTANDO DADOS E PESSOAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DAS PERCEPÇÕES E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	252
5.1	Questionário: resultados e análises	252
5.2	Entrevistas: resultados e análises.....	296
5.3	Triangulação dos resultados.....	315
6	DIRETRIZES À ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO APLICÁVEL ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS COM FOCO NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	318
6.1	Diretrizes voltadas à elaboração de projeto baseado em ApS para desenvolvimento da competência em informação em pessoas em situação de rua aplicável em bibliotecas públicas	323
6.1.1	Dimensões consideradas à elaboração e desenvolvimento de um projeto de competência em informação.....	334
6.2	Notas referenciais complementares às diretrizes	354
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	359
	REFERÊNCIAS.....	366
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	410
	APÊNDICE B – Questionário.....	413
	APÊNDICE C – Roteiro da entrevista	421
	ANEXO A – Cadastro Único: Formulário Suplementar 2 – Pessoa em situação de rua	422
	ANEXO B – Confirmação de cadastro na SAGI.....	425
	ANEXO C – Dados SUAS – Prefeitura Municipal de Campo Grande....	426

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista o aumento da pobreza, não só no Brasil, mas no mundo, o que dificulta a estabilidade econômica e social das populações, afetando a colocação no mercado de trabalho, a manutenção de uma educação com qualidade e ao longo da vida de adultos, jovens e crianças, a fragilidade na saúde, ainda mais exposta com a pandemia da COVID-19, dentre outras mazelas, observa-se que milhares de pessoas pelo mundo apresentam dificuldade para se manter com uma vida digna. Tal realidade, em muitos casos, se reflete na falta de moradia, por exemplo, ampliando-se a situação de extrema vulnerabilidade social em que já se encontram. Há situações em que a falta de informação agrava a situação de sobrevivência dessas pessoas, tendo em vista não saberem onde pernoitar, onde denunciar casos de violência na rua, onde e como se alimentar, como arrumar um emprego, como tirar um documento, onde e como se atualizar para conseguir uma colocação no mercado, onde e como procurar um tratamento para a saúde, enfim, são várias as nuances de agravantes que a falta de informação pode gerar quando já se é vulnerável e socialmente fragilizado.

Tal situação, há alguns anos vem despertando a preocupação de organismos internacionais (WORLD BANK GROUP, 2022; ONU, 2015b, 2022d; SÃO PAULO; UNESCO, 2021), bem como de classes de profissionais, como a de bibliotecários e outras da área da Ciência da Informação. Tal preocupação inclusive, às vezes, se traduz em documentos como os da ALA (2007b), com vistas a promover a igualdade de acesso à informação para todas as pessoas; do Manifesto de Florianópolis (MANIFESTO..., 2013) que chama a atenção para a necessidade da competência em informação para as populações vulneráveis e minorias, redigido durante o II Seminário “Competência em informação: cenários e tendências”¹. E mais recentemente, o “Manifesto político sobre competência em informação 2022:

¹ O seminário foi uma promoção da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Universidade de Brasília (UNB) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e foi realizado durante o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBBD), na cidade de Florianópolis, SC.

bibliotecário profissional luz”² que credita na pessoa bibliotecária, perfil de atuação, com base na competência em informação e na Agenda 2030, com condições de “[...] propiciar mudanças reais nas e para as populações vulneráveis e minorias” (FEBAB, 2022, p. [3]).

Pensando nisso, e com vistas a contribuir para a minimização da pobreza extrema e da pobreza informacional, esta pesquisa apresenta como tema, um estudo sobre a competência em informação voltada às pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de compreender como elas, atingidas pela pobreza extrema, lidam com a informação, partindo-se do estudo de suas necessidades informacionais. Para tal, além dos principais aspectos da pobreza dessas pessoas, como a falta de moradia ou condições desumanas de abrigo e diversas violências sofridas por elas nas ruas, traz como temática central da Ciência da Informação, a competência em informação, suas dimensões, principais padrões e indicadores encontrados internacionalmente e no Brasil. A originalidade da pesquisa evidencia-se na busca por discussões que imprimem uma visão holística nos estudos da competência em informação, e um olhar empático (DOWD, 2018) voltados a pessoas em situação de rua, destacando a necessidade de associar a temática competência em informação (CoInfo) a questões de letramento racial, da preservação do meio ambiente e questões climáticas, bem como da violência sofrida nas ruas, fornecendo ferramentas para uma negação e combate da aporofobia. Tendo em vista apresentar diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação para a população em situação de rua, baseadas em princípios de Aprendizagem e Serviço (ApS), aplicável às bibliotecas públicas, também poderá contribuir com subsídios na elaboração de políticas públicas destinadas a essa população, na cidade de Campo Grande, MS. A tese traz resultados que apontam a necessidade da abertura e aprofundamento da dimensão

² O manifesto é fruto do I Fórum de Debate sobre Competência em Informação que teve como tema, a competência em informação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O fórum foi organizado pelo Grupo de Trabalho de Competência em Informação (GT - CoInfo) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), durante o XXIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) (FEBAB, 2022).

social e humana da Competência em Informação, voltados a essa parcela da população.

Vale lembrar que a informação está presente na vida das pessoas, seja como objeto de estudo de áreas como a Ciência da Informação (CI), no trabalho da imprensa no exercício do jornalismo e de outras funções de comunicação informativa, em conversas informais sobre acesso, ou falta dele, aos sistemas informacionais da sociedade, dentre outros, constituindo-se elemento necessário para a dinâmica social.

A caracterização da Ciência da Informação como humana e social vem sendo construída ao longo dos anos, em que a mesma passou a identificar-se com os objetivos das ciências sociais, métodos e conceitos das ciências humanas e sociais, adotando com o tempo, uma postura orientada para os sujeitos e não para os sistemas de informação (ARAÚJO, 2014).

Freire (2006) argumenta em favor da responsabilidade social como um fundamento para a Ciência da Informação, devendo contribuir, de maneira crescente, para que a informação se constitua em um recurso de inclusão social, ajudando pessoas e nações a desenvolverem-se.

Sob tal perspectiva, e visando contribuir junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UNESP, cuja área de concentração abrange a Informação, Tecnologia e Conhecimento - e especificamente para a linha de Gestão, Mediação e Uso da Informação, esta tese envolve aportes interdisciplinares de áreas como a Educação e Ciências Sociais para, numa perspectiva interdisciplinar, apresentar soluções no contexto da ColInfo. Propõe-se para tal, abordar referenciais teórico-metodológicos que contribuam para o fortalecimento da pesquisa científica, tendo como foco a Competência em Informação em um contexto de vulnerabilidade social.

Advinda da facilidade proporcionada pelos avanços das tecnologias, o excesso de informação é hoje uma realidade em diversas esferas, como a pessoal, acadêmica e profissional. E a Competência em Informação (ColInfo) constitui-se em uma área da CI que contribui para que a pessoa possa identificar quando uma

informação é necessária ou tem relevância, sendo possível que a mesma desenvolva a capacidade de localização, avaliação e uso eficaz da informação (ALA, 1989), dentre outros aspectos, para atender às suas necessidades informacionais, bem como as demandas exigidas pela sociedade.

Em diálogo possível com a Educação, Psicologia, Informática, dentre outras áreas, a Competência em Informação é “[...] tema de interesse que atua transversalmente em articulações com áreas estratégicas de ensino e aprendizagem, da pesquisa, inovação, desenvolvimento social e da construção do conhecimento para o exercício da cidadania” (BELLUZZO, 2017, p. 47). Sendo assim, a Competência em Informação, alicerçada em suas dimensões, é considerada como um direito humano básico e promotora da inclusão social em todas as nações (HIGH-LEVEL, 2006).

Apenas parcela da sociedade tem acesso a recursos, tecnológicos e cognitivos, conseguindo acessar a informação, muitas vezes tendo que lidar com o seu excesso. A outra parcela é composta de pessoas que apenas recentemente conquistaram uma política nacional em que foram reconhecidas como cidadãos de direitos (BRASIL, 2009). Trata-se das pessoas em situação de rua, que por suas condições de vulnerabilidade, encontram-se num estado que se pode chamar de invisibilidade, já que são pontuais as iniciativas para reflexão e promoção do acesso à educação, informação e cultura para esta população. Sob essa perspectiva, evidencia-se que o reconhecimento dos mesmos “[...] ainda não é acolhido na sociedade” (BRASIL, 2014).

A população em situação de rua, na condição de extrema vulnerabilidade social é em geral alvo de uma ótica assistencialista, e de políticas higienistas (BRASIL, 2014), não se tendo, no entanto, conhecimento de números precisos, referente à mesma, no Brasil. Ressalta-se, porém, a aplicação de pesquisas realizadas na cidade de São Paulo em 2003, Belo Horizonte e Recife no ano de 2005. As três localidades³, juntas, apresentaram um contingente de 12.953 pessoas

³ As capitais São Paulo, Belo Horizonte e Recife não entraram na contagem nacional, pelo Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua (Censo Pop Rua), por terem-na feito recentemente. E Porto Alegre, solicitou a exclusão da amostra, pois conduzia pesquisa de iniciativa municipal, à época. (BRASIL, 2008).

vivendo em situação de rua. Posteriormente, em 2008, foi feita uma pesquisa nacional abrangendo 71 cidades, sendo Campo Grande, MS uma delas, cujos resultados apontaram 31.922 pessoas “[...] vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas).” (BRASIL, 2008, p. 6). Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) apontavam estimativa de 222 mil pessoas em situação de rua no Brasil, em 2020. Contudo, a Nota Técnica nº 103 publicada em fevereiro de 2023 afirma que, “ Estima-se que, em 2022, existiam 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil. O número é 38% maior que o valor estimado em 2019, e 211% superior ao estimado uma década atrás, em 2012.” (IPEA, 2023, p.11). O mesmo documento aponta que o crescimento desta população acelerou nos últimos anos.

A partir dessas constatações iniciais e motivações de pesquisa, surgem indagações que se constituem em problemática de pesquisa, voltadas a questionar: de que maneira as pessoas em situação de rua lidam com suas necessidades informacionais? Quais são essas necessidades? Sabem buscar, usar, avaliar, selecionar uma informação? Qual é a relação dessa população com o acesso e uso competente da informação?

1.1 Justificativa

O período ora vivido pela humanidade é de atenção extrema, de alerta máximo. Todas as mazelas que sempre rondaram a humanidade alcançam espaços e territórios cada vez mais amplos e difusos. Com o aumento da população mundial, a falta de capacidade de absorção em frentes de trabalho da massa trabalhadora e a fome aumentando, a incapacidade de governos para fazer valer as constituições, as declarações em prol do homem e da humanidade parecem cada vez mais distantes. São crises sobrepostas, como pandemia, aumento de guerras e conflitos pelo planeta, o crescente número de refugiados pelo mundo, a degradação do meio ambiente, somente para citar algumas delas.

Observa-se ainda, o aumento crescente de uma massa de desprotegidos, desamparados e desacreditados, muitas vezes de si próprios, tendo em vista as condições de precariedade e vulnerabilidade extrema em que vivem. Um desses grupos é formado por pessoas em situação de rua, exemplo extremo e devastador da pobreza e da exclusão social de alcance mundial (BRASIL, 2013), vítimas da desigualdade social, violência, preconceito, dentre outras situações.

Chamados como o da Agenda 2030 (ONU, 2015, 2015b, 2015c) para que governos, instituições, organismos e sociedade civil participem a fim de fomentar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas a que todos abracem o seu objetivo principal que é **não deixar ninguém para trás**, está em consonância com o viés social encontrado na Ciência da Informação (CI). Discussões neste sentido, encontram aporte em Wersig e Neveling (1975) na defesa de uma definição de Ciência da Informação baseada na necessidade social. Para os autores, o sustentáculo da CI é a responsabilidade social. Para Araújo (2020, p.86), a área tem trilhado perspectivas do viés social a partir de “[...] uma tendência que é também um olhar atento à complexidade dos fenômenos, ao inter-relacionamento de seus elementos e dimensões [...]” Trilha esta que, segundo o autor, tem início com os estudos epistemológicos de Jesse Shera na década de 1960. Tais estudos envolveram um modelo de ciência com pesquisas abarcando as relações estabelecidas entre a coletividade, e os conhecimentos registrados, produzidos e circulados por esta mesma coletividade. Destaca-se que o paradigma social da CI fortaleceu-se na década de 1990, com os seguintes estudos:

[...] a partir dos estudos de Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (1997, 1998, 2000, 2002, 2003, 2003a,) que também denominam de paradigma sócio-cognitivo, o que conota sua construção/fundamentação recente e, por conseguinte, o desenvolvimento de estudos teórico-práticos visando a sua efetiva aplicabilidade. (SILVA; FARIAS, 2013, p. 50).

Sob a perspectiva social e levando-se em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, esta pesquisa se articula para, por meio do alcance dos seus objetivos geral e específicos, promover o acesso à informação, sendo esta uma meta transversal que auxilia todos os ODS, bem

como apoia todas as áreas de desenvolvimento de um país. Segundo a IFLA (2021, p.6), os ODS, objetivando o “[...] foco em vetores transversais de desenvolvimento, oferece uma nova maneira de falar sobre a importância do acesso à informação como uma área de ação abrangente e holística”⁴, o que vai ao encontro da proposta desta tese, por meio de um estudo holístico da competência em informação, estando fortemente relacionada com os objetivos descritos no Quadro 1 e que foram adaptados e comentados a fim de propiciar melhor compreensão para se estabelecer uma inter-relação ao propósito desta tese:

Quadro 1 - ODS (Agenda 2030) conectados com a pesquisa

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de interesse para a pesquisa	Metas
<div data-bbox="466 891 778 1211" data-label="Image"> </div> <p data-bbox="225 1240 1023 1317">Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.</p> <p data-bbox="225 1350 1023 1749">Comentário: A erradicação da pobreza interfere diretamente na educação, na moradia, no saneamento básico e na água, no trabalho infantil, dentre outros. A pobreza é uma mazela que se manifesta pela fome, pela desnutrição de adultos e crianças, que limita o acesso de pessoas vulneráveis à educação, a diversos serviços básicos à sobrevivência. A pobreza promove a discriminação de diversas naturezas, aumenta a exclusão social, o que interfere diretamente na falta de participação em tomadas de decisões.</p> <p data-bbox="225 1783 1023 1816">O engajamento em promover o acesso sustentável à informação,</p>	<p data-bbox="1045 898 1437 1155">1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.</p> <p data-bbox="1045 1189 1437 1536">1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.</p> <p data-bbox="1045 1570 1437 1827">1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos</p>

⁴ Texto original: “With the focus on cross-cutting drivers of development, it provides a new way of talking about the importance of access to information as an area for comprehensive, holistic action.” (IFLA, 2021, p.6).

<p>por parte das pessoas em situação de rua, envolvendo o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas, colabora no alcance do objetivo 1 que visa a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões, mas sobretudo sob a perspectiva informacional que é um subsídio valioso para a desenvolvimento de uma comunidade, localidade, região ou país. Compreende-se o acesso e o bom uso da informação, como um recurso de serviço básico de proteção e apoio prestado por bibliotecas públicas a comunidades em situação de extrema pobreza, ou intensamente afetadas por mudanças climáticas, desastres ambientais, guerras ou conflitos, ou em outras condições de vulnerabilidade social. Assim, diante do exposto, a conexão desta tese com o objetivo 1 reside no fato de que contribuindo com os estudos da competência em informação, também está colaborando com a erradicação da pobreza, em algumas de suas formas, dentre elas, a informacional.</p>	<p>relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.</p>
<div data-bbox="466 990 778 1303" data-label="Image"> </div> <p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.</p> <p>Comentário: O abuso no uso de substâncias como o álcool e drogas é uma das causas mais comuns encontradas na literatura, ou mesmo em relatos por parte de pessoas vivendo em situação de rua. Em atenção ao objetivo 3 que trata da saúde e bem-estar, bibliotecas públicas podem desenvolver parcerias com profissionais da área da saúde, como psicólogos, psiquiatras, terapeutas, educadores físicos, a fim de promoverem ações que possam reforçar a prevenção e tratamento relacionados a abusos de tais substâncias prejudiciais ao equilíbrio mental das pessoas, sobretudo as vulneráveis. A multidimensionalidade encontrada na competência em informação pode envolver atividades que promovam a saúde e bem-estar das pessoas que frequentam, por</p>	<p>3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.</p>

<p>exemplo, bibliotecas públicas. A boa informação perpassa o campo da saúde, o que torna viável ações pertinentes para prevenir ou ajudar no tratamento de doenças, como por exemplo, a dependência química. Ao buscar conhecer quem são esses usuários em situação de rua que frequentam bibliotecas públicas, a tese acaba por buscar soluções nesta área, envolvendo o campo informacional, por meio da competência em informação, e assim, promover formas de promoção do bem-estar a esses usuários.</p>	
<div data-bbox="464 667 783 987" data-label="Image"> </div> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.</p> <p>Comentário: Não há como falar em educação, sem informação. Contudo, a educação e a informação, direitos humanos essenciais a qualquer pessoa, não raras vezes são dificultadas a pessoas em situação de vulnerabilidade, o que limita e reduz drasticamente o acesso a elas. Esta tese tem conexão com o objetivo 4 na medida em que, trabalhando com a competência em informação, contribui com a área no sentido de facilitar e promover a aprendizagem ao longo da vida. A competência em informação constitui-se, inclusive, em um elemento chave para a aprendizagem ao longo da vida.</p>	<p>4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.</p> <p>4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.</p> <p>4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática</p> <p>4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades</p>

	<p>necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p>
<div data-bbox="464 848 778 1169" data-label="Image"> </div> <p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p> <p>Comentário: Com a promoção de atividades envolvendo informações relevantes e seguras, a competência em informação deve estar presente em ações de bibliotecas no sentido de empoderar mulheres socialmente vulneráveis. Mesmo que entre um grupo onde há predominância de homens, como é o caso da população em situação de rua, esta tese conecta-se ao objetivo 5 de igualdade de gênero, porque em suas relações certamente há o convívio com mulheres, que pode ser uma companheira, mãe, irmã, a própria funcionária de uma biblioteca. A igualdade de gênero também passa pela conscientização de homens.</p>	<p>5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.</p> <p>5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.</p>

 <p>Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p> <p>Comentário: A partir do desenvolvimento do senso crítico das pessoas promovido por uma educação voltada à competência em informação, há uma contribuição para a redução das desigualdades que são barreiras no acesso a oportunidades por parte das pessoas vulneráveis. Assim, a tese encontra-se em conexão com objetivo 10 porque visa fornecer subsídios para que bibliotecas públicas trabalhem com a ColInfo, e o seu potencial transformador na vida das pessoas, já que colabora para ajudar no empoderamento de todos, sobretudo no enfrentamento de situações que vulnerabilizam, tais como exclusões em virtude da raça e condição econômica, recorrentes no caso da população em situação de extrema pobreza vivendo nas ruas.</p>	<p>10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.</p>
 <p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Comentário: Dentro da dimensão social do desenvolvimento sustentável, a tese está em consonância com o objetivo 11, já que as esferas da educação, da saúde, moradia, meio ambiente quando andam lado a lado, resultam em uma sociedade mais justa e sustentável. Quando um programa ou projeto de competência em informação tem uma dimensão social</p>	<p>11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.</p> <p>11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o</p>

<p>abrangente, e considerada holisticamente, colabora por promover ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Práticas de atividades inteligentes e eficientes podem ajudar na melhoria e qualidade de vida de uma comunidade ou da população de uma cidade, por exemplo. Assim, o acesso à educação de qualidade, potencializada com programas de competência em informação, fornecidos por bibliotecas públicas, está dentre as ações e programas que fazem parte de uma cidade sustentável. Aspectos envolvendo questões de preservação do patrimônio cultural também são entendidas como importantes para cidades e comunidades sustentáveis, sendo assim a própria valorização da biblioteca inserida neste contexto.</p>	<p>foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.</p> <p>11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.</p>
<div data-bbox="464 853 782 1160" data-label="Image"> </div> <p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p> <p>Comentário: Em estreita relação com os demais ODS, em especial com o ODS 11, é possível apoiar o consumo e produção responsáveis, alcançando e apoiando iniciativas familiares, pequenos negócios e empresas, em todos os níveis. São temáticas viáveis em projetos de competência em informação, podendo ser promovidas por série de atividades pensadas por bibliotecas. Um exemplo prático do dia a dia e que afeta pessoas que vivem em situação de rua é a questão do desperdício alimentar ou do reuso de roupas. Parcerias com restaurantes, programas de combate à fome, acesso a informações sobre restaurantes populares, campanhas de doação de roupas, podem ser feitas por bibliotecas públicas parceiras da Agenda 2030. A tese liga-se ao objetivo 12, quando colabora no sentido de facilitar o acesso de todos à informação relevante, e de conscientização do desenvolvimento sustentável, e de estilos de vida que levem</p>	<p>12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.</p> <p>12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.</p> <p>12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.</p>

<p>em consideração a preservação do planeta e das pessoas vulnerabilizadas.</p>	
<div data-bbox="464 349 780 663" data-label="Image"> </div> <p>Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.</p> <p>Comentário: Cada pessoa do planeta tem a sua parcela de responsabilidade na ação contra a mudança global do clima. O que falta muitas vezes é a informação no sentido de trabalhar com a conscientização das pessoas. Embora a responsabilidade deva ser de todos, o impacto das mudanças climáticas é maior em pessoas que tentam sobreviver nas ruas, já que sofrem diretamente a ação do calor severo, das chuvas intensas ou do frio que castiga. Uma situação de desabrigado que pode ser oriunda de situações calamitosas, advindas de tempestades e enchentes também deve ser considerada. Ao trazer discussões neste sentido, a tese une-se ao objetivo 13 da agenda mundial.</p>	<p>13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.</p>
<div data-bbox="464 1326 780 1639" data-label="Image"> </div> <p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Comentário: Pensar a competência em informação como promotora da inclusão e da promoção de sociedades pacíficas e</p>	<p>16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.</p> <p>16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.</p> <p>16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos</p>

<p>inclusivas está presente nesta tese, sobretudo quando traz a questão da violência sofrida por pessoas vivendo em situação de rua, das reflexões acerca do acesso a informações e documentos imprescindíveis para recuperar o acesso a benefícios, à identidade cidadã. Ao conectar-se com o objetivo 16, a tese pode colaborar no sentido de proteger usuários de bibliotecas vulnerabilizados, que vivem pelas ruas ou abrigos, por não possuírem uma moradia, sofrendo os mais diversos tipos de violência: física, moral, patrimonial e psicológica.</p>	internacionais
<div data-bbox="464 667 783 987" data-label="Image"> </div> <p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Comentário: A tese está conectada com o objetivo 17 quando, ao fornecer subsídios para a elaboração de um projeto de competência em informação, considera a importância de parcerias. Ao trabalhar com a necessidade dos usuários em situação de rua considera a relevância acerca da união de esforços entre as bibliotecas e entidades ou organismos ligados aos direitos humanos dessas pessoas, a parceria com universidades, pessoas e profissionais que podem ajudar no acolhimento das suas mais diversas demandas.</p>	17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Fonte: ONU (2015) com adaptações e comentários da pesquisadora

Diante do exposto, faz-se necessário mencionar que a tese, num contexto de promoção e desenho de um processo, que é a ColInfo, visa contemplar o seu desenvolvimento junto a pessoas vulnerabilizadas e fragilizadas em decorrência de terem como similaridade a falta de moradia. Como estabelecido na Agenda 2030, todos os objetivos são integrados e indivisíveis, contudo, os ODS citados no Quadro 1 são vislumbrados em maior conexão com a pesquisa realizada. Abrangem assim,

peças, planeta, prosperidade, paz e parceria, conforme o exposto no preâmbulo da Agenda 2030:

Pessoas

Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

Planeta

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade

Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz

Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Parceria

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Os vínculos e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda seja realizado. Se realizarmos as nossas ambições em toda a extensão da Agenda, a vida de todos será profundamente melhorada e nosso mundo será transformado para melhor. (ONU, 2015, p.2/35).

A inter-relação entre a competência em informação e midiática, e os ODS, e por conseguinte desta tese, reside no entendimento de que as primeiras são vistas como ação estratégica para a implementação da Agenda 2030, reforçando a importância das bibliotecas e dos seus profissionais, no engajamento à mediação da agenda mundial que objetiva o alcance da sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica (BELLUZZO, 2018).

A tese ora apresentada foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) do campus de Marília, no Estado de São Paulo, cuja área de concentração é intitulada “Informação, Tecnologia e Conhecimento”, e quem tem como ponto central de prática investigativa a gestão, organização, representação, mediação e uso da informação, assim como o impacto do avanço tecnológico nos processos informacionais. Está inserida na linha 3 de pesquisa “Gestão, Mediação e Uso da Informação” que desenvolve estudos sobre processos de gestão, mediação, uso e apropriação da informação e do conhecimento, em vários ambientes. Além disso, destaca o papel das pessoas na produção ativa de informação e conhecimento. Assim, a linha 3 da qual faz parte este estudo, apoia a investigação de processos que exijam:

[...] a capacidade de transcender os limites epistêmicos da Ciência da Informação para compreender as ações de acesso e uso inteligente da informação e de construção do conhecimento na sociedade, recorrendo ao diálogo com outras disciplinas e saberes. Para tanto, a relação intrínseca das pessoas com a informação e o conhecimento deve ser examinada nas vertentes psicológicas, sociológicas, antropológicas, filosóficas, administrativas, culturais, comunicacionais e educacionais. As práticas de informação (criação, busca, socialização, uso e apropriação) requerem escolhas metodológicas inovadoras que sublinhem os aspectos atitudinais dos sujeitos e os pensamentos de uma coletividade expressos em depoimentos, registros e/ou comportamentos. A linha enfoca, sobretudo, os estudos teóricos, metodológicos e aplicados sobre as temáticas: gestão da informação, gestão do conhecimento, aprendizagem organizacional; inteligência empresarial, prospecção e monitoramento informacional; fluxos, processos, usos e usuários da informação; cultura, comportamento e competência em informação; processos de comunicação, mediação, uso e apropriação da informação; práticas de informação e leitura nos diversos espaços informacionais. (PPGCI-UNESP, 2022, *on-line*)

Assim, levando-se em conta ser esta pesquisadora pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UNESP/Marília, SP) e que esta tese visa a uma contribuição social, pretende-se somar esforços para que ferramentas oferecidas por bibliotecas públicas sejam aprimoradas com vistas à redução da desigualdade, por meio da competência em informação. Tal esforço, genuíno, torna-se ainda mais latente quando é de conhecimento que a frequência ou a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade é constatada em bibliotecas públicas da cidade de Campo Grande, MS e que não existem atendimentos voltados

a elas a partir de suas necessidades informacionais. Aliás, nem ao menos se sabe quais são essas necessidades. Assim, concorda-se com a afirmação de que:

A situação de rua só pode ser resolvida através de um esforço concentrado das instituições e da sociedade civil para desenvolver estratégias integradas. A luta tem que ser multidimensional, há que tratar das causas que conduzem a esta situação, como também das consequências dramáticas que afetam a população de rua. É preciso zelar para que seus direitos sejam protegidos, assegurando assistência social, saúde, educação, trabalho, a fim de reverter a situação de rua. As ações precisam também ser transversais, envolvendo associações, ONGs, entidades públicas e todos os níveis do governo. (BRASIL, 2013, p.7),

Compreende-se então, que são necessários esforços de instituições, como as bibliotecas públicas, que tem no seu cerne a função social, constituindo-se em espaços fundamentais para a promoção e para o avanço dos objetivos da Agenda 2030 da ONU (IFLA, 2015). É preciso também, que os formuladores de políticas públicas as considerem em seus planos nacionais, sendo estabelecidas estratégias integradas entre universidades e bibliotecas, entre governos e bibliotecas, unindo assim esforços no combate e na luta contra a pobreza, no avanço do desenvolvimento humano. Uma ferramenta que se apresenta com potencial transformador é a competência em informação, que deve ser vinculada à ação e a partir de um contexto (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

Embora esta pesquisadora não trabalhe em uma biblioteca pública que tem como público a população em geral e a composição de um acervo geral, mas em uma biblioteca universitária pública, mais voltada para a comunidade acadêmica, tendo em vista o seu acervo especializado, acredita-se ser imprescindível a universidade ir ao encontro de outros públicos, que normalmente não estão nas bibliotecas universitárias. Como bibliotecária de uma universidade pública, portanto, entende-se que conhecer a comunidade de uma biblioteca pública é também olhar para potenciais usuários da própria biblioteca onde trabalha, e perceber que a universidade pode e deve sair dos seus muros e se colocar à comunidade como uma ferramenta de transformação e de oportunidade.

São comuns os trabalhos de extensão na universidade, porém, menos comum é um profissional de biblioteca universitária se lançar fora dos seus espaços

acadêmicos. Assim, também será uma oportunidade de, como bibliotecária pesquisadora, trabalhar com grupos de comunidade, fora da universidade. É uma tentativa de construir espaços de integração entre a universidade, por meio de uma bibliotecária, e a comunidade. Sendo assim, também atende ao Manifesto de Florianópolis que em suas dimensões abarca responsabilidades, ações e recomendações para profissionais, sobre a competência em informação voltada às minorias e populações vulneráveis. Dentre elas estão a transformação e promoção da mudança, bem como atuação junto às comunidades (populações vulneráveis e minorias) para a produção de conteúdos informacionais sobre sua história, cultura e meio social (MANIFESTO..., 2013).

1.2 Pressupostos da pesquisa

A tese visa suprir uma lacuna nos estudos de competência em informação com pessoas em situação de rua, baseados em Aprendizagem e Serviço (ApS) e dialogando com várias dimensões da competência em informação, tais como a técnica, estética, ética e política, visando uma compreensão holística e empática desse grupo vulnerável. Busca-se com isso, compreender como se dá a relação de acesso e uso da informação por esta população, já que se parte de suas necessidades informacionais. A partir disso, contribuir com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de competência em informação, aplicável às bibliotecas públicas.

Está relacionada com o interesse coletivo já que envolve um grupo de pessoas em situação de extrema pobreza, situação esta que diz respeito e de responsabilidade de a toda sociedade, não somente em nível local, mas mundial, visto ser crescente o aumento da pobreza e conseqüentemente, pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa é viável tendo em vista a existência de duas bibliotecas públicas, uma estadual e outra municipal, na cidade de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, onde é sabido e constatada a presença de pessoas em situação de rua que ocupam esses espaços para ocupação do tempo e outros motivos até então

desconhecidos. As bibliotecas encontram-se abertas de segunda a sexta-feira e seus responsáveis manifestaram interesse em cooperar com a pesquisa.

Assim, a tese em foco acha-se apoiado nos seguintes pressupostos:

- Várias são as motivações e situações para que uma pessoa passe a viver na rua, mas na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua o desemprego é o segundo mais citado (29,8%), ficando atrás de problemas como alcoolismo/ou drogas (35,5%). (BRASIL, 2009a).

- Entende-se que um projeto de Competência em Informação a ser desenvolvido com esse grupo de pessoas num espaço de biblioteca pública, onde já existe histórico da presença de parcela delas, possa contribuir para que aumentem as suas perspectivas de uma realidade melhor. Afinal, em conformidade com Belluzzo (2018, p. 29) destaca-se que a “ColInfo também é reconhecida como uma competência essencial para o desempenho no trabalho [...] Aqueles que não tiverem boas habilidades de informação serão marginalizados na vida privada e pública, incluindo problemas de empregabilidade.”

- Acredita-se que a biblioteca pública, em colaboração com outros espaços de acolhimento, pode unir esforços para que um projeto de ColInfo possa ser implantado e melhor divulgado entre as pessoas, conseguindo uma maior adesão e resultados esperados

1.3 Delimitação do problema

As implicações voltadas à questão das necessidades informacionais da população em situação de rua, voltam-se para como percebem a necessidade de informação, quais as formas de acesso e uso que fazem da informação sob a ótica da competência em informação e suas inter-relações. Nesse sentido, acredita-se ser importante corroborar com a melhor compreensão desse contexto a fim de construir conhecimentos individuais que se transformem, por conseguinte, em conhecimentos coletivos em torno da necessidade de busca e uso inteligente da informação para a utilização estratégica dessa população como forma de inclusão e de aprendizado

contínuo, reduzindo os níveis de vulnerabilidade na sociedade contemporânea. Tal cenário descreve a problemática da pesquisa em foco.

Destarte, tem-se, portanto, como questão central desta pesquisa: **Quais são as necessidades informacionais das pessoas em situação de rua e sua relação com o acesso e uso da informação?**

1.3.1 Objetivo geral

A presente pesquisa científica estabelece como objetivo geral: Identificar e analisar a relação de acesso e uso da informação voltado à população em situação de rua da cidade de Campo Grande - MS, contribuindo com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação aplicável às bibliotecas públicas.

1.3.2 Objetivos específicos

a) Analisar os preceitos da Competência em Informação na literatura nacional e internacional existente;

b) Identificar o perfil sociodemográfico/ econômico das pessoas em situação de rua;

c) Identificar as percepções das pessoas em situação de rua de Campo Grande, MS e as práticas decorrentes quando frequentam as bibliotecas públicas para o acesso e uso da informação, sob a ótica das suas necessidades informacionais em inter-relação com as dimensões, padrões e indicadores de Competência em Informação;

d) Elaborar diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação para a população em situação de rua, baseado em Aprendizagem e Serviço (ApS), aplicável às bibliotecas públicas.

Para uma melhor compreensão desta tese, descreve-se como se encontra estruturada, além desta seção de introdução:

• A **seção 2** - e subdivisões - aborda sobre as pessoas em situação de rua, desde uma percepção legal no Brasil, ou seja, a definição instituída pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, fazendo uma reflexão acerca dos estigmas que os permeiam, e a violação de direitos vivenciada diariamente por elas. Apresenta a conotação marginal dada a essa população, e encontrada em alguns períodos históricos do Brasil, buscando também em processos migratórios, como o nomadismo, e alguns de seus tipos, lampejos de compreensão sobre aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade social e desfiliação social.

Ainda nesta seção é traçado um panorama da situação de rua, vivida por pessoas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, tendo em vista que a pesquisa se realiza na cidade de Campo Grande, capital do referido Estado. Explora a invisibilidade social dessas pessoas, assim como a fragmentação de dados oficiais acerca das mesmas, o que dificulta o estabelecimento de políticas públicas exitosas, para o enfrentamento do grave problema social. Expõe o agravamento da situação durante a pandemia da COVID-19, em que, além das dificuldades já enfrentadas há décadas, outras de ordem sanitária foram somadas. Com a realidade pandêmica, o número de pessoas que perderam emprego e renda subiu, levando outros milhares a esta situação de extrema fragilidade social. O acesso informacional dessas pessoas nunca foi tão necessário, contudo, ainda mais fragilizado perante a ausência de meios necessários para obtê-lo.

As violências em massa sofridas por parte desta população também são encontradas na história, em forma de chacinas e massacres. Com elas, a formação de movimentos com a finalidade de fortalecer e proteger os direitos e a dignidade dessas pessoas também pode ser encontrado neste capítulo, onde se aborda sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e a construção de garantias legais, algumas previstas em políticas públicas. Assim, finalizando a seção 2, são explorados alguns aspectos sobre a constituição de políticas públicas e a sua conexão com a política nacional, sobretudo quando os profissionais bibliotecários são chamados à contribuição para com a legislação e à luta para a difusão e mobilidade junto à sociedade para a construção de políticas públicas voltadas à competência em informação, como requer o Manifesto de Florianópolis em 2013.

Encerra com considerações sobre a Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua, traçando correlações entre a questão habitacional e o direito constitucional à moradia, com uma abordagem sobre o modelo *Housing First*.

- A **seção 3** - e subdivisões - traz a competência em informação como um direito humano, e com potencial poder de transformação em contextos de vulnerabilidade social. Começa traçando considerações acerca da noção e conceitos de “competência”, sobretudo em contextos de aprendizagem ao longo da vida exigidos na sociedade atual, também estabelecendo um breve paralelo com a noção de habilidade.

Discorre sobre estudos, abordagens e conceitos da competência em informação ao longo dos anos, e aspectos envolvendo a consolidação da temática no Brasil e no mundo, recuperando estudos de pesquisadores e organismos/instituições internacionais com abordagem histórica do desenvolvimento da temática. Perpassa pela Competência em informação e Midiática, tendo em vista competências exigidas pelo mundo virtual e midiático.

A seção 3 ressalta ainda a importância de estudos envolvendo a competência em informação e sua conexão com a vulnerabilidade social, tendo em vista que esta pesquisa envolve sujeitos em situação de rua, portanto, vulneráveis. Ao trazer as dimensões da competência em informação a partir de múltiplas abordagens, ressalta aquelas que podem contribuir para a melhoria de contextos vulneráveis, uma vez que não são contextos, *a priori*, ideais, mas sim de realidades que precisam ser compreendidas a partir de uma visão holística. Por isso, envolve abordagens da competência em informação sob o viés de algumas dimensões, tais como a técnica, socioemocional, cultural, incluindo a afetiva e ecológica, estética, ética e política, dentre outras. Além disso, apresenta diretrizes, padrões e indicadores da competência em informação, a partir de referências nacionais e internacionais, sobretudo estudos que possam contribuir com subsídios para o alcance do objetivo geral desta pesquisa.

Ao evidenciar a função social da competência em informação, traz reflexões no sentido de compreendê-la como um processo que permite combater o racismo (observando-se questões de interseccionalidade), bem como a aporofobia. Encerra-

se a seção 3 com uma abordagem acerca da mediação acolhedora de bibliotecas e dos centros de apoio, às pessoas em situação de rua, envolvendo o processo de mediação da informação em prol da competência em informação.

- A **seção 4** contempla a fundamentação teórico-metodológica, apresentando e caracterizando a pesquisa como um estudo de caso, empregando as técnicas de revisão bibliográfica, a observação direta extensiva por meio do questionário, e a escala social e de atitude (Escala de Lickert), aplicado às pessoas em situação de rua, além da observação direta intensiva realizada por meio da entrevista com os gestores das bibliotecas públicas e do centro de acolhimento, que atendem as pessoas em situação de rua. Para o tratamento dos dados coletados informa, ainda, que foi utilizada a análise de conteúdo de Lawrence Bardin.

A seção 4 aborda também o universo da pesquisa, que envolve duas bibliotecas públicas da cidade de Campo Grande, MS, além de um centro de acolhimento. Apresenta como sujeitos da pesquisa os frequentadores de ambas as bibliotecas, assim como os gestores das unidades citadas.

- A **seção 5** - e subdivisões - traz a análise e discussão de dados para uma melhor compreensão das percepções e práticas informacionais das pessoas em situação de rua. Identifica o retrato da situação não só do perfil sócio demográfico/econômico das pessoas em situação de rua, como de suas necessidades e práticas informacionais, estabelecendo considerações acerca do acesso e uso da informação por parte dessa população que frequenta as bibliotecas públicas de Campo Grande (MS), bem como do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), entidade municipal de acolhimento e encaminhamento, voltado à população em tal situação de vulnerabilidade. Identifica que as privações materiais, tais como ausência de moradia, afetam o acesso dessas pessoas à informação que em geral contam somente com a biblioteca pública e informações obtidas por meio do Centro Pop para conseguir acesso a documentos, alimentação, banhos, dentre outras necessidades básicas. Mostra que o acesso desigual à informação recrudescerá ainda mais a forma degradante e humilhante como vivem.

- A **seção 6** - e subdivisões - traz as diretrizes elaboradas, tomando como base os dados obtidos por meio do questionário aplicado com as pessoas em situação de rua e entrevistas com gestores de bibliotecas públicas e centro de acolhimento, e posteriormente tratados com a análise de conteúdo. Também baseou-se na literatura envolvendo a competência em informação, a população em situação de rua, e os princípios básicos da Aprendizagem em Serviço (Aps) apresentando um modelo de projeto para competência em informação, baseado em tal metodologia, trazendo considerações acerca de dimensões identificadas a serem levadas em conta, como a dimensão humana, a dimensão física e material, dimensão política, dimensão informacional e a dimensão metodológica, observadas na elaboração das diretrizes.

- A **seção 7** - e subdivisões - apresenta as considerações finais da tese, trazendo reflexões sobre como se espera que as diretrizes sejam aproveitadas por bibliotecas públicas e profissionais e como parcerias entre bibliotecas públicas e universidades e seus cursos, podem fazer parte de um projeto de competência em informação, tendo em vista que as diretrizes elaboradas foram baseadas na aprendizagem e serviço (ApS). E por fim, traz o potencial das diretrizes no sentido de contribuir com políticas públicas voltadas à competência em informação e população em situação de rua.

2 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA IMPORTAM: REFLEXÕES E ENLACES

Ao longo da realização desta tese, iniciada em 2019, diversos termos têm sido encontrados em textos científicos, artigos de jornais, *podcasts*, vídeos, conversas com outras pessoas, como referência à população que, no Brasil, o Decreto nº 7.053 de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, define como:

[...] população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, Não paginado)

O decreto, além de prever a democratização do acesso e utilização dos espaços e serviços públicos, visa assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas da educação, cultura, trabalho e outras que, se disponíveis, podem garantir as condições mínimas para uma pessoa exercer a sua cidadania. Contudo, na coleta dos termos encontrados para mencionar essas pessoas em situação de rua, muitos deles trazem estigmas, preconceitos, que indicam ou até mesmo comprovam, que tais políticas não têm sido executadas a contento, pois tais pessoas vivem à margem da sociedade.

Segundo Rodrigues e Fernandes (2020), de recorrente confusão categórica, os termos de chamamento às pessoas em situação de rua, acabam reduzindo os indivíduos de tal agrupamento, aos mendigos. No entanto, segundo os autores, nem todos que estão em situação de rua praticam a atividade de mendicância⁵. No Quadro 2 são apresentados alguns dos termos identificados no decorrer desta

⁵ “No Brasil, a associação das pessoas que viviam nas ruas com a mendicância, construiu e fortaleceu a imagem desse segmento com indivíduos que “perambulavam” pelas cidades, sendo classificados como “mendigos”, “andarilhos” e “maloqueiros”. Tal associação gerou e sustentou concepções quanto à compreensão dessa questão no campo da segurança pública, materializadas em ações repressivas nas ruas, confinamento em instituições ou deportação para outras cidades. Só a partir da década de 1970 relacionou-se a existência desse fenômeno com as transformações econômicas e sociais, destacando a migração e o desemprego como principais fatores.” (OLIVEIRA, 2016, p. 207).

pesquisa, em que essas pessoas são tomadas por várias designações, o que pode apontar um desconhecimento ou mesmo preconceito em relação a elas.

Quadro 2 - Terminologia encontrada na literatura especializada para pessoas em situação de rua

Albergado	Acolhido	Andarilho	Bandido
Camelô	Coletores de materiais recicláveis	Cracudo	Desabrigado
Desgraçado	Esmoleiro	Esmoler	Fedorento
Indigente	Itinerante	Louca	Malandro
Maloqueiro	Mangueador	Marginal	Mendicante
Mendigo	Migrante	Morador de rua	Negro
Nômade	Pedinte	Pessoa de rua	Preguiçoso
Profissional do sexo	Rueiro	Sem-abrigo	Sem-teto
Situação de calçada	Sujo	Trabalhador itinerante	Usuário de droga
Vadia	Vadio	Vagabundo	Vagante

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Os termos comumente aplicados a essas pessoas distorcem a realidade, pois esse fenômeno não raramente tenta ser compreendido por meio da definição desses indivíduos como “livres”, sem um passado, sem um histórico familiar, classe social, e ou como se a experiência da rua fosse algo exclusivamente traumático e repentino. Neste sentido, o homem, a mulher e mesmo a criança que se encontram em tal condição, costumam estar associados à ociosidade, taxados como vagabundos e vagabundas. A situação de rua quase sempre marcada a partir da diferença e da exclusão não é produzida, nem está em dimensão oposta à ordem social estabelecida, devendo-se levar em conta as assimetrias de capitais, as divisões de riquezas e o poder de consumo das pessoas, ou seja, são indivíduos que se encontram em condição desprivilegiada em relação ao restante da sociedade (RODRIGUES; FERNANDES, 2020).

Em estudo apresentado por Rodrigues *et al.* (2020), a referência identitária “de rua” é apresentada como construção simbólica e narrativa política (categoria temporal) e não como uma questão física, comportamental ou de localização geográfica (categorial espacial). Segundo o autor, no Brasil Colônia e Império, o primeiro agrupamento de conotação marginal no contexto urbano era ligado à vadiagem e à mendicância, pois eram pobres não localizáveis na estrutura escravocrata, visto não serem nem proprietários e nem trabalhadores. Como não existiam relações de dependência pessoal com os proprietários, não estavam integrados à produção mercantil da monocultura. Neste cenário é que surge em 1830 a figura dos vadios e mendigos, cujo “Código Criminal do Império do Brasil” institui a vadiagem e a mendicância como delitos públicos e urbanos.

Uma distinção básica entre vadio e o mendigo pode ser encontrada até o final do século XIX. O primeiro era considerado indisciplinado, uma força de trabalho desperdiçada, e que por escolha própria, assim decide viver. Já o mendigo era considerado um miserável, infeliz, inabilitado para o trabalho, sendo encontrado subcategorias, dentre elas, os “pobres da paróquia”, “pedinte com freguesia certa” e o “pedinte de porta em porta” ou “devoto.”⁶ Os mendigos contavam com uma maneira mais tolerante de tratamento, havendo uma lista de enfermidades ou deformidades que a justificavam. “A visibilidade dos sinais inabilitadores, a publicidade, era um dos fatores determinantes à isenção ao crime.” (RODRIGUES *et al.*, 2020, p. 26-27).

O Código Penal da República Velha de 1890 previa a punição da vadiagem sob um tipo denominado “desordem”. Tratava-se de exemplo típico de criminalização de um comportamento que reprimia uma camada social específica, discriminada pela cor. A prática da “capoeiragem”, mesmo sendo objeto de censura, não figurou como delito no Código Criminal do Império de 1830. Mas, no Código Penal de 1890 foi inserido no Capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras. “A

⁶ “Pobres da paróquia” eram os miseráveis amparados pelas esmolas dos fiéis das igrejas, da própria igreja e vizinhança. “Pedinte com freguesia certa” agia de maneira mais refinada, havendo um cuidado com a forma de se vestir, portando-se com mais refinamento e discrição, com contribuintes certos. “Pedinte de porta em porta” ou “devoto” não tinha destino certo ou específico para a mendicância, sendo todas as formas de pedidos e súplicas, vinculadas ao contexto urbano (RODRIGUES *et al.*, 2020).

preocupação com a ‘capoeiragem’ está ligada a uma conjuntura histórica⁷ e em particular a uma cidade – o Rio de Janeiro do período imediatamente posterior à Abolição” (FAUSTO, 1984, p. 35). Para este autor, a massa de vadios era constituída por uma população destituída, onde era encontrado um número substancial de “pretos e mulatos”, marginalizados das atividades econômicas atraentes nos períodos pré e pós-Abolição.

Analisando o artigo 399 do Código Penal de 1890, identifica-se que além da condição de subsistência já prevista no Código Criminal de 1830, o mesmo menciona “domicilio certo em que habite”, em que “[...] a moradia certa passa a ser um dos elementos para excluir a tipicidade de conduta, fato que engendra os primeiros interstícios de marginalidade jurídica aos desabrigados no Brasil” (RODRIGUES *et al.*, 2020, p. 28). Segundo o texto original, constitui-se em contravenção:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e **domicilio certo em que habite**; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias. (BRASIL, 1890, grifo nosso).

No breve resgate histórico dos institutos penais, sobretudo a partir do Brasil Império (1822-1889) é possível perceber que a situação hoje encontrada, com milhares de pessoas em situação de rua, encontra eco no passado do país. É possível identificar que a vadiagem, a mendicância, a capoeiragem, os escravos, “libertos”, os paupérrimos livres, marginalizados, e os excluídos da estrutura social vigente de cada época, trazem uma carga histórica, e até moral dentro da sociedade brasileira.

Na Guerra do Paraguai, por exemplo (1864-1870), era comum que as famílias dos soldados acompanhassem as tropas que seguiam para a guerra. Assim, não só

⁷ “A Cidade do Rio de Janeiro, naquela época, era a capital do Brasil, e como tal, um cartão de visitas, que não poderia se maculado pelo crime e pela delinqüência [*sic*] dos capoeiristas. Este processo civilizador que se instaurava no país, era na realidade, um projeto de construção de um país branco, ocidental, cristão, de valores europeus, e de grande recusa de sua matriz africana, e no que nos é concernente, de domesticação da Capoeira” (VIEIRA, 2004, p. 13).

de soldados - diga-se, um grupo de homens mal armados, sem sistemas logísticos, sanitários, de inteligência ou de engenharia adequados - era composto o batalhão brasileiro (DOURADO, 2014). A autora afirma:

Também pretende-se resgatar outro grupo que esteve presente nos campos de batalhas, mas que é pouco conhecido e pesquisado, que foi o grupo das mulheres dos soldados, mães, esposas, amantes, prostitutas, viúvas, enfermeiras, prisioneiras, **escravas**, **andarilhas** e vivandeiras, entre tantas outras mulheres soldadas, que não tinham suas funções bem definidas e que nunca tiveram seus nomes registrados. (DOURADO, 2014, p. 22-23, grifo nosso).

A Guerra da Tríplice Aliança, Guerra com o Paraguai, Grande Guerra, Guerra Maldita ou Guerra do Paraguai, envolveu o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, durou 5 anos e deixou na História um rastro de sangue, fome, privações, sofrimentos, doenças, mas também uma marca de invisibilidade de grupos como as mulheres, dentre elas, as escravas e andarilhas. Um grande número dessas mulheres que por motivos diversos⁸ participaram da guerra, sofreram violências sexuais, e serviram como escravas às tropas paraguaias. As mulheres que acompanhavam as tropas do Exército o faziam por necessidade em conseguir alimentos e proteção. Porém, nem sempre a permanência das mesmas no acampamento era permitida, e por isso, seguiam a uma certa distância a pé ou a cavalo. Assim, “[...] as mulheres, esposas e amantes dos soldados dos quatro países envolvidos sofriam mais, **desabrigadas** e com poucos alimentos, logo ficando doente, havendo também registros de morte por frio” (DOURADO, 2014, p. 79, grifo nosso).

Grande parcela dos recrutados apesar de inexperientes, pobres e despreparados, foram transformados em guerreiros para lutar. No Brasil, a necessidade de convocação de grandes contingentes para integrar o Exército para lutar contra o Paraguai, em um curto intervalo de tempo, acabou incluindo os grupos socialmente excluídos. Desse modo:

[...] abriu espaços para todos esses segmentos: aos negros, mestiços, aos homens pobres da cidade e do campo, vadios e perigosos, ao presidiário [...] a inclusão nas fileiras das forças militares acenava para o negro escravo

⁸ As mulheres garantiam parte dos serviços essenciais para o funcionamento de um exército em campanha, como o abastecimento, cuidados médicos e alimentares (DOURADO, 2014).

com a perspectiva de liberdade, e para a legislação que exigia a alforria como condição prévia para o engajamento de escravos. (DOURADO, 2014, p. 189-190).

Assim, os negros que eram libertados partiam para a Guerra confiantes, e na esperança de uma nova vida. Mal sabiam que o pano de fundo, tanto dos recrutamentos voluntários quanto dos recrutamentos forçados, servia a um duplo objetivo: “[...] além de forjar soldados que servissem nas forças de defesa do Estado Imperial, buscavam neutralizar a ação de indivíduos excluídos, entendidos, então, como ameaças ao estabelecimento da ordem urbana e social.” (DOURADO, 2014, p. 191). Ainda de acordo com o autor, menores que vagavam pelas ruas, ébrios, arruaceiros, acometidos pelos vícios da ociosidade e do crime, quando presos, podiam ser conduzidos automaticamente para as Forças Armadas como recrutas.

Observa-se por meio de um breve recorte histórico, como a Guerra do Paraguai, que o fenômeno situação de rua, no Brasil, não é recente, e nem sempre esteve explícito ou transparente para a sociedade. Quando se fala em crianças e jovens que vagam pelas ruas, sobre bêbados, vadios, negros, mulheres andarilhas, desabrigadas é como se o grupo tivesse sido transportado através do tempo aos dias atuais. Essa impressão acontece porque sempre foram grupos cujas vozes não foram ouvidas. São os mesmos grupos, os mesmos estigmas e uma precarização cada vez maior do “modo” de vida dessas pessoas. E modo, com certeza, não é a palavra que melhor traduz as dores, as privações a que essas e outras minorias são submetidas, pelos que governam e pela sociedade.

Os processos migratórios de pessoas, da cidade para o campo ou do campo para a cidade, de uma cidade para outra, ou de um país para outro, encontram registros em diversos períodos da História. Em geral, são grupos em busca de uma vida melhor, fugindo de guerras e da violência, almejando um abrigo e moradias seguras, o que nem sempre se torna realidade. Nem no presente e nem no passado.

No contexto europeu, o modelo social e econômico baseado na terra, o Sistema Feudal, desenvolveu-se em parte pela migração das pessoas que fugiam das invasões bárbaras, abandonando as cidades, e migrando para o campo. O

processo de ruralização vivido pela Europa, ocorrida na Idade Média⁹, foi fundamental para a formação da sociedade medieval, e por consequência numa sociedade feudal (SCHIPANSKI, PANTAROLO, 2009), caracterizada por um modo de produção no qual, embora os camponeses ocupassem e cultivassem a terra, não eram seus proprietários. Essas terras pertenciam e eram controladas por uma classe de senhores feudais que, por meio de uma relação político-legal de coação, extraíam excedentes de produção dos camponeses. Esta relação social, de coerção extraeconômica, assumia uma configuração de serviços, arrendamentos em espécie, dentre outras obrigações costumeiramente prestadas pelo camponês ao senhor feudal (ANDERSON, 2013).

Da Idade Média, as edificações seculares, como os castelos e as fortificações são as que mais impressionam. Contudo, “a maior parte das pessoas comuns viviam em casas de madeira, e sobre estas pouca coisa se sabe.” (LOYN, 1997, p. 87). No entanto, há registros na literatura do quão precárias, eram as moradias dos que estavam submetidos aos senhores feudais, os donos das terras:

O camponês vivia numa choupana do tipo mais miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terra espalhadas (todas juntas tinham, em média, uma extensão de 6 a 12 hectares, na Inglaterra, e 15 a 20, na França), **conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável.** Teria vivido melhor não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a terra do senhor, sem pagamento. Tampouco era esse o único trabalho a que estava obrigado (HUBERMAN, 2017, p. 5, grifo nosso).

Assim, os chamados servos trabalhavam para os senhores feudais em suas terras, em troca de alguma proteção e moradia, por mais precárias que fossem. Enquanto na Idade Antiga a mão de obra era escravizada, no período medieval, a mão de obra era servil, devendo o servo, dentre várias exigências, entregar parte do que produzia nas terras para o senhor feudal. A longo prazo, vê-se como

⁹ “ [...] o longo período de mil anos compreendido entre os limites convencionalmente aceitos para a Idade Média não representa uma situação estática e homogênea. O traço mais óbvio da Idade Média não é a unidade, mas a dicotomia, a mobilidade, considerando ainda que jamais compreenderemos o desenvolvimento da Europa medieval se ignorarmos a interação Oriente e Ocidente [...] Antiguidade Tardia ou Primeira Idade Média (IV-VIII); Alta Idade Média (VIII-X), Idade Média Central ou Plena Idade Média (XI-XIII), e finalmente, Baixa Idade Média (XIV-XV)” (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 26).

consequência, o crescimento da atividade comercial, ou seja, “[...] a expansão do comércio, trazendo em consequência o crescimento das cidades, habitadas sobretudo por uma classe de mercadores que surgia [...]” (HUBERMAN, 2017, p. 22). Num processo inverso ao da ruralização ocorrida na Alta Idade Média, ocorre a urbanização e o renascimento do comércio, na Europa, e a partir do século XIV, começa um processo de decadência do sistema feudal.

Nos séculos XVI e XVII, já na Idade Moderna, o número de mendigos causa espanto, também chamada de Idade dos Mendigos¹⁰. A Paris da década de 1630, por exemplo, era constituída por um elevado número de mendigos, tanto na cidade quanto nas áreas rurais. Estima-se que um quarto da população da cidade vivia na miséria (HUBERMAN, 2017), e dentre as razões socioeconômicas para o aumento da população pauperizada estava o empobrecimento de parte expressiva dos camponeses em decorrência do crescimento demográfico (CHARTIER, 2004). Tais condições eram análogas em países como Inglaterra, Holanda e na Suíça, onde “quando não havia outra forma de se livrar dos mendigos que sitiavam suas casas ou vagavam em bando pelas estradas e florestas, os homens de bens organizavam expedições contra esses desgraçados heimatlosen (desabrigados)” (RENARD, WEULERSSE, 1926, p. 287 apud HUBERMAN, 2017, p.75).

Durante a Revolução Industrial¹¹ (1760-1840), a situação habitacional em que viviam os trabalhadores da Inglaterra é descrita de uma forma que parece se repetir ainda hoje, quando, por exemplo, observadas as condições de moradia de muitas famílias ou dos que vivem em situação de rua, no Brasil e em diversos países. Assim:

¹⁰ O mesmo período é conhecido como a Idade dos Fuggers. Entre os séculos XVI e XVII, as guerras foram frequentes, quase ininterruptas, e quem as financiava eram os ricos, como os mercadores e banqueiros. Um deles foi o banqueiro alemão, Jacob Fugger (1459-1525), homem de dinheiro e influente, já que pouca coisa de importância no século XVI deixou de ter a sua interferência. “Até o papa devia dinheiro aos Fuggers” (HUBERMAN, 2017, p. 104). Teve grande influência sobre o poder político da época. Curiosamente, “Sua obra mais famosa é o Fuggerei: um projeto de habitação social que criou na cidade de Augsburg, no sul da Alemanha, e que continua conhecida porque quem vive ali paga um aluguel simbólico de US\$ 1 por ano.” (O HOMEM..., 2017, *on-line*).

¹¹ Transformação ampla e profunda na estrutura organizacional econômica-social inglesa e mundial. Com origens complexas e diversas, um dos fatores que contribuiu para este processo de mudança foi o crescimento da população, assim como a migração de pessoas do campo para as cidades, resultando em um amplo crescimento da mão de obra disponível, e sua exploração pela burguesia emergente (LIMA; OLIVEIRA NETO, 2017).

Se um marciano tivesse caído naquela ocupada ilha da Inglaterra teria considerado loucos todos os habitantes da Terra. Pois teria visto de um lado a grande massa do povo trabalhando duramente, voltando à noite para os **miseráveis e doentios buracos onde moravam, que não serviam nem para porcos**; de outro lado, algumas pessoas que nunca sujaram as mãos com o trabalho, mas não obstante faziam as leis que governavam as massas, e viviam como reis, cada qual num palácio individual. (HUBERMAN, 2017, p. 142, grifo nosso).

No contexto de pandemia da COVID-19, deflagrada em março de 2020 pela Organização da Saúde (OMS) constatou-se o aumento nos níveis de pobreza e desigualdade no mundo, na América Latina, incluindo o Brasil (CEPAL, 2021; NERI, 2022; WORLD BANK GROUP, 2022b), de pessoas miseráveis, deambulando pelas ruas, sem emprego, sem ter o que comer, sem mesmo poder observar as condições mínimas sanitárias, necessárias em período tão crítico que a humanidade vive. No Brasil, é possível constatar a olhos nus o aumento das pessoas em situação de rua durante a pandemia, o que motivou inclusive, a proposição do Projeto de Lei (PL) 1.635/2022 para a criação do Estatuto da População em Situação de Rua, do Fundo Nacional da Pessoa em Situação de Rua e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2022d, 2022e; FIOCRUZ, 2021). Muitas são as causas da falta de moradia, mas a especulação imobiliária desde há muito faz parte de um sistema perverso, cujo prejuízo a qual as pessoas são submetidas, é capaz de tirar-lhe a dignidade e até mesmo a vida, pois são levadas a viver em condições degradantes e prejudiciais à saúde e ao bem-estar. Propositalmente voltando no tempo da História, durante o período da Revolução Industrial, tal situação é assim descrita:

[...] Por pior que fossem as moradias dos escravos, tanto nas Índias Ocidentais como Meridionais, poderia alegar que sob muitos aspectos não eram piores do que as residências dos trabalhadores nas novas cidades fabris. [...] Artigos feitos por trabalhadores que viviam em moradias escuras, insalubres, superlotadas. Nassau Senior, economista de renome, passou por Manchester em 1837, e assim descreveu o que viu: 'Essas cidades, pois pela extensão e número de habitantes são cidades, foram construídas sem qualquer consideração pelo que não fosse a vantagem imediata do construtor especulador. ... Num lugar encontramos toda uma rua seguindo o curso de um canal, porque dessa forma era possível conseguir porões mais profundos, sem o custo de escavações, porões destinados não ao armazenamento de mercadorias ou de lixo, mas à residência de seres humanos. *Nenhuma das casas dessa rua esteve isenta do cólera*. Em geral, as ruas desses subúrbios não têm pavimentação, e pelo meio corre uma vala, ou há um monturo; os fundos das casas quase se encontram, não há

ventilação nem esgotos, e famílias inteiras moram num canto de porão ou numa água-furtada.' [...] O efeito dessas condições de habitação na saúde dos pobres que ali viviam é evidente. As doenças e a morte assolavam os que tinham a infelicidade de viver em ruas tão insalubres como essas. Quem nascia no outro lado da cidade era realmente de sorte, porque a média de vida era determinada pelo lugar onde se morava [...] (HUBERMAN, 2017, p. 145, grifo do autor).

Sem a pretensão do rigor cronológico ou histórico, percorrer o passado buscando evidências de que o problema de moradia, a exploração do trabalho, a miséria e doenças sempre andaram próximas, ajuda na construção de melhor compreensão sobre a realidade atual, sobretudo àquelas relacionadas às moradias ou falta delas, o quão secular é um tema como o que se busca aprofundar para se pensar numa estratégia para o desenvolvimento de um projeto de competência em informação. E o que se encontra de vestígios ou comprovações históricas reforça sobre o quão pouco a humanidade evoluiu. Naturalizava-se a miséria vivida pelos camponeses do passado, assim como se banaliza a miséria e precariedade de habitação na atualidade.

Contudo, assim como as características das pessoas que vivem hoje nas ruas não são homogêneas, o nomadismo de certa forma faz parte do modo como vivem, seja porque queira, seja porque são forçados a isso. Assim, acredita-se que compreender o nomadismo sob uma perspectiva também histórica, ajudará ao que se propõe nesta pesquisa. É o ponto de discussão que será tratado a seguir.

2.1 Breve resgate histórico do nomadismo

Ao imergir na literatura para melhor compreensão dos sujeitos vulneráveis em questão, a necessidade de refletir sobre o nomadismo se faz presente. Sobretudo, ao adentrar acerca de acontecimentos históricos sobre os processos migratórios de pessoas, esbarrando-se, por conseguinte, na questão da moradia. Conforme abordado no item 2, em breve incursão por alguns dos períodos como a Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea, constata-se sobre a importância dos povos nômades na formação da Europa Oriental.

As invasões nômades vindas da Ásia Central varrem a Europa por sucessivas vezes, exercendo uma importante influência na História da Europa Oriental, sendo uma delas, a de que o impacto de tais invasões retardou de maneira significativa, a evolução interna das sociedades agrícolas (sedentárias). O chamado nomadismo pastoril representou um modo de produção distinto da agricultura feudal. Foi em diversos aspectos, uma exploração mais especializada e experiente do mundo natural do que a agricultura feudal, havendo registros históricos de formações sociais nômades¹² politicamente superiores¹³ às sociedades sedentárias, na organização e no exercício do poder (ANDERSON, 1991).

A origem dos povos nômades pastoris está relacionada com a utilização de um determinado espaço (terra, solo), para fins de alimentação do gado. Em lugares como o deserto, a distribuição das chuvas é o que impulsiona a mobilidade do gado e do pasto. Geograficamente, o território precisa ser amplo e animais capazes de adaptação às condições climáticas (TERÁN, 1952). Todos os povos pastoris são em sua origem migratórios, e a sua subsistência vem dos rebanhos, sendo que “o que é apropriado e reproduzido aqui é apenas o rebanho e não o solo, que é sempre usado em comunhão temporária onde quer que a tribo divida suas andanças”. (MARX, 1965, p. 89, tradução nossa)¹⁴. Dos animais, o homem nômade retira o que precisa para sobreviver:

O animal, com efeito, fornece ao nômade os recursos básicos de sua vida material. Você pode contar com ele para sua alimentação e para o

¹² “As formações sociais nômades eram definidas pelo caráter móvel de seus meios básicos de produção: eram os rebanhos – e não a terra – que sempre haviam constituído a riqueza fundamental do pastoreio transumante e que articulavam a natureza de seu sistema de propriedade. Assim, as sociedades nômades tipicamente combinavam a propriedade individual dos animais com a apropriação coletiva da terra. Os rebanhos pertenciam a famílias, e suas pastagens eram usufruto de clãs ou de tribos nômades. Além do mais, não é o caso de uma propriedade coletiva da terra: ela não era uma possessão fixa, ao contrário do que ocorre em uma sociedade agrícola, em que o solo é objeto de ocupação e cultivo permanentes.” (ANDERSON, 1991, p. 211-212).

¹³ O Império Mongol (1206 – 1368) é um caso extremo de “um território imperial maior que qualquer outro sistema de Estado singular – jamais havido antes ou depois.” (ANDERSON, 1991, p. 215). Única superpotência do mundo no século XIII, Chinggis Khan e seus herdeiros criaram o maior império contíguo do mundo, que no auge se estendeu da Coreia à Hungria. Os Chinggisids não apenas conquistaram toda a estepe da Eurásia, lar dos nômades, como uniram sob seu domínio três outras civilizações: a chinesa, islâmica e os cristãos ortodoxos (BIRAN, 2013).

¹⁴ Texto original: “What is appropriated and reproduced is here only the herd and not the soil, which is always used in temporary commonalty wherever the tribe breaks its wanderings.” (MARX, 1965, p. 89).

suprimento de matéria-prima necessária para a confecção de suas roupas, calçados e quarto. É o instrumento de transporte e combate. A dieta do nômade, mais do que a carne, só consumida nas grandes solenidades, consiste em leite, fresco, coalhado, fermentado, em forma de manteiga ou queijo.

Na Ásia, em comparação com os chineses e outros povos da civilização chinesa que, embora criem gado para trabalhar, não consomem seu leite, os nômades se distinguem por sua dieta eminentemente láctea. O nômade depende também do animal para o seu quarto, a tenda de pele, que nas suas muitas variantes é o tipo de casa perfeitamente adequado pela sua simplicidade e mobilidade para uma vida em perpétua mudança. É a mesma adaptação que revela seu mobiliário, constituído por alguns cestos e potes de metal, madeira ou barro e a tapeçaria como objeto de luxo, no qual o nômade expressa sua fantasia artística. (TERÁN, 1952, p. 10, tradução nossa)¹⁵.

Durante a Idade Média, constata-se que de razões diversas, como econômicas, políticas, religiosas, e de sobrevivência, o nomadismo incessante envolveu diversas camadas da sociedade. Cita-se o exemplo das cruzadas, que além das motivações religiosas, os historiadores apontam “[...] uma inegável sede de outro lugar [...] E sabe-se que se os sucessos militares foram mais do que fracós, o contato com outras civilizações fascinou boa parte da nobreza europeia.” (MAFFESOLI, 1999, p.132)¹⁶. No extremo oposto da escalada social, a avidez por outros lugares, por outras terras e destinos, durante a Idade Média, também é encontrada em camadas mais pobres. Assim é descrita a vida cotidiana de uma

¹⁵ Texto original: “El animal, en efecto, proporciona al nómada los recursos básicos de su vida material. Con él cuenta para su alimentación y para el aprovisionamiento de las materias primas necesarias para la confección de su vestido, calzado y habitación. Es el instrumento de transporte y combate. La alimentación del nómada, más que en la carne, sólo consumida en las grandes solemnidades, consiste en la leche, fresca, cuajada, fermentada, en forma de mantequilla o de queso.

En Asia, frente a los chinos y otros pueblos de civilización china que, aunque crían el ganado para el trabajo, no consumen su leche, los nómadas se distinguen por la alimentación eminentemente láctea. Del animal depende también el nómada para su habitación, la tienda hecha de piel, que en sus muchas variantes es el tipo de casa perfectamente conveniente por su sencillez y movilidad para una vida de perpetua mudanza. Es la misma adaptación que revela su mobiliario, consistente en algunas cestas y vasijas de metal, madera o barro y del tapiz como objeto de lujo, en el cual el nómada da expresión a su fantasía artística.” (TERÁN, 1952, p. 10).

¹⁶ Texto original: “[...] una innegable sed por otro lugar [...] Y se sabe que si los éxitos militares fueron más que débiles, el contacto con otras civilizaciones fascinó a buena parte de la nobleza europea.” (MAFFESOLI, 1999, p.132)

aldeia herege nos Pirineus¹⁷, reconstituída com base nos interrogatórios inquisitoriais:

Mas já conseguimos formar alguma impressão da vida dessas pessoas. Aqui, estamos principalmente preocupados com os pastores iterativos que se moviam pelo país. **Eles formaram um semiproletariado nômade rural, sem eira nem beira**, mas com suas próprias tradições, seu próprio orgulho e suas próprias concepções especiais de liberdade e destino nas montanhas. Eles contribuíram, temporária e permanentemente, para a grande onda de emigração dos Pirineus que gradualmente fluiu para as terras baixas, especialmente para a Espanha. (LE ROY LADURIE, 2013, Não paginado, tradução nossa, grifo nosso)¹⁸

O nomadismo medieval, além de ter uma necessidade determinada pela economia, ou mesmo pela simples funcionalidade, tem como motivação, *a priori*, o desejo de escapar, uma espécie de impulso migratório. Alguns hábitos ou particularidades deste período, apontam para tal sentido, sendo alguns deles: os domicílios abertos diretamente para a rua, os banheiros mistos e coletivos, onde homens e mulheres usam os mesmos espaços, a instabilidade de casais, ou a peregrinação de crianças em idade escolar. Ou seja, há uma prevalência do móvel, do não estabelecido. Assim, não há estabilidade ou delimitação precisa e funcional em temas como sexo, moradia, educação, trabalho, apresentando-se como forte característica o ambíguo polissêmico, abertura à aventura e ao que nela existe de indeciso, arriscado, imprevisível (MAFFESOLI, 1999).

As Grandes Navegações, ocorridas a partir do século XV, período de exploração e navegação pelo Oceano Atlântico, tiveram nos portugueses os seus precursores. O vasto império construído por Portugal é testemunho do espírito aventureiro do povo português, atraído pelo longínquo (MAFFESOLI, 1999), tendo à

¹⁷ “A Cordilheira dos Pirinéus, frequentemente designada simplesmente por Pirinéus, é uma cordilheira montanhosa orientada no sentido Oeste-Este, que se localiza no Sudoeste da Europa [...] fazendo uma fronteira natural entre o Norte da Península Ibérica e o Sul de França. Esta cordilheira abrange três países distintos que são a Espanha, Andorra e França.” (GONÇALVES, MARÇAL, ROMÃO, 2014, p. [1]).

¹⁸ Texto original: “But we have already been able to form some impression of the lives of these people. Here we are chiefly concerned with the iterant shepherds who moved about the country. They formed a rural nomad semi-proletariat, without hearth or home but with their own traditions, their own pride and their own special conceptions of mountain liberty and fate. They contributed, both temporarily and permanently, to the great wave of Pyrenean emigration which gradually flowed towards the lowlands, especially towards Spain.” (LE ROY LADURIE, 2013, Não paginado)

sua frente um Oceano a ser percorrido, rotas comerciais a serem exploradas. Freire (2003) discorre sobre a influência portuguesa na formação do povo brasileiro, e da própria influência sofrida pelos portugueses por povos de origem semita¹⁹:

[...] um dos quais a presença, entre os elementos que se juntaram para formar a nação portuguesa, dos de origem ou estoque semita gente de uma mobilidade, de uma plasticidade, de uma adaptabilidade tanto social como física que facilmente se surpreendem no português navegador e cosmopolita do século XV. Hereditariamente predisposto à vida nos trópicos por um longo *habitat* tropical, o elemento semita, móvel e adaptável como nenhum outro, terá dado ao colonizador português do Brasil algumas das suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência. [...]

A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa; sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente, um pessoalzinho, ralo, insignificante em número - sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra afligiu a Península na Idade Média - conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras: na Ásia, na África, na América, em numerosas ilhas e arquipélagos. A escassez de capital homem, supriram-na os portugueses com **extremos de mobilidade** e miscibilidade [...]. (FREIRE, 2003, p. 69-70, grifo nosso).

Na obra *Casa Grande & Senzala*, Freyre (2003) afirma que os índios, por serem povos que viviam a prática do nomadismo, eram acostumados à vida dispersa. A cultura à época da chegada dos portugueses era a nômade, a das florestas, não sendo ainda agrícola. O autor argumenta que, ao serem incorporados ao sistema econômico do colonizador, os índios sofreram bruscamente com a passagem do nomadismo ao sedentarismo.

Muito embora Freyre (2003) tenha sido criticado²⁰ por apresentar uma visão equivocada e não realista sobre a formação do povo brasileiro, apontado por

¹⁹ “Semitas são todos os povos falantes de línguas semíticas como o arábico e o hebraico, e que originalmente se espalharam por vastas áreas do Sudoeste Asiático, Médio Oriente e Norte de África.” (AMORIM, 2003, p. 2). O termo “semita” foi dado pelo historiador alemão August Ludwig von Schloetzer, em 1781, aos hebreus, arameus, árabes e abissínios, cujas línguas são aparentadas entre si. Na história bíblica, fundamenta-se em Sem, descendente de Noé, segundo o livro Gênesis (GUÉRIOS, 1987). Para Samu (2011), o termo que melhor se adequa, em português, para designar árabes e hebreus é semitas. Já o termo “árabe” surge na história com o rei da Assíria, Shalmaneser III (reinado entre 859 a. C a 824 a. C), e cujo provável significado, na visão do rei, estaria em relacionar os árabes à atividade nômade.

²⁰ Cunha Junior (2013) menciona alguns críticos de *Casa Grande & Senzala*, como os acadêmicos: Kabengele Munanga (2006), em “Repensando a mestiçagem”; Dante Moreira Leite (1969) com “O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia”; Carlos Guilherme Mota (2008), “Ideologia da cultura brasileira”; e Silvia Cortez Silva (2010) na obra “Tempos de Casa-Grande (1930-

apresentar ideias eurocêntricas e racistas, colocando o europeu na posição civilizatória e culturalmente superior (CUNHA JUNIOR, 2013), interessa a esta pesquisa, a abordagem freyriana sobre o “índio movediço”. Ou seja, a ideia do nomadismo presente na história. A obra menciona ainda sobre condições de habitação e trabalho forçado à época da colonização do Brasil, temas de relevância para o presente estudo.

Sem a pretensão de esgotar o tema sobre nomadismo, o breve resgate histórico dá uma ideia de que há muito ele se faz presente na história da humanidade. E poder investigar minimamente essa presença na humanidade, ajuda a melhor compreendê-lo em situações na contemporaneidade, e no âmbito desta pesquisa. O nomadismo apresenta nuances, ou dimensionalidades, o que será, também brevemente, tratado na seção 2.2, com tipos de nomadismo identificados durante a realização desta pesquisa. Assim, a compreensão de que a prática nômade não tem uma concepção binária, onde os nômades praticam a mobilidade contínua, sem parar, e os não nômades, devendo parar, sem mobilidades (JAMES, SOUTHERN, 2019), fica facilitada.

É, contudo, cada vez mais urgente voltar o olhar para o nomadismo contemporâneo, segundo Justo (2008), um fenômeno complexo, porque rompe com o sedentarismo vulnerável, e mergulha no nomadismo avassalador, em condições de vida permeadas por incertezas, fragmentadas e de flutuação identitária. Os nômades contemporâneos, como os trecheiros ou andarilhos de estrada, “[...] vivem de maneira rudimentar pelos acostamentos das rodovias e radicalizam ao extremo essa condição de vida intermediada pelo desemprego, por miséria e incertezas que assolam a sociedade.” (NASCIMENTO, 2008, p. 19).

Em todo o mundo ainda é possível se identificar alguns povos nômades, como os Beduínos (desertos do Oriente Médio e do Norte da África), os Tuaregues (região saariana do norte da África), os Sámi (norte da Noruega, Suécia e Finlândia), dentre outros (IMAGENS..., 2021), que representam o nomadismo como uma

1940)”. Moura (1988, p. 20) critica Gilberto Freyre por colocar a escravidão no Brasil com o sentido de senhores bondosos e escravos submissos, em uma relação de harmonia, o que aponta “[...] tentativa sistemática e deliberadamente bem montada e inteligentemente arquitetada para interpretar as contradições estruturais do escravismo como simples episódio epidérmico, sem importância [...]”.

cultura, um modo de vida de um povo²¹. Contudo, a realidade que se vê pelas cidades do Brasil – como Campo Grande, MS - e do mundo, são massas de pessoas vagando a esmo, tentando fugir, alcançar algo; se em tempos passados os nômades eram impelidos a encontrar um melhor lugar para o seu gado se alimentar, ou cruzando mares e oceanos, atualmente, o nomadismo parece ser guiado por uma bússola: a da exclusão e a do medo. Medo da fome, medo do frio, medo de uma noite mal dormida nas calçadas de uma rua, como é o caso das pessoas em situação de rua, invisibilizadas, afetadas em seus direitos e desprovidos de cidadania, comumente sem acesso às informações que podem diminuir, ao menos um pouco, a distância entre a invisibilidade e a condição de cidadão a que todos têm direito. Assim, procurando avançar um pouco sobre o nomadismo, é possível nomear alguns tipos de nomadismos apresentados na seção 2.2.

2.2 Diferentes tipos de nomadismo

A partir do resgate etimológico da palavra “nomadismo”, cuja origem vem do grego *νέμειν*, e significa “para pastar” ou *νομάς* “quem alimenta rebanhos” (BIASUTTI, 1934; NOMADISMO, 1996) amplia-se a compreensão do resgate histórico descrito na seção 2.1, em que se trouxe o nomadismo a partir da perspectiva histórica. Tal resgate, embora não objetive uma finitude, auxilia na tentativa de melhor compreender a migração de pessoas, fenômeno cada vez mais comumente associado a situações de vulnerabilidade, fruto de desigualdades econômicas e sociais. Corroborar também o entendimento desta pesquisadora de que o fenômeno vivido pelas pessoas em situação de rua é um caso de nomadismo.

O que se percebe é que a movimentação de entrada ou de saída das pessoas seja de uma cidade para outra, de um país para outro, de uma praça para outra, de becos ou lixões para outros, em geral tem ligação com uma busca, seja interior, seja de perpetuação de uma cultura ou por melhores condições de vida e sobrevivência. Assim, do sentido estrito e original, o termo “nomadismo” também abrange os grupos em situação de vulnerabilidade habitacional, conforme a descrição a seguir:

²¹ Modo de vida provavelmente explicado pelo fato de, normalmente, as sociedades nômades serem “[...] famintas e pobres em suas terras de origem infecunda.” (ANDERSON, 1991, p. 214).

O termo 'nomadismo' [...] indica um estilo de vida ligado à criação de animais, que, ao mesmo tempo, implica um movimento no espaço. Esta última nuance de significado tomou conta da primeira, de modo que o termo nomadismo hoje significa, por extensão, qualquer forma de existência social que envolva movimentos periódicos necessários à sobrevivência e reprodução do grupo humano. Portanto, se se trata de grupos que vivem da coleta de plantas silvestres e / ou da captura de caça; que praticam a reprodução movendo periodicamente rebanhos de animais domesticados; ou quem, finalmente, leva uma vida 'móvel' apenas parcialmente voltada para a reconstrução das bases materiais da existência, estamos em todos os casos na presença do fenômeno do nomadismo. Nesse sentido, tanto as formas quanto os papéis estruturais assumidos pelo nomadismo na história humana são múltiplos e dizem respeito a grupos muito diversos do ponto de vista da organização econômica, política e social em geral. Hoje em dia, o termo nomadismo se refere tanto ao estilo de vida dos últimos caçadores-coletores das florestas tropicais e áreas desérticas do planeta, quanto ao das comunidades de pastores norte-africanos e asiáticos, mas também a grupos geralmente chamados de 'peripatéticos', 'grupos de desabrigados, como ciganos asiáticos e europeus, e 'errantes' e 'vagabundos' presentes em quase todo o mundo. (NOMADISMO, 1996, *on-line*, tradução nossa²²).

As aproximações distorcidas entre a figura do nômade com a do vagabundo, como já anteriormente colocado, tem uma dimensão histórica, pois ainda hoje, grupos como os andarilhos, trecheiros, em situação de rua são vistos como desocupados, incapazes, fracassados, perigosos, dentre outros adjetivos carregados de julgamentos, e que além de não colaborar para a melhoria da realidade dessas pessoas, parece criar um abismo entre tais vulneráveis e o restante da sociedade. Compreende-se que entre os diversos grupos e tipos de nomadismo o elemento errância está presente, seja ela compulsória, seja ela

²² Texto original: "Il termine 'nomadismo', come si desume dalla sua etimologia (dal greco νέμειν, pascolare), indica uno stile di vita legato all'allevamento degli animali, che, al tempo stesso, comporta un movimento nello spazio. Quest'ultima sfumatura di significato ha preso il sopravvento sulla prima, sicché con il termine nomadismo si intende oggi, per estensione, qualunque forma di esistenza sociale che implichi spostamenti periodici necessari alla sopravvivenza e alla riproduzione del gruppo umano. Che si tratti pertanto di gruppi che vivono della raccolta di vegetali selvatici e/o della cattura di selvaggina; che praticano l'allevamento mediante lo spostamento periodico delle greggi di animali addomesticati; o che, infine, conducono una vita 'mobile' solo parzialmente finalizzata alla ricostruzione delle basi materiali dell'esistenza, ci troviamo in tutti i casi in presenza del fenomeno del nomadismo. In questo senso, tanto le forme quanto i ruoli strutturali assunti dal nomadismo all'interno della storia umana sono molteplici e riguardano gruppi molto diversi dal punto di vista dell'organizzazione economica, politica e sociale in genere. Al giorno d'oggi il termine nomadismo è riferibile tanto allo stile di vita degli ultimi cacciatori-raccoglitori delle foreste pluviali e delle aree desertiche del pianeta, quanto a quello delle comunità di pastori nordafricani e asiatici, ma anche dei gruppi generalmente chiamati 'peripatetici', gruppi 'senza fissa dimora' come gli Zingari asiatici ed europei, e i 'girovaghi' e 'vagabondi' presenti un po' ovunque nel mondo." (FABIETTI, 1996, *on-line*).

espontânea²³. Assim, tem-se a compreensão de errância ou práticas nômades em sentido abrangente ou numa visão holística, sendo:

A errância, entendida como deslocamentos constantes de espaços fixos e estáveis, é um fenômeno bastante antigo incrustado na história do ser humano. Tomada em sua radicalidade, a errância significa uma movimentação constante, sem parada, sem rumo certo, sem destino e objetivo definidos. Pode referir-se ao plano intelectual – vagar pelas ideias ou delírios; a espaços geográficos e socioculturais – viajar pelo mundo; ao plano afetivo – transitar pelo mundo das paixões; ao mundo informatizado da comunicação – navegar pela Internet. (JUSTO, 2011, p. 19)

Na perspectiva de Justo (2011), a errância pode alcançar diferentes dimensões, passando pelo plano intelectual, afetivo, transitando por espaços geográficos e socioculturais, e pela comunicação informatizada. Neste sentido, abre-se um parêntese trazendo à memória e associando o mundo informatizado da comunicação às ideias inspiradoras do matemático e físico Vannevar Bush, que de acordo com Araújo (2014), no artigo *As we may think* (1945) identificou o problema da explosão informacional, e propôs a automatização dos processos de recuperação, imaginando o MEMEX (*memory extension*), um dispositivo de recuperação hipotético, como uma extensão automatizada para a memória do indivíduo (ELLIS, 1991). De acordo com o mesmo autor, o filósofo e sociólogo Ted Nelson cunhou o termo ‘hipertexto’ inspirado na descrição de MEMEX de Bush, como uma série de trilhas de conexões e associações entre itens, numa referência ao texto não linear que seria inconveniente de ser produzido ou representado no papel. Contudo, Douglas Engelbart²⁴ foi quem desenvolveu o primeiro sistema operacional de hipertexto no início da década de 1960.

²³ No entendimento desta pesquisadora, a errância compulsória tem origem ou é motivada por alguma situação de ordem sociopolítico-econômica, e a errância espontânea tem motivação pessoal, baseada em um estilo de vida, em que a liberdade parece ser a mola propulsora.

²⁴ Engenheiro, inventor, um dos pioneiros da computação e da internet (1905-2013). De acordo com Bardini (2000), pouco conhecido fora da indústria de informática, e embora figura central do projeto Augmentation of Human Intellect, é lembrado por alguns apenas como o criador do mouse ou por inovações tecnológicas como o processador de contorno, o sistema de correio eletrônico, e às vezes, a interface do usuário em janelas. Apesar de serem inovações importantes e difundidas em ambientes de trabalho ou em espaço de diversão das pessoas, nunca recebeu créditos pela sua maior contribuição, que foi trabalhar para criar uma estrutura integradora e abrangente que une os aspectos tecnológicos e sociais da tecnologia de computação pessoal. Ao lado de outros inovadores ajudou a criar as condições simbólicas e materiais que prescrevem as possibilidades e os limites da tecnologia para os usuários de tecnologia de computador pessoal hoje.

Assim, sob a ótica de um mundo informatizado, o **tecno-nomadismo** é um conceito trabalhado por Howard e Küpers (2015), levando em conta que na era global dos sistemas de comunicação em rede, e em virtude das tecnologias móveis que promove um mundo cada vez mais interconectado, as pessoas podem se mover por muitos lugares e horários, simultaneamente. O estar no mundo é um evento nômade que ocorre aqui, ali e em vários lugares. São formas de vida tecnológicas móveis e interlocalizadas. Os autores afirmam que:

Emolduradas pelo ambiente móvel e tecnológico da era da informação, as práticas contemporâneas de mídia revelam novas maneiras de viajar, habitar e, em última análise, estar no mundo. Ao examinar certas práticas tecnológicas, narrativas e dinâmicas relacionais de viajantes hiper-móveis, exploramos as reconfigurações de lugar, espaço e tempo e como os sujeitos estão situados na era da tecnologia móvel e da mobilização. (HOWARD; KÜPERS, 2015, p. 3, tradução nossa)²⁵.

O ciberespaço, mais do que um lugar, configura-se como um conjunto de relações sociais mediadas por fluxos tecnológicos de informação. A circulação do dinheiro no ciberespaço, como exemplo, mostra uma face da modernidade que está intimamente relacionada com tal configuração, mas que “[...] é desigualmente distribuída através do mundo, em termos de acesso e participação.” (BRAIDOTTI, 2002, p.1). Como exemplo dessa desigualdade, aqui no Brasil, no primeiro ano da pandemia, as pessoas em situação de rua tiveram dificuldades para receber o auxílio emergencial, já que lhes foi exigido a posse de um celular e conexão com a internet para solicitar tal recurso federal, conforme descrito por Brito e Lopes (2021), a saber:

Impor condições, como a necessidade de celular para baixar aplicativo de banco, para dar prosseguimento ao processo não é algo razoável. A grande maioria dessas pessoas não possui o aparelho ou acesso a uma rede de internet. Há também a vergonha e constrangimento de enfrentar uma fila de banco por medo da rejeição e descaso com que são tratadas. Ademais, muitas delas, sequer terão acesso a tal informação. Como saída, proposta pelo governo federal, fez-se uma parceria com os Correios para auxiliar quem não tem acesso ou familiaridade com as novas tecnologias. Acontece que tal ação teve início apenas em junho de 2020, três meses após o início da pandemia no Brasil. Como forma de amenizar o problema, os deputados

²⁵ Texto original: “Enmarcadas por el entorno móvil y tecnológico de la era de la información, las prácticas de los medios de comunicación contemporáneos revelan nuevos modos de viajar-en , habitaren y finalmente estar-en-el-mundo. Al examinar ciertas prácticas tecnológicas, narrativas y dinámicas relacionales de los viajeros hiper-móviles, exploramos las reconfiguraciones del lugar, espacio y tiempo y cómo se sitúan los sujetos en la era de la tecnología móvil y la movilización.” HOWARD; KÜPERS, 2015, p. 3).

aprovaram o Projeto de Lei 3930/20 que ampliou o prazo para o trabalhador em situação de rua requerer o auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982, de 2020, até 30 de setembro de 2020. (BRITO; LOPES, 2021, p.228).

Ao abordar sobre a experiência tecno-nômade, Grimaldos e Trachana (2020) apresentam a figura do neo-urbanista, caracterizando-o pela alta mobilidade e conversão digital. O neo-urbano, chamado de tecno-nômade, pode ser representado pelo viajante, turista, migrante, nômade global que está aqui hoje e amanhã pode estar em outro lugar, ou nômade urbano que constantemente cruza a cidade de um lugar para outro, ocupando provisoriamente os espaços. A figura do pedestre nativo urbano, por sua vez, tem sido afastada da realidade territorial e sequestrado pelo crescente e sedutor mundo virtual. Assim o neo-urbano configura-se como uma junção e mistura do turista, do nativo e do migrante que trocam costumes e difundem *modus vivendi*, conforme ilustrado pela Figura 1. Para os autores, todos são tecno-nômades, inclusive o imigrante e o asilado ou refugiado, o trabalhador precário e itinerante.

A grande dificuldade que se percebe de imediato, da tão grande mobilidade humana de grupos como os refugiados, subempregados, itinerantes, dentre outros grupos em situação de vulnerabilidade social, são as fileiras de grandes massas humanas com dificuldades de moradia²⁶, de elevado valor, e crescentes no mundo inteiro, sobretudo no Brasil, o país de interesse desta pesquisa. Para Grimaldos e Trachana (2020, p. 25, tradução nossa) “Somos, de fato, a população mais móvel de toda a história da humanidade [...] tão extremamente móvel, tecnologicamente avançada e interligada [...]”²⁷.”

²⁶ A falta de moradia e a família ausente, como em casos de jovens refugiados e outras situações de vulnerabilidade social e habitacional, estão dando lugar e promovendo o surgimento de espaços novos de produção e troca social como o co-working, o co-living e o crowdfunding (GRIMALDOS; TRACHANA, 2020). O co-living, por exemplo, configura-se como tipo de moradia compartilhada, muitas vezes emergindo em resposta a condições econômicas cada vez mais precárias. É um artefato de mudanças nas condições econômicas, um exemplo de como a precariedade deixa marcas espaciais nas paisagens urbanas (BERGAN; GORMAN-MURRAY; POWER, 2020).

²⁷ Texto original: “Somos, de hecho, la población más móvil de toda la historia de la humanidad [...] tan extremadamente móvil, tecnológicamente avanzada e interconectada [...]” (GRIMALDOS; TRACHANA, 2020, p. 25).

Figura 1 - Neo-urbanismo



Fonte: iStock (2021)

Ainda na esfera tecnológica, Attali (1993) menciona o **nomadismo *high-tech***, pela possibilidade de as pessoas estarem cada vez mais cercadas por objetos portáteis. Em seu artigo²⁸, o autor apresenta a sua compreensão dos seres humanos como nômades potenciais, e convida o leitor a pensar no nomadismo e na liberdade como aposta do futuro. Para o mesmo, o tempo não deve ser entendido como algo unidimensional, e o compartilhamento do universo, deve ser multiforme, propiciando às pessoas:

[...] exercer sua cidadania em diversos momentos em diferentes lugares e ter regalias múltiplas; um futuro no qual o fato de pertencer a uma comunidade não se chocará com o dever em relação a outra e não a ameaçará em nada; antes será fonte de riqueza e de desenvolvimento, em que a duração se fará no movimento e não no enraizamento. (ATTALI, 1993, p. 181).

²⁸ À época em que o artigo foi publicado, se falava em “uma nova cidade” - artefatos desenvolvidos sempre em relação às redes técnicas (ciberespaço) e sociais (as diversas formas de sociabilidade *on-line*). “Vários exemplos dessa nova cidade estão a nossa volta: home banking, celulares, pagers, palms, votação eletrônica, imposto de renda on-line, shopping on-line, governo eletrônico, telecentros e as diversas redes de satélites, fibra óptica, telefonia fixa e móvel [...] Participar, ser cidadão hoje, é estar conectado.” (LEMOS, 2004, p.20).

Em relação a nomadismos ancorados em tecnologias, quando se pensa em pessoas que possuem acessos limitantes ou inexistentes a elas, o que se observa é um abismo cada vez maior entre tal parcela da sociedade e o acesso à informação, para a construção ou fortalecimento de sua cidadania. Enquanto alguns podem escolher de onde querem trabalhar remotamente, outros só precisam de um emprego para sobreviver. A afirmação de que “sem-teto, são nômades que não viajam” (BRAIDOTTI, 2002, p.14) pode ser pensada no sentido de que por mais “mobilidade urbana” que precisam vivenciar para poder sobreviver, por algumas horas, a ideia positiva de viagem não lhes é oportunizada. Seja fisicamente por falta de recursos econômicos, seja virtualmente, na impossibilidade do acesso às tecnologias. A afirmação da autora refere-se ao aparente paradoxo de sem tetos vivendo em aeroportos como os de Nova York²⁹, locais comumente associados a *status*.

Na seara do campo científico, especialistas debatem acerca da “fuga dos cérebros” (talentos), do **nomadismo científico** e das “diásporas científicas”, expressões usadas para designar o mesmo fenômeno. A Investigação sobre migração internacional de intelectuais e tecnólogos levanta questionamentos sobre os que definem as políticas de gestão da pesquisa e desenvolvimento, e que acabam por repelir mão de obra especializada e qualificada. Assim, caracteriza-se uma desvalorização dessas pessoas, assim como dos conhecimentos que geram. A “fuga de cérebros” baseia-se em noções macroeconômicas, visto haver a perda de capital econômico, social e humano, gerando impacto no futuro dos países, visto não haver o aproveitamento do conhecimento gerado por esses cientistas e tecnólogos altamente qualificados. Tal mobilidade é consequência da precariedade das condições de trabalho para inovar em ciência e tecnologia, do desejo desses cientistas e estudiosos em optar por locais na qual o trabalho intelectual seja melhor

²⁹ Os aeroportos são mini cidades, em que as pessoas em sem ter onde morar, encontram comida, água, banheiros e abrigo. Nos Estados Unidos e na Europa há tempos funcionam como abrigo para desabrigados. A partir da década de 1980, aparecem as primeiras histórias de pessoas sem-teto vivendo em aeroportos dos Estados Unidos, tendo como pano de fundo, cortes no orçamento federal, a desinstitucionalização dos doentes mentais e a gentrificação, o que levou a um grande aumento de pessoas sem ter onde morar (BEDNAREK, 2021). No Brasil, também há relatos de pessoas vivendo há anos em aeroportos, como o caso de um rapaz de 32 anos, há 15 no Aeroporto de Guarulhos (MARTÍN, 2015).

reconhecido, bem como a consciência de que os meios eletrônicos proporcionam a conexão entre comunidades virtuais. O termo “fuga de cérebros” (*brain drain*) foi usado pela primeira vez pela Academia Britânica de Ciências (*British Royal Society*) para descrever o fluxo de cientistas britânicos para os Estados Unidos nas décadas de 50 e 60 (TIGAU, 2010).

A crise sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19 tem impactado vidas e carreiras de cientistas no mundo inteiro³⁰. No Brasil, a situação é ainda agravada pela falta de investimentos em pesquisas já desde antes da pandemia. Em 2019, por exemplo, pesquisas apontam uma realidade de subocupação entre os recém-saídos da universidade, bem como a superação do número de desempregados com mestrado, em comparação com o desemprego geral da população brasileira. A instabilidade política e a falta de recursos levam à fuga de cientistas para fora do Brasil (DIEGUEZ, 2021).

Há que se considerar ainda a distinção entre o nômade, o migrante e o exilado, figurações comumente comparadas. O migrante tem um itinerário clássico que inclui lugares fixos, e o movimento da “casa” (ou seja, do seu país) para os “países anfitriões”. O exilado tem a marca da separação radical, assim como a impossibilidade de retorno ao ponto de partida, que é o seu país de origem. Não conhece as idas e voltas de dois lugares comparativamente fixados. O nômade, por sua vez, renuncia e desconstrói qualquer senso de identidade fixa. O estilo nômade tem relação com transições e passagens, sem destinos pré-determinados ou terras natais perdidas, tem um senso aguçado de território, mas não de sua posse (BRAIDOTTI, 2000, 2002).

Por sua vez, a diferença entre trecheiros e pessoas em situação de rua reside no grau de deambulação ou de vaguear. Os trecheiros, em geral, permanecem por um período em determinada cidade, mas após, são compelidos a continuarem a

³⁰ Um estudo divulgado pela Nature (2021a, 2021b) aborda acerca da repercussão da pandemia na carreira de cientistas ao redor do mundo. Os resultados apontam que a COVID-19 tem interrompido carreiras científicas em todo o mundo, e que, enquanto gerações anteriores a 2020 enfrentaram consequências da crise financeira global e um impulso das economias emergentes, atualmente a pandemia e as preocupações com a diversidade dominam.

caminhada, seja a pé, seja de ônibus, com passagens concedidas por programas de assistência. As pessoas em situação de rua costumam permanecer por longo tempo em determinados lugares ou pontos da cidade, normalmente sendo de lá retiradas mediante situações de pressão ou repressão (FREITAS, 2014). Concordando com Justo *et al.* (2013), os trecheiros são considerados pessoas em situação de rua, contudo, com práticas distintas de outros nomadismos.

Levando em consideração que o nomadismo tem relação com subjetividades nômades, a literatura apresentada aponta que algumas delas são conscientes, outras no entanto, por questões múltiplas de vulnerabilidades, são levadas a ele. Constata-se que entre as pessoas em situação de rua - seja pelo agravamento da crise sanitária, razões econômicas ou de naturezas diversas – existem refugiados, migrantes, andarilhos, pessoas com problemas de alcoolismo, transtornos mentais, escolarizadas, sem histórico de passagens pela escola, adultos, crianças, velhos e jovens, homens e mulheres, dentre outras, caracterizando-se como heterogênea. Por serem os sujeitos foco desta pesquisa, na seção 2.3 é apresentado um panorama dessa população no Brasil.

2.3 Panorama das pessoas em situação de rua no contexto brasileiro

Em situação de penúria, observa-se³¹ o crescente aumento de pessoas que são levadas, pela necessidade, e por extrema condição de vulnerabilidade social, a fazer da rua o seu abrigo-moradia, empregando estratégias para a obtenção de bens materiais, e em busca da própria proteção e sobrevivência. Parte-se, contudo, da percepção de que nem sempre as dinâmicas pela sobrevivência são conscientes. Em boa parte, são feitas sob o efeito do álcool ou drogas, sob a condição de transtornos mentais, sob a dor da fome, sob o prisma de um desacreditar de que as coisas vão melhorar, um doloroso desesperançar. É uma população heterogênea,

³¹ Na cidade de Campo Grande, MS, onde a pesquisadora vive, tal percepção é feita ao longo dos últimos anos por meio da observação cotidiana. Mas, cita-se o exemplo da pesquisa “Viver em São Paulo” aplicada pela Rede Nossa São Paulo, em parceria com a Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), apontando que 88% dos paulistanos entrevistados afirmaram ter a percepção de aumento sensível da população em situação de rua. Os resultados também mostram que um terço dos entrevistados indicam terem percebido mais crianças e adolescentes nas ruas da cidade. (RNSP, 2021; IPEC, 2021).

nas origens, no caminhar e no que o futuro lhes reserva. Entretanto, apesar da gravidade e urgência em estancar a grande ferida social, os dados que se tem em relação a essa parcela da população são fragmentados, não se tem um mapa único da realidade de ao menos quantos são no Brasil. Constata-se no entanto, que o IPEA vem acompanhando o crescimento dessa população e dos cerca de 222 mil pessoas até março de 2020, este número saltou para uma estimativa de 281.472 no ano de 2022, em publicação preliminar do órgão divulgada de 07 de dezembro de 2022 (IPEA, 2022, 2022b) e ratificada em nova publicação em fevereiro de 2023 (IPEA, 2023).

Assim, para melhor compreender o panorama das pessoas em situação de rua, nesta seção, são apresentados dados obtidos no site do Ministério da Cidadania que refletem, em números, parte do aumento expressivo que constatamos nas cidades, em especial Campo Grande (MS), o surgimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua (MNPSR) e uma reflexão sobre a Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua.

Assim como na elaboração das políticas públicas, em que a falta de dados a torna ineficiente no enfrentamento do problema, não conhecer, o mais profundamente que se possa, as nuances que se apresentam em relação aos sujeitos desta pesquisa, certamente dificultaria o alcance do objetivo da tese que é contribuir com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Coinfo. Sendo assim, dada a importância que a população em situação de rua tem para a construção de um mundo socialmente mais justo, e aprofundando nos enlaces propostos na seção 2 é que se seguem as subseções 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.2.1.

2.3.1 Panorama das pessoas em situação de rua no Brasil e em Mato Grosso do Sul

Segundo dados do Ministério da Cidadania, até novembro de 2021, no Brasil, o total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas

Sociais ou CadÚnico³² é de 149.306. Destas, 102.656 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2022a, 2022b). Em razão do contexto da pandemia do novo Coronavírus, cuja primeira morte foi registrada em março de 2020 (EBC, 2020, *on-line*), a Secretaria Nacional de Assistência Social publica no mesmo mês, a Portaria nº 69 de 14 de maio de 2020, aprovando recomendações gerais voltadas à população em situação de rua, inclusive imigrantes, em que apresentam alguns dados obtidos por meio do CadÚnico e dão uma ideia genérica do perfil dessa população:

De acordo com os dados do Cadastro Único, o perfil predominante desta população é de: homens adultos, negros, de família unipessoal, que está há mais de 1 ano na rua, não possui contato com parente que vive fora da rua e se concentra principalmente na Região Sudeste. Estudou até o Ensino Fundamental, possui variadas formas de conseguir dinheiro, trabalha nas ruas do país e possui renda mensal de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais). Apesar do perfil predominante, esta população é bastante diversa e inclui mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBT, indígenas, imigrantes, famílias com mais membros, pessoas usuárias e dependentes de drogas, dentre outras especificidades. (BRASIL, 2020b, *on-line*).

Conforme observa-se, entre o perfil descrito, estão grupos historicamente desfavorecidos e desprotegidos pelo Estado, como os negros, os indígenas, as pessoas com deficiência, os usuários de drogas e outros possivelmente imagináveis, como é o caso de refugiados, ciganos. Crianças que encontram na rua um alívio para a violência doméstica, usuários de drogas que têm os laços familiares rompidos, ou casos de pessoas que estão há muito tempo nas ruas, vivendo o seu processo de envelhecimento sem uma assistência digna e apropriada. São muitas as combinações do viés vulnerável. São muitos os elementos que diferenciam essas pessoas, e da qual apenas uma investigação mais profunda é capaz de elucidar. Mas o que se pode afirmar com certeza é que a vulnerabilidade é o elemento que os

³² “O programa da Secretaria Nacional do Cadastro Único - SECAD é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras [...] principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros..” (BRASIL, 2020a, *on-line*).

identifica, havendo segundo (DIAS, 2021), uma estreita relação do fenômeno da população em situação de rua com o racismo estrutural no país.

Ainda em decorrência da pandemia, aqui no Brasil, algumas propostas foram feitas para acolhimento das pessoas em condição de vulnerabilidade habitacional, tais como o Projeto de Lei n.º 989/2020 apresentado em 25 de março de 2020 à Câmara dos Deputados, determinando a destinação de 30% das vagas de hotéis, pousadas e semelhantes para moradores em situação de rua ou aquelas vivendo em moradias coletivas, como os albergues, durante o estado de calamidade pública decretado (BRASIL, 2020c). Apesar da proposição ter sido devolvida em 26 de abril do ano seguinte, sinaliza a urgência de tal situação enfrentada pelas pessoas em situação de rua e entregues a várias condições desfavoráveis no enfrentamento da pandemia. A própria Portaria nº 69 de 14 de maio de 2020 do Ministério da Cidadania, anteriormente citada, expressa que os espaços de acolhimento não são suficientes para o acolhimento a essas pessoas, em situação como a vivida em razão COVID-19:

5.5.5. Sabe-se, todavia, que, em muitos casos, os espaços das unidades de acolhimento destinadas a este público são bastante limitados, recomendando-se avaliar localmente a aplicabilidade das seguintes medidas que venham a reorganizar as ofertas na unidade ou assegurar ofertas alternativas e emergenciais para o momento:

- a) Priorização da integração ao convívio com família, amigos ou outras pessoas com vínculo significativo com o acolhido.
- b) Setorização da unidade de acolhimento institucional, dividindo-a em subgrupos.
- c) Organização emergencial de novos espaços e/ou alternativas para acolhimento. (BRASIL, 2020b, *on-line*).

Em razão do caráter coletivo dos serviços oferecidos por espaços de acolhimento, implicando riscos de transmissibilidade do vírus da COVID-19, a portaria também recomenda a busca por alternativas de cuidado não institucional a fim de garantir proteção às PSR. Solicita então que seja avaliada a possibilidade de transferência temporária dos usuários e usuárias para a residência de familiares ou pessoas com vínculos e em condições de recebê-los, “sem que isso comprometa o bem-estar de ambas as partes.” (BRASIL, 2020b, *on-line*). Não foram encontrados dados oficiais de usuários que fizeram tal consentimento. Pelo fato de muitos terem

ido para as ruas por rompimentos de laços familiares ou mesmo que embora isso não tenha acontecido, tendo sido outro o motivo, quanto mais longa a permanência nas ruas, maior é o distanciamento e fragilidade de tais laços, vivendo segundo Nascimento (2008) um processo de desfiliação social propiciando o aumento da vulnerabilidade relacional, desestabilizando a vida social.

Pinho *et al.* (2020) questionam o que seria preciso para repensar o acolhimento da população que vive nas ruas, se uma pandemia parece não ser suficiente? Diante dos números apresentados no CadÚnico os autores fazem uma comparação de que, se com o quantitativo das pessoas em situação de rua uma cidade fosse formada, ela estaria entre as 200 maiores do Brasil. Exemplificam com a cidade de São Paulo que segundo o Censo Municipal, entre 2015 e 2019 houve um aumento de mais de 50% da população em situação de rua, tendo crescido assim, mais rápido que a população geral da cidade, sendo constatado igualmente um crescimento do número de idosos entre esses vulneráveis. À ocasião da publicação do artigo, o Projeto de Lei n.º 989/2020 aguardava despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, contudo Pinho *et al.* (2020) apresentam um levantamento de iniciativas locais disponibilizando a rede hoteleira e ajuda de custo por parte de algumas cidades, bem verdade que com números aquém da necessidade apresentada, tais como: João Pessoa (PB), São Paulo (SP), Cuiabá (MT), Macapá (AP), Osasco (SP), Florianópolis (SC) e Niterói (RJ).

Em relatório de 388 páginas divulgado pela Associação Médica Brasileira (AMB, 2020) indicando mais de 2.300 projetos de lei apresentados durante a pandemia da COVID-19, seis projetos apresentam proposições com relação direta às pessoas em situação de rua no Brasil, conforme Quadro 3 compilado e apresentado a seguir:

Quadro 3 - PSR em projetos de lei durante a pandemia

Projetos de lei apresentados durante a pandemia da COVID-19			
Câmara dos Deputados			
Proposição	Autor	Apresentação	Ementa
PL 707/2020	Talíria Petrone (PSOL-RJ); Glauber Braga (PSOLRJ)	18/03/2020	Dispõe direitos e deveres de pessoas em situação de rua em situações de pandemias e epidemias que exijam isolamento temporário.

PL 788/2020	Natália Bonavides (PT-RN)	19/03/2020	Dispõe sobre o Auxílio Emergencial Financeiro destinado pessoas [sic] em situação de rua durante a pandemia do vírus COVID-19.
PL 989/2020	Alexandre Frota (PSDBSP)	25/03/2020	Determina que os hotéis, pousadas e assemelhados, destinem 30% (trinta por cento) de suas vagas a moradores em situação de rua e pessoas que estejam em moradias coletivas, tipo albergues durante o estado de calamidade pública decretado.
PL1694/2020	Fernanda Melchionna (PSOL-RS)	07/04/2020	Dispõe o funcionamento dos equipamentos e serviços que atendam à população em situação de rua em contexto de pandemias e epidemias que exijam isolamento temporário.
PL 2675/2020	Wilson Santiago (PTB-PB)	14/05/2020	Autoriza o Poder Público a tornar obrigatória a instalação de pias públicas de uso coletivo em ruas, praças públicas e nos locais de grande concentração e movimentação de pessoas.
PL 3930/2020	Erika Kokay (PT-DF) e outros	24/07/2020	Amplia o prazo para o trabalhador em situação de rua requerer o auxílio emergencial de que trata a Lei n° 13.982, de 2020, até 30 de setembro de 2020, e dá outras providências

Fonte: AMB (2020)

Até 17 de janeiro de 2022, e com exceção do PL 989/2020 devolvido, os projetos constantes do Quadro 3 encontravam-se em tramitação, aguardando pareceres de comissões ou sendo juntados a outros projetos de lei por conterem teor semelhante, sendo alguns, inclusive, mais antigos, e até hoje não aprovados. Pelo simples recorte legislativo apresentado, constata-se como são morosas as soluções para grandes problemas de vulnerabilidade enfrentados, sobretudo quando envolvem investimentos e interesses de capital que podem melhor proteger a vida dessas pessoas.

Assim como tem acontecido ao longo da pandemia com dados informacionais sobre a população em geral, muitas vezes inconsistentes ou desconhecidos, a ausência de informações sobre contaminação e óbitos na população em situação de rua durante a pandemia, torna dificultosa as discussões sobre outras políticas como de higiene e acolhimento, especialmente em meio a crises sanitárias. Constata-se uma ampliação na condição da vulnerabilidade do referido grupo, em um cenário de subnotificação e invisibilidade de dados. Faltam ações simples como a padronização da ficha epidemiológica ou a marcação do registro como situação de rua, para um

melhor traçado do panorama dessa população, em momento tão delicado pelo qual o mundo passa (CESPEDES *et al.*, 2020).

De 2012 a 2019, o registro de famílias em situação de rua, no CadÚnico³³, aumentou 16 vezes em um intervalo de 7 anos. A partir dele, algumas informações dão uma ideia do perfil das pessoas cadastradas no sistema federal (CORTIZO; SANTORO, [2019?]), a saber:

- 89% são homens
- 98% vivem sozinhos
- 67% são negros (pardos ou pretos)
- As principais razões para viver na rua são³⁴:
 - ✓ 1º problemas com a família
 - ✓ 2º desemprego
 - ✓ 3º problemas com álcool/drogas
- A maior concentração de pessoas em situação de rua encontra-se na Região Sudeste (67%).

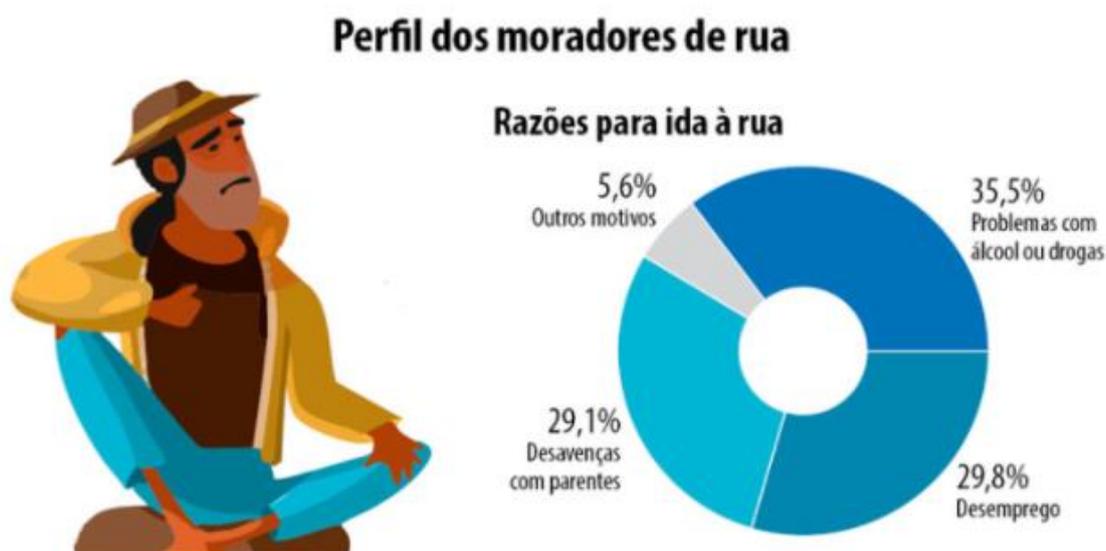
No Censo Pop Rua de 2008, as razões citadas para viver na rua são semelhantes às obtidas pelo CadÚnico, divulgadas por Cortizo e Santoro ([2019?]). O que chama atenção em relação aos dados de 2008, é que o desemprego anteriormente figurava abaixo de problemas com álcool ~~ou desavenças familiares~~. A Figura 2 ilustra um recorte de 2008, ao mesmo tempo em que levanta sinal de alerta,

³³ Em 2009, foi lançado um formulário específico para incluir pessoas em situação de rua no Cadastro Único: o Formulário Suplementar 2 (ver ANEXO A). O Censo Pop Rua subsidiou a elaboração das questões do referido formulário. (CORTIZO, SANTORO, [2019?])

³⁴ Os dados originalmente apresentados apenas demonstram a ordem em que foram mais citadas. Como anteriormente informado, constata-se que os dados sobre essa população não são sistematizados. Ao contrário, são fragmentados, e sem uma gestão federal ampla e consistente. O CadÚnico ajuda, porém não traduz a verdadeira realidade, já que nem todas as pessoas em situação de rua possuem cadastro, muitos nem documentos de identificação. Ressalta-se que a pesquisadora recebeu um e-mail de confirmação de cadastro realizado na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) (ver ANEXO B), na tentativa de ter acesso a dados mais detalhados acerca dos perfis do CadÚnico, entretanto, ao clicar no link para ativá-lo, consegue unicamente ser direcionada para Gov.br. Este portal de unificação dos canais digitais do governo federal dá acesso a serviços digitais do governo, tais como INSS, carteira de trabalho digital, seguro desemprego, dentre outros, não sendo de interesse para esta pesquisa.

pois os dados mais recentes dos autores supracitados, abrangem um período anterior à pandemia. Ou seja, não é difícil inferir que o desemprego possa estar entre as razões mais citadas pelas quais as pessoas encontram-se em situação de rua, atualmente. Fato é que a crise econômica decorrente do coronavírus destruiu postos de trabalhos, no Brasil e no exterior, aumentou o desemprego, elevando a informalidade do trabalho, dos terceirizados, das subcontratações, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado (COSTA, 2020). No 3º trimestre 2021 os números indicam 13,5 milhões de desempregados (IBGE, 2021a).

Figura 2 - Perfil Censo Pop Rua 2008



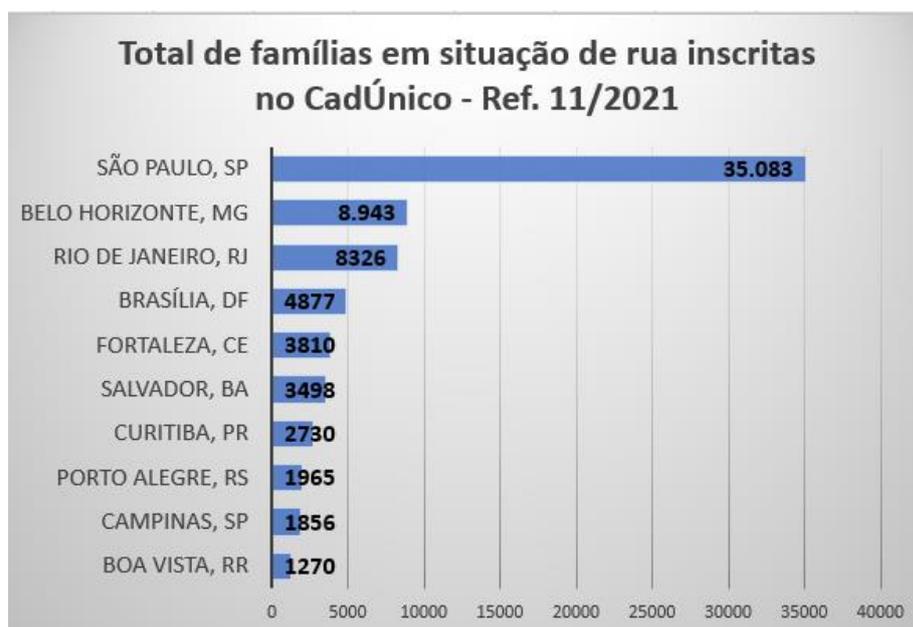
Fonte: SBS ([2021?])

Segundo relatório gerado na SAGI, até novembro de 2021, dentre as 10 cidades com o maior número de famílias em situação de rua, com registro no CadÚnico, a cidade de São Paulo lidera a lista com 35.083 pessoas (SAGI, 2022a). Em outubro de 2019, a prefeitura realizou um censo na cidade de São Paulo e contabilizou 24.344 pessoas (SÃO PAULO, 2019). Contudo, em consulta ao SAGI (2022a), no CadÚnico encontra-se um total de 32.618 famílias, em relação ao mesmo período da pesquisa censitária realizada pela prefeitura de São Paulo. Ou seja, ao que tudo indica, houve subnotificações no censo realizado pela prefeitura de São Paulo, que contabilizou pessoas. No CadÚnico, os dados disponibilizados são

de número de famílias, o que distorce, dificulta ou esconde a realidade sobre essa população, situação destacada por Dias (2021, p. 6) no sentido da necessidade de se “compreender, problematizar e ampliar o debate acerca da escassez e qualidade de dados referentes às vidas das pessoas em situação de rua no Brasil [...] da importância do fortalecimento do acesso e transparência da informação no país.” Mais um exemplo de como são tratados os levantamentos informacionais acerca desta população, deixando claro a ineficiência ou inexistência de políticas eficientes que possam frear o avanço de tal desigualdade.

As cinco Regiões do país assinalam registros de uma população cada vez mais crescente, sendo as maiores em números de famílias em condição de vulnerabilidade habitacional: Região Sul (Curitiba), Região Sudeste (São Paulo), Região Centro-Oeste (Brasília), Região Nordeste (Fortaleza), Região Norte (Boa Vista), conforme ilustrado na Figura 3, sendo que o gráfico mostra ainda outras cinco cidades com registros significativos de famílias na mesma condição (SAGI, 2022b).

Figura 3 - Famílias em situação de rua em cidades do BR



Fonte: SAGI (2022b)

Em Mato Grosso do Sul, até novembro de 2021, o total de famílias em situação de rua inscritas no CadÚnico era de 980. Desde 2012, ano dos primeiros registros dessa população no sistema do governo federal, percebe-se pela curva

ascendente que tal fenômeno é crescente, conforme Figura 4, o que corrobora a percepção já citada de que é cada vez maior o número de pessoas sem moradia, nômades vulneráveis. É um vai-e-vem incessante, sobretudo por áreas urbanas de cidades como Campo Grande, MS. Em consulta ao mesmo gráfico (Figura 5), constata-se que o pico de registros de famílias em situação de rua, no Estado de MS, ocorreu em abril de 2021, o que coincide com um momento crítico da pandemia, inclusive, por todo o Brasil (SAGI, 2022c).

Figura 4 - Famílias em situação de rua em MS (nov. 2021)



Fonte: SAGI (2022c)

Figura 5 - Famílias em situação de rua em MS (abr. 2021)



Fonte: SAGI (2022c)

Constata-se que Mato Grosso do Sul possui 9,45% do total de famílias (980) em situação de rua cadastradas no CadÚnico em relação à Região Centro-Oeste

que em sua totalidade apresenta 10.368 famílias, no mesmo sistema considerado para este cálculo. A Figura 6 mostra as dez cidades da Região Centro-Oeste com o maior número de famílias cadastradas. Observa-se que além de Brasília/DF, Mato Grosso figura na lista com quatro cidades, seguido de Goiás, com três municípios, e logo em seguida o Estado de Mato Grosso do Sul, com duas localidades municipais³⁵, sendo elas, Campo Grande onde está concentrada a pesquisa, e Três Lagoas³⁶ (SAGI, 2022d). Este município está localizado na região Leste do Estado, faz fronteira com o Estado de São Paulo, e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022a) tem uma população estimada de 125.137 pessoas.

³⁵ Em ordem decrescente, por número de famílias inscritas no CadÚnico, no Estado do Mato Grosso do Sul: Campo Grande (499), Três Lagoas (130), Dourados (83), Cassilândia (32), Nova Andradina (19), Corumbá (15), Coxim (12), Sidrolândia (11), Bataguassu (10), São Gabriel do Oeste (10).

³⁶ Três Lagoas chama a atenção pela especulação imobiliária que é forte na cidade. Segundo Baratelli e Milani (2019, p. 74) “tem em suas características históricas heranças de oligarquias agrárias, caracterizadas pela concentração de terras urbanas e rurais no município.” As mesmas autoras destacam que é grande a quantidade de terrenos sem ocupação ou uso em diversas áreas da cidade, reflexo da especulação, encarecendo os terrenos e imóveis na região, tendo como uma das consequências, a dificuldade do acesso à moradia por parte significativa da população.

Figura 6 - Famílias em situação de rua inscritas no CadÚnico Ref. 11/2021 - cidades da Região Centro-Oeste³⁷



Fonte: SAGI (2022d)

Campo Grande, MS está localizada na região central do Estado, com uma população de 916.001 pessoas até 2021, segundo dados do IBGE (2022b), conforme ilustra a Figura 7:

³⁷ Esta fotografia foi tirada pela pesquisadora no centro de Campo Grande, MS em 26 de agosto de 2021 às 08:06. Como essa pessoa, milhares estão vivendo em situação análoga, pelo Brasil.

Figura 7 - Mapa de Campo Grande, MS



Fonte: IBGE (2022b)

Segundo dados obtidos com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS, 2020) da prefeitura de Campo Grande – MS (ver Anexo C), de janeiro a setembro de 2020, o número de pessoas em situação de rua é de 6.733³⁸. Destas, 5.978 foram atendidas nas unidades públicas do município, e 755 atendidas nas unidades privadas cofinanciadas pelo município de Campo Grande/MS 2020. O Quadro 4 mostra os centros existentes na cidade, e o número de atendimentos durante o período.

Quadro 4 - Dados SAS da Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS

Atendimento de pessoas em situação de rua pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS	
Unidades públicas	Nº de atendimentos
Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante e População de Rua/CETREMI ³⁹	692
Serviço Especializado em Abordagem Social/SEAS	35
Centro de Referência Especializado para a para a População em Situação de	1773

³⁸ Ressalta-se que os dados repassados pela SAS são superiores aos obtidos no CadÚnico, para o mesmo período (set. 2020), sendo respectivamente, 1868 e 536 pessoas em situação de rua. Ou seja, os dados do CadÚnico são 71,3% inferiores aos dados do SAS, o que mais uma vez demonstra que as subnotificações existem, seja porque o SAS contabiliza pessoas e o CadÚnico famílias, seja porque o sistema de dados do governo federal precisa ser melhorado.

³⁹ Desde 2021, passou a ser chamado de Unidade de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (UAIFA).

Rua/Centro- Pop	
Centro Dia para pessoas idosas em situação de rua (Temporário- pandemia de abril a setembro)	168
Casa de acolhimento Tomas Girardelli (Temporário-pandemia de março a agosto)	1822
Casa de acolhimento Plinio Barbosa (Temporário-pandemia de março a agosto)	1488
Total	5978
Unidades privadas	Nº de atendimentos
Casa de Apoio São Francisco de Assis	492
Casa de Passagem Resgate	263
Total	755
Total geral de atendimentos entre as unidades públicas e privadas cofinanciadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS	6.733

Fonte: SAS (2020)

Não foram encontradas informações sobre o perfil das pessoas que vivem em situação de rua na cidade de Campo Grande, MS. Além dos números do Quadro 4, uma pesquisa realizada em 2013 para saber qual era a imagem dos comerciantes da região central em relação a essa população, revelou ser altamente negativa, sendo sinônimo de drogados, bêbados, drogados, dentre outros (LIMA, SILVA, MARQUES, 2013).

Apesar da inexistência ou existência de dados que não são adequadamente tratados ou divulgados pelo poder público, o que poderia ajudar na elaboração de novas políticas públicas e ou/atualizações de documentos que podem contribuir na oferta de uma qualidade de vida digna a esses cidadãos, entende-se ser relevante a apresentação do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua. Este movimento surge a partir do Massacre/Chacina da Sé em 2004, na cidade de São Paulo, sendo fundamental para as poucas conquistas em termos de políticas públicas, em prol dessa população até o momento.

Desse modo, é interessante ressaltar alguns fatos sobre o que já aconteceu com a população em situação de rua no país, iniciando-se por lembrar que a madrugada do dia 23 de julho de 1993 foi uma das mais sangrentas do Brasil, ao lado da chacina de Acari (1990)⁴⁰ e Vigário Geral (1993)⁴¹, na década de 90. Um dia de grande repercussão internacional, marcado pela violência da Chacina da Candelária. Na época, um grupo de 72 meninos e meninas viviam e dormiam pelas ruas, nas proximidades da Igreja da Candelária e do Museu de Arte Moderna, no Centro do Rio de Janeiro. Nesse dia, uma sexta-feira, essas crianças foram alvo de uma simulação de entrega de comida, por parte de um grupo de policiais à paisana, quando na realidade, objetivavam promover o extermínio infantil do grupo que ocupava as ruas da região. Assim, chacinaram a tiros de fuzil, oito crianças e jovens⁴², entre 11 e 17 anos, ferindo outros. A maioria das vítimas eram negras e pobres (MEMÓRIA GLOBO, 2022; BARBON, 2018).

A investigação não conseguiu esclarecer por inteiro a motivação do crime, mas parece ter havido vingança contra o apedrejamento de uma viatura pelos menores⁴³, um dia antes da chacina, durante desentendimento entre o grupo de

⁴⁰ Chacina ocorrida em 26 de julho de 1990, em um sítio no município de Magé, Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, em que onze jovens negros moradores da Favela do Acari (Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro) foram dizimados por um grupo de extermínio denominado Cavalos Corredores. Os corpos dos jovens foram deixados clandestinamente por vários pontos da cidade de Magé, sendo eles: Viviane Rocha da Silva, 13 anos; Luiz Henrique da Silva Eusébio, 16 anos; Hudson de Oliveira Silva, 16 anos; Rosana Souza Santos, 17 anos; Cristiane Souza Leite, 17 anos; Edson Souza Costa, 16 anos; Antônio Carlos da Silva, 17 anos; Wallace Oliveira do Nascimento, 17 anos; Moisés Santos Cruz, 26 anos; Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, 32 anos; Hélio Oliveira do Nascimento, 30 anos (SOARES, 2021).

⁴¹ Em 30 de agosto de 1993, às 23 horas, cinquenta e um policiais encapuzadas entraram na favela do Vidigal (Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro), atirando a esmo, ocasionando a morte de vinte e uma pessoas, sendo, uma estudante adolescente e vinte adultos (15 homens e 6 mulheres) trabalhadores. Apenas uma das vítimas havia registro na polícia, uma denúncia de maus tratos pela mulher. Neste dia, passava o jogo do Brasil X Bolívia, sendo assim, as pessoas ouviam e torciam pelo Brasil nos bares, esquinas, enfim, a rua estava cheia de pessoas. E vinte e uma delas “morreram exibindo a carteira de trabalho na mão, outras mostrando a marmitta, enquanto outras seguravam um radinho de pilha.” (FERRAZ, 2005, p. 25).

⁴² Nome dos mortos na Chacina da Candelária: Paulo Roberto de Oliveira, 11 anos; Anderson de Oliveira Pereira, 13 anos; Marcelo Cândido de Jesus, 14 anos; Valdevino Miguel de Almeida, 14 anos; "Gambazinho", 17 anos; Leandro Santos da Conceição, 17 anos; Paulo José da Silva, 18 anos; Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos (BARBON, 2018).

⁴³ Outra hipótese aventada é a de que os policiais que efetuaram a matança eram membros de grupo de extermínio, e contratados com o propósito de “higienizar” o centro histórico nas proximidades da Candelária. A matança de crianças e adolescentes, já havia sido denunciada em

garotos e a polícia, durante uma abordagem. Após dez anos da chacina (2003), 39 das 72 crianças do grupo já haviam morrido de causas violentas. Em 2018, 25 anos depois, a grande maioria já não eram vivos, parte delas, vítima da violência. A Figura 8 ilustra o território ocupado pelas crianças, apontando a região em que foram brutalmente atacados e assassinados (MEMÓRIA GLOBO, 2022; BARBON, 2018).

Figura 8 - Chacina da Candelária em 23 de julho de 1993



Fonte: Barbon (2018)

Dos garotos baleados, apenas Wagner dos Santos sobreviveu à chacina, porém com graves sequelas, tornando-se a sua principal testemunha. No dia da chacina levou quatro tiros, e um ano depois, mais quatro tiros o atingiram, em um atentado na Central do Brasil, provavelmente pelo fato de ter feito o reconhecimento de cinco pessoas que participaram da chacina. O Programa de Proteção à Testemunha⁴⁴ conseguiu asilo para Wagner na Suíça, onde passou a viver após o

relatório, pela Anistia Internacional, duas semanas antes da chacina. Tais mortes estavam sendo atribuídas a grupos de extermínio e a policiais (KRAVICZ, 2019).

⁴⁴ “Criada em 1999, por meio da Lei Federal nº 9.807/99, a política de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas atende à demanda de toda a federação, seja por meio dos Programas Estaduais ou do Programa Federal, que com o forte apoio das Organizações da Sociedade Civil, protegem atualmente, cerca de 500 pessoas, entre testemunhas e seus familiares.” (BRASIL, 2021, *on-line*). Os Protegidos do Programa são: • Vítimas; • Testemunhas; • Réus colaboradores, desde que

segundo atentado. O professor-adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e ex-assessor de Direitos Humanos da Anistia Internacional, sobre os ferimentos e sequelas de Wagner, afirma: “Foram tantos tiros (um está alojado na coluna) que ele teve envenenamento por chumbo (saturnismo), sequelas físicas e psicológicas. Teve perda parcial de visão, audição e paralisia no rosto [...]” (ORTIZ, 2013, *on-line*), conforme imagem divulgada à época, representada pela Figura 9.

Figura 9 – Sobrevivente da Chacina da Candelária (Wagner dos Santos)



Fonte: Fotografia de Zeca Guimarães (BARBON, 2018)

Um jovem sobrevivente de 15 anos, que costumava dormir sobre uma banca de jornal, no local da chacina, presenciou a morte dos seus amigos. Seu nome: Sandro Barbosa do Nascimento, que, sete anos depois, protagonizou o sequestro do ônibus 174, na cidade do Rio de Janeiro, outro caso de repercussão nacional e internacional. A ação violenta do jovem culminou com a morte de uma jovem refém, que foi atingida por um dos policiais, e também por Sandro, em reação ao tiro disparado pela polícia. Já imobilizado, Sandro foi asfixiado no carro policial

sem qualquer tipo de privação de liberdade;• Cônjuge ou companheiro(a), ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha, independentemente de estarem ameaçados ou não;• Familiar de réu colaborador preso, que venha a sofrer ameaça em razão da colaboração do preso (BRASIL, 2020d, *on-line*).

(BINKOWSKI, 2010; GUMUCIO, SCHMIDT, 2018). A criança em situação de rua em 1993 é, em 12 de junho de 2000, um jovem que reproduz a violência que sempre presenciou e viveu. A sua história é complexa e desigual, como a de muitos jovens e adultos em situação de rua, uma história de abandono do Estado e de permanente invisibilidade social, conforme resumida brevemente por Kostulski *et al.* (2019):

Sandro nasceu em 07 de julho de 1988. Viveu com a mãe até os 8 anos de idade, contudo ainda quando estava sob os cuidados da mãe, já tinha vivência de rua. Ele presenciou a mãe ser assassinada a facadas em seu local de trabalho. Depois disso, Sandro residiu com sua tia por um tempo, mas certo dia saiu de casa e não voltou mais. Ele encontrou um grupo de meninos que “moravam” nas ruas do centro do Rio de Janeiro e passou a viver com eles. Sandro começou a usar drogas e a praticar furtos. Em 1993, ele testemunhou mais uma tragédia, a chacina da Candelária, situação de extrema violência muitos de seus “irmãos” de rua são brutalmente assassinados. Apesar disso, parece não ter recebido nenhuma atenção do Estado e/ou das autoridades, permanecendo “invisível” aos olhos da sociedade. (KOSTULSKI *et al.*, 2019, p. 163).

A história de Sandro e dos meninos da Candelária, bem como a dos que hoje ainda são encontrados pelas ruas, mostra a violação de direitos que sofrem, o quão complexa é a luta pela sobrevivência de quem vive em situação permanente de vulnerabilidade social, a existência do racismo estrutural e do trabalho precoce, a violência que sofrem no âmbito familiar e nas ruas, a distância que vivenciam das escolas. E essa é uma triste realidade vivenciada bem antes que na década de 1990, quando ocorreu a Chacina da Candelária. Como exemplo desta afirmação, encontra-se na literatura brasileira, a obra *Capitães da Areia* do escritor Jorge Amado, publicada em 1937, mas que retrata e denuncia a situação em que vive um grupo de meninos e meninas em situação de rua pelas ruas de Salvador, na Bahia, na década de 1930. A obra é atual, mudam apenas os nomes dos personagens, do Estado em que vivem, da epidemia que causa medo nas pessoas, mas a desigualdade é reproduzida, senão ampliada ao longo dos anos.

De acordo com Brito, Lopes e Sanches (2021), as questões hoje presentes na sociedade são as mesmas encontradas na obra *Capitães da Areia*, tais como o racismo, violência contra a mulher, aversão contra pobres (aporofobia), homofobia, etc. Ou seja, são questões que a sociedade ainda está lutando contra ou buscando

discussões para informar a sociedade, para que tenhamos um mundo mais justo, conforme reflexão dos autores:

Capitães da areia é um registro social, fornecendo informações sobre uma época e lugar, no caso Salvador, e que mostra o drama humano, abordando questões sociais, como a pobreza, tortura dessas crianças, o abandono da família, epidemia de bexiga (varíola). Aos ricos, vacina. Aos pobres, o lazareto, um lugar para onde eram enviados os pobres, sem higiene e praticamente uma sentença de morte. Então, comparando o que a obra aborda com a realidade atual, percebe-se que de lá para cá, a situação não mudou, vem inclusive sendo agravada, pois em 2021 são milhares de pessoas vivendo nas ruas do país, dentre elas, crianças que nascem de pais que se encontram em situação de rua. A epidemia da COVID-19, ocasionada pelo novo coronavírus, continua mostrando que os pobres são os mais vulneráveis, levando ao questionamento de quem serão os últimos a vacinar? (BRITO, LOPES, SANCHES, 2021, p. 7).

A história retratada pela literatura se passa na Bahia, e o líder do grupo se chama Pedro Bala⁴⁵. Na Chacina da Candelária, ocorrida na cidade de São Paulo, um dos líderes seria Marcos Antônio Alves da Silva, o “Come Gato”⁴⁶, de 19 anos. A trama da ficção se passa na década de 1930. Na história real, o ano 1993. As crianças de Jorge Amado dormem em um trapiche abandonado na beira da praia, as crianças da vida real, sob marquises próximo à Igreja da Candelária. Nesta breve comparação entre a ficção e a realidade, constata-se que o problema estrutural envolvendo o abandono, o racismo, a pobreza, dentre outros, vêm de longa data e persiste, tomando dimensões cada vez maiores.

Em relatório⁴⁷ divulgado em maio de 2020, com resultados de uma pesquisa realizada em 17 cidades com mais de um milhão de habitantes⁴⁸, com 544 crianças e jovens entre 7 e 18 anos, identifica-se que são múltiplos os desafios e violações de

⁴⁵ “[...] Pedro Bala. Desde cedo foi chamado assim, desde seus cinco anos. Hoje tem quinze anos [...] Nunca soube da sua mãe, seu pai morrerá de um balaço. Ele ficou sozinho e empregou anos em conhecer a cidade. Hoje sabe de todas as suas ruas e de todos os seus becos.” (AMADO, 2019, p. 26).

⁴⁶ “Come-Gato foi expulso de casa pelo pai, inconformado ao descobrir que o filho era gay. O jovem acabaria recebendo outros rapazes sem teto da Favela do Rato Molhado.” (BOECKEL, COELHO, 2019, *on-line*).

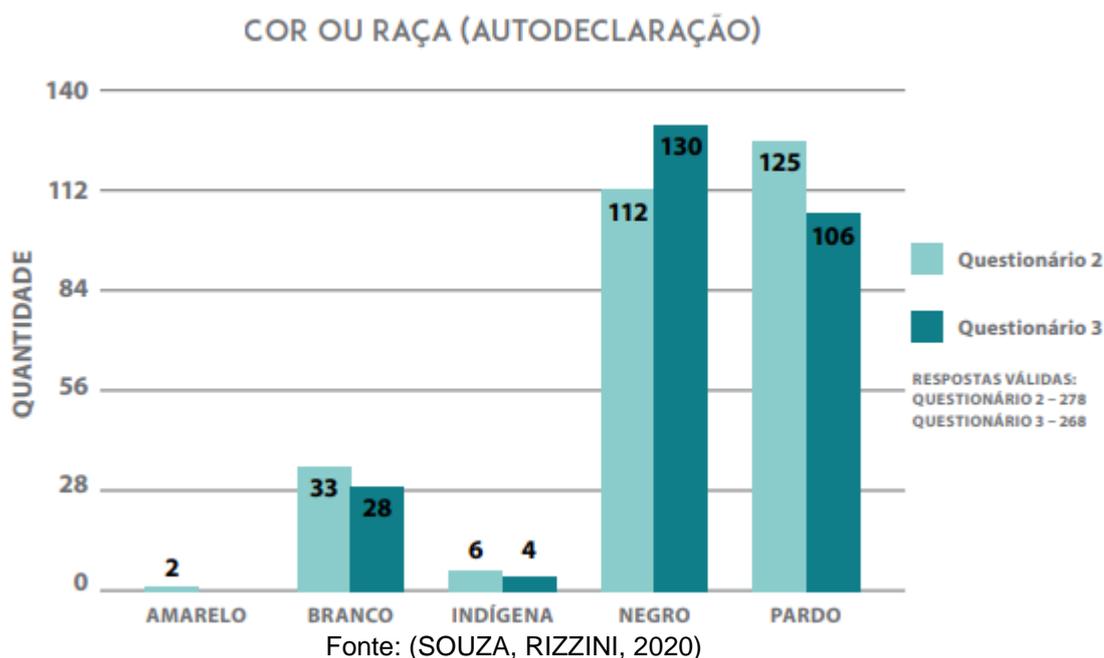
⁴⁷ Relatório final de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto Conhecer para Cuidar, uma parceria entre a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIESPI/PUC-Rio).

⁴⁸ São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Belém, Goiânia, Guarulhos, Campinas, São Luís, São Gonçalo e Maceió.

direitos enfrentados por crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas. São mazelas de toda ordem, tais como questões relacionadas à luta pela sobrevivência; ao trabalho infantil; ao envolvimento de menores com atividades relacionadas ao comércio ilegal (drogas e exploração sexual); à baixa escolaridade; aos obstáculos de acesso aos serviços públicos; à violência vivenciada nas ruas e no âmbito familiar; à dificuldade de denunciar os agentes violadores; ao racismo estrutural, entre outros (RIZZINI, VALE, COUTO, 2020).

O problema enfrentado é geracional porque é estrutural. A pesquisa supracitada, por exemplo, revela o que estudos sobre desigualdade racial e infância vulnerável, sempre apontam, ou seja, a maioria é negra, o que pode ser tomado como um indicador social, pois reflete as raízes de formação social e histórica do Brasil, em que a pobreza e os fenômenos sociais a ela atrelados trazem à tona as profundas marcas da escravidão (SOUZA, RIZZINI, 2020), conforme ilustrado pela Figura 10:

Figura 10 - Perfil das crianças entrevistadas por cor ou raça⁴⁹



⁴⁹ Das 544 crianças e jovens entrevistados, 283 estavam em situação de rua (questionário 2 – azul claro) e 271 estavam em Acolhimento Institucional e tinham trajetória de vida nas ruas (questionário 3 – azul escuro).

Entre essas crianças, é alto o índice delas que não frequentam a escola (72%), e uma porcentagem grande (89%) dos que declaram trabalhar. Dentre as atividades mencionadas estão a venda de doces e guloseimas nas ruas, bem como estratégias de sobrevivência como “mendicância” e as “expressões artísticas de rua”⁵⁰, Jovem Aprendiz e exploração sexual comercial.

Antes da Chacina da Candelária, o Brasil adentra a década de 1980, com amplos debates sobre o aumento expressivo no número de crianças e adolescentes, completamente privadas de direitos, sobretudo em relação ao seu crescimento pessoal e social. Por meio do engajamento e organização da sociedade civil, tais como movimentos sociais e populares, educadores, líderes comunitários, trabalhadores sociais, intelectuais, agentes de pastoral, afirma-se que as estruturas e as formas utilizadas para o atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade não resultavam em ganhos eficientes. Assim, esse grupo que denuncia a falta de proteção e direitos à infância desses jovens e crianças, busca também espaço para influenciar nas decisões políticas que colaborem para que tal realidade seja revertida. Neste contexto, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), nasce em 1982 e se constitui como uma entidade civil independente, em 1985, participando diretamente da formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 13 de julho de 1990 (GOUVÊA, CARVALHO, SILVA, 2021; JESUS, 2021). Sobre esta passagem histórica, a Rede Nacional Criança não é de Rua relata:

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, MNMMR, foi, na década de 80, um dos grandes articuladores e mobilizadores frente à elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Caracterizado como um processo de mobilização popular e de comunidades frente ao que se esperava enquanto Marco Político para as crianças, até então concebidas a partir do enfoque do Código de Menores, que as compreendia enquanto seres impotentes, não-pessoas, não prontas e não preparadas para serem cidadãos.

O fato mais emblemático e simbólico, nesse enredo de mobilização popular, foi quando meninos e meninas, em especial aqueles ligados ao MNMMR, adentraram no Congresso Federal, de forma massiva, com uma cópia do

⁵⁰ Em mais uma comparação com a literatura, essa forma de sobrevivência também é encontrada na obra Capitães da Areia por meio do personagem João José, mais conhecido como “Professor”. “Além de leitor ávido, Professor também era artista, desenhava o rosto de pessoas para ganhar uns trocados. Ou seja, além da literatura, percorria os trilhos das artes, demonstrando inclusive admiração pelo cinema”. (BRITO, LOPES, SANCHES, 2021, p, 10).

ECA para submeter à aprovação dos políticos. Essa imagem foi divulgada no Brasil e no mundo inteiro como um dos atos mais bonitos e representativos do que se esperava da Democracia como “poder que emana do povo”.

Aqui, o “povo” representado por meninos e meninas em situação de rua, criminalizados frente ao que se entendia, naquele momento, por direitos humanos de crianças e adolescentes, oriundos de uma parcela discriminada e violentada pelo próprio Estado, com suas políticas equivocadas ou inexistentes. (CRIANÇA NÃO É DE RUA, 2017)

O MNMMR tem uma importância histórica e política tendo em vista a sua participação na construção de garantias legais de crianças e adolescentes no Brasil, e que repercute na atualidade, na defesa e no reconhecimento dessa população como sujeitos de direitos (NICODEMOS, 2020).

Onze anos após a Chacina da Candelária, outro massacre traria à tona a violência desde há muito sofrida por pessoas em situação de rua: trata-se do Massacre/Chacina da Praça da Sé⁵¹, em que sete morreram e seis ficaram com sequelas irreversíveis, conforme breve descrição dos fatos:

Tudo teve início na madrugada do dia 19 de agosto de 2004, nos arredores da Praça da Sé, centro de São Paulo. Nessa noite, dez pessoas que dormiam enroladas em seus cobertores foram atacadas por precisos golpes na cabeça: quatro morreram imediatamente, duas morreram no hospital e outras quatro sobreviveram. Três dias depois, um novo ataque com as mesmas características: pauladas certeiras contra cinco pessoas que dormiam em pontos não muito distantes da Praça da Sé. Dessa vez, uma vida apagou-se instantaneamente. Os principais jornais nacionais e internacionais deram visibilidade a esses assassinatos, que foram comparados à chacina da Candelária. (LEMÕES, p. 361, 2018).

Mais uma vez, os crimes teriam sido cometidos por policiais militares, e um segurança particular, envolvidos com tráfico de drogas. As mortes cruéis foram uma tentativa dos agressores de se livrarem de testemunhas que sabiam do envolvimento dos mesmos com os atos ilícitos (MELO, 2020). Para Vedovello (2019), chacinas e *modus operandi*, como foi o do Massacre da Sé, são típicos de ações de grupos de extermínio realizadas por milícias, policiais fora de serviço e ex-policiais contra pessoas em situação de vulnerabilidade. Visam desde incursões nos

⁵¹ Em homenagem aos mortos na chacina, o dia 19 de agosto, desde então, é considerado o Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua.

territórios a fim dominá-los, passando por vinganças pessoais até para fins de limpeza social.

Além dos atos violentos contra pessoas em situação de rua, como a ocorrida na Chacina da Sé, outros semelhantes aconteceram em diversos pontos do país, na mesma época. Motivados pela indignação, grupos da população em situação de rua de São Paulo, SP e de Belo Horizonte, MG deram início a uma mobilização para consolidar o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) que foi lançado durante o 4º Festival do Lixo e Cidadania, com a realização da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (Asmare), em Belo Horizonte, em 2005 (MNPR, 2010; SICARI, ZANELLA, 2020). Em arquivos do Jornal O Trecheiro⁵² é possível recuperar a divulgação do lançamento do MNPR, conforme Figura 11.

⁵² O Trecheiro, lançado em 1991, é um veículo de comunicação escrito pela população em situação de rua, colaboradores e pessoas que têm afinidades com a causa, e visa registrar, denunciar e anunciar as histórias das vidas nas ruas, as violações de direitos e as ações em favor desse público (O TRECHEIRO, 2022, *on-line*).

Figura 11 - Lançamento do MNPR em 2005

Lançamento do Movimento Nacional dos Moradores de Rua

No encerramento do 4º festival Lixo e Cidadania, no dia 9 de setembro, às 12:00, Sebastião Nicomedes, 37, Anderson Lopes, 29, e outras pessoas em situação de rua, lançaram o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua. Nicomedes, vestido com a bandeira do Brasil, comandou a o lançamento do movimento e com voz potente arrancou os aplausos dos catadores ao anunciar: "Nós estamos nesse momento, saibam autoridades, saibam os governos, saibam moradores de rua que se encontram em baixo de viaduto, nos unindo aos catadores e lançando o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua".

Trecho – Qual o objetivo do Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua?

Sebastião Nicomedes – Nós precisamos organizar a população de rua que está espalhada pelo Brasil inteiro, em todas as cidades, sem poder lutar pelos seus direitos, sem conseguir buscar ajuda para sair dessa situação, esse tipo de vida ruim, desse sofrimento todo. Não conseguimos ser atendidos em nada. O Movimento vai cuidar disso. Juntar essas pessoas e trazê-los para o Movimento, e junto vamos somar forças para mudar essa situação.

T - Como será a mobilização?

SN- Essa carta de intenções saiu aqui o ano passado [no 3º Festival Lixo e Cidadania]. Semana passada, dia 1 e 2 de setembro, estivemos em Brasília, no Encontro Nacional

de População de Rua, junto com o ministério [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome], e lá propusemos a criação do Movimento. Já são 17 estados apoiando o Movimento.

T- Quais são as principais dificuldades que vocês encontram na mobilização da população em situação de rua?

SN- Recursos. Nós não temos recursos. Vamos buscar parceiros. A igreja, as pastorais, as ONGs, e quem trabalha nessa área e entende a necessidade de realizar o Movimento. Nossa necessidade é total, mas nós não temos medo. Já vivemos sem dinheiro, caminhamos, passamos fome. Nós sabemos chegar. Vamos superar essa fase. O dinheiro é o nosso problema maior, mas nós não ligamos para isso. Nós vamos conseguir. Se precisar pegar o trecho, nós vamos pegar.

Fonte: (LANÇAMENTO..., 2005, p.3)

Face às violações de direitos contra a população em situação de rua, o MNPR (2010) ressalta como bandeiras de luta, os seguintes pontos: resgate da cidadania por meio de trabalho digno, salários suficientes para o sustento, moradia digna, atendimento à saúde. Após 17 anos de luta, uma das maiores conquistas do MNPR foi o Decreto Presidencial nº 7053, de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiampRua).

Diante do exposto, constata-se que as mortes de crianças, jovens e adultos, motivações para a luta dos movimentos abordados nesta seção, parecem não ter

sido suficientes para que o Estado ofereça um acolhimento mais humanizado, justo, igualitário e reparador diante de tantas desigualdades por tão longo tempo. Até quando? A ausência de dados e parâmetros transparentes contribui para a invisibilidade político-social da população em situação de rua e põe em risco a efetividade das políticas públicas, temas descritos nas seções 2.3.2 e 2.3.2.1 desta tese.

2.3.2 Políticas públicas e a política nacional

A construção da seção 2, com suas reflexões e enlaces históricos, permite a afirmação de que os fenômenos históricos não são isolados, mas sucessivos. O fenômeno faz parte de um processo histórico e social, e fora dele não pode ser concebido. Segundo Sarmiento (2020), a desigualdade social é realidade desde a colonização e encontra-se presente em setores multifacetados, tais como a economia, política, racial, cultural e meio social, sendo que, apenas na década de 1990, a fome, a pobreza e a miséria foram incorporadas em uma agenda pública, pelo Estado brasileiro. Especificamente em relação às pessoas em situação de rua, além da pobreza, o problema estrutural e cultural também é identificado. Ainda segundo a autora supracitada, “[...] a questão social, em si, nunca foi prioridade na política pública. A concepção tradicional manteve-se militante no crescimento da economia, para acabar com a pobreza.” (SARMENTO, 2020, p. 8-9).

Políticas públicas são ações do Estado voltadas para o atendimento de interesses, necessidades e aspirações do cidadão e da coletividade. Em geral, referem-se à saúde, à educação, à segurança, ao emprego, à renda, à assistência social etc., devendo ser formuladas e executadas de acordo com as necessidades e aspirações da maioria, e de cuja formulação e execução, a sociedade organizada deve participar (LEONELLI, 2003).

Uma política pública é estabelecida quando um problema identificado como relevante, tem abrangência coletiva. Contudo, embora tal assertiva pareça ser de simples entendimento, os fatores que a determinam são complexos, pois envolve a compreensão de Estado e os diversos atores que o compõem, bem como os desdobramentos e análise de políticas públicas, como por exemplo as sociais e

educacionais. Para a compreensão de Estado, recorre-se ao professor de economia e ciência política da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, Bresser-Pereira, que o define:

[...] o Estado é a principal e mais abrangente instituição que a sociedade utiliza para definir e buscar o interesse público, ou, em outras palavras, para promover seus objetivos políticos. Nesses termos, o Estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da sociedade – é a instituição através da qual a sociedade moderna busca seus **objetivos políticos**. É através dele e da ação política (que é sempre uma ação coletiva) que a sociedade politicamente orientada sob a forma de nação ou de sociedade civil alcança seus objetivos políticos. Listo sempre cinco deles (**segurança, liberdade, desenvolvimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente**), enumerados na ordem histórica aproximada em que se tornaram objetivos sociais, **mas o mais importante deles, porque acaba de alguma forma englobando os demais, é o da segurança ou da proteção dos cidadãos**. O que o cidadão espera do Estado é que ele garanta seus direitos de cidadania ou, em outras palavras, que lhe dê segurança ou o proteja: contra o inimigo externo, contra a desordem interna, contra a violência do próprio Estado e de cidadãos e organizações poderosas (direitos civis), contra o governo autoritário (direitos políticos), contra a desigualdade, contra a fome e a pobreza, em relação aos cuidados de saúde, na velhice (direitos sociais) e contra a captura do patrimônio público e do meio ambiente (direitos republicanos). Mas isso não significa que o Estado seja um instrumento neutro. Em uma sociedade de classes, ele é principalmente o instrumento de uma sociedade civil ou então de uma nação no qual o poder dessas classes varia através do tempo. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 164, grifo nosso).

Sobre a segurança, um dos objetivos políticos mencionados, é relevante ressaltar que o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 aponta a ‘segurança humana’ como um ingrediente crítico do desenvolvimento participativo (ONU, 1994). Neste sentido, reforça-se que trabalhar a competência em informação em um contexto de vulnerabilidade social, ou seja, de insegurança humana, como é a situação de milhares de pessoas que se encontram em situação de rua, é contribuir para que as pessoas possam ter a oportunidade de, por meio de um projeto voltado à Coinfo, fortalecer a probabilidade de rompimento do ciclo de instabilidades sociais impostas pelo sistema e suas amarras estruturais. Sem desenvolvimento participativo não há desenvolvimento humano. Para o desenvolvimento participativo, vários elementos precisam estar presentes, tais como o senso crítico da pessoa em reconhecer e questionar a sua privação em situações cotidianas e de vida. Além disso, exige o poder de decisão frente a um conglomerado de informações, assim

como comportamentos e habilidades atitudinais-informacionais que resultem em mudanças positivas na vida de cada pessoa

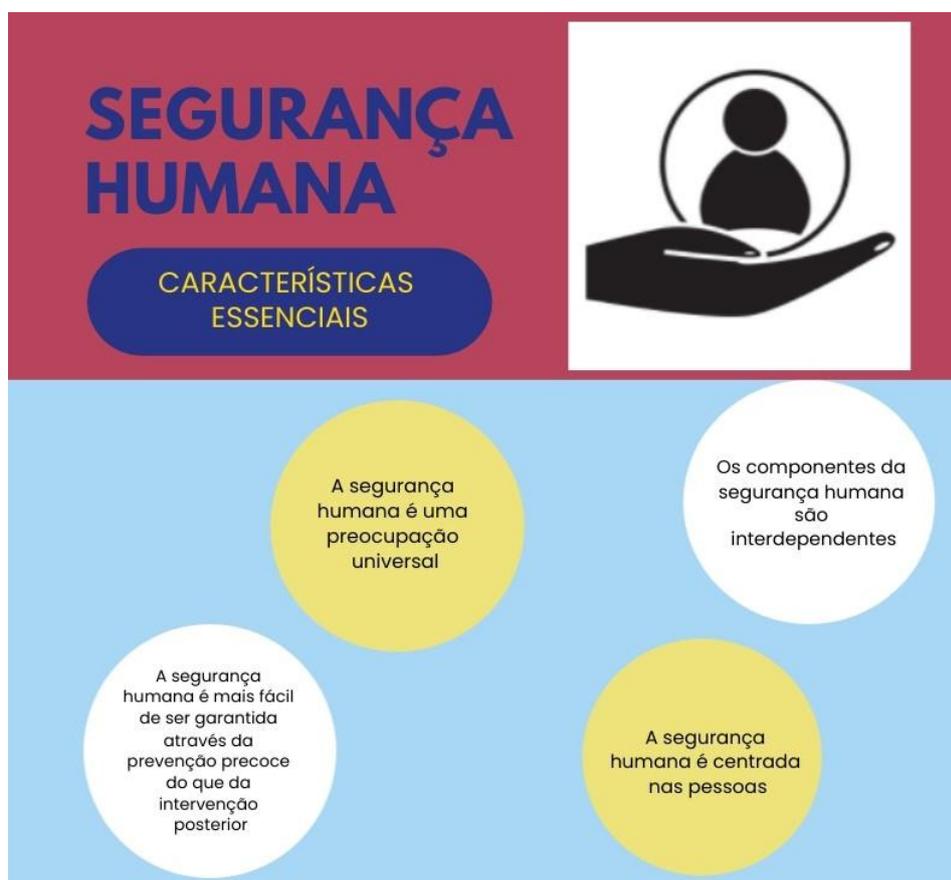
A segurança humana é mais fácil de ser identificada muito mais por sua ausência do que por sua presença. É instintiva a compreensão de segurança, e é assim que a maioria das pessoas a entende. Contudo, para uma definição mais explícita, dois elementos se fazem presentes: primeiro, segurança contra ameaças crônicas como fome, doenças e repressão. E o segundo elemento, a proteção contra rupturas repentinas e prejudiciais nos padrões da vida cotidiana. O processo da perda da segurança humana pode se dar de uma forma lenta e silenciosa, ou se configurar em uma emergência abrupta e barulhenta. Pode ser resultado de escolhas políticas erradas feitas pelo homem ou advindas das forças da natureza. Ou, uma combinação de ambos (ONU, 1994).

Quando se pensa na insegurança habitacional, fica fácil compreender as características da segurança humana (o instinto atuando em sua compreensão), mencionadas no relatório da ONU (1994), e ilustradas pela Figura 12. Quanto à sua **universalização**, é uma proteção de importância para as pessoas, sejam de nações ricas ou pobres. Ameaças como desemprego, drogas, crime, poluição e violações dos direitos humanos são reais, crescentes e comuns a todas as pessoas. A **interdependência** entre os componentes da segurança humana diz respeito a de que ameaças como fome, doenças, poluição, tráfico de drogas, terrorismo, disputas étnicas e desintegração social não são eventos isolados. Todas as nações provavelmente se envolvem quando a segurança das pessoas está em perigo em qualquer parte do mundo, pois suas consequências não encontram fronteiras nacionais, e viajam pelo mundo. A **prevenção contra ameaças** à segurança humana é sempre menos custosa do que os malefícios advindos da insegurança. Investimentos em cuidados primários de saúde e educação em planejamento familiar, por exemplo, poderiam ter contribuído na contenção da propagação da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) quando ela surgiu, por exemplo. E uma última característica diz respeito à **segurança humana centrada nas pessoas**, e não no sentido estreito de segurança nacional ou militar e de fronteiras. Assim,

deve haver uma preocupação na forma como as pessoas vivem, às oportunidades sociais, se vivem em um ambiente conflituoso ou em paz (ONU, 1994). Em resumo:

Em última análise, a segurança humana é uma criança que não morreu, uma doença que não se espalhou, um emprego que não foi cortado, uma tensão étnica que não explodiu em violência, um dissidente que não foi silenciado. A segurança humana não é uma preocupação com armas – é uma preocupação com a vida e a dignidade humanas. (ONU, 1994, p.22, tradução nossa).⁵³

Figura 12 - Segurança humana



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022) baseado em ONU (1994)

Políticas públicas que não levam em conta a segurança humana tendem não lograr êxito, sobretudo em um momento pandêmico como o vivido pelo planeta,

⁵³ Texto original: "In the final analysis, human security is a child who did not die, a disease that did not spread, a job that was not cut, an ethnic tension that did not explode in violence, a dissident who was not silenced. Human security is not a concern with weapons-it is a concern with human life and dignity." (ONU, 1994, p.22).

desde o final do ano de 2019 e início de 2020, e por enquanto, com previsões incertas para o seu término. A propósito, a pandemia trouxe um novo olhar no entendimento de segurança humana, o que será tema do próximo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2021/2022. Em boletim que antecede ao relatório (ONU, 2022), afirma-se que, antes da pandemia da COVID-19, a sensação de segurança e proteção das pessoas já era baixa em quase todos os países, incluindo os países mais ricos, conforme ilustrado pela Figura 13. A fim de enfrentar uma desconexão entre desenvolvimento e segurança percebida, o relatório pede maior solidariedade além-fronteiras e uma nova abordagem ao desenvolvimento; aquele que permite que as pessoas vivam livres de carência, medo, ansiedade e indignidade (ONU, 2022).

Figura 13 - Percepções generalizadas de insegurança no mundo⁵⁴



Fonte: (ONU, 2022, p.4)

Ameaças advindas de tecnologias digitais, desigualdades, conflitos, mudanças climáticas, perda da biodiversidade, e lacunas nos sistemas de saúde para enfrentar novos desafios, como a pandemia de COVID-19, tornaram-se proeminentes nos últimos anos. O enfrentamento a tais ameaças exige que os formuladores de políticas considerem proteção, empoderamento e solidariedade lado a lado, para que a segurança humana, as questões planetárias e o

⁵⁴ Mais de 6 em cada 7 pessoas em todo o mundo sentiram-se moderadamente ou muito inseguras pouco antes do surto da pandemia de Covid-19. A cor azul representa pessoas se sentindo seguras e a cor rosa pessoas que se sentem moderadamente ou muito inseguras. A primeira coluna refere-se aos países com IDH baixo e médio, a segunda coluna aos países com IDH alto e a terceira coluna são os países com IDH muito alto.

desenvolvimento humano funcionem juntos. Outrossim, afetando o mundo inteiro, a pandemia da COVID-19 coloca em risco todas as dimensões do bem-estar das pessoas, gerando uma sensação aguda de medo em todo o planeta. Para agravar a situação, essas ameaças e desafios precisam ser enfrentados em um contexto de nova era geológica, o Antropoceno (ONU, 2022). De acordo com Alves (2020, *online*) Antropoceno⁵⁵ “representa um novo período da história do Planeta, em que o ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação ambiental e o vetor de ações que são catalisadoras de uma provável catástrofe ecológica.” Em 2020, a massa de tudo o que foi construído pelo homem (massa antropogênica) superou, pela primeira vez na história, a massa conjunta dos seres vivos (biomassa) (ELHACHAM *et al.*, 2020).

As ciências humanas e sociais, antropocêntricas por definição, permaneceram durante muito tempo alheias a debates dessa natureza, sobretudo levando em conta que o futuro da humanidade está em perigo (ISSBERNER; LÉNA, 2018). Sendo esta pesquisa realizada no âmbito da Ciência da Informação, pertencente à grande área das Ciências Sociais Aplicadas, interdisciplinar e ligadas a aspectos sociais das diversas realidades humanas, entende-se relevante abordar tal viés de reflexão, dentro de um tópico que tem como objetivo discorrer acerca de políticas públicas. Os autores enfatizam acerca da atenção e responsabilidade que se deve ter dentro de tais áreas:

A emergência do conceito de Antropoceno confere a essas áreas a responsabilidade de investigar e explicar como as sociedades humanas foram capazes de provocar tal magnitude de transformações no *modus operandi* do planeta, bem como os diferentes impactos dessas transformações sobre o mapa terrestre. As ciências sociais e humanas terão de desenvolver e encampar novos objetos e conhecimentos para responder as questões típicas dessa nova época: desastres naturais, energias renováveis, esgotamento de recursos naturais, desertificação, ecocídio, poluição generalizada, migrações, injustiça social e ambiental.

Não deixa de surpreender também a lentidão e a debilidade das reações políticas e das sociedades em geral à mudança climática. Uma análise matemática das redes de citações mostrou que, em artigos científicos sobre

⁵⁵ “ [...] a palavra foi cunhada nos anos 1980 pelo biólogo norte-americano Eugene F. Stoermer e popularizado na década de 2000 por Paul Crutzen, o cientista atmosférico holandês e vencedor do Prêmio Nobel de Química de 1995.” (ISSBERNER; LÉNA, 2018, p.7, tradução nossa). Texto original: “ [...] the word was coined in the 1980s by American biologist Eugene F. Stoermer and popularized in the early 2000s by Paul Crutzen, the Dutch atmospheric scientist and winner of the Nobel Prize in Chemistry 1995.” (ISSBERNER; LÉNA, 2018, p.7).

o assunto, formou-se um consenso desde o início da década de 1990 quanto ao fato de que essa mudança existe. (ISSBERNER; LÉNA, 2018, p.9, tradução nossa)⁵⁶.

Diante do cenário colocado pela ONU (2022), os esforços em nível local e internacional da Agenda 2030 da ONU, com seus objetivos multidimensionais para o desenvolvimento sustentável, permanecem isolados, em grande parte. Isso acontece porque as iniciativas tentam abordar, separadamente, alterações climáticas, perda da biodiversidade, conflitos, migração, refugiados, pandemias e proteção de dados. Sendo assim, indica-se que tais ações empreendidas dentro da Agenda 2030, devem propor uma abordagem diferente em um contexto de Antropoceno. É necessário reafirmar os princípios fundadores das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵⁷ e a Carta das Nações Unidas⁵⁸, que são as ideias pilares de sustentação do conceito de segurança humana. Assim, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2022 apresenta maneiras de lidar com as ameaças fortemente interconectadas, sob dois focos, a saber:

Primeiro, adotando estratégias de segurança humana que afirmem a importância da solidariedade, pois todas as pessoas são vulneráveis ao processo de mudança planetária, sem precedentes, que estamos vivenciando durante o Antropoceno. Em segundo lugar, as pessoas não

⁵⁶ Texto original: “The emergence of the concept of the Anthropocene confers upon them the responsibility of explaining how human societies have been able to provoke changes of such magnitude to the modus operandi of the planet, and what differentiated impacts they will have on the world map. The social sciences and humanities should be developing and acquiring new subjects and knowledge to respond to the questions raised by this new epoch – including natural disasters, renewable energy, the depletion of natural resources, desertification, ecocide, widespread pollution, migration, social and environmental injustice.

The slow and feeble reactions of politicians – and of societies in general – to climate change, is also astounding. A mathematical analysis of networks of citations has shown that in scientific articles on the subject, there has been a consensus, since the early 1990s, that climate change exists.” (ISSBERNER; LÉNA, p.9).

⁵⁷ “Advinda da necessidade em se reconstruir os direitos humanos, totalmente esfacelados pelas barbáries cometidas durante o período da Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal de 1948, é o marco do Direito Contemporâneo que [...] assenta suas perspectivas na premissa da solidariedade.” (QUINTANA, REIS, 2017, p. 226).

⁵⁸ A Carta da ONU é o tratado que estabeleceu as Nações Unidas. Segundo Gonçalves (2012, p. 34), “ A ONU constituiu a segunda tentativa de criação de um organismo internacional com a difícil missão de equacionar os problemas centrais das relações internacionais: criar, manter e aperfeiçoar as normas que formam a ordem internacional; limitar e administrar a violência entre os Estados; criar mecanismos e instituições para solucionar pacificamente as controvérsias entre os Estados; e, criar e aperfeiçoar mecanismos e instituições que tornem as relações entre os Estados mutuamente benéficas e produtivas.”

devem ser tratadas como pacientes indefesos, mas como agentes de mudança com capacidade de agir, influenciar seu próprio futuro e corrigir o rumo. (ONU, 2022, p.iii, tradução nossa)⁵⁹.

A partir do entendimento da elaboração de políticas públicas ancoradas em princípios de segurança humana e solidariedade, para um desenvolvimento sustentável, destaca-se que o valor desse princípio, o da solidariedade, de acordo com Quintana e Reis (2017), está voltado para a concretização da dignidade da pessoa humana, devendo permear todas as ações individuais, as quais devem concentrar-se também na coletividade, buscando continuamente a harmonia, a cooperação e a colaboração entre as pessoas. O mesmo princípio requer obrigações mútuas entre os indivíduos que fazem parte da sociedade, implicando ainda em amparo, respeito, operando também na prevenção e solução de conflitos. Mais do que o interesse do que ocorre com o outro, a solidariedade vai no sentido de uma postura ativa em prol da realização do bem comum. Para Moraes (2016, p. 247) “O princípio constituinte da solidariedade identifica-se, desse modo, com o conjunto de instrumentos voltados para se garantir uma existência digna, comum a todos, numa sociedade que se desenvolva como livre e justa, sem excluídos ou marginalizados.”

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988a, *on-line*) prevê no art. 3º quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil⁶⁰, dos quais se destaca os incisos I e III, pois identifica-se uma estreita relação entre a solidariedade e a erradicação da pobreza, assim como entre ambas e a redução das desigualdades sociais. Para Moraes (2016), o princípio da

⁵⁹ Texto original: “First, by pursuing human security strategies that affirm the importance of solidarity, since we are all vulnerable to the unprecedented process of planetary change we are experiencing during the Anthropocene. And second, by treating people not as helpless patients, but agents of change and action capable of shaping their own futures and course correcting.” (ONU, 2022, iii).

⁶⁰ “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988a, *on-line*).

solidariedade é um fato social, pois não é possível conceber o homem sozinho. É também pela solidariedade que a sociedade se mantém coesa por meio de uma rede invisível de mútua interdependência, servindo de base à igualdade substancial e à justiça social, por isso deve estar presente na elaboração da legislação ordinária, na execução de políticas públicas e na interpretação e aplicação do direito. A autora supracitada afirma que é apoiado nos princípios da dignidade humana e na de solidariedade social que o legislador insere a moradia como um direito social:

[...] a inclusão do direito à moradia⁶¹ através da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, no rol dos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição. No teor deste dispositivo constitucional, aliás, está refletida a preocupação com a proteção que deve ser assegurada aos mais fracos e aos desamparados, dever do Estado e da coletividade, para a construção da “sociedade solidária”. (MORAES, 2016, p. 259).

É possível identificar que nove anos após a inclusão da moradia como um direito social com previsão constitucional é que foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 2009. Observa-se que é um processo moroso, e que, possivelmente, isso se explique pelo próprio processo de constituição das políticas públicas. De maneira improvável, as questões que demandam a concretização de políticas públicas são solucionadas em um curto prazo (FONTE, 2013), devendo se levar em conta também que “[...] disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados.” (FREY, 2000, p. 219).

As políticas públicas representam programas de ação governamental fundados na concretização de direitos sociais, como é o caso da moradia, e seguem um processo concatenado de ações, envolvendo atividades de planejamento, regulação de comportamentos, a organização da burocracia estatal, a distribuição de

⁶¹ No texto original a moradia e outros direitos não estavam previstos na Constituição brasileira, conforme se observa: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988b, *on-line*). A Emenda Constitucional de 2010 insere a alimentação e a de 2015 inclui o transporte como direitos sociais, sendo a atual redação do art. 6º assim formulada: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2015, *on-line*).

benefícios, a arrecadação de impostos, dentre outros. Outrossim, a realização das políticas públicas envolve algumas etapas, como a sua elaboração e planejamento, execução, avaliação e fiscalização, sendo que o processo de definição e implementação das políticas públicas perpassam os três Poderes. Ou seja, cabe ao Estado, na figura do legislador, a responsabilidade na definição das metas prioritárias e a elaboração de políticas públicas; com o Executivo fica a proposta, a implementação e execução de tais políticas; cabendo ao Judiciário, a incumbência no controle da legalidade (NUNES, 2020, *on-line*).

Não é objetivo desta pesquisa se debruçar no fazer das políticas públicas, contudo, alguns delineamentos básicos sobre as fases ou ciclos que as constituem podem contribuir no andamento de reivindicações e demandas que os profissionais da informação identificam junto à sociedade em relação a questões informacionais. Para exemplificar, cita-se o Manifesto de Florianópolis que define como responsabilidade de instituições públicas/governamentais, a “elaboração e o cumprimento de políticas públicas voltadas à Competência em Informação”, e como responsabilidade das instituições privadas, a contribuição para os ajustes necessários à legislação e às políticas públicas (MANIFESTO..., 2013, p.2). Neste caso específico, um grupo de profissionais ligados à Ciência da Informação e Biblioteconomia identificou que populações vulneráveis e minorias encontram-se em desvantagem quanto ao acesso e uso da informação, o que torna essa população em situação de desigualdade na construção do conhecimento, identidade e autonomia, estes, elementos de inclusão social (MANIFESTO..., 2013). Constituindo-se em um grupo de pressão, os profissionais apoiados por órgãos e conselhos de classe, como é o exemplo do Manifesto, veem as suas manifestações como uma prioridade que deve ser difundida e mobilizada junto à sociedade civil organizada e dos órgãos governamentais.

Toda política pública é um conceito que se materializa com instrumentos concretos, tais como, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros. A identificação do problema público, feita por qualquer indivíduo ou grupo que tenha sensibilidade por uma causa, é a fase inicial do ciclo da política pública, que nasce para fazer

oposição a um problema público, seja ele objetivo (visível, palpável) ou socialmente construído. Em relação à competência em informação vislumbra-se ser necessário o trabalho de formação da agenda, um segundo momento da política pública. A agenda pública, além de visar a propagação da percepção do problema para outros grupos da sociedade, como os formadores de opinião, os meios de comunicação, políticos e governantes, eleva o problema público que reúne condições para uma intervenção pública (SECCHI, 2020).

O trabalho de formação da agenda, ou seja, de propagação da percepção do problema para outros grupos da sociedade (formadores de opinião, meios de comunicação, políticos, governantes), eleva o problema público à condição de merecedor de intervenção pública. Se o analista de política pública recebeu a demanda de análise de política pública é porque um problema público foi identificado e entrou na agenda de algum ator político, seja ele o governante, o político, um grupo empresarial, um sindicato ou um meio de comunicação (SECCHI, 2020). O autor supracitado esmiúça a diferença entre um problema público e a solução a esse problema:

O analista deve ser capaz de diferenciar problemas públicos e soluções. Problemas públicos são situações coletivas indesejadas segundo a percepção de atores relevantes. A solução ao problema público, sob o termo genérico de “política pública”, é uma resposta elaborada para o enfrentamento do problema público. (SECCHI, 2020, Não paginado)

Fazendo uma analogia à questão proposta pelo Manifesto de Florianópolis, o problema é a desvantagem em que se encontram as populações vulneráveis em relação aos processos informacionais, como o acesso e uso da informação; ao passo que a competência em informação é a proposta apresentada como a solução que minimize ou reduza essa desigualdade. À população em situação de rua, que são os sujeitos foco desta pesquisa, acredita-se que um projeto de acesso e uso inteligente da informação, propiciando o aprendizado ao longo da vida e o efetivo exercício da cidadania pode vir a fazer parte na resolução de problemas de empregabilidade, informações acerca de abrigos (sentido temporário) e programas de moradia (sentido de permanência), retirada de documentos para acesso a programas do governo, tais como a saúde, educação, e outros que a um certo prazo

de tempo se reflete no resgate da dignidade e cidadania, visando a segurança humana.

O campo do estudo das políticas públicas é vasto e complexo, e por não ser o objeto de estudo desta pesquisa, também não se constitui objetivo aprofundar na discussão conceitual e técnica desta seara. Contudo, traçar um esboço dos ciclos a partir de Howlett e Ramesh (2003), Birkland (2016), e sobretudo de Fonte (2013), abre perspectivas de reflexões na abordagem de políticas de moradia, ou para melhor interpretação de documentos como o do Manifesto de Florianópolis (2013), que sustenta a necessidade da execução de políticas públicas envolvendo a competência em informação. Neste sentido, o Quadro 5 traz um breve resumo sobre as principais características dos ciclos considerados pelos autores supracitados:

Quadro 5 - Ciclo das políticas públicas

CICLO	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
Definição da agenda pública	<p>Refere-se ao processo pelo qual os problemas chegam ao conhecimento dos governos (HOWLETT; RAMESH, 2003).</p> <p>Agentes eleitos (legisladores e administradores) percebem e incluem na discussão pública assuntos (os problemas) relevantes para a coletividade (FONTE, 2013).</p> <p>A sociedade civil pode participar por meio de associações privadas, meios de comunicação de massa, sindicatos, grupos de lobby, indivíduos autônomos com capacidade de mobilização pública relevante (FONTE, 2013).</p> <p>“Estabelecimento de agenda – o processo pelo qual problemas e soluções alternativas ganham ou perdem a atenção do público e da elite, ou as atividades de vários atores e grupos que fazem com que os problemas ganhem maior atenção ou os impedem de ganhar atenção.”⁶² (BIRKLAND, 2016, p. 200, tradução nossa)</p> <p>A agenda pode ser sistêmica (ou informal) e agenda institucional (ou formal)⁶³. A agenda pública é uma agenda de discussão, ao passo que, a agenda institucional é uma agenda de ação, indicando que o processo de política que trata do problema em questão já começou (HOWLETT; RAMESH, 2003). A</p>

⁶² Texto original: “Agenda setting – the process by which problems and alternative solutions gain or lose public and elite attention, or the activities of various actors and groups that cause issues to gain greater attention or prevent them from gaining attention.” (BIRKLAND, 2016, p. 200).

⁶³ A agenda sistêmica envolve questões comumente percebidas pelos membros da comunidade política como merecendo atenção pública e envolvendo assuntos dentro da jurisdição legítima da autoridade governamental existente. Contudo, apenas uma pequena proporção dos problemas na agenda sistêmica ou informal são levados pelo governo para consideração séria. Ou seja, quando um governo aceita que algo precisa ser feito em relação a um problema pode-se dizer que a questão entrou na agenda institucional (HOWLETT; RAMESH, 2003).

	agenda institucional se reporta às prioridades dos agentes eleitos (FONTE, 2013) ⁶⁴ .
Formulação e escolha das políticas públicas	<p>Ocorre em um espectro menor de escolhas, após a definição da agenda pública.</p> <p>Exige dupla habilitação legal, sem as quais o administrador não pode seguir no seu objetivo de formulação das políticas públicas: 1º) obediência ao princípio da legalidade⁶⁵, exigida pela atividade administrativa; 2º) obrigatoriedade de previsão dos gastos públicos na lei orçamentária (FONTE, 2013).</p> <p>A formulação é uma etapa prévia, em que são apresentadas, pelos atores sociais e agentes políticos, diversas soluções para o problema que o Estado se propôs a resolver. A escolha é o momento de se optar por uma ou algumas dentre as várias fórmulas apresentadas para solucionar o problema (FONTE, 2013).</p>
Implementação das políticas públicas pelo órgão competente	<p>Os planos e programas normativos saem do mundo das ideias, convertendo-se em ação efetiva do Estado.</p> <p>Etapa que inclui atos administrativos para alocação de servidores públicos em determinadas atividades, realização de licitações, chamadas e publicações de editais, dentre outras atividades necessárias à realização do planejamento realizado pela Administração.</p> <p>Limitações de naturezas diversas devem ser consideradas na concretização das decisões políticas em realidade palpável, tais como: falta de dinheiro, condições sociais, econômicas e tecnológicas, desorganização da máquina administrativa, circunstâncias políticas desfavoráveis, etc. (FONTE, 2013).</p>
Avaliação pelos diversos mecanismos previstos na constituição e nas leis	<p>Os mecanismos constitucionais e legais de avaliação de políticas públicas são complexos e institucionalmente diversificados, dificultando os limites claros entre os papéis de um e outro órgão do poder.</p> <p>Mecanismos de avaliação de políticas públicas: 1) Político-eleitoral: o mais importante de todos, próprio de democracias contemporâneas, sendo o voto o primeiro e principal instrumento de controle social de políticas públicas. 2) Administrativo-interno: a regra é a publicização da atividade estatal, ressalvadas as hipóteses legais e excepcionais de sigilo. Também ocorre pelos mecanismos internos da Administração Pública (controle administrativo). No âmbito federal, cabe à Controladoria-Geral da União, o papel de avaliação e controle interno das atividades administrativas. 3) Legislativo: desempenhado pelo Poder Legislativo nos casos em que os atos administrativos requerem a concordância do Congresso Nacional para se aperfeiçoarem; e pelos Tribunais de Contas, cujas funções são exercidas de forma autônoma, como a função de auxiliar e orientar o Poder Legislativo, fornecendo pareceres para o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo. 4) Judicial: apesar de não expressa na Constituição, acontece em situações em que o Poder Judiciário profere decisões que afetam políticas públicas estabelecidas ou determinam a sua realização (FONTE, 2013).</p>

Fonte: Howlett; Ramesh (2003); Birkland (2016); Fonte (2013)

⁶⁴ Fonte (2013) se refere ainda a uma terceira categoria, a agenda constitucional. Abarca um grupo de prioridades públicas que encontra fundamento direto no texto da Constituição, e que também formula pretensões de se fazer incluir na agenda institucional, em dado momento histórico.

⁶⁵ É um princípio constitucional que está de acordo com o art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". (BRASIL, 1988a, *on-line*)

Uma política nacional baseada em princípios que levam em conta a resolução de problemas graves que afetam as pessoas de um país envolve atores, interesses múltiplos e uma configuração complexa, da qual se tentou esboçar nesta seção. Por isso, a leitura de cenários em momentos de eleição é tão importante para que os problemas públicos possam ser enfrentados, diminuídos e resolvidos. Neste sentido, o acesso e uso que se faz da informação é essencial e de vital importância. Vital porque pode provocar mortes dentro e fora de um cenário de pandemia, gerar guerra, expor as pessoas, quase sempre, a vulnerabilidades, em suas múltiplas concepções. Por este viés, compreende-se e reforça-se a dimensão que a competência em informação pode alcançar em uma comunidade, e na vida de um país e do planeta. Problemas públicos existem em áreas onde o homem precisa ter acesso e percepção de segurança, tais como educação, segurança, saúde, emprego, saneamento, justiça e cidadania, habitação, dentre outras, e por que não dizer informação? Entendendo serem perspectivas que promovem o bem-estar e garantia da dignidade humana, a próxima seção tratará sobre a Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua e outras abordagens correlatas a essa população, sujeitos foco desta pesquisa.

2.3.2.1 Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua e outras considerações

Abordar sobre a Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua (PNPSR), objetivo desta subseção, traz, inicialmente, a esta pesquisadora, a reflexão acerca da questão habitacional, sobre o direito constitucional à moradia, bem como o entendimento de que a habitação está relacionada com a melhoria da saúde e o bem-estar das pessoas. Desperta, além disso, o questionamento do quanto, de fato, as pessoas em tais condições de vulnerabilidade social têm de informação, e qual é a abrangência do conhecimento acerca dos seus direitos. Duas realidades antagônicas, “viver na rua” x “moradia”, em que a primeira, de modo geral, só parece existir na falta da segunda. A primeira existe porque pessoas são acometidas por uma série de deficiências em políticas públicas, fatores estruturantes históricos que privilegiam os mais ricos em detrimento dos mais pobres, gerando vulnerabilidades sociais de naturezas diversas, fazendo crescer a desigualdade

social, e a diferença entre classes. Constata-se, por todo o exposto até o momento, que a carência habitacional existe, porém as políticas habitacionais não se voltam com prioridade para a população de baixa renda, o que acaba por colocá-las em uma situação de mais vulnerabilidade ainda, como é o caso de parcela das pessoas em situação de rua. Neste sentido, afirma-se que subsistem múltiplos fatores causais semelhantes e interconectados, a saber:

Grande parte da população em situação de rua assim se encontra por ter sido acometida de fatores estruturais como ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, bem como de fatores biográficos, ligados à história de vida de cada indivíduo. Contudo, fatores ainda mais comuns são a ruptura dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais, morte de grande parte dos familiares e fuga do país de origem. Em menor escala, sobretudo no Brasil, a condição de rua é associada a sinistros como inundações ou desastres naturais. (SARMENTO, 2020, p. 32).

A política habitacional existe, mas não é igualitariamente acessível às pessoas. Um dos reflexos disso é a existência da própria PNPSR. Ao enveredar de maneira mais aprofundada se tem noção, inclusive, da sua ineficácia. Encontra-se em Borges e Vasconcellos (1974) a ideia reforçada sobre os benefícios de uma habitação/moradia na vida das pessoas:

Os investimentos em habitação podem ser convertidos pelo governo em eficazes instrumentos de emprego e distribuição da renda, de treinamento da mão-de-obra e do aumento da produtividade do trabalho. [...] Nada é mais importante que a habitação no meio ambiente físico das pessoas. As pessoas se autoconceituam, se autodimensionam e se posicionam socialmente a partir do conceito que fazem da habitação e de seu meio ambiente. O padrão habitacional serve para estabelecer o status dos indivíduos na comunidade. [...] uma habitação inadequada, um meio ambiente físico desordenado e sem privacidade pessoal podem levar a uma orientação de vida confusa e desordenada, com efeitos em círculo vicioso da transferência aos filhos dessa mentalidade extratificada e desprovida de idealismo. [...] o acesso à propriedade da casa e/ou à melhoria das condições de moradia tem em si uma força considerável capaz de induzir um grande esforço e produtividade por parte dos indivíduos. (BORGES, VASCONDELLOS, 1974, p. 80-81)

Dentro deste contexto, Boulos (2015) aborda sobre a agressividade com que o mercado imobiliário vem se expandindo, e a facilidade concedida a empresas do ramo para investimento em novas terras. Com isso, houve uma explosão nos preços

dos imóveis, com a valorização também de regiões que anteriormente não eram alvos de investimentos privados, e transformação de bairros inteiros com novos investimentos. Tal situação torna visível a dupla face do crescimento econômico. Ou seja, se por um lado estimula a geração de empregos, permitindo que mais pessoas tenham acesso a produtos que anteriormente não tinham, por outro, agrava a lógica de exclusão urbana, tornando inviável a permanência dos mais pobres nas áreas capturadas pelo mercado imobiliário. Conseqüentemente, o preço dos aluguéis, que é a forma de moradia da maioria dos trabalhadores brasileiros, sufoca o orçamento familiar dos mais pobres. Sem conseguir morar onde sempre moraram, são levados para regiões cada vez mais distantes e periféricas. Com isso, tem-se a piora nas condições de vida já que se leva mais tempo em transporte para ir e voltar do trabalho, serviços públicos precários e uma infraestrutura urbana mais encolhida. “Diante disso não é difícil concluir por que as ocupações aumentaram tanto nesses anos. Ocupar não é resultado da opção de alguém, mas da falta de opções. Ninguém vai viver em um barraco de lona porque gosta.” (BOULOS, 2015, p. 18).

Em 2011, dois anos após a instituição da PNPSR, Erminia Maricato⁶⁶ afirma que a situação das cidades havia piorado muito nos últimos 30 anos, e que tal situação seria agravada ainda mais nos próximos anos, apesar da retomada de investimentos em habitação e saneamento, a partir de 2003, pelo governo federal. Não houve mudança de rota apesar dos investimentos, e argumenta:

A ausência de controle sobre o uso e a ocupação do solo – questão central para garantir justiça social e preservação ambiental – é evidenciada pela ocorrência de enchentes e desmoronamentos com centenas de vítimas fatais e milhares de desabrigados, fatos notáveis nas cidades de todo o país na temporada de chuvas dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. As conquistas institucionais não lograram mudar as principais forças que conduzem as cidades brasileiras para a condição de tragédia social e ambiental: a forma desigual e especialmente a forma ambientalmente predatória do mercado fundiário e imobiliário cuja atitude especulativa foi potencializada pela introdução de investimentos maciços dos programas federais. (MARICATO, 2011, p. 77-78, grifo nosso)

⁶⁶ Erminia Maricato, professora aposentada da USP, é arquiteta, urbanista, professora, pesquisadora e ativista brasileira, reconhecida por seu trabalho no campo do urbanismo e sua luta pela Reforma Urbana no Brasil. Ocupou cargos públicos e participou ativamente da criação do Ministério das Cidades.

A realidade de enchentes, da qual a autora supracitada chama a atenção, continua crescente, e pode ser observada com frequência cada vez maior. Certamente tem ligação com as mudanças climáticas mais severas e intensas, e segundo a ONU (2022a), inclui não só ondas de calor intensas, secas e incêndios florestais, mas o fenômeno do aumento da umidade na atmosfera, levando a chuvas extremas e inundações que, se não desabrigam, matam. Ainda segundo a agência, o aquecimento dos oceanos traz como consequências, tempestades tropicais mais poderosas e o aumento do nível do mar. De acordo com a ONU (2022b), fatores climáticos interagem com fatores sociais, políticos, geopolíticos e econômicos. Na América Central e América do Sul, por exemplo, os fatores climáticos têm grande influência sobre as migrações e deslocamentos de pessoas que fogem das secas, tempestades tropicais e furacões, chuvas fortes e inundações. Tal situação é amplificada pela desigualdade, pobreza, crescimento populacional e alta densidade populacional, mudanças no uso da terra, sobretudo relacionadas ao desmatamento e consequente perda da biodiversidade. Outrossim, a redução na capacidade de adaptação e o aumento ou criação de novas vulnerabilidades populacionais têm forte relação com os altos níveis de pobreza generalizada, fraca governança da água, acesso desigual a serviços de água potável e saneamento, falta de infraestrutura e financiamento, o que acaba por aprofundar ainda mais as desigualdades econômicas, étnicas e sociais. Observa-se que este cenário acaba por refletir na qualidade das moradias dos mais pobres, ou da falta delas, e no aumento do risco a tragédias e outras vulnerabilidades a que estão expostos.

Um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) informa que, no período de 2017 a 2022⁶⁷, o prejuízo econômico ocasionado pelas

⁶⁷ Em relatório atualizado pela CNM (2022a), no período compreendido entre 01 janeiro de 2013 a 05 abril de 2022 os desastres naturais causaram um prejuízo na ordem de R\$ 341,3 bilhões, em todo o Brasil. Tais desastres costumam ocultar a ausência de políticas públicas de habitação, saneamento básico e infraestrutura eficazes, dentre outras mazelas. Entre 2010 e 2022, dos R\$ 36,5 bilhões prometidos pelo governo federal para auxiliar os municípios nas ações de gestão de riscos, prevenção, respostas a desastres e recuperação de áreas destruídas e ou danificadas, apenas 15,3 bilhões foram pagos. Além disso, a execução de orçamento federal com destinação à prevenção ou resposta a desastre, entre 2010 e 2021, é de 47%. Ou seja, a cada R\$ 100 autorizado, apenas R\$ 47 foram efetivamente gastos. O dirigente atual da CNM, Paulo Ziulkoski, afirma que em anos eleitorais anúncios de recursos volumosos são divulgados, porém não concretizados: “[...] na prática, na execução orçamentária, é quase zero [...] muita promessa, e pouca execução [...]” (CNM, 2022b, *online*).

chuvas fortes e enchentes, aos municípios brasileiros, é da ordem de R\$ 55,5 bilhões. O estudo é apenas um exemplo, no recorte planetário, de que existe relação entre as questões climáticas e fatores sociais, políticos, geopolíticos e econômicos, corroborando alertas de cientistas pelo mundo, e de agências como a ONU, conforme anteriormente abordadas. A CNM revela o seguinte:

[...] o período chuvoso de 2019/2020 foi o que mais apresentou número de casas danificadas e ou destruídas, somando 143.602, seguido pelo período 2020/2021 com 130.884 casas danificadas e ou destruídas. As chuvas dos últimos seis anos, afetaram mais de 28,8 milhões de pessoas.

Em seis anos foram contabilizados que 637 pessoas perderam suas vidas por causa dos desastres decorrentes das chuvas. O período sazonal das chuvas de 2018/2019, registrou 327 óbitos, 171,7 mil pessoas ficaram desabrigadas e 819,8 mil ficaram desalojadas. O período foi o mais problemático da história e deixou mais de 14,8 milhões de pessoas afetadas pelas chuvas. A CNM ressalta que foi neste período que ocorreu o desastre de uma barragem no Município de Brumadinho (MG), o que ocasionou a morte de 264 pessoas, sendo que, até hoje, ainda há seis desaparecidas. (CNM, 2022, *on-line*)

Como não existem dados oficiais confiáveis e seguros acerca do número de pessoas em situação de rua, também não tem como afirmar se esse número de 171,7 mil pessoas desabrigadas⁶⁸, por ocasião de desastres resultantes de fortes chuvas e enchentes, faz parte de algum levantamento parcial ou registro do CadÚnico, por exemplo. Assim, é difícil confiar que políticas habitacionais ou mesmo políticas voltadas para populações vulneráveis, como as em situação de rua, surtirão efeito de impacto ou de grande alcance. Neste sentido, o Objetivo 11 de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mencionado na Agenda 2030 (ONU, 2015), com vistas a “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, garantindo o acesso de todas as pessoas à habitação segura, adequada e a um preço acessível, parece estar longe de ser alcançado. Apesar do momentâneo desesperança, a ideia de um modelo de moradia como direito básico, como o *Housing First* (Moradia Primeiro), se apresenta como uma

⁶⁸ “**Desabrigados**: são as pessoas cujas habitações foram destruídas ou danificadas por desastres, ou estão localizadas em áreas com risco iminente de destruição, e que necessitam de abrigos temporários para serem alojadas. **Desalojados**: são as pessoas cujas habitações foram danificadas ou destruídas, mas que não, necessariamente, precisam de abrigos temporários. Muitas famílias buscam hospedar-se na casa de amigos ou parentes, reduzindo a demanda por abrigos em situação de desastre.” (SEDEC, UFSC, 2013, p.68, grifo nosso)

proposta sustentável e potencial de resolver a problemática de milhares de pessoas em situação de rua, e insegurança habitacional, sendo testada ou em andamento em diversos países, como no Canadá, Portugal, Holanda, Hungria, Dinamarca, Escócia, Chile (BUSCH-GEERTSEMA, 2013; BRASIL, 2019a).

O *Housing First*, parte do princípio de que o direito à moradia não deve ser negado a ninguém, independente da circunstância de vida, e traz a ideia de que devem ser oferecidos serviços mais qualificados para as pessoas que mais precisam de suporte técnico, sobretudo em casos graves de vulnerabilidade social e habitacional (ENAP, 2022).

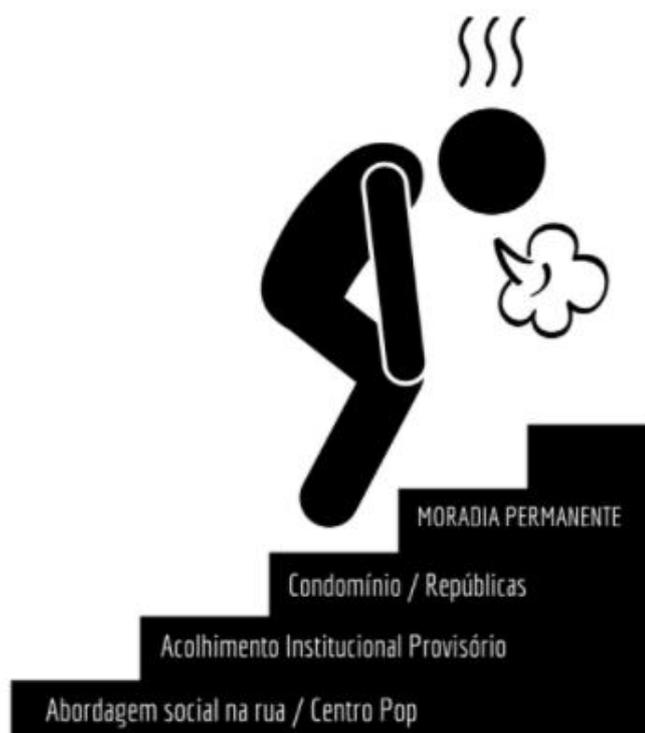
O termo *Housing First* surge nos anos 1980, nos Estados Unidos, por autoria de Tanya Tull⁶⁹, em programa de acolhimento em Los Angeles, Califórnia — ONG Beyond Shelter. A pouca efetividade de políticas de abrigos temporários informava que residência seria pré-condição necessária às políticas orientadas à superação da condição de rua, e não a meta final — como até então vinha acontecendo. O nome é utilizado nos anos 1990 pelo psicólogo PhD Sam Tsemberis. Hoje, é o selo de qualidade de um modelo de política pública com pressupostos e método, orientado pela “casa primeiro”. O modelo de Sam Tsemberis é testado no programa Pathways to Housing em Nova York. O sucesso dos resultados alcançados fez deste modelo de política pública de acolhimento o mais difundido no mundo hoje. A metodologia e os princípios do *Housing First* migram de Nova York para cidades em países da Europa e cidades no Canadá, Austrália, Japão, entre outros. (MENDES, 2017, p. 53).

O modelo *Housing First*, portanto, “[...] coloca o acesso à habitação permanente e individualizada como ponto de partida e não como a última etapa da intervenção [...]”, disponibilizando ainda, serviços de apoio ajustados às necessidades concretas dos participantes (BRASIL, 2019, p.21). No Brasil, o modelo predominante vigente é o etapista, cuja intervenção é feita “em escada”, o que significa dizer que “[...] as pessoas necessitam desenvolver competências e aderirem a planos de tratamento até estarem aptas para viver de forma autônoma” (BRASIL, 2019, p.21), conforme representado pela Figura 14. Então, o modelo etapista ou paradigma etapista é um modelo de atendimento que avança por etapas

⁶⁹ Tanya Tull é uma líder e especialista na área de famílias em situação de rua, nos Estados Unidos. Na década de 1980 introduziu uma inovação no campo, “a habitação em primeiro lugar para as famílias”, que vem ajudando a transformar tanto a política pública quanto a prática em escala nacional, ajudando as famílias a se mudarem de abrigos para moradias alugadas, o mais rápido possível (LINKEDIN, 2022).

distintas, estratégias e serviços voltados às pessoas em situação de rua, na qual a preparação de cada uma das etapas permite a essas pessoas alcançarem o próximo nível de atendimento (ENAP, 2022). A Figura 15 traça um breve comparativo entre os dois modelos.

Figura 14 - Escada representando o modelo etapista



Fonte: ENAP (2022)

Figura 15 - Comparativo entre o modelo etapista e o modelo Moradia Primeiro

Modelo **Etapista**



Modelo **Moradia Primeiro**



Fonte: ENAP (2022)

A grande diferença entre os modelos etapista e o modelo Moradia Primeiro, reside justamente no fato de que no primeiro, a pessoa precisa atender a uma série de etapas e encaminhamentos para, ao final do ciclo, conquistar a moradia definitiva. Ao passo que no Moradia Primeiro, o acesso à moradia segura e definitiva é o primeiro passo a ser dado, como um fator de conquista da dignidade do cidadão vulnerabilizado. Não é exigido da pessoa em situação de rua que tenha qualquer participação prévia em programas de tratamento ou reabilitação, por exemplo. Assim, a casa é o ponto de partida na caminhada para a recuperação, autonomia e inclusão social. Além disso, os participantes do Moradia Primeiro são acompanhados por uma equipe multidisciplinar, composta de profissionais que possam apoiar a permanência na moradia. (BRASIL, 2019).

No Brasil, a metodologia do *Housing First* (Moradia Primeiro) tem sido citada em discussões, encontros de pessoas e movimentos ligados à causa, e em âmbito federal um primeiro passo relevante parece ter sido dado⁷⁰. Em 27 de agosto de 2021 foi lançada por meio do Projeto Moradia Primeiro do Governo Federal, sendo o projeto instituído por meio da Portaria nº 2.927, de 26 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021a, 2021b). Segundo a referida Portaria, o projeto deve ser baseado no modelo de atendimento de pessoas em situação de rua denominado, internacionalmente, de *Housing First*, e como objetivo, a promoção do acesso imediato de indivíduos e famílias, a saber:

- I - à moradia temporária, em ambiente seguro e acessível;
- II - à políticas públicas de promoção da vida autônoma e da empregabilidade;
- III - à infraestrutura urbana integrada à comunidade; e
- IV - ao acompanhamento especializado de suporte à vida domiciliada. (BRASIL, 2021b, *on-line*)

⁷⁰ Durante a realização da pesquisa outras ações também foram encontradas, como um curso *on-line*, sobre a implementação do Projeto Moradia Primeiro. Com iniciativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e apoio da União Europeia, teve sua realização de 29 a 31 de março de 2022, e como objetivo, “[...] discutir a implantação, a qualificação e a disseminação do modelo como estratégia para tirar famílias e indivíduos da situação de rua.” O evento reuniu cerca de 200 pessoas. (BRASIL, 2022, *on-line*).

O Art. 4º da Portaria nº 2.927 de 26 de agosto de 2021⁷¹ (BRASIL, 2021b) prevê ainda que o Projeto Moradia Primeiro poderá fazer parte de outros programas voltados a pessoas em risco habitacional, o que no entendimento desta pesquisadora, abarca ou deveria abarcar pessoas que sobrevivem também sob a ameaça de desmoronamentos e enchentes, aspecto anteriormente abordado nesta pesquisa. Cada vez mais, com o crescimento populacional e urbano, áreas de risco passam a ser ocupadas, formando os aglomerados subnormais⁷², com sujeição a tragédias, agravadas por alterações climáticas. Contudo, o documento não define o risco habitacional, mas menciona a quem é destinado o Moradia Primeiro:

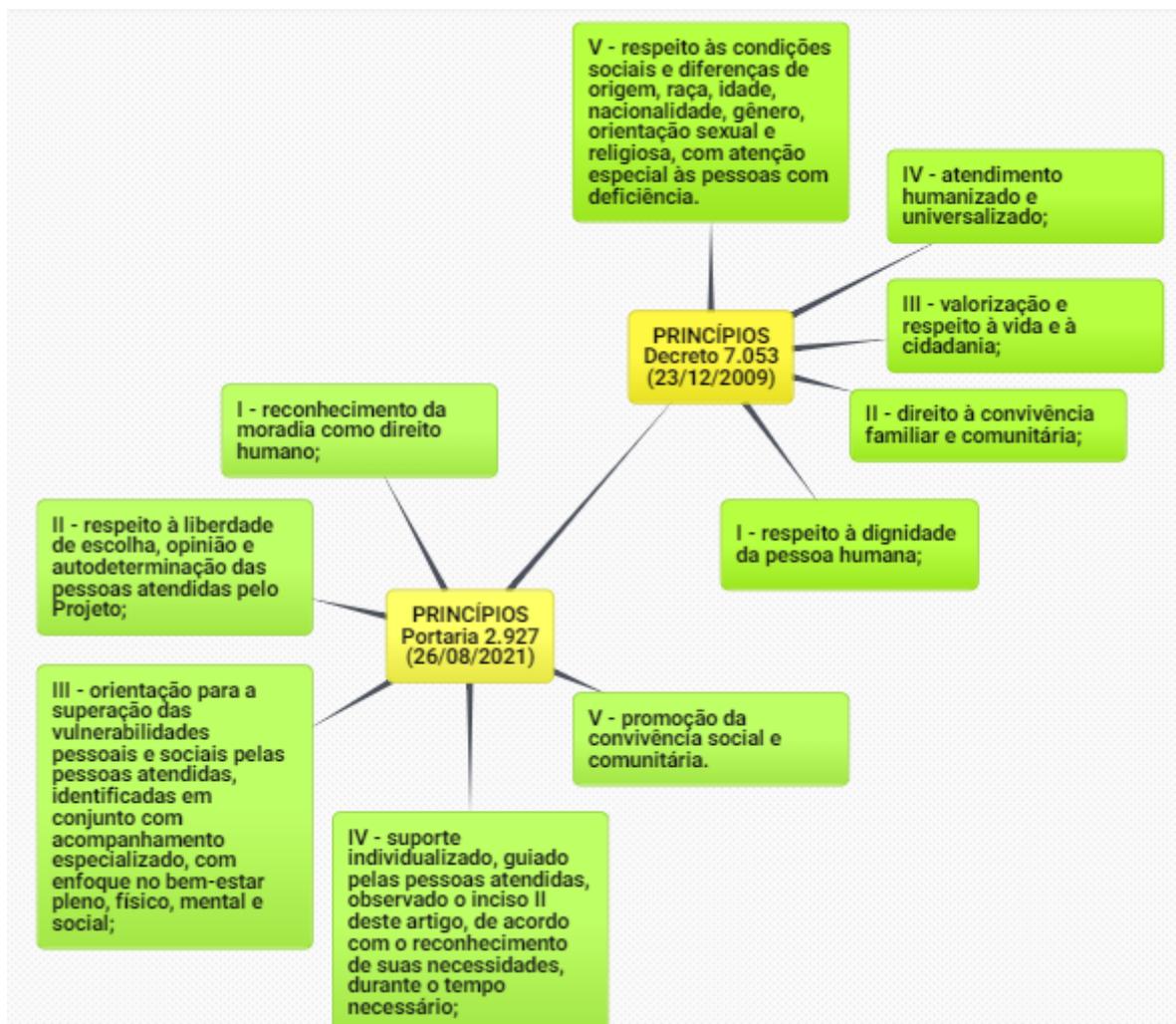
Art. 3º O Projeto Moradia Primeiro destina-se às famílias e indivíduos com mais de 18 (dezoito) anos em situação de rua, prioritariamente àqueles em situação crônica que se encontram há mais de 05 (cinco anos) em logradouros públicos ou em áreas degradadas, com possibilidade de agravamento relacionado ao uso de álcool de forma abusiva ou de drogas, ou com comprometimento da saúde mental, ou egressos de medida protetiva ou socioeducativa. (BRASIL, 2021b, *on-line*)

Aos princípios acrescidos no Projeto Moradia Primeiro são mantidos os mesmos princípios do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009). A Figura 16 mostra os princípios constantes da Portaria nº 2.927 (26/08/2021) e do Decreto nº 7.053 (23/12/2009).

⁷¹ “Art. 4º A estratégia do acesso imediato à moradia temporária, por meio de redomiciliamento rápido, poderá compor programas complementares para pessoas em risco habitacional ou recém-chegadas à situação de rua, a fim de evitar o início, a permanência ou o agravamento da situação de rua.” (BRASIL, 2021b, *on-line*)

⁷² O IBGE (2022, *on-line*) define : “Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.

Figura 16 - Princípios do Decreto 7.053/2009 e da Portaria 2.927/2021



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022) baseado em Brasil (2009) e Brasil (2021b)

Observa-se que os princípios do Decreto 7.053/2009 não fazem referência direta à questão da moradia, focando em princípios mais gerais e universais, o que difere da Portaria 2.927/2021 que no Inciso I começa reconhecendo a moradia como um direito humano. Embora o decreto não trate da moradia em seus princípios, ela vem expressa em um de seus quatorze objetivos, conforme segue:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação,

previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; (BRASIL, 2009, *on-line*).

O Decreto 7.053/2009 nasceu cinco meses após a Lei nº 11.983, de 16 de julho de 2009 revogar o art. 60 do Decreto-Lei no 3.688 de 3 de outubro de 1941 (Lei de Contravenções Penais), que criminalizava a vadiagem e a mendicância (BRITO, LOPES, 2021) - da qual pessoas em situação de vulnerabilidade já foram alvo - o que foi feito em função de um novo processo e projeto de inclusão social (RODRIGUES *et al*, 2020). Segundo os autores, o Decreto 7.053/2009 que institui a PNPSR é “[...] fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial⁷³, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006.” (RODRIGUES *et al*. 2020, p. 38). Ainda sobre o mesmo decreto, Pereira (2019) ressalta que a sua edição contou com uma conjuntura política favorável, além de ser impulsionado pela organização política do Movimento Nacional da População de Rua, em conjunto com diversos seguimentos sociais, que exigiram do Estado políticas sociais voltadas a essa população.

Ressalta-se a importância de que as pessoas em situação de rua conheçam os seus direitos para que tenham acesso a informações que as levem a uma condição de não aceitação das humilhações que lhe são impostas, ou ao descaso do poder público perante as violências sofridas diariamente pelas mesmas. Nas palavras de Hooks (2020), agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo, buscar a consciência e engajamento críticos, buscando uma participação ativa, e não um consumo passivo. Certamente, o problema envolvendo essa população é tão multifacetado que não cabem soluções simplistas, mas perpassam pela questão informacional e de conhecimento das pessoas em situação de rua, bem como dos agentes mediadores que fazem o acolhimento dessas pessoas⁷⁴. Assim, bibliotecas

⁷³ “Composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da participação de representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS).” (RODRIGUES *et al.*, 2020, p. 38).

⁷⁴ Entre esses mediadores estão os bibliotecários. Neste sentido, cita-se Vega (2019), que investiga como se dá o trabalho de bibliotecários, em uma biblioteca pública do Haváí (Estados Unidos), em relação a pessoas em situação de rua, acreditando ser de vital importância que as

em geral, e com destaque para as públicas e seus profissionais da informação, só poderão ajudar essas pessoas, mediante um empenho genuíno de reunir modos e caminhos de acesso, para que possam ter acesso a uma moradia digna, formação continuada, cuidados com a saúde e tudo o mais que for preciso para uma vida em dignidade.

Por outro lado, Pereira (2019, p.127-128) pondera que a mera existência de uma rede de serviços composta por diversas políticas públicas, com seus programas e projetos, “[...] não garante o acesso amplo e simplificado à população, pois esse acesso relaciona-se [...] ao conhecimento que o sujeito dispõe sobre o direito [...] às condições objetivas para deles usufruir.” Não é suficiente, por exemplo, o que está disposto no inciso XIV do Art. 7º do Decreto 7.053/2009 que menciona como um dos seus objetivos, “disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.” É preciso que os sujeitos entendam como, por quais meios.

Nesta tese, considera-se o potencial apresentado por um projeto de competência em informação em bibliotecas públicas voltado a essa população. Antes de tudo, porém, qualquer agente público, e no caso particular de espaços públicos como as bibliotecas, os seus profissionais devem evitar situações constrangedoras e que afastam qualquer pessoa vulnerável. Quando o inciso I do Art. 7º da PNPSR exige acesso amplo, simplificado e seguro a serviços e programas que integram as políticas públicas em diversas áreas, a biblioteca precisa se posicionar na direção de promover a equidade de acesso. Assim, de acordo com ALA (2012), deve evitar circunstâncias que incluam políticas de acesso com a exigência de um endereço fixo, multas proibitivas, funcionários sem treinamento no atendimento a pessoas pobres, em situação de rua e socialmente vulneráveis, falta de programas ou recursos que abordem as experiências das pessoas ou situações atuais. Afinal, as fragilidades a que são expostas, juntamente com a dinâmica estrutural observada em espaços e esferas abrangentes, dão conta de expurgá-los

bibliotecas implementem políticas e programas para ajudar essa população vulnerável. Afirma que os cidadãos sem-abrigo procuram assistência para navegar e/ou melhorar a sua situação de vulnerabilidade através da biblioteca e dos serviços de informação fornecidos nas bibliotecas públicas.

de uma vida digna em sociedade. Figueira (2020, p.159-160) afirma que “[...] as ações públicas e privadas sobre situação de rua negligenciam esse fenômeno pelo viés da informação, a partir do acesso, produção, transmissão ou geração de conhecimento [...]”, o que é grave, e conforme considerado pela autora supracitada, são “[...] âmbitos intimamente encadeados e cruciais para a plena alocação de sujeitos de direitos na estrutura social.” (FIGUEIRA, 2020, p. 160).

Em obra que sugere a ineficácia das políticas públicas com foco na população em situação de rua, Sarmiento (2020) critica, com ênfase, a dificuldade enfrentada por essas pessoas no acesso aos órgãos e a falta de interligação entre eles. A autora descreve o quão penoso é o processo, o que na opinião desta pesquisadora, pode ser facilitado por serviços oferecidos por bibliotecas públicas, e trabalhado pela competência em informação:

[...] o transcurso para uma pessoa em situação de rua fazer jus a qualquer benefício é, sobretudo, penoso. Há que se percorrer distâncias às próprias custas, gerenciar agendamentos, guardar documentações e entender as exigências e formalidades de todo o percurso, quando, na realidade, a própria existência do grupo enfrenta outras batalhas diárias.” (SARMENTO, 2020, p. 65).

Um dos aspectos que envolvem o desenvolvimento da competência em informação é a avaliação crítica da informação, a visão crítica perante o mundo, nas palavras de Cox (2013a) a possibilidade de introduzir os conceitos associados à avaliação crítica de informações e/ou recursos. No entendimento desta pesquisa, em posse da informação, mediada por profissional que compreenda e conheça minimamente as necessidades dessa população, as pessoas com trajetória ou vivência de rua já não aceitam ser chamadas de vulneráveis. Sarmiento (2020) chama a atenção para falas acaloradas durante o Seminário Internacional sobre a Autonomia da População em Situação de Rua, realizado em 2018 na cidade de Brasília, conforme descreve:

Na oportunidade, acaloradas foram as falas – muitas falas, encetando que a ‘Pop Rua não poderia ser chamada de vulnerável, a pop rua é vulnerabilizada!’ Certamente sim, concordo, não há como incorporar adjetivo ao sujeito que não contribui para a origem da nomenclatura. Eles não são vulneráveis, eles foram vulnerabilizados.” (SARMENTO, 2020, p.35)

Infelizmente, nem todas as pessoas que se encontram nesta condição são críticas, conscientes do complexo problema estrutural que as empurraram a uma condição de vulnerabilidade. Muitas outras, não encontram meios para o despertar da cidadania que lhes é retirada quando seus direitos são subtraídos. Parcela delas frequentam bibliotecas públicas, e por este viés, esta pesquisa explora a possibilidade de transformação tendo como apoio a competência em informação, sendo importante abordar essa questão a partir de contextos de vulnerabilidade social, o que está descrito na seção 3 a seguir.

3 A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUA INTER-RELAÇÃO COM O CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Inicia-se por abordar as questões e princípios que envolvem a competência em informação, refletindo e tecendo considerações acerca das competências enquanto fatores críticos para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida no cenário social contemporâneo.

Novas competências perfazem um rol de requisitos para a inclusão social das pessoas na atual sociedade, destacando-se a competência em informação, que fomenta a transversalidade e o desenvolvimento do reconhecimento, localização, acesso, busca, uso, descarte, recuperação e compartilhamento da informação, além do domínio de bases de buscas, das tecnologias e mídias digitais e informacionais, almejando construir conhecimento e tomar decisões que resultem em diferenciais e benefícios coletivos.

Para a compreensão dessa questão é preciso entender, primeiramente, o conceito de competência. Desse modo, dentre os seus vários significados, pode-se observar que competência é “[...] um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo” (FLEURY, 2004, p. 30).

A noção de competência predominante na década de 1970 atrelada ao raciocínio em termos de agregação de conhecimento, *know-how* e habilidades interpessoais, hoje, já não é suficiente. Não basta ter "recursos", é preciso também saber utilizá-los com sabedoria em contextos particulares, não basta ter conhecimento, mas usá-lo adequadamente em situações, sabendo como agir de forma eficaz e sustentável. A competência não deve ser compreendida como simples adição de recursos, pois por este viés é raciocinar em termos de montagem, e não de combinatória. E a montagem passa a ideia de algo estático, que mantém a sua forma original (como num jogo de Lego⁷⁵), ao passo que na combinatória cada elemento é modificado pelos outros, o que traz a ideia de transformação. Então, na

⁷⁵ Linha de brinquedos fabricados pela The Lego Group. Grupo LEGO foi fundado em 1932, conhecida por seus brinquedos em forma de tijolo, cujo princípio é intertravamento com seus tubos.

competência, o foco deve estar voltado para comportamentos em situações, e não mais qualidades ou traços de personalidade. Assim, a competência deve ser entendida como um processo e não como uma soma de recursos (LE BOTERF, 2008). Entretanto, cumpre ressaltar que o modelo da competência constitui uma transformação de longo prazo que, embora já venha se desenvolvendo há algum tempo, ainda pode ser considerado um modelo emergente, em processo, buscando conquistar o seu lugar no pensamento gerencial contemporâneo.

A *National Postsecondary Education Cooperative*⁷⁶ (NPEC) define que a competência “é a combinação de capacidades, habilidades, e conhecimentos necessários para executar uma tarefa específica”⁷⁷ (NPEC, 2002, p.24), sendo que competências em diferentes contextos requerem diferentes conjuntos de habilidades e conhecimentos, estes, adquiridos por meio de experiências de aprendizagem. Sendo assim, diferentes combinações de habilidades e conhecimentos alcançados definem as competências que um indivíduo possui. E, finalmente, combinações das competências de um indivíduo são combinadas na realização de diferentes demonstrações ou tarefas (NPEC, 2002).

Competência é um conceito que está alinhado com a mudança de contextos e situações de trabalho, sendo preciso “navegar na complexidade”, e não somente executar um plano pré-concebido. A competência implica a capacidade de gerenciar situações complexas e instáveis. Neste sentido, seja em ambiente profissional ou pessoal, em um cenário de imprevistos e perigos, a pessoa deve saber tomar iniciativas e decisões, negociar e arbitrar, fazer escolhas, assumir riscos, reagir a perigos, avarias ou danos, inovar e assumir a responsabilidade. Ela deve antecipar o problema, agindo diante do indeterminado e do inesperado, e não apenas saber como lidar com o incidente já instaurado. (LE BOTERF, 2010).

⁷⁶ Cooperativa Nacional de Ensino Superior (NPEC) é uma parceria voluntária de instituições de ensino superior, associações, agências e organizações, financiada pelo Centro Nacional de Estatísticas da Educação (NCES), do Departamento de Educação dos Estados Unidos. Tem como missão promover a qualidade, comparabilidade e utilidade de dados e informações pós-secundárias que apoiam o desenvolvimento de políticas nos níveis nacional, estadual e institucional (NPEC, 2022).

⁷⁷ Texto original: “The ultimate definition of competency as used by the Working Group and throughout this document is the combination of skills, abilities, and knowledge needed to perform a specific task.” (NPEC, 2002, p.24).

Zarifian (2008) defende que uma base conceitual sólida à definição de competência deve estar ancorada em quatro elementos: a iniciativa, a responsabilidade, o evento e a individualidade. A primeira, a iniciativa, é central nas discussões sobre a competência, pois o agir é o cerne do exercício da competência. Assim, o que importa no contexto de um mundo muito mutável e complexo, no qual hoje vivemos, é a qualidade dos processos de ação e a relevância das iniciativas, em relação aos efeitos que produzem. Esse autor, afirma que a definição de competência envolve a tomada de iniciativa pelo indivíduo, assumindo parcela de responsabilidade pelos problemas e acontecimentos com que se depara em situações profissionais, e que nesta pesquisa, estende-se para diferentes contextos. Quando traça uma reflexão entre a cultura dos resultados e a iniciativa, o autor menciona que:

A cultura dos resultados é tão empobrecedora quanto a cultura dos meios. Permanece prisioneiro de uma visão instrumental, constrangida por uma obrigação de resultado que a direção da empresa acredita poder definir antecipadamente. Essa visão, longe de reforçar a ação profissional dos indivíduos, a enfraquece, associada à ilusão de que se pode, no universo atual, predeterminar resultados precisos. A iniciativa, centrada em efeitos úteis e sensível aos acontecimentos, permite antecipar e retificar com flexibilidade e inteligência, onde a prescrição de resultados congela a ação, freia e exaure, com grande chance de errar o alvo ou atrasar o real.⁷⁸ (ZARIFIAN, 2008, *on-line*)

O outro elemento de que trata Zarifian (2008) é a responsabilidade, entendendo que quanto mais as pessoas são autônomas, mais elas são responsáveis porque têm o direito e a capacidade de conduzir as regras de suas ações. Ressalta, contudo, que embora o conceito de competência esteja centrado na iniciativa, e não na autonomia, reconhece que as iniciativas só podem ser tomadas no âmbito da autonomia do sujeito. Assim, a autonomia é condição para o exercício da competência, porém, não constitui o seu conteúdo. Uma pessoa pode

⁷⁸ Texto original: "La culture du résultat est aussi appauvrissante que la culture des moyens. Elle reste prisonnière d'une vision instrumentale, contrainte par une obligation de résultat que la direction de l'entreprise croit pouvoir définir à l'avance. Cette vision, loin de renforcer l'action professionnelle des individus, l'affaiblit, associé à l'illusion que l'on puisse, dans l'univers actuel, prédéterminer des résultats précis. L'initiative, centrée sur les effets utiles et sensible aux événements, permet d'anticiper et de rectifier avec souplesse et intelligence, là où la prescription de résultats fige l'action, la bride et l'épuise, avec une chance notable de se tromper de cible ou d'être en retard sur le réel." (ZARIFIAN, 2008, *on-line*)

ter autonomia, mas não iniciativa, não sendo possível, neste caso, considerá-la competente. Neste sentido, a autonomia subjacente à iniciativa implica responsabilidade, que de certa maneira, equilibra a autonomia. É importante pensar na responsabilidade a partir de uma natureza ética, advinda de comportamentos que só podem vir de quem os subscreve, e não apenas prática ou moral, decretadas por normas obrigatórias. A responsabilidade, assim pensada, desenvolve em cada um de nós, e em escala social, a preocupação com a existência das gerações futuras, pois, mais do que ter a “responsabilidade por” é ter a “preocupação com”. Tem-se então que:

Um indivíduo competente, que assume responsabilidades, possui, espontaneamente [...] preocupação pelos outros. E assim, ao tomar iniciativas, estará atento ao que elas produzem para os outros. [...]

Somos, portanto, dotados de duas concepções de responsabilidade: responder e preocupar-se. [...] E, ao mesmo tempo, o senso de responsabilidade precede e segue a tomada de iniciativa. Logicamente, devemos dizer que essas duas abordagens da responsabilidade, na medida em que foram internalizadas, se unem para orientar nossas iniciativas. Não antes e depois, mas também durante.⁷⁹ (ZARIFIAN, 2008, *on-line*)

O terceiro elemento, o evento, é o que acontece, podendo ser entendido como uma ocorrência que surge e perturba o mundo dos fatos estabelecidos. É diante de eventos, parte deles imprevisíveis, que a competência será mobilizada com maior intensidade. Neste contexto, em geral, a habilidade evolui, desenvolve-se. Um evento socialmente ou pessoalmente importante é aquele em que as pessoas só mobilizam a sua inteligência e sua capacidade de iniciativa se souberem dar sentido ao que está acontecendo, principalmente as ações que tomam para enfrentar o evento, o acontecimento. Ou seja, quando o evento faz sentido para os sujeitos, precisam buscar as iniciativas certas para enfrentá-lo. “Não é apenas o sucesso que importa, mas também o porquê das ações empreendidas e os motivos

⁷⁹ Texto original: “Un individu compétent, qui assume une prise de responsabilité, possède, spontanément [...], le souci d'autrui. Et donc, dans ses prises d'initiative, il aura le souci de ce qu'elles produisent pour autrui. [...]

Nous voici donc doté de deux conceptions de la responsabilité : répondre de et avoir le souci de. [...] Et du même coup, le sens de la responsabilité tout à la fois précède et succède les prises d'initiative. En toute logique, on devrait dire que ces deux approches de la responsabilité, pour autant qu'elles aient été intériorisées, se rejoignent au moment du guidage de nos prises d'initiative. Non pas avant et après, mais aussi pendant.” (ZARIFIAN, 2008, *on-line*)

que levam à ação⁸⁰.” O evento é como uma provocação, pois nos estimula a agir. E agir com competência é estar à altura do evento, é outra maneira de falar sobre assumir a responsabilidade (ZARIFIAN, 2008, *on-line*).

Sobre a individualidade, o quarto elemento, Zarifian (2008) afirma que um indivíduo nunca está completo, mas sempre em processo de devir, de transformação, de mudanças. Assim, as competências atuais de um indivíduo não são as mais importantes, embora já alcançadas. O que está por vir, o potencial que autoriza sua futura expansão e mutação é o mais significativo para um conceito de competência. A potência de pensamento e ação está no cerne da habilidade de um indivíduo. Sem essa potência ou poder a questão da competência nem sequer surgiria. O que permite que a reserva do potencial do indivíduo seja mantida é a relação permanente entre o ambiente interno do próprio sujeito, ou, uma camada afetivo-emocional, em que ele se insere, desenha para se desenvolver de forma adequada à sua própria constituição e o ambiente externo, envolvendo a comunicação incessante, o confronto com o meio externo, incluindo outros humanos. Assim, quando envolve a competência, o autor supracitado apresenta algumas conclusões, a saber:

1) que podemos falar de individualidade, com o que entendemos o indivíduo e sua reserva de potencial,

2) que o indivíduo nunca é completo. Ele continuará se transformando, suas habilidades, por exemplo, serão enriquecidas e modificadas, valendo-se do potencial pré-individual, que é o que permitiu a constituição da potência de seu próprio corpo e de seu próprio pensamento (o que sabemos de o que nosso corpo pode fazer, disse Spinoza. Poderíamos acrescentar: o que sabemos do que nosso pensamento pode fazer?) e comunicação incessante, confronto com o meio externo, incluindo outros humanos.

3) que, no mínimo, as emoções e os afetos são um importante vetor dessa transformação. [...] Acho que a comunicação verbal entre os pensamentos (entre as inteligências) também é importante, embora nunca prescindida das emoções para existir ativamente. (ZARIFIAN, 2008, *on-line*)⁸¹

⁸⁰ Texto original: “Ce n'est pas seulement le succès qui importe, mais bien le pourquoi des actions engagées et les mobiles qui poussent à agir.” (ZARIFIAN, 2008, *on-line*)

⁸¹ Texto original: “1) qu'on peut parler d'individualité, en entendant par là l'individu et sa réserve de potentiel,

2) que l'individu n'est jamais achevé. Il va continuer à se transformer, ses compétences par exemple vont s'enrichir et se modifier, en puisant dans le potentiel pré-individuel, qui est à la fois ce qui a permis la constitution de la puissance de son propre corps et de sa propre pensée (que savons-nous de ce que peut notre corps, disait Spinoza. On pourrait ajouter : que savons-nous de ce que

Perrenoud (2000, *on-line*), define competência como a “faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.”⁸² De acordo com o autor, os seres humanos desenvolvem competências adaptadas ao seu mundo, à sua realidade, ligadas a diferentes contextos, tais como os culturais, profissionais e condições sociais. Por exemplo, viver na cidade exige competências diferentes de quem vive no campo. Os problemas de quem vive na pobreza são diferentes de quem é rico. Algumas competências são aprendidas na escola, mas outras não. Segundo Perrenoud (2014), setores da vida, além do mundo do trabalho, também exigem competências. Esferas diversas da existência humana pedem comportamentos condizentes para o seu enfrentamento, novos desempenhos e, portanto, novas competências. As preocupações são múltiplas, e orbitam na esfera da cidadania, democracia, justiça, preservação dos recursos naturais, mobilidade, desemprego, concentração urbana, preservação da paz e segurança, dentre outras. A competência possibilita que a pessoa não veja a pobreza, a doença, o envelhecimento, a solidão, o tédio como fatalidades que precisam ser aceitas, mas como males evitáveis, que devem ser prevenidos e combatidos. É certo que na escola as poucas habilidades construídas na infância não são suficientes para o enfrentamento de toda a existência do ser humano. Daí a importância da aprendizagem ao longo da vida. (PERRENOUD, 2014).

A União Europeia (2006) define competência como uma combinação entre conhecimentos, habilidades e atitudes, indicando oito competências-chave de que todas as pessoas precisam para a realização e desenvolvimento próprios, bem como para o avanço da cidadania ativa, da inclusão social e do emprego, contribuindo para o sucesso na sociedade do conhecimento. Essas competências se

peut notre pensée ?) et communication incessante, confrontation avec le milieu externe, dont les autres humains.

3) que, pour le moins, les émotions et les affects sont un vecteur important de cette transformation. [...] Je pense que la communication verbale entre pensées (entre intelligences) est aussi importante, bien qu'elle ne puisse jamais se passer des émotions pour exister activement.” (ZARIFIAN, 2008, *on-line*)

⁸² Texto original: “Une compétence est la faculté de mobiliser un ensemble de ressources cognitives (savoirs, capacités, informations, etc) pour faire face avec pertinence et efficacité à une famille de situations.” (PERRENOUD, 2000, *on-line*).

entrelaçam e se sobrepõem, contribuindo para a promoção do pensamento crítico, criatividade, iniciativa, resolução de problemas, avaliação de riscos, tomada de decisão e gestão construtiva de sentimentos (UNIÓN EUROPEA, 2006), conforme descrito no Quadro 6.

Quadro 6 - Competências baseadas em Unión Europea (2006)

COMPETÊNCIAS	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES ESSENCIAIS RELACIONADOS
1. Comunicação na língua materna	Está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de uma capacidade cognitiva individual para interpretar o mundo e se relacionar com os outros. Envolve a capacidade de expressar e interpretar conceitos, pensamentos, sentimentos, fatos e opiniões oralmente e por escrito (ouvir, falar, ler e escrever), e interagir linguisticamente de forma adequada e criativa em todos os contextos sociais e culturais, como educação e formação, vida privada e profissional, e lazer.
2. Comunicação em línguas estrangeiras	O conhecimento das convenções sociais, aspectos culturais e diversidade linguística é importante, pois permite a compreensão de mensagens orais, de iniciar, manter e concluir conversas, e de ler, compreender e produzir textos adequados às necessidades da pessoa. A capacidade de usar ferramentas de ajuda para o aprendizado de outros idiomas, no contexto da aprendizagem ao longo da vida, implica uma valorização da diversidade cultural e um interesse e curiosidade pelas línguas e comunicação intercultural.
3. Competência matemática e competências básicas em ciência e tecnologia	A competência matemática envolve a capacidade de desenvolver e aplicar o raciocínio matemático para resolver vários problemas em situações cotidianas na vida privada e profissional. Por outro lado, as competências voltadas ao contexto da tecnologia contribuem para a compreensão do impacto que a ciência e a tecnologia têm na natureza. Abarca uma atitude de juízo crítico e curiosidade, interesse pelas questões éticas e respeito pela segurança e sustentabilidade, em particular no que diz respeito ao progresso científico e tecnológico em relação a si próprio, à família, à comunidade e aos problemas globais.
4. Competência digital	Abrange a utilização segura e crítica das tecnologias da sociedade da informação para o trabalho, o lazer e a comunicação. Está baseada em habilidades básicas de TIC, envolvendo o uso de computadores para obtenção, avaliação, armazenamento, produção, apresentação e troca de informações, além da participação em redes colaborativas por meio da internet.
5. Aprender a aprender	Abarca a capacidade de iniciar e persistir na aprendizagem, de organizar a própria aprendizagem e de gerir eficazmente o tempo e a informação, seja de maneira individual ou em grupo. Está relacionada com o estar consciente do seu próprio processo de

	<p>aprendizagem e das suas necessidades de aprendizagem, identificando as oportunidades disponíveis e sendo capaz de superar os obstáculos para completar a aprendizagem com sucesso. Envolve adquirir, processar e assimilar novos conhecimentos e habilidades, bem como buscar orientação e utilizá-los. Com o “aprender a aprender”, as pessoas se baseiam em experiências anteriores de vida e aprendizagem para o uso e aplicação de novos conhecimentos e habilidades em uma ampla variedade de contextos, não só em um contexto de educação formal, mas na vida privada e profissional.</p>
6. Competências sociais e cívicas	<p>Englobam competências pessoais, interpessoais e interculturais e abrangem todas as formas de comportamento que preparam as pessoas para uma participação efetiva e construtiva na vida social e profissional, sobretudo em sociedades cada vez mais diversificadas. Os elementos fundamentais da competência social incluem a capacidade de comunicar de forma construtiva em diferentes ambientes, mostrar tolerância, expressar e compreender diferentes pontos de vista, negociar com confiança e sentir empatia. As pessoas devem ser capazes de gerenciar o estresse e a frustração e expressá-los de forma construtiva, além de distinguir a esfera profissional da privada.</p> <p>A competência cívica colabora para que as pessoas possam participar plenamente da vida cívica por meio da compreensão dos conceitos e estruturas sociais e políticas e ao compromisso com a participação ativa e democrática.</p> <p>A competência cívica baseia-se no conhecimento dos conceitos de democracia, justiça, igualdade, cidadania e direitos civis. Relaciona-se ainda à capacidade de interagir efetivamente na esfera pública e de expressar solidariedade e interesse em resolver problemas que afetam a comunidade, seja local ou mais ampla.</p>
7. Senso de iniciativa e empreendedorismo	<p>Envolve a transformação de ideias em atos, a criatividade, inovação e assunção de riscos, bem como a capacidade de planejar e gerenciar projetos para atingir metas. O senso de iniciativa apoia todas as pessoas, não só na vida cotidiana, em casa e na sociedade, mas também no local de trabalho, estando ciente do contexto em que o mesmo está inserido, sendo capaz de aproveitar as oportunidades. A atitude empreendedora, por sua vez, caracteriza-se pela iniciativa, proatividade, independência e inovação tanto na vida privada e social como na vida profissional. Além disso, relaciona-se à motivação e determinação no que diz respeito ao cumprimento de metas pessoais ou metas estabelecidas em comum com outras pessoas, inclusive no ambiente de trabalho.</p>
8. Consciência e expressão cultural	<p>Essencial para compreender a diversidade cultural e linguística, em nível local e global, bem como à necessidade de sua preservação. Envolve também a importância dos fatores estéticos na vida cotidiana.</p>

Fonte: Baseado em União Europeia (2006)

Todas as competências constantes do Quadro 6 são relevantes no contexto de estratégias de aprendizagem ao longo da vida, contudo, a competência-chave “aprender a aprender” é de grande interesse para a competência em informação. Como a informação é um elemento que permeia a vida das pessoas, em qualquer situação, e em todas as circunstâncias e contextos, o “aprender a aprender” promove a capacidade das pessoas organizarem as suas próprias aprendizagens, inclusive em situações cotidianas da vida. Permite ainda que avaliem o seu próprio trabalho, atividade a ser realizada ou problema a ser resolvido, o que promove a autocrítica, contribuindo ainda para identificar o momento apropriado para buscar informação, aconselhamentos e apoio para a resolução dos seus problemas. A motivação e a confiança são intrínsecas a essa competência, sendo por isso fundamental para o desenvolvimento da competência em informação, sobretudo para contextos de vulnerabilidade social, já que colaboram para a busca, formação e manutenção da autonomia das pessoas.

Segundo Rios (1997, p.46; 48), “falar em competência significa falar em saber fazer bem”, cujo entendimento envolve uma dimensão técnica e uma dimensão política, já que “o que se entende por bem responde a necessidades historicamente definidas pelos homens de uma determinada sociedade.” É possível afirmar que é saber fazer bem o que for necessário para que as situações de vulnerabilidade sejam superadas, o que neste caso, envolve o campo da informação para a segurança, integridade e desenvolvimento das pessoas, sobretudo na condição de cidadãos.

Dias (2010, p. 74), afirma que “é a competência que permite ao sujeito aprendente enfrentar e regular adequadamente um conjunto de tarefas e de situações educativas”. Tomando-se por base esta perspectiva, afirma-se que a pessoa em condição de vulnerabilidade pode se valer da competência em informação para enfrentar e superar com resiliência as situações de risco a que qualquer pessoa está sujeita, já que neste processo é preciso tomar decisões, resolver problemas, bem como saber agir. Neste sentido, essa autora ainda aborda o que considera ser competente:

Ser competente não é realizar uma mera assimilação de conhecimentos suplementares, gerais ou locais, mas sim, compreende a construção de esquemas que permitem mobilizar conhecimentos na situação certa e com

discernimento. A partir da formação de uma decisão ou procura de informação pertinentes, estes esquemas de percepção, pensamento, avaliação e acção suportam interferências, antecipações, generalizações e apreciações de probabilidades. Ao construir competências considera-se o contexto de aprendizagem, a implicação do sujeito na tomada de decisão, a resolução de situações problemáticas e o próprio processo de construção de conhecimento.

Uma abordagem por competências defende que o sujeito constrói os seus próprios saberes, numa interacção afectiva que possibilita o aprender a aprender.

Em contexto educativo, com os outros, o sujeito (re)descobre, (re)inventa novas possibilidades de acção que lhe permitem situar-se critica e autonomamente na sociedade actual. (DIAS, 2010, p. 77)

Um aspecto sempre relacionado à competência, e que merece uma consideração diz respeito à habilidade. Ambas são, muitas vezes, tratadas como um mesmo conceito, entretanto Macedo (2005) afirma que competência é uma habilidade de ordem geral, ao passo que a habilidade se refere a uma competência de abrangência específica. A competência não se resume a um conjunto de habilidades, já que não pode ser compreendida como algo que se reduz à soma das partes. O autor ainda esclarece:

Competência é o modo como fazemos convergir nossas necessidades e articulamos nossas habilidades em favor de um objetivo ou solução de um problema, que se expressa num desafio, não redutível às habilidades, nem às contingências em que uma certa competência é requerida. (MACEDO, 2005, p. 21).

Enquanto as competências referem-se a modalidades estruturais da inteligência, que envolve ações, operações que são utilizadas para que as pessoas estabeleçam relações com e entre situações, pessoas, fenômenos, objetos, as habilidades advém das competências que são adquiridas ao longo da vida, referindo-se ao plano do saber fazer. “Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências.” (BRASIL, 2002, p.11).

Sob uma perspectiva de vulnerabilidade pode-se afirmar que ter competência é pensar em como diante dos problemas, situações de perigo, risco ou insegurança é possível articular as habilidades e recursos de cada pessoa em favor de superar um desafio ou alcançar um objetivo que traga uma solução para o problema

existente. Freire (2018) afirma que quando o homem compreende a realidade em que vive, pode enfrentar os desafios que se apresentam, procurando soluções que possam transformar essa realidade para ser mais.

A Figura 17 é baseada em uma lista de 12 competências para o enfrentamento de riscos e proteção da integridade (PERRENOUD, 2014), apontando para superação das dificuldades na vivência do dia a dia, e com isso, contribuindo para que novos caminhos de luta perante desigualdades sociais sejam trilhados. Assim, também encontra relação com a afirmação de Vitorino e Piantola (2019) de que a competência em informação pressupõe aprendizagens relacionadas a percursos de vida, bem como a experiências, posturas intelectuais e emocionais dos sujeitos.

Figura 17 - Competências para o enfrentamento de riscos e proteção da integridade



Fonte: Baseado em Perrenoud (2014)

Em relação ao desenvolvimento da competência para a defesa contra dependências, Perrenoud (2014) considera de uma forma abrangente a sujeição de pessoas a substâncias, tecnologias, crenças, abrangendo dependências emocionais etc. De uma maneira geral, a dependência configura-se em uma tendência que a

pessoa tem para procurar proteção e ajuda, associada à falta de capacidade de decisão, autonomia e maturidade (MESQUITA; DUARTE, 1996). Neste sentido, a competência em informação pode colaborar para que a pessoa venha a superar um processo de dependência da vivência de rua⁸³, por exemplo. Dessa maneira, existe o pressuposto de que um projeto de competência em informação em biblioteca pública pode envolver uma rede de apoio a essas pessoas, com a necessidade de uma equipe multidisciplinar, o que pode colaborar para o desenvolvimento da autonomia, o fortalecimento da autoestima e aspectos cognitivos ligados ao campo informacional. Em um artigo publicado abordando conexões possíveis entre competência em informação e vulnerabilidade social, Righetto, Vitorino, Muriel-Torrado (2018) afirmam ser fundamentais as discussões e reflexões acerca dos dois temas, para um melhor atendimento às necessidades de informação de pessoas e grupos socialmente vulneráveis.

Até mesmo em questões mais específicas, em esfera individual ou coletiva, como a área da saúde, saber preservar o que Perrenoud (2014) chama de “capital saúde” também é contemplado no processo de desenvolvimento da competência em informação, pois por meio da promoção do pensamento crítico, segundo Belluzzo (2020, p.3), é possível “avaliar informações, desenvolver um tópico de pesquisa e questões pesquisáveis, reconhecer notícias falsas, bem como habilidades profissionais e para a vida [...] encontrar informações confiáveis sobre saúde [...]”. Na pandemia, com a COVID-19, a propagação de notícias falsas constituiu-se em uma realidade, causando um desserviço à preservação da vida das pessoas. Populações vulneráveis sentiram da pior forma a falta de informação sobre acesso a vacinas, abrigos, distribuição de alimentos, acesso ao auxílio emergencial, dentre outras necessidades. A defesa de direitos, seja a natureza que tiver, depende do acesso à informação. Para Perrenoud (2014), as pessoas precisam estar preparadas para se proteger e se defender de injustiças, da exploração, discriminação, toda forma de assédios, chantagens, dentre outras.

⁸³ O tempo é fator condicionante no processo de rualização, ou seja, quanto mais tempo a pessoa permanece na rua, mais difícil é a saída desta condição. Por isso, as intervenções junto àqueles que estão há menos tempo nas ruas, pode surtir um mais positivo junto a essa população vulnerável (HUNGARO *et al.*, 2020).

De posse da informação condizente à natureza da necessidade e demandas informacionais, é possível a antecipação de projetos e estratégias para a solução do problema, minimizando assim o enfrentamento de riscos e colaborando com a proteção da integridade da pessoa. Em situações vulneráveis, a vulnerabilidade em informação é mais um agravante na defesa da vida, concordando-se com a definição, a saber:

a vulnerabilidade em informação é um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação. (VITORINO, 2018, p. 82).

A proposição feita por Vitorino (2018), sobre vulnerabilidade em informação, está diretamente ligada aos hiatos ou mesmo a uma ausência no desenvolvimento da competência em informação em suas dimensões técnica, estética, ética e política, em equilíbrio (VITORINO, 2011), e que serão abordadas na subseção 3.1, bem como outras abordagens, envolvendo estudos e conceitos da competência em informação em seções apropriadas. Outrossim, dentre várias vulnerabilidades a que as pessoas estão expostas, sobretudo as pessoas em situação de extrema pobreza, serão abordadas nas seções da seção 3, reflexões que recairão sobre a temática envolvendo o racismo, a interseccionalidade⁸⁴ e aporofobia⁸⁵.

O atual contexto é dinâmico e volátil e as pessoas são expostas a ele diariamente após o emergir da Sociedade da Informação – em que informações, conhecimentos e recursos tecnológicos desenvolvem-se e alteram-se em frações de tempo e espaço quase que instantâneos – ou seja, não há mais a possibilidade de se considerar que cidadãos sejam competentes em informação, sem que se dê importância à demanda por pessoas que busquem desenvolver-se continuamente,

⁸⁴ Conceito sociológico que busca refletir sobre “ [...] marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, idade/ geração, “raça”, classe social e corporalidades interagem, contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações.” (HENNING, 2015, p. 100).

⁸⁵ Termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina, e que versa sobre a fobia de pessoas pobres ou desfavorecidas (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2022).

com flexibilidade e capacidades de aprender a aprender ao longo de toda a sua vida. Em contextos de vulnerabilidade social, tal necessidade se faz ainda mais urgente.

3.1 Estudos, abordagens e conceitos de Competência em informação

A Ciência da Informação, área na qual esta pesquisa está inserida, preocupa-se “[...] em esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ‘ser social’ que procura informação [...]” (LE COADIC, 2004, p.19). Para o mesmo autor, o volume de informações a que as pessoas estão potencialmente submetidas, em virtude do crescimento e da evolução da informação eletrônica, e propelidas pela internet, faz com que a área da Ciência da Informação traga reflexões e questionamentos sobre onde adquirir habilidades que estimulem o aprender a se informar e aprender a informar.

É possível encontrar na literatura científica diversos estudos abordando sobre as linhas históricas e conceituais da Ciência da Informação (ARAÚJO, 2014, 2016, 2018, 2018b), alguns aqui destacados:

Existem diversos manuais de ciência da informação provenientes de países como Estados Unidos (HAHN; BUCKLAND, 1998; MACHLUP; MANSFIELD, 1983; RUBIN, 1998), Reino Unido (BAWDEN; ROBINSON, 2012; McGARRY, 1984), França (CACALY et al., 2004; LE COADIC, 2007), Canadá (SALAÜN; ARSENAULT, 2009), Alemanha (STOCK, W.; STOCK, M., 2013), Espanha (LÓPEZ YEPES; OSUNA ALARCÓN, 2011), Portugal (SILVA; RIBEIRO, 2002) e Brasil (ROBREDO, 2003; TOUTAIN, 2007). Alguns deles tratam da história da ciência da informação, outros mapeiam suas subáreas e há, ainda, os que se dedicam a uma dimensão conceitual ou epistemológica – alguns deles apontando inclusive os “paradigmas” presentes no campo. É comum que essas distintas dimensões estejam dispersas e tratadas separadamente em um ou outro manual. Todas elas são importantes, mas é também fundamental promover um cruzamento e um confronto dessas distintas dimensões para se ter uma ideia mais ampla sobre o significado da própria existência da ciência da informação. (ARAÚJO, 2018b, p. 48-49).

A responsabilidade social é o pano de fundo da Ciência da Informação (CI), pois é baseada na necessidade social (WERSIG; NEVELLING, 1975). Essa dimensão social e influência na sociedade da informação faz com que a CI tenha uma forte perspectiva humana, constituindo-se a tecnologia apenas uma das

abordagens da área (SARACEVIC, 1996). Assim, afirma-se que, a Competência em Informação, como um campo de estudos da CI, contribui com pesquisas teóricas e de aplicabilidades práticas que reforçam e solidificam, com o passar dos anos, o papel social que a área exerce sobre a vida das pessoas. Constatou-se que, não só no Brasil, mas no mundo, há uma preocupação crescente com a capacidade educativa e cultural de utilização da informação na sociedade, e todos os meandros do contexto informacional.

Dentro deste contexto, a Competência em Informação surge na literatura sob a denominação de *Information Literacy*, em relatório de Paul Zurkowski para a *Information Industries Association*, quando mencionou que o advento da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) requer das pessoas a necessidade de buscar novos conhecimentos e habilidades. Recomendou que essa competência fosse apoiada por movimento nacional e que os recursos de informação fossem aplicados às situações de trabalho, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades para a utilização de ferramentas de acesso e uso da informação a partir de fontes primárias utilizadas para a solução de problemas (ZURKOWSKI, 1974).

No decorrer do tempo, as discussões e temáticas abordadas pela ColInfo estão em constante evolução, superando e não se limitando à gama de habilidades que a *American Library Association* (ALA) recomendava nas décadas de 1980 e 1990 (DUDZIAK, 2008). Percebe-se pelas reflexões recentes de Belluzzo (2018) uma ampliação desta percepção em relação à Competência em Informação que:

Está diretamente relacionada à necessidade de exercer domínio sobre o crescente universo informacional, incorporando habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, recuperação e uso inteligente da informação para a construção de conhecimento e sua aplicação à realidade social. Desse modo, considerou-se que essa competência em lidar com a informação relaciona-se com o sentido de reconhecer a necessidade de informação, localizar a informação necessária, adquiri-la, selecioná-la e tomar decisões assertivas na sociedade contemporânea, envolve a interação com múltiplas áreas e enfoques de modo inter, multi e transdisciplinarmente (BELLUZZO, 2018, p. 129).

Além da concepção genérica de saber localizar, gerenciar e usar a informação que permite a tomada de decisões, resolução de problemas ou de pesquisa, a competência em informação também proporciona condições para que as pessoas assumam a responsabilidade pela sua própria formação, envolvendo o aprendizado ao longo da vida em diferentes áreas, como a pessoal ou profissional. Envolve, portanto, experiências múltiplas com o uso da informação (BRUCE, 2003). Nesse sentido, inclusive, a *International Federation of Libraries Association* (IFLA) publicou os “*Guidelines on Information Literacy for Lifelong Learning*”, de autoria de Lau (2006) e que oferece subsídios à compreensão da responsabilidade de formação das próprias pessoas e salienta a importância da competência em informação como diferencial para tanto, como mencionou Bruce (2003).

A competência em informação é entendida como uma alfabetização abrangente essencial para a vida no século XXI, estando associada a práticas de informação e pensamento crítico no ambiente de tecnologia da informação e comunicação (TIC). É vista com relevância para o empoderamento pessoal e o desenvolvimento econômico, pois envolve um amálgama de habilidades, atitudes e conhecimento, sendo ainda descrita como uma forma de aprender, ou uma aglutinação de formas de vivenciar o uso da informação. Essas descrições estão alinhadas a ver a aprendizagem como um processo, ou como vir a ver o mundo de maneiras diferentes ou mais sofisticadas. Embora tais descrições de competência em informação tenham emergido do setor educacional, podem ser perfeitamente modificadas e adaptadas para contextos corporativos ou comunitários (BRUCE, 2004), tal como se pretende nesta pesquisa, contudo em um contexto comunitário vulnerável.

Desde suas origens, de acordo com Belluzzo (2005), várias terminologias foram utilizadas inicialmente para o termo competência em informação, dentre elas: *information literacy*, competência informacional ou informativa, alfabetização informacional, literacia da informação, letramento informacional, etc. Explorando um período entre 1963 e 2013, Santos (2017) apresenta resultados de uma pesquisa feita em periódicos das áreas de informação no Brasil e em trabalhos apresentados nos eventos do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da

Informação (ENANCIB), e traz uma relação dos termos empregados em pesquisas dentro da Ciência da Informação, acerca da competência em informação, conforme se descreve no Quadro 7:

Quadro 7 - Variante terminológica para representar o Movimento de *Information Literacy* no Brasil (1963-2013)

Variante terminológica	Frequência encontrada
Competência Informacional / Competência em informação	86
Inclusão digital	24
Information Literacy	20
Letramento Informacional / Letramento em Informação	15
Comportamento Informacional / Comportamento em Informação	14
Alfabetização Informacional / Alfabetização em informação	9
Inclusão Informacional / Inclusão em Informação	5
Alfabetização digital; Competência Leitora	3
Educação Para a Informação; Habilidades Informacionais / Habilidades em Informação; Letramento Digital; Aprendizagem informacional / Aprendizagem em Informação	2
Literacia Informacional / Literacia em Informação	1

Fonte: Adaptado de Santos (2017)

Ainda segundo a investigação de Santos (2017), em 1997, no Brasil, aparecem os primeiros estudos, sobre a temática, que estavam ligados à habilidade de usar de maneira adequada a informação, e ao poder transformador da leitura sob o papel influenciador do bibliotecário na educação dos usuários. No ano de 2000, a expressão “*Information Literacy*” surge na literatura científica do Brasil, observando-se um aumento expressivo no uso do termo “Competência informacional” e “Competência em informação” a partir de 2008. Belluzzo (2018, p.139) identifica os trabalhos surgidos em contexto nacional, afirmando que,

[...] os primeiros trabalhos acadêmicos brasileiros tratando especificamente das teorias e aplicações da Colnfo surgiram no início do Século XXI, notadamente artigos de Caregnato (2000) Belluzzo (2001) e as dissertações

de Dudziak (2001) e Hatschbach (2002), além da contribuição de Campello (2002; 2003). (BELLUZZO, 2018, p. 139).⁸⁶

Belluzzo (2018) afirma que, apesar do avanço nas pesquisas e do crescimento na produção científica sobre a ColInfo no Brasil, ao longo dos anos, é preciso uma ampliação nos espaços de discussão para que se alcance a definição de políticas públicas e estratégias de ação, um desafio a ser enfrentado continuamente. Compreende-se que a competência em informação é um pilar da educação e aprendizagem ao longo da vida que colabora para promover e valorizar os princípios do desenvolvimento humano sustentável. Tendo em vista que nas sociedades, em geral, “[...] não se enfrentam problemas simples, uma vez que os fatos são multicausais e multidependentes entre si. Para enfrentá-los, busca-se formular soluções que se transformam em políticas públicas [...]” (COSTA, 2016, p.60), é que se reforça a importância de um termo unificado para designar as habilidades e competências informacionais sob a expressão competência em informação, e mais que isso, a aplicação de ações que reforcem a necessidade do estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da ColInfo.

Um ponto positivo para consolidação da temática, a partir da adequação de uma terminologia única para representar o processo de abordagem acerca do contexto informacional, partindo-se de habilidades, conhecimentos, valores e ações, sob o prisma da informação, parece ter sido o documento da UNESCO (2013a, 2014) que traz a terminologia para “*Information Literacy*” em vários idiomas, indicando-se a expressão “competência em informação” para o português do Brasil.

⁸⁶ As referências dos trabalhos citados são:1) CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v.8, p.47-55, 2000. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/99818>. Acesso em: 16 maio 2022. 2) BELLUZZO, R. C. B. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. *In*: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, São Paulo. **Anais Eletrônico...** São Paulo: Unesp, 2001. Disponível em: https://simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=8. Acesso em: 16 maio 2022. 3) DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 4) HATSCHBACH, M. H. L. **Information literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/722/1/mariahelena2002.pdf>. Acesso em 16 maio 2022.

Segundo Belluzzo (2014, p.55) o uso do termo é “[...] mais adequado para figurar como a tradução do termo em inglês [...] por ser também reconhecido e por não apresentar adjetivações do ponto de vista semântico.”

Um dos primeiros conceitos sobre competência em informação ocorreu em 1989, com a *American Library Association* (ALA) que buscou ampla divulgação e conseguiu imediata aceitação, a saber:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e possuir a capacidade de localizar, avaliar e utilizar eficazmente a informação necessária. [...] Em última análise, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Eles sabem como aprender porque sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usar as informações de tal forma que outras pessoas possam aprender com eles. São pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida, porque eles sempre podem encontrar em mãos as informações necessárias para qualquer tarefa ou decisão (ALA, 1989, p. 1, tradução nossa).⁸⁷

Quanto ao processo de busca pela informação, a pesquisadora norte-americana, Carol Kuhlthau, tem contribuído ao longo dos anos com pesquisas sobre o comportamento de estudantes e usuários para sanar as suas necessidades informacionais. Em 1985, iniciou o primeiro estudo com o seu modelo *Information Search Process* (ISP), atualmente, formatado em seis etapas (iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação), visando a experiência holística dos usuários na busca pela informação, enfatizando o papel do afeto no comportamento durante a busca de informações. O mesmo identifica três domínios da experiência: os afetivos (sentimentos), os cognitivos (pensamentos) e os físicos (ações) comuns a cada estágio. Em um processo de busca, os pensamentos começam como incertos, vagos e ambíguos tornando-se mais claros, mais focados e específicos à medida que a busca pela informação avança. (KUHALTHAU, 2018, 2019). Assim, o ISP não está relacionado apenas a encontrar e reproduzir informações, mas visa

⁸⁷ Texto original: “To be information literate, a person must be able to recognize when information is needed and have the ability to locate, evaluate, and use effectively the needed information. [...] Ultimately, information literate person are those who have learned how to learn. They know how to learn because they know knowledge is organized, how to find information, and how to use information in such a way that others can learn from them. They are people prepared for lifelong learning, because they can always find the information needed for any task or decision at hand” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989).

desenvolver a competência para aprender em ambientes carregados de informação e para encontrar significado a partir de uma variedade de fontes de informação (KUHLTHAU, 2007).

Relacionando os aspectos da competência em informação (ColInfo), junto às pessoas como cidadãos dessa nova sociedade complexa, temos o que Rader (1995) nos elucida como um entendimento que devemos perseguir para que a ColInfo possa ser latente nos indivíduos, tais como:

- As pessoas têm capacidade para levar uma vida produtiva, plena e salutar, num ambiente em que a democracia prospere;
- As pessoas concordam positivamente com a natureza das mudanças e das transformações sociais;
- As pessoas têm consciência que necessitam assegurar um futuro melhor às novas gerações;
- As pessoas têm habilidade para encontrar a informação compatível que precisam para solucionar seus problemas pessoais e profissionais;
- As pessoas são competentes no que tange a escrita (e leitura) e ao uso consciente das tecnologias digitais.

Para Cook (2018), a competência em informação está relacionada com o consumo de informações ou um tipo de pensamento crítico, em que se considera um contexto informacional amplo e que envolve o incentivo aos usuários em buscar informações relevantes e com potencial para serem úteis às suas necessidades e à sua vida, influenciando a forma como entendem e interagem com o mundo. Para que isto ocorra, a aquisição e implementação de habilidades voltadas à competência em informação é parte integral e de longo prazo para que os desafios envolvidos no consumo de informações sejam enfrentados. A autora considera ainda a competência crítica em informação quando a informação é avaliada em relação às estruturas de poder subjacentes que moldam toda a informação, já que há um amplo espectro de motivações e emoções que motivam o consumo cotidiano de informações. Cabe aos profissionais da informação aceitar o desafio de melhorar o consumo crítico de informações, e em tempos atuais, sobretudo das informações

mediáticas, expandindo estratégias e técnicas de competência em informação existentes (COOK, 2018).

Kuhlthau (2019) afirma que o uso da informação envolve interpretar e criar, pois, independente da quantidade ou da qualidade das informações coletadas ou acessadas, o problema não é resolvido, ou a motivação ou tópico compreendidos, até que as informações sejam interpretadas; o que se desenvolve com a reflexão acerca do que se encontrou, contribuindo para a solidificação da compreensão pessoal. Neste sentido, considera-se que em um contexto de vulnerabilidade social, estimular a capacidade e a habilidade de pensar a informação de maneira crítica, pode contribuir para que uma situação de necessidade e urgência perdure o mais breve, ou que riscos sejam minimizados, que decisões sejam tomadas no sentido de, dentre os efeitos perversos da vulnerabilidade social, pessoas sofram menos com os impactos de não saber como atuar em um contexto informacional, o que pode lhes trazer mais sofrimento. Um exemplo é a ocorrência de mortes de pessoas em situação de rua durante baixas temperaturas, um problema antigo e recorrente. De acordo com a Rede Rua (2021) em reportagem de 02 julho de 2021, 11 pessoas morreram entre os dias 28, 29 e 30 de julho daquele mesmo ano, em consequência do frio intenso, com temperaturas abaixo de 8°C, na cidade de São Paulo. Em 2022, uma morte por suspeita de frio, de Isaias de Faria, de 66 anos, foi noticiada por vários canais da imprensa, por supostamente, ter passado a noite gelada na fila de espera para o café da manhã, sofreu convulsão e morreu por volta das 7 da manhã (G1SP, 2022), quando então a temperatura era de 6,6°C.

O acesso a informações de que, em determinados dias, permanecer na rua pode ser ainda mais perigoso, por haver risco de hipotermia, ou ao ter conhecimento de onde existem abrigos, improvisados ou não, para a proteção do frio nas noites mais frias, pode ser a linha entre viver e morrer. E além, saber, compreender, ter consciência dos problemas estruturais que levam a esse agravamento de vulnerabilidade. O frio é um problema para pessoas nesta situação, mas não é a origem desses problemas. Ressalta-se que o acesso a tais informações, pode e deve ter a colaboração e a participação ativa de bibliotecas. Toma-se, como exemplo, a *Saint Paul Public Library* localizada no estado de Minnesota, nos

Estados Unidos, que conta em seu quadro de funcionários com a presença de assistentes sociais, oferecendo assistência individual e/ou dando encaminhamentos para especialistas. Os serviços oferecidos envolvem: informações sobre abrigo/alojamento, saúde mental e aconselhamento de curto prazo, alimentação/benefícios, recursos governamentais, recursos comunitários e recursos legais (SAINT PAUL ..., 2022).

A Associação de Serviços de Referência e Usuário (RUSA, 2014)⁸⁸, divisão da Associação Americana de Bibliotecas (ALA)⁸⁹, ressalta a relevância da gestão de finanças pessoais, por meio da educação financeira, o equivalente à competência em informação financeira, tendo em vista ser imprescindível o elemento informação. Afirma o seguinte:

A gestão das finanças pessoais requer informação. Diferentes tipos de informações são necessários para obter, emprestar, poupar, investir, gastar e proteger-se contra riscos com segurança e sucesso. Uma infinidade de fontes fornece informações financeiras, e essas fontes podem variar muito em suas opiniões, confiabilidade e objetividade. Princípios de alfabetização informacional devem ser integrados em cada nível das diretrizes de alfabetização financeira. Tal como acontece com outros letramentos, as bibliotecas são qualificadas exclusivamente para atender a essa necessidade de informação. (RUSA, 2014, p.2)⁹⁰

Assim, um trabalho envolvendo a competência em informação financeira pode ser promovido por bibliotecas de toda natureza. É um tipo de competência que pode ajudar qualquer cidadão, sobretudo em tempos de recessão. De acordo com Cortizo (2019), entre 2014 e 2018, o desemprego quase dobrou, saltando de 6,5% para 12,0%, atingindo diretamente os cidadãos mais pobres. Em razão dos efeitos da

⁸⁸ Reference and User Services Association (RUSA) que tem como missão, educar, capacitar, inspirando os seus membros a avançar na evolução da profissão e servindo melhor os usuários em uma sociedade da informação em constante transformação. Atende a todos os tipos de bibliotecas em referência, serviços ao usuário, aconselhamento de leitores adultos e desenvolvimento de coleções, bem como compartilhamento de recursos, genealogia e arquivos, referência de negócios e tecnologia de referência. (RUSA, 2022).

⁸⁹ American Library Association (ALA)

⁹⁰ Texto original: "Management of personal finances requires information. Different kinds of information are needed to safely and successfully earn, borrow, save, invest, spend, and protect against risk. A multitude of sources provide financial information, and these sources can vary widely in their opinions, reliability and objectivity. Principles of information literacy should be integrated at each level of the financial literacy guidelines. As with other literacies, libraries are uniquely qualified to address this information need." (RUSA, 2014, p.2).

pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, a taxa média de desocupação⁹¹ em 2020 atingiu números recordes em 20 estados do país, seguindo a média nacional, que aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020 (IBGE, 2021b). Como anteriormente abordado, na seção 2.3.1, o desemprego, era uma das razões mais citadas para a ida à rua, de acordo com o Censo Pop Rua de 2008. Com a pandemia, cresceu o número de pessoas com alguma ocupação que não conseguem mais arcar com os seus aluguéis e outras despesas, e estão indo para as ruas, nela permanecendo por não conseguirem mais se manter (FIOCRUZ, 2021). Nesta lógica, Rusa (2014) traz uma série de temas, ideias, atividades e reflexões, sob a perspectiva da competência em informação financeira, que podem ser trabalhadas pelas bibliotecas com os seus usuários, nas quais algumas foram selecionadas e a seguir apresentadas:

- Entenda como gerenciar as finanças pessoais durante os períodos de desemprego;
- Entenda como o crédito pode afetar o acesso a empregos e moradia;
- Compreenda a finalidade e a função da Segurança Social, sobre oportunidades de trabalho e programas governamentais;
- Entenda o seguro-desemprego;
- Entenda como a economia nacional afeta a vida das pessoas;
- O que fazer se eu perder meu emprego?
- Identifique como a atividade *on-line* aumenta a vulnerabilidade ao roubo de identidade, fraude e outros usos indevidos de informações pessoais;
- Identifique fontes de rendimento pessoal;

⁹¹ Segundo o IBGE (2022d, *on-line*, grifo nosso): “Chamamos de **desocupadas** (popularmente conhecidas como desempregadas) as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.” Os desocupados fazem parte do grupo de pessoas na força de trabalho. Também definem: “Os **desalentados** são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas de desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação.” Os desalentados se enquadram no grupo de pessoas fora da força de trabalho.

- Para onde vão os meus impostos?
- Iniciando um pequeno negócio: o que eu preciso saber?
- Impostos e deduções para pequenas empresas.

Trabalhar com oficinas, *workshops* ou outros tipos de atividades sob a dimensão da educação financeira pode colaborar para que os usuários que frequentam as bibliotecas públicas possam se conscientizar sobre as maneiras pelas quais as finanças, e por conseguinte as pessoas, são vulneráveis a perdas advindas de eventos inesperados, o que em muitos casos pode conduzi-las inclusive a uma situação de rua, na falta de uma rede de apoio, por exemplo, da família. Neste sentido, ressalta-se o fato de que os níveis de risco são influenciados pelo comportamento e pela tomada de decisões que as pessoas tomam. E esta seria uma situação em que um projeto de competência em informação pode fazer a diferença na vida das pessoas de uma localidade, de uma comunidade na qual está inserida a biblioteca pública, ou até mesmo universitária, podendo esta aproveitar os próprios cursos que fazem parte da Universidade, para trabalhar competências específicas, de interesse do perfil dos usuários.

A importância do mundo virtual é uma realidade atual que oferece oportunidades, mas também potenciais riscos e ameaças. Assim, as competências relacionadas à informação, mídias e às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem contribuir para minimizar riscos sobre segurança e confiabilidade das informações, questões éticas envolvendo abusos por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Neste contexto, é de suma importância que os cidadãos entendam como a informação ou os conteúdos midiáticos são produzidos, como podem ser acessados, financiados, avaliados, compartilhados e protegidos (UNESCO, 2013b). Desafios como os que estão sendo abordados nesta pesquisa, tais como a pobreza, mudanças climáticas, crises sanitárias, de saúde, financeiras e habitacionais etc. são complexos e estão inter-relacionados, necessitando de uma abordagem multidisciplinar por provedores de informação, como as bibliotecas, os museus e arquivos. Segundo a UNESCO (2013b), essas organizações são

poderosos agentes de mudança no mundo. Neste sentido, existe uma recomendação da UNESCO para que a competência em informação e a competência midiática sejam interligadas e amalgamadas em uma única competência, surgindo o que foi denominada como sendo a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)⁹² e que no Brasil corresponde à competência em informação e midiática.

A UNESCO (2021) afirma que a AMI é um bem público, indispensável para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo em vista contribuir para a realização de todos eles, como por exemplo, o ODS 4 sobre a educação de qualidade, a fim de garantir o acesso à educação inclusiva e equitativa, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; o ODS 16.10 acerca do acesso à informação, protegendo as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais, ou ODS 11 sobre como tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ONU, 2022c). Neste contexto, a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) é compreendida como:

[...] um conjunto de habilidades inter-relacionadas que ajudam as pessoas a maximizar os benefícios e minimizar os danos em novos cenários informacionais, digitais e de comunicação. A literacia mediática e informacional engloba as competências que permitem às pessoas interagir de forma crítica e eficaz com a informação, outras formas de conteúdo, as instituições que fornecem informação e vários tipos de conteúdo, bem como a utilização exigente das tecnologias digitais. As capacidades nestas áreas são essenciais para todos os cidadãos, independentemente da sua idade ou origem. (UNESCO, 2022, *on-line*, tradução nossa)⁹³

⁹² Trata-se da tradução em português para o termo em inglês Media and Information Literacy (MIL).

⁹³ Texto original: “La alfabetización mediática e informacional es un conjunto de competencias interrelacionadas que ayudan a las personas a maximizar las ventajas y minimizar el daño en los nuevos paisajes informativos, digitales y comunicacionales. La alfabetización mediática e informacional abarca las competencias que permiten a las personas interactuar con la información de manera crítica y eficaz, otras formas de contenido, las instituciones que facilitan la información y diversos tipos de contenido, así como el uso exigente de las tecnologías digitales. Las capacidades en estos ámbitos son indispensables para cada ciudadano, independientemente de su edad o procedencia.” (UNESCO, 2022, *on-line*)

Atualmente, a Alfabetização Midiática e Informacional é promovida pela UNESCO como um conceito composto, mas historicamente, competência midiática e competência em informação sempre foram trabalhadas separadamente. A ideia da AMI é abraçar as várias noções de competência interconectadas, e essa abordagem voltada para o futuro harmoniza o campo porque a ideia é universalizar e não sobrepor uma competência a outra (GRIZZLE, SINGH, 2016). A Figura 18 da UNESCO (2017, *on-line*), inspirada nas Cinco Leis da Biblioteconomia propostas por S. R. Ranganathan, em 1931, ilustra o direcionamento da AMI.

Figura 18 - As cinco leis da AMI



Fonte: UNESCO (2017, *on-line*)

Embora a questão ética não esteja explícita nas Leis da AMI, e considerando que Doyle (2019) faz uma análise crítica sobre essa suposta ausência, dentre outras observações, a UNESCO (2016) chama a atenção para a necessidade de serem estabelecidas políticas e estratégias da AMI, o que evitaria o aumento nas disparidades entre aqueles que possuem acesso à informação e às mídias, e os que não têm. Ou ainda, entre aqueles com habilidades para encontrar, analisar, avaliar criticamente a informação e o conteúdo midiático, para a tomada de decisões, e os que não conseguem fazê-lo de maneira satisfatória. Neste sentido, a questão ética da informação é tema relevante dentro do documento intitulado “Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias” da UNESCO (2016), já que o uso ético da informação contribui para a construção de sociedades mais justas, devendo para tal, incluir práticas positivas que garantam o uso correto da informação na sociedade, protegendo a segurança e privacidade do indivíduo.

No Brasil, as pesquisas avançam e a temática competência em informação tem despertado a atenção de pesquisadores da CI, com contribuições e organizações de estudos e pesquisas acerca da temática (BELLUZZO, 2018b). Entretanto, segundo a autora, para quem a ColInfo, apesar de constituir-se em base necessária, e elemento de importância no contexto informacional, por si só, é insuficiente para a mudança nesta era digital, afirma que, em um contexto brasileiro, tais iniciativas ainda ocorrem em pequena escala, o que se constitui em situação inicial “[...] de difusão e investigação, emergindo na literatura nacional com relatos de estudos teóricos e de algumas experiências de sua aplicação, ressentindo-se de políticas públicas para esse novo cenário social.” (BELLUZZO, 2020, p.16). O que se faz necessário, no caso brasileiro, são estudos e pesquisas para a descoberta dos “nossos próprios caminhos” (VALENTE; BELLUZZO, 2020).

Segundo Spudeit (2021), em tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Linha de Pesquisa Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento, tendo como tema central a Competência em Informação e os “Moradores” em Situação de Rua, na Ciência da

Informação brasileira, poucos são os estudos voltados às pessoas em situação de rua. A autora sugere que mais investigações, envolvendo esse grupo populacional, sejam propostas, a fim de que surjam ações que impliquem em melhorias ou minimização das vulnerabilidades a que estão expostos. Afirma que a importância de mais estudos se dá pelo fato de que “[...] a efetividade da ação pública decorre da amplitude da informação disponível sobre um segmento social.” (SPUDEIT, 2021, p. 44). Figueira (2020, p.162) também aponta essa necessidade, afirmando que a produção de informações acerca desta população “[...] permite elucidar a composição deste grupo, assim como seus hábitos e demandas, auxiliando na compreensão das barreiras enfrentadas pelos serviços socioassistenciais [...].” Figueira (2020b, Não paginado) também defende uma CI mais preocupada com as questões do urbano, já que a temática oferece uma ampla oportunidade de agendas e estudos, como as voltadas às pessoas em situação de rua. Para a autora supracitada, a área da “[...] Ciência da Informação sempre esteve preocupada em como se configuram e circulam valores em suportes e sistemas, mas restringe-se com frequência à abordagens técnicas, instrumentalizadas.”

Quanto aos estudos envolvendo a competência em informação e a vulnerabilidade social, cita-se os da professora Elizete Vieira Vitorino que tem se dedicado nos últimos anos de pesquisa a compreender a ColInfo num contexto de vulnerabilidade social, e também orientando várias pesquisas neste sentido. Um dos primeiros foi a dissertação de Lucca (2015) voltado à competência de idosos, em que busca compreender a dimensão política da ColInfo, a partir das necessidades informacionais de idosos da região da Grande Florianópolis, localizada no Estado de Santa Catarina, (Brasil). Em sua tese, Lucca (2019) aponta princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso, a partir dos participantes de Grupos da Terceira Idade, sob o foco da dimensão política.

Righetto (2018) a investigou sob o olhar de minorias sociais, buscando identificar as necessidades informacionais das comunidades trans. Dando continuidade aos estudos, Righetto (2022) trabalha na construção de princípios para a competência em informação voltados às minorias sociais, ou seja, em situação de vulnerabilidade social, pautando-se no pensamento decolonial e nas quatro

dimensões estabelecidas por Vitorino e Piantola (2019): técnica, estética, ética e política. Ainda sob a orientação da professora Elizete Vieira Vitorino, a tese de Spudeit (2021) trata da CoInfo, das bibliotecas públicas e das pessoas moradoras de rua e Pellegrini (2022) aborda sobre as desigualdades relacionadas ao gênero de mulheres rurais, que também as deixam em uma situação de vulnerabilidade social e informacional. Para a autora, a competência em informação pode contribuir para uma transformação na realidade socialmente vulnerável dessas mulheres, tendo em vista que “[...] o conhecimento, que resulta da apropriação da informação, favorece o pensamento crítico e a condição de agentes da mudança, tanto na esfera da vida cotidiana quanto na esfera social.” (PELLEGRINI, 2022, p. 30).

Frente à exposição de argumentos sobre as questões da multidimensionalidade da Competência em informação, e expondo sua preocupação com as minorias, o que nos remete aos estudos ora mencionados, envolvendo as inúmeras situações de vulnerabilidade e a CoInfo, Vitorino (2016) questiona:

Quais são as “intervenções” que os pesquisadores da área da competência em informação, Profissionais da Informação e demais áreas e profissões associadas a esta – podem assegurar que as pessoas em geral (o “povo”, os “excluídos”, as “minorias” etc.) se desenvolverão e se tornarão competentes em informação? Como rastrear os grupos de indivíduos que realmente são necessitados em informação? Onde há excesso de informação? E, por outro lado, onde há falta de informação? Quais são as percepções das minorias sobre o acesso à informação? Existem meios/instrumentos inovadores que podem ser utilizados para desenvolver a competência em informação nas minorias? Qual o impacto da competência em informação na saúde de uma população? Qual o nível de prioridade que deve ser dado à competência em informação nas políticas públicas de educação e de informação? (VITORINO, 2016, p. 437).

Segundo Cutter, Mitchell e Scott (2000), o termo vulnerabilidade social é usado para definir a suscetibilidade de grupos sociais a potenciais chances de perdas em eventos de risco ou resistência e resiliência da sociedade a riscos. Desta forma, fatores sociais, como riqueza e moradia, também representam um papel significativo na determinação da vulnerabilidade. Pontuam ainda que fatores amplos, como a falta de acesso a recursos, incluindo informação e conhecimento e acesso limitado ao poder político e representação, podem influenciar causas fundamentais da vulnerabilidade social.

Abordar questionamentos referentes ao desenvolvimento da Competência em Informação sob uma perspectiva de vulnerabilidade social, torna-se fundamental para que as necessidades informacionais de pessoas ou grupos socialmente vulneráveis sejam atendidas (RIGHETTO; VITORINO; MURIEL-TORRADO, 2018). No estudo, os autores abordam sobre as necessidades de informação dessas pessoas, que podem ser supridas com o desenvolvimento da competência em informação, elemento importante na emancipação cognitiva dos indivíduos. Seja em âmbito profissional ou pessoal, consideram o valor inestimável a predisposição em localizar, assimilar ou incorporar as informações acessadas, como conhecimento adquirido.

Vale lembrar também que a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é voltada para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Conclama todos os países e partes interessadas para que trabalhem em prol da erradicação da pobreza e proteção do planeta. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, por meios dos quais, os signatários comprometem-se a uma educação inclusiva e equitativa para todas as pessoas, e que “ninguém seja deixado para trás”, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para que todos possam participar de forma plena da sociedade (ONU, 2015b).

A Competência em Informação faz parte do universo educacional, formal ou informal e, nas palavras de Belluzzo (2008, p. 13) “[...] dependendo fundamentalmente da educação”. Além disso, de acordo com a Declaração de Alexandria, a ColInfo está no cerne do aprendizado ao longo da vida, contribuindo para que pessoas, comunidades, nações atinjam suas metas de avanço na educação, de inclusão social e desenvolvimento, enfrentando os desafios que surgem no campo tecnológico, econômico e social, sempre em busca do incremento do bem-estar de todos (IFLA, 2005). Em conformidade com Belluzzo e Feres (2015), a ColInfo torna-se imprescindível para a realização e integração social de cada cidadão, posto que desenvolve a capacidade para o acesso, seleção, gestão e avaliação que usarão em suas vidas, profissional, social ou pessoal.

O *Plan Iberoamericano de Alfabetización y Aprendizaje a lo largo de la Vida* 2015-2021 (PIALV) acordado em 2014 a fim de atender princípios e objetivos do Metas Educativas 2021 (OEI, 2010), projeto da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) - que visa a superação das vulnerabilidades da educação na região Ibero-América - prevê a oferta de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para a população jovem e adulta. Indica que os Estados devem facilitar as trajetórias educativas e de formação para a vida produtiva e profissional, prevendo maior participação e acesso equitativo de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo grupos de mulheres, afrodescendentes, indígenas, migrantes, refugiados, pessoas com deficiência, em situação de pobreza urbana etc. (OEI, 2014).

Um marco de importância no Brasil sobre a ColInfo e as populações vulneráveis, foi denominado “Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias”, sendo resultante do II Seminário “Competência em Informação: cenários e tendências” que foi realizado em Florianópolis (SC) em 2013, destaca que:

Consideramos que o país necessita urgentemente reavaliar suas políticas voltadas às Populações Vulneráveis/Minorias, entendidas como sendo aquelas que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, principalmente, em relação às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva inclusão social. É imprescindível criar discussões sobre o reconhecimento dessas afirmações, colocando a Competência em Informação nesse contexto, de modo a suscitar reflexões e ações em prol desse direito (MANIFESTO..., 2013, p.1).

Verifica-se que o referido Manifesto faz menção à questão da exclusão social no Brasil, que, além das origens econômicas, caracteriza-se pela falta do sentimento de pertencimento social, pelas perspectivas que são mínimas ou não existem, a perda de autoestima e dificuldade de acesso à informação, em que a pessoa acaba tendo oportunidades restritas de emancipação social. (COSTA, 2005). Ressalta-se que tal realidade também está presente na cidade de Campo Grande-MS, em que a cada dia o aumento do número da população em situação de rua é visível, inclusive

a presença de alguns deles nos espaços das bibliotecas, tal fato sendo inclusive noticiário em jornais eletrônicos da cidade⁹⁴.

Neste caso, em que pessoas em situação de rua ao frequentar uma biblioteca pública, atrai a atenção da imprensa, deixa transparecer o quão estão à margem da sociedade, já que “[...] vivem no espaço público a sua vida privada” (GRANADO, 2010, p. 203). Para agravar a condição de vulnerabilidade, há quem tenha a errônea visão de que apenas pessoas que dominam a leitura e escrita possam frequentar esses espaços. De acordo com Gonçalves, Gracioso e Silva (2018), o bibliotecário precisa desconstruir essa visão equivocada e mostrar que a biblioteca é de livre acesso para aqueles que buscam e precisam de informação. Assim, entende-se que cabe a este profissional ir ao encontro da população em situação de rua.

Conforme anteriormente mencionado neste estudo, não existem dados oficiais sobre a população em situação de rua no país, mas, em 2015, esse número girava em torno de 101.854 pessoas (IPEA, 2016), e em 2020 saltando para cerca de 222 mil, números obtidos através de cadastros de programas sociais do governo federal e prefeituras (IPEA, 2020). Entretanto, durante o fechamento desta pesquisa, o número atualizado pelo IPEA (2023) foi de 281.472 pessoas vivendo nas ruas, no Brasil. Recomendou-se que tal contagem seja feita no próximo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IPEA, 2016), tendo em vista que nem todas as prefeituras apresentam esses dados, assim como em virtude de existirem pessoas que não são cadastradas nesses sistemas.

Os dados do IPEA (2016, 2020, 2022) utilizam os dados reportados oficialmente pelos municípios, como parâmetros. Embora a utilização do Cadastro Único para fins de atualização dos dados do Censo Suas auxilie, “[...] a contagem desse público é uma atividade bem mais difícil que a contagem de pessoas domiciliadas, e, inclusive por isso, há uma tendência à subestimação do fenômeno.” (IPEA, 2020b). Assim, é provável que os números oferecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016, 2020, 2022) estejam aquém da

⁹⁴ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/morador-de-rua-passa-dia-em-biblioteca-lendo-e-anotando-para-matar-dor-do-tempo>. Acesso em: 01 set. 2020.

realidade, pois existe uma pesquisa realizada entre dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 na Grande Florianópolis (compreendendo Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça) em que foram aplicados 1000 questionários, sendo 937 respondidos (ICOM; MNPR-SC, 2017), só naquela região.

Apenas para reforçar a visão equivocada e generalista de que a população em situação de rua não sabe ler ou escrever, e que talvez por isso se estranhe a sua presença em espaços como uma biblioteca pública, a pesquisa na Grande Florianópolis revelou que 92,4% delas sabem ler e escrever, 4,1% apenas sabem escrever o nome e 3,5% não sabem ler e escrever (ICOM; MNPR-SC, 2017). Se comparada à Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 a março de 2008, constata-se que a porcentagem dos entrevistados que sabem ler e escrever é alta, 74%. Os que declararam não saber escrever ficou em 17,1% e os que apenas assinavam o próprio nome, 8,3%. Tal pesquisa foi uma cooperação entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2009a). De acordo com esta mesma Pesquisa Nacional, em 2008, 313 pessoas viviam em situação de rua na cidade de Campo Grande - MS.

O que se depreende desse cenário descrito é a importância da ColInfo no sentido de contribuir para a redução da exclusão social, em especial, das pessoas em situação de rua e a função social das bibliotecas públicas no seu papel de mediadoras da informação e da construção de conhecimento perante esse público. Ressalta-se que não se pretendeu esgotar estudos, abordagens ou conceitos de competência em informação, mas fornecer pistas acerca de como a Ciência da Informação tem se colocado acerca de estudos com populações socialmente vulneráveis, e mencionar alguns trabalhos que já vem sendo desenvolvidos, a fim de trazer à baila reflexões e futuras proposições sobre ações de competência em informação em contextos vulneráveis.

3.1.1 Dimensões da competência em informação a partir de múltiplas abordagens

Em decorrência da abrangência das habilidades que podem ser desenvolvidas por meio da competência em informação, e das abordagens realizadas por pesquisadores e/ou bibliotecários é possível encontrar na literatura científica, nacional e internacional, características dimensionais múltiplas acerca da temática. São aspectos que envolvem desde dimensões técnicas, até dimensões sociais, passando por dimensões de outras naturezas, das quais esta seção tratará. São dimensões que se aproximam com a abordagem deste trabalho, por isso foram escolhidas para serem apresentadas.

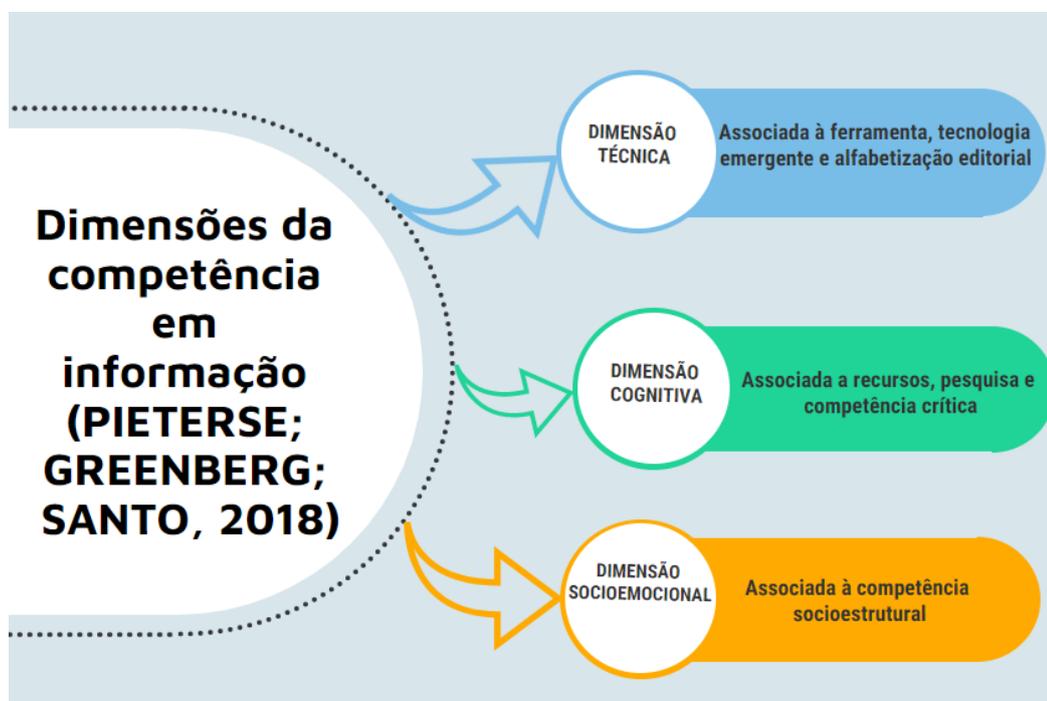
A **dimensão social** evidenciada pela competência em informação é em grande parte construída por meio da interação e comunicação efetivadas no contexto e âmago das comunidades por ela alcançadas, sobretudo “[...] a partir de representações capazes de dar significado aos conhecimentos coletivamente produzidos.” (CORRÊA; CASTRO JUNIOR, 2018, p. 35). Ainda sobre essa perspectiva, o social se faz presente pelos benefícios ou habilidades que podem ser desenvolvidas pela ColInfo, no sentido de compreender a realidade local e visão de mundo, e quanto a implicações relacionadas a questões econômicas, legais e sociais quanto ao uso da informação. Belluzzo (2020, p.6) também traz a dimensão social quando afirma ser a competência em informação, um “um movimento de cidadania e aprendizado ao longo da vida”, imprescindível para o acesso amplo e uso inteligente da informação. Tais características contribuem para que o conhecimento seja construído de uma maneira assertiva, ética e legal, em busca da garantia do desenvolvimento socialmente sustentável e da inovação (BELLUZZO, 2020).

Em pesquisa realizada com uma comunidade acadêmica israelense, composta por uma população multilíngue e multicultural de estudantes⁹⁵, acerca da autopercepção de competência em informação dos mesmos, foram identificadas três

⁹⁵ Estudantes provenientes de diversas culturas e origens linguísticas, onde a diversidade cultural é caracterizada pela língua, religião, estrutura familiar e diferenças ideológicas.

dimensões (PIETERSE; GREENBERG; SANTO, 2018), conforme ilustrado pela Figura 19:

Figura 19 - Autopercepção de competência em informação de uma comunidade multicultural de estudantes



Fonte: Baseado em Pieterse; Greenberg; Santo (2018)

Para os estudantes da comunidade pesquisada, em geral, a **dimensão técnica** está relacionada com a capacidade do uso e adaptação de novas ferramentas e tecnologias para formatar e publicar pesquisas e ideias, eletronicamente. Além disso, esta dimensão implica em competência e autoeficácia para resolver problemas técnicos básicos. A **dimensão cognitiva** relaciona-se com a capacidade de usar e analisar, criticamente, informações textuais, visuais, assim como as baseadas em áudio, compreendendo a forma, o formato, a localização, bem como os métodos de acesso aos recursos informacionais. Por último, a **dimensão socioemocional** envolve a habilidade de entender como a informação está situada ou como é produzida socialmente. Também envolve a capacidade de usar o ambiente digital para aprendizagem e comunicação, de maneira responsável, moral e ética, como por exemplo evitando a vergonha moral e o plágio (PIETERSE; GREENBERG; SANTO, 2018).

A **dimensão cultural** da competência em informação é encontrada em pesquisa realizada com especialistas da região ibero-americana (PONJUÁN; PINTO; URIBE-TIRADO, 2015). Segundo os autores, a abordagem da alfabetização cultural não é unanimidade, contudo, mais da metade dos especialistas, de acordo com a pesquisa, entendem e internalizam tal conceito, ao lado de fatores culturais, interculturais e contextuais, indicando que um projeto de competência em informação deve incluir tal dimensão. De acordo com os especialistas, a cultura envolve valores, crenças, modo de vida da sociedade, o que contribui para a formação dos cidadãos, sobretudo na tomada de escolhas ou decisões. A partir desta perspectiva, a caracterização da Ibero-América precisa ser considerada na formulação de modelos, padrões, indicadores, práticas etc. da Competência em Informação. Assim, a partir dos impactos positivos ou negativos relacionados com fatores culturais, foram identificadas cinco categorias principais, à saber: (PONJUÁN; PINTO; URIBE-TIRADO, 2015).

- Acesso e não acesso à informação em relação às diferenças urbanas e rurais, assim como das geracionais;
- As preferências de usuários, estudantes ou cidadãos por um meio analógico ou por um meio digital;
- O reconhecimento do local em uma inter-relação com as dinâmicas informacionais e tecnológicas globais
- A inter-relação de informação e tecnologias de informação e comunicação para uso educacional ou comunicação mais lúdica;
- As implicações das tecnologias de informação e comunicação e da informação no cotidiano da sociedade atual.

Identifica-se nas categorias listadas fatores culturais de ordem da ocupação do espaço e território em que se vive, como o rural e o urbano, que podem influenciar na facilidade ou dificuldade no acesso à internet. Em áreas rurais, a dificuldade com conexões ou até mesmo de acesso à eletricidade pode ser maior, dependendo do contexto. Assim, pode ocorrer que as pessoas que moram em áreas

urbanas, por terem mais facilidade com a conexão, podem estar mais acostumadas com a tecnologia. O mesmo se pode afirmar sobre nativos digitais⁹⁶ terem mais facilidade, no manuseio das tecnologias para acesso à informação, do que pessoas que passaram boa parte da vida acostumadas com a tecnologia analógica. Observa-se ainda que a internet concorre para a promoção da identidade e da cultura local em um cenário mundial, a partir da troca de informações, e favorecendo a comunicação e participação cidadã. Ao mesmo tempo, incorre-se na possibilidade de padronização e unificação de diferentes culturas, sendo uma influência negativa sobre as identidades dos países.

O uso que se faz da informação e tecnologias da informação também é influenciado por questões culturais, como o uso direcionado para situações do consumo de bens culturais *on-line*, aprendizagem, ou por exemplo, para a expansão do acesso à informação, à cultura e ao conhecimento. Ou se essa relação se limita a tangenciar práticas cotidianas duvidosas e que devem ser combatidas, tais como a disseminação da desinformação, da discriminação e dos discursos de ódio. Finalmente, os fatores culturais influenciam a vida das pessoas, podendo ser aceitas com maior facilidade ou certa resistência, o que advém da maior ou menor confiança que se tem no uso das tecnologias da informação. Ressalta-se que, compreendendo o papel do contexto cultural no desenvolvimento das pessoas, afirma-se que os meios pelos quais o comportamento informacional é estimulado ou desencorajado, deveria ser determinado pela cultura, e não pela condição social. Tal realidade é vivenciada por pessoas em situação de vulnerabilidade, como as pessoas em situação de rua, que podem ter dificuldade para acessar, por exemplo, um benefício social, contudo, sem possuir os meios adequados para tal.

Não esgotando as discussões sobre a dimensão cultural, mas para finalizar as reflexões acerca da mesma, e levando-se em conta as particularidades da região na qual Brasil está inserido, e que deve ser levado em conta na proposição de projetos envolvendo o desenvolvimento da competência em informação, recorre-se a

⁹⁶ Termo cunhado por Marc Prensky (2001) para descrever a geração de jovens nascidos a partir da disponibilidade de informações rápidas e acessíveis na web, ou seja, “falantes nativos” da linguagem digital de computadores, videogames e Internet (PRENSKY, 2001).

Araújo (2018), que em busca de respostas para um pensamento informacional ibero-americano, afirma o seguinte:

Uma temática particularmente forte no contexto ibero-americano é a da competência (ou alfabetização) informacional. Há pesquisas de cooperação entre Brasil e Espanha em três dimensões -inclusão digital, inclusão informacional e inclusão social (CUEVAS; SIMEÃO, 2011) ou iniciativas na Colômbia buscando superar uma perspectiva instrumentalista de processos de busca e aquisição de competências no uso de tecnologias para uma competência em situações concretas de aprendizagem, com ênfase nas relações intersubjetivas que ocorrem nos processos de mediação (CABRA TORRES et al, 2016). Algumas perspectivas se dão no diálogo direto entre competência informacional e o fazer bibliotecário, por exemplo, no Chile (CASTILLO SÁEZ, 2010) ou na Espanha (PINTO; URIBE-TIRADO, 2017). Outras se constroem diretamente vinculadas às temáticas de inclusão informacional ou digital (URIBE-TIRADO, 2011). E ainda há as perspectivas mais aplicadas, que apresentam maneiras de se conduzir a formação de usuários, inclusive com modelos próprios, como o colombiano MOFUS (NARANJO VÉLEZ; RENDÓN GIRALDO; GIRALDO ARREDONDO, 2006); RENDÓN GIRALDO; NARANJO VÉLEZ, 2008). Merecem ainda destaque discussões que colocam a temática como uma complexificação das questões relacionadas à formação de leitores e promoção da leitura (CALIXTO, 2010) ou que articulam ao estudo a semiótica no estudo de adesões, crenças e visões de mundo dos sujeitos (BARBOSA CHACÓN; CASTAÑEDA PEÑA, 2017). (ARAÚJO, 2018, p.37, grifo nosso).

A **dimensão afetiva** é encontrada em Mabee e Fanher (2020) que apresentam pesquisa realizada com estudantes matriculados em uma faculdade comunitária localizada em Springfield, no estado de Missouri nos Estados Unidos, uma região de alta pobreza, em que mais de 66% dos alunos recebem ajuda financeira federal⁹⁷. A pesquisa se concentra nas dimensões afetivas da competência em informação, incluindo sentimentos de sobrecarga de informação, bem como de culpa e vergonha por confiar em determinadas fontes da web, como a Wikipédia. As autoras apontam que os alunos experimentam vários tipos de emoções, positivas e negativas, quando se envolvem com pesquisas para fins acadêmicos e pessoais. Incluindo na abordagem interseções envolvendo status de classe, e privilégio econômico, observam que a ansiedade e o estresse são barreiras ao pensamento crítico acerca da informação, sendo esses estados afetivos relacionados ao trabalho, família, dificuldades educacionais, excesso de informação

⁹⁷ Trata-se da *Ozarks Technical Community College*, sendo possível encontrar no site da instituição a informação de que a mesma possui 11,762 alunos, em 2022. A pesquisa é de 2020. <https://www.communitycollegereview.com/ozarks-technical-community-college-profile>

encontrada em mídias sociais, e uso do celular. Em alunos vulneráveis, mais propensos à insegurança alimentar e de moradia, que trabalham, e responsáveis por demandas familiares, constitui-se em fonte adicional de estresse, o fato de serem solicitados a explorar e tomar decisões na pesquisa, a desenvolver a criticidade e autorreflexão sobre o valor relativo de uma fonte de informação para a pesquisa.

Assim, a partir da pesquisa aplicada e embasamentos teóricos ligados às dimensões afetivas da aprendizagem, cognição, pensamento crítico e instrução de competência em informação, bem como buscando compreender o impacto da pobreza e gênero no afeto, cognição e aprendizagem, as autoras afirmam que:

Estudos descobriram que o impacto do afeto e da emoção na carga cognitiva inclui diminuição do desempenho da tarefa e déficits executivos (Mueller 2011), tomada de decisão prejudicada (Lerner *et al.* 2015), evitação de trade-off⁹⁸ (Drolet e Luce 2004) e impacto no processamento de informações (Cohen, Pham e Andrade 2008). Além disso, fatores socioeconômicos, incluindo pobreza (Haushofer e Fehr 2014) e gênero (Panno *et al.* 2018), muitas vezes se correlacionam com afeto negativo, agravando as dificuldades da vida com os impactos negativos da sobrecarga cognitiva (Mani *et al.* 2013; Shah, Mullainathan e Shafir 2012; Schilbach, Schofield e Mullainathan 2016). Em outras palavras, sabemos que o aprendizado é profundamente impactado pela emoção e agravado pelo contexto socioeconômico. (MABEE; FANCHER, 2020, p. 485).⁹⁹

A realidade trazida pelas autoras supracitadas reforça a atenção e cuidado que os profissionais da informação devem ter na proposição de um projeto voltado à competência em informação, sobretudo para populações vulneráveis. Sob esse foco as experiências, lutas e vozes devem estar centralizadas na pessoa, criando oportunidades e colaborando com o desenvolvimento do processo de ensino e

⁹⁸ "TRADE-OFF. Em economia, expressão que define situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros. Por exemplo, de acordo com as concepções keynesianas modernas, em determinadas circunstâncias a redução da taxa de desemprego apenas poderá ser obtida com o aumento da taxa de inflação, existindo portanto um trade-off entre inflação e desemprego." (SANDRONI, 2016, Não paginado).

⁹⁹ Texto original: "Studies have found that the impact of affect and emotion on cognitive load includes decreased task performance and executive deficits (Mueller 2011), impaired decision-making (Lerner *et al.* 2015), trade-off avoidance (Drolet and Luce 2004), and impact information processing (Cohen, Pham, and Andrade 2008). Further, socioeconomic factors, including poverty (Haushofer and Fehr 2014) and gender (Panno *et al.* 2018), often correlate with negative affect, compounding the difficulties of life with the negative impacts of cognitive overload (Mani *et al.* 2013; Shah, Mullainathan, and Shafir 2012; Schilbach, Schofield, and Mullainathan 2016). In other words, we know learning to be profoundly impacted by emotion and compounded by socioeconomic context." (MABEE; FANCHER, 2020, p. 485)

aprendizagem de todos, promovendo assim uma competência em informação mais inclusiva, refletindo o contexto atual da informação, local e globalmente. Neste sentido, o papel mediador do profissional também envolve a observação, e ação, no sentido de que os estados afetivos tenham menos impacto negativo nos processos de aprendizado de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na **dimensão ecológica** abordada por Steinerová (2010), a competência em informação é percebida nas características ecológicas do ambiente informacional, identificado como um conjunto de atividades de informação interativas, dinâmicas e mutáveis de diversas fontes, sistemas e serviços gerenciados por um ator social. Sendo assim, as atividades das pessoas no ambiente informacional podem ser vistas e compreendidas de uma maneira holística. Sob a perspectiva ecológica, os seres humanos estão no centro dos ambientes informacionais. Desta forma, enquanto nos conceitos tecnológicos as pessoas se adaptam às tecnologias, nos conceitos ecológicos o princípio é o inverso, ou seja, as tecnologias são adaptadas e adaptáveis às necessidades de informação das pessoas, tornando-se a dimensão ecológica, parte da competência em informação. Ainda de acordo com o autor supracitado, a dimensão ecológica da competência em informação inclui enfoque semântico (relevância¹⁰⁰), enfoque visual (horizonte de informação¹⁰¹, mapas

¹⁰⁰ A relevância conecta a alfabetização informacional com a avaliação crítica das fontes de informação, articulando conhecimentos externos e internos, emoções e redes sociais, por exemplo. Critérios como credibilidade, autoridade cognitiva, contextos e situações que impactam no valor agregado da informação são parte da avaliação de relevância, que funciona como um espelho do requisito de informação baseado na necessidade de informação. Além disso, destaca-se que a relevância está inserida em contextos de estudo, trabalho, interesse e práticas de informação cotidianas (STEINEROVÁ, 2010)

¹⁰¹ O horizonte de informação é descrito com base nas estratégias de informação desenvolvidas na resolução de um problema informacional, traduzindo-se então em um mapa de fontes de informação, com a identificação, por exemplo, das fontes mais relevantes, as de importância secundária ou periféricas (STEINEROVÁ, 2010)

conceituais), o enfoque comportamental (estilo de informação¹⁰²) e enfoque social (comunidade, valores¹⁰³).

Cabe ressaltar que na perspectiva da Ciência da Informação, as bibliotecas podem trabalhar ações com os seus usuários, no sentido da sustentabilidade informacional, trazida por Geraldo e Pinto (2021), de que a informação é um bem durável e reutilizável, residindo a sua sustentabilidade na exploração de fontes de informação que vão sendo acumuladas pela humanidade ao longo do tempo, gerando riquezas para gerações posteriores, e um equilíbrio harmônico nas esferas social, ambiental e econômica. Ou seja, atividades desenvolvidas por bibliotecas públicas com seu público em geral, especialmente com as populações vulneráveis, que envolvam a “conscientização da importância da preservação dos recursos naturais, dos direitos humanos, das igualdades sociais e econômicas” (GERALDO; PINTO, 2021, p. 17), trazendo contribuições para que o processo de transformação da sociedade seja fortalecido, tendo como referência o desenvolvimento sustentável. Sendo instigado a pensar criticamente, adquirindo e desenvolvendo habilidades informacionais, há chances de que os sujeitos que frequentam as bibliotecas públicas, passem a enxergar e se apropriar do empoderamento a que têm direito enquanto cidadãos. Podem ainda, de maneira proativa, pensar e buscar soluções viáveis para a comunidade e sociedade da qual fazem parte, mas que por serem invisibilizados, permanecem à margem de equipamentos informacionais e culturais, das tomadas de decisões políticas, econômicas e sociais.

Na mesma dimensão ecológica, López (2019) aborda sobre a competência ecomidiática, área emergente da competência midiática que trata da relação entre a mídia e os sistemas vivos, com a mesma visão de uma estrutura holística que

¹⁰² O estilo da informação está baseado em generalizações de formas e preferências típicas das pessoas no processamento e uso da informação, de acordo com a personalidade, e nas tarefas desenvolvidas no contexto informacional. Novas ferramentas e serviços das bibliotecas digitais, por exemplo, influenciam as mudanças no comportamento informacional dos usuários. Ao considerar o desenvolvimento da competência em informação é importante reconhecer o estilo da informação (STEINEROVÁ, 2010)

¹⁰³ Em um modelo baseado em dimensões ecológicas da competência informacional, o enfoque social interliga ferramentas, valores e comunidades que moldam as atividades informacionais. Desta maneira, para a biblioteca em sua função social em rede, é requerível uma competência em informação baseada em recursos interativos de colaboração, criatividade, produção e construção de comunidade (STEINEROVÁ, 2010)

envolve o exame crítico acerca do impacto das mídias e das tecnologias de comunicação no ambiente físico. Aposta em contribuições positivas da mídia na resolução da crise ambiental, por meio do engajamento cívico, mídia alternativa e a cidadania para promover a sustentabilidade. A competência ecomidiática é capaz de reconhecer que a mídia resulta em ações simbólicas que dificultam ou promovem a sustentabilidade ambiental, como por exemplo, por meio da sensibilização para os problemas e soluções ambientais. O mesmo autor sugere atividades que envolvem a competência em informação e que podem ser trabalhadas sob a dimensão ecológica, ou seja, que traga a relação entre a mídia e as questões ambientais, incluindo o seguinte:

Várias áreas já cobertas por profissionais de competência midiática podem ser ajustadas para incorporar temas ambientais. Essas áreas incluem a análise crítica da cobertura jornalística de mudanças climáticas e movimentos de justiça ambiental; estudar a desinformação sobre mudanças climáticas; aplicar o pensamento crítico e técnicas de desconstrução à publicidade que identifica especificamente os discursos ambientais; aplicar a competência crítica em informação para determinar a validade das alegações ambientais feitas na mídia; aprender a identificar falsas alegações ambientais (ou seja, greenwashing) em embalagens e publicidade; estudar o papel das mídias sociais na promoção e ofuscação dos discursos sobre mudanças climáticas; envolver-se em práticas de criação de mídia que refletem problemas e soluções ambientais do mundo real; estender a ética e discussões de direitos e responsabilidades para comunidades bióticas e trabalhadores; conectar o conceito de bens comuns digitais aos bens comuns ambientais (ar, água, etc.); aplicar práticas alternativas de mídia à mudança ambiental; analisar corporações de mídia e suas políticas de sustentabilidade; projetar ecossistemas de mídia saudáveis; cartografia de ambientes locais e narrativa digital; e incentivando a educação ao ar livre, reduzindo o tempo de tela. (LÓPEZ, 2019, *on-line*).¹⁰⁴

¹⁰⁴ Texto original: "A number of areas already covered by media literacy practitioners can be tweaked so as to incorporate environmental themes. Such areas include critically analyzing news coverage of climate change and environmental justice movements; studying climate change disinformation; applying critical thinking and deconstruction techniques to advertising that specifically identifies environmental discourses; applying critical information literacy to determine the validity of environmental claims made in the media; learning to identify false environmental claims (i.e., greenwashing) in packaging and advertising; studying the role of social media in promoting and obfuscating climate change discourses; engaging in media-making practices that reflect real-world environmental problems and solutions; extending ethics and discussions of rights and responsibilities to biotic communities and workers; connecting the concept of the digital commons to environmental commons (air, water, etc.); applying alternative media practices to environmental change; analyzing media corporations and their sustainability policies; designing healthy media ecosystems; mapmaking of local environments and digital storytelling; and encouraging outdoor education by reducing screen time. (LÓPEZ, 2019, *on-line*).

Na concepção de López (2020), a visão de mundo antropocêntrica deve fazer parte das análises de desinformação climática deliberada e da ideologia que dirige todo o sistema e determina seus objetivos. Em geral, tais desinformações, costumam reforçar ideologias equivocadas sobre a economia de mercado, criando confusão sobre a ciência climática, a fim de impedir a regulamentação do setor. Considerando a abordagem feita na seção 2.3.2, que faz referência à Era do Antropoceno, em uma legítima preocupação com as questões ambientais do planeta, é possível afirmar que são ideologias predatórias. Para exemplificar em como a competência em informação pode desenvolver o espírito crítico nas pessoas, contribuindo para o gatilho em prol da habilidade em desenvolver a percepção holística acerca dos fatos e dos problemas estruturais que nos cercam, cita-se os casos de assassinatos de 227 pessoas defensoras¹⁰⁵ dos direitos humanos, de suas terras e do meio ambiente, no ano de 2020, de acordo com o relatório da *Global Witness*, divulgado em setembro de 2021. Só no Brasil são apontadas 20 mortes¹⁰⁶, segundo o mesmo relatório, e cujos nomes podem ser conhecidos na Figura 20. A região Amazônica é a mais acometida por tais violências no território brasileiro, possuindo uma realidade em que estão presentes crimes ambientais, garimpo ilegal, pesca predatória, tráfico de drogas, dentre outros (GLOBAL WITNESS, 2021a, 2021b). Então, em um país como o Brasil, onde o governo federal (2019-2022) prioriza indústrias extrativas em regiões como Amazônia e Cerrado, a próxima lista certamente terá ao menos mais dois nomes: o indigenista Bruno Pereira e o do jornalista inglês Dom Phillips¹⁰⁷. Esses são casos recentes de repercussão mundial, e certamente não serão os últimos.

¹⁰⁵ A Global Witness define os “defensores da terra e do meio ambiente” como pessoas que se posicionam e atuam de forma pacífica contra a exploração injusta, discriminatória, corrupta ou prejudicial dos recursos naturais ou do meio ambiente (GLOBAL WITNESS, 2021b).

¹⁰⁶ A Global Witness acredita que o número de mortes seja subestimado já que além dos crimes de homicídios, os defensores também passam por tentativas de silenciá-los, por meio de ameaças de morte, vigilância, violência sexual ou criminalização, sendo ainda tais tipos de ataques menos relatados (GLOBAL WITNESS, 2021b).

¹⁰⁷ Bruno Pereira e Dom Phillips foram assassinados, em 5 de junho de 2022, durante viagem pelo Vale do Javari, segunda maior terra indígena brasileira, no extremo-oeste do Amazonas. A fim de entrevistar indígenas e ribeirinhos para um livro sobre a Amazônia, realizavam visitas na região conhecida como Lago do Juburu, no rio Ituí (ASSASSINATO..., 2022). Bruno Pereira, servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai) era um conhecedor profundo da região e das mazelas sofridas pelos povos originários. Como ativista, dedicou-se a ajudar os índios da região a

Figura 20 - Nome de ativistas ambientais assassinados no Brasil em 2020



Fonte: Adaptado de Global Witness (2021b).

Fazer referência ao assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips, nesta pesquisa, é uma tentativa de exemplificar que a competência em informação, em suas múltiplas dimensões, pode estar conectada com situações e ocorrências que

proteger o território contra a presença de invasores, denunciando quadrilhas de pescadores ilegais, ameaças de invasão, dentro outros crimes. Vinha se dedicando a criar as bases para um empreendimento com vistas a mapear uma trilha de 350 quilômetros, marcando a fronteira sudoeste do Vale do Javari, evitando a invasão do território pelos pecuaristas (DW BRASIL, 2022). Em um capítulo de livro, o próprio Bruno narra um pouco da complexidade de sua atuação indigenista em situações de conflitos, envolvendo o contato com povos indígenas, especialmente com os que vivem isolados, visando “[...] instigar um debate sério e necessário sobre o aperfeiçoamento da política pública para a proteção e promoção de direitos de povos indígenas isolados e recém-contatados.” (PEREIRA, 2020, p.40).

aparentemente não possuem ligação entre si. O mediador da informação, muitas vezes, pode não ser um bibliotecário, mas, chama-se a atenção para que sendo, é quase uma obrigação que o profissional possua uma visão holística da vivência do homem no planeta, se não do Universo. Sobretudo, quando se fala em pessoas vulneráveis ou em situação potencialmente vulnerável. Um exemplo prático, atual e real do que se pretende com uma abordagem da dimensão ecológica da competência em informação vem do indigenista assassinado, o Bruno Pereira e outras três pessoas não-indígenas que “[...] treinaram indígenas a patrulharem o território usando drones e outras tecnologias para detectar atividades ilegais, fotografá-las e enviar as provas às autoridades.” (DW BRASIL, 2022, *on-line*). Ou ainda, o que declara o diretor de cinema Leonardo Sette, entrevistado pelo G1:

"Ele fez muita coisa, desde tirar título de eleitor dos índios, uma tarefa difícil em uma área muito grande, fazendo com que eles votassem pela primeira vez, com as urnas levadas em helicóptero para as aldeias. Ele fazia parceria com o Exército e com o TRE [Tribunal Regional Eleitoral]. Dessa maneira, o prefeito foi obrigado a ir a aldeias e prestar contas, fazer campanha", disse. (AGUIAR, 2022, *on-line*).

Refletindo sobre o que foi dito até aqui, e nas próximas dimensões a serem abordadas, a partir de Vitorino e Piantola (2011), sob as perspectivas técnica, estética, ética e política, peço licença por abrir mão da impessoalidade da linguagem na escrita acadêmica, porque ela requer imparcialidade, recomendando-se que seja feita de maneira distanciada. Contudo, não é dispensável dizer que, além de exemplificar, por meio desta pesquisa, onde e como a competência em informação pode estar presente, trata-se também de uma forma de protesto. E, neste caso, a distância não pode estar presente em situações de vulnerabilidades, como a violência sofrida por pessoas nos mais diversos contextos, assim como em ameaças contra o planeta em que se vive. Deve-se levar sempre em conta a perspectiva holística das facetas ou aspectos da competência em informação.

Dito isto, a última parte da seção 3.1.1, reservada à abordagem sobre dimensões da competência em informação, está focada nas dimensões trabalhadas por Vitorino e Piantola (2011), inspiradas em Rios (2006) que trata sobre a qualidade da atividade docente. As primeiras autoras supracitadas, por sua vez, refletem sobre

as dimensões da Competência em Informação, com foco na educação e filosofia, considerando-a um tema imprescindível à Ciência da Informação. Na abordagem de Vitorino e Piantola (2011), existe conexão estreita entre as **dimensões técnica, estética, ética e política**, cujas características podem ser observadas no Quadro 8. Para as autoras, as quatro dimensões são complementares entre si, constituindo-se em alicerce para as informações recebidas ou emitidas, bem como para a competência exigida para processar essas informações, a fim de que o uso das mesmas possa servir para a construção e transformação da realidade. Afirmam as autoras: “Todas devem estar presentes em harmonia tanto na competência quanto na informação, pois juntas e em equilíbrio tendem a favorecer o desenvolvimento da competência informacional.” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 102). Convém observar que a visão holística, já mencionada em momentos anteriores, concorre para que o profissional da informação consiga ter a observância em considerar a ColInfo em sua multidimensionalidade.

Quadro 8 - Dimensões técnica, estética, ética e política da ColInfo, segundo Vitorino e Piantola (2011)

Resumo das características das dimensões da competência informacional			
Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
<p>Meio de ação no contexto da informação.</p> <p>Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos.</p> <p>Ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias.</p>	<p>Criatividade sensível.</p> <p>Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação.</p> <p>Experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.</p>	<p>Uso responsável da informação.</p> <p>Visa à realização do bem comum.</p> <p>Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.</p>	<p>Exercício da cidadania.</p> <p>Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social.</p> <p>Capacidade de ver além da superfície do discurso.</p> <p>Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.</p>

Fonte: Vitorino e Piantola (2011, p. 109)

A competência em informação envolve habilidades individuais, porém, leva em conta o ser competente no âmbito da coletividade e em suas relações sociais (VITORINO; PIANTOLA, 2011). Refletindo acerca da ColInfo, especialmente em um contexto de vulnerabilidade social, compreende-se que as dimensões abordadas pelas autoras supracitadas, contemplam a base para que a pessoa reúna as condições mínimas visando uma cidadania construída a partir do “direito de ter uma vida digna como ser humano.” (CERQUIER-MANZINI, 2013, p.12). É indispensável uma competência em informação capaz de provocar uma revolução interna na pessoa, concordando-se com Cerquier-Manzini (2013, p.89) quando afirma que a “[...] revolução interna é traço essencial para a existência da cidadania.” Todavia, a construção dessa cidadania depende de uma educação que a contemple, pois como argumenta a autora supracitada:

A violência perpassa o cotidiano das pessoas de inúmeros segmentos, especialmente das mulheres, presos, negros, crianças e idosos. Há um sofrimento que tem lugar no âmbito privado e não vem a público, a não ser que essas pessoas tomem consciência de seus direitos como cidadãos e se organizem para lutar por eles. Ou que haja pessoas (grupos, organizações) que possam ajudá-los a se organizar na direção da cidadania, de quem direitos. É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar. (CERQUIER-MANZINI, 2013, p.90)

A **dimensão técnica** da competência em informação está diretamente ligada ao comportamento que perpassa o universo informacional, e cujo agir do sujeito tem estreita relação com a eficácia alcançada em solucionar suas demandas nesse campo. Indiretamente, mas de maneira basilar, está conectada com esferas da vida do sujeito envolvendo o trabalho, a saúde, a educação, a ciência, etc., moldando-se de acordo com perfil do usuário da informação. Ou seja, o domínio da técnica informacional tem alcance abrangente, além do encontrar, do avaliar e usar a informação. Quanto mais o sujeito se apropria das técnicas, mais terá condições de ser transformado pelo encontro com a informação, pois sob algum aspecto, e em algum momento, terá sido satisfeito em suas necessidades informacionais, e holísticas. Neste processo, outras dimensões serão visitadas, como a estética, ética e política.

Para Platão, *téchnē* (técnica no sentido de arte) é uma habilidade que é definida e diferenciada de acordo com sua função. Em Aristóteles, *téchnē*, uma virtude intelectual, refere-se ao criar, da arte do saber-fazer, ao know-how, portanto, de viés mais prático, e não teórico, com fim extrínseco e com valor no que é produzido/criado. Assim, tanto em Platão quanto em Aristóteles, o uso do termo *téchnē* é idêntico tanto em tradução quanto em qualidade predicativa (KUSSLER, 2015). Segundo Vitorino e Piantola (2011, p.102), a “técnica é o meio de ação do indivíduo no contexto da informação.” A ação técnica “[...] tem origem e importantes implicações nos contextos humano e cultural.” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 102).

Para Abbagnano (2007), o sentido geral de técnica enquanto arte não se distingue de ciência ou de qualquer processo ou operação que vise produzir um efeito qualquer. Para o autor, mesmo na esfera do sentido generalíssimo a técnica pode ser dividida em dois campos, o das técnicas racionais e o das técnicas mágicas e religiosas¹⁰⁸. Considera a distinção das técnicas racionais sob três aspectos: técnicas simbólicas (cognitivas ou estéticas) encontradas na ciência e nas belas artes, as técnicas de comportamento (morais, políticas, econômicas, etc.) do homem em relação a outro homem e técnicas de produção, que dizem respeito ao comportamento do homem em relação à natureza e que visa à produção de bens. Neste sentido, compreende-se que embora a competência em informação se encaixe perfeitamente nas técnicas simbólicas, também circunda as de comportamento e de produção porque se refere às relações que partem do homem em relação a algo. Inclusive, convém trazer aspectos trazidos por Abbagnano (2007) que evidencia aspectos negativos da técnica, à saber:

1" exploração intensa dos recursos naturais, acima dos limites do seu restabelecimento natural, portanto o empobrecimento rápido e progressivo desses recursos;

2" poluição da água e do ar por dejetos industriais, com a multiplicação dos meios mecânicos de transporte e com a maior densidade demográfica;

¹⁰⁸ “[...] **T. racionais**, que são relativamente independentes de sistemas particulares de crenças, podem levar à modificação desses sistemas e são autocorrigíveis; [...] **T. mágicas** e religiosas, que só podem ser postas em prática com base em determinados sistemas de crenças; não podem, portanto, modificar esses sistemas e apresentam-se também como não-corrigíveis ou não-modificáveis. Essas T. constituem um dos dois elementos fundamentais de qualquer religião e podem ser indicadas com o nome genérico de *ritos* (v.)” (ABBAGNANO, 2007, p. 939-940, grifo nosso).

3" destruição da paisagem natural e dos monumentos históricos e artísticos, em decorrência da multiplicação das indústrias e da expansão indiscriminada dos centros urbanos;

4" sujeição do trabalho humano às exigências da automação, que tende a transformar o homem em acessório da máquina;

5" incapacidade da T. de atender às necessidades estéticas, afetivas e morais do homem; portanto, sua tendência a favorecer ou determinar o isolamento e a incomunicabilidade dos indivíduos. (ABBAGNANO, 2007, p. 941).

A técnica é um instrumento indispensável para a sobrevivência do homem, seja nas formas primitivas, seja nas formas aperfeiçoadas e complexas (ABBAGNANO, 2007). Assim, considera-se que algumas discussões apresentadas nesta pesquisa, como a pobreza estrutural, falta de moradia, questões ambientais, etc., têm relação com os aspectos negativos da técnica trazidos pelo autor supracitado. Por este lado, a dimensão técnica da competência em informação pode ser comparada ao que Abbagnano (2007) chama de contratécnica: uma técnica ou um conjunto de técnicas aplicadas para corrigir, diminuir ou equilibrar os efeitos devastadores da técnica. Um exemplo seria o desenvolvimento da competência em informação para contra-atacar o estado de desinformação que tentam instalar em determinados setores da sociedade, por meio de usos escusos de *fake news*. Ou mesmo, a falta, ausência ou dificuldade no acesso à informação para se conseguir um emprego, educação de qualidade, uma moradia em lugar seguro, porque afinal, não se quer um trabalho que explore, uma educação que não proponha transformações ou um barraco qualquer para passar a noite. O que se deseja é viver com dignidade. Enfim, abarcar a técnica ao lado das dimensões estéticas, éticas e políticas para o alcance do que se almeja. Palavras de alento vêm do próprio Abbagnano (2007, p. 941) quando afirma que “[...] a própria T. produtiva está a exigir cada vez mais que o homem tenha exatamente as capacidades de iniciativa, imaginação criativa e solidariedade que o próprio sistema tecnológico parecia ameaçar.” Acredita-se que a ColInfo faça parte desse processo e está inserida nessas discussões.

A **dimensão estética** da competência em informação, segundo Vitorino e Piantola (2011), é influenciada pela experiência interior e singular de cada pessoa ao

adentrar no campo informacional, abarcando também a maneira como essa informação será expressa. E de posse da informação, tem relação em como será o agir do sujeito no âmbito coletivo. Para as autoras, as relações mentais que emergem da vida psíquica, em resposta a uma informação, trazem impressões pessoais, que nem sempre são verificáveis ou compartilhadas pelos membros que compõem uma sociedade. A criatividade sensível é como “[...] um movimento na direção da beleza, aqui vista como algo que está próximo do que se necessita para o bem social e coletivo.” (FARIA; VITORINO, 2009, p. 7).

A dimensão estética também está ligada à solidariedade, além da sensibilidade e criatividade, e visa resgatar aspectos humanos, culturais e sociais de profissionais como os bibliotecários (ORELO, 2013), e que sob o olhar desta pesquisa, pode ser perfeitamente ampliada para discussões de outros contextos predominantemente técnicos. É a dimensão estética que desenvolve a capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011), permitindo a percepção das necessidades dos indivíduos, convertendo-se em solidariedade e generosidade já que assume um compromisso com o bem-estar da coletividade (ORELO, 2013).

Rancière (2009, p. 13) relaciona a estética a “[...] um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações [...]”, o que requer a ideia da efetividade do pensamento baseado no modo estético, e que está ligado a uma ideia da partilha do sensível. O autor define a partilha do sensível como:

[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.” (RANCIÈRE, 2009, p. 15, grifo do autor).

Sendo assim, é possível afirmar que a ideia da estética relacionada à competência em informação está ligada à partilha do sensível, na medida em que ao tomar consciência de sua necessidade informacional e dos modos ou maneiras de

como saná-la, precisa pensar em como fazer, como externalizar ou tornar visível a sua questão informacional, tendo clareza de como fará o uso ético da informação obtida. Por meio da dimensão estética da competência em informação, o sujeito estabelece relações pertinentes, o que favorece o desenvolvimento do uso crítico da informação, para fins do alcance do bem comum. É preciso considerar que sob a predição da dimensão estética, o sujeito vai tomando consciência não só da informação, mas de si mesmo na coletividade, porque pensa sob a perspectiva do bem comum. Neste sentido, está evidente a conexão da dimensão estética com as dimensões ética e política.

Assim, favorecendo para o aperfeiçoamento da imaginação e do autoconhecimento, bem como para o alcance da harmonia e da beleza no contexto da coletividade (VITORINO; PIANTOLA, 2011), a dimensão estética tem o ponto alto da intersecção com as dimensões ética e política, quando o bem comum é trazido às discussões. Importante ressaltar que o bem comum tem sentido de unicidade, ou seja, é bem de todos e de cada um. Segundo Di Lorenzo (2018), o bem comum é indivisível, por isso demanda um esforço comum para a sua realização, no tempo e no espaço, e sua manutenção, traduzindo-se no fim da vida social. Tal análise abraça a afirmação de Vitorino e Piantola (2011) quando ao tratar da dimensão técnica, afirmam sobre as consequências éticas e sociopolíticas demandadas da ação no contexto da informação.

Acerca do bem comum, vale dizer que é preciso desenvolver novas ferramentas cognitivas para uma cidadania global, como sugere Quéau (1998). É pensá-lo como um sexto sentido, envolvendo a busca por um sentido humanista, mas não ingênuo em acreditar em discursos e atores globais que se apropriando do uso do “bem comum”, apenas “se favorecem da exploração das desigualdades globais.” Usando as próprias palavras do autor supracitado, para quem o bem-comum envolve:

[...] uma atenção para a pluralidade, para a diversidade. Implica um modo de pensar mais amplo e iluminado, resultado da comparação do seu próprio julgamento com o de outros. Implica a habilidade de colocar-se no lugar dos outros, entender outras posições, outros pontos de vista. Implica uma capacidade para distanciar-se de si mesmo. É uma aptidão para pensar como indivíduo no interesse da comunidade. (QUÉAU, 1998, p. 203)

Saito (2019) aborda sobre engajamento estético como uma prática ética, em que se deve saborear o processo da experiência, o que favorece a mobilização da imaginação e criatividade, indo além do que está imediatamente disponível aos sentidos, mas submetido ao processo criativo colaborativo. A partir desta perspectiva, compreende-se que a dimensão estética da competência em informação permite ao sujeito, a descoberta de novas conexões, e visões de mundo diferentes das suas, o que facilita que o mesmo se torne receptivo com que vai além de si mesmo, ou seja, mais receptivo com o que outro oferece, primando pelo bem-estar coletivo. Ainda segundo Saito (2019), a estética é promotora da qualidade de vida, independente do contexto em que esteja sendo pensada e refletida:

A estética é assim um meio indispensável para avaliar e melhorar a nossa qualidade de vida. Não é suficiente para uma sociedade ter leis justas, um bom sistema político e outras amenidades sociais, como oportunidades educacionais e econômicas, assistência médica garantida e similares, a menos que sejam fundamentadas e acompanhadas pelo que Yrjö Sepänmaa chama de “bem-estar estético” (Sepänmaa 1995, p. 15). Devemos ser capazes de desfrutar de experiências esteticamente gratificantes, seja através do envolvimento com artefatos e ambientes ou interações humanas. Assim, ao contrário da visão infelizmente difundida da estética como apenas uma cereja no topo do bolo ou uma coisinha trivial, a estética fornece a própria base de uma vida boa. (SAITO, 2017, p.27)¹⁰⁹.

Abordar acerca da **dimensão ética da competência em informação**, a dimensão fundante (VITORINO, 2019), é percorrer caminhos que levem ao uso responsável da informação, à realização do bem comum, a temas relacionados à apropriação e uso da informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011), tais como o engajamento estético e a postura crítica que se assume perante o universo informacional. Ao estabelecer princípios para o desenvolvimento da competência em informação de profissionais da informação, no contexto brasileiro, Vitorino e Piantola (2019) apresentam uma série de características que, entende-se, podem ser

¹⁰⁹ Texto original: “Aesthetics is thus an indispensable means by which we can evaluate and improve our quality of life. It is not sufficient for a society to have just laws, a good political system, and other social amenities, such as educational and economic opportunities, guaranteed health care, and the like, unless they are grounded in and accompanied by what Yrjö Sepänmaa calls “aesthetic welfare” (Sepänmaa 1995, p. 15). We should be able to enjoy aesthetically fulfilling experiences, whether through engagement with artifacts and environments or human interactions. Hence, contrary to the unfortunately widespread view of aesthetics as merely an icing on the cake or trivial fluff, aesthetics provides the very foundation of a good life.” (SAITO, 2017, p.27).

observadas também em outros contextos, com outros grupos de pessoas e profissionais, pois a ética permeia toda a existência humana. São eles:

A ética é favorecida pelo “saber ouvir”.

A ética se dá pela valorização profissional.

Saber usar o “bom senso” é um componente da ética.

A ética é favorecida na formação profissional inicial e prática profissional.

A ética é favorecida pela análise “do todo em partes”.

A ética é favorecida pela “atitude” de conquista contínua do espaço da profissão.

A ética é favorecida pela “partilha”, pela comunicação entre os profissionais, pelo diálogo, pela participação e troca de experiências.

A ética é favorecida pela atitude de “sugerir melhorias à profissão”.

A ética é favorecida pela “liberdade de expressão”.

A ética é favorecida pelo “respeito mútuo”.

A ética é favorecida pelo “ser exigente consigo mesmo”.

A ética é favorecida pela capacidade de ser flexível, no sentido de atender demandas, prioridades e necessidades informacionais. (VITORINO; PIANTOLA, 2019, p. 167).

Pautar o desenvolvimento da competência em informação em princípios baseados na escuta verdadeira, no bem comum, na valorização do ser profissional desde a sua formação, passando pela busca por uma colocação no mercado de trabalho, bem como a conscientização e valorização de práticas éticas envolvendo o mundo do trabalho e outras esferas pessoais e sociais, vai ao encontro do que foi mencionado por Rios (1997), de que na dimensão ética a responsabilidade tem articulação com a de liberdade e com a noção de compromisso pautadas no juízo crítico, em busca de compreender e querer buscar o sentido da ação. Concorde-se com a autora quando afirma que a ideia de compreensão está relacionada com a de associação e a de coletividade, rompendo com a ideia de individualismo, visto que “[...] um gesto de compreensão é, também, um gesto *compreensivo*, no sentido ético, de envolvimento com aquilo que se tem por objetivo. Compreensão é, portanto, saber aprofundado, e envolvimento ético-político do saber.” (RIOS, 1997, p. 64, grifo do autor).

O desejo de conhecer é genuíno do homem, o que requer o desenvolvimento da argumentação lógica, crítica, relacional e uma apreensão inteligente dos fatos.

Tal processo está diretamente relacionado com o saber da liberdade, que traz em si, o potencial das escolhas humanas. E é esse processo que viabiliza a vida ética. Contudo, pensar uma vida ética na sociedade é um desafio para a inteligência humana e que deve levar a questões que estão inseridas no âmbito do convívio social, tais como, “que devo fazer?”, “como devo agir?”, “O que posso escolher?”. Assim, sendo portadores de vontade e de liberdade é possível fazer escolhas, e é justamente das escolhas que nasce o ato subjetivo da emancipação dos sujeitos, constituindo-se em estímulo para o interesse comunitário e solidário (PIRES, 2004).

Para a interrupção dessa barbárie cotidiana, é preciso revigorar uma espécie de sabedoria ética que sustente uma polis agregadora, capaz de abrigar os sujeitos e estar atenta à violação dos seus direitos. Necessita-se de um ordenamento social e político que queira mais do que resultados imediatos, que avance para reordenamentos valorativos. Há graves problemas em alguns segmentos da sociedade civil, como os que ocorrem com meninas e meninos de rua, com as mulheres violentadas, com os negros discriminados, com os operários famintos, cuja escassez demanda ações eficazes e urgentes, que lhes indiquem a possibilidade de saída. A eles não interessa o êxito de tal facção ou agrupamento partidário, eclesial ou educacional. As suas urgências são originárias, entranham seu ser. Eles precisam se saber sujeitos, para que se entendam como pessoas de direito. E isso significa saber desse saber, ter consciência dos próprios direitos. (PIRES, 2004, p. 134-135).

O uso que se faz da própria liberdade não é sobre cada um, é sobre a liberdade dos outros também, pois quando escolho, “[...] não só me comprometo pessoalmente, mas comprometo toda a humanidade.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2017, p. 289). Assim, sobre os aspectos éticos a serem observados no contexto da competência em informação, a dimensão ética contribui para que escolhas, posicionamentos valorativos e tomada de decisões sejam pautados no sentido de preservar o planeta, na redução das desigualdades, igualdade de gêneros, erradicação da pobreza, na preservação da paz, justiça, na busca por cidades e comunidades sustentáveis, temas ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), e com forte ligação com a dimensão política.

Observa-se que as questões ligadas à dimensão ética têm estreita relação com a **dimensão política da competência em informação**, que por sua vez diz respeito à promoção da cidadania, à participação ativa dos indivíduos nas transformações da vida em sociedade, em enxergar além da superfície do discurso,

considerando que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico (VITORINO; PIANTOLA, 2011). A dimensão política é um instrumento de emancipação e de cidadania que visa uma sociedade democrática (VITORINO; PIANTOLA, 2019).

Para Rios (2009), vontade, intencionalidade, liberdade compromissada e consequência são conceitos da esfera ética-política. Fala-se de um “ideal ser” pois, como bem coloca Pires (2004, p. 165), a “[...] diferença histórica entre ética e política faz-se notar quando as questões estruturais da organização social enfrentam-se com as tensões do mundo do sujeito.” Para a autora, não há que haver cumplicidade entre o Estado e a violência política, aniquiladora da razão ética:

Nosso entendimento é que o processo produtivo deve ser uma experiência de todos os cidadãos da *polis* e que as questões políticas possam ser pensadas a partir de referenciais éticos, cujo caráter afasta a ameaça da violência instituída e instituinte [...] o ser feliz é um desejo humano [...] A negatividade, a escassez, a beligerância, a dominação econômica e política interferem na materialidade da vida, e há uma espécie de imposição da dor, do sofrimento, do fracasso, da guerra, da força. (PIRES, 2004, p. 165).

Quando o sujeito consegue ver além do discurso e exerce a sua habilidade questionadora para consigo mesmo e para com o outro, usando a informação como uma “arma política do bem”, mantém acesa a busca pela resolução dos problemas da vida em sociedade. Como afirma o sociólogo polônes Zygmunt Bauman:

[...] o problema com a nossa civilização é que ela parou de se questionar. Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem – certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornaram irrelevantes.” (BAUMAN, 2014, p. 14).

O que se espera é que a política seja uma ferramenta de diálogo e mediação entre cidadãos e Estado, e entre cidadãos e cidadãos, no âmbito da coletividade. É preciso preencher as lacunas, ou abismos, que impedem que as pessoas, sobretudo as em situação de vulnerabilidade social, questionem o seu próprio papel, o do outro, e o papel do Estado, na sociedade. A dimensão da competência em informação que pode colaborar neste sentido, é a política. Segundo Lucca e Vitorino (2020), a dimensão política compreende o ser humano em sociedade, sendo a

cidadania, a liberdade e as relações sociais, aspectos que ajudam em uma melhor compreensão de tal dimensão. Tomando por base a dimensão política a partir dos três aspectos ora mencionados, essas autoras supracitadas traçam um conjunto de seis capacidades que se espera de um indivíduo competente em informação, à saber:

- Reconhecer a importância da informação para orientação de conduta na trajetória de vida;
- Reconhecer necessidades de informação em situações práticas do dia-a-dia;
- Procurar a interação social com pessoas da rede de convívio para solucionar as necessidades informacionais;
- Conquistar a liberdade e autonomia por meio de decisões baseadas na informação adquirida;
- Compartilhar informações e experiências com pessoas da rede de convívio, além de ajudar o próximo em diferentes contextos e, assim, enriquecer sua bagagem de conhecimentos e incorporar novas experiências de vida;
- Utilizar a informação para sensibilizar-se de seus deveres e direitos na sociedade e lutar pela construção da cidadania em conjunto, no momento em que participa da esfera social. (LUCCA; VITORINO, 2020, p. 231).

A dimensão política está presente no mundo desde os movimentos iniciais de organização da vida pública pensada como uma organização formal em torno do poder, produzindo o bem-estar de alguns e a carência e privação de outros (PIRES, 2004). O desenvolvimento da competência em informação, com todas as suas dimensões, tanto as anteriormente abordadas, como a social, cognitiva, socioeducacional, cultural, afetiva, ecológica, como a partir das compreensões de Vitorino e Piantola (2011), com as dimensões técnica, estética, ética e política, podem ajudar a pensar a vida em sociedade a partir de um contexto ideal, e esperançoso, o do sujeito interrogante e o do sujeito aprendiz. Afinal, o que se busca é a felicidade, a paz e uma vida digna para todas as pessoas, não deixando ninguém para trás. Tal afirmação pode parecer ingênuo diante de tantas incertezas, crueldades e mazelas que assolam a vida das pessoas, contudo é preciso seguir um caminho, e o da competência em informação parece ser um caminho pertinente.

3.1.2 Padrões e indicadores da competência em informação: algumas referências nacionais e internacionais

Além das dimensões, são encontrados na literatura científica nacional e internacional **diretrizes, padrões e indicadores de competência em informação**. Existe vasta literatura acerca da temática, e segundo Lau (2008), os modelos de formação em CoInfo podem e devem ser adaptados ao contexto e às pessoas a quem são direcionados. Segundo o próprio autor menciona, um exemplo disso é quando se constata que o Desenvolvimento de Habilidades em Informação (DHI)¹¹⁰ é um modelo conceitual aplicável em bibliotecas universitárias e escolares, mas cujos princípios podem ser usados também por qualquer tipo de biblioteca, inclusive as públicas, necessitando de pequenas adequações. Neste sentido, a *Association of College & Research Libraries*¹¹¹ (ACRL, 2012b) afirma que à medida que as associações expandem suas definições de competência em informação, modelos alternativos surgem, podendo ser considerados para futuras discussões dos padrões do ACRL.

Ao apresentar uma síntese de 18 modelos de *Information literacy*, de diversos países, Costa [Seabra] (2017, p.80-82) ressignifica-os, apresentando um modelo didático com o objetivo de atender professores em formação, sob a perspectiva da educação inclusiva. Essa autora procura refletir no sentido de que a multiplicidade de modelos de competência em informação, não indica a *priori* uma abordagem excludente. Ao contrário, afirma que:

A diversidade de modelos didáticos de CoInfo reflete as possibilidades de elaboração de modelos contextualizados, eximindo as limitações do ato simples de aplicação de modelos externos e internacionais. A elaboração

¹¹⁰ Também conhecido como o modelo da IFLA e, de acordo com Lau (2008), o IDH oferece uma estrutura prática voltada a profissionais da informação interessados em desenvolver um programa de desenvolvimento de competência em informação.

¹¹¹ Como uma das maiores divisões da American Library Association (ALA), a ACRL desenvolve programas, produtos e serviços voltados para bibliotecas acadêmicas e de pesquisa. No site da Associação, estão listados os seus padrões, diretrizes e estruturas pela mesma recomendada, sendo o Framework for Information Literacy for Higher Education de grande referência internacional (ACRL, 2016). A página da ACRL disponibiliza ainda atualizações e documentos complementares ao quadro de competência em informação para o ensino superior (ALA, 2022), tais como, Politics, Policy, and International Relations (2021), Research Competencies in Writing and Literature (2021), Social Work (2021), Sociology (2022), Women's and Gender Studies (2021), The Framework for Visual Literacy in Higher Education, Journalism (2022).

desta proposta revelou que os modelos didáticos existentes não podem ser descartados com base na justificativa de serem externos. Entretanto, o empenho de compreendê-los numa perspectiva unificadora revelou possibilidades de uma nova compreensão quanto á [sic] utilização de modelos didáticos internacionais. Isto significa que, dentre estas possibilidades, a oferta e disponibilização de uma proposta pode ser absorvida em experimentos de pesquisa na perspectiva de contribuir para definição de parâmetros, estabelecimento de padrões e habilidades. (COSTA SEABRA, 2018, p. 12).

O Quadro 9 traz a proposta de modelo de Costa [Seabra] (2017, p.88) a partir da compilação de modelos internacionais existentes, e que foram elaborados por organizações de educação formal e não-formal, dos Estados Unidos e de outros países, envolvendo etapas e procedimentos para nortear uma educação voltada para a informação. A proposta apresentada é resultado do processo de sumarização e categorização que possibilitou a reconfiguração do conjunto de modelos encontrados na vasta literatura especializada. Contudo, convém observar a afirmação de que a ACRL, ALA e a IFLA são referências¹¹² para padrões criados posteriormente, tendo em vista que:

Internacionalmente, os padrões da competência em informação estão contemplados nas propostas do *The Association os (sic) College and Research Libraries* (ACRL), da *American Library Association* (ALA), e da *International Federation of Library Association and Institutions* (IFLA). (GAZZOLA *et al.*, 2020, p. 8).

¹¹² Neste sentido também cita-se a afirmação de Sanches (2016, p.16): “De referir que os documentos que preconizam as linhas de orientação para a implementação de formação em literacia da informação são emanados das associações profissionais com maior influência nas bibliotecas universitárias: a American Library Association (ALA), através da Divisão The Association of College and Research Libraries (ACRL), bem como o Council of Australian University Librarians (CAUL) e o Australian and New Zealand Institute for Information Literacy (ANZIIL). Os documentos emanados destas entidades – o Information literacy competencies standards for higher education (ALA, 2000) e o Australian and New Zealand information literacy framework: Principles, standards and practice (ANZIIL & CAUL, 2004) –, em conjunto com as Guidelines for instruction programs in academic libraries (ACRL, 2003), são os principais instrumentos que regulam e orientam uma planificação sistemática de programas de ensino em literacia da informação.” Afirma-se que o documento da ACRL (2003) citado pela autora supracitada, foi revisado em 2011, podendo ser consultado em ACRL (2011).

Quadro 9 – Proposta-síntese de modelos de competência em informação

Quadro 7 - Proposta de modelo: Síntese dos modelos de ColInfo

Terminologias originais dos modelos	Terminologias atribuídas	Terminologia geral
Avaliação Reconhecimento das necessidades de informação Identificação de lacunas informacionais Questionamentos Evocação de conhecimentos prévios Observação do contexto, entorno	Reflexão	PRÉ BUSCA
Planejamento Definição de objetivos Definição de projetos Formulação de tópicos gerais e específicos Definição de estratégias de pesquisa	Planejamento	
Seleção e localização de informação Exploração Encontrabilidade Avaliação	Busca	BUSCA
Sumarização Seleção Fichamento Referenciamento Classificação Compilação bibliográfica Recuperação	Organização	
Síntese Tomar notas Monitoramento da compreensão Leitura e escrita Interação textual	Processamento	
Apresentação de um produto Criação Avaliação Uso Conclusões Compartilhamento Revisão do processo Auto avaliação	Comunicação	PÓS BUSCA

Fonte: Costa [Seabra] (2017, p.88)

Ao longo dos anos, e em nível mundial, os bibliotecários alcançaram um espaço como formadores, apoiando-se em ferramentas pedagógicas, em diretrizes e padrões internacionais para o ensino da competência em informação, tais como *Big Six*, *Nine Steps*, *Guided Inquiry*, *SCONUL* ou o *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*. Sobre a última ferramenta, em estudo realizado em Portugal, constata-se que a *Framework* é um instrumento moldável de acordo com as particularidades de cada realidade. Assim, permite diálogos, conexões e redes de participação não só em contexto de ensino superior, mas também em aprendizagens fora da academia, já que seu objetivo é disseminar a informação (SANCHES, BORGES, 2021). Ainda sobre essa facilidade em moldar-se a diferentes contextos e situações, as autoras afirmam que:

Ao colocar na linha da frente a metacognição (i.e., pensar sobre o seu próprio conhecimento), a Framework está a colocar no estudante uma maior responsabilidade pela sua própria aprendizagem. Ao reconhecer os fatores afetivos (e.g., disposições ou formas de estar), não se furta ao desafio de uma adequação individual à forma como se aprende, antes fomenta, de maneira integrada, a assimilação das emoções no processo de aprendizagem. (SANCHES; BORGES, 2021, p. 483).

Ao identificar 13 indicadores de competência em informação, durante análise do estado da arte da literatura científica produzida no Brasil sobre esse tema, Belluzzo (2017, 2018b) afirma que em relação ao “indicador 8 de boas práticas”, os estudos apontam que elas colaboram no sentido de promover a cidadania e o aprendizado ao longo da vida. De acordo com essa autora, dada a relevância deste indicador, diversos organismos internacionais desenvolvem estudos sobre boas práticas, com a constatação de acordos multilaterais e bilaterais, o que acaba por afetar a maneira como são estabelecidas as normas, os indicadores, padrões, modelos e outros mecanismos de múltiplos contextos e cenários. Concorda-se com Belluzzo (2021) quando afirma que a competência em informação não é mera opção, sobretudo no milênio atual, envolvendo a construção do conhecimento, aplicação à realidade social, sendo um “[...] conceito fundamental em torno do qual outras competências se aglutinam. Gerenciar e usar as informações de maneira eficaz é uma habilidade básica de sobrevivência para todos nós, como indivíduos e como cidadãos.” (BELLUZZO, 2021, p.9). Para conhecimento de todos os indicadores apontados por Belluzzo (2018b), o Quadro 10 traz uma adaptação daquele apresentado pela autora em suas pesquisas, a saber:

Quadro 10 - Indicadores/categorias de Belluzzo para análise de pesquisa bibliográfica em ColInfo

Indicadores	Abordagens
1 – ColInfo e questões terminológicas	Trata sobre a terminologia linguística (linguagem especialista) aplicada ao longo dos anos para a <i>information literacy</i> , no contexto brasileiro. Considera que a multiplicidade na tradução do termo (alfabetização informacional, competência informacional, competência em informação, etc) traz inúmeras discussões na literatura especializada, tanto nacional quanto internacional. Para o português do Brasil, um estudo divulgado pela UNESCO (o <i>Overview of</i>

	<i>information literacy: resources worldwide</i>), a recomendação é para o emprego da “competência em informação”, evitando-se ambiguidades semânticas que dificultam a compreensão do conceito.
2 - ColInfo em contextos e abordagens teóricas	A partir da relação da ColInfo com outras áreas e subáreas, além da Ciência da Informação, conceitos particulares sobre a temática foram desenvolvidos. Assim, este indicador abarca abordagens, dimensões, concepções, modelos, padrões, indicadores sobre ColInfo e áreas correlatas, apontando para a sua transdisciplinaridade.
3 - ColInfo e políticas e estratégias	As políticas são como as diretrizes que subsidiam a tomada de decisões. As estratégias corresponderiam a “um padrão numa sucessão de decisões.” Destaque para a Declaração de Alexandrina (2005), importante documento que apontou a inclusão social, o desenvolvimento socioeconômico e da promoção do bem-estar das pessoas no desenvolvimento de políticas, programas e projetos de ColInfo.
4 - ColInfo e inclusão social e digital	Considera a necessidade de desenvolvimento de habilidades no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Aponta que ainda são incipientes as abordagens da ColInfo acerca de questões ligadas à inclusão social e digital
5 - ColInfo no ambiente de trabalho	No ambiente de trabalho, a ColInfo prepara as pessoas para saber como lidar com as fontes de informação. Neste processo, desenvolve habilidades fundamentais para organizar, filtrar e selecionar o que de fato é relevante para a tomada de decisões no ambiente organizacional. O valor agregado da informação fica evidenciado neste indicador.
6 - ColInfo, cidadania e aprendizado ao longo da vida	A competência em informação deve ser compreendida como uma área que requer aprendizado contínuo. O processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida, componentes que sustentam a ColInfo, colaboram para que o cidadão permaneça atento às exigências de novas posturas exigidas pela sociedade. Para tal, é necessário selecionar aquelas informações que contribuam para o processo de desenvolvimento pessoal e profissional, em prol do coletivo.
7 – ColInfo e busca e uso da informação	Este indicador evidencia o processo investigativo como componente da ColInfo. Assim, a pesquisa deve ser compreendida como um processo racional e sistemático, em busca de respostas e soluções a problemas que surgem na vida das

	<p>peças, independente do contexto em que surgem, mas sobretudo na dimensão coletiva. As facilidades informacionais foram ampliadas, ao mesmo passo que a complexidade na condução das buscas também cresceram.</p>
8 - ColInfo e boas práticas	<p>A adoção de boas práticas para a aplicação da competência em informação gera benefícios não só para o processo de sua implementação, quanto para a eficácia e eficiência da atuação das organizações no cumprimento dos seus objetivos legítimos.</p>
9 – ColInfo, gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva	<p>A informação é um bem social para as empresas e organizações, assim, seus gestores precisam mantê-las organizadas, a fim de que sua utilização gere vantagem competitiva. A gestão da informação e a ColInfo são elementos importantes na gestão do conhecimento e das organizações, que por meio de seus representantes, gestores e colaboradores, aprendem continuamente.</p>
10 – ColInfo e bibliotecas, bibliotecários e arquivistas	<p>Visando analisar e fazer proposições de capacitações para uso e apropriação da informação pelas pessoas, as bibliotecas, os arquivos, e seus respectivos profissionais, devem fazer esforços para conhecer competências específicas de indivíduos e grupos. É papel desses espaços de informação ajudar no desenvolvimento desta competência, devendo a própria equipe dominar bem os canais e fontes de informação, os métodos, técnicas e estratégias de busca, recuperação e acesso à informação e às suas fontes especializadas, devendo ainda, aplicar estratégias cognitivas, mediadoras, didáticas e comunicativas inovadoras junto aos seus usuários.</p>
11 – ColInfo, mídia e tecnologias	<p>O impacto a que está submetida a sociedade em relação aos avanços das tecnologias de informação e comunicação, reforça a necessidade da ColInfo. É necessário que a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e coletivo atendam às exigências demandadas por novos instrumentos tecnológicos e informáticos. As pessoas precisam estar bem informadas e ter conhecimento de como administrar a aplicabilidade das informações para a tomada de decisões, destinadas ao bem comum.</p>
12 – ColInfo e diferentes grupos ou comunidades	<p>O desenvolvimento da ColInfo deve ser priorizado para grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade social, seja em virtude de discriminação, desigualdade e desvantagem social, dentre outras situações, devendo-se observar os casos envolvendo a</p>

	dificuldade ou inexistência no acesso e uso da informação para a construção do conhecimento, identidade e autonomia das pessoas.
13 – ColInfo, tendências e perspectivas	No Brasil, ainda existe a necessidade de melhorias no processo de sistematização de pesquisas e estudos sob tal dimensão, acerca da competência em informação. É um indicador importante para que novos caminhos sejam traçados, ainda mais em um cenário em que a mudança na sociedade também é fortemente influenciada pelo avanço das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Fonte: Adaptado de Belluzzo (2018b)

Belluzzo (2017, 2018b) afirma que os indicadores orientam a tomada de decisões, devendo estar inseridos em todas as etapas de projetos, programas e trabalhos de quaisquer naturezas que se queira desenvolver, podendo ser aplicados e utilizados amplamente, em qualquer ramo de atividade. De acordo com a autora, é preciso entendê-los como [...] variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse.” (BELLUZZO 2018b, p. 32).

Importante ressaltar que, na literatura especializada, são encontrados documentos como as diretrizes da IFLA (2017), voltados a serviços de bibliotecas em atenção às pessoas em situação de rua. O documento que apresenta as diretrizes, e que sugere que os bibliotecários façam visitas a locais como abrigos, centros de refeições gratuitas ou mesmo, que andem pelas ruas, indo ao encontro de pessoas que estão vivendo em situação de rua, é intitulado *IFLA Guidelines for library services to people experiencing homelessness*, e tem como objetivos:

- Proporcionar uma visão sobre a complexa questão dos sem-abrigo e, assim, contribuir para a superação de estereótipos, preconceitos e barreiras enfrentadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo
- Com base em exemplos de boas práticas de todo o mundo, proponha maneiras e dê recomendações para planejar, organizar, entregar, defender, financiar e avaliar serviços de biblioteca para pessoas em situação de rua
- Incentivar as bibliotecas a se conectarem com as partes interessadas no cuidado de pessoas em situação de rua, a fim de oferecer-lhes serviços tão eficientes e sustentáveis quanto possível

- Apoiar bibliotecas como lugares onde nem uma única pessoa que vive ou vivenciou a situação de falta de moradia será deixada para trás. (IFLA, 2017, p. 15)¹¹³.

Tais objetivos estão conectados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas, particularmente o ODS 1, sobre pobreza e fome; ODS 3, acesso à saúde – serviços de saúde física e mental; e, ODS 8, emprego e proteção social. Há que se ressaltar que bibliotecas do mundo inteiro foram convidadas a responder à pesquisa, e com base nas 50 respostas devolvidas, as diretrizes foram elaboradas pela IFLA (2017). Participaram bibliotecas de várias regiões do mundo e as que forneceram exemplos de recursos, programas e políticas relacionadas aos usuários de suas bibliotecas que estão em situação de rua, foram: Europa, com 19 bibliotecas; da Ásia, 2 bibliotecas; da África, 1 biblioteca; da Oceania, 4 bibliotecas; da América do Norte, 19 bibliotecas, e da América do Sul, 3 bibliotecas, conforme o Quadro 11.

Quadro 11 - Bibliotecas da América do Sul presentes nas Diretrizes da IFLA para pessoas em situação de rua

Nome da biblioteca	Tipologia	País/cidade	Localidade
Biblioteca Javiera Carrera	Biblioteca municipal	Chile/ Angol	A 569 quilômetros de Santiago, capital do país
Biblioteca Pablo Neruda de Independencia	Biblioteca pública	Chile/Santiago	Região metropolitana da capital Santiago
Biblioteca Municipal de Guayaquil	Biblioteca municipal	Equador/ Guayaquil	Localizada a 438 Km de Quito, capital do país

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de IFLA (2017)

Não foi possível identificar se as bibliotecas do Brasil não encaminharam o questionário respondido, ou se tendo respondido, não forneceram exemplos de boas

¹¹³ Texto original: “The purpose of these guidelines includes: • Provide an insight into the complex issue of homelessness and thus contribute to overcoming stereotypes, prejudice and barriers faced by people experiencing homelessness • Based on good practice examples from around the world, propose ways and give recommendations for planning, organizing, delivering, advocating, funding and evaluating library services to people experiencing homelessness • Encourage libraries to connect with stakeholders in the care of people experiencing homelessness in order to offer them as efficient and sustainable services as possible • Support libraries as places where not a single person who is experiencing or has experienced homelessness will be left behind” (IFLA, 2017, p. 15).

práticas ou de quaisquer outros recursos/serviços oferecidos a essa população. Questiona-se ainda, se o idioma foi uma barreira, já que o questionário disponibilizado em inglês, espanhol e russo, pode ser enviado do início de novembro de 2015 ao final de março de 2016. No âmbito das diretrizes da IFLA (2017) é indispensável mencionar sobre o modelo conceitual utilizado sobre pessoas em situação de rua, sobretudo, quando os diferentes países possuem definições diversas acerca deste grupo populacional. Frente às leituras realizadas para a construção do referencial teórico da pesquisa, observa-se que nos Estados Unidos, por exemplo, o conceito é mais abrangente do que o do Brasil. Inclusive, a IFLA baseou-se no do *Institute of Global Homelessness* (IGH), uma organização fundada em 2014, e a primeira a focar na situação das pessoas em situação de rua como um fenômeno global, com ênfase naqueles que vivem na rua ou em abrigos de emergência (IGH, 2019). Assim, as diretrizes da IFLA consideram três grandes categorias desses grupos populacionais, e suas subcategorias (conforme Figura 21), sendo:

Figura 21 - Pessoas em situação de rua - categorias IFLA (2017)

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA SEGUNDO A IFLA (2017) - CATEGORIAS	
1 Pessoas sem alojamento	<p>Pessoas dormindo nas ruas ou em outros espaços abertos (parques, aterros ferroviários, debaixo de pontes, calçadas, margens de rios, florestas, etc.</p> <p>Pessoas dormindo em espaços públicos cobertos ou edifícios não destinados à habitação humana (estações, rodoviárias e ferroviárias, pontos de táxi, edifícios abandonados, edifícios públicos, etc.</p> <p>Pessoas dormindo em seus carros, requixás, barcos de pesca a céu aberto e outras formas de transporte.</p> <p>'Moradores de calçada' - indivíduos ou famílias que vivem na rua em um local regular, geralmente com alguma forma de cobertura improvisada.</p>
2 Pessoas que vivem em acomodações temporárias ou de crise	<p>Pessoas alojadas em abrigos noturnos (onde os ocupantes têm que renegociar sua acomodação todas as noites)</p> <p>Pessoas que vivem em albergues para sem-abrigo e outros tipos de alojamento temporário para pessoas sem-abrigo (onde os ocupantes têm uma cama ou quarto designados)</p> <p>Mulheres e crianças que vivem em um refúgio ou casa segura para aqueles que fogem da violência doméstica</p> <p>As pessoas que vivem em campos providenciados para 'pessoas deslocadas internamente', ou seja, aqueles que fugiram de suas casas como resultado de conflitos armados, desastres naturais ou causados pelo homem, violações de direitos humanos, projetos de desenvolvimento, etc. mas não cruzou fronteiras internacionais</p> <p>Pessoas que vivem em campos ou centros de acolhimento, alojamento temporário para requerentes de asilo, refugiados e outros imigrantes.</p>
3 Pessoas vivendo em acomodações severamente inadequadas e/ou inseguras	<p>Pessoas que compartilham com amigos e parentes temporariamente</p> <p>Pessoas que vivem sob ameaça de violência</p> <p>Pessoas que vivem em hotéis baratos, pousadas e acomodações temporárias semelhantes</p> <p>Pessoas que vivem em habitação convencional sem permissão</p> <p>Pessoas que vivem em habitações convencionais impróprias para habitação humana</p> <p>Pessoas que vivem em trailers, caravanas, carros e tendas</p> <p>Pessoas que vivem em condições extremamente superlotadas</p> <p>Pessoas que vivem em edifícios não convencionais e estruturas temporárias, incluindo aqueles que vivem em favelas/assentamentos informais</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IFLA (2017)

Dos 13 capítulos do documento da IFLA *Guidelines for library services to people experiencing homelessness* (IFLA, 2017), 10 capítulos possuem recomendações, cujas linhas gerais podem ser observadas na Figura 22, nos círculos coloridos. Nos círculos brancos, o apoio, acolhimento, respeito, inclusão e cuidado são componentes fundamentais que devem ser encontrados pelas pessoas em situação de vulnerabilidade, sobretudo em espaços públicos como as bibliotecas.

Figura 22 - Diretrizes para serviços de bibliotecas voltados às pessoas em situação de rua



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IFLA (2017)

Assim, a IFLA (2017) apresenta 10 nortes principais, a partir dos quais as bibliotecas públicas podem se guiar, com as devidas adequações necessárias às particularidades de cada localidade. Tal documento ajuda a biblioteca a compreender a complexa questão da população em situação de rua, e ao mesmo tempo, fornece subsídios ao seu planejamento de ação e disponibilização de serviços que melhor atendam as pessoas em situação de rua. São eles:

- 1) **Direitos humanos**, fortalece os direitos das pessoas em situação de rua e melhora suas vidas de maneira concreta, envolvendo:
 - ✓ Direito à informação/participação cultural;
 - ✓ Políticas contra a discriminação e barreiras de acesso;

- ✓ O atendimento às pessoas em situação de rua é um dever que instituições públicas devem cumprir. Não é apenas questão de engajamento social e voluntariado;
- ✓ Direito à igualdade de acesso à informação, TIC e outros serviços;
- ✓ Respeito às pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos, oferecendo-lhes serviços adequados e programas eficazes.
- ✓ A biblioteca deve assumir o papel de promover, fortalecer e contribuir com os ODS, apoiando e capacitando pessoas em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza.

2) Avaliação de necessidades e avaliação de serviços para pessoas em situação de rua, envolvendo:

- ✓ Uso de todos os dados disponíveis sobre a população em situação de rua para traçar um perfil da mesma;
- ✓ Conhecimento das metas do governo no atendimento às PSR;
- ✓ Parcerias com agências comunitárias e ONGs a fim de definir como a biblioteca pode colaborar no processo de apoio e atendimento às necessidades dessas pessoas;
- ✓ Interação com PSR para melhor sondagem e compreensão de como a biblioteca pode ajudar e atender às suas necessidades;
- ✓ A documentação dos serviços oferecidos, de entrevistas e pesquisas realizadas com PSR, colabora para um melhor entendimento de como a biblioteca impacta na vida dessas pessoas.

3) Atitude acolhedora e de apoio, considerando que:

- ✓ A biblioteca deve avaliar os seus serviços sob a perspectiva da pessoa que está em situação de rua. Os funcionários devem se colocar no lugar do outro, permanentemente;

- ✓ O ambiente de comunicação, o desenvolvimento de coleções, programas desenvolvidos, o layout da biblioteca, etc., devem ser voltados a todos, sem discriminação ou que os façam com que se sintam discriminados;
- ✓ Uso de linguagem positiva em regras e políticas publicadas, focando no que é permitido, e não no que não é permitido. As mudanças feitas devem primar por um ambiente acolhedor para todos: “sim” a todos;
- ✓ Informações e treinamentos para todos os funcionários de forma que se envolvam positivamente com os usuários em situação de rua, contribuindo com recursos, ideias e atitudes que tragam acolhimento e apoio. Conhecer o nome dos usuários mais frequentes, e fornecer o próprio nome, diminui as tensões.
- ✓ Respeito e atitudes inclusivas, como ouvir e aprender com os usuários, assim como com os que prestam serviço a essas pessoas;

4) **Serviços de biblioteca**, levando em conta:

- ✓ A inclusão de serviços oferecidos deve sempre levar em consideração a participação de usuários em situação de rua, inclusive, considerando a possibilidade de aproveitar o conhecimento de alguns deles, caso desejarem, para a oferta de cursos e palestras, por exemplo;
- ✓ Estabelecimento de parcerias para a prestação de serviços de profissionais, como assistentes sociais, advogados, enfermeiros, funcionários de abrigos;
- ✓ Divulgação dos serviços da biblioteca junto a centros de apoio, ONGs, agências comunitárias, e outros, que se dedicam à causa;
- ✓ Plano de serviço, incluindo o treinamento dos funcionários como um ponto chave e imprescindível;

- ✓ Propostas de serviços realistas para a biblioteca, de forma que possibilitem a participação de parceiros da comunidade, e que satisfaçam as necessidades das PSR.

5) Serviços para refugiados, observando os seguintes aspectos:

- ✓ O grupo de refugiados precisa superar barreiras culturais e se adaptar à nova cultura que envolve religião, idioma e costumes;
- ✓ Serviços a esses grupos envolvem atividades dentro da biblioteca, assim como visitas aos campos de refugiados;
- ✓ Se possível, disponibilizar informações e recursos nos idiomas dos refugiados;
- ✓ São pessoas que passam por um processo doloroso e de trauma, por isso, precisam de um tratamento acolhedor e respeitoso. Necessitam de educação, informações, alimentos, roupas, remédios, dinheiro e sobre o acesso a centros de refugiados ou ONGs atuantes junto aos refugiados, para assessoria jurídica, já que existe um quadro legal e uma definição para a proteção dos refugiados;
- ✓ Atividades e suporte relacionados ao idioma;
- ✓ Parcerias/divulgação;
- ✓ Eventos culturais, educativos e de entretenimento;
- ✓ A equipe da biblioteca deve receber treinamento sobre como lidar com pessoas que sofreram experiências traumáticas; treinamento em saúde mental; treinamento sobre como lidar com tensões entre as culturas das comunidades.

6) Serviços para famílias, crianças e jovens sem pais ou responsáveis, partindo de posturas como:

- ✓ Compreensão de problemas específicos da comunidade envolvendo famílias vulneráveis/crianças e jovens sem pais ou responsáveis;

- ✓ Divulgação e realização de eventos comunitários que alcancem crianças e famílias em situação de vulnerabilidade;
- ✓ Doação de livros para famílias desabrigadas e refugiadas;
- ✓ A revisão de políticas, procedimentos e regras devem facilitar o acesso e inclusão, e não criar barreiras.
- ✓ Oferta de banheiros para todos os gêneros.

7) Apoio e parcerias da equipe, compreendendo:

- ✓ A pesquisa com servidores para identificar as fragilidades no atendimento, ajudam a planejar um treinamento mais adequado e útil para a equipe, e que tragam resultados positivos aos usuários;
- ✓ A troca de informações entre a biblioteca e seus parceiros trazem benefícios a todos, sobretudo aos usuários;
- ✓ A participação de PSR ou instabilidade habitacional em conversas sobre programas, necessidades e parcerias deve ser considerada. Planejar com e não para. As vozes precisam ser ouvidas.

8) Políticas da biblioteca e seus efeitos, podendo partir dos seguintes princípios:

- ✓ Quanto menos regras, mais inclusivo. E regras, quando existentes, não devem ser intimidantes ou pouco acolhedoras.
- ✓ Regras não direcionadas a públicos específicos, mas para todos;
- ✓ O ambiente deve ser acolhedor e solidário;
- ✓ Mesmo sem comprovante de residência é positivo que os usuários possam utilizar computadores ou consultar o acervo;
- ✓ Considerar as necessidades dos usuários sem moradia ou alojamento, da mesma forma que os demais usuários.

9) Comunicação e advocacy:

- ✓ Com o papel social que desempenha e a confiança exercida junto à comunidade, a biblioteca deve usar sua posição para fins de

conscientização e defesa das pessoas em situação de rua. Para tal, deve contar com as vozes, experiências e conhecimentos de seus usuários, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

10) **Financiamento:**

- ✓ A coleta de informações acerca das necessidades das PSR ajuda no financiamento de programas, ações, criação de parcerias com organizações, fundações, agências e similares, angariando o apoio em espécie, subsídios e forças para o trabalho pretendido pela biblioteca.

Em 2012, a ALA já havia se manifestado quanto à preocupação com o crescimento de pessoas em situação de rua¹¹⁴ e o aumento da pobreza nos Estados Unidos, apresentando algumas considerações acerca do tema, e fornecendo dicas e ferramentas de como as bibliotecas podem estender o alcance de seus serviços, e por meio do seu envolvimento, reduzir a falta de moradia. Inclusive, várias questões sobre acolhimento, parcerias, políticas apontadas nas diretrizes da IFLA (2017) seguem a mesma linha de abordagem da ALA (2012), em que se destaca a passagem que aborda sobre a programação desses espaços oferecidos aos seus usuários:

A programação da biblioteca é um serviço popular para todos os clientes. Na maioria das vezes, os sem-teto querem a mesma programação que outros usuários da biblioteca: aulas de informática, oficinas educativas, contação de histórias, artes e ofícios e atividades sociais.

Se há algo único na programação para os sem-teto, é a necessidade de divulgação e promoção. As barreiras físicas e a exclusão social impedem que muitas pessoas sem-teto cheguem à biblioteca ou aprendam sobre os programas em tempo hábil. Certifique-se de que abrigos, organizações que

¹¹⁴ Em 2018, durante a Conferência Anual da American Library Association (ALA), em Nova Orleans, Estados Unidos, houve uma exibição antecipada do filme "The Public" do escritor, ator e diretor Emilio Estevez. O filme que aborda temas como saúde mental, falta de moradia, crise de opioides e aquecimento global, conta a história de um grupo de pessoas em situação de rua que diante de uma severa tempestade de neve, e frio intenso, se recusam a deixar a biblioteca pública, criando assim, um impasse policial que levam a reflexões acerca da relação entre pessoas em situação de vulnerabilidade e as bibliotecas e seus funcionários. Após a exibição do filme, foi realizada uma sessão de perguntas e respostas com Estevez moderada por Ryan J. Dowd, diretor executivo da Hesed House Shelter (ALA, 2018). É um registro importante acerca da preocupação e interesse da ALA para com a condição de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, como a população em situação de rua.

trabalham com pessoas sem-teto e instalações de habitação temporária recebem regularmente folhetos, e-mails e outros materiais promocionais.

Programas de interesse particular para pessoas sem-teto podem incluir programas de assistência médica, hipoteca ou aluguel e solicitação de benefícios governamentais. (ALA, 2012, p. 3)¹¹⁵

Assim, é preciso considerar que a biblioteca precisa acolher todos os seus usuários da mesma forma, mas principalmente, fazer com que todos vivenciem uma excelente experiência nesses espaços informacionais. Neste sentido, a ALA (2012) fornece uma lista com o nome de sete bibliotecas que prestam serviços envolvendo pessoas em situação de rua nos Estados Unidos, e que podem servir como modelo ou ideias a outras bibliotecas, inclusive de outros países. Ao pesquisar três delas, para fins de conferência na atualização dos serviços, constata-se o seguinte:

- 1) *Traverse Area Library District* - teve seu programa de leitura descontinuado (ALA, 2022). Na ocasião da publicação do documento da ALA (2012) havia uma parceria entre a biblioteca e um abrigo religioso de inverno onde as reuniões do clube do livro aconteciam.
- 2) *San Jose Public Library* - A Biblioteca tem uma parceria com a *People Assisting the Homeless* (PATH), algo como Pessoas que Ajudam os Sem-teto, para fornecer serviços de extensão e trabalho social na *Tully Branch Library*. Os encontros, atualmente, são realizados todas as quintas-feiras do mês (SAN JOSE PUBLIC LIBRARY, 2022)
- 3) *San Francisco Public Library* – primeira biblioteca pública a contratar uma assistente social nos Estados Unidos, em 2009. Desde então, o trabalho da biblioteca de apoio a pessoas vulneráveis se expandiu, e atualmente, a equipe de Associados de Saúde e Segurança (conhecidos como HASAs), apoia o trabalho da biblioteca, informando aos clientes sobre recursos e

¹¹⁵ Texto original: "Library programming is a popular service for all patrons. For the most part, people who are homeless want the same programming as other library users: computer classes, educational workshops, storytimes, arts and crafts, and social activities. If there is something unique to programming for patrons who are homeless, it is the need for outreach and promotion. Physical barriers and social exclusion prevent many people who are homeless from getting to the library or learning about programs in a timely fashion. Make sure that shelters, organizations that work with people who are homeless, and transitional housing facilities regularly receive fliers, emails, and other promotional materials." (ALA, 2012, p.3).

serviços. O programa colocou aproximadamente 130 clientes em moradias estáveis (NONKO, 2019).

Estudo como o de Yoho (2016) questiona sobre como bibliotecas e bibliotecários podem implementar plenamente o padrão da ALA, a fim de facilitar o acesso à informação para todos, incluindo usuários marginalizados e os que não leem bem. Segundo a autora, além das bibliotecas responderem a questões sobre sua relevância contínua exigidas na era digital, também precisam ter clara a compreensão de como podem trazer contribuições e soluções para as necessidades informacionais e sociais, incluindo a falta de moradia, ampliando assim o apoio à comunidade a que serve, ofertando programações mais extensas e inclusivas, voltadas às pessoas em situação de extrema pobreza, muitas das quais, vivendo em situação de rua ou moradias precárias. Também sugere investigações no sentido de documentar a extensão da implementação da Declaração de política de serviços de bibliotecas para pobres, que consta no Manual de Políticas da ALA (ALA, 2007, 2007b) na seção 61 do documento.

Reforça-se o que já foi dito nesta pesquisa acerca da compreensão das necessidades informacionais dos usuários da biblioteca em situação de rua, e isto só se faz conhecendo o perfil dos mesmos. Hersberger (2003), após pesquisa com pais em situação de rua dos Estados Unidos que vivem em abrigos de emergência, aborda sobre a questão quando identifica que a maioria dos entrevistados não vê a Internet como uma fonte importante de informações cotidianas necessárias. E afirma: “Treinar os atuais moradores do abrigo para encontrar informações digitais é uma possibilidade, mas primeiro os indivíduos precisariam determinar se a busca seria relevante para alguma necessidade.” (HERSBERGER, 2003, [p.12])¹¹⁶. E neste sentido, as bibliotecas podem ajudar essas pessoas. Ressalta-se que, neste caso, a pesquisa revela que dificuldades de transporte, não saber usar a internet e preocupação com a privacidade foram as razões constatadas para não usar a internet na biblioteca pública. Por isso a importância da biblioteca, além de atender os seus usuários frequentadores, sair dos seus espaços e compreender como

¹¹⁶ Texto original: “Training current shelter residents to find digital information is a possibility, but first, the individuals would need to determine that the pursuit would be relevant to some need. (HERSBERGER, 2003, [p.12]).

atender mais e melhor pessoas em situação de rua. A vergonha de não saber como manusear um computador ou acessar internet, ou a vergonha da própria condição, a questão da privacidade, podem ser fatores a ser considerados e investigados junto a essas pessoas.

Não é pretensão desta pesquisa esgotar a abordagem sobre bibliotecas e serviços oferecidos a pessoas em situação de vulnerabilidade, como são por exemplo, as pessoas em risco habitacional, contudo sobre experiências em território brasileiro, Nasser (2022) traz um estudo abordando sobre duas bibliotecas de São Paulo. Uma delas é a Biblioteca Mário de Andrade em que, apesar de receberem diariamente pessoas em situação de rua, não há serviços direcionados a essa população. Apesar de estar localizada próxima a albergues, não conta com parcerias com tais espaços de abrigo. Já na Biblioteca de São Paulo (BSP), também próxima a vários albergues, a cada quinze dias é realizada uma roda de conversa junto às duas assistentes sociais que pertencem ao local. Apesar de algumas diferenças nos serviços oferecidos, a autora identifica um ponto em comum: “[...] o de serem contrários à oferta de serviços específicos voltados a esses grupos, ainda que isso tenha sido questionado.” (NASSER, 2022, p.43). É preciso investigar as lacunas que existem entre as teorias e práticas biblioteconômicas internacionalmente divulgadas e a realidade brasileira para melhor compreensão do contexto. Embora possam existir diferenças entre as características da realidade de pessoas desabrigadas, sem-teto ou em situação de rua de outros países e as que vivem no Brasil, muitos aspectos da vulnerabilidade são comuns ou semelhantes a esse grupo de pessoas que cresce em todo o mundo.

Sob esta perspectiva, Spudeit (2021) propõe diretrizes voltadas a equipes de bibliotecas públicas com interesse em organizar planos de ação, serviços e programas para o desenvolvimento da competência em informação junto às pessoas em situação de rua, com base na dimensão técnica. A proposta é fruto das pesquisas de sua tese defendida em 2021, e traz a realidade de PSR da cidade de Florianópolis no estado de Santa Catarina, que são atendidas pelo Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas (NURREVI) que administra a Passarela da

Cidadania¹¹⁷, onde essas pessoas são atendidas. As diretrizes propostas por Spudeit (2021) estão baseadas em quatro categorias, a saber: equipe, estrutura física das bibliotecas públicas, as parcerias, as necessidades e as dificuldades das pessoas em situação de rua, conforme observa-se na Figura 23. A autora ainda propõe um modelo de seis etapas para o desenvolvimento da competência em informação de pessoas em situação de rua, baseadas nas percepções coletadas durante as entrevistas realizadas com esse grupo em situação de vulnerabilidade, que são:

- 1) Reconhecer a necessidade informacional;
- 2) Localizar a informação;
- 3) Avaliar a qualidade da informação;
- 4) Armazenar e recuperar as informações;
- 5) Fazer uso eficaz e ético das informações;
- 6) Aplicar informação para criar e comunicar conhecimento.

¹¹⁷ Passarela da Cidadania é o nome de um projeto que compreende um conjunto de serviços executados junto a jovens, adultos e idosos em situação de rua. São serviços complementares e compartilhados aos serviços e ações socioassistenciais próprios da gestão municipal e que são realizados na Passarela Nego Quirido, na cidade de Florianópolis, SC (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2022).

Figura 23 - Matriz para o desenvolvimento da ColInfo em pessoas situação de rua (SPUDEIT, 2021)

Figura 23 – Matriz para desenvolvimento da competência em informação em pessoas em situação de rua



Fonte: Spudeit (2021, p. 228)

Como uma última abordagem desta seção, porém não menos importante, são os padrões básicos e/ou indicadores norteadores para programas de desenvolvimento de competência em informação e competência midiática de Belluzzo (2007). O trabalho pioneiro de Belluzzo no Brasil, tem servido de referência a muitas pesquisas, desde então. Cita-se alguns exemplos mais recentes: **Vilhena**;

Dias (2022), com vistas a propor um modelo de competência em informação para os profissionais de museus; **Gazzola et al. (2020)** delinham a competência em informação da equipe gestora de uma escola técnica com base nos padrões, indicadores de desempenho e resultados desejáveis estabelecidos por Belluzzo; **Otonicar; Santos (2020)**, ao traçar um referencial teórico-prático de apoio que possibilite identificar e demonstrar a inter-relação entre a gestão de pessoas, a aprendizagem organizacional e a competência em informação nas organizações também usa como norte a contribuição de Belluzzo; **Otonicar; Silva; Belluzzo (2018)** que relacionam as metas para a educação, propostas pela Agenda das Nações Unidas e da UNESCO a serem atingidas até 2030, aos padrões e indicadores de Belluzzo (2007); **Basseto (2018)** também se guiou pelos padrões para avaliar a percepção de empresários sobre o acesso e da informação, sob a mediação de um programa de capacitação em inovação; **Otonicar; Moraes; Moreira (2016)** estabelecendo uma inter-relação entre os padrões com as categorias de domínio cognitivo, a chamada Taxonomia de Bloom, que representam etapas a serem cumpridas no processo de organização do conhecimento, com exemplificação do profissional da informação; **Cavalcante (2014)**, ao identificar e analisar a Colinfo dos sujeitos organizacionais em um ambiente de emissora de televisão universitária e sua inter-relação com o acesso e uso inteligente da informação e do conhecimento, usou os padrões de Belluzzo (2007) que foram adaptados por Basseto (2012).

Os padrões de Belluzzo (2007) estão adaptados à realidade brasileira e foram traçados com base em padrões internacionais, sendo a sua concepção baseada em na pesquisa de pós-doutorado da autora, cujos resultados foram publicados no artigo intitulado “Em busca de parâmetros de avaliação de formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da information literacy”, pesquisa feita sob a supervisão de Maria Teresa Miceli Kerbauy (BELLUZZO; KERBAUY, 2004).

Esta pesquisa busca inserir a competência em informação em um contexto que amplie o olhar que se volta para a pessoa em suas relações informacionais e com o mundo. Um olhar acolhedor e respeitoso. Um olhar que traga esperança. Um

olhar que alcance múltiplas facetas de um universo sob a difícil perspectiva de quem vive em situação de rua e pobreza extrema. Um olhar que entenda que todos somos parte do universo e o que fazemos ou deixamos de fazer interfere em nossas relações e vivência com o outro. Em suma, uma visão holística que alcance o máximo de potencialidades de cada pessoa. E tal visão, encontra respaldo na visão de Belluzzo (2007) quando afirma o seguinte:

A ênfase passa a ser direcionada para o exercício da cidadania, para o ser social, admitindo-se uma visão sistemática da realidade, **onde o usuário/receptor é considerado como um ser inserido em uma dimensão social e ecológica de aprendiz, na busca de uma identidade pessoal e autônoma a partir de sua ação enquanto transformador social.** (BELLUZZO, 2007, p. 103, grifo do autor)

A Figura 24 apresenta os cinco padrões estabelecidos por Belluzzo (2007), e para fins de melhor visualização, os indicadores com os resultados desejáveis de cada padrão, apresentados em nos quadros 12, 13,14, 15 e 16.

Figura 24 - Os cinco padrões de Belluzzo (2007) para a competência em informação

PADRÕES DE BELLUZZO PARA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (2007)	
PADRÃO 1	A PESSOA COMPETENTE EM INFORMAÇÃO DETERMINA A NATUREZA E A EXTENSÃO DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO 
PADRÃO 2	A PESSOA COMPETENTE EM INFORMAÇÃO ACESSA A INFORMAÇÃO NECESSÁRIA COM EFETIVIDADE 
PADRÃO 3	A PESSOA COMPETENTE EM INFORMAÇÃO AVALIA CRITICAMENTE A INFORMAÇÃO E SUAS FONTES 
PADRÃO 4	A PESSOA COMPETENTE EM INFORMAÇÃO, INDIVIDUALMENTE OU COMO MEMBRO DE UM GRUPO, USA A INFORMAÇÃO COM EFETIVIDADE PARA ALCANÇAR UM OBJETIVO/OBTER UM RESULTADO 
PADRÃO 5	CUMPRE AS LEIS, REGULAMENTOS, POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E NORMAS RELACIONADAS AO ACESSO E USO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO 

Fonte: Belluzzo (2007, p. 95-103)

Quadro 12 - Padrão 1 da competência em informação (BELLUZZO, 2007)

INDICADORES DE DESEMPENHO DO PADRÃO 1	RESULTADOS DESEJÁVEIS
1.1 Define e reconhece a necessidade de informação	1.1.1 Identifica um tópico de pesquisa ou outra informação necessária 1.1.2 Formula questões apropriadas baseado na informação necessária ou tópico da pesquisa 1.1.3 Usa fontes de informação gerais ou específicas para aumentar o seu conhecimento sobre o tópico 1.1.4 Modifica a informação necessária ou o tópico de pesquisa para concluir o foco sob controle 1.1.5 Identifica conceitos e palavras-chave que representam a informação necessária ou o tópico da pesquisa/questão
1.2 Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação potenciais	1.2.1 Identifica o valor e as diferenças de potencialidades de fontes em uma variedade de formatos (documentos impressos e eletrônicos, pessoas, instituições, etc.) 1.2.2 Identifica o propósito e o tipo de informação a que se destinam as fontes 1.2.3 Diferencia fontes primárias de secundárias, reconhecendo o seu uso e a sua importância para cada área específica
1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária	1.3.1 Determina a disponibilidade da informação necessária e toma decisões sobre as estratégias de pesquisa da informação e o uso de serviços de informação e qual a mídia adequada (por exemplo: intercâmbio, utilização de fontes locais, obtenção de imagens, vídeos, textos ou registros sonoros, etc.) 1.3.2 Determina a disponibilidade da informação necessária e toma decisões sobre as estratégias de pesquisa da informação e o uso de serviços de informação e qual a mídia adequada (por exemplo: intercâmbio, utilização de fontes locais, obtenção de imagens, vídeos, textos ou registros sonoros, etc.) 1.3.2 Determina um planejamento exequível e um cronograma adequado para a obtenção da informação necessária

Fonte: Belluzzo (2007, p. 95-96)

Quadro 13 - Padrão 2 da competência em informação (BELLUZZO, 2007)

INDICADORES DE DESEMPENHO DO PADRÃO 2	RESULTADOS DESEJÁVEIS
2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistemas de recuperação da informação para acessar a informação necessária	2.1.1 Identifica os tipos de informação contidos em um sistema tradicional e os tipos de fontes indexadas eletronicamente 2.1.2 Seleciona apropriadamente os sistemas de recuperação de informação para pesquisar o problema/tópico baseado na investigação da sua abrangência, conteúdo, organização e solicita ajuda para pesquisar em diferentes instrumentos como as bases de dados, fontes de referência e outras 2.1.3 Identifica outros métodos de pesquisa para obter a informação necessária, os quais podem não estarem disponíveis por meio dos sistemas de recuperação da informação tradicionais e eletrônicos (por

	exemplo: necessidade de fazer entrevistas com especialistas, etc.)
2.2 Constrói e implementa estratégias com efetividade	<p>2.2.1 Desenvolve um plano de pesquisa apropriado aos sistemas de recuperação da informação e/ou método de pesquisa</p> <p>2.2.2 Identifica palavras-chave, frases, sinônimos e termos relacionados com a informação necessária</p> <p>2.2.3 Seleciona vocabulário controlado específico como instrumento de pesquisa e identifica quando o vocabulário controlado é usado em um item registrado e executa a pesquisa com sucesso usando adequadamente o vocabulário selecionado</p> <p>2.2.4 Constrói e implementa uma estratégia de busca usando códigos e comandos de acordo com o sistema de recuperação de informação utilizado (por exemplo: a lógica booleana, ordem alfabética de termos, referência cruzada, etc.)</p> <p>2.2.5 Utiliza a autoajuda dos sistemas de recuperação e outros meios (por exemplo: profissionais da informação) para melhorar os seus resultados</p>
2.3 Busca a informação via eletrônica ou com pessoas utilizando uma variedade de métodos	<p>2.3.1 Usa vários sistemas de recuperação da informação em uma variedade de formatos (impressos e eletrônicos)</p> <p>2.3.2 Distingue pelas citações os vários tipos de documentos (por exemplo: livros, periódicos, teses, etc.)</p> <p>2.3.3 Utiliza vários esquemas de classificação ou outros sistemas para localizar as fontes de informação junto aos serviços de informação</p> <p>2.3.4 Utiliza serviços on-line ou pessoas especializadas disponíveis na instituição para recuperar a informação necessária</p>
2.4 A pessoa competente em informação retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário	<p>2.4.1 Avalia a quantidade, qualidade e relevância dos resultados da pesquisa para determinar sistemas alternativos de recuperação da informação ou métodos de pesquisa que ainda precisam ser usados</p> <p>2.4.2 Identifica lacunas na informação necessária face aos resultados da pesquisa</p> <p>2.4.3 Revisa a estratégia de busca se for necessário obter mais informação</p>
2.5 A pessoa competente em informação extrai, registra e gerencia a informação e suas fontes	<p>2.5.1 Registra todas as informações com as citações pertinentes para futura referência bibliográfica</p> <p>2.5.2 Demonstra compreender como organizar e tratar a informação obtida</p> <p>2.5.3 Diferencia entre os tipos de fontes citadas e compreende os elementos e a forma correta de citação para os vários tipos de fontes de acordo com as normas de documentação vigentes</p>

Fonte: Belluzzo (2007, p. 97-99)

Quadro 14 - Padrão 3 da competência em informação (BELLUZZO, 2007)

INDICADORES DE DESEMPENHO DO PADRÃO 3	RESULTADOS DESEJÁVEIS
3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida	3.1.1 Seleciona a informação relevante baseado na compreensão das ideias obtidas contidas nas fontes de informação 3.1.2 Reformula conceitos com suas próprias palavras 3.1.3 Identifica textualmente a informação que foi adequadamente transcrita ou parafraseada
3.2 Constrói e implementa estratégias com efetividade	3.2.1 Examina e compara a informação de várias fontes para avaliar a sua confiabilidade, validade, precisão, autoridade, atualidade e ponto de vista ou tendências 3.2.2 Analisa a lógica da argumentação da informação obtida 3.2.3 Reconhece e descreve os vários aspectos de uma fonte, seus impactos e valor para o projeto de pesquisa, assim como as tendências e impactos relacionados a pressupostos de ordem cultural, geográfica ou histórica e/ou atualidade da fonte de informação 3.2.4 Demonstra a habilidade de encontrar a informação sobre a autoridade e qualificação de autores e ou editores-produtores 3.2.5 Demonstra compreensão e habilidade para interpretar referências bibliográficas ou créditos encontrados nas fontes como meios de acessar informação precisa e válida 3.2.6 Demonstra compreensão da necessidade de verificar a precisão e completude de dados ou fatos
3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições ou outra característica da informação	3.3.1 Determina se a informação obtida é suficiente e adequada ou se é necessário obter mais informação 3.3.2 Avalia se as fontes de informação são contraditórias 3.3.3 Compara a nova informação com o conhecimento próprio e outras fontes consideradas como autoridade no assunto para conclusões 3.3.4 Seleciona a informação que traz evidências para o problema/tópico de pesquisa ou outra informação necessária

Fonte: Belluzzo (2007, p. 99-101)

Quadro 15 - Padrão 4 da competência em informação (BELLUZZO, 2007)

INDICADORES DE DESEMPENHO DO PADRÃO 4	RESULTADOS DESEJÁVEIS
4.1 É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto	4.1.1 Organiza a informação, utilizando esquemas ou estruturas diversas 4.1.2 Demonstra compreender como usar as citações ou paráfrases de um autor ou texto para apoiar as ideias e/ou argumentos (Ver também 3.1.2 e 3.1.3)
4.2 Comunica os resultados do projeto com efetividade	4.2.1 Utiliza adequadamente as normas de documentação e o formato e estilo apropriados para um projeto científico (Ver também 5.3.1)

Fonte: Belluzzo (2007, p. 101)

Quadro 16 - Padrão 5 da competência em informação (BELLUZZO, 2007)

INDICADORES DE DESEMPENHO DO PADRÃO 5	RESULTADOS DESEJÁVEIS
5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia	5.1.1 Identifica e discute questões relacionadas ao livre acesso versus o acesso restrito e o pagamento de serviços de informação e comunicação 5.1.2 Demonstra compreensão acerca das questões ligadas ao direito nacional e internacional de propriedade intelectual e as leis de imprensa 5.1.3 Define e identifica exemplos de plágio 5.1.4 Demonstra conhecer as políticas institucionais sobre o plágio e os direitos autorais
5.2 Cumpre leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação	5.2.1 Utiliza adequadamente os <i>passwords</i> para acesso às fontes de informação 5.2.2 Obedece às políticas institucionais de acesso às fontes de informação 5.2.3 Preserva a integridade das fontes de informação, equipamentos, sistemas e instrumentos disponibilizados para o acesso e uso da informação 5.2.4 Demonstra conhecimento do que é o plágio e como não usá-lo em suas comunicações 5.2.5 Obtém permissão para copiar textos, imagens ou sons incluídos em seu produto final
5.3 Indica as fontes de informação nas comunicações do produto ou resultados	5.3.1 Utiliza estilo e forma de linguagem e de redação apropriados, com a indicação correta e consistente das fontes consultadas 5.3.2 Identifica elementos de citação para as fontes de informação consultadas em diferentes formatos 5.3.3 Demonstra compreensão das normas de documentação recomendadas para a sua área de pesquisa/estudo

Fonte: Belluzzo (2007, p. 101-103)

A competência em informação e a competência midiática só acontecem por meio de um processo de aprendizagem que envolve habilidades e conhecimentos, bem como noções de valores inter-relacionados a uma dimensão social e contextual (BELLUZZO, 2007). Saber se posicionar pessoalmente, desenvolver atitudes positivas e assertivas baseadas nas informações encontradas, confrontar essas informações e suas fontes, certificando-se de que não se trata de pseudoinformação, avaliar criticamente a realidade em que se vive, buscar alternativas para as situações em que se exige escolhas e tomadas de decisões, agir eticamente em qualquer situação são algumas das vantagens da competência em informação, ou resultados desejáveis como nomina Belluzzo (2007), sobre o que

se espera do desenvolvimento da competência em informação na vida das pessoas. Somos seres sociais e a necessidade de refletir sobre a função social da competência em informação se faz presente, a partir da próxima seção, pois o que se busca é a possibilidade de viver em cidadania, com justiça e ancorados na igualdade.

3.2 Função social da competência em informação

Compreende-se que uma das funções sociais da competência em informação é fornecer recursos de empoderamento, e este deve ser pensado em suas multidimensionalidades, sobretudo levando-se em conta que em trajetórias de vida, as pessoas costumam ser acometidas por vulnerabilidades de várias naturezas, expondo também, as múltiplas dimensões da própria vulnerabilidade social.

Quanto mais propensa à vulnerabilidade, menor o grau de empoderamento da pessoa, o que pode deixar prejudicada alguma área de sua vida. Para Horochovski e Sirino (2016), o empoderamento constitui-se em variável multimensional, configurando-se em níveis ou sujeitos de empoderamento. Para o autor, os três níveis complementam-se, e um não pode sobrepor-se a outro, merecendo atenção igual, sob o risco de um gerar déficit nos demais.

Ocorrera **empoderamento intrapessoal** se as pessoas sentirem que são competentes em uma determinada situação, que sua presença é relevante, que têm mais oportunidades e recursos para agir do que constrangimentos e limitações. A própria participação e o exemplo de lideranças locais que se saem bem em fóruns participativos podem constituir fontes importantes de empoderamento intrapessoal, não sendo raro encontrar pessoas que relatam ter aprendido a participar participando [...]

Empoderamento organizacional [...] No caso específico da sociedade civil, o empoderamento organizacional incide quando a organização “prova do próprio veneno” e possibilita que seus membros ou público-alvo participem, de forma mais ou menos direta, das decisões estratégicas e operacionais.

O **empoderamento comunitário** é o processo pelo qual os sujeitos – individuais e coletivos – de uma comunidade, por meio de processos participativos, constroem estratégias e ações para atingir seus objetivos coletiva e consensualmente traçados. (HOROCHOVSKI, 2016, p. [261-262], grifo nosso).

Acredita-se na possibilidade de que um projeto de competência em informação aplicável em bibliotecas públicas possa trazer contribuições, sendo

possível vislumbrar os três níveis de empoderamento mencionados pelos autores. Quando o sujeito pode ter a sua autoestima elevada por meio de experiências positivas com o acesso à informação, e a partir do seu comportamento informacional, para a tomada de decisões em quaisquer áreas de sua vida, a interação com pessoas e ambiente é parte do empoderamento individual ou intrapessoal. Ao aprender a “participar participando”, a pessoa conecta-se com dimensão técnica da competência, pois aprende a fazer fazendo, até que atinja um nível em que esse fazer lhe traga mais motivações e desafios que se apresentam. “Ser competente é saber fazer bem o dever. Ao dever se articulam, além do saber, o querer e o poder.” (RIOS, 1997, p. 9-10). De acordo com a autora, tal perspectiva, também permeia as dimensões ética e política, pois o advérbio “bem” envolve não só a verdade sob a perspectiva do conhecimento, mas o valor, sob um olhar voltado para a atitude.

Com pessoas mais capacitadas, no âmbito organizacional, público ou privado, o empoderamento organizacional se dá na capacidade de decisões estratégicas e operacionais. Relaciona-se à dimensão ética da competência em informação posto estar diretamente ligada à noção de autonomia e ao senso crítico, este compondo o cerne da competência em informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011). Ao assumir um posicionamento mais crítico e participativo nas organizações, as hierarquias são suavizadas, promovendo a construção de redes, internas e externas, tendo em vista o crescimento do capital intelectual da organização (HOROCHOVSKI, 2006).

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos por meio das múltiplas aprendizagens, relevantes na vida pessoal ou em comunidade, refletem a dimensão política da competência em informação. Tal dimensão visa a participação das pessoas em decisões e transformações de ordem social, com promoção do exercício da cidadania (VITORINO; PIANTOLA, 2011). Ressalte-se que, por cidadania, deve-se entender aqui “[...] a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão.” (CERQUIER-MANZINI, 2013, p.13), um direito pleno à vida e que precisa ser construído coletivamente. Assim, o desenvolvimento da competência em informação pode contribuir para o aumento na participação mais direta das pessoas em

decisões coletivas, o que é bom para uma sociedade mais justa e para o desenvolvimento social, com participação na vida pública. A construção individual e coletiva está no âmbito do empoderamento comunitário.

As bibliotecas públicas como espaços de acolhimento de pessoas, e como mediadoras, entre essas pessoas e a informação, são organizações fundamentais no processo de empoderamento da sociedade, sobretudo daquelas mais vulneráveis, que sem uma ajuda conjunta entre governos e sociedade civil, organismos, associações e profissionais, dificilmente conseguem avançar na sua condição de cidadania. Assim, a função social das bibliotecas exercida junto às comunidades, ressalta a responsabilidade social que devem chamar para si.

Na “Declaração de política da ALA: serviços de biblioteca para os pobres”, a entidade apresenta uma série de elementos, dicas e ferramentas de como as bibliotecas podem expandir o seu papel e ampliar o seu alcance, a fim de reduzir a falta de moradia entre as comunidades pobres.

A American Library Association promove o acesso igualitário à informação para todas as pessoas e reconhece a necessidade urgente de responder ao número crescente de crianças, adultos e famílias pobres na América. Essas pessoas são afetadas por uma combinação de limitações, incluindo analfabetismo, doença, isolamento social, falta de moradia, fome e discriminação, que dificultam a eficácia dos serviços de biblioteca tradicionais. Portanto, é crucial que as bibliotecas reconheçam seu papel em permitir que os pobres participem plenamente de uma sociedade democrática, utilizando uma ampla variedade de recursos e estratégias disponíveis. Programas concretos de treinamento e desenvolvimento são necessários para sensibilizar e preparar o pessoal da biblioteca para identificar as necessidades dos pobres e prestar serviços relevantes (ALA, 2012, [7], tradução nossa)¹¹⁸.

Uma das ferramentas apresentadas na Declaração da ALA é a promoção de treinamento para o pessoal que trabalha em biblioteca, a fim de sensibilizar sobre questões que afetam sobremaneira as pessoas pobres, incluindo barreiras

¹¹⁸ Texto original: “The American Library Association promotes equal access to information for all persons, and recognizes the urgent need to respond to the increasing number of poor children, adults, and families in America. These people are affected by a combination of limitations, including illiteracy, illness, social isolation, homelessness, hunger, and discrimination, which hamper the effectiveness of traditional library services. Therefore it is crucial that libraries recognize their role in enabling poor people to participate fully in a democratic society, by utilizing a wide variety of available resources and strategies. Concrete programs of training and development are needed to sensitize and prepare library staff to identify poor people’s needs and deliver relevant services.” (ALA, 2012, [7]).

atitudinais que inibem o uso da biblioteca pelas pessoas pobres em situação de rua, o que acaba impedindo que frequentem esses espaços e façam uso dos equipamentos informacionais disponíveis (ALA, 2012).

A compreensão acerca da contribuição das bibliotecas no enfrentamento e apresentação de soluções que incluam as necessidades sociais da comunidade, dentre elas a falta de moradia, ajuda na construção e ampliação do apoio à comunidade. Tal compreensão deve envolver uma programação de biblioteca mais ampla e inclusiva (YOHO, 2016).

Vê-se a importância da competência em informação sob dois prismas do processo para o seu desenvolvimento. O primeiro, para o profissional que atua junto a essa população, pois exige uma ação no contexto da informação, característica apontada por Vitorino e Piantola (2011) para a dimensão técnica da competência em informação. Além disso, é preciso a valorização do aprendizado ao longo da vida do próprio profissional, para ajudar no exercício do seu papel mediador frente a uma população tão vulnerável. As dimensões política e ética também estão evidentes, pois, a participação do bibliotecário nas transformações relacionadas à vida social da coletividade, e ao bem comum, ajuda a compor a função social representada pela Coinfo. Na abordagem social construcionista,

[...] há uma progressiva aproximação ao que é propriamente humano nos usuários da informação: a sua capacidade imaginativa, criadora, na apropriação da informação, e a dimensão coletiva do seu “existir”, constituidora de todos os seus atos, entre os quais os ligados à informação. (ARAÚJO, 2017, p. 140).

A competência em informação, presente nas propostas de atuação da biblioteca e práticas profissionais dos bibliotecários, ajuda a angariar recursos, sejam cognitivos, informacionais, atitudinais, ou de empoderamento aos seus usuários, um outro prisma sob o qual devemos observar e conceber o processo de Coinfo. Para Lankes (2021) bibliotecas são fontes de ruptura, e os bibliotecários devem buscar essas mudanças disruptivas. Devem se comprometer em educar e empoderar as vozes da comunidade, e isso inclui a construção do conhecimento nessas comunidades, o que pode ser feito por meio de oficinas, indicação de referências, fornecimento de materiais e programas, preparando as pessoas no

engajamento de uma conversa no sentido de como o mundo melhor deveria ser. O mesmo autor afirma:

A melhor forma de competência em informação é ensinar curiosidade cautelosa. É empoderar as pessoas a buscar a verdade e se tornarem céticas sobre o que encontram neste processo. Queremos interromper este ciclo de consumo de informação onde você automaticamente confia no dado porque soa certo ou a fonte é de confiança. Queremos que a pessoa questione a narrativa, o mensageiro e também sua própria visão de mundo pré-determinada. (LANKES, 2021, p. 3-4)

A experiência das pessoas com a informação deve envolver necessariamente o pensamento crítico, a fim de que possam avaliar uma informação recuperada conscientemente ou a que lhe chega por meio de compartilhamentos em aplicativos de mensagens, sites ou mídias e canais diversos de propagação de informações.

Citando um exemplo que vem de fora, a parceria entre a Biblioteca Ekstrom da Universidade de Louisville (*U of L*), nos Estados Unidos, com o abrigo *Wayside Christian Mission*, para pessoas em situação de rua, ofereceu oportunidades para os bibliotecários de Ekstrom trabalharem com a competência em informação junto a um grupo de estudantes adultos com desafios a serem superados, como falta de moradia, reabilitação de drogas, desemprego, etc. As atividades trabalhadas junto aos alunos sugerem a contribuição para a sua capacidade de pensar criticamente e desenvolver habilidades para a vida. Também ajudam na busca pela educação e aprendizagem ao longo da vida. Níveis de proficiência em leitura e matemática são comprovadamente menores entre os sem-teto, se comparados aos não-desabrigados, de acordo estudos realizados pela *Jefferson County Public Schools* (JCPS)¹¹⁹, no período de 2009-2010 (COX, 2013).

No Brasil, ao que se percebe, são pontuais as iniciativas de bibliotecas, tanto públicas como universitárias, e até mesmo escolares, no engajamento social com públicos vulneráveis. Um exemplo a ser citado é o da Biblioteca de São Paulo (BSP)¹²⁰ que atende pessoas em situação de rua, onde são ofertadas atividades

¹¹⁹ Escolas Públicas do Condado de Jefferson (JCPS) é um distrito escolar urbano-suburbano público, no Condado de Jefferson, estado de Kentucky, no sudoeste dos Estados Unidos. <https://www.jefferson.kyschools.us/>

¹²⁰ A Biblioteca de São Paulo (BSP) inaugurada em fevereiro de 2010, foi concebida no conceito de biblioteca viva. Ocupa uma área de 4.257 metros quadrados para atender o público e

compatíveis com os preceitos de ColInfo, dentre elas: oficinas de montagem de currículo, auxílio no preenchimento de formulários *on-line* para vagas de emprego, bem como atividades de escuta, se constituindo em um espaço de acolhimento. Embora as dinâmicas desenvolvidas pela biblioteca visem atender todos os usuários, a BSP estima que entre 20% e 25% são pessoas em situação de rua. Elas costumam aproveitar o espaço para a leitura de jornais, revistas e quadrinhos, e para o uso do computador, que serve como contato com a família e parentes, para o envio de currículos e até mesmo para assistirem filmes e vídeos no *Youtube*. É portanto, um espaço de inclusão social (LIMA, 2020), do qual se pode observar alguns espaços por meio da Figura 25.

Figura 25 - Biblioteca de São Paulo (BSP)



Fonte: Site da Biblioteca de São Paulo (BSP)¹²¹

está localizada no Parque da Juventude, no terreno em que funcionou a Casa de Detenção de São Paulo (conhecida como Carandiru), na zona norte da capital paulista. Possui um acervo estimado de 42.923 obras (BIBLIOTECA DE SÃO PAULO, 2022).

¹²¹ Montagem com fotos retiradas do site da Biblioteca de São Paulo (BSP): <https://bsp.org.br/um-pouco-de-historia/>

A Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca de São Paulo corrobora a afirmação de espaço inclusivo, e que traz como objetivo o incentivo e promoção pelo gosto da leitura, a democratização do acesso, visando à inclusão social, bem como a inclusão digital, por meio de um acervo multidisciplinar atualizado. A política descreve como características dos seus usuários:

Como uma biblioteca pública, a BSP atende sócios de todas as regiões da cidade, até do interior do estado, sendo que o maior número de sócios é da comunidade Zaki Narchi¹²², especialmente crianças, pessoas em situação de rua e em acolhimento institucional, além de estudantes da ETEC¹²³ e do entorno. (BSP, 2018).

Abordar sobre a função social da competência em informação surge da necessidade de considerá-la integrada ao contexto social, sobretudo se desenvolvida em espaços como as bibliotecas públicas, e não meramente como um programa que vise buscar ou recuperar informações, ou como um tema da Ciência da Informação a ser estudado e teorizado. A ColInfo deve ser do interesse de profissionais atuantes com os usuários da informação em suas necessidades informacionais de quaisquer naturezas, o que inclui necessariamente o desenvolvimento da sua criticidade em relação ao cotidiano informacional.

Outrossim, considerar a competência em informação em sua função social, ajuda a compreender que essa função encontra efeitos sobre os indivíduos ao mesmo tempo sobre a vida social de uma comunidade como um todo. Em contextos de vulnerabilidade, como é o caso das pessoas em situação de rua, a competência em informação pode ser o fio condutor que influencia as pessoas no sentido de perceber o seu empoderamento, de vislumbrar uma moradia digna, encontrar uma via que lhe dê condições de ser sustentável e socialmente estável e responsável. Ou seja, descortinar a sua invisibilidade perante a comunidade da qual faz parte, e até perante o mundo, encontrando as condições necessárias de existência e pertencimento.

¹²² Conjunto habitacional na cidade de São Paulo, localizada no bairro do Carandiru, no distrito de Santana, zona norte da cidade de São Paulo: <https://www.agenciamural.org.br/podcast/zaki-narchi-o-conjunto-habitacional-no-carandiru/>

¹²³ Escola Técnica Estadual de São Paulo

Não há como conceber a competência em informação descontextualizada ou como uma matéria milagrosa que por si só será capaz de operar milagres contra mazelas como a falta de moradia, ao racismo, preconceitos, falta de acesso à informação, e outras. O papel social de instituições como as bibliotecas públicas, e o compromisso, para com as questões sociais, dos profissionais que trabalham nesses espaços é que assumem a condição mediadora entre as populações vulneráveis e a competência em informação. Nas palavras de Yoho (2016) encontra-se o que pode ser um exercício para os bibliotecários do Brasil:

Enquanto isso, os bibliotecários públicos, que representam os guardiões dos recursos necessários para as vidas de leitura dessa população marginalizada, podem dar mais atenção a como a alfabetização e a falta de moradia podem se cruzar com a programação da biblioteca. Tal consideração permitiria a adoção de uma postura ética profissional mais abrangente sobre a falta de moradia e deveria ser informada por um amplo entendimento de alfabetização ao longo da vida. Os gerentes da biblioteca também podem avaliar a necessidade local de envolvimento da biblioteca no fornecimento direto de programas de alfabetização elaborados para adultos que vivem em situação de rua, bem como a criação, expansão e / ou fortalecimento de programas existentes, como clubes do livro, fóruns comunitários e engajamento colaborativo com líderes comunitários. (YOHO, 2016, p.8, tradução nossa)¹²⁴.

Embora a autora faça a reflexão sob a perspectiva da realidade norte-americana, busca compreender a alfabetização em sentido mais amplo que um conjunto de habilidades de leitura, e também voltada para as pessoas em situação de rua. Pensar acerca da função social da ColInfo e a ação de profissionais atuantes em bibliotecas públicas fortalece a comunidade e a própria biblioteca. Segundo Johnson (2017, p. 12), “Bibliotecas fortes constroem comunidades fortes. Devemos insistir em fornecer informações de qualidade, mesmo que nossas comunidades decidam não usá-las.” Ou seja, a decisão a ser tomada no uso dessas informações caracteriza a competência em informação dos sujeitos. E isso se dá associado à

¹²⁴ Texto original: “Meanwhile public librarians, who represent the custodians of the resources necessary for the reading lives of this marginalized population, might give more consideration to how literacy and homelessness could intersect with library programming. Such consideration would allow for the adoption of a more thoroughly inclusive professional ethical stance on homelessness, and should be informed by a broad understanding of literacy across the lifespan. Library managers might also consider evaluating the local need for the library’s involvement in the direct provision of literacy instructional programs designed for adults experiencing homelessness, as well as creating, expanding and/or strengthening existing programs such as book clubs, community forums, and collaborative engagement with community leaders.” (YOHO, 2016, p.8).

aprendizagem ao longo da vida porque o conhecimento não é algo estanque, evolui; os fatos históricos escrevem o destino de uma região, de um país. E a leitura do mundo baseada em informações criticamente consideradas poderá ajudar na construção de um planeta mais justo, solidário, ético, estável, sustentável.

A integração plena dos indivíduos com a sociedade implica, além do domínio da tecnologia existente, o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo. Temas como saúde e serviços, governança, cidadania, educação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, encontram estreita relação com a competência em informação. Cabe ressaltar que o desenvolvimento da ColInfo, bem como da competência midiática, se constitui em ação estratégica para a implementação da referida Agenda 2030 e seus objetivos. Para tal, é necessário que as bibliotecas e seus profissionais tenham engajamento como mediadores deste processo que visa a sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica (BELLUZZO, 2018).

A saúde, por exemplo, tema sensível para as populações em geral, e que está entre os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹²⁵, está diretamente relacionada com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar – que visa a promoção do bem-estar para todos, em todas as idades, assegurando uma vida saudável, essencial ao fomento das capacidades humanas. A doença contribui para o crescimento da pobreza e para a privação dos mais vulneráveis, assim, a meta 3.d tem como objetivo, “reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde” (ONU, 2015, p. 17/35, tradução nossa)¹²⁶.

¹²⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (PNUD, 2021, *on-line*).

¹²⁶ Texto original: “Strengthen the capacity of all countries, in particular developing countries, for early warning, risk reduction and management of national and global health risks” (ONU, 2015, p. 17/35).

Convém destacar que no dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), anunciou ao mundo que a COVID-19 estava caracterizada como uma pandemia. (OPAS BRASIL; OMS, 2020). A doença causada pelo novo coronavírus se espalhou pelo mundo, expondo ainda mais as fragilidades dos mais vulneráveis. A pobreza extrema aumentou no mundo, e são os mais pobres e vulneráveis os que mais sofrem. As epidemias e pandemias de doenças infecciosas têm um impacto desproporcional nas pessoas que vivem em situação de pobreza, marginalização, estigmatização e discriminação. Relatório publicado pelo Banco Mundial (WORLD BANK GROUP, 2021) discute acerca das primeiras evidências do agravamento na desigualdade de renda causada pela pandemia. O estudo aponta que milhões de “novos pobres” surgirão no mundo, serão mais urbanos, com melhor educação e com menos probabilidade de trabalhar na agricultura dos que viviam na extrema pobreza antes da COVID-19. Além disso, a meta de redução da pobreza absoluta para menos de 3% até 2030, cujo alcance já estava em risco antes de 2020, após o advento da pandemia, está ainda mais difícil de ser alcançada.

Em um cenário de crise sanitária, como o enfrentado pelo mundo a partir de 2020, faz-se ainda mais relevante o apoio das bibliotecas para que os riscos do não alcance das metas da Agenda 2030 sejam de alguma maneira minimamente reduzidos. No que se refere ao citado ODS 3:

As bibliotecas apoiam esse objetivo mediante a provisão de...

-Pesquisas disponíveis em bibliotecas médicas e hospitalares que apoiem a educação e melhorem a prática médica dos provedores de cuidados médicos;

-Acesso público a informação sobre saúde e bem estar nas bibliotecas públicas para contribuir com que todas as pessoas e famílias sejam saudáveis. (IFLA, [2016], tradução nossa)¹²⁷.

¹²⁷ Texto original: “Libraries support this goal by providing...

- Research available in medical and hospital libraries that supports education and improves medical practice for health care providers

- Public access to health and wellness information in public libraries that helps individuals and families stay healthy” (IFLA, [2016], *on-line*)

Contudo, para que as pesquisas da área médica e o acesso a informações sobre saúde, ou de qualquer outra natureza tenham efetividade, é preciso que, de acordo com Dudziak (2003) se desenvolva um processo de aprendizado contínuo envolvendo a informação, o conhecimento e a inteligência. Ao processo denominado de competência em informação faz parte o processo investigativo, o aprendizado ativo, o aprendizado independente, o pensamento crítico, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida. São os conceitos que a autora defende que sustentam o conceito da ColInfo.

E são pelas contribuições que pode trazer a uma comunidade e à sociedade em geral, sobretudo em momento de crise global acentuada pela pandemia da COVID-19, é que se defende nesta pesquisa, que o componente social seja parte inextricável dos preceitos que compõem a competência em informação. Sendo um direito humano é/tem função social em sua essência.

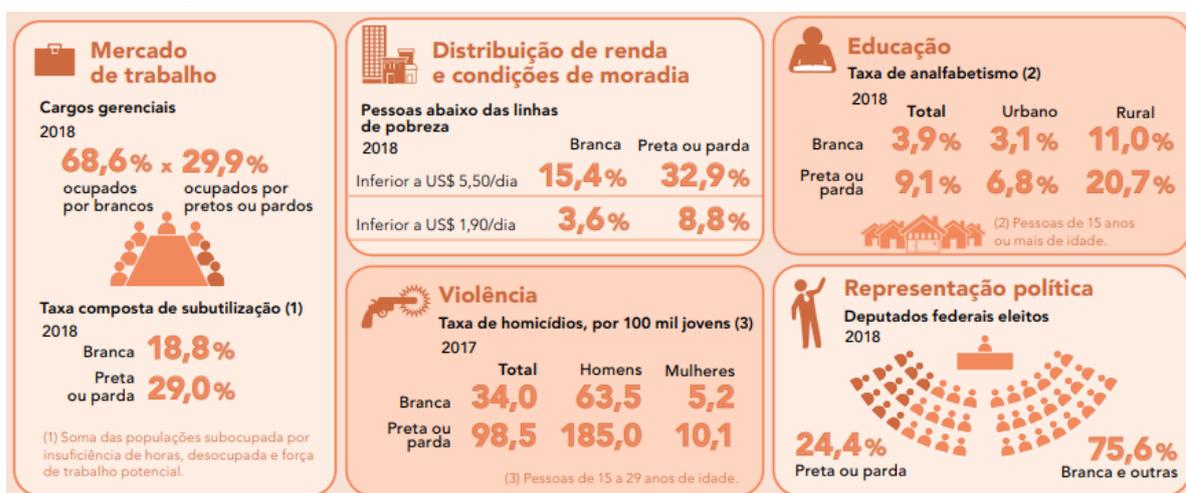
Identificar a relação de acesso e uso da informação, como pretende esta pesquisa, implica pensar sobre questões como a vulnerabilidade, o racismo, aporofobia, interseccionalidade e outras questões sensíveis ao público ao qual está voltada ou relacionada, e que serão tratadas nas próximas seções. O viés do olhar, e relações estabelecidas ou pretendidas, quem vai apontar são as pessoas, independentemente de quais grupos pertençam, neste caso específico, tendo como alvo a população em situação de rua. Ou seja, o acesso e uso são entendidos em sua visão macro, o que socialmente está imbricada com as questões sociais. Não é somente sobre acessar determinada informação, mas como ter uma relação mais criativa, capacitada, socialmente consciente e reflexiva com a informação.

Levando em consideração que a ColInfo pode contribuir para habilidades de vida e carreira, pensamento crítico, consciência global, e no desenvolvimento de outras competências como em saúde, financeira, econômica, tecnológica e midiática, ajudando as pessoas em leituras múltiplas de mundo, o processo para o seu desenvolvimento, também ajuda no processo de empoderamento e na construção e fortalecimento da resistência diante de modelos hegemônicos que dominam um país.

3.2.1 Competência em informação: diferencial antirracista

Um estudo divulgado durante o primeiro ano da pandemia por Santos; França (2020) aponta que a população negra brasileira é mais vulnerável e tem 77,36% mais chances de morrer que uma pessoa branca, por COVID-19. Os dados foram extraídos da plataforma eletrônica “Open Data SUS”, do Ministério da Saúde do Brasil. O resultado da pesquisa reflete o nível de vulnerabilidade econômica e social em populações de cor ou raça preta, parda e indígena, segundo dados divulgados pelo IBGE (2019), conforme Figura 26, e evidenciam os padrões de desigualdade que predominam no país, não só na saúde, mas na educação, distribuição de renda, moradia, e outros, indicando que a exclusão no Brasil tem cor.

Figura 26 - Indicadores da desigualdade social por cor ou raça no Brasil



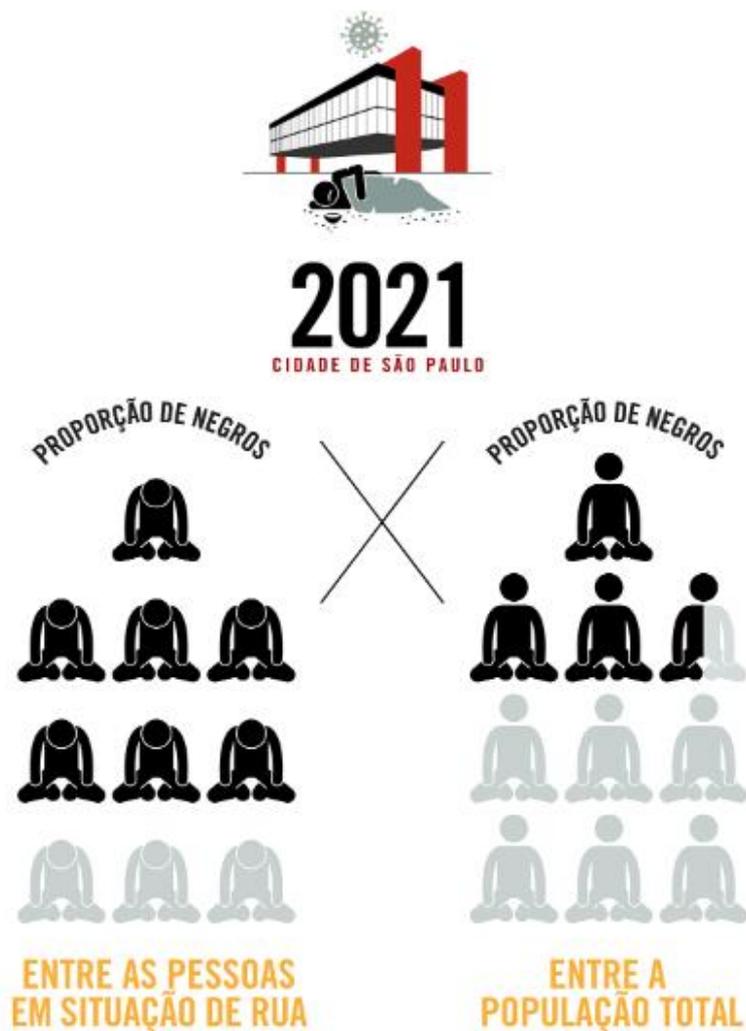
Fonte: IBGE (2019, p.1)

Tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços e nas características individuais dos domicílios, o marcador raça está presente. A proporção de negros morando em domicílios sem coleta de lixo, sem abastecimento de água, sem esgotamento sanitário é maior do que a dos brancos. Tal realidade indica o alto grau de vulnerabilidade a que estão expostos os negros, de uma maneira geral, o que conseqüentemente traz uma maior exposição a vetores de doenças. Seguindo o sentido de desigualdade que os dados revelam, acerca da educação, é maior a proporção de jovens pretos ou pardos que abandonam os estudos porque precisam trabalhar ou procurar trabalho. Em virtude disso, “[...] em 2018, entre jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo que não estavam

frequentando a escola por tais motivos, 61,8% eram pretos ou pardos.” (IBGE, 2019, p. 8). Como reflexo de um sistema precarizado, pessoas pretas ou pardas tem 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca, e além disso, têm menos participação e representatividade nos processos de planejamento de políticas e tomadas de decisão (IBGE, 2019).

O reflexo de tal realidade é encontrado nas ruas, onde a população de rua é majoritariamente negra. Toma-se como exemplo a cidade de São Paulo, onde a proporção de negros entre os moradores de rua é o dobro do que na população em geral, já que somente 37% dos habitantes da capital paulista se identificam como negros (AMOROZO; BUONO, 2022), conforme ilustrado pela Figura 27.

Figura 27 - Proporção de negros entre os moradores de rua na cidade de São Paulo



Fonte: Amorozo; Buono (2022)

Tais dados são apenas um pequeno recorte da questão estrutural que envolve o racismo. Por muitos anos, e ainda hoje, a educação recebida é a de que no Brasil não há racismo ou de que as relações entre os grupos étnico-raciais são harmoniosas. Contudo, e felizmente, cada vez mais, essa falsa relação harmoniosa tem sido colocada em discussão e rebatida por pessoas negras intelectuais, pesquisadoras, estudiosas e ativistas que combatem o racismo. Para Almeida (2019), o racismo é um processo histórico e político em que as classes subalternas são uma parte da sociedade que são deixadas ou colocadas às margens da sociedade pela classe que domina, ou classe hegemônica, sendo exploradas e submetidas à opressão. Martins (2020) aponta a realidade que contradiz a democracia racial colocada pela classe dominante, tais como:

[...] o massacre que cotidianamente se repete no extermínio da juventude negra pobre e moradora de favelas e periferias do país; o endurecimento das medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a pobreza que conduz negros/as para as políticas sociais focalizadas; o desemprego e subemprego marcados pelo racismo impregnado na estrutura do capitalismo que sequer possibilita aos/às negros/as uma igualdade na classe trabalhadora; o analfabetismo que os/as impossibilita de sonhar com dimensões amplas da cidadania brasileira; a meritocracia que, convenientemente, confere tratamento igual aos desiguais; a dificuldade de ingressar e permanecer na universidade; a morte precoce por condições de vida e de trabalho diferenciadas e pelo não acesso a serviços de saúde de qualidade; o racismo que barra e aniquila possibilidades de acesso a direitos mínimos de cidadania; a violência histórica e contemporânea sofrida pelas mulheres negras (... , feminicídio, morte materna, violência obstétrica); o número de pessoas negras em situação de rua; a taxa de adoecimento mental; o encarceramento em massa da população negra; a perseguição às religiões de matrizes africanas; o não acesso à terra/territórios quilombolas, como espaço histórico de reprodução material e cultural. (MARTINS, 2020, p.[5]-6)

A informação é um insumo para processos decisórios, mas também para a construção da cidadania, de quebra de paradigmas e modelos que infiltram na sociedade padrões tidos como normais, naturais, como a questão do ser escravo ou ser escravizado. E nas palavras de Djamila Ribeiro: “Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava—palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem.” (RIBEIRO, 2019, [p.4]).

Assim, a partir desta perspectiva, aposta-se na competência em informação, também como uma aliada ao antirracismo. Conhecer a história e questionar as verdades que são colocadas como absolutas, refletir sobre as próprias condutas, faz parte de um movimento com vistas a diminuir as desigualdades no Brasil, e ir em busca de reparar uma dívida histórica para com a população negra. Tal proposta alinha-se à AGENDA 2030 que tem como visão um mundo pautado nos direitos humanos e na dignidade humana onde vigorem o “[...] Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; [...] que permita a plena realização do potencial humano [...]” (ONU, 2015b, tradução nossa)¹²⁸

Não é objetivo desta seção aprofundar-se, ao menos neste momento, em atividades que podem ser propostas e realizadas por bibliotecas públicas, mas, baseando-se na literatura especializada sobre o tema, sugere-se algumas delas, no sentido de trabalhar também o antirracismo em projetos e programas de competência em informação para usuários em geral, envolvendo as pessoas em situação rua, já que vivenciam da maneira mais cruel as consequências de um racismo perverso, uma expressão radical da questão social. Mais que possível, é necessário que essas pessoas falem sobre seus sentimentos em relação ao racismo e ao preconceito. Muitas vezes, inclusive, que saibam identificar que sentimento é esse. Assim, parcerias com psicólogos, assistentes sociais, ativistas da causa antirracista podem ser enriquecedores e de aprendizado tanto para usuários, quanto para os próprios profissionais.

É possível pensar no letramento racial com foco em desenvolver a consciência acerca de que o racismo existe e de que o mesmo precisa ser eliminado da sociedade brasileira para diminuir as desigualdades e a estrutura racista incrustada nos diferentes setores da vida. Conhecer termos/expressões racistas, conhecer a essência de sua origem, evitar o uso dos mesmos e propagar e compartilhar esse conhecimento com pessoas de seu convívio, alertando-as e

¹²⁸ Texto original: “We envisage a world of universal respect for human rights and human dignity, the rule of law, justice, equality and non-discrimination; of respect for race, ethnicity and cultural diversity; and of equal opportunity permitting the full realization of human potential and contributing to shared prosperity.” (ONU, 2022c).

conscientizando-as, tal como ilustrado pela Figura 28. Há na internet uma série de materiais informando sobre esses termos, tais como o do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT, 2020) e da Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO RS, 2020). Sobre essa questão, em seu livro “Pequeno Manual antirracista”, Djamila Ribeiro afirma:

[...] a linguagem também é carregada de valores sociais, e que por isso é preciso utilizá-la de maneira crítica deixando de lado expressões racistas como “ela é negra, mas é bonita” — que coloca uma preposição adversativa ao elogiar uma pessoa negra, como se um adjetivo positivo fosse o contrário de ser negra —, usar “o negão” para se referir a homens negros — não se usa “o brancão” para falar de homens brancos —, ou elogiar alguém dizendo “negro de alma branca”, sem perceber que a frase coloca “ser branco” como sinônimo de característica positiva.

É preciso pesquisar, ler o que foi produzido sobre o tema por pessoas negras — e é bastante coisa. **No caso de quem tem acesso a bibliotecas e universidades, a responsabilidade é redobrada, e não deve ser delegada.** (RIBEIRO, 2019, p.20, grifo nosso).

Figura 28 - Palavras e expressões racistas

- A coisa tá preta – expressão racista utilizada para dizer que uma situação não está boa, relacionando a cor preta a algo ruim ou desagradável.
- Boçal – termo utilizado no período da escravidão para designar negros que chegavam do continente africano e que não falavam a língua portuguesa.
- Cabelo ruim – expressão racista para depreciar o cabelo de pessoas negras e perpetuar o padrão de beleza do branco. Não existe cabelo bom ou ruim. O que existem são cabelos de diferentes tipos: crespos, cacheados, lisos, ondulados.
- Cor de pele – utilizado para se referir a objetos claros, beges. Como se uma pele clara fosse padrão. O termo desconsidera a diversidade racial, já que a população mundial é formada por pessoas com diferentes tonalidades de pele.
- Da cor do pecado – expressão que objetifica e sexualiza o corpo de pessoas negras e as associa a algo pecaminoso.
- Denegrir – significa “tornar negro, escurecer”. No entanto, é usado de forma desclassificatória. O termo pode ser substituído por difamar.
- Dia de branco – refere a um dia de trabalho, como se apenas pessoas brancas fossem trabalhadoras. Utiliza a cor branca como algo positivo.
- Inveja branca – usado para dizer que é uma inveja “positiva”, que não tem maldade. É um termo racista porque carrega a ideia de que a cor branca é algo bom, inocente.
- Mercado negro, magia negra, lista negra, ovelha negra – expressões que associam negro à negatividade, a algo ruim, ilegal, pejorativo.

- Mulata – termo que vem da palavra mula, que vem do cruzamento de um cavalo e uma égua.
- Não sou tuas negas - expressão que também tem o contexto histórico da escravidão, em que mulheres negras eram estupradas e agredidas, sem que houvesse punição. A expressão subjuga mulheres negras, como se aceitassem tratamento inferior e desumano.
- Nhaca – termo utilizado para caracterizar odores ruins. A palavra surgiu para ofender a população negra. Inhaca é uma ilha de Maputo, em Moçambique, onde vive o povo nhaca.
- Preto de alma branca – expressão utilizada por pessoas racistas para “elogiar” uma pessoa negra. Faz referência à cor branca como sinônimo de dignidade, retidão.
- Serviço de preto – expressão utilizada para criticar uma ação mal feita. Mais uma clara demonstração de preconceito, que subjuga o esforço e desqualifica o trabalho de pessoas negras.
- Ter um pé na cozinha – expressão pejorativa que remete ao período escravocrata, em que a cozinha era o único local da casa grande permitido às pessoas negras.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (2020)

Contudo, é preciso que o bibliotecário se interesse por conhecer as diferenças entre preconceito¹²⁹ e racismo¹³⁰, os tipos de racismo, dentre outros aspectos, para

¹²⁹ Correia (2006, p. 156), por exemplo, tem um estudo interessante sobre discriminação em dicionários de língua: “Esses preconceitos podem visar grupos raciais e/ou étnicos (exs.: negros, judeus, ciganos), nacionalidades específicas (exs.: chineses, indianos), grupos religiosos (exs.: judeus, muçulmanos), mas também grupos profissionais e etários, entre outros. Claro que os preconceitos podem também ser de natureza sexual.”

que possa ajudar os seus usuários. Acredita-se que, salvo exceções, seja um aprendizado construído quase que ao mesmo tempo que o dos usuários. Todos precisam conhecer mais para fazer mais! “Como combater um vício, ser antirracista exige autoconhecimento, autocrítica constante e autoanálise contínua.” (KENDI, 2020, [p.32]). Para combater o racismo, processo longo e doloroso, é imprescindível estudar, escutar e se informar (RIBEIRO, 2019). Por ser o aprendizado ao longo da vida algo indissociável da competência em informação, é que se propõe que a mesma seja um combustível antirracista, que quanto mais os usuários e os profissionais conheçam sobre o assunto, e se alimentem de informações confiáveis e precisas sobre a escravização, racismo, preconceito e discriminação, mais vigorosa seja a luta. Conhecer, por exemplo, questões como a que se abordará na próxima seção, também faz parte desta luta.

3.2.1.1 Por uma percepção interseccional a partir da competência em informação

Desde a década de 1960, discute-se que os marcadores raça, gênero e classe não acontecem de forma isolada. À época, reflexões e produções intelectuais, neste sentido, foram levantadas por ativistas e intelectuais não brancas (no Brasil, pelas mulheres negras), considerando que:

[...] tais fatores estavam amalgamados em seu funcionamento, fundando assim uma perspectiva interseccional – se não ainda propriamente o conceito de interseccionalidade. Como mulheres, não brancas e trabalhadoras, e ainda como intelectuais envolvidas em discussões de tópicos então em pauta – o colonialismo, o racismo, o sexismo, o militarismo e a exploração capitalista –, elas propuseram que o patriarcado, o racismo e o capitalismo, como sistemas de opressão, dominação e exploração, existem e operam de forma articulada, influenciando-se mutuamente [...]. (PEREIRA, 2021, p.446)

Fatores como sexualidade, geração, habilidade/deficiência, nacionalidade, idioma e religião também devem ser entendidos e considerados como sistemas de subordinação sobrepostos e conectados em uma análise social, dependendo do contexto. Para compreender tal fenômeno, ao longo do tempo, foram empregados

¹³⁰ Em seu livro “Racismo estrutural”, o professor Silvio Almeida aborda, por exemplo, a diferença entre preconceito racial, racismo racial e discriminação racial (ALMEIDA, 2019).

termos como “discriminação composta”, “cargas múltiplas” e “tripla discriminação”, contudo o conceito de maior visibilidade e de impacto na produção acadêmica e no ativismo, desde as primeiras discussões neste sentido, é o de interseccionalidade. (PEREIRA, 2021)

O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, a partir do seu artigo intitulado o artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Dois anos depois, a autora voltou a usar o termo na publicação *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*, em que descreve a localização interseccional das mulheres negras, considerando sua marginalização estrutural (AKOTIRENE, 2020).

Ao observar a dinâmica da interseccionalidade estrutural em um campo de abrigos de mulheres vítimas de violência doméstica, na cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos, Crenshaw (1991) identificou que muitas delas, mulheres não-brancas, eram pobres, estavam desempregadas ou subempregadas. As mulheres imigrantes do abrigo são afetadas pela barreira linguística, já que este fator aumenta a dependência em relação aos maridos para a obtenção de informações sobre seu status legal (processo de imigração), ficando assim mais vulneráveis à violência conjugal. Sob constante ameaça de deportação, evitam as denúncias de violências vindas por parte dos companheiros. Ou seja, as mulheres que não têm acesso independente à informação são continuamente intimidadas por tais ameaças. Além disso, sobrecarregadas pela pobreza, falta de uma moradia adequada, cuidados de assistência à infância, assim como despreparo para o trabalho, sofrem as consequências advindas do gênero e da opressão de classe (CRENSHAW, 1991).

Segundo Akotirene (2020), quando os letramentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas estão ausentes, os direitos humanos ficam prejudicados. É preciso levar em conta que a violência atravessa as raças, classes e gerações, tendo em vista que mulheres negras, inclusive, são estigmatizadas pelo aparelhamento do Estado, quando moradoras de espaços identificados como perigosos, e com pontos de tráfico de drogas. Segundo Crenshaw (1991), tal realidade opressora cria uma dimensão de desempoderamento da mulher negra.

A partir desta perspectiva, acredita-se que ao levar em conta um projeto de competência em informação, a perspectiva crítica seja inerente ao processo. Ao menos é o que se espera. As dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação podem auxiliar neste sentido. Por exemplo, ao considerar a questão da interseccionalidade vivida por uma mulher negra em situação de rua, caminha-se para um sentido de empoderamento desta mulher. Apenas observa-se que, conforme afirma Berth (2020), o empoderamento individual e o empoderamento coletivo fazem parte do mesmo processo, tendo em vista que não há como uma coletividade empoderada ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam focadas e atuantes nos referidos processos de empoderamento. A autora explica a indissociabilidade entre o individual e o coletivo:

[...] o fato de um sujeito pertencente a um grupo oprimido ter desenvolvido pensamento crítico acerca de sua realidade não retira da dimensão estrutural que o coloca sob situações degradantes. Essa é uma das razões pelas quais o empoderamento é um processo gradual. Exemplificando o exposto, pensemos em um rapaz negro, brasileiro, que teve seus talentos reconhecidos e passou a ser absorvido nos meios de privilégio do topo da pirâmide social. Embora ele esteja economicamente em mobilidade social ascendente e tenha saído do lugar de subalternidade reservado para sua coletividade, a marca expressa por sua negritude não permitirá que o vínculo social e permanente com a coletividade seja rompido. Enquanto essa comunidade não se empoderar, ele continuará em constante fragilidade social e exposto às violências que atingem sua coletividade, como o genocídio. Seria preciso estabelecer a necessidade de avaliar e articular diversas dimensões de trabalho rumo à aplicação da Teoria do Empoderamento como instrumento de emancipação e erradicação das estruturas que oprimem. (BERTH, 2020, p. 54).

As bibliotecas públicas podem propor atividades que envolvam palestras, oficinas, por exemplo, para mulheres negras em situação de rua, investigando o perfil dessas usuárias, tendo em vista que situações como abuso sexual e violência doméstica podem estar presentes. Em geral, são as que mais sentem o peso das desigualdades. Sendo assim, o empoderamento deve ser considerado de uma maneira mais específica pelas bibliotecas públicas, deixando o olhar atento para as sobreposições de desvantagens vivenciadas por essas mulheres, e promovendo o empoderamento das mesmas, “[...] sempre incitando a aplicabilidade dele em nossas vidas.” (BERTH, 2020, p. 79). Neste sentido, cita-se Silva (2022) que apresenta as possibilidades de ações práticas antirracistas e decoloniais em

bibliotecas universitárias, mas que podem ser perfeitamente pensadas para bibliotecas públicas, levando-se em consideração o que foi até aqui abordado sobre a temática. A autora afirma que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação devem ir no sentido de repensar e colocar em prática novas estruturas e práticas inovadoras, abandonando antigas bases estruturais herdadas do colonialismo.

Esta pesquisa visa ampliar o alcance da visão para junto das pessoas em situação de rua, trazendo algumas questões que podem ser trabalhadas por bibliotecas públicas que as atendem. Pensando em novos olhares é que o subitem 3.2.2 traz a questão da aporofobia, apostando na competência em informação como um caminho para negá-la e combatê-la.

3.2.2 A competência em informação para uma negação da aporofobia

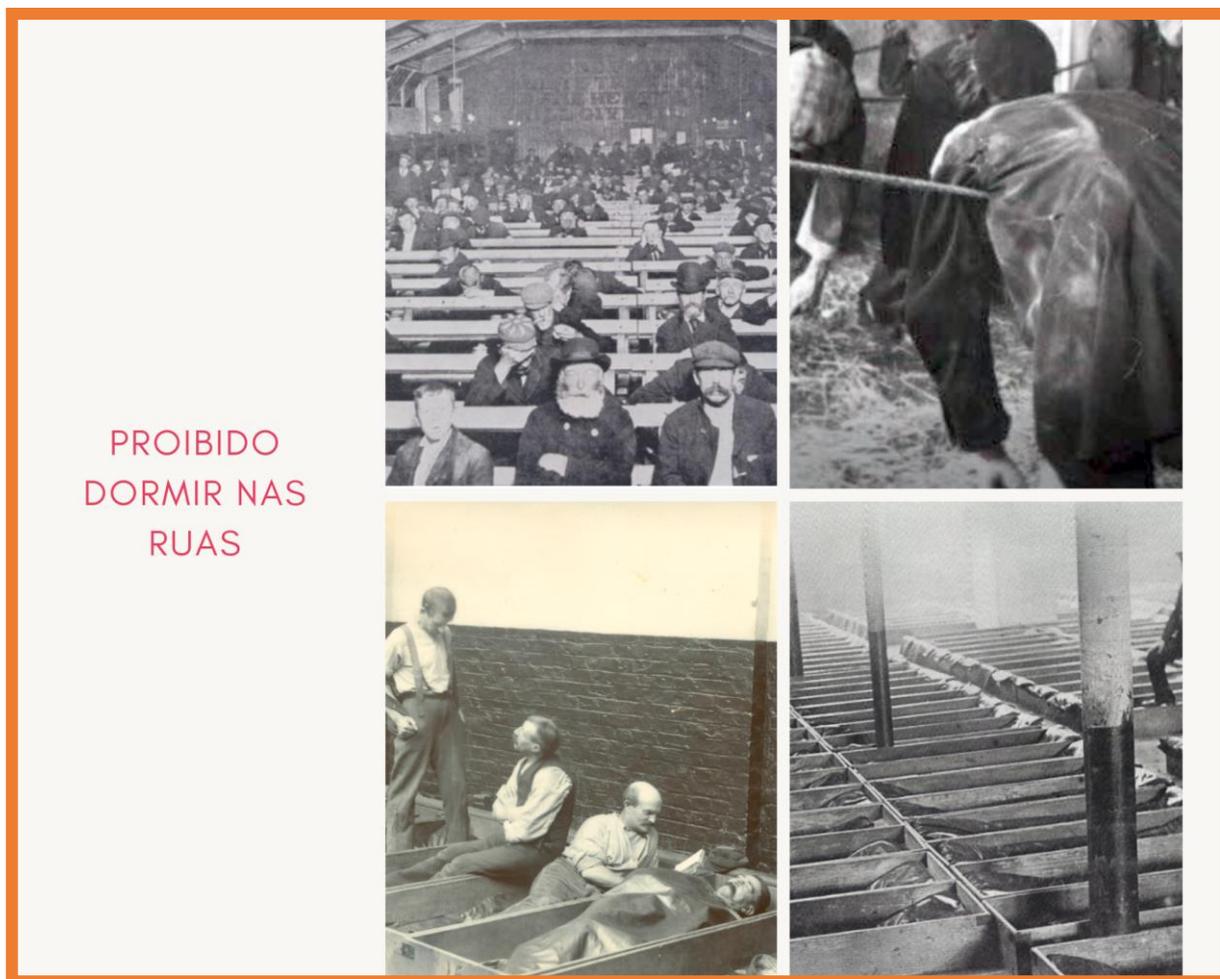
Além dos estigmas sofridos pelas pessoas em situação de rua, sendo taxadas de vagabundos, vadios e malandros, dentre outros já abordados no decorrer desta pesquisa, com mais frequência, tem sido observado e denunciado o emprego de mecanismos estatais e privados, a fim de coibir a presença delas nas ruas. Tal fato torna a situação ainda mais estarrecedora, posto que, sem lugar onde se abrigarem, são impedidos de ocupar os espaços urbanos.

A situação é tão antiga que a acusação de dormir na rua e pedir esmolas, e mais especificamente sobre os meios que essas pessoas encontram para driblar a falta de lugares onde possam pernoitar, já foi até mesmo retratada na literatura de Charles Dickens em “As Aventuras do Sr. Pickwick”, e na de Orwell (1933) na obra “Na pior em Paris e Londres”. Na verdade, situações de extrema pobreza, ainda que vivenciadas por Orwell de maneira experimental, no final da década de 1920, e retratada em sua obra, encontram eco na Era Vitoriana¹³¹, no Século XIX. Na Inglaterra desse período, se a pessoa morasse na rua, caso conseguisse ganhar algum dinheiro durante o dia, tinha três opções de como passar a noite: um centavo para permanecer sentada em um banco sem direito a dormir; dois centavos para dormir literalmente pendurado em uma corda; e quatro ou cinco centavos para deitar

¹³¹ Período do reinado da rainha Vitória no Reino Unido, de junho de 1837 até sua morte em janeiro de 1901.

em pequenas caixas de madeira, semelhantes a um caixão, conhecidas como *four penny coffin*, e uma das primeiras tentativas da Inglaterra na concepção de abrigos (MACEWEN, 2020), sendo as três situações ilustradas na Figura 29:

Figura 29 - Pernoite das pessoas em situação de rua em Londres - Século XIX



Fonte: Elaborada pela autora a partir do Google Imagens

Realidades tão tristes e grotescas quanto as do passado, se repetem ainda hoje em outros formatos, não só no Brasil, mas no mundo. Com frequência, surgem denúncias de maus tratos nesse sentido, com as pessoas em situação de rua que, em alguns locais, são proibidas de sentar em bancos de praças, dormir sob viadutos ou junto a marquises de algum comércio. O fato é que em alguns lugares, justificando “limpeza urbana”, Estado e empresas privadas instalam pregos em lugares onde essas pessoas costumam dormir, pedras embaixo de viaduto, adotam piso com chapisco a fim de que fiquem pontiagudos, instalam “bancos

antimendigos”, dificultando a permanência de PSR. Outros, usam como desculpa, o paisagismo, plantando cactos, onde há histórico de pessoas em situação de rua. Algumas dessas situações, conforme mostrado pela Figura 30 são frequentemente denunciadas pelo Padre Júlio Lancellotti, da cidade de São Paulo e que há muitos anos dedica-se ao trabalho de assistência à população em situação de rua.

Figura 30 - Arquitetura hostil atinge pessoas em situação de rua



Fonte: Elaborada pela autora a partir do Google Imagens

Atitudes como essas têm nome, e se chama aporofobia, termo que resultante da “[...] composição dos radicais gregos aporos (pobre) e fobia (medo; aversão), designa a aversão sistêmica ao pobre, sentimento que tem se ampliado [...]” (MELO, 2022, p. 198). A arquitetura hostil é apenas uma das manifestações da aporofobia, existindo inclusive, um Projeto de Lei nº 488, de 2021 de iniciativa do senador Fabiano Contarato (REDE/ES) em tramitação, que proíbe o emprego de técnicas de arquitetura hostil, destinadas a afastar pessoas em situação de rua e outros segmentos da população, em espaços livres de uso público (BRASIL, 2021c).

Na obra “Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia”, Adela Cortina, catedrática de Ética e Filosofia Jurídica, Moral e Política da Universidade de Valência, na Espanha, afirma se tratar de uma patologia social, que indica a rejeição ao pobre, degradando quem a pratica, e constituindo-se em atentado cotidiano contra a dignidade de pessoas de carne e osso, que têm nomes e sobrenomes (CORTINA, 2019). No caso das pessoas em situação de rua a autora afirma:

Essa situação de carência e vulnerabilidade é já em si mesma um resultado da aporofobia, da atitude de desprezo ao pobre, de desatenção generalizada. Porém, todas as atitudes em determinadas condições podem chegar a ser delitos por ação, e não apenas por omissão; nesse caso, contra as pessoas em situação de exclusão ou em risco de exclusão. Esses delitos recebem hoje em dia um nome muito significativo, o de crimes de ódio (*hate crimes*). (CORTINA, 2019, p.31-32)¹³²

Pois bem, tomando por base essas breves considerações acerca de um conceito que ainda não é discutido na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia brasileira de maneira relevante, entende-se que contribuir no sentido de desenvolver a consciência crítica, percebendo a aporofobia em situações como as aqui apontadas, tanto por parte de quem a comete, quanto a de quem sofre, pode ser um caminho para negá-la, pois o “recurso para orientar a consciência pessoal e social em um sentido ou outro tem sido tradicionalmente a educação, qualquer que seja a forma que tenha assumido em diferentes contextos e lugares.” (CORTINA, 2019, [p.103], tradução nossa)¹³³. Assim, mais uma vez, aposta-se nas atividades da biblioteca pública, por meio da competência em informação, para ampliar o seu papel, com discussões atuais e compreendendo que as pessoas que sofrem com a aporofobia, precisam saber reconhecê-la e combatê-la. E até mesmo um reconhecimento ou monitoramento por parte da equipe da biblioteca, no sentido

¹³² Texto original: “Esta situación de indefensión y vulnerabilidade es ya em sí mesma um resultado de la aporofobia, de la actitud de desprecio al pobre, de desatención generalizada. Pero, además, como todas las actitudes, em determinadas condiciones puede llevar a cometer delitos por acción, y no sólo por omisión; en este caso, contra las personas em situación de exclusión, o em riesgo de exclusión. Estos delitos reciben hoy em día um nombre muy significativo, y es el de *delitos de odio* (*hate crimes*). (CORTINA, 2019, p. 31-32, grifo da autora).

¹³³ Texto original: “El recurso para orientar la conciencia personal y social em um sentido u outro há sido tradicionalmente la educación, sea cual fuere la forma que ha tomado em distintos contextos y lugares.” (CORTINA, 2019, [p. 103]).

de refletir se as suas ações, decisões e atitudes dos funcionários não acabam por reforçar movimentos aporófobos. É possível ainda, confiar em propostas e parcerias feitas por bibliotecas universitárias a programas de formação em cursos como engenharia, urbanismo, arquitetura, propondo discussões como a arquitetura hostil.

Credita-se na competência em informação, ao trabalhar questões envolvendo a ética, o bem comum, a coletividade, o desenvolvimento de uma corresponsabilidade perante os mais vulneráveis, uma possível contribuição com a formação de uma sociedade sem exclusões. De acordo com Adela Cortina (2019), este é um objetivo incansável da educação, uma exigência de formar cidadãos capazes de assumir a perspectiva dos que sofrem, mas acima de tudo, de se comprometer com eles. É preciso conhecer, e isso se faz com informação, sobre aquele que desperta o sentimento da aporofobia com o objetivo de entender e humanizar a trajetória dessas pessoas. Espera-se que as bibliotecas sejam também reconhecidas como mediadoras desses processos. E é sobre essa perspectiva que se tratará a seguir.

3.2.3 Por uma mediação acolhedora: o papel das bibliotecas, centros de triagem e acolhimento no processo da mediação da informação em prol da competência em informação

É possível considerar que na proposição do título desta seção se tenha incorrido em redundância, ao falar em uma mediação acolhedora. O que é senão mediação a ação de acolher? O acolhimento é, *a priori*, a ação que estabelece uma aproximação entre os profissionais da biblioteca e seus usuários, na construção de uma relação de confiança e compromisso. Relação essa, baseada na escuta verdadeira. O mesmo se pode dizer dos centros de triagem e acolhimento, pelas quais costumam passar as pessoas em situação de rua. Ao menos é o que se espera da finalidade desses espaços institucionais, que são procurados por essas pessoas para suprir algumas de suas necessidades, sejam elas informacionais ou de ordem diversa, como dormir e comer.

Também é possível afirmar que, em todas essas atividades ou motivações pelas quais as pessoas procuram bibliotecas, ou centros de triagem, a informação

está presente, mesmo que a necessidade que mais lhes cause dor ou incômodo, naquele momento, seja a fome, o sono ou o medo de pernoitar nas ruas, dentre outras dores e incômodos. Sendo assim, estando a informação básica presente consciente, ou inconscientemente, no caminhar de todas as pessoas, e com a abordagem desta pesquisa, especificamente no da população em situação de rua, é preciso considerar o ato de mediar a informação, para se falar em competência em informação.

Como o foco desta tese é a competência em informação, mas também compreendendo a importância da mediação da informação, decidiu-se reservar este espaço da pesquisa, apesar de breve, para evidenciá-la um pouco mais, mesmo compreendendo que mediação da informação e competência em informação, caminham juntas. E que a abordagem aqui não esgota, e não se pretende isso, tendo em vista a temática da mediação da informação, ser uma área consolidada, e com suas abordagens retratadas por inúmeras pesquisas.

Ao tratar a mediação como um ato de acolher, recorre-se à professora Henriette Gomes que afirma o seguinte sobre a mediação da informação:

[...] é uma condição importante para que o ambiente informacional não se limite a ofertar o acesso aos conteúdos, avançando na promoção de um acesso que se articule a oportunidades de discussão e reflexão em torno desses conteúdos, o que contribuirá para que os sujeitos envolvidos também conquistem o domínio sobre eles. Nessa condição, a mediação da informação poderá proporcionar tanto o acolhimento e o conforto para o processo de reflexão crítica, quanto o estímulo ao debate e ao espaço de construção da crítica no coletivo, no qual os sujeitos se sintam em interação e também como agentes da ação comunicativa que ela pode provocar. (GOMES, 2020, p. 13)

Convém ressaltar que a mediação depende do mediador, mas também do meio e do mediando, ou seja, aquele que está em busca de satisfazer as suas necessidades informacionais. É preciso que este último, o mediando, reconheça e valorize esta mediação, e que o mediador compreenda a sua função mediadora e seja socialmente produtivo, com ações mediadoras transformadoras. Os espaços, sejam eles informacionais, educacionais ou sociais, possibilitam múltiplas mediações, tendo em vista que os sujeitos que compõem um ato mediativo são plurais (BORTOLIN; SANTOS NETO, 2015).

Sob a perspectiva da mediação da informação, também é preciso compreender a ideia de interferência, apropriação da informação e mediação como processo, presente no conceito de Almeida Júnior (2015), a saber:

[Mediação da informação é] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

A interferência acontece porque o profissional da informação, no caso o bibliotecário, não é neutro, apolítico ou imparcial, embora deva buscar a imparcialidade, mesmo tendo consciência de que ela é inatingível. Afinal, o sujeito bibliotecário não se vale apenas de sua formação profissional no exercício de sua profissão. Ele é, antes de tudo, um ser humano com suas concepções, entendimentos do mundo, não podendo existir a partir de fragmentos para atender o chamado de sua profissão. (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, 2022).

A apropriação da informação, por sua vez, envolve uma compreensão do sujeito informacional a partir da sua interação com a protoinformação¹³⁴. Ou seja, deve ser levado em conta se, “[...] aos significados que se acumularam na construção da informação se agreguem os significados oriundos do usuário.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.20). Como processo, a mediação não é um momento em si, onde todas essas relações acontecem. Segundo Almeida Júnior (2015), além de envolver o usuário e o profissional mediador da informação, o processo de mediação também envolve a protoinformação, os suportes usados pelo profissional no processo de mediação, os equipamentos informacionais e a informação. Todos esses elementos, aliás, interferem na construção e na apropriação da informação pelo sujeito.

¹³⁴ Para Almeida Júnior (2018b, p.6) ,a protoinformação é “[...] uma “quase-informação”, uma “informação-latente”, uma “possívelinformação”, uma “talvez-informação”. Prefiro chamá-la de “protoinformação”. Os equipamentos informacionais trabalham com uma protoinformação, uma informação que talvez seja informação, a depender da apropriação de cada sujeito.”

Ao afirmar que “[...] a mediação da informação é inerente à competência em informação [...]” (BELLUZZO; SANTOS; ALMEIDA JUNIOR, 2014, p.61) é possível compreender “[...] a importância da mediação para o desenvolvimento da competência em informação que contribuirá para a autonomia do sujeito e para o aprender a aprender.” (BRITO; VITORINO, 2017, p.15). No caso das pessoas em situação de rua, tal mediação é o processo que oportuniza um encontro entre os usuários e sua visibilidade como pessoas e cidadãos. Ao lado da competência em informação, a mediação da informação é aquela que tem potencial transformador para munir as pessoas de empoderamento informacional, contribuindo para o avanço de uma sociedade com habilidades informacionais e na formação de cidadãos mais críticos e conscientes de sua importância no mundo (BRITO; BELLUZZO; ALMEIDA JUNIOR, 2021).

Afora os papéis técnicos e burocráticos inerentes às instituições públicas como as bibliotecas, os centros de triagem e acolhimento é preciso uma mediação acolhedora, acima de tudo. Fala-se sobre o ser empático/atitude empática ao reconhecer que pessoas vulneráveis não possuem em comum, unicamente a pobreza, uma doença, a falta de moradia ou, seja lá de quais vulnerabilidades estejam sendo presenciadas ou constatadas por profissionais desses espaços. Sim, infelizmente, tais vulnerabilidades estão presentes e são comuns entre grupos ou populações a elas sujeitas. Mas o que se quer destacar neste momento é o sentimento de impotência, de dor, de degradação moral, perante o que essas pessoas sentem. Fala-se de uma mediação acolhedora capaz de ganhar a confiança dessas pessoas, uma mediação que a faça ficar nesses espaços para compreender os caminhos possíveis de onde pode partir, e após seguir, a fim de que consiga se desvencilhar de tal realidade. E isto envolve uma mediação da informação que faça com que a vulnerabilidade seja reconhecida, e principalmente, problematizada. Uma mediação da informação que está ali, junto à competência em informação, para lembrando Freire (2018), ao falar sobre o problematizar a realidade, seja o exercício da análise crítica sobre a realidade problema.

Partindo de uma visão holística do sujeito informacional que, levando em conta as suas vulnerabilidades, têm as suas necessidades informacionais

reconhecidas e definidas, consciente ou inconscientemente, a partir de um processo de mediação da informação e da competência em informação é que na próxima seção se explica a abordagem metodológica que foi aplicada nesta tese.

4 METODOLOGIA DO TRABALHO: ESTUDO DE CASO

O referencial teórico apresentado até aqui, tem como norte e subsídio a metodologia ora traçada, com vistas a se atingir o **objetivo geral** que **é identificar a relação de acesso e uso da informação voltado à população em situação de rua da cidade de Campo Grande - MS, contribuindo com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação, aplicável às bibliotecas públicas**. Compreende-se que a abordagem metodológica seja apropriada para a construção desta tese que foi desenvolvida tendo em vista as considerações aqui indicadas.

Os procedimentos metodológicos adotados têm o aporte teórico, *a priori*, de Marconi e Lakatos (2020), Martins (2018), Marshall; Rossman (2016), Yin (2015) e Bardin (2011). Trata-se de uma pesquisa de **natureza aplicada**, pois visa desenvolver e apresentar subsídios que contribuam com a elaboração de um projeto de ColInfo voltado à população em situação de rua da cidade de Campo Grande-MS. Enquanto a pesquisa básica visa o progresso científico, ampliando conhecimentos teóricos sem a intenção de colocá-los em prática, a pesquisa de natureza aplicada tem como meta a aplicabilidade ou utilização dos resultados, na solução de problemas encontrados na realidade (MARCONI; LAKATOS, 2020). Assim, a sua relevância também está nos impactos positivos gerados na comunidade.

Sendo de natureza aplicada, esta pesquisa visa alcançar as respostas para a pergunta “Quais são as necessidades informacionais das pessoas em situação de rua e sua relação com o acesso e uso da informação?”. Pesquisa desta natureza, segundo Thiollent (2009), “responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições”. Considera-se que esse tipo de pesquisa está concentrado em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Sendo assim, busca-se contribuir para a melhoria do contexto social em que vivem, num esforço de resgate da cidadania.

Quanto à forma da abordagem do problema é qualitativa, tendo em vista que ao envolver a presença de pessoas em situação de rua em espaços de bibliotecas públicas, tem o ambiente natural como fonte direta de dados, traduzindo e expressando o sentido do fenômeno do mundo social para o qual se busca resposta. Assim, a pesquisa qualitativa “[...] encontra a heterogeneidade das situações, a diversidade das trajetórias e das experiências, desvenda processos múltiplos de exclusão social e estratégias plurais de sobrevivência.” (GROULX, 2014, p. 101). Algumas das características geralmente englobadas na caracterização de uma pesquisa qualitativa, segundo Pires (2014), são:

- flexibilidade de adaptação durante o seu desenvolvimento, incluindo a construção progressiva do próprio objeto da investigação;
- capacidade de se ocupar de objetos complexos, inclusive os difíceis de apreender;
- capacidade de englobar dados heterogêneos, com a possibilidade de combinar diferentes técnicas de coleta de dados;
- capacidade de descrever em profundidade diversos aspectos importantes da vida social;
- abertura para a descoberta de fatos inconvenientes ou negativos, com tendência a valorizar a criatividade e a solução de problemas teóricos propostos por tais fatos.

Quanto ao objetivo proposto pela pesquisa, está caracterizada como **exploratória e descritiva**. Exploratória porque possibilita a familiarização com as pessoas e suas preocupações/dificuldades, e descritiva pois por meio da precisão dos detalhes fornece informações contextuais que poderão servir de base para outras pesquisas, como as explicativas (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2014). Portanto, ao identificar a relação de acesso e uso da informação das pessoas em situação de rua está abordando o “como” e “o que” do fenômeno, o que contribuirá com a formulação de diretrizes para elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação.

Sendo assim, para responder aos objetivos geral e específicos da pesquisa, são empregados procedimentos técnicos para a coleta de dados, iniciando-se com a **revisão bibliográfica** como aporte teórico, em busca de fontes para o debate de ideias e conceitos que abarquem a informação, competência em informação, vulnerabilidade social, políticas públicas, educação, e outros correlatos.

Na pesquisa qualitativa, a revisão bibliográfica tem um papel estratégico e teórico, ao mesmo tempo. Não se limita a um campo de conhecimento particular, mas vai gradualmente sendo ampliada para outros domínios, enriquecendo o primeiro. Esse procedimento exige do pesquisador, além do aprofundamento da sua área e campo de investigação, também um conhecimento dos campos conexos (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2014). Nesta pesquisa, por exemplo, além da CI, a pesquisadora se deparou com a necessidade de visitar áreas como a Psicologia para compreender minimamente sobre a natureza dos sujeitos de pesquisa e de uma abordagem mais adequada. Na Geografia, encontrou uma melhor compreensão sobre espaços urbanos, nomadismos. Da História, trouxe um resgate da existência e vivência de pessoas em situação de rua, e a condição de pobreza que sempre se fez presente na história da humanidade. Em relação a alguns aspectos sobre a aprendizagem, recorreu-se à Educação. Se a ideia é buscar a compreensão holística dos sujeitos da pesquisa é preciso compreendê-lo em um contexto maior, do que a sua presença em espaços de bibliotecas, como na História, e como o fenômeno é compreendido sob olhar de outras áreas do conhecimento, buscando com isso, um melhor delineamento do que se pretende com a competência em informação e as pessoas em situação de rua, com vistas a atingir ao objetivo geral da pesquisa. Ainda sobre a revisão de literatura, ampara-se em Marshall; Rossman que afirmam:

A revisão de literatura serve a muitos propósitos para a pesquisa. Ele reforça a importância do foco do estudo e pode servir para validar os eventuais achados em um estudo estritamente descritivo. Também orienta o desenvolvimento de explicações durante a coleta e análise de dados em estudos que buscam explicar, avaliar e sugerir ligações entre eventos. No desenvolvimento da teoria fundamentada, a revisão da literatura fornece construções teóricas, categorias e suas propriedades que podem ser

usadas para organizar os dados e descobrir novas conexões entre teoria e fenômeno. (MARSHALL; ROSSMAN, 2016, p.189)¹³⁵

Desta forma, foram efetuadas buscas e identificação de documentos de interesse nas bases de dados nacionais e internacionais, tais como: na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da CAPES, *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e *Library, Information Science & Technology Abstracts* (EBSCO).

Também foi utilizado o *Google Scholar* (Google Acadêmico) que é uma versão acadêmica do Google para a recuperação de artigos científicos. De acordo com Mugnaini e Strehl (2008): “Como meta-buscador, o GA reúne as informações disponíveis nas diversas bases de dados de texto completo em uma única interface de busca.” Afirma-se que bases poderão ser adicionadas ou substituídas, de acordo com a necessidade e andamento da pesquisa. Portanto, os resultados obtidos, através das fontes constantes do Quadro 17, serviram de base para a construção do referencial teórico de apoio a este estudo.

Quadro 17 - Fontes de pesquisa usadas revisão bibliográfica

FONTES NACIONAIS	FONTES INTERNACIONAIS
Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)	Library and Information Science Abstracts - LISA (ProQuest)
Portal de Periódicos da CAPES	Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text (EBSCO)
Google Acadêmico (GA)	

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2022)

¹³⁵ Texto original: “The literature review serves many purposes for the research. It upports the importance of the study’s focus and may serve to validate the eventual findings in a narrowly descriptive study. It also guides the development of explanations during data collection and analysis in studies that seek to explain, evaluate, and suggest linkages between events. In grounded-theory development, the literature review provides theoretical constructs, categories, and their properties that can be used to organize the data and discover new connections between theory and phenomenon.” (MARSHALL; ROSSMAN, 2016, p.189).

Foram usadas as palavras-chave baseadas em Horton (2014), com a recomendação da UNESCO para termos em diversos idiomas, (sendo pré-selecionados para esta pesquisa: português, inglês e espanhol por considerar a existência de maior número de publicações nessas línguas e pela facilidade de leitura e compreensão) com o sentido de *information literacy*, conforme o Quadro 18.

Quadro 18 - Palavras-chave usadas na revisão bibliográfica

PALAVRAS-CHAVE		
Português	Inglês	Espanhol
Competência em informação – (Brasil)	Information literacy	Alfabetización informacional (ALFIN), Competencias informacionales, Competencias informáticas e informacionales (CI2) - (Espanha)
Literacia da Informação e Literacia Informacional – (Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné Bissau, Moçambique, Tomé e Príncipe)		Desarrollo de Habilidades Informativas - (México)
Literacia informacional – (Portugal)		Destrezas de información Spanish - (Porto Rico)

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2022)

Às palavras-chave foram associados os termos relacionados com o objetivo geral e específicos desta pesquisa, conforme o Quadro 19.

Quadro 19 - Termos relacionados usados na revisão bibliográfica

TERMOS RELACIONADOS		
Português	Inglês	Espanhol
Vulnerabilidade social	Social vulnerability	Vulnerabilidad social
Populações vulneráveis	Vulnerable populations	Poblaciones vulnerables
Pessoas em situação de rua/morador de rua	Homeless people	Gente sin hogar/ población sin-hogar

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Para a composição do referencial teórico, foram considerados artigos científicos, teses, dissertações, livros e capítulos de livros. No caso de artigos, teses e dissertações, inicialmente, foram observados os termos de busca encontrados no

título, resumo ou nas palavras-chave. Sendo encontrados, passava-se à leitura do resumo. Constatada a evidência de adaptação, conexão ou possível contribuição ao tema pesquisado é que se realizava a leitura do todo. Em relação aos livros e capítulos de livros, foram contribuições encontradas em leituras de artigos ou outras referências bibliográficas, bem como pesquisas em livrarias físicas ou virtuais acerca da temática de interesse para a composição do referencial teórico.

Ressalta-se que desde 2019, a pesquisadora tem se debruçado em compreender melhor o universo das pessoas em situação de rua e sua complexidade, para tanto, outras referências influenciaram indiretamente a realização desta pesquisa, entre eles:

- População em situação de rua e o modelo Moradia Primeiro (*Housing First*). (Curso com carga horária de 30h ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 2022).

- Promoção dos direitos da população em situação de rua. (Curso com carga horária de 30h ofertado pela ENAP, em 2020).

- Conferência “Pessoas em situação de rua” proferida por Ryan Dowd (USA), durante o XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBID), no dia 04 de outubro de 2019, em Vitória, ES.

- *Lives* e *podcasts* de entrevistas com especialistas e pessoas envolvidas com a causa e luta em prol da dignidade e direitos das pessoas em situação de rua.

- Conversas informais com algumas pessoas em situação de rua, sempre que possível a abordagem das mesmas, no próprio contexto da rua.

- Filmes como *The Public*, mencionado na nota de rodapé 114; e *Lead Me Home* (“Onde eu moro”¹³⁶, título em português).

¹³⁶ O filme “Onde eu moro” conta a história de como várias pessoas chegaram à situação de rua. Destaque para a passagem de uma mulher, que grávida, por ter sido estuprada pelo ex-marido, tenta manter a rotina com os seus filhos, mesmo sem um teto para morar. Passam a noite em um quarto com colchonetes, sem banheiro, precisando desocupá-lo nas primeiras horas do dia. No decorrer do dia, passam em uma biblioteca pública para não ficarem vagando pelas ruas. Segundo o depoimento da mulher é uma forma de proteger os filhos, para que não percebam a dificuldade enfrentada. Na biblioteca, as crianças podem jogar videogames e assistir televisão.

Com a revisão bibliográfica realizada, procurou-se alcançar o **objetivo específico a) Analisar os preceitos da Competência em Informação na literatura nacional e internacional existente**; e parcialmente o **objetivo b) Identificar o perfil sociodemográfico/ econômico das pessoas em situação de rua**, tendo em vista que, baseado na literatura, obteve-se uma visão generalista de tal perfil em Campo Grande, MS e no Brasil, o que também é importante para a compreensão do fenômeno.

A segunda estratégia de pesquisa adotada é o **estudo de caso**, um tipo de pesquisa que se caracteriza como investigação empírica, com a finalidade de investigar “[...] um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2015). Ao apresentar como questão central desta pesquisa “Quais são as necessidades informacionais das pessoas em situação de rua e sua relação com o acesso e uso da informação?”, compreende-se que o estudo de caso seja apropriado para tal, já que a forma da questão fornece uma chave importante para traçar a estratégia a ser adotada, onde se pretende encontrar respostas para o “como?” e o “por que?” altamente relacionadas com o estudo de caso (YIN, 2015).

Outrossim, o estudo de caso é usado para estudar intensamente, de forma exploratória ou descritiva, o que está alinhado à natureza dos objetivos desta pesquisa, alguma unidade social, tais como uma organização, indivíduo isolado ou em conjunto, uma comunidade, dentre outros. Além disso, os processos sociais podem ser explorados à medida em que ocorrem, o que permite sua análise em profundidade e das relações entre eles, sendo o estudo de caso bastante utilizado em pesquisas sociais, inclusive no campo da Ciência da Informação (CALAZANS, 2007).

Portanto, o estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise

de dados (YIN, 2015). Apresenta então, como uma principal vantagem, a flexibilidade para incorporar múltiplas perspectivas, ferramentas de coleta de dados e estratégias interpretativas (BLANCO RAMÍREZ, 2016). Assim, são descritos os encadeamentos de evidências e testes de triangulação que orientam a busca dos resultados (MARTINS, 2008).

4.1 Universo e sujeitos da pesquisa

Para o desenvolvimento do estudo caso, foram selecionados como sendo universo de pesquisa duas bibliotecas públicas da cidade de Campo Grande, MS, que são:

Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim – Criada em 1981, a biblioteca possui um acervo de 44 mil exemplares, entre livros, periódicos, mangás. Tem como compromisso disponibilizar a informação e promover o desenvolvimento social e cultural dos cidadãos, com base na igualdade de acesso para todos, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou *status* social. Além disso, desenvolve ações e projetos que valorizam o universo da leitura (BIBLIOTECA PÚBLICA ESTATUAL..., 2022; MATO GROSSO DO SUL, 2021, 2022), a saber:

Segundo dados obtidos na entrevista on-line, a biblioteca desenvolve uma série de projetos, alguns promovidos entre pessoas da comunidade em geral, outros para públicos específicos, como é o caso do projeto “Semana Pedagógica”, voltados à formação continuada de professores, o que caracteriza uma conexão com a dimensão técnica da competência em informação, posto que envolve temáticas direcionadas ao aprimoramento das atividades profissionais. Para os servidores colaboradores da biblioteca, a dimensão técnica, também conectada à competência em informação faz-se presente porque aos mesmos são oferecidos treinamentos e capacitações para que possam atender programas específicos para deficientes visuais e, também, de Libras, contemplando pessoas com deficiência auditiva. (BRITO; BELLUZZO, VALENTIM, 2020, p. 660)

Segundo dados obtidos na mesma pesquisa dos autores supracitados, a partir dos projetos desenvolvidos pela biblioteca pública estadual em questão, foram constatados elementos relacionados a algumas dimensões da competência em

informação, como a técnica, estética, ética e política, contudo, não foi identificado um programa ou projeto de ColInfo ofertado pela mesma.

Destaca-se que o perfil dos usuários está baseado no controle de empréstimos, não restando claro quais dados são utilizados. O fato é que há a presença constante de pessoas em situação de rua entre os frequentadores, conforme trecho da entrevista: “Geralmente pelo controle de empréstimos dos livros (o público que mais utiliza é estudante) ou pelo site que eles acessam (que neste caso a maioria que utilizam os computadores são moradores de rua)”. (BRITO; BELLUZZO, VALENTIM, 2020, p.662)

A biblioteca está localizada na Av. Fernando Corrêa da Costa, 559 – Térreo, no centro de Campo Grande, MS. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h30, e aos sábados: das 8 às 13 horas. Telefone: (67) 3316-9161 / 3316-9175. E-mail: biblioteca@fcms.ms.gov.br.

Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos – Criada em 5 de março de 1940 com um acervo de aproximadamente cinco mil exemplares, à época. Em 1957, a biblioteca localizava-se em uma conhecida praça no centro da cidade de Campo Grande, MS, a Praça Ary Coelho, onde permaneceu até 1987, e por falta de espaço físico foi transferida para um prédio localizado em frente a uma antiga rodoviária da cidade, que hoje, não existe mais. Neste local provisório funcionou por oito anos, até ganhar um novo espaço situado em uma área também central da cidade, no Parque Antônio de Albuquerque, mais conhecido como Horto Florestal, sendo reinaugurada em 19 de maio de 1995, onde se mantém até o presente (CAMPO GRANDE, 2009).

A biblioteca é hoje um espaço multicultural, onde há realização de projetos que visam o incentivo à leitura. O seu espaço físico possui seis salas de leitura comunitária, e conta com um acervo de aproximadamente 40 mil exemplares, disponibilizando obras de autores regionais, periódicos, obras em braille, livros em áudio, dentre outros (ENFOQUE MS, 2022). Está localizada na Rua Francisco Cândido Xavier, s/n, dentro do Horto Florestal, em Campo Grande, MS e o horário de funcionamento é de terça a sexta-feira, das 8h às 16, e aos sábados, das 8h às

12h. O fato de não abrir às segundas é porque seguem o horário do Parque (Horto Florestal) que neste dia da semana fecha para manutenção.

O universo da pesquisa também envolveu o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) - Este Centro está localizado entre a biblioteca municipal e a estadual, o que facilita a presença de pessoas em situação de rua nessas bibliotecas. Oferece apoio às pessoas em situação de rua para armazenamento de pertences, higiene pessoal, alimentação e emissão de documentos. De acordo com o site do Centro Pop em Campo Grande, é oferecida a seguinte infraestrutura:

Recepção e atendimento inicial.

Sala de atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e outras atividades administrativas.

Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos.

Salas e outros espaços para atividades coletivas de socialização e convívio com os usuários.

Copa/cozinha.

Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Refeitório.

Lavanderia com espaço para secagem de roupas.

Guarda de pertences, com armários individualizados. (CENTRO POP CAMPO GRANDE, 2019, *on-line*).

O Centro POP em Campo Grande – MS visa ajudar e oferecer um atendimento especializado para pessoas em vulnerabilidade habitacional e que vivem nas ruas. Oferece ações sociais e oficinas que objetivam a reintegração dessa população na sociedade, acompanhado por psicólogo para dar suporte ao desenvolvimento social e emocional dessas pessoas. Está localizado na Rua Joel Dibo, 255 - Centro, Campo Grande – MS - Telefone: (67) 3314-4450

Como sujeitos de pesquisa foram considerados os frequentadores das bibliotecas públicas de Campo Grande, MS e do Centro Pop na mesma cidade, cujo perfil socioeconômico está enquadrado em situação de rua, além dos gestores desses espaços.

4.2 Coleta de dados: questionário e entrevista

Compreende-se que, pelo fato da biblioteca pública e da biblioteca estadual estarem próximas a um Centro Pop, alguns dos frequentadores das bibliotecas também recorrem aos serviços ofertados pelo referido Centro, o contrário também ocorrendo. Por isso, além dos frequentadores das duas bibliotecas públicas, participaram da pesquisa usuários do Centro Pop, totalizando 11 questionários aplicados, sendo três na Biblioteca Municipal Anna Luiza Prado Bastos, dois na Biblioteca Estadual Dr. Isaías Paim e seis no Centro Pop. E ainda, vislumbrando-se futuras parcerias entre os profissionais que recebem em seus espaços grupos em situação de rua, três gestores/responsáveis/especialistas, um de cada localidade, foram entrevistados.

A amostra da pesquisa está caracterizada como não probabilística, tendo em vista a natureza qualitativa desta pesquisa, constituindo-se em um estudo de caso, e tendo em vista a forma como os questionários foram aplicados às pessoas em situação de rua. Dentre as características da amostragem não probabilística, destacam-se:

A amostragem não probabilística, ou teórica, não é uma estratégia à qual se recorre quando não se pode estabelecer a probabilidade. Ao contrário, inúmeros fenômenos não podem ser pesquisados de outra maneira, sendo a amostra teórica, em geral, a única apropriada. Nas pesquisas realizadas no meio natural [...] certos fenômenos só podem ser compreendidos por uma análise acurada, conforme o permitem o estudo de caso, a monografia, a observação participante, a história de vida. Nesses casos, a amostra não probabilística continua sendo a mais eficaz, senão a única possível. [...]

Se a regularidade e a dimensão da amostra probabilística nos possibilitam conhecer aspectos gerais da realidade social, **o caráter exemplar e único da amostra não probabilística nos dá acesso a um conhecimento detalhado e circunstancial da vida social.** É, pois, em relação aos resultados que ela acarreta, bem como à sua pertinência, que a amostra não probabilística se justifica. (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2014, p.138-139, grifo nosso).

Assim, a amostra, que é a porção ou parcela selecionada do universo da pesquisa, está caracterizada também como voluntária e acidental (LAVILLE; DIONNE, 1999).

4.2.1 Aplicação do questionário

Ao eleger o questionário e a entrevista, como técnicas de coleta de dados desta tese, também está se realizando a observação, que utiliza os sentidos para obter determinados aspectos da realidade, examinando fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Ressalta-se que, quando o pesquisador, com a ajuda da observação, identifica e obtém provas a respeito de objetivos sobre os quais o indivíduo não tem consciência, também orienta o seu comportamento, desempenhando assim, um papel importante no contexto da descoberta, apresentando um contato mais direto entre o pesquisador e a realidade (MARCONI; LAKATOS, 2020).

A aplicação do questionário com as pessoas em situação de rua que frequentam as bibliotecas públicas da cidade e centro de acolhimento, permitiu que o **objetivo b) Identificar o perfil sociodemográfico/ econômico das pessoas em situação de rua**, pudesse ser alcançado na sua totalidade, já que com ele foi possível identificar melhor quem são essas pessoas, a idade, modo de sobrevivência, renda, há quanto tempo estão nas ruas, porque estão, onde dormem, dentre outros aspectos sócio demográfico/econômico, complementando assim, o que havia se obtido preliminarmente com a literatura durante o processo de revisão bibliográfica. Alguns aspectos foram confirmados, muitos descobertos, tendo em vista não existir pesquisa anterior, em Campo Grande-MS, que tivesse levantado dados para conhecer estas pessoas, usuárias ou potenciais usuárias de bibliotecas.

O **objetivo c) Identificar as percepções das pessoas em situação de rua de Campo Grande, MS e as práticas decorrentes quando frequentam as bibliotecas públicas para o acesso e uso da informação, sob a ótica das suas necessidades informacionais em inter-relação com as dimensões, padrões e indicadores de Competência em Informação**, também pode ser alcançado com a aplicação do questionário que levantou o tipo de informação que buscam ao procurar uma biblioteca, como se sentem em relação aos serviços ofertados por esses espaços, como fazem para acessar a informação de que precisam, a percepção desses usuários em relação a informação falsa e como identificá-la, o

nível de satisfação em relação a esses serviços, dentre outros aspectos. Ressalta-se que tais perspectivas puderam ser analisadas também por meio das entrevistas com os gestores das bibliotecas públicas e do centro de acolhimento

Sendo assim, o questionário de caracterização de dados sociodemográficos associado à utilização da escala social e de atitude (Escala de Lickert), aplicado às pessoas em situação de rua, envolveram questões a fim de traçar um perfil a partir desses sujeitos que frequentam as bibliotecas públicas, municipal e estadual da cidade de Campo Grande, MS, conforme Apêndice B, com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. O questionário, uma observação direta extensiva, foi aplicado pela pesquisadora, considerando-se a recomendação de que “em um estudo de caso será aplicado pelo próprio pesquisador.” (MARTINS, 2008, p.36). A abordagem junto a esses usuários foi feita explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Apêndice A, atendendo aos princípios éticos com pesquisas envolvendo seres humanos, a saber: autonomia, beneficência, não-maleficência, justiça, privacidade e confidencialidade. O TCLE visou convidar à participação da pesquisa, e ao mesmo tempo, garantir a autodeterminação do convidado, protegendo tanto grupos vulneráveis quanto pessoas legalmente capazes (UNESP, 2014).

Ressalta-se a opção pelo uso da técnica do questionário a fim da caracterização de dados sociodemográficos, para identificar os perfis e necessidades informacionais do universo de pesquisa selecionado e dos sujeitos que nele se inserem. Ou seja, a população em situação de rua, com ou sem grau de escolaridade, e que frequenta ou já frequentou a Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim e a Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos, onde o projeto de competência em informação poderá ser implantado e desenvolvido futuramente, bem como usuários do Centro Pop, tendo em vista, este localizar-se entre as duas bibliotecas. Buscou-se assim, conhecer a relação dos sujeitos da pesquisa com o universo informacional.

Dentre as vantagens do questionário (MARCONI; LAKATOS, 2020), destacam-se a economia de tempo, atinge maior número de pessoas, economiza

peçoal no trabalho em campo, obtém respostas mais rápidas e precisas, maior liberdade nas respostas, pela questão do anonimato, menos risco de distorção pela não influência do pesquisador, obtém respostas que materialmente não seriam acessíveis. Reforça-se que algumas questões possibilitaram o uso da Escala de Lickert, um método mais simples de construir escalas de atitudes para questionários, permitindo verificar quando o sujeito da pesquisa concorda ou não com uma afirmação. De acordo com Martins (2008), esse tipo de escala social e de atitude, muito utilizada em investigações sociais, permite analisar as variáveis qualitativas, possuindo um certo grau de subjetividade, consistindo em:

um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ante os quais se pede ao sujeito que externe sua reação, escolhendo um dos cinco ou sete pontos de uma escala. A cada ponto associa-se um valor numérico. Assim, o sujeito obtém uma pontuação para cada item, e o somatório desses valores (pontos) indicará sua atitude favorável, ou desfavorável, em relação ao objeto ou representação simbólica que está sendo medida. (MARTINS, 2008, p. 41).

Um pré-teste foi realizado para verificar a clareza, abrangência e aceitabilidade do questionário formulado, atendendo às recomendações de que fosse um participante típico em relação ao universo pesquisado. Na ocasião do pré-teste, o pesquisador aplicou o instrumento em uma pessoa em situação de rua que respondeu ao questionário, buscando identificar as dificuldades que teve para fazê-lo, se havia algum tipo de constrangimento, se tiveram a impressão de que algum termo tenha ficado confuso (GIL, 2017), o que não ocorreu, sendo, portanto, aplicado na íntegra e inserido esse sujeito na amostra da pesquisa.

Todos os questionários foram aplicados pela pesquisadora, pois buscou-se conhecer melhor esses participantes, no sentido de que, além da observação atenta, a pesquisadora ficou à disposição para que pudessem tirar alguma dúvida. Dadas as características dos sujeitos e de suas condições diferenciadas, houve a oportunidade de se apresentar e de dialogar antes e depois com essas pessoas, o que permitiu anotações complementares às respostas obtidas e utilizadas durante a análise dos dados. Isto possibilitou compreender melhor a percepção dos participantes sobre o acesso e uso da informação, e práticas dela decorrentes, comparando respostas com comentários, quando existentes.

Durante um período de 15 dias, de 19 de setembro a 5 de outubro de 2022, a pesquisadora esteve em dias e turnos específicos nas bibliotecas pública municipal e estadual, bem como no Centro Pop, para a aplicação dos questionários, aos que da pesquisa voluntariamente participaram, conforme Quadro 20:

Quadro 20 - Cronograma de coleta de dados - questionário

PERÍODO DE COLETA DE DADOS POR QUESTIONÁRIO DE 19 DE SETEMBRO A 5 DE OUTUBRO DE 2022							
Local da coleta de dados	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Nº de participantes
Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim	Manhã 19/09/2022 0 pessoa		Tarde 28/09/2022 1 pessoa		Tarde 30/09/2022 1 pessoa		2 pessoas em situação de rua
Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos		Tarde 04/10/2022 2 pessoas		Manhã 22/09/2022 0 pessoa		Manhã 24/09/2022 1 pessoa	3 pessoas em situação de rua
Centro Pop					Tarde 23/09/2022 6 pessoas		6 pessoas em situação de rua
Total de participantes							11 pessoas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Assim, os questionários foram aplicados às pessoas que durante o período delimitado adentraram aos espaços das bibliotecas públicas selecionadas previamente, e do Centro Pop. Houve indicação de turno por parte de funcionários dos espaços, sobretudo da Biblioteca Municipal que perceberam o hábito entre tais

usuários, de procurarem o espaço no final da manhã ou no sábado pela manhã, indicando que talvez fosse porque precisam buscar as refeições no horário do almoço, e ou/retornar a pé para os pontos onde costumam permanecer ou passar a noite, ou ainda do horário de encaminhamento no Centro Pop aos locais de abrigo, que se dá no meio da tarde. No referido Centro, é constante a movimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo imigrantes, em busca de documentos, passagens de ônibus, busca por um abrigo para pernoitar, e outras demandas. Segundo funcionários das bibliotecas e das próprias pessoas em situação de rua que responderam ao questionário, a pandemia fez diminuir o fluxo dessa população nas bibliotecas, e aumentar no espaço de acolhimento, o Centro Pop. Por isso, nas bibliotecas o público parece ser flutuante. Alguns deles costumam frequentar tais espaços informacionais por um período, com constância, contudo outros, por um tempo demoram a retornar, outros possivelmente não retornam mais ao local.

4.2.2 Entrevistas

Como um meio de observação direta intensiva, foi realizada também uma **entrevista estruturada**, conforme Apêndice C, com os gestores da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim e da Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos, bem como do centro de acolhimento, que atende as pessoas em situação de rua, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). A escolha deste, justificou-se por ser um espaço de acolhimento localizado entre as duas bibliotecas públicas, e que oferece um serviço de orientação às pessoas em situação de rua, tais como o encaminhamento para a confecção da documentação pessoal, por exemplo, dentre outras, possibilitando a inclusão dessas pessoas em oficinas e projetos. Entende-se que a biblioteca em colaboração com esses espaços de acolhimento, podem unir esforços, e nesta pesquisa, contribuíram com informações que auxiliaram para a formulação das diretrizes voltadas à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação.

A entrevista é um procedimento de coleta de dados utilizado na investigação social, com o objetivo de ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema de viés social, e onde é seguido um roteiro previamente estabelecido e com perguntas predeterminadas ao sujeito da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2018). Em um estudo de caso, perguntas podem ser feitas a respondentes-chave, que neste caso foram os bibliotecários coordenadores/responsáveis pela biblioteca pública e municipal, e o funcionário responsável pelo centro de acolhimento Centro Pop, já que poderiam fornecer ao pesquisador percepções e interpretações de eventos, e a possibilidade de triangulações e conseqüente aumento do grau de confiabilidade do estudo (MARTINS, 2018).

Desse modo, foram aplicadas três entrevistas, sendo: 1 bibliotecário responsável pela biblioteca pública estadual, 1 responsável pela biblioteca municipal e 1 profissional responsável pelo Centro Pop, conforme o cronograma constante do Quadro 21:

Quadro 21 - Cronograma de coleta de dados - entrevista

PERÍODO DE COLETA DE DADOS POR ENTREVISTA COM OS GESTORES		
Dia 19 de setembro de 2022 (período vespertino)	Dia 20 de setembro de 2022 (período matutino)	Dia 26 de setembro de 2022 (período vespertino)
1 bibliotecário responsável pela Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim	1 bibliotecário responsável pela Biblioteca Pública Municipal Anna Luiza Prado Bastos	1 responsável pelo Centro Pop

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

As entrevistas foram realizadas com o celular da pesquisadora, utilizando-se o aplicativo gratuito *Voice Recorder Pro*, versão 3.20 contando-se com a anuência dos sujeitos pesquisados para a gravação. A transcrição foi feita pela própria pesquisadora, sendo realizadas várias audições, por partes e no todo.

4.2.3 Análise de conteúdo dos dados coletados

Os dados coletados por meio das entrevistas com os gestores, e das perguntas abertas dos questionários respondidos pelos usuários em situação de rua frequentadores da biblioteca foram tratados por meio de **uma análise de conteúdo** ancorada em Bardin (2011), constituindo-se em um conjunto de instrumentos de cunho metodológico, constantemente aperfeiçoado e que se aplicam a discursos, de caráter diversificados. Ou seja, que permitiu trabalhar a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores passíveis de inferência de conhecimentos relativos a como as mensagens foram produzidas, bem como a recepção das mesmas. É uma técnica que tem como foco os produtos da ação humana, voltando-se para o estudo das ideias, e não das palavras propriamente ditas (MARCONI; LAKATOS, 2018). Suas principais características são a objetividade, sistematização e a inferência.

De acordo com Bardin (2011), as etapas da análise de conteúdo consistem na pré-análise, na exploração do material e no tratamento dos resultados, que compreende a codificação e a inferência.

Na **pré-análise**, a fase da organização propriamente dita, foram escolhidos os documentos a serem analisados, no caso desta pesquisa, as entrevistas com os gestores e os dados obtidos com as perguntas abertas do questionário aplicado às pessoas em situação de rua, observando-se os objetivos da pesquisa. Nesta fase, o material foi explorado por meio de várias leituras, também denominada de “leitura flutuante”. Segundo Bardin (2011, p. 130), desde essa fase da pré-análise “[...] devem ser determinadas operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados.”

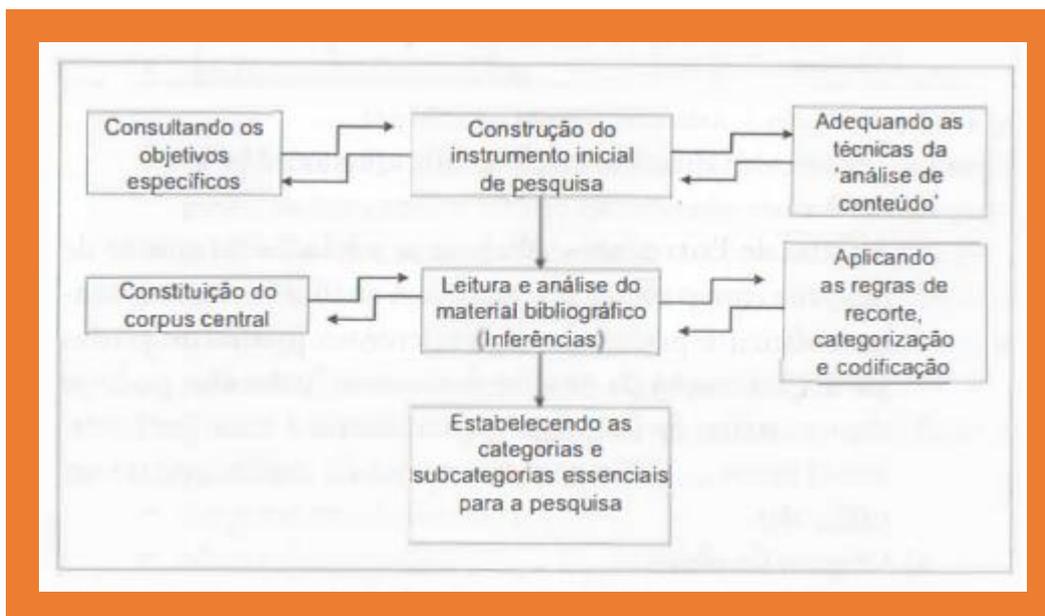
Após a leitura, durante a **exploração do material**, iniciou-se pela sua codificação e posterior categorização. Para Bardin (2011), se bem aplicada a fase da pré-análise, esta será uma aplicação sistemática das decisões tomadas. Quando se trata o material, segundo regras precisas, ele está sendo codificado, ou seja, há a transformação sistemática dos dados brutos do texto, permitindo assim uma representação do conteúdo, ou seja, uma descrição exata de suas características.

Em princípio, optou-se por uma escolha de análise categorial, pois foram feitos recortes em nível semântico dos resultados obtidos pela pesquisa, identificando-os por “tema”. O tema constituiu-se em unidade de registro, geralmente usado para estudar motivações de atitudes, opiniões, valores, crenças, dentre outras (BARDIN, 2011), o que requer o objetivo geral desta tese que pretende identificar elementos de acesso e uso da informação por parte dos usuários frequentadores da biblioteca, e sujeitos desta pesquisa.

Para o **tratamento dos resultados**, partiu-se do *corpus* teórico construído para a realização da interpretação da análise. Nesta fase, outras inferências puderam ser feitas pelo pesquisador, mesmo que não tenham sido previstas. Contudo, as interpretações precisaram estar apoiadas na própria literatura de especialidade, e no caso desta tese, nas práticas observadas no ambiente pesquisado. Nesta fase, após a síntese e seleção dos resultados relevantes, partiu-se para a utilização dos resultados de análise com fins teóricos (VALENTIM, 2005).

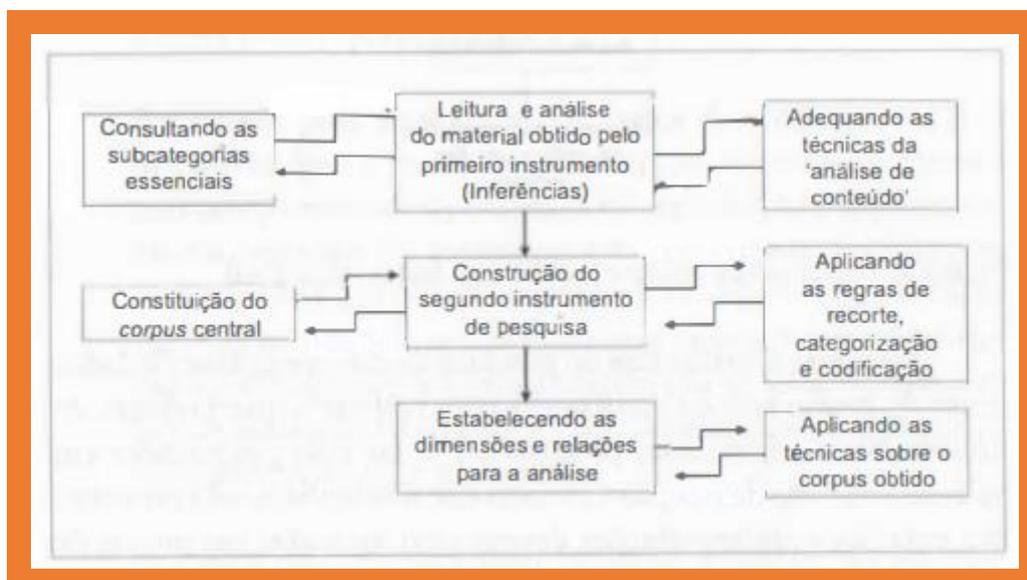
Segundo Bardin (2011, p.131), a partir do momento que o analista está de posse dos resultados significativos e fiéis, as inferências podem ser propostas, e adiantadas “[...] interpretações a propósito dos objetivos previstos - ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.” Assim, é a inferência que confere à análise de conteúdo relevância teórica, envolvendo comparações, já que a simples e pura descrição das informações obtidas, por si só são de pequeno valor. Para uma melhor visualização e compreensão de todas as etapas da análise de conteúdo, recorreu-se a três modelos mentais elaborados por Valentim (2005), sendo a Figura 31 referente à fase inicial, correspondendo à pré-análise, a Figura 32 da fase intermediária, que corresponde à exploração do material, e a Figura 33 da fase final com o esquema do tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, conforme a seguir:

Figura 31 - Análise de conteúdo: fase inicial



Fonte: Valentim (2005, p.130)

Figura 32 - Análise de conteúdo: fase intermediária



Fonte: Valentim (2005, p.131)

Figura 33 - Análise de conteúdo: fase final



Fonte: Valentim (2005, p.131)

A partir desta configuração da metodologia aplicada, efetuou-se uma triangulação dos resultados obtidos entre o referencial construído e o estudo de caso, conforme recomenda Yin (2015), o que permitiu a elaboração e validação de diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de ColInfo, baseadas em Aprendizagem e Serviço (ApS), aplicável às bibliotecas públicas, no caso desta tese, para Biblioteca Pública Estadual e na Biblioteca Pública Municipal de Campo Grande, MS, com uma proposta de parceria entre as bibliotecas citadas e o Centro Pop, a partir das necessidades informacionais levantadas na coleta de dados.

5 APRESENTANDO DADOS E PESSOAS¹³⁷: ANÁLISE E DISCUSSÃO PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DAS PERCEPÇÕES E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Nesta seção está traçado um perfil das pessoas em situação de rua que participaram da pesquisa, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, a partir das respostas obtidas com a coleta de dados efetuada com a aplicação de questionário às pessoas em situação de rua e frequentadoras das bibliotecas públicas e do centro de acolhimento. Além disso, serão apresentadas também as respostas obtidas como resultado das entrevistas realizadas com os gestores das organizações selecionadas para a pesquisa e, por último, a triangulação desses resultados.

5.1 Questionário: resultados e análises

Primeiramente, buscou-se conhecer o fenômeno, e sobretudo, quem são as pessoas em situação de rua e que frequentam as organizações pesquisadas? Para em seguida, buscar compreender suas percepções e as práticas informacionais decorrentes. Importante saber quantos são, mas além, conhecer as facetas desses cidadãos, se o que se busca é uma compreensão holística do fenômeno, incluindo a empatia, contribuindo com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação aplicável às bibliotecas públicas. A questão não é meramente quantitativa, e por tratar-se de um problema social, compreender o fenômeno é parte da solução e de práticas e intervenções para tratá-lo (RODRIGUES, FERNANDES, 2020).

¹³⁷ Neste capítulo, a pesquisadora opta por usar o termo “pessoa” ao se referir às pessoas em situação de rua que participaram da pesquisa. Tal escolha está baseada na aplicação positiva do termo pessoa, em sentido contrário a indivíduo ou sujeito, como sentido de um ente definível negativamente (REZENDE, 2010), já que está apresentando dados extraídos de pessoas que são historicamente e cotidianamente cercadas de preconceitos e estigmas. Rezende (2010, p.70), afirma que na Sociologia, “ indivíduo e sujeito adquiriram conotação despersonalizante, pejorativa” e que no Direito “pessoa expressa ou designa todo ser capaz ou suscetível de direitos e obrigações”, e sujeitos e indivíduos aplicados como referência a réus em processos criminais ou em sessões de tribunal de júri.

Dos 11 participantes da pesquisa, 90,9% (n=10) se declararam como do gênero masculino e 9,1% (n=1) como transgênero, não se identificando, portanto, com o gênero ao qual foi designado em seu nascimento (ONU, 2022e). A pesquisa realizada pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre População de Rua, entre agosto de 2007 e março de 2008, identificou que 82% eram homens, ou seja, a maioria em relação às mulheres (BRASIL, 2009a), o que em comparação com este universo menor da pesquisa, parece ter sido reproduzido, ressalvadas as devidas proporções. Além disso, questões acerca da identidade de gênero têm sido colocadas em debate recentemente. Inclusive, em relação ao Censo 2022, onde o IBGE conquistou na justiça o direito de não incluir nos questionários básico e amostral perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2022f). O fato é que a experiência trans pode levar à expulsão do convívio familiar (QUINTELA; BARBOSA; SILVA, 2020), conforme relatado por uma das entrevistadas¹³⁸, que foi violentamente agredida pelo pai, dentro da casa, onde vivia com a mãe, na cidade de Ponta Porã, no interior do Estado de MS. Não vendo perspectivas, ou tendo condições de assumir a sua identidade de gênero perante o pai e a mãe, mudou-se para Campo Grande, onde passou a viver nas ruas. Hoje, a exclusão social, também vivida em família, é reproduzida nas ruas. A jovem, hoje com 20 anos, inclusive, afirmou não “gostar muito” do Centro Pop porque se sente rejeitada e discriminada pelos frequentadores, a maioria homens. Observa-se que neste caso, a rua, assim como a família, são lugares repressivos, marcados por violência física e psicológica, sendo, portanto, “[...] um engano pensar que, uma vez na rua, esses cidadãos estão livres do estigma, das diversas formas de opressão e violência. O espaço urbano reproduz a divisão binária entre as pessoas [...]” (QUINTELA; BARBOSA; SILVA, 2020, p. 129).

Ressalta-se que o agravamento da situação de rua, em combinação com vulnerabilidades em contextos de discriminação, como é o caso de pessoas trans, impõe processos rígidos e dolorosos de exclusão. Por isso, o Projeto Moradia Primeiro ou *Housing First*, levando-se em conta a identidade de gênero, é bastante recomendado, pois possibilita que gestores tracem estratégias específicas no

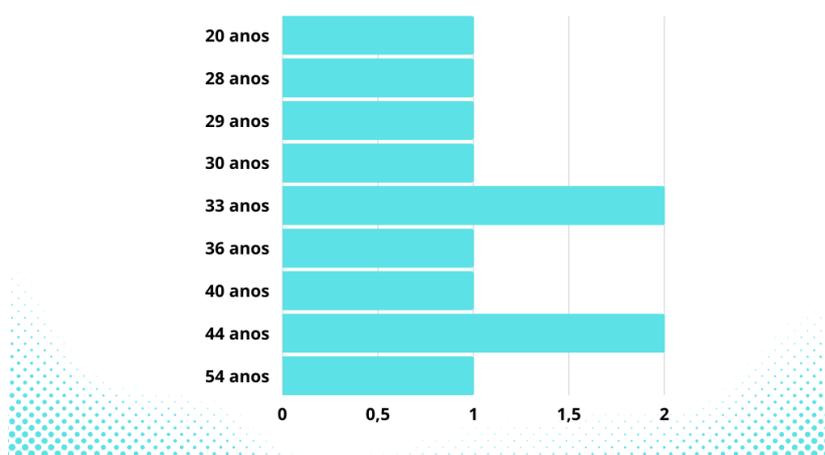
¹³⁸ Em respeito à identidade de gênero declarada pelo sujeito participante da pesquisa, uma pessoa num corpo de homem que se identifica como mulher, é que se usa o gênero feminino.

atendimento a este público, e mobilizando uma rede especializada nas vulnerabilidades e nas potencialidades apresentadas pela população trans em situação de rua (BID, 2022). Assim, pode haver chances de resgatar pessoas, tais como a jovem trans, citada na pesquisa, que abandonou o Ensino Médio e passou a usar drogas, em virtude da discriminação dos pais e da própria vivência de rua.

Os participantes da pesquisa possuem idades entre 20 e 54 anos, conforme Figura 34. Constata-se que 27,3% (n=3) possuem entre 20 e 29 anos, e 72,7% (n=8) possui idade entre 30 anos ou mais, o que sugere que se trata de uma população em idade produtiva, envelhecendo nas ruas (Figura 34). Fatores como desemprego, por um período duradouro, e a inexistência do mínimo existencial promovido pelo Estado, causa impacto em suas vidas, dificultando se manter como um cidadão que tem condições de sustento próprio, pagando o seu aluguel, se alimentando, estudando, enfim, sem o necessário para uma vida digna. É como afirma Sarmiento (2020, p.10), “uma espécie de efeito dominó” ligando questões de reestruturação produtiva, globalização, aumento da informalidade, descortinando orientações políticas, sociais e econômicas injustas e desumanas.

Figura 34 - Faixa etária dos sujeitos participantes da pesquisa

IDADE DOS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA



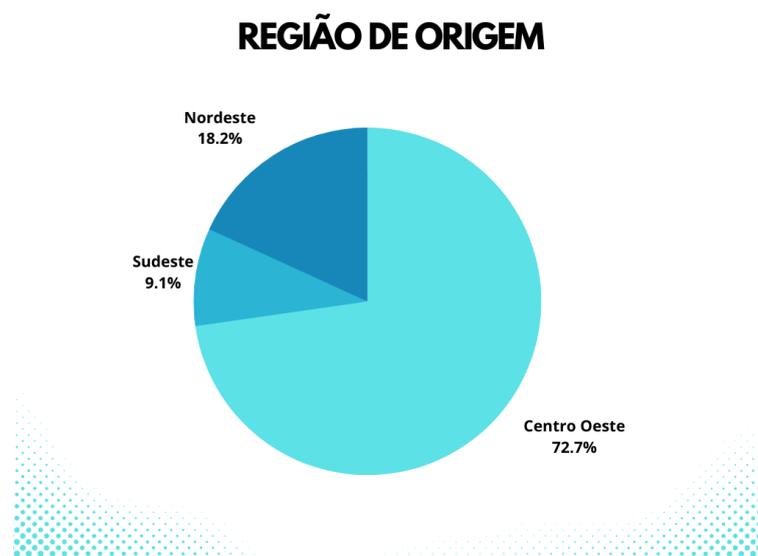
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Quanto à naturalidade dos participantes da pesquisa, a maioria ou 72,7% (n=8) é oriunda de cidades da Região Centro-Oeste. Outros 18,2% (n=2) são do

Nordeste e 9,1% (n=1) do Sudeste, conforme Figura 35 e Figura 36. Da cidade de Campo Grande, MS as motivações mais citadas para se encontrarem em situação de rua são o rompimento de vínculos familiares, problemas com droga/álcool e desemprego, o mesmo perfil de trajetórias identificadas por outros estudos referenciados nesta pesquisa (BRASIL, 2009a; PEREIRA, 2019; SARMENTO, 2020). Constata-se que 45,5% (n=5) são pessoas nascidas em Campo Grande, MS, e 18% (n=2) são naturais de cidades do interior do Estado do MS, sendo elas, Ponta Porã e Rio Brillhante. Os 36% (n=4) restantes são de municípios dos seguintes estados: Mato Grosso, Bahia, Ceará e São Paulo. Ou seja, a maior parte, ou 54,5% (n=6), não são nascidas em Campo Grande, e entre essas pessoas, os motivos mais citados como motivos para tal situação são o alcoolismo, perda de moradia e empatados, o desemprego e problemas familiares. Indicativos de migração para outras cidades e estados, podem estar relacionados com “[...] busca por melhores condições de vida e fracassos colhidos nas cidades anteriores pela falta de trabalho [...]” (NASCIMENTO, 2008, p.65). É possível afirmar que a Região Nordeste aparece na presente pesquisa pois é antiga conhecida pelo fluxo de migração acentuado (PEREIRA, 2019) e de evasão populacional.

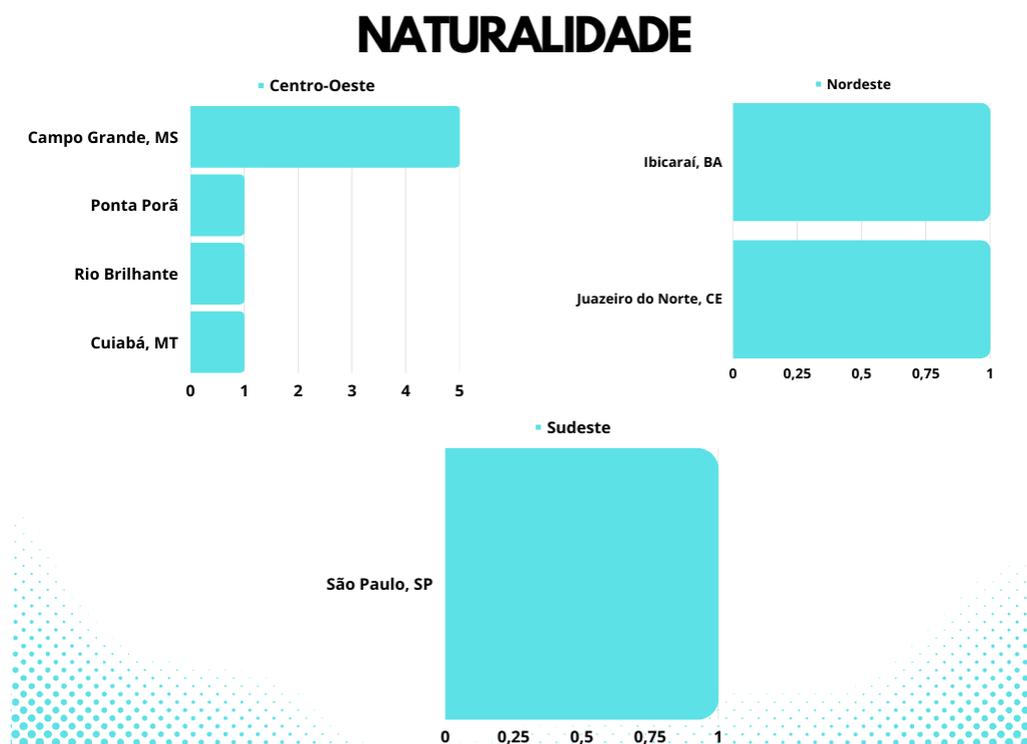
Destaca-se que dentre as pessoas que estão em Campo Grande-MS, mas não são naturais da cidade, 16,7% (n=1) vivem na cidade entre seis meses e um ano, 33,3% (n=2) entre 1 ano e cinco anos, 16,7% (n=1) entre cinco e dez anos e 33,3% (n=2) moram na cidade há mais de dez anos. Ou seja, são pessoas que permanecem um tempo considerável na região, mas que não é possível dizer se do universo total de pessoas vivendo no município, a permanência por longo período se repete, e em que condições. Cita-se como exemplo, o caso de um dos participantes que, apesar de estar em Campo Grande há nove meses, durante este período encontrava-se em um centro de reabilitação para dependentes em álcool e drogas. A sua vivência na cidade, portanto, iniciou-se com a sua primeira experiência de rua há menos de 24 horas.

Figura 35 - Região de origem dos participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Figura 36 - Naturalidade dos participantes da pesquisa

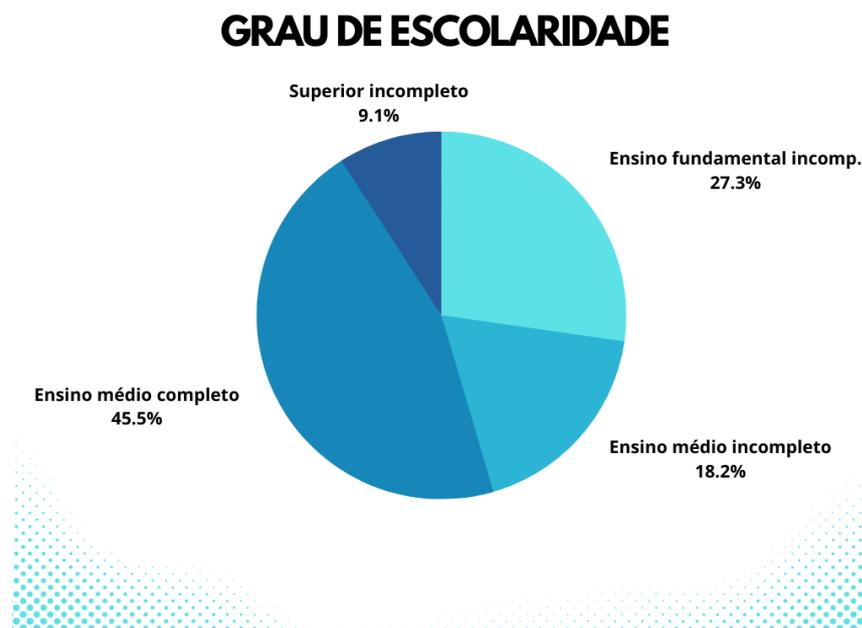


Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em relação à escolaridade, um percentual de 45,5% (n=5) declarou ter cursado o Ensino Médio completo, e os demais com alguma formação escolar, conforme Figura 37, não havendo analfabetos entre os entrevistados. Levando-se

em conta que 18,2% (n=2) cursaram o Ensino Médio sem concluí-lo, o número de pessoas que possuem escolaridade para além do Ensino Fundamental é mais representativo, ou seja, 72,7% (n=8), já que 9,1% (n=1) afirmou ter chegado ao ensino superior, mas abandonou o curso de Geografia, estando há menos de um ano nas ruas. Fazendo-se uma correlação entre o grau de escolaridade e a experiência de carteira de trabalho assinada, o número de participantes que já tiveram a carteira assinada em algum momento de sua vida é superior entre os com maior grau de escolaridade, 75% (n=6) contra 33% (n=1) com o nível de ensino Fundamental Incompleto. Tal constatação, de maneira geral, pode apontar a relação direta entre formação e oportunidades de trabalho, à despeito da história de vida de cada uma dessas pessoas. É um indicativo de que deve haver mais investimentos em educação e formação continuada para que essas pessoas possam voltar a se desenvolver pessoalmente e profissionalmente, se atualizando também em relação às novas tecnologias. Estas, incorporadas aos processos produtivos, acabam por exigir maiores qualificações dos trabalhadores (PEREIRA, 2019). Afirma-se que a solução não é simplista e de mão única. Sendo o problema complexo e multidimensional, a solução também é. Como menciona Sarmiento (2020), a ausência e atraso das políticas públicas destinadas ao grupo estimula projetos reparadores, o que demonstra a desarticulação entre programas e instâncias do governo. É preciso haver comunicação entre os aparelhos dos serviços de saúde, serviço social, trabalho, cultura e educação. Na educação, projetos visando a emancipação social e autonomia, como em um projeto de competência em informação, devem estar unidos às várias facetas do perfil desses usuários, incluindo capacitação por intermédio de cursos e oficinas que desenvolvam as potencialidades e resgate da esperança e autoestima dessas pessoas. E se a solução não é de mão única, a capacitação continuada de gestores e profissionais que se dedicam à temática também deve ser pensada, o que no contexto desta pesquisa, deve incluir profissionais das bibliotecas que recebem esse público em seus espaços, bem como dos espaços de acolhimento como o Centro Pop.

Figura 37 - Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Perguntados sobre onde costumam dormir ou passar a noite, 57,1% (n=8) dos respondentes citaram a rua, conforme Figura 38, sendo mencionados locais como, a cobertura de uma oficina de carros, varanda de farmácia, beira de córrego, meio do mato, calçada. Dentre as pessoas que costumam pernoitar na rua, um deles havia vivido tal experiência pela primeira vez na noite anterior à aplicação do questionário. Havia saído de uma clínica de recuperação em alcoolismo, e estava no Centro Pop em busca de um lugar no abrigo/albergue, contudo, sem sucesso por falta de vaga. Era uma sexta-feira, e isso o deixaria na rua por mais três dias, já que o Centro Pop, instituição que realiza esse tipo de encaminhamento, só reabriria na segunda-feira. Afirmou que não volta para a casa da mãe, que cuida de sua filha, porque a casa é muito pequena. Na noite anterior, havia feito muito frio na cidade de Campo Grande, MS e esta pessoa relatou ter sofrido muito, “foi horrível, doído”, afirmou. Além disso, foi roubado, restando-lhe apenas o RG que estava no bolso da calça. Levaram os demais documentos, certificados de cursos que fez na clínica onde estava internado, e alguns livros que carregava na mochila. Com olhos marejados em diversos momentos, ao conversar com a pesquisadora, parecia com medo e assustado; observando tudo ao seu redor, desconfiado. Com o olhar, acompanhava os três

colegas que conheceu na noite fria e com quem se juntou para aquecer, com receio de que fossem embora e o deixassem sozinho.

A questão do roubo foi uma das queixas mais frequentes, mas parece não estar limitada a quem pernoita nas ruas. Em conversa com alguns deles no Centro Pop, afirmaram ter sido furtados dentro do próprio espaço. Os três jovens que passaram a noite fria juntos, relataram à pesquisadora que pela manhã, haviam ganhado cobertores ofertados pelo centro de acolhimento e encaminhamento, o Centro Pop. Contudo, ao retornarem do refeitório, onde o café é servido, não encontraram os cobertores que deixaram no pátio da instituição. Aliás, o albergue, o segundo mais citado como espaço de pernoite, 21,4% (n=3), foi mencionado por alguns dos participantes como um lugar não seguro. Um dos participantes da pesquisa afirmou que preferia as ruas ao albergue, tendo em vista a insegurança com roubos, furtos, violência e condições precárias.

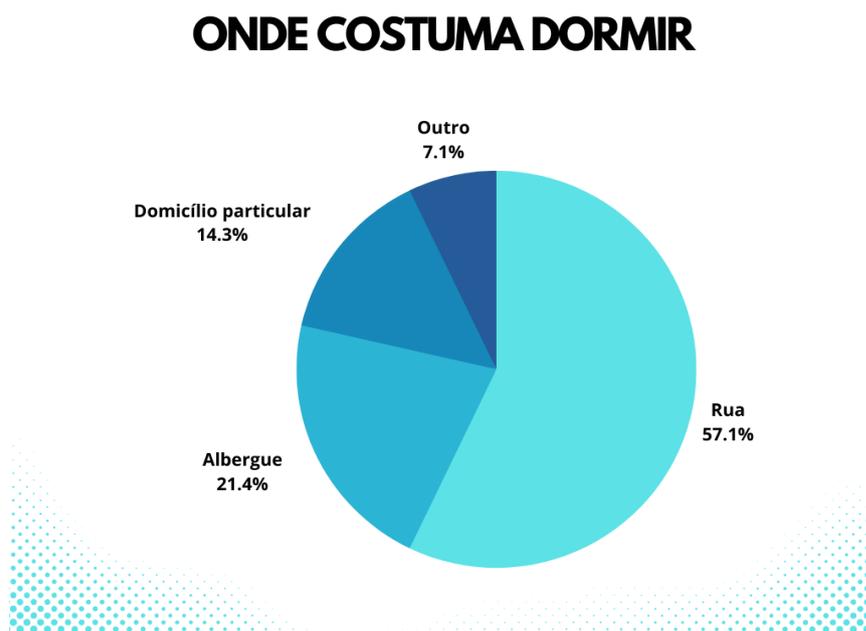
O domicílio particular, foi mencionado por 14,3% (n=2). Um deles, que vive nas ruas há mais de dez anos, pernoita na casa do irmão por um ou dois dias, aproximadamente de três em três meses. Esta pessoa afirmou que está nas ruas há mais ou menos 21 anos, já que foi para as ruas com 12 anos. Nunca teve carteira assinada e estudou até o sexto ano do ensino fundamental, o que reforça a relação entre tempo de rua, escolaridade baixa e falta de oportunidades de trabalho com mais segurança. Tal combinação pode resultar em mais dias vivendo em condições extremas de vulnerabilidade social, como a do caso deste participante da pesquisa que passa em média, 24 dias por ano na casa de um parente e 341 dias dormindo pelas ruas. Hoje com 33 anos, viveu a maior parte de sua vida em condições sub-humanas.

A outra pessoa participante da pesquisa, afirmou alugar um quarto onde pernoita todos os dias, trabalha em uma padaria, sem carteira assinada, onde ganha em torno de R\$ 1.200, 00 mais R\$ 600, 00 de auxílio do governo federal. Foi possível identificar que esta pessoa hoje consegue alugar um quarto, com uma vivência de até seis meses pernoitando pelas ruas. Embora tal condição pareça ser um pouco melhor, a sensação que se tem é de que tal situação é volátil, já que em seu trabalho havia apenas uma expectativa de carteira assinada, “ainda vão

registrar”. Frequentador da Biblioteca Municipal, para acessar o computador em busca de informações que lhe interessam ou de que sente necessidade é um potencial participante a voltar a dormir nas ruas, pelas condições de trabalho que possui, por não ter estudo além do Ensino Médio. Esta pessoa lembra muito a figura do neo-urbano, onde está inserido o trabalhador precário e itinerante, em que as condições econômicas precárias, criam situações de vulnerabilidade social e habitacional (GRIMALDOS, TRACHANA, 2020).

Observa-se que uma construção abandonada é citada na categoria “Outro”, ou seja, 7,1% (n=1). Interessante observar que esta pessoa dorme na mesma construção, relativamente afastada do centro da cidade, todos os dias. A escolha do lugar se deu em função de ser mais reservado e seguro, já que tem medo de sofrer violência se ficar exposto, tendo em vista sua identidade de gênero, que é trans.

Figura 38 - Local de pernoite dos participantes da pesquisa



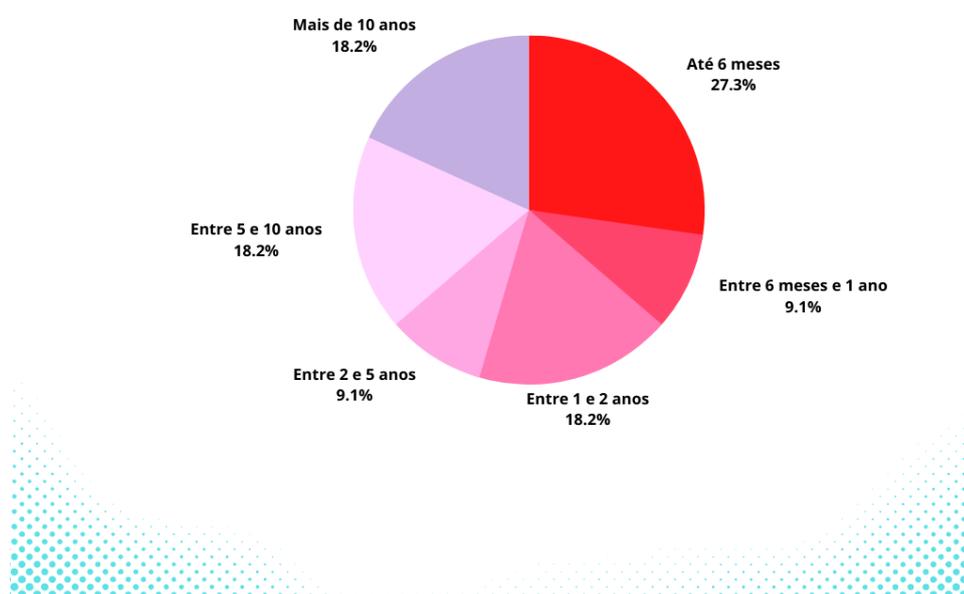
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O tempo em que os participantes da pesquisa vivem na rua, conforme Figura 39, aponta que 27,3% (n=3) estão até seis meses nesta situação. Somando-se as pessoas que vivem entre cinco e dez anos ou mais nas ruas, tem-se um percentual maior, ou de 36,4% (n=4). Levando-se em conta todas as pessoas que vivem há

mais de seis meses na rua, é um número elevado (8 pessoas) do universo total (11 pessoas). Tais números indicam que com o passar dos anos, mais difícil torna-se para a pessoa sair das ruas, a condição que até os seis meses parece ser temporária, passa a ser permanente, e com isso, o grau de vulnerabilidade mais severa. Daí a importância de o Estado agir o mais breve possível para que esta condição seja cessada.

Figura 39 - Tempo de permanência na rua

TEMPO EM QUE VIVE NA RUA



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dentre as motivações mais citadas para estarem vivendo nas ruas, identifica-se o alcoolismo/drogas 30,4% (n=7), problemas com familiares/companheiro, 26,1% (n=6) e o terceiro motivo mais citado, o desemprego com 17,4% (n=4), de acordo com a Figura 40, coincidindo com os resultados do I Censo Pop Rua ainda em 2008 (BRASIL, 2009a), invertendo-se apenas a ordem. A perda de moradia, mencionada por 13% (n=3), esteve relacionada com pessoas que moravam com alguém da família, e após falecimento dos pais se viram desamparados, sem um teto para se abrigar. Ou no caso da pessoa que veio para Campo Grande a fim de morar com o irmão, mas este, passado um período, acabou indo embora da cidade. Sem ter

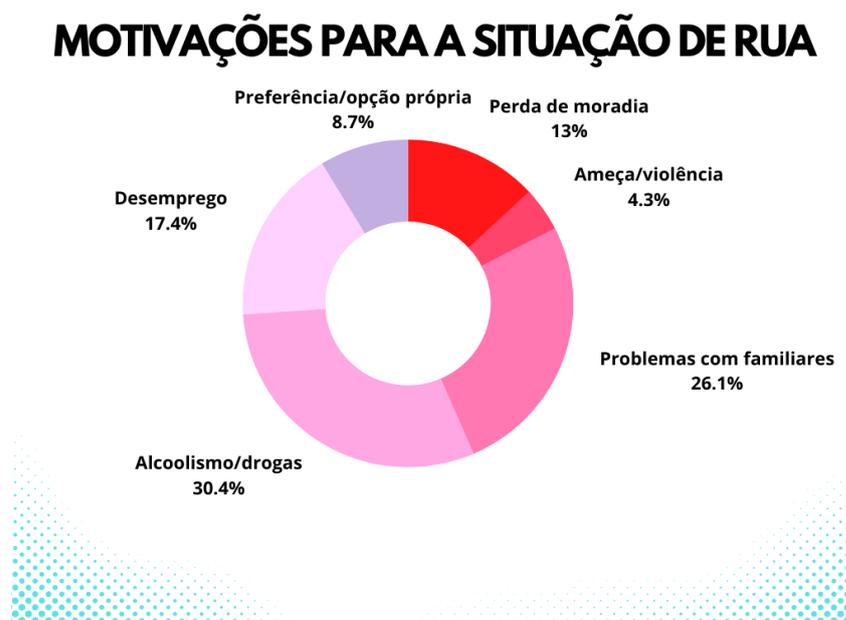
como se manter, entrou em um estado de vulnerabilidade habitacional, passando a viver na rua. Comparando os resultados da presente pesquisa com as de Pereira (2019), Sarmiento (2020), Hungaro *et al.* (2020) ou Spudeit (2021), em maior ou menor escala, os motivos parecem ser sempre da mesma ordem, diferenciando-se em um ou outro ponto, contudo sempre situações que expõem as pessoas a grandes vulnerabilidades.

Entende-se relevante comentar que dos 8,7% (n=2) que escolheram preferência/opção própria, um deles é o que atualmente aluga um quarto para dormir, não sendo possível identificar outros detalhes sobre a sua condição de vulnerabilidade ou história de vida, a não ser que vive sozinho e tem pouco contato com algum parente, sendo ele anual. Por ser natural de Campo Grande-MS, é possível que sua família viva na cidade, e que mesmo assim, o nível de contato é raro. Haveria outros motivos para estar nesta condição? Não se sabe. O fato é que esta pessoa se mostrou extremamente reservada, diferente dos demais de quem se conseguiu estabelecer um contato que os levaram a compartilhar detalhes de suas vidas, além das respostas obtidas por meio do questionário. Um exercício de criatividade aqui não é possível, estas colocações foram deixadas no sentido de refletir que neste contexto de vulnerabilidade e desfiliação social, é preciso um olhar cuidadoso de qualquer profissional a esse público, inclusive de bibliotecários e profissionais que trabalham em bibliotecas. É preciso observar, se aproximar e conhecer. E neste sentido, a empatia é um exercício que qualquer cidadão deveria tentar desenvolver ao se deparar com uma pessoa ou um grupo de pessoas nesta condição. Porque como afirma Dowd (2018), que há muitos anos convive e trabalha com pessoas em situação de rua nos Estados Unidos, na empatia, a chave é se colocar no lugar do outro, contudo, ela é fácil com pessoas que são como você. É difícil, alerta o autor, com pessoas cujas vidas são muito diferentes da sua. É preciso um esforço no sentido de compreender como a vida deles, a visão de mundo, as expectativas deles são diferentes da sua.

A outra pessoa que apontou no questionário que foi uma preferência ou opção própria, também indicou a perda de moradia, problemas com alcoolismo/drogas e desemprego, o que confirma que as dimensões do problema

são muitas. E mais, é possível que todos os motivos tenham culminado em uma situação de aceitação da condição ou descrédito de que possam deixá-la. Destaca-se que a maioria dos participantes, ou 63,6% (n=7), marcou mais de um motivo e 36,4% (n=4) um dos motivos.

Figura 40 - Motivos que levaram à situação de rua



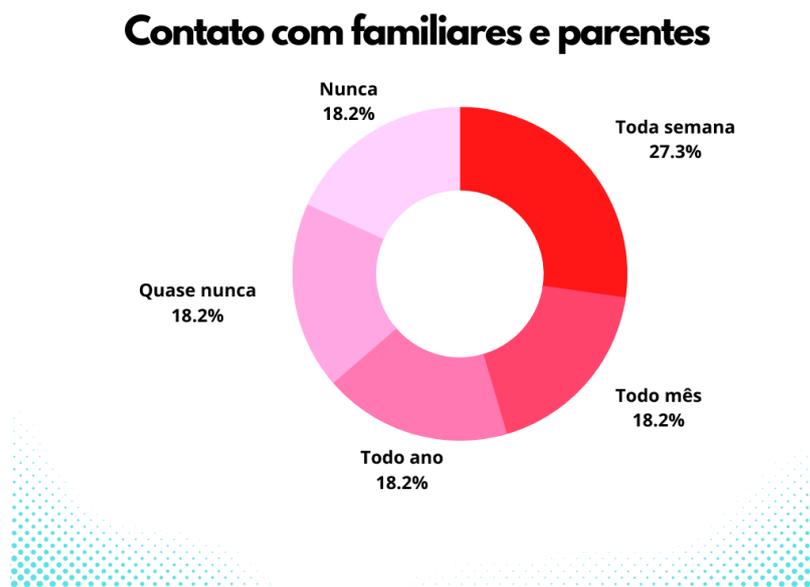
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Nenhum dos participantes da pesquisa vive com a família, seja na rua ou no albergue. Mas, 27,3% (n=3) afirmaram ter contato com algum parente, toda semana, conforme observa-se na Figura 41. E estes são os que estão até dois anos em situação de rua. Comparando-se o tempo de permanência nas ruas, observa-se que quanto mais tempo nesta situação, menos contato indicam ter com familiares. Um deles, vivendo há mais de dez anos nas ruas, afirmou que tem filhos, entretanto quase não tem contato com os mesmos, afirmando que “filho só quer, só sabe pedir”. A mesma pessoa também tem irmãos e irmãs na cidade de Campo Grande-MS, mas também evita contato, apesar de ter passado o Natal de 2021 com eles, mas que não gosta. Alegou que um irmão o agrediu e uma das irmãs não olha naturalmente para ele, que parece estar analisando-o dos pés à cabeça. Este participante também contou que quando o pai faleceu, para poder participar do enterro, foi a pé até Camapuã-MS, que fica a uma distância de 141 km de Campo

Grande, o que segundo estimativa do Google Maps dá algo em torno de 26 horas caminhando. Afirmou que foi e voltou a pé. Este relato parece indicar o desejo de pertencer, de ter uma família, mas ao mesmo tempo, o sentimento de se sentir diferente ou inferiorizado, também o distancia. O que transparece sentir em relação aos irmãos, por exemplo, parece ser a negação do reconhecimento, a indiferença e o desprezo, que para Gardou (2018, p. 47) são instrumentos de tortura, e para quem “Todo ser destituído de seu valor social está ameaçado de cair fora do mundo.”

Ao analisar os 18,2% (n=2) que afirmaram nunca ter tido contato com algum parente, ambos possuem histórico forte de violência na família. Um deles é a participante trans que teve o braço quebrado com uma barra de ferro usada pelo pai, conforme violência já relatada anteriormente. E a outra pessoa, afirmou que ele mesmo jurou o pai de morte por três vezes, contudo, não ficou claro o motivo. Apenas disse que em virtude disso, a família o enviou do Estado do Paraná, onde moravam à época, para Campo Grande-MS. Afirmou que a avó e outros parentes moram na cidade, mas que “cansou de ir atrás deles”. Mencionou que já foi empresário e traficante, e há cerca de um mês, começou a trabalhar em uma conveniência, na reposição de mercadorias. Ele vive há mais de dez anos em situação de rua, mas mencionou que agora está saindo desta condição já que dorme numa espécie de galpão da conveniência onde começou a trabalhar recentemente. Histórias assim indicam o quão complexas são as vidas dessas pessoas, os meandros que compõem suas vivências de rua, e quanta violência sofrem a ponto de se desvincular da família, chegando a um ponto de vulnerabilidade social tal, capaz de levá-los ao passo seguinte que é a desfiliação social. Por isso a importância das bibliotecas, e mesmo centros de acolhimento, e demais instituições públicas, por meio de seus colaboradores, buscarem a empatia no trato com esses usuários vulnerabilizados, afinal, como afirma Gardou (2018, p.87): “Nunca se deve desconsiderar o sofrimento dos outros.”

Figura 41 - Periodicidade do contato com família



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

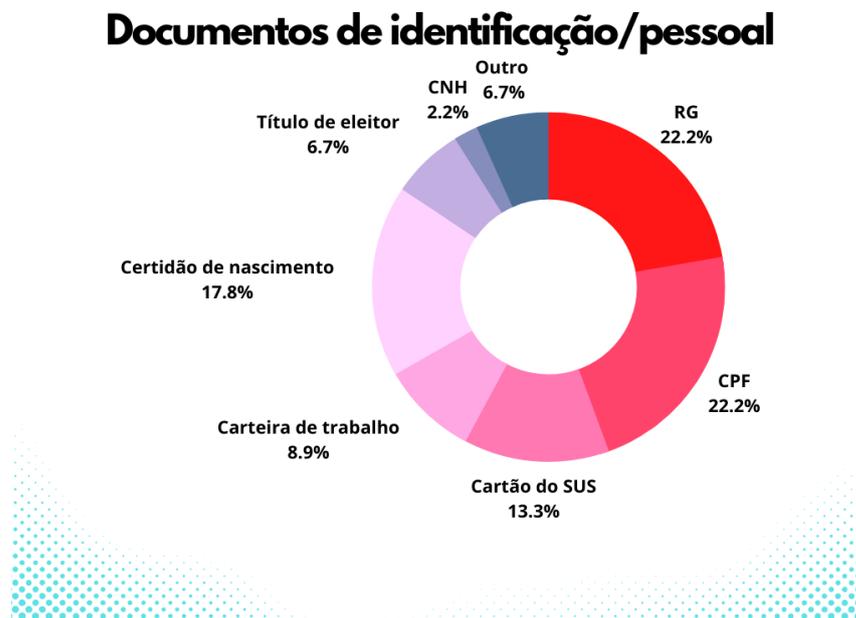
Uma das dificuldades encontradas por pessoas em situação de rua é a posse ou guarda de seus documentos. Quando perguntados sobre os documentos de identificação/pessoal que possuem, os mais citados foram o RG e CPF, cada um deles sendo mencionados 22,2% (n=10) vezes. O segundo documento mais citado foi a certidão de nascimento 17,8% (n=8), seguido do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) 13,3% (n=6), conforme pode ser observado na Figura 42. Provavelmente tais documentos foram os mais citados por essas pessoas porque o Centro Pop ajuda na solicitação para emissão desses documentos, sendo a pesquisadora informada pela gestão do Centro Pop que os mais solicitados são a certidão de nascimento, o RG, CPF e Carteira de Trabalho, coincidindo com os resultados apontados no questionário aplicado. Porém, pelas condições de vida que levam estão sempre em busca de novos documentos porque são roubados, extraviados, danificados pela chuva, dentre outras situações. Alguns afirmaram que andam com a cópia do documento porque perderam o original. Outros, mencionaram que andam com a cópia e deixam o documento original guardado no Centro Pop, o que foi confirmado pela gestão da instituição. Cada um deles possuem pastas, com uma espécie de histórico de encaminhamentos e atendimentos, podendo deixar o documento original ali guardado.

Apenas 6,7% (n=3) possuem título de eleitor, o que apenas reforça que estão à margem da sociedade. O título é um importante documento que dá ao cidadão o direito à participação ativa e direta na formação de um governo, envolvendo a representação dos eleitores nos espaços de poder. A dimensão política é uma dimensão importante na compreensão de um projeto de competência em informação, conforme mencionado ao longo desta pesquisa por diversos autores (VITORINO; PIANTOLA, 2011, 2019; LUCCA, 2015; LUCCA; VITORINO, 2020). É portanto, um aspecto importante a ser considerado por bibliotecas que atendem seus usuários, no sentido de envolvê-los quanto à conscientização, a transformação da vida em sociedade, em busca da emancipação e do empoderamento, a fim de que ajudem essas pessoas a reencontrar o sentido da vida, uma vida de conquistas, de expressar as suas dificuldades e exigir do Estado saídas e soluções para elas.

É um paradoxo que no ano de 2022 tenha havido uma das eleições mais importantes da história do Brasil, com um número tão grande de pessoas vivendo em condições sub-humanas e perceber que estavam completamente alheias, apáticas (ou seria desesperançadas?), um deles inclusive disse que possui o título, mas não vota. Outro participante, afirmou que não votou nas duas ou três últimas eleições, e não sabia que poderia ter o CPF cancelado se não justificar a ausência, o que pode, no futuro, trazer-lhe restrições ao buscar e receber auxílios e benefícios do governo.

Os 6,7% (n=3) indicados como “Outros” referem-se à Carteira de Reservista, e foram citados por pessoas com idade de 28, 20 e 33 anos, dois deles com até seis meses em situação de vulnerabilidade. Observa-se que o Certificado de Reservista pode impedir os homens a tirar ou renovar o passaporte, assumir um cargo público ou obter título de eleitor, dentre outras situações. Assim, importante reforçar as recomendações da IFLA (2017) no sentido de que as bibliotecas ofereçam serviços que ajudem essas pessoas a recuperar documentos pessoais, e ela mesma revendo as suas políticas, não exigindo documentos que inibem a frequência dessas pessoas em seus espaços ou dificultando o empréstimo de materiais.

Figura 42 - Documentos de identificação dos entrevistados



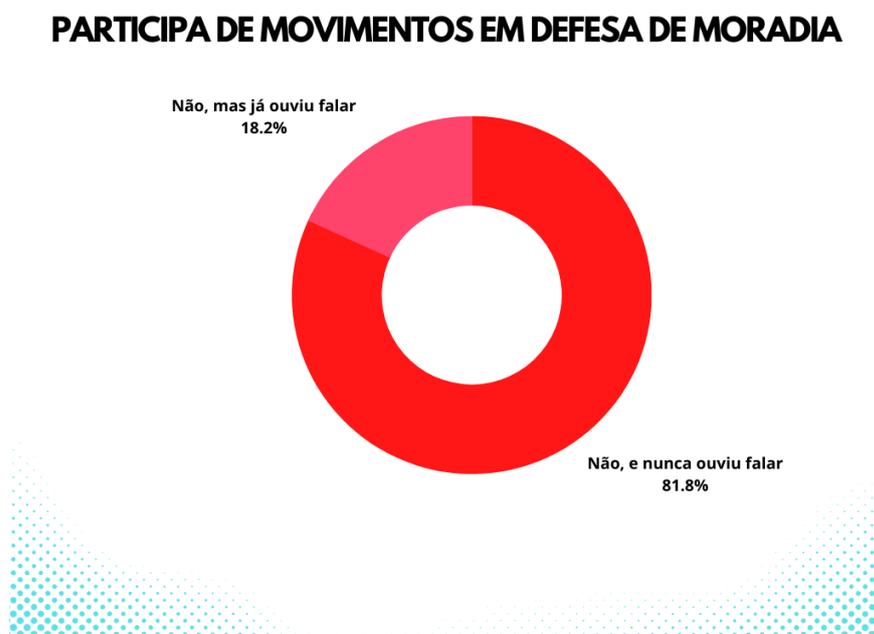
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A questão com o objetivo de investigar se frequentaram ou participaram de alguma atividade comunitária, nos últimos seis meses, revelou que 63,6% (n=7) não participaram, seguido de 18,2% (n=2) que afirmaram não saber ou não se lembrar. Um dos participantes, ou 9,1% (n=1) informou escola e 9,1% (n=1) disse ter participado de “Outro”, referindo-se à clínica de recuperação na qual esteve internado. O resultado tem relação com a desfiliação social, pois geralmente são pessoas que andam sozinhas ou em pequenos grupos. Como são estigmatizadas, evitam locais que possam sofrer algum tipo de preconceito. Ou até mesmo, não se acham dignas de frequentar esse ou aquele espaço público ou desconhecem seus direitos em frequentá-los. Veja-se como exemplo, o comentário de um dos participantes que afirmou ter deixado de frequentar a Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim porque precisava pegar elevador, sentindo-se inibido quando entravam outras pessoas. Informa-se que atualmente, a biblioteca está funcionando no térreo do prédio, que também abriga algumas secretarias do governo e espaços culturais como o Museu da Imagem e do Som (MIS) e o Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Aliás, esses espaços podem servir de apoio a atividades que despertem a dimensão estética da ColInfo, tanto

pela biblioteca estadual, quanto pela municipal, em parceria com o Centro Pop também.

Nenhuma dessas pessoas ouviu falar em Movimento Nacional da População em Situação de Rua, movimento social que discute e luta pelos direitos das pessoas dessa parcela da população brasileira (MNPR, 2010). Isto, se reflete nos resultados quando perguntados sobre já terem participado de algum encontro, congresso ou jornada sobre moradia, e as condições em que vive a PSR, conforme mostrado pela Figura 43, em que 81,8% (n=9) nunca participou e nunca ouviu falar e 18,2% (n=2) afirmaram não ter participado, mas que já ouviram falar. Ressalta-se que a participação do MNPR é importante no estabelecimento de políticas públicas com vistas a atender essas pessoas. Em 2022, o MNPR organizou o V Congresso Nacional da População de Rua realizado na cidade de Maceió, AL e dentre várias atividades, constava em sua programação, a realização de uma oficina “Educação ao Letramento Digital com a PopRua – Inclusão Social” (SINTUPERJ, 2022). Neste sentido, oficinas desta natureza podem e devem ser oferecidas por bibliotecas, que podem estabelecer parcerias com o MNPR a fim de propor ações que visem alcançar esse público da biblioteca.

Figura 43 - Participação em movimentos em defesa da moradia



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

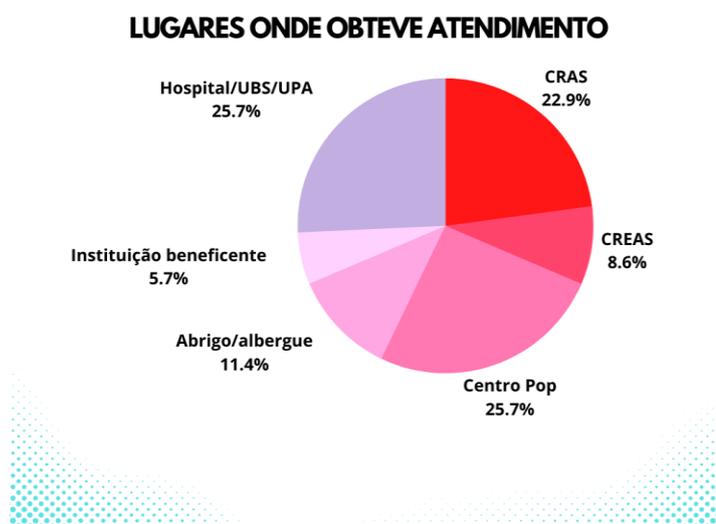
A Figura 44 mostra os lugares onde os participantes da pesquisa buscaram atendimento nos últimos seis meses, e o mais citado, 25,7% (n=9), foi o Centro Pop, um resultado entendido como natural já que seis dos onze participantes da pesquisa, responderam ao questionário enquanto procuravam atendimento no local. Instituições de saúde como hospital, Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Unidade de Pronto Atendimento (UPA) também foram citadas por 25,7% (n=9), o que provavelmente tem ligação com a fragilidade na saúde da população em situação de rua. Afinal, são pessoas que não se alimentam bem, privadas de sono, higiene adequada, sem acompanhamento da saúde para prevenção de doenças. O segundo local apontado pelos questionários aplicados, mostra o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com 22,9% (n=8). O CRAS atua para prevenir situações de vulnerabilidade social e é o Centro responsável por orientar os cidadãos sobre benefícios assistenciais e de inscrevê-los no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico. Em seguida, a opção abrigo/albergue foi mencionada 11,4% (n=4) vezes. Tal número é reflexo da pouca quantidade de vagas em abrigos na cidade de Campo Grande-MS, calculada por esta pesquisadora em no máximo 330 vagas¹³⁹, para um número de pessoas em torno de 6.733, em 2020 (SAS, 2020). Outra informação comumente encontrada em pesquisas (BRASIL, 2009a; SARMENTO, 2020) é a dificuldade dos cidadãos, que buscam tais abrigos, em se adaptar à rotina, às regras, e até mesmo em alguns casos, à falta de estrutura desses locais, como falta de higiene e falta de segurança, a impossibilidade de levarem seus cães (O TRECHEIRO..., 2019), ou conforme relatado em conversas com cidadãos encontrados pelas ruas de Campo Grande-MS.

Ressalta-se que o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) foi citado por 8,6% (n=3) das pessoas do grupo pesquisado. O CREAS promove ações para controlar os impactos que já foram causados na população vulnerável. Dentre várias ações, os funcionários atendem pessoas que sofreram algum tipo de violência física, psicológica ou sexual, presta auxílio aos indivíduos em

¹³⁹ As 330 vagas são ofertadas por 4 instituições, sendo elas: Unidades de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (UAIFA I e UAIFA II), com 80 a 100 vagas cada; Casa de Passagem Resgate, com 80 vagas e Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis, com 50 vagas.

condição de ameaça, abandono, negligência, discriminação social e maus tratos (SAS, 2022). No município de Campo Grande-MS existem três unidades do CREAS. A pesquisadora não conseguiu identificar, por meio dos usuários, o porquê deste importante Centro ter sido pouco referenciado, ficando atrás apenas de “Instituição beneficente” que foi citada 5,7% (n=2). Mas, alguns lampejos de possibilidades podem ser aventados quando se busca no *Google Maps* alguma avaliação dos usuários. Há poucos meses, um usuário se queixou que não conseguiu obter orientação, tendo em vista que “o órgão público fica transferido sempre para outro lugar. Nunca é onde mandam a gente procurar”. Outra usuária, há aproximadamente três anos, reclamou da falta de um contato válido para saber os documentos necessários para conseguir obter atendimento, antes de se dirigir ao local (GOOGLE MAPS, 2022). E há cerca de um ano o próprio CREAS deixou um comentário com algumas orientações, conforme se observa na Figura 45. Para pessoas fragilizadas, exigências de apresentar documentos, dirigir-se a um órgão para poder ir a outro e ruído na comunicação são motivos mais que suficientes para que não busquem ajuda em locais criados para controlar impactos de vulnerabilidade a que estão expostos.

Figura 44 - Locais onde buscaram atendimento



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Figura 45 - Comentário do CREAS no Google Maps



Fonte: Google Maps (2022)

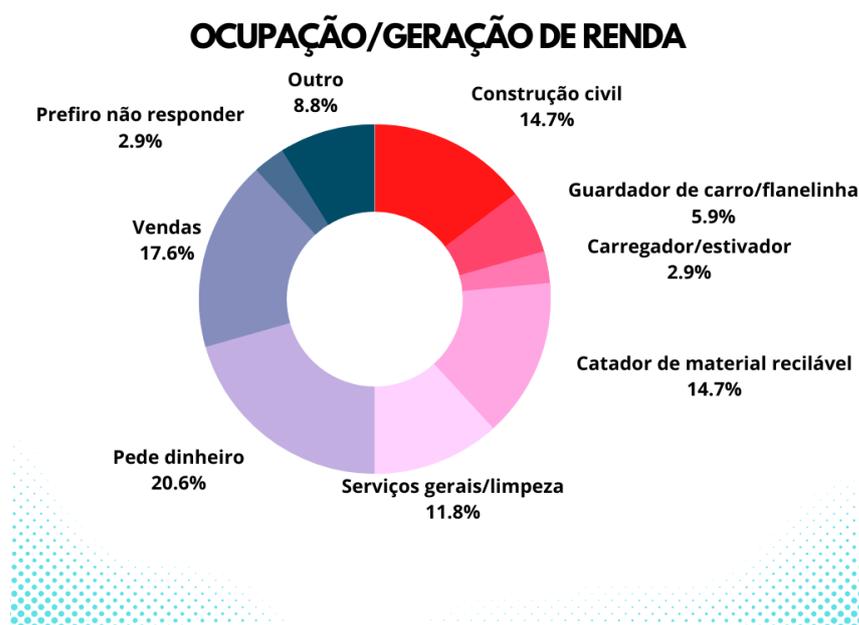
A Figura 46 dá uma ideia da ocupação exercida pelos participantes da pesquisa, para geração de fonte de renda, sendo: que 20,6% (n=7) pedem dinheiro, algo considerado como rotina, uma forma de sobrevivência, na vida de uma minoria dessas pessoas, assim considerado no I Censo Pop Rua (BRASIL, 2009a), bem como o estudo realizado na cidade de Maringá, PR entre 2015 e 2018, com 701 pessoas em situação de rua. Mesmo com um recorte menor no número de pessoas na presente pesquisa, tal característica parece se repetir, tendo em vista que somando-se as demais ocupações indicadas, a renda está acima de atividades como “pedir dinheiro”, ou como alguns se referem, mendicância. Ou seja, com exceção de quatro pessoas que afirmaram não pedir dinheiro, as demais às vezes recorrem a esta maneira de obter algum dinheiro, mas, realizando outras atividades também. Um dos participantes afirmou que só consegue pedir dinheiro quando está bêbado, “de cara limpa” não tem coragem. O participante que havia passado a sua primeira noite na rua, precisou passar pela experiência de pedir dinheiro junto aos colegas, afirmando que com o dinheiro conseguido, compraram pão, já que estavam com fome.

Acerca da opção “Outro” que corresponde a 8,8% (n=3), uma pessoa considerou o auxílio do governo (ao lado de pedir dinheiro quando está bêbado e

venda de balas, chicletes e gomas no semáforo). Uma outra, mencionou “padaria” e a terceira, indicou a prostituição (juntamente com outras três atividades).

Afirma-se que, quanto ao aspecto laboral para a sobrevivência, fora o “pedir dinheiro” citado pela maioria, os trabalhos mais exercidos são vendas com 17,6% (n=6), construção civil e catador de material reciclável com 14,7% (n=5) cada, e serviços gerais/limpeza com 11,8% (n=4).

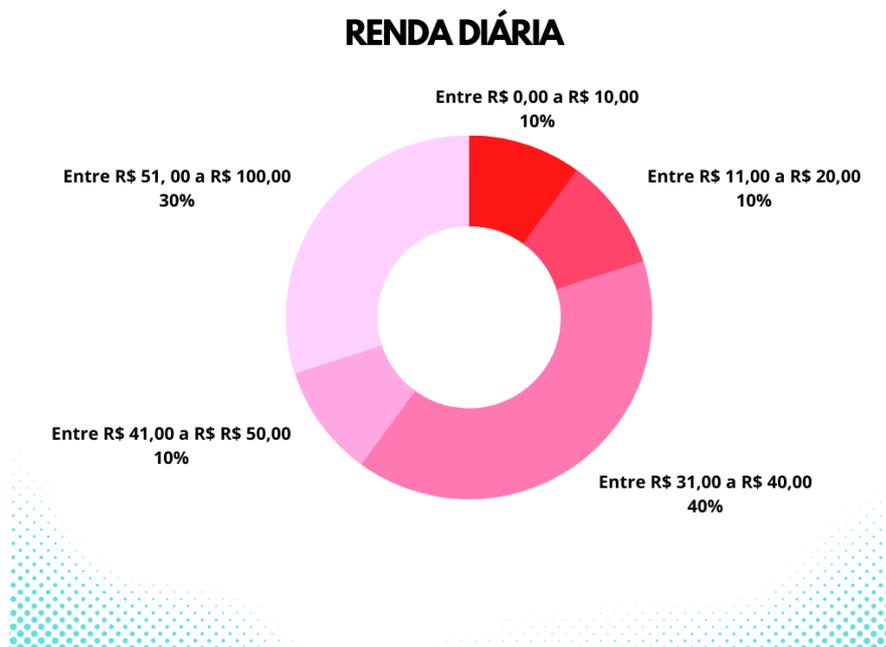
Figura 46 - Ocupação e geração de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Abre-se um parêntese para informar que 63,6% (n=7) dessas pessoas afirmaram, em algum momento da vida, ter conseguido registro em carteira, e 36,4% (n=4), disseram que nunca tiveram carteira assinada. A realidade é que no momento da aplicação dos questionários, nenhum deles possuía vínculo empregatício seguro. Ademais, dos onze entrevistados, um deles afirmou não ter renda alguma, que é justamente o que havia saído da clínica de reabilitação e passado a noite na rua, pela primeira vez. Em relação aos outros dez participantes, a maioria deles, ou 40% (n=4) possuem uma renda entre R\$ 31,00 e R\$ 40,00. E 30% (n=3) informaram possuir renda entre R\$ 51,00 e R\$ 100,00. Os outros 30% (n=3) tentam sobreviver com até R\$ 50,00, conforme Figura 47.

Figura 47 - Renda diária dos participantes da pesquisa



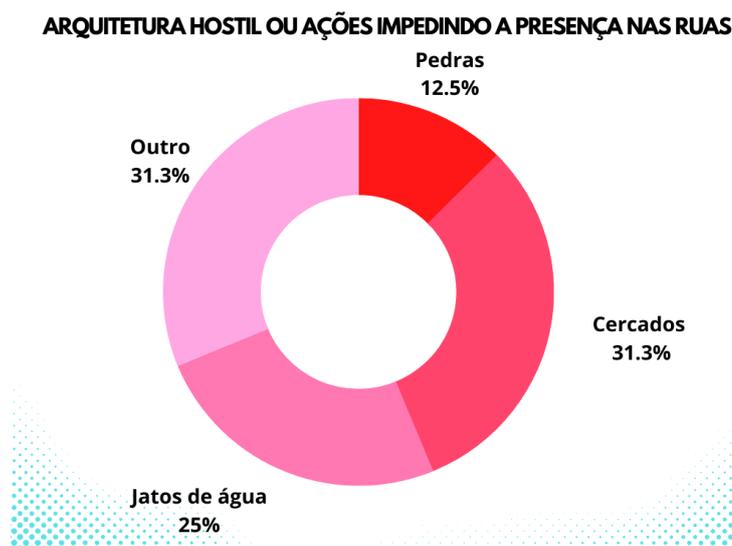
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A pobreza é falta de liberdade porque impossibilita a pessoa a realizar os seus projetos de vida. A pobreza promove a discriminação entre as pessoas, porque muitas delas não conseguem organizar a própria vida e buscar a felicidade, tendo em vista que apenas parte da humanidade tem condições e meios para fazer isso (CORTINA, 2019). Assim, a pesquisadora buscou compreender se os participantes da pesquisa já foram vítimas de algum tipo de preconceito por estarem em situação de rua. Ou seja, se perceberam que outras pessoas da sociedade já manifestaram uma ideia preconcebida pelo fato de encontrar-se vulnerabilizado, em situação de extrema pobreza, e assim considerada como inferior, segundo a pessoa ou o grupo preconceituoso (LOPES, 2012). A maior parte, ou 72% (n=8) afirmou que sim, foi vítima de preconceito e 27% (n=3) consideraram que não. Um deles lembrou que foi chamado de aleijado, por ser uma pessoa com deficiência, em virtude de uma limitação em um dos braços.

O preconceito não raras vezes passa à discriminação, à segregação, molestamento e até mesmo ao genocídio (BERTH, 2020; LOPES, 2012), e em

relação à pobreza, movimentos aporofóbicos são vistos com frequência cada vez maiores contra pessoas em situação de rua. Por isso, a pesquisadora buscou identificar se a aporofobia (CORTINA, 2019) contra essa população estava restrita a grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Perguntou então, se já haviam percebido algum tipo de barreira física por parte da sociedade e governo, pelo fato de estarem e dormirem nas ruas, por não ter uma moradia fixa. Os resultados demonstrados pela Figura 48, sinalizam que a aporofobia está presente na sociedade e muitas vezes institucionalizada. Os cercados foram lembrados por 31,3% (n=5), o que quer dizer que já passaram pela situação de se depararem com os espaços usados para dormir, ou permanecer, fechados por cercas, tapumes e similares. Na opção "Outro" que também representa 31,3% (n=5) foram citadas algumas violações, tais como: colocação de prego no chão, barracas rasgadas, ataques com pedra, polícia acorda, guarda municipal truculenta. Afirmaram que é difícil permanecer em espaços públicos. Por isso é compreensível que alguns prefiram dormir no meio do mato ou na beira do córrego. Outra prática violenta são os jatos de água, 25% (n=4), frequentemente usados por prefeituras que com a desculpa de limpeza de praças e espaços públicos, tem a real finalidade de manter o chão molhado, evitando que as pessoas possam ali se deitar. Também foi relatado o fato de que pessoas da comunidade, às vezes jogam água pela janela de algum apartamento, visando atingi-los. O uso de pedras corresponde a 12,5% (n=2). Observa-se que 81,8% (n=9) passou por situações de violência, uma crueldade, tendo em vista que privados de um lugar onde morar, também não conseguem passar as suas noites em locais públicos ou abertos. Aqueles que deveriam acolhê-los, não raras vezes, enxota-os. E somente dois participantes, ou 18,2% (n=2) disseram não ter percebido situações desta natureza.

Figura 48 - Ações que impedem a presença nas ruas



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sobre o racismo, 100% (n=10) do grupo em situação de rua, afirmou saber o que é. Destes, 90% (n=9) soube dizer de que forma identificam quando está sendo vítima de racismo, conforme suas palavras na Figura 49:

Figura 49 - Pessoas em situação de rua sobre o racismo

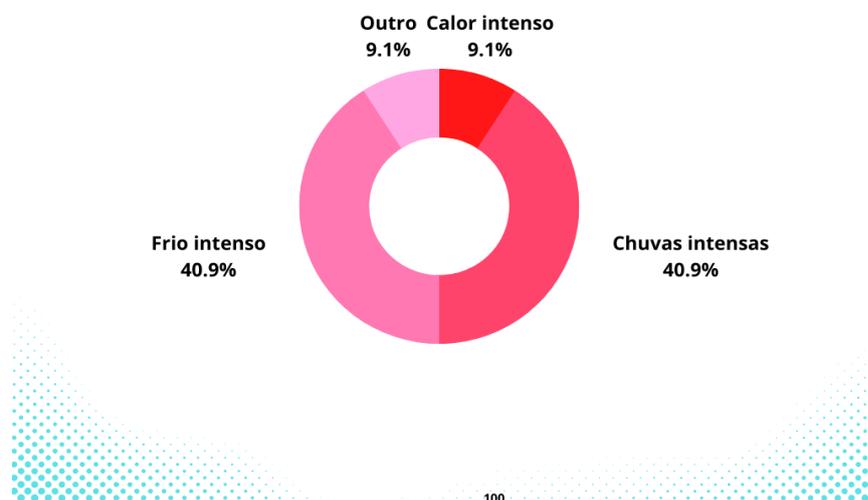


Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na investigação que se buscou fazer a fim de traçar o perfil sociodemográfico/econômico dos participantes, e do modo como vivem, questionou-se acerca de como as questões ambientais do planeta afetam o dia a dia dessas pessoas. O frio e as chuvas intensas foram escolhidos como momentos mais difíceis para quem não tem onde se abrigar ou se proteger de fenômenos cada vez mais presentes no mundo, conforme verificado na Figura 50. Estão ligados ao desequilíbrio da natureza, provocados pela má ação ou interferência negativa do homem. Cada um foi apontado 40,9% (n=9) vezes. Uma pessoa lembrou que nos momentos de frio, o calor humano ajuda. O calor foi apontado por 9,1% (n=2), e um dos participantes mencionou que é ruim porque não se tem acesso ao banho. Outros 9,1% (n=2) colocaram na questão ambiental, a falta de alimentação e higiene. De certa maneira, são questões ligadas a questões ambientais no sentido de que extremos na temperatura influenciam a produção de alimentos, e a falta de recursos hídricos afetam a higiene das pessoas. Ou, a falta de higiene das pessoas em larga escala, pode causar doenças que afetam as cidades. Enfim, estas são algumas possibilidades e ao mesmo tempo um exercício de treinar a consciência para enxergar o mundo por uma perspectiva holística. E mais, enxergar o mundo sob o olhar de quem sofre vivendo ou tentando sobreviver nas ruas. Todos somos responsáveis por uma luta contra as desigualdades. É preciso resgatar Cortina (2019) para asseverar que é preciso empoderar os pobres, e neste sentido, um dos grandes, se não o maior, dos objetivos é reduzir as desigualdades, porque além de serem indesejáveis por si mesmas, geram a pobreza.

Figura 50 - Questões ambientais que afetam o dia a dia das PSR

QUESTÕES AMBIENTAIS QUE MAIS AFETAM NO DIA A DIA



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

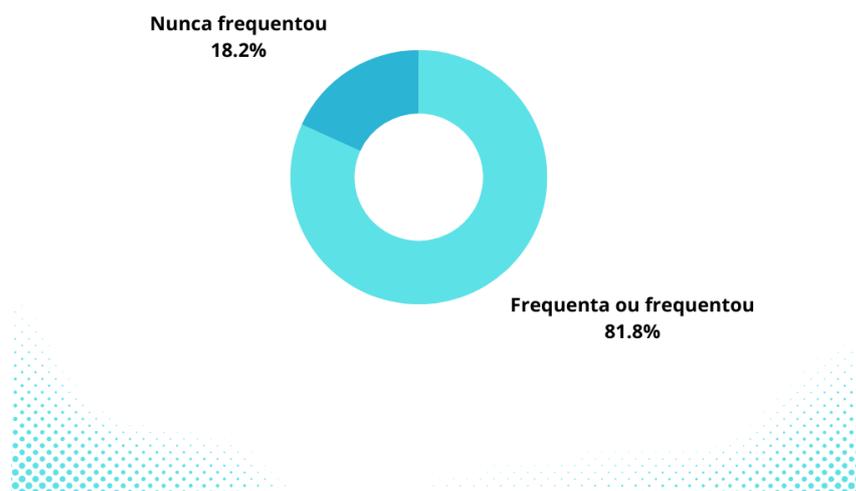
Além de delinear o perfil dos participantes da pesquisa sob o aspecto sociodemográfico/econômico, o questionário visou identificar as percepções e práticas decorrentes quando frequentam as bibliotecas públicas para o acesso e uso da informação, sob a ótica de suas necessidades informacionais. Isto posto, os resultados apontam que das onze pessoas entrevistadas, 18,2% (n=2), afirmaram que nunca frequentaram as bibliotecas. Contudo, uma delas contou à pesquisadora que sempre comprou e se interessou por livros. E seus temas preferidos sempre foram: ocultismo, conto de terror, sobrenaturais, empreendedorismo, Programação Neurolinguística (PNL). Esta pessoa está em situação de rua há no máximo seis meses, cursou até o oitavo ano do Ensino Fundamental, e um dos motivos que o levou para as ruas foram problemas com familiares e alcoolismo/drogas. A relevância de conhecer o mais que se pode os usuários, sejam eles usuários ou potenciais usuários, é perceber que ao oferecer livros ou serviços relacionados com o seu gosto literário, como cursos e oficinas, pode ser uma maneira de cativá-lo, de acolhê-lo em suas necessidades, inclusive as informacionais. Procurar obras que abordem questões sociais, com problemas semelhantes ao que vivem ou de superação a eles, pode ser um exemplo. No corpo da pesquisa são citadas algumas

obras, nomes de filmes que podem servir de subsídios em atividades junto a essas pessoas, dentre outras certamente existentes. Ou, como citato pelo próprio participante, em que o PNL é um assunto de seu interesse, além de poder ajudar em processos de desenvolvimento de competências.

Afirma-se, com base nos dados obtidos, que 81,8% (n=9) dos respondentes do questionário frequentam ou frequentaram as bibliotecas públicas de Campo Grande-MS, conforme mostrado na Figura 51. Todavia, uma pessoa dentre as nove, afirmaram não se lembrar de qual das duas frequentou. Então, levando-se em conta as oito que se lembram, constata-se que 75% (n=6) frequentam ou frequentaram as duas bibliotecas, ou seja, a municipal e a estadual, e que 25% (n=2) somente a Biblioteca municipal.

Figura 51 - Frequenta ou frequentou a Biblioteca

FREQUENTA OU FREQUENTOU A BIBLIOTECA ESTADUAL OU A MUNICIPAL



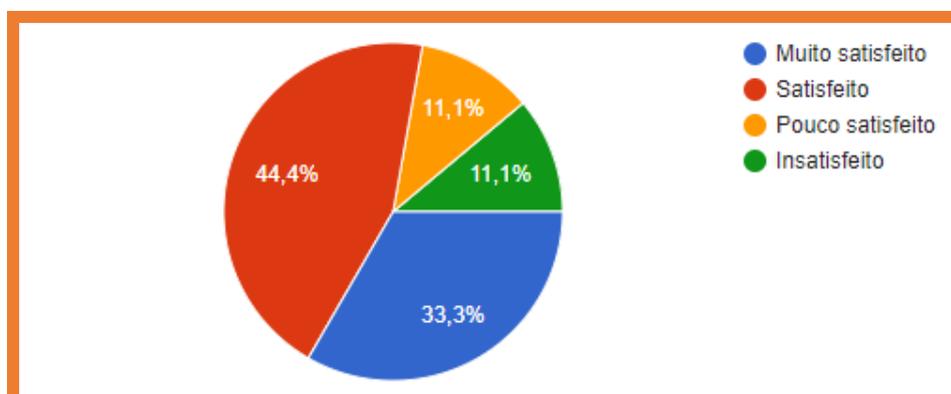
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Figura 52 mostra acerca da satisfação em relação aos serviços oferecidos pelas bibliotecas, em que 44,4% (n=4) afirmaram satisfação, 33,3% (n=3) muita satisfação, 11,1% (n=1) demonstrou pouca satisfação e 11,1% (n=1) insatisfeito com o serviço. Conforme observado anteriormente, duas pessoas nunca frequentaram as bibliotecas, portanto, não puderam opinar quanto à satisfação dos serviços oferecidos. Em relação ao participante que apontou pouca satisfação com a

biblioteca, justificou que não encontrou a informação de que precisava, bem como faltou diálogo com o atendente. Já o que se afirmou insatisfeito, fez ressalvas em relação às duas bibliotecas. Na estadual, o fato de se sentir constrangido ao pegar elevador com outras pessoas, bem como não se sentir à vontade porque “a tela do computador era voltada para fora, todo mundo via o que acessava. E tinha uma servidora que ficava olhando muito, e isso incomodava.” E na municipal, se queixou da falta de banheiro, ou da falta de permissão para que os usuários utilizem o banheiro que existe dentro da biblioteca. Mesmo os banheiros do parque Horto Florestal onde está localizada a biblioteca municipal, não raras vezes, encontram-se fechados. Sugeriu que fossem abertos para banho, já que esta é uma grande dificuldade para quem vive nas ruas.

Conforme mencionado antes, a questão do elevador foi resolvida, pois a biblioteca estadual agora funciona no térreo. A questão da posição do computador é um detalhe que pode ser pensado pelos gestores no sentido de observar que na condição de vida que levam, essas pessoas não possuem privacidade. Assim, receios quanto aos acessos, podem ser resolvidos com a tecnologia, bloqueando sites impróprios ou maliciosos. Mas seria uma forma de oferecer a este usuário um espaço em que se sinta mais à vontade ou com maior privacidade, dentro dos limites do que se espera do uso dos equipamentos culturais e informacionais. Quanto à queixa da informação não encontrada, estudos de usos e usuários visam conhecer os usuários, e as informações que esperam encontrar, permitem fazer planejamentos para aquisição de materiais bibliográficos, dentre outros benefícios.

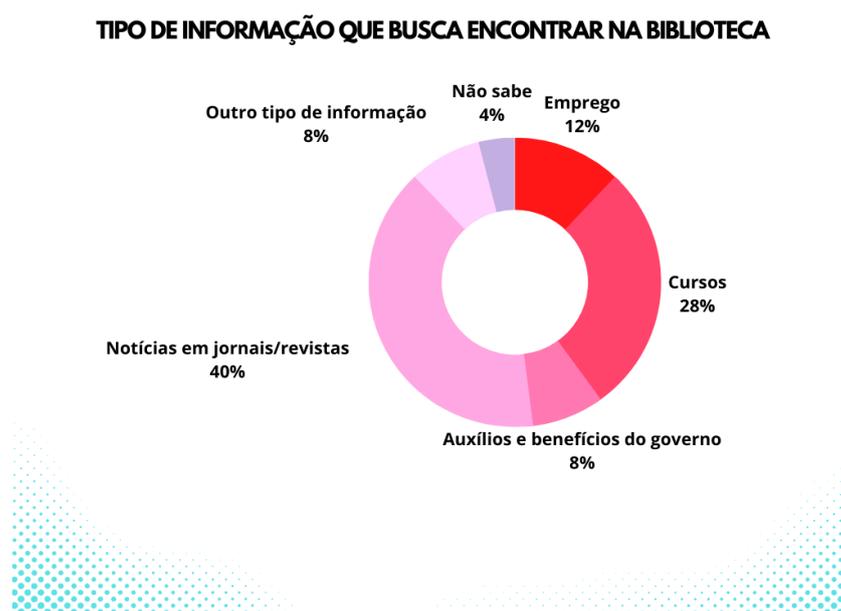
Figura 52 - Satisfação em relação aos serviços oferecidos pela biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Perguntados sobre que tipo de informação buscam quando vão à biblioteca, notícias em jornais e revistas são os mais citados, 40% (n=10), como se observa na Figura 53. Ressalta-se que mesmo aos 18,2% (n=2), que afirmaram nunca ter frequentado as bibliotecas, foi solicitado que respondessem acerca da questão, tendo em vista que independentemente de serem usuários ou potenciais usuários das bibliotecas, torna-se relevante saber que tipo de informação interessa a este público. Isto ajuda para que a política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas possa se adequar às demandas dessas pessoas. Todos, em maior ou menor necessidade, em maior ou menor urgência, têm na informação um elemento que guia a vida, as tomadas de decisões, a resolução de problemas, dentre outras circunstâncias, e em variados contextos.

Figura 53 - Tipos de informação que buscam encontrar na biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dentre os assuntos que gostam de ler em jornais e revistas, identificou-se o constante no Quadro 22, respeitando os termos usados pelas pessoas:

Quadro 22 – Assuntos de interesse em jornais e revistas

Tipos de notícias em jornais e revistas que mais gostam de ler
✓ Luta
✓ Esporte
✓ Criminalidade
✓ Conhecimentos gerais
✓ Mídia Max (nome de um jornal na cidade)
✓ Agropecuária
✓ Colheita
✓ Moda
✓ Poesias
✓ Autoajuda
✓ Atualidades
✓ Geopolítica
✓ Governo
✓ Filme
✓ Entretenimento
✓ Guerra
✓ Documentário

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Outro apontamento foram as informações sobre cursos, 28% (n=7). E o terceiro tipo de informação de maior interesse entre os participantes da pesquisa, refere-se a emprego, 12% (n=3). Na opção “Outro tipo de informação”, 8% (n=2), também foi possível extrair indicativos do quanto podem ser diversos os interesses informacionais dos participantes, tais como: História do Brasil, cursos pela internet, livro de ficção e policial, foram os citados. Dois dos participantes, 8% (n=2) disseram buscar informações sobre auxílios e benefícios do governo, indicativo de que há demanda por este tipo de informação, podendo as bibliotecas ampliarem seus

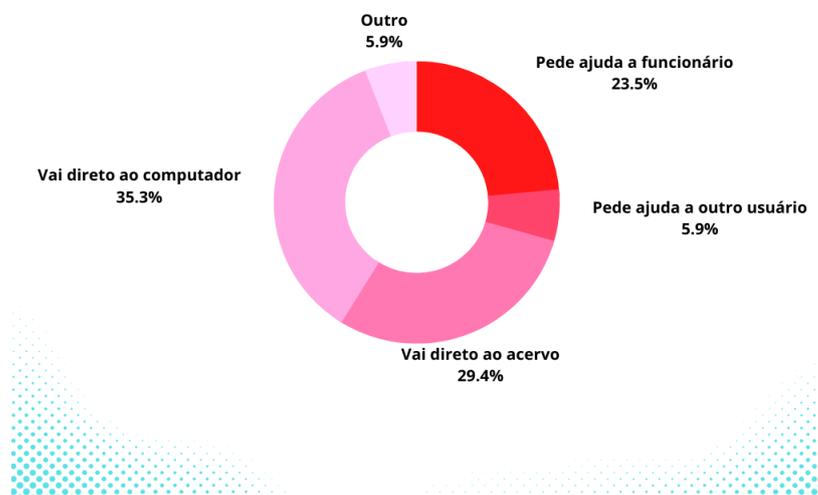
serviços, estabelecendo parcerias para institucionalizar este serviço de oferta da informação social ou informação cidadã. Uma pessoa, 4% (n=1) disse que não saber que tipo de informação busca quando vai à biblioteca.

Reforça-se que o estudo de usos e usuários de bibliotecas públicas são relevantes para melhor definir sobre que tipo de informação as pessoas em situação de rua procuram. Compreende-se que ter essas pessoas frequentando bibliotecas, por exemplo, é uma grande oportunidade para se propor ações que explorem todas as suas potencialidades enquanto cidadão, a despeito de todas as suas vulnerabilidades, contribuindo assim para o empoderamento transformador em suas vidas.

Quanto a práticas decorrentes dos 81,8% (n=9) que frequentam as bibliotecas públicas, para o acesso e uso da informação, foi perguntado como fazem para acessar a informação de que precisam, o que pode ser observado na Figura 54. Assim, a maioria ou 35,3% (n=6) afirmou que vão direto ao computador acessar a internet. Entretanto, um deles, ao referir-se à biblioteca estadual fez uma ressalva: “Quando tinha computador”. O participante afirmou que depois que a biblioteca desceu para o térreo, os computadores ainda não foram instalados, e em sua opinião, isto influencia na frequência das pessoas no local. De fato, não foram observados computadores disponíveis aos usuários, sendo possível ter uma ideia do espaço anterior, quando ficavam disponíveis, conforme imagem encontrada na internet, em veículo de circulação, na Figura 55. A mesma pessoa mencionou que existe *wi-fi* disponível para os usuários, e foi a única dos participantes da entrevista observado com celular. É possível que por se encontrar há menos de um ano nesta situação, possuir uma renda fixa por meio do Auxílio-Doença, afirmar que sua condição de rua se deu unicamente em virtude de problemas com familiares, é que consiga manter o aparelho, já que é sabido que quando envolve drogas, costumam vender ou trocar o que possuem. Como tem o e-mail cadastrado, afirmou acessar a internet sozinho, pelo celular, e frequenta a Biblioteca Estadual quase todos os dias.

Figura 54 - Como acessam a informação na biblioteca

COMO FAZ PARA ACESSAR A INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Figura 55 - Computadores da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim em 2016



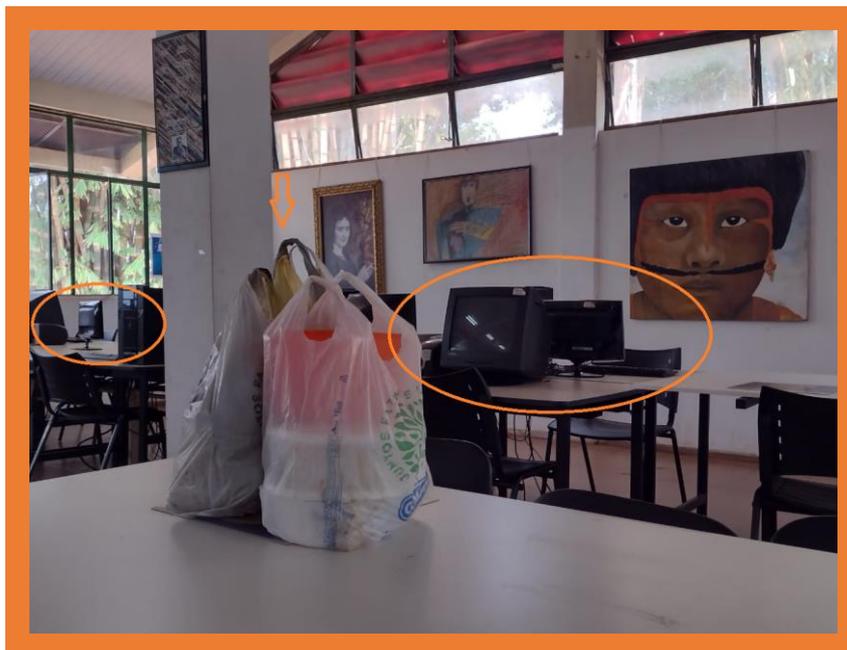
Fonte: Campo Grande News (2016)¹⁴⁰

¹⁴⁰ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/morador-de-rua-passa-dia-em-biblioteca-lendo-e-anotando-para-matar-dor-do-tempo>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Em relação à Biblioteca Municipal, existem nove computadores de fácil acesso à disposição dos usuários, conforme Figura 56. Para se conectarem à internet é preciso que façam um cadastro no Conecta Campo Grande, que é o serviço de acesso gratuito à internet em diversos pontos da cidade, de forma ágil e simplificada. O fato de a biblioteca possuir *wi-fi* e os computadores pode ser melhor explorado no sentido de trabalhar a competência midiática dos usuários, aproveitando melhor os recursos disponíveis e em favor deste público.

Ainda sobre os resultados apresentados na Figura 56, afirma-se que preferem ir direto ao acervo 29,4% (n=5) a pedir ajuda ao funcionário 23,5% (n=4). Sugere-se investigar se essa aparente autonomia está ligada à vergonha que sentem tendo em vista a situação de rua, à independência do usuário ou mesmo à falta de acolhimento dos funcionários, já que um deles indicou que certa vez pediu ajuda ao servidor, mas o mesmo só indicou a direção e ele se dirigiu sozinho até o acervo. Esta pessoa é a mesma que se sentiu pouco satisfeita em relação aos serviços oferecidos pela biblioteca. Outro mencionou que pediu ajuda ao funcionário apenas no começo, hoje não mais, porque frequenta a biblioteca estadual há muito tempo.

Embora apenas 23,5% (n=4) tenham afirmado que solicitam ajuda para algum funcionário, foi observada por parte dos gestores a disposição e o compromisso em atender os usuários. Contudo, é necessário que as instituições estejam sempre revendo os protocolos de atendimento para que se sintam acolhidos e com sentimento de pertença, à vontade para se dirigirem a qualquer servidor da biblioteca em busca de ajuda e orientação. Ou seja, o acolhimento e atendimento será fundamental para compreender a informação que os grupos de usuários necessitam, já que “[...] a compreensão desse grupo de pessoas implica aproximar-se delas, estudá-las, investigá-las, ou trocando em miúdos, realizar estudos de usuários.” (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. [vii]).

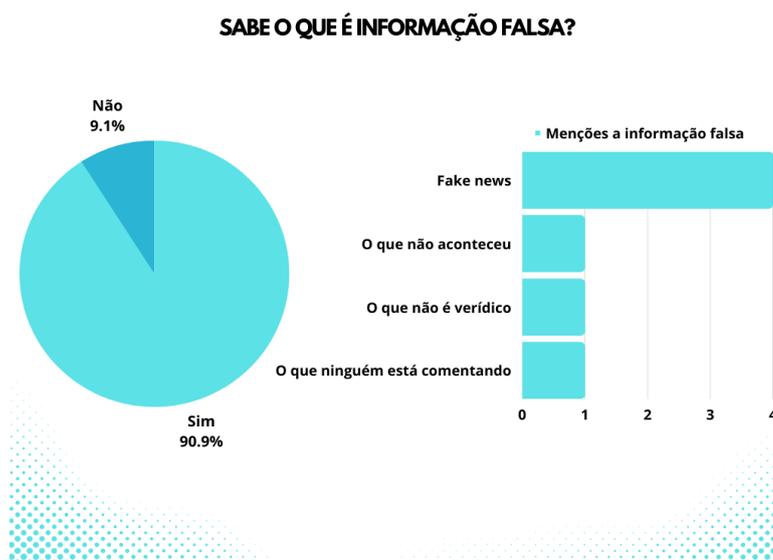
Figura 56 - Computadores da Biblioteca Municipal

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Tendo em vista que a competência em informação se constitui em um conjunto de habilidades integradas, que dentre vários aspectos, envolve a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, o uso que se faz da informação na criação de novos conhecimentos (ALA, 2022b) e de sua importância no combate à desinformação, torna-se relevante compreender em como os participantes entendem a informação falsa e se sabem identificá-la. Assim, os resultados obtidos constam na Figura 57. Dos participantes, 90,9% (n=10), afirmaram saber o que é informação falsa, e indicaram como a entendem, conforme as menções feitas, e onde a maioria tem a compreensão de que se trata de *fake news*. Interessante a percepção identificada de que tem relação com aquilo que não está sendo comentado, quando justamente elas têm como característica, a rápida disseminação. Este é um mal que atinge a toda sociedade, e deve ser uma preocupação das bibliotecas públicas. Por meio de um projeto de competência em informação é possível trabalhar questões como desinformação, identificação de notícia falsa, até mesmo para evitar que pessoas vulnerabilizadas caiam em golpes ou submetidos a um ataque emocional, como aconteceu nas eleições de 2022, no Brasil. Perfis apoiadores do candidato derrotado nas eleições, divulgaram

informações de que o, à época, candidato Luiz Inácio Lula da Silva, se eleito, proibiria a concessão do benefício a famílias, restringiria ou reduziria o valor médio mensal pago aos beneficiários (AOS FATOS, 2022), dentre outras, o que gerou preocupação e desinformação entre as pessoas mais pobres e beneficiárias.

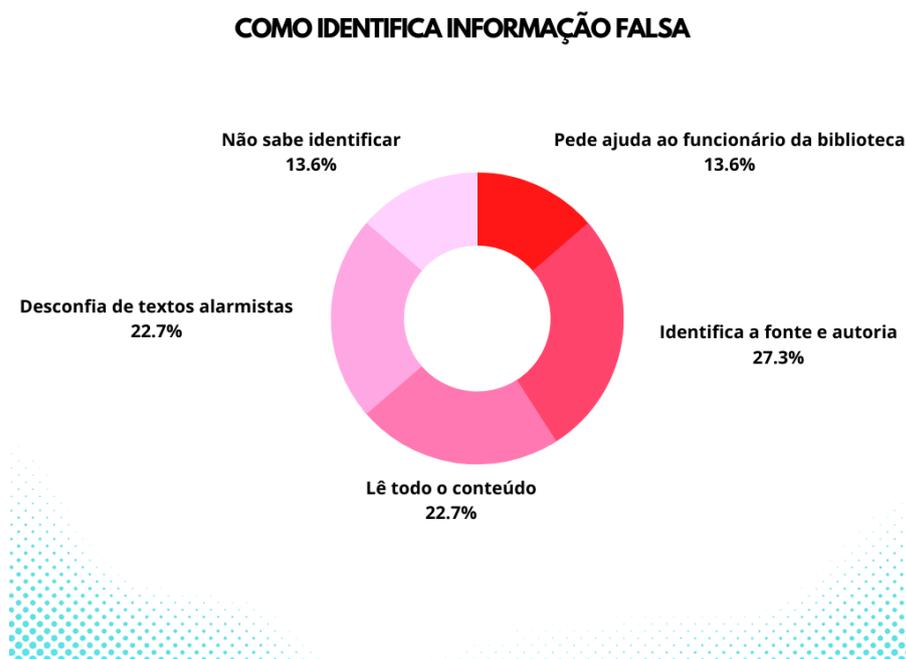
Figura 57 - Percepção sobre informação falsa



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Apesar das tentativas de mencionar ou explicar o que entendiam por informação falsa, 13,6% (n=3) afirmaram não saber identificar quando ela é falsa, e o mesmo número, 13,6% (n=3), declarou pedir ajuda ao funcionário, conforme se observa na Figura 58. Contudo, 27,3% (n=6) disseram que como estratégia para identificar quando uma informação é falsa, procuram verificar a fonte e a autoria, desconfiando de textos alarmistas 22,7% (n=5) e lendo todo o conteúdo, 22,7% (n=5). Observa-se que possuem algum entendimento sobre o que se pode fazer antes de acreditar em qualquer informação. Pode ser um sinal de que a intensificação de campanhas no combate à desinformação tenha surtido algum efeito, sobretudo da imprensa, unindo-se a parceiros, montando agências de checagem de notícias falsas. E esta possibilidade pode ter alguma ligação com o fato de 40% (n=10), conforme já mencionado na Figura 53, buscarem notícias em jornais e revistas, quando vão à biblioteca.

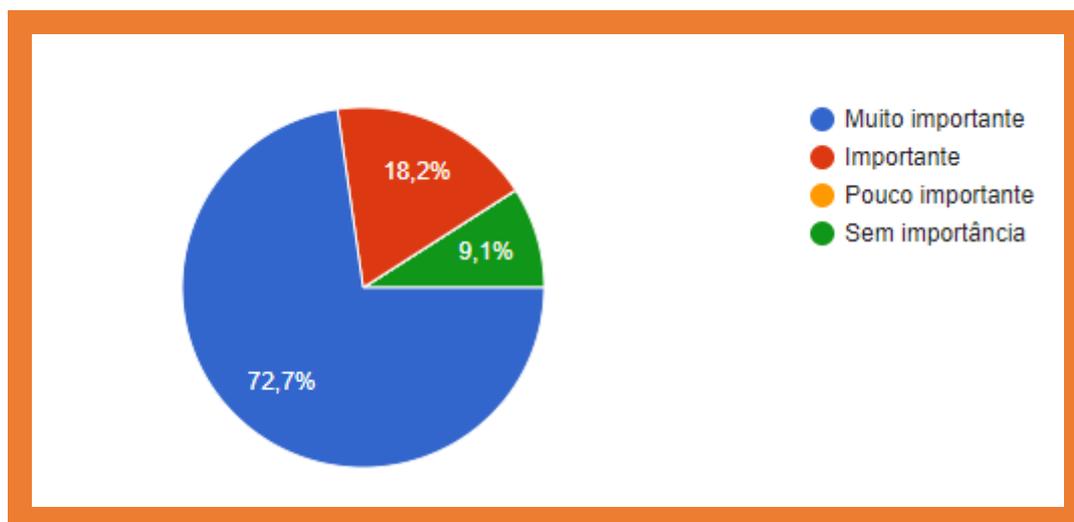
Figura 58 - Como identifica a informação falsa



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ainda sobre a questão da informação falsa, uma das pessoas, com nível de escolaridade superior incompleto, 40 anos, que frequenta ou frequentou a biblioteca pública municipal e estadual, que afirmou saber o que é informação falsa, e que lê todo o conteúdo antes de compartilhar, disse gostar de compartilhar mentiras para “zoar com as outras pessoas”, e que sente “prazer” em espalhar desinformação. Tal informação coletada deste participante da pesquisa, inclusive, está de acordo com a resposta dada sobre como vê o acesso das pessoas a boas informações/informações relevantes, afirmando ser “sem importância”. Por sinal, a percepção dos demais participantes é apresentada na Figura 59.

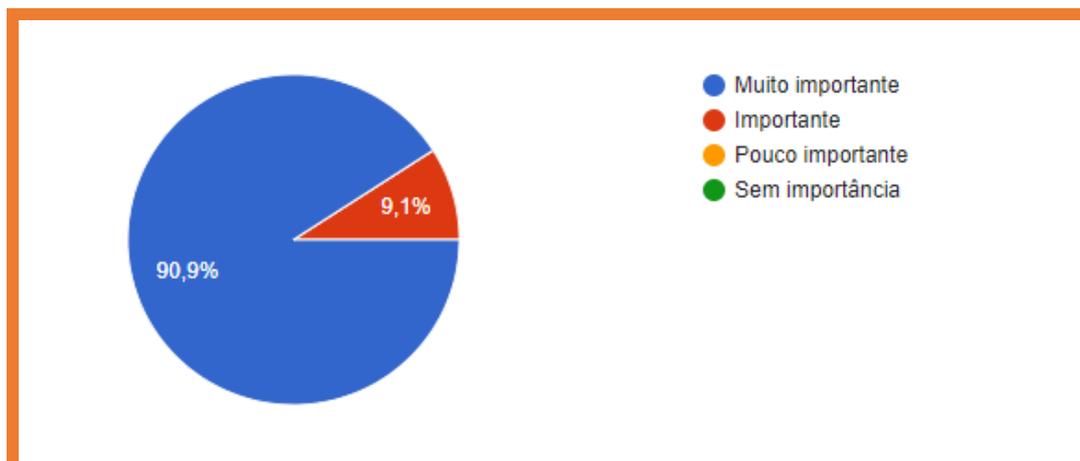
Figura 59 - Percepção sobre a importância do acesso a boas/relevantes informações



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dos onze participantes, 72,7% (n=8) afirmaram que consideram muito importante o acesso das pessoas a boas informações ou informações relevantes; um deles comentou que é vital. Outros 18,2% (n=2) entendem ser importante, e apenas uma das pessoas, que corresponde a 9,1% (n=1) afirmou ser sem importância, conforme anteriormente relatado, tendo em vista que vê como uma diversão o fato de espalhar desinformação. O fato de ter feito tal afirmação desperta para reflexões acerca do quanto as pessoas, fazem uso consciente da informação para gerar desinformação. É uma perspectiva peculiar, mas por não ser foco desta pesquisa, deixa-se apenas como sugestão, a investigação de pesquisas em andamento, ou não, que trabalhem com os interesses envolvidos nas decisões de pessoas em usar a desinformação com fins escusos. Ademais, nenhum dos participantes afirmou ser pouco importante.

Sobre a percepção dos participantes da pesquisa acerca da biblioteca ser um espaço que ajuda a desenvolver as potencialidades dos cidadãos, 90,9% (n=10) acham que é muito importante, e 9,1% (n=1) afirmaram ser importante, conforme Figura 60. Um deles comentou que é muito importante, pois por meio dela, é possível “*adquirir muitas informações*”, ajudando a pessoa a desenvolver as suas potencialidades para dialogar e raciocinar.

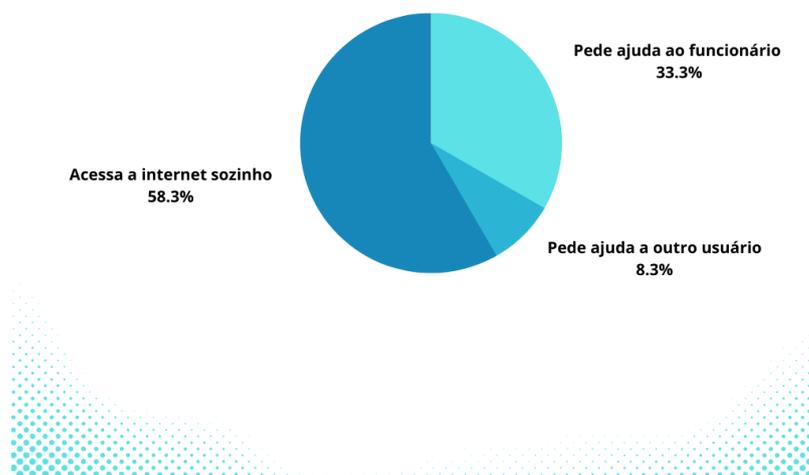
Figura 60 - Percepção sobre a importância da biblioteca

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Buscando identificar sobre como fazem para acessar a internet quando procuram a biblioteca, em conformidade com a Figura 61, 58,3% (n=7) afirmaram que sabem acessar a internet sem ajuda, ou seja, acessam sozinhos. Um participante comentou que aprendeu com um colega. Os demais, 33,3% (n=4) pedem ajuda a um funcionário. Um deles, 8,3% (n=1) além de pedir ajuda ao funcionário, também afirmou que pede ajuda a outro usuário. Não se sabe de que maneira, os que acessam sozinhos, aprenderam a fazer isso. Há diversas possibilidades, podem ter aprendido antes de chegarem à situação de rua, podem ter feito algum curso, aprendido com algum parente ou amigo. É possível as bibliotecas realizarem uma pesquisa para investigar que tipo de curso gostariam de fazer sobre a internet; o fato é que a dimensão midiática da competência em informação deve estar sempre presente. A partir deste recorte, tem-se uma ideia de que essas pessoas estão interessadas em tecnologias, em acessar a internet para buscar satisfazer as suas necessidades informacionais. É um aspecto que precisa ser valorizado e aproveitado por espaços que trabalham e acolhem essa população.

Figura 61 - Acesso à internet

COMO FAZ PARA ACESSAR A INTERNET NA BIBLIOTECA



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

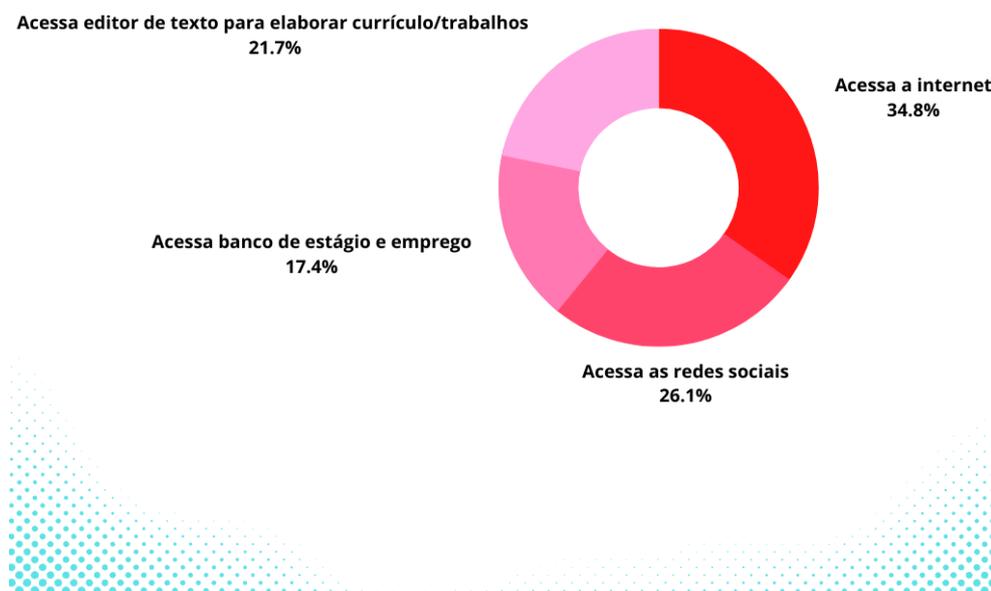
Buscando compreender um pouco mais sobre o que exatamente fazem quando conseguem acesso ao computador, com suas funcionalidades, sendo o acesso à internet apenas uma delas, a Figura 62 mostra que 34,8% (n=8) acessam mesmo a internet. Destes que acessam a internet, dois quiseram comentar que acessam notícias (site da G1) e para assistir vídeos no Youtube sobre apocalipse e História do Brasil. Um outro participante comentou que nunca teve curiosidade em acessar a internet para ficar navegando. Outro uso que se faz do computador é o acesso às redes sociais, em que 26,1% (n=6) marcaram tal opção. As redes sociais mencionadas foram Facebook e Google. Também afirmaram acessar o computador para elaborar currículos/trabalhos, por 21,7% (n=5). E o menos citado foi banco de estágio e emprego, por 17,4% (n=4). Ressalta-se que oito participantes responderam a esta questão.

Tais informações podem subsidiar as bibliotecas a propor, por exemplo, oficinas de preenchimento de currículos, dentro de um projeto maior como dicas para entrevistas de emprego, e a partir daí ofertar outras propostas como apresentação/marketing pessoal, atividades que estimulem a autoestima dessas pessoas, a conscientização acerca da importância do aprendizado ao longo da vida,

dentre outras ações, que podem fazer parte de um projeto de competência em informação.

Figura 62 - Para que acessa o computador da biblioteca

O QUE FAZ QUANDO TEM ACESSO AO COMPUTADOR DA BIBLIOTECA



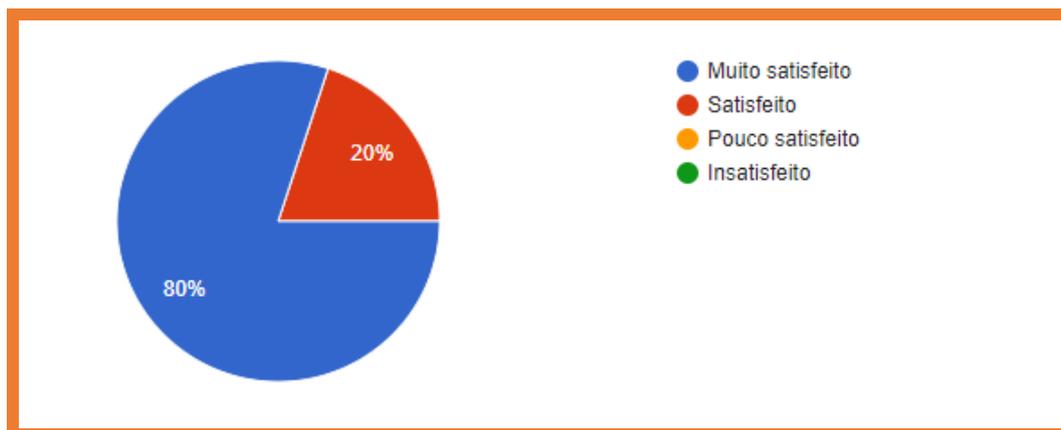
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sobre como se sentem quando conseguem acesso à informação que estavam procurando, 80% (n=8) das pessoas disseram que ficam muito satisfeitos, e 20% (n=2), afirmaram que estão satisfeitos, conforme Figura 63. Ao trabalhar um projeto de competência em informação, a valorização de questões que reforcem sentimentos de satisfação quando conseguem algo é uma sugestão que pode ser implementada em propostas feitas por bibliotecas públicas. São pessoas vulnerabilizadas, portanto, reforçar atitudes positivas ajudam a mantê-las nesses espaços. E quanto mais tempo em contato com este universo, maior a chance de uma transformação em suas vidas. Uma esperança de mudanças positivas, dentre elas, o resgate de si mesmo.

Compreende-se que o nível de satisfação dos usuários de quaisquer bibliotecas, têm relação direta com o atendimento das suas necessidades informacionais. O que se deve destacar é que embora usuários possam ser

frequentadores assíduos por longo período, nem todos o são. A dinâmica migracional, assim entendida por esta pesquisadora, dentro de espaços culturais, como as bibliotecas, obriga que seus gestores estejam sempre atentos não só aos que permanecem, mas aos que chegam e se vão, e sobretudo, aos que estão sempre chegando.

Figura 63 - Percepção sobre a satisfação das necessidades informacionais atendidas



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O Quadro 23 traz sugestões deixadas pelos participantes da pesquisa, quando indagados sobre que tipo de serviço a biblioteca não oferece, mas que gostariam que oferecesse. Tais sugestões foram separadas em categorias, a fim de melhor identificá-las, segundo a sua natureza. Respeitou-se os termos usados pelas pessoas, classificando-as de acordo com finalidades próximas entre si, sendo:

Quadro 23 – Sugestões de cursos, eventos, parcerias e melhorias

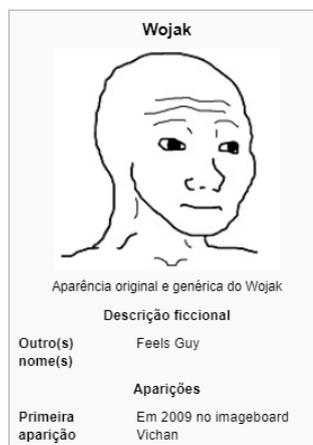
SUGESTÕES DEIXADAS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA - EM SITUAÇÃO DE RUA			
Cursos	Eventos	Parcerias	Melhorias
<ul style="list-style-type: none"> - Culinária - Cursos gratuitos de robótica e informática - Cursos de garçom 	<ul style="list-style-type: none"> - Evento envolvendo caricaturas como <i>Wojak</i> (meme) 	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuda com informações - Ajuda com roupa - Ajuda com banho - Parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais atenção por parte dos funcionários - Ampliação da biblioteca com acervos digitais - Maior divulgação dos livros - Mais incentivo para leitura - Livros, revistas, jornais, gibis (Cascão, Mônica, Bob Esponja, Teletubbies) - Acesso a conteúdos para maiores de 18 anos - Abrir o acervo da biblioteca municipal que é fechado

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sobre o evento sugerido, o personagem original *Wojak* é um simples desenho, conforme Figura 64 (WOJAK, 2021), com expressão melancólica e postado para representar emoções como melancolia, tristeza ou solidão. Em pesquisa não extensiva, identificou-se que têm sido usados em vários contextos, inclusive com fins de propagar a xenofobia, o machismo, a homofobia, às vezes de cunho nazifascista, dentre outros, conforme observado na Figura 65, em preocupantes comunidades *on-line*. Acontece que, apesar dos memes de *Wojak* terem sido usados inicialmente para unir e reunir jovens socialmente marginalizados em todo o mundo, o formato pode ser facilmente distorcido para propaganda odiosa.

Quando não se está "por dentro da piada", não se consegue entender se há ironia em jogo, levando todos a uma perigosa má interpretação (ROWLAND, 2022). O mesmo usuário que fez a sugestão do evento, nos moldes de uma *cosplay*¹⁴¹, também afirmou que tal evento não seria possível, que não daria certo, não explicando o porquê. É o mesmo participante que afirmou gostar de compartilhar mentiras. Diante do exposto, compreende-se ser necessário a biblioteca estar atenta às reais necessidades e intenções dos usuários. Conhecer e buscar compreender as mensagens que querem passar. Em um programa ou projeto de ColInfo, por exemplo, trabalhar com questões do uso ético da informação, o problema da desinformação, e em como isto afeta comunidades vulneráveis. E mais, prevenir atitudes que aumentem as desigualdades existentes na sociedade, envolvendo o racismo, o preconceito, a aporofobia, a violência contra a mulher, questões ambientais, dentre outros. Temas que permeiam a convivência em sociedade, buscando o alinhamento constante com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como abordados em passagens desta tese.

Figura 64 – Meme Wojak



Fonte: Wikipédia (2022)

¹⁴¹ "Cosplay é um hobby que consiste em fantasiar-se de personagens pertencentes, em grande parte, ao vasto universo do entretenimento, como games, quadrinhos, filmes, séries de TV, livros e animações. Em menor escala há aqueles que caracterizam-se como figuras históricas ou a partir de criações originais." (COSPLAY BRASIL, 2022, *on-line*).

Figura 65 - Variantes do Meme Wojak

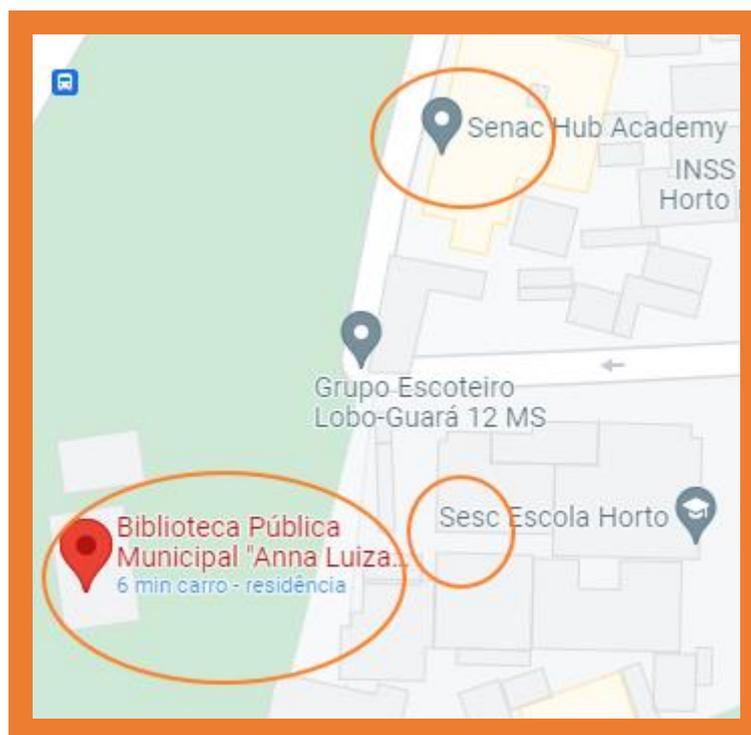


Fonte: Rowland (2022)

Das sugestões deixadas, destaca-se ainda a da parceria com SESC e SENAC. O participante teve a percepção de que poderiam ser instituições a firmar parceria com a biblioteca municipal, tendo em vista estarem ao lado uma da outra, conforme Figura 66. Com o SENAC poderiam ser ofertados cursos aos usuários em situação de vulnerabilidade social que ajudem na colocação do mercado de trabalho, e com o SESC alguma parceria no sentido de obterem alimentos por meio do Mesa Brasil, uma rede de alimentos que combate a fome e o desperdício por meio de parcerias, e que funciona na Unidade do SESC ao lado da biblioteca municipal. O referido projeto também promove atividades como cursos, oficinas e palestras para difusão de conhecimentos (SESC, 2022), e poderia em conjunto com as bibliotecas

e Centro Pop atender de alguma maneira essa população vulnerabilizada. Sugeriu até mesmo que poderia haver uma conscientização sobre o desperdício do pipoqueiro que trabalha em frente ao Horto Florestal, onde está localizada a biblioteca. Disse que às vezes o pipoqueiro joga fora pipoca que sobra, e que ele mesmo já pegou pipoca do lixo porque estava com fome.

Figura 66 - Localização Biblioteca Municipal



Fonte: Google Maps (2022)

5.2 Entrevistas: resultados e análises

Os resultados obtidos com as entrevistas realizadas junto aos gestores das instituições que constituíram o universo da pesquisa são descritos e analisados nesta seção. Para a análise das entrevistas foi observada a relação do sujeito com o objetivo a ser alcançado e que está relacionado com a identificação e análise da relação de acesso e uso da informação das pessoas em situação de rua, para a concretização de contribuições com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação aplicável às bibliotecas públicas. Com os dados obtidos na entrevista foi possível ainda compreender melhor o perfil

das pessoas em situação de rua, quando em busca de serviços de bibliotecas públicas e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Assim, durante a organização dos dados, onde foi realizada a leitura exaustiva das entrevistas ou leitura flutuante (Bardin, 2011), nesta que é denominada fase da pré-análise, foi feita uma análise transversal, ou seja, dos temas, abordados durante a entrevista, sendo levado em conta sobretudo a descrição do fenômeno. Desde essa fase, como sugere Bardin (2011), já foram sendo realizadas operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados. Assim, nos Quadros 24, 25 e 26 encontram-se o *corpus*, bem como identificadas categorias como resultado da codificação e categorização, baseadas nas falas dos gestores, sempre em relação com os objetivos da pesquisa:

Quadro 24 - Entrevista com gestor 1

GESTOR 1	
Categorias	Respostas obtidas e transcritas
Necessidades informacionais	<p><i>“[...] elas chegam aqui querendo documento ou querendo levar algum livro [...] ou usar os computadores [...] Elas querem sempre se comunicar com algum parente de longe, e aqui elas querem usar o computador, e elas querem tirar o documento, elas querem currículo, elas querem informação pra entrevista de emprego [...] e elas querem uma certidão negativa, do Tribunal de Justiça, elas geralmente já vêm com alvará de soltura, são pessoas também que já teve com liberdade restritiva no presídio, então assim ‘enes’ informações essas pessoas procuram na biblioteca.”</i></p> <p><i> [...] em agenda de emprego, em vale transporte, em carteirinha, em passagem, onde ela procura a assistente social, onde ela procura os alcoólicos anônimos, porque tem muitos assim com situação clínica de internação [...]</i></p> <p><i>“[...] nós temos um morador de rua que eu acho que ele já leu o meu acervo 50%. E quando ele chegou aqui, ele trazia sempre</i></p>

	<p>cartão da lotérica, que ele escrevia nos cartões da lotérica, ele passava numa lotérica, e pegava [...]"</p>
Necessidades básicas	<p>"A maior dificuldade hoje que eu vejo, é a vestimenta. Eles, assim, eles não têm uma higiene."</p>
Missão social da biblioteca	<p>"Nós temos assim, um lema que é não deixar ninguém sair sem informação, seja ele morador de rua, seja ele governador, seja ele o prefeito [...] Qual é a informação que o morador precisa, que assistente social, que serviço ele tá procurando, que tipo de informação ele tá procurando, né? [...] E se a biblioteca é pública, ela é pública, é para todos."</p> <p>"[...] já marcamos médico pra essas pessoas, já fomos em hospital visitar essas pessoas, né, tudo isso, a biblioteca tem esse cunho social, pra tá ajudando essas pessoas, né? Porque, como eles chegaram na rua, o porquê, se ele tem parente, já procuramos parente de umas pessoas moradores em situação de rua, já encontramos primo, já encontramos mãe que veio aqui na biblioteca buscar os filhos.</p> <p>"[...] mas a gente resolve muitos problemas das pessoas em situação de rua, levamos até pro hospital, né, porque o bibliotecário assim, tem que entender todos, desde a pessoa que anda, do que não anda, do que mora em rua, do que não escuta, então assim, o bibliotecário hoje é um centro de referência em biblioteca."</p>
Sentimentos, preconceitos e estigmas	<p>"E aí, como aqui eles tinham que pegar elevador, eles têm que ficar perto de pessoas assim, de acadêmicos, e aí o cheiro atrapalha um pouco, né? Então, ele se sente inferior, e a gente tem que ter assim, um equilíbrio, chamar eles no canto..."</p> <p>"Então assim, é muito, mas muito gratificante."</p> <p>"[...] eu acho que é, essas secretarias deveriam se unir, e a biblioteca, com todas essas informações, e ajudar esse público."</p>
Equipe capacitada	<p>"É, nós temos sempre uma servidora, né, do atendimento e ela atende essas pessoas, assim, em tudo [...] Então nós temos uma pessoa treinada que dá esse suporte pra pessoa em situação de</p>

	<p>rua.”</p> <p>“[...] então todos os nossos servidores são treinados já pra atender esse morador[...]“</p>
Parceria	<p>“Eu já tive um problema, e chamei o Centro Pop pra gente fazer uma reunião com esse público... e a gente... encostar umas kombis aqui, pegar uma senha, levar eles pra tomar banho, pra trocar roupa, e pra voltar pra biblioteca.”</p> <p>“[...] quando eles chegam aqui, a gente tenta resolver juntamente com o Centro Pop, juntamente com o Cetremi, juntamente com as assistentes sociais, pra saber aonde essa pessoa veio, o histórico dessa pessoa [...]”</p> <p>“Eu acho que a gente podia fazer era um, muita ação. É, uma ação com Centro Pop, com a SAS, com o Cetremi, onde a biblioteca poderia tá acolhendo na documentação, no encaminhamento ao trabalho, no encaminhamento a médico, né, muitos precisam de médico, de dentista, eu acho que se a gente tivesse essa parceria, a biblioteca tem esse cunho social, né, e só precisa adequar junto com esses parceiros pra ajudar essa população.”</p>
Uso da informação	<p>“[...] e esse morador ele ficou aqui mais de dez anos, e a gente dava pra ele os cadernos pra ele escrever, e pasmem vocês, ele queria só os dicionários, porque ele queria falar bonito, né. Ele queria assim, as palavras mais difíceis, e ele era assim, todos os dias era assíduo. [...] E ele adquiriu muito conhecimento, mas muito conhecimento. Até quando a gente ia falar com ele, ele usava sempre as palavras do dicionário [...]</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Quadro 25 - Entrevista com gestor 2

GESTOR 2	
Categorias	Respostas obtidas e transcritas
Necessidades informacionais	<p>“Eles vêm em sua maioria, né, em busca de atualizar ou fazer as documentações, né... que alguns deles possuem somente cópia, né. Então eles vêm a princípio pra fazer essa busca, né, pelas documentações, pelas certidões de nascimento, por todos os demais documentos... Inclusive, né, o RG e também o CPF, e a</p>

	<p>carteira de trabalho. Então, sempre eles vêm em busca dessa documentação.</p> <p>“Então, eles... nessas necessidades... eles também vêm em busca, é, como já muitas vezes eles, eles entre si, eles têm informação, também eles repassam algumas informações, né.”</p> <p>“O teste de encaminhamento daquele lá que tá precisando da informação... quais os serviços que são prestados... O que que o senhor precisa aí? A identidade? É a certidão de nascimento? O senhor precisa do trabalho? O senhor precisa de um tratamento, muitas vezes numa comunidade terapêutica?... Então, ele vem com esse encaminhamento e a gente coloca ali nas mãos dele”</p> <p>“E ele talvez não seja tão conhecido, o serviço prestado, pela população que não depende do trabalho aqui... população realmente desconhece, inclusive, é muitos né, outros órgãos inclusive, conhece que tem o Centro Pop pra atender a população [...] Só que a população desconhece... a população que não precisa do serviço, mas o usuário, eu creio que já, é bem avançado o conhecimento deles com relação... porque ou eles vêm ou eles são informados, né, por esse trabalho móvel, pelo conjunto.”</p> <p>“Porque daí da certidão aí vem o RG, porque eles são totalmente sem documento. E do RG vem os demais, então vamos dizer assim, seria a certidão de nascimento, depois o RG, CPF e Carteira de Trabalho.</p> <p>“Porque a gente quer, é dar essa oportunidade porque através do documento, aí ele vai ter a inserção do trabalho [...]</p> <p>“Aí tem algum, muito procura, porque antes eles poderiam receber o Bolsa Família e pegar uma declaração, por exemplo, na SAS, hoje não, eles têm que ter o RG com foto, documento com foto, pra acessar os recursos financeiros, né, proporcionado pelo governo. Então, a procura tornou-se maior nesse sentido.”</p>
Necessidades básicas	<p>“É, em conjunto também com esta busca, pela documentação, como o Centro Pop oferece alimentação e higiene pessoal, eles vêm também pra higiene pessoal, para tomar o café da manhã, é servido uma refeição também no almoço, e o lanche da tarde.”</p> <p>“E no acolhimento, né dá prosseguimento a muitos outros atendimentos que vivem surgindo. Inclusive reinserção familiar, é, além do Centro</p>

	<p>Pop também fazer encaminhamento às comunidades terapêuticas, o acolhimento também faz.”</p> <p>“Porque aqui nós estamos numa área central, de certa forma, né o Centro Pop e a população de rua, ele é um tanto quanto conhecido. Aí eles vêm em busca também do encaminhamento deles, nas comunidades terapêuticas.”</p> <p>“A partir do momento que encerra o atendimento do Centro Pop fica uma equipe aqui dentro, que é o Serviço Especializado em Abordagem Social, o SEAS, 24 horas. Se esse usuário vir buscar atendimento, que geralmente é pra encaminhá-los ao acolhimento... quem faz essa condução, aí são os Educadores do SEAS que conduzem, então, o atendimento na verdade, ele pode ser 24 horas, aqui nesse local.</p> <p>“É, essas pessoas também, né, além das necessidades básicas, que eles vêm suprir essas necessidades, aí tem a questão da documentação e o acolhimento. [...]”</p> <p>“[...] e a verdadeira cidadania, que tem o documento... muitas vezes ele deixa o documento dele guardado aqui, o original dele guardado aqui no Centro Pop.”</p> <p>“Então, que eles chegando aqui, eles recebem neste primeiro momento a acolhida dos educadores. Sanada essas primeiras necessidades básicas, que inclusive eles podem fazer a higiene pessoal, lavar a roupa, também tem uma lavanderia deles ali... e alimentar-se e o lanche da tarde.”</p> <p>“[...] leva pra fazer o teste aqui no Instituto Mirim, o teste sanguíneo, o teste viral, leva nas UPAS pra fazer o outro teste dele do COVID. Vamos nos Direitos Humanos, pegamos o encaminhamento e levamos para uma das onze comunidades terapêuticas. Aí a gente faz todo esse trâmite com o usuário. Aí, até que a gente deixa ele ali na comunidade terapêutica... Então, às vezes é até uma necessidade do dia, às vezes um cobertor que ele está precisando [...]”</p> <p>“[...] porque ele já está sem recurso, ele está fora do mercado de trabalho [...]”</p>
Mediação	<p>“Outros precisam entrar em contato com a família, a gente faz uma mediação também com a família [...]”</p>

Motivação para as ruas	<p>“Eles vêm em busca de acolhimento, que em sua maioria, né, eles estão com os vínculos rompidos, aí eles vêm em busca desse apoio para serem acolhidos.”</p> <p>“[...] eles são usuários de substâncias, álcool, droga, tem a questão dos encarcerados, tem questões familiares... eles já perderam totalmente o vínculo familiar, a família já entregou ele pro Estado... porque a família não quer dar oportunidade [...]”</p> <p>“[...] é que a maioria do público é masculino, né, são os homens, né.... É, desilusões amorosas, que eles tinham uma família, eles largaram das mulheres, e foram pra bebida e pra droga. Houve situações, o vínculo entre marido e mulher, ele foi rompido. E tem o abandono daqueles também que desde a infância eles são abandonados pela rua.</p> <p>“Eu fui lá no pontilhão e trouxe ele no meu carro de lá. Fizemos todos os exames, ele mudou, quando ele veio aqui, que ele chegou lá depois do ataque ele tava, era uma outra pessoa. Conheceu uma mulher, teve uma desilusão amorosa, ficou pior que o primeiro estado dele. Mas encaminhamos de novo ele. Ele estava couro e osso só, afundou no mundo das drogas. Então é assim, além das questões que já vem da estrutura da infância, às vezes a estrutura familiar já na fase adulta.”</p>
Local de permanência	<p>“[...] vem de outros lugares, os que estão aí nas praças, em alguns lugares [...]”</p> <p>“Esse último, que caiu também, foi uma, que nós fizemos, tiramos ele do pontilhão [...]”</p>
Missão social	<p>“Só que além dessa parte teórica, a essência da missão, né?”</p>
Sentimentos, preconceitos e estigmas	<p>“Eu acho assim, que a maior dificuldade é ele, ele mesmo ter desistido dele. Então, esse fato dele estar passando, né, por toda aquela dificuldade, quase que nem se reconhecer mais como ser humano... então, essa dificuldade cria uma sombra também pra pessoa, né [...] Então, esses mesmos que estão também completamente, que já desistiram, que são principalmente aqui nas regiões centrais, nas avenidas, a equipe móvel traz e a gente inicia o trabalho.”</p> <p>“[...] fizemos até outros encaminhamentos ao trabalho, aí ele teve um</p>

desentendimento emocional, ele cai, cai totalmente... então tem um público que a gente, né, tá ainda nessa, tentando esse vínculo, **tentando fazer essa ressignificação [...]**”

“Assim como esse usuário, toda semana, **é como se fosse a casa dele aqui.** Porque, o que ele tem é aqui. É o suporte [...] Então, a gente faz toda uma construção, e **a gente fica conhecendo eles assim, muitos até pelo nome já.** Que a fisionomia a gente bate o olho, conhece. Mas daí a gente vai conhecendo eles né, às vezes assim pelo nome. Então, é assim que vamos funcionando aqui.”

“Então, eu sempre falo, é você que entrando ali... Quem é que está te atendendo... você que entrou ali... **como você gostaria de ser atendido [...]** Se você não consegue se ver, porque às vezes a gente se acha muito bom cidadão... Ah, mas eu não sou desse jeito. Nunca fiz isso... Não cheguei a tal ponto, **só que tem alguém que você gosta muito, que chegou ali pra você atender, na proporção de um sobrinho, do melhor amigo, de um filho. Você ia ficar, colocando ele ao lado, ou você ia correr pra atendê-lo?** ”

“[...] e a gente sempre procura fazer uma via de mão dupla, né... o **respeito mútuo** né. E se eles tiverem **algum tipo de alteração**, eles sabem entender. E eu já passei por diversas situações, **“A senhora me perdoe, ontem eu não estava bem. Hoje a senhora pode me perdoar?”** Eu falei “Então hoje mudou tudo”.

“Só que essa questão do atendimento da equipe, eles, vamos aprendendo assim, né... nessa conversa, nessa convivência diária. Se a fala não consegue reproduzir pra aquela pessoa, que elas chegam, “não né, mas...” **que chegam né, até com um certo preconceito**, né, assim não entende por que que a pessoa ficou assim, então nós vamos pela prática.”

“**Tenha misericórdia**, ofereça um pãozinho, ofereça um copinho de água... às vezes eu pego um café... às vezes eles falam “eu sou louco por um cafezinho”, né, e a gente leva pra eles ali. Vê quem chegou com muita fome. Tem gente que não consegue ir lá no refeitório, a gente tem que trazer essa marmitta aqui pra ele, que ele tá sem condição, às vezes a gente tem que levar pra uma UPA.”

“Então, mas mesmo assim, **nós temos todas as falhas**, né [...] mas a medida do possível, um passo a frente, mais outro e às vezes tem que

	<p>retroceder um pouquinho. Mas se a gente conseguir fazer esse trabalho humanitário que a gente já tem uma série de situações pra resolver, geral né, as situações das mais diversas né. Então, a gente tem que fazer o nosso ambiente aqui, o melhor, nessa tratativa, né, entre servidores, especialmente pra eles, tratar da melhor forma possível.”</p> <p>“Na questão dessa acolhida, não somos acolhimento, mas é o que chega assim, para atendimento aqui, a gente tem que procurar fazer da melhor forma, maneira possível. E a melhor maneira possível, é você entrando ali, e ele te atendendo... como que você gostaria de ser atendida?”</p> <p>“E eu já conversei com alguns deles, e me disseram assim, “sabe quando eu passo na frente de uma casa, como eu gostaria de ter essa família”. O usuário falou isso pra mim. “A gente passa caminhando e vê aquelas casas com família e a gente não tem.” Porque eles também já não são aceitos por algum vínculo que eles tinham, porque ele passou a ser a vergonha da família, então ninguém quer, porque perdeu a confiança, porque houve uma série de situações, então, em se tratando de um homem é sempre assim.</p>
Equipe capacitada/equipe multidisciplinar	<p>“No momento, tem que ir lá [CRAS/SAS] porque é um formulário grande, específico, e eles estão com plano de implantar aqui, inclusive, começaram a capacitação de uma pessoa. Só que as páginas, tem que ter uma certa, inclusive, uma certa responsabilidade né, tem que ter capacitação pra poder fazer esse trabalho.” [sobre o preenchimento do CadÚnico]</p> <p>”Mas nesse ínterim, nesse primeiro atendimento, após o café da manhã, eles vão pra a equipe técnica, tem a escuta dos profissionais... Ali nós temos advogados, nós temos a psicóloga [...] tem os assistentes sociais, psicólogos e os advogados, pra atendê-los dentro da necessidade que ele quer.”</p> <p>“[...] a nossa cozinheira, além dela ter essa questão humanística, com muito respeito no servir, até fazendo os pratos pra eles, faz uma alimentação muito bem-feita. Então, aqui, a alimentação daqui, também é um atrativo pra esse usuário. Então aí, a gente vai ofertando esse trabalho.”</p> <p>“Então, quando há o processo seletivo, esses servidores tem que</p>

	<p>trazer diversos certificados, diversas capacitações pra poderem entrar na assistência social... são muitos títulos, né. Então, de certa forma, de um modo geral, eles têm sim essa qualificação, já de muitos desses cursos.”</p> <p>“[...] nós temos, eu tenho um grupo treinamento com a equipe, com a prática.”</p> <p>“Tem! Assistente social e advogado. É multidisciplinar a nossa equipe. E tem muitos que estão, como os educadores do SEAS, tem vários assistentes sociais. Então, a educadora nossa aqui, vários que tem formação no próprio Serviço Social.”</p>
Parceria	<p>“Então nós temos um circuito direto aqui, com alguns órgãos também que avisam [...]”</p> <p>“Olha, certidão de nascimento [pausa]... que é o primeiro... inclusive temos, né, um contato muito amplo, uma parceria com a Defensoria Pública, com a NUDEDH, que é um núcleo da Defensoria também, dos Direitos Humanos, né?”</p> <p>“Bom, essa pergunta eu amei porque sou bastante entusiasmada com as parcerias, vai ser de grande valor, aqui pros nossos usuários. Eles né, foi algo assim fundamental. E, aí eu gostaria que vocês nos dessem as diretrizes, como seria, e o quanto antes... que vai fazer um modelo muito significativo na vida deles. Então vamos formalizar, aí você traz os moldes [...] Eu tenho uma sala já, se você for montar uma sala de leitura ali ... Essa sala ali ao meio dá pra gente adaptar ela e fazer uma sala de leitura pra eles, colocar todos os livros, deixo ela aberta, dá pra colocar um ar condicionado ou os ventiladores, né. Mas ó, ou o outro local ali né, porque eles são livre, livre né... mas nós temos um local ali que dá pra gente adaptar ele. Muito bem-vinda a proposta e o projeto né, a sugestão e vamos aguardar o momento e que seja o quanto antes.</p>
Políticas públicas	<p>“Nós temos até um decreto que estamos desde 2009, que é o decreto 7.053 de 23/12 de 2009 que são os trabalhos direcionados [...] os trabalhos direcionados à população em situação de rua... Então é uma política pública para esse público. É um serviço, público específico, né?”</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Quadro 26 - Entrevista com gestor 3

GESTOR 3	
Categorias	Respostas obtidas e transcritas
Necessidades informacionais	<p>“Então eles vêm pra biblioteca pra usar o nosso telecentro. E o nosso telecentro, ele é composto por nove computadores, e esses computadores são ligados à internet e eles usam, daí eles fazem o uso desses computadores, com cadastro, carteirinha, tudo direitinho.</p> <p>“Eles não têm celular, não tem computador, então eles procuram um espaço que eles possam se conectar à tecnologia pra poder ficar até a par dos acontecimentos.”</p> <p>“O que eu vejo eles mais fazerem é assim, ó, falar com familiares, que alguns que estão de outros países até. Aparece boliviano aqui, aparece venezuelano, Paraguai, então, eles vão acessar a internet e geralmente pra falar também com a família. Eles marcam, inclusive, até horário direitinho pra falar com a família. E também pra passar o tempo, o lazer, eles usam o Youtube também pra ouvir os vídeos. Até joguinhas também eles usam.</p>
Necessidades básicas	<p>“Então, eu acho que a falta maior que eles procuram é pelo poder aquisitivo, né. Eles não têm esse poder aquisitivo pra ter a tecnologia”</p>
Equipe capacitada	<p>“Olha, não temos. Eu acho interessante também a gente ter, sabe, essa participação de alguém que possa, né, fornecer esse curso pra nós, pros nossos servidores, pra que a gente possa melhor atender.”</p>
Parceria	<p>“Sim, sim, eu gostaria de levar a minha equipe toda, participar de alguma coisa assim, com parceria com o Pop e com outros também, como o SAS, algum outro órgão assim que possa dar esse suporte pra nós.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Informa-se que o levantamento de informações foi feito com base em critérios qualitativos e quantitativos. Sendo assim, no processo de codificação, também lançou-se mão da versão gratuita do software MAXQDA¹⁴² para contagem da

¹⁴²

Disponível em: <https://www.maxqda.com/>

frequência das palavras, o que consta no Quadro 27, em conexão com o objetivo da pesquisa, a fim de melhor compreender os dados apurados e extraídos das entrevistas. Segundo Bardin (2011), a presença de elementos ou unidades de registros (palavras, temas ou outras unidades) pode ser significativa, assim como também a ausência de determinados termos ou expressões, o que pode se traduzir em algo que não está explícito na fala dos gestores, e assim auxiliar na inferência e interpretação durante o tratamento dos resultados obtidos.

O software MAXQDA permite lematizar¹⁴³ palavras, ou seja, mesmo quando a palavra está no singular, se há a presença do termo no plural, ela é recuperada, como no exemplo representado pela Figura 67 em que a busca foi pelo termo “informação”, mas o software também recupera o plural “informações”.

¹⁴³ Reduzir uma palavra flexionada a sua parte essencial

Figura 67 - Exemplo da aba explorador de palavras do software MAXQDA

TODOS: informação



	Pré-visualização	Grupo de documentos
=	Elas querem sempre se comunicar com algum parente de longe, e aqui elas querem usar o computador, e elas querem tirar o documento, elas querem currículo, elas querem informação pra entrevista de emprego [.	
≈	e elas querem uma certidão negativa, do Tribunal de Justiça, elas geralmente já vêm com alvará de soltura, são pessoas também que já teve com liberdade restritiva no presídio, então assim 'enes' informações essas pessoas procuram na biblioteca.	
=	Nós temos assim, um lema que é não deixar ninguém sair sem informação , seja ele morador de rua, seja ele governador, seja ele o prefeito [.	
=	Qual é a informação que o morador precisa, que assistente social, que serviço ele tá procurando, que tipo de informação ele tá procurando, né?	
=	Qual é a informação que o morador precisa, que assistente social, que serviço ele tá procurando, que tipo de informação ele tá procurando, né?	
≈	eu acho que é, essas secretarias deveriam se unir, e a biblioteca, com todas essas informações , e ajudar esse público.	
=	muitas vezes eles, eles entre si, eles têm informação , também eles repassam algumas informações, né.	
≈	muitas vezes eles, eles entre si, eles têm informação, também eles repassam algumas informações , né.	
=	O teste de encaminhamento daquele lá que tá precisando da informação .	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dito isto, apresenta-se o resultado da frequência das palavras pertinentes ao tratamento para assegurar uma melhor inferência na etapa de interpretação, a serem apresentados nesta seção da tese de acordo com os pressupostos teórico-conceituais. De uma lista inicial de 61 termos, após a exportação para o Excel foi feita uma comparação para verificar semelhanças e diferenças e validar os nós da codificação aberta e qualitativa. A partir da codificação manual, e de acordo com a frequência das palavras mais relevantes durante o processo, o Quadro 27 foi elaborado levando-se em conta categorias de contexto, ou seja, de acordo com o sentido que possuem nas falas, sendo.

Quadro 27 - Frequência das palavras em unidades de contexto

Unidades de contexto		Palavra	Frequência
Equipamentos		computador	6
		tecnologia	2
		internet	2
Necessidades básicas	Alimentação	Lanche	2
		café da manhã	2
		refeição	1
		almoço	1
	Cuidados pessoais	higiene	4
		Banho	1
		vestimenta	1
		Roupa	1
	Saúde	médico	3
		hospital	2
		comunidade terapêutica	5
	Direitos	cidadania	1
		recurso	2
Necessidades informacionais		trabalho	15
		documento	8
		documentação	6
		currículo	1
		certidão negativa	1
		comunicar	1
		informação	9
		conhecimento	3
Motivação para a rua		abandono	2

		Droga	2
		emprego	2
		Família	11
		familiar	5
		parente	3
		vínculo	5
Apoio	Equipamentos informacionais	biblioteca	10
		Centro Pop	9
	Profissionais especialistas	bibliotecário	2
		assistente social	3
		psicólogo	2
		advogado	3
	Serviços	atendimento	8
		acolhimento	6
		acolhida	5
		mediação	1
		Ajuda	3
	Ações em conjunto	parceria	4
		parceiros	1
		Equipe	7
		servidor	5
		multidisciplinar	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo também é uma análise de significados, já que busca conhecer o que está por trás do significado das palavras, no caso, oriundas das falas dos gestores, buscando inclusive elementos comuns ou discordantes do que foi levantado nos questionários junto às pessoas em situação de rua participantes da pesquisa.

Ressalta-se que a partir da fala do Gestor 2 é possível adentrar de maneira mais detalhada no universo dos problemas enfrentados, no dia a dia, por essas pessoas, desde o acesso a recursos de natureza material até dificuldades no acesso à informação. Um exemplo desta percepção abrangente, observada em Gestor 2, estão questões como as motivações para a rua quando afirma que “[...] em sua maioria, como estou te falando, às vezes é comunidade terapêutica, nós fazemos toda a logística [...]” Na seguinte passagem amplia ainda mais as situações que refletem as motivações que os deixaram em situação de vulnerabilidade: “[...] eles são usuários de substâncias, álcool, droga, tem a questão dos encarcerados, tem questões familiares... eles já perderam totalmente o vínculo familiar, a família já entregou ele pro Estado... porque a família não quer dar oportunidade... e acontece às vezes algumas situações que a família ‘Ah, não adianta! Só me envergonha, não quero mais!’”.

Em geral, o rompimento de vínculos familiares leva a problemas de álcool e drogadição, conforme se observa na fala do Gestor 2: “[...] *desilusões amorosas, que eles tinham uma família, eles largaram das mulheres, e foram pra bebida e pra droga. Houve situações, o vínculo entre marido e mulher, ele foi rompido.*” Por isso é importante que as bibliotecas públicas estejam atentas à IFLA (2017) que aponta o **apoio** como um elemento fundamental no atendimento a essas pessoas. Tal apoio envolve questões de direitos humanos e avaliação das necessidades e dos serviços ofertados a essa população. O acesso à informação deve ser igual e sem barreiras, independente das suas formas ou aspectos, portanto, recursos relacionados a necessidades sociais, econômicas, legais, políticas, educacionais, culturais ou de informações pessoais, devem estar disponíveis de forma acessível e gratuita para todos (IFLA, 2017). Como equipamentos de informação com uma função social, as bibliotecas públicas podem ajudar a resolver a gama de problemas e obstáculos enfrentados por essas pessoas. Devem exercer o importante papel e propósito que tem com sua missão geral, além disso, trabalhando como parceiros ou no apoio a outras organizações de serviço, cuidando para que suas políticas tenham efeito positivo na vida dessas pessoas, o que denota um esforço voltado à **inclusão** (IFLA, 2017).

Outrossim, a partir do momento que as bibliotecas públicas abraçam os pressupostos da Agenda 2030, com os seus ODS, o compromisso de oferecer acesso e oportunidade para todos (IFLA, 2015) é potencializado, não restando espaço para diferenças no tratamento de seus usuários, não sobrando espaço para a aporofobia, usando-se como exemplo a fala de Gestor 1: *“Nós temos assim, um lema que é não deixar ninguém sair sem informação, seja ele morador de rua, seja ele governador, seja ele o prefeito [...] E se a biblioteca é pública, ela é pública, é para todos.”*

Ademais se percebe que a realidade enfrentada por essa população afeta sobremaneira a percepção que têm de si mesmos. Ao ser perguntado sobre qual é a maior dificuldade que as pessoas em situação rua têm em relação ao acesso à informação de que necessita, Gestor 2 afirma que existe um problema maior do que as dificuldades do acesso em si, e que está relacionado com a baixa autoestima e na maior parte dos casos, até mesmo inexistente, em que afirma: *“Eu acho assim, que a maior dificuldade é ele, ele mesmo ter desistido dele. Então, esse fato dele estar passando, né, por toda aquela dificuldade, quase que nem se reconhecer mais como ser humano... então, essa dificuldade cria uma sombra também pra pessoa, né.”* Compreende-se que pela vulnerabilidade em que vivem essas pessoas, acaba-se gerando um ciclo que os fragiliza ainda mais, à medida que o tempo passa. Então, é preciso que sejam observados aspectos quanto a autoconfiança, o autorrespeito, bem como da autoaceitação. Quando instituições como o Centro Pop ou bibliotecas públicas oferecem serviços para refugiados, para famílias, crianças e jovens sem pais ou responsáveis, ou populações vulnerabilizadas como os que vivem nas ruas, o elemento **respeito** está IFLA (2017) também está presente.

Em relação ao mesmo questionamento, Gestor 1 responde: *“A maior dificuldade hoje que eu vejo, é a vestimenta. Eles, assim, eles não têm uma higiene. E aí, como aqui eles tinham que pegar elevador, eles têm que ficar perto de pessoas assim, de acadêmicos, e aí o cheiro atrapalha um pouco, né? Então, ele se sente inferior, e a gente tem que ter assim, um equilíbrio, chamar eles no canto... Eu já tive um problema, e chamei o Centro Pop pra gente fazer uma reunião com esse público... e a gente... encostar umas kombis aqui, pegar uma senha, levar eles pra*

tomar banho, pra trocar roupa, e pra voltar pra biblioteca.” Conhecendo esse aspecto que pode dificultar o acesso dessas pessoas em espaços públicos, como as bibliotecas, necessário se faz observar a recepção a tal público, evitando reforçar sentimentos que aprofundem mais a falta de autoestima. É preciso buscar soluções, e não os estigmatizar. Para esta pesquisadora, existe um certo desconhecimento por parte da sociedade sobre as privações que essas pessoas passam. Muitas vezes, do pouco que podem ou conseguem ter acesso acabam tendo um tratamento diferenciado pelas condições de higiene a que estão submetidos, quase sempre alheios a sua vontade. Acerca deste aspecto, “O fato de andarem sujos faz com que geralmente sejam proibidos de usar recintos públicos como restaurantes, comércio, banheiros, praças públicas.” (GONÇALVES; GRACIOSO; SILVA, 2018, p.116). A sistematização de um protocolo de atendimento, por exemplo, buscando parcerias com o Centro Pop e outras instituições da sociedade civil, podem ajudar a minimizar tais situações, evitando que se afastem dos equipamentos culturais e informacionais, pelo fato de não terem acesso à água, ao banho, à higiene, justamente porque não possuem moradia. Por isso, treinamento com equipes que recebem pessoas em situação de rua é importante, para que a empatia possa ser colocada em reflexão, e o conhecimento sobre as características envolvendo essa população compartilhando, ajudando no entendimento de que, na maioria dos casos, são vulnerabilizados, e não meras escolhas.

A biblioteca pública, como um equipamento informacional e cultural do Estado, conhecendo a realidade de seus usuários, também pode colaborar, encaminhando pessoas, firmando parcerias com instituições que atendem esse público. Ou seja, propondo ações nas atividades diárias da biblioteca que possam fortalecer o resgate da autoestima, da cidadania, sobretudo utilizando-se dos recursos e de natureza informacional, tais como a competência em informação. Isto, é uma forma de **acolhimento** (IFLA, 2017), pois indica uma atitude acolhedora e de apoio, por meio dos serviços que podem oferecer.

Sob o olhar de Gestor 2, o tempo de vivência nas ruas tem relação com as “quedas” que essas pessoas possuem, ou não, e que está bastante ligado às questões emocionais. Assim, quanto maior tempo levam para superar perdas,

dificuldades, rompimentos, maior dificuldade possuem em construir ou alcançar uma resiliência, que ajuda na adaptação a situações difíceis ou fontes significativas de estresse. É o que afirma Gestor 2: “[...] *tem um público, né, que a gente tá tentando essa ressignificação, e tem algumas quedas, que foram para comunidade terapêutica [...] fizemos até outros encaminhamentos ao trabalho, aí ele teve um desentendimento emocional, ele cai, cai totalmente... então tem um público que a gente, né, tá ainda nessa, tentando esse vínculo, tentando fazer essa ressignificação [...]*”. É preciso empatia das pessoas que trabalham em espaços que atendam a população vulnerabilizada. Entretanto, faz-se ainda necessário treinamentos adequados visando um melhor conhecimento em relação a esse público por parte de servidores. Gestor 3, por exemplo, menciona que existe essa necessidade ao afirmar que nunca participaram de algum curso específico de formação a fim de atuarem ou acolherem as pessoas em situação de rua: “Olha, não temos. Eu acho interessante também a gente ter, sabe, essa participação de alguém que possa, né, fornecer esse curso pra nós, pros nossos servidores, pra que a gente possa melhor atender.” Sob esta perspectiva, a promoção de treinamento para sensibilizar colaboradores de bibliotecas públicas deve refletir sobre questões que afetam as pessoas pobres e de extrema pobreza, bem como evitando estigmas, atitudes ou quaisquer barreiras que impeçam o uso das bibliotecas por elas (ALA, 2007b).

Restou claro que a privação de recursos financeiros e materiais influenciam negativamente no acesso à informação. São diversas as necessidades informacionais apontadas pelos gestores, desde informações para tratamentos terapêuticos, passando por informações para a emissão de documentos, conquista de uma colocação no mercado de trabalho, ou de leitura. É preciso observar o que se tem feito para que essas informações sejam de fato disponibilizadas. Quando Gestor 3 menciona “*Então eles vêm pra biblioteca pra o usar o nosso telecentro [...]*”, saber disso, é um indicativo das suas necessidades informacionais, mas parece não ser suficiente para definir metas que alcancem esse grupo. Segundo Gestor 1, baseando-se em atendimentos realizados, as necessidades identificadas envolvendo esse público abarca “[...] *agenda de emprego, em vale transporte, em carteirinha, em passagem, onde ela procura a assistente social, onde ela procura alcoólicos anônimos [...]*”. Além disso menciona outros tipos de necessidades

informacionais, como certidão negativa do Tribunal de Justiça, bem como questões envolvendo saúde, em que afirma: “[...] *levamos até pro hospital* [...]”. Observa-se que uma necessidade básica de saúde produz demandas de natureza informacional. Entretanto, por trás desta demanda de saúde, seja ela material, física ou informacional, concorda-se com Yoho (2016) o privilégio e a marginalização afetam alternadamente não apenas o acesso, mas ainda o uso dos recursos de informação.

Enquanto espaços de mediação, as bibliotecas públicas e centros de acolhimento podem traçar estratégias de parcerias para que sejam ofertados serviços que propiciem oportunidades transformadoras na vida de pessoas, sobretudo as vulnerabilizadas. Na esfera das bibliotecas públicas especificamente, o processo da competência em informação deve ser levado em conta, “[...] pois uma vez mediada a necessidade informacional, os sujeitos precisam estar preparados para o domínio do universo informacional.” (BRITO; BELLUZZO; ALMEIDA JUNIOR, 2021, p.325)

O **cuidado** (IFLA, 2017) está no papel de defesa e comunicação da biblioteca. Preconceitos, estigmas ou sentimentos negativos sofridos ou sentidos por pessoas em situação de rua também devem ser um cuidado da equipe. O esforço da equipe da biblioteca também deve estar em aumentar a conscientização sobre essa população vulnerabilizada, a luta na defesa por serviços de excelência, o conhecimento profundo acerca de questões locais relacionadas ao enfrentamento da profunda desigualdade que envolve a população em situação rua, buscando estratégias para o envolvimento da biblioteca na busca por soluções.

5.3 Triangulação dos resultados

A partir da realização da análise de conteúdo de Bardin (2011) em triangulação com os resultados obtidos mediante a aplicação dos questionários aos sujeitos em situação de rua e a realização das entrevistas dos gestores das instituições pesquisadas, conforme exposta nesta descrição e discussão de dados, foram identificadas categorias temáticas ligadas às percepções das pessoas em situação de rua de Campo Grande, MS e as práticas decorrentes quando

frequentam as bibliotecas públicas e o Centro Pop para o acesso e uso da informação, conforme pode ser observado no Quadro 28.

As dimensões temáticas decorrentes dessa triangulação estão divididas de acordo com a natureza das necessidades, demandas, percepções e práticas informacionais, sendo, as de natureza do atendimento humano, envolvendo necessariamente pessoas, seja de maneira individual ou pensando-se em equipes e grupos, numa perspectiva coletiva. Seja sob o olhar das pessoas em situação de rua, grupos historicamente vulnerabilizados, ou de quem os atende ou pode ajudá-los em suas demandas. As de natureza física e material exigem uma estrutura sob o ponto de vista material, que envolve recursos financeiros, financiamentos ou disponibilização de espaços físicos e materiais tecnológicos. E por fim, as de natureza informacional, identificados sob o prisma das necessidades informacionais, e observados por bibliotecas públicas municipal e estadual de Campo Grande-MS, assim como do Centro Pop, com base nas experiências, vivências e atendimentos desses espaços.

Quadro 28 - Necessidades, demandas, percepções e práticas informacionais

Necessidades, demandas, percepções e práticas informacionais para o acesso e uso da informação de pessoas em situação de rua		
De natureza do atendimento/envolvimento humano	De natureza física e material	De natureza informacional
<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento - Encaminhamentos - Parceria - Equipe multidisciplinar - Equipe capacitada 	<ul style="list-style-type: none"> - Computadores - Acesso à internet - Banheiros - Abrigo - Moradia - Sala de leitura/biblioteca (para Centro Pop) - Bibliotecas públicas - Abrigos alternativos para períodos de frio e chuva, intensos 	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitação de documentos - Alimentação - Higiene - Saúde física e mental - Roupas/cobertores - Inserção no mercado de trabalho - Materiais bibliográficos - Comunicação com a família - Elaboração de currículos - Jogos - Lazer - Filmes - Cursos, atividades para o resgate da autoestima - Passagem para deslocamento - Combate ao preconceito

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Tal identificação, com o apoio do referencial teórico, e sob a ótica e experiência dos gestores observadas nas entrevistas, em conjunto com a própria percepção das pessoas em situação de rua constatadas nos questionários, observação e diálogos estabelecidos, forneceram subsídios para a elaboração das diretrizes voltadas à criação e desenvolvimento de um projeto de competência em informação, baseadas em Aprendizagem e Serviço (ApS), conforme tratado na seção 6 desta tese.

6 DIRETRIZES À ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO APLICÁVEL ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS COM FOCO NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A fim de atingir o **objetivo específico d) Elaborar diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação para a população em situação de rua, baseado em Aprendizagem e Serviço (ApS), aplicável às bibliotecas públicas**, foi necessário considerar não somente as necessidades informacionais do grupo vulnerabilizado, mas também a percepção dos gestores quanto ao universo informacional. Outrossim, sob esta perspectiva da ApS, também está presente o ODS 17 que visa fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015) [1]. Sob o ângulo desta pesquisa, estariam contempladas parcerias entre a biblioteca e o centro de acolhimento, parcerias entre universidades e esses espaços que recebem o grupo em situação de rua. Podem, inclusive, ser estabelecidas parcerias entre usuários profissionais/especialistas que frequentam a biblioteca e a própria biblioteca, devendo-se inclusive considerar o conhecimento e as habilidades de pessoas em situação de rua que frequentam a unidade informacional, estimulando assim a sua participação nas atividades da unidade de informação.

A elaboração e proposição destas diretrizes levam em conta a multidimensionalidade que envolve a compreensão e a visão ampla que se deve ter da população em situação de rua, tendo em vista as vulnerabilidades a que estão expostos. Embora a biblioteca pública vise atender a todo e qualquer cidadão em suas necessidades informacionais, a forma de abordagem, acolhimento e encaminhamentos nem sempre podem ser padronizados, pois se deve levar em conta as características de seus usuários, ou seja, daquele que traz as demandas informacionais. No caso das pessoas em situação de rua, diversas são as dimensões dos problemas enfrentados no dia a dia, de sua origem, das superações e dificuldades das mais diferentes naturezas, o que se reflete na sua busca, acesso e uso da e por informação.

As necessidades, demandas, percepções e práticas informacionais para o acesso e uso da informação de pessoas em situação de rua nem sempre são explícitas e demanda atenção dos profissionais que os acolhem e recepcionam, exercendo o papel mediador entre a informação e as pessoas em situação de vulnerabilidade. Exige do agente público acolhedor, conhecimento da população vulnerabilizada e suas necessidades, mas também conhecimento acerca de suas próprias práticas de trabalho, atendimento e acolhimento, quando em contato com quem não possui uma moradia, um abrigo, e vive em situação de extrema pobreza, em fragilidade não só habitacional, mas na vida pessoal e cidadã.

Tais diretrizes não pretendem esgotar todas as questões a serem levadas em conta e requeridas por um projeto de competência em informação voltado à população em situação de rua. Assim, não são fixas, tampouco imutáveis, podendo ser adaptadas de acordo com a realidade e recursos da biblioteca. Foram traçadas levando em conta a literatura especializada voltada ao fenômeno da população em situação de rua, e da competência em informação. Além disso, leva em conta as vozes das pessoas vulnerabilizadas, e de profissionais que os atendem em um ambiente de acolhimento para encaminhamento, bem como de bibliotecários que atendem essas pessoas em bibliotecas públicas.

Destaca-se que as propostas aqui elencadas não são prescritivas, devendo servir como um guia, como um norte. Assim, vê-se com relevância a consulta a documentos que serviram de inspiração, como o *Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries* (ACRL, 2011) [2], o *Characteristics of Programs of Information Literacy that Illustrate Best Practices: a Guideline* (ACRL, 2019) [3] e o *Guidelines for library services to people experiencing homelessness* (IFLA, 2017) [4] e outros que serão relacionados mais adiante.

É imprescindível que as bibliotecas reconheçam e assumam o seu papel no apoio a comunidades vulnerabilizadas, como o são a população em situação de rua, desabrigados e sem-teto. Crises humanitárias são cada vez mais comuns devido a guerras e conflitos armados que costumam provocar crises de refugiados, atingindo países de todos os continentes, situação observada inclusive no Brasil. O impacto das mudanças climáticas tem sido devastador, aumentando o número de

inundações, secas, calor e frio extremos e fortes temporais que quando não assolam vidas humanas, favorecem situações de escassez que não raramente obrigam pessoas a se deslocarem em busca de abrigo. A essas situações, somam-se crises sanitárias, fome e desnutrição, falta de serviços básicos como educação, saúde e moradia. E quando se trata de pessoas que estão tentando sobreviver nas ruas a situação torna-se desoladora porque são invisibilizadas, em geral sem apoio de governos ou da sociedade civil. As “soluções” em geral são paliativas, e o mal quase nunca é cortado pela raiz. E assim seguem, tentando viver o hoje, procurando o que comer hoje, buscando onde se acomodar durante a noite hoje, sem perspectivas de um futuro melhor.

Pela multidimensionalidade com que se apresenta a situação de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua, faz-se relevante que sob o aspecto informacional, em um projeto de competência em informação, sejam consideradas diretrizes que abarcam um leque de aspectos e dimensões. É preciso ainda, a compreensão de que tais diretrizes são linhas gerais que visam atingir uma finalidade maior. Ou seja, o termo diretriz sugere a direção de um caminho a ser seguido e “[...] aproxima-se de orientação que é, ao mesmo tempo, impulso inicial e rumo geral. Mas aproxima-se também de norte, seja no sentido de superar uma possível desorientação, seja no sentido largo de orientação para um fim.” (CURY, 2002, p. 194) [5].

A proposição dessas diretrizes visa atender a um chamado do Manifesto de Florianópolis, que considera de primeira importância a integração da competência em informação com as ações de democracia e com o exercício pleno da cidadania. Para tal é preciso que profissionais assumam a responsabilidade de transformação e promoção da mudança, promovendo ações para a mudança de políticas institucionais. É preciso que os profissionais compreendam e internalizem a competência em informação como um direito fundamental da pessoa humana, essencial à sobrevivência (MANIFESTO..., 2013) [6], sobretudo de populações vulnerabilizadas e das minorias. Além disso, estão fortemente conectadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem uma ousada e complexa meta de não deixar ninguém para

trás (ONU, 2015b) [1]. Dos dezessete objetivos, as diretrizes ora propostas têm relação com os seguintes: **Objetivo 1.** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. **Objetivo 3.** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. **Objetivo 4.** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. **Objetivo 5.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. **Objetivo 10.** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. **Objetivo 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. **Objetivo 12.** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. **Objetivo 13.** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. **Objetivo 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. **Objetivo 17.** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Tais diretrizes têm potencial para contribuir com subsídios na elaboração de políticas públicas voltadas à população em situação de rua, pois visa contribuir para fomentar um cenário de acesso à informação, impedir retrocessos ou melhorar processos no direito à informação para a construção de conhecimento e aplicação à realidade social. Procura a perspectiva holística porque a vulnerabilidade a que está exposta essa população requer conectividade entre diferentes serviços ou proposições de soluções. Isto se dá porque problemas complexos requerem mais do que fazer o básico, ou, pensar o básico. Exige uma multiplicidade de conexões necessárias para que assuntos sensíveis, que denotam fragilidades possam ser resolvidos definitivamente, e enfrentados cotidianamente.

Destaca-se aqui, em síntese e considerando-se que as diretrizes construídas têm cunho de natureza didático-pedagógica, que de acordo com Abelha *et al.* (2020, p.38) [8], a Aprendizagem e Serviço (ApS) é “uma forma de educação experiencial que combina objetivos de aprendizagem com o serviço na/com a comunidade”. Além disso, “desencadeia processos sistemáticos e pontuais de aquisição de

conhecimentos e habilidades para a vida” (ROVIRA; RODRÍGUEZ, 2006, p. 62) [9]. Desse modo, considera-se a sua utilização nesta tese, tendo em vista a relevância da participação ativa e do comprometimento dos profissionais com as necessidades informacionais dos seus usuários e de suas próprias necessidades, que no âmbito desta pesquisa, refere-se às pessoas em situação de rua que frequentam as bibliotecas públicas da cidade de Campo Grande, MS, e do centro de acolhimento localizado próximo a ambas. Como esses profissionais estão diretamente ligados a essa população vulnerabilizada, é preciso que visem o aprender a aprender, buscando a capacitação contínua, o que em muito contribuirá para que se tornem futuros multiplicadores de um projeto de competência em informação, tendo como sugestão as diretrizes que serão elaboradas e apresentadas por meio desta pesquisa, considerando os dados coletados e analisados a partir da triangulação, já que serão considerados o referencial teórico elaborado, os resultados obtidos com o questionário e com a entrevista.

Uma das características da Aprendizagem em Serviço refere-se ao envolvimento com a comunidade. Sua aplicação se articula mediante o desenho de projetos perfeitamente planejados para que os objetivos sejam cumpridos. A sua natureza pode ser considerada a partir de três dimensões: a) papel dos agentes implicados, b) das características pedagógicas e c) do papel da sociedade (BARTOLL *et al.*, 2016) [10]. Neste sentido, nesta pesquisa, os agentes referem-se aos profissionais que atendem as pessoas em situação de rua, envolvendo o aprender a aprender ao longo da vida e o elemento sociedade, já que a prioridade da ApS é a prestação de um serviço à comunidade enquanto aprende. Embora muito utilizado em meios escolares e acadêmicos, compreende-se que a ApS pode ser adaptada ao contexto desenhado nesta pesquisa, já que para o atendimento de grupos vulneráveis e vulnerabilizados, alguns elementos precisam estar presentes na equipe que os atende, tais como a empatia, a educação antirracista, compreensão da aporofobia como um meio de exclusão, preconceito e discriminação, a gestão de pessoas, as questões socioemocionais, liderança, questões envolvendo a preservação do planeta, questões tecnológicas, dentre outros que poderão ser futuramente observados, e tratados tendo por base o corpo teórico apresentado até então, nesta pesquisa.

Ainda, além do apoio dos princípios da ApS, visando alcançar aos objetivos propostos, buscou-se uso de dois documentos da *College and Research Libraries* (ACRL) que ajudam a direcionar o implemento de programas e projetos de ColInfo, explicitando-se elementos importantes para a sua estrutura que são o *Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries* (ACRL, 2011) [2] e o *Characteristics of Programs of Information Literacy that Illustrate Best Practices: a Guideline* (ACRL, 2019) [3].

Foram utilizados como referência, os Padrões de ColInfo de Belluzzo (2007) [11] para, além de guiar a elaboração do questionário aplicado o que permitiu identificar as necessidades informacionais dos sujeitos da pesquisa, contribuir para a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação, baseadas em Aprendizagem e Serviço (ApS) (ABELHA *et al.*2020) [8], aplicável às bibliotecas públicas e que poderá ser implementado na Biblioteca Pública Estadual e na Municipal de Campo Grande (MS). Considerou-se que, tanto os documentos da ACRL (2011, 2019) [2,3] quanto de Belluzzo (2007) [11] são aplicáveis em contextos de aprendizagem, podendo ser adaptáveis, conforme se fizer necessário. A pesquisa também está amparada nas dimensões da competência em informação, sobretudo naquelas de Vitorino e Piantola (2011) [12], em suas perspectivas técnica, estética, ética e política, mas também devendo considerar pressupostos das demais dimensões trabalhadas no referencial teórico, como a dimensão social, afetiva e ecológica, com vistas a alcançar uma visão holística da pessoa em situação de vulnerabilidade.

6.1 Diretrizes voltadas à elaboração de projeto baseado em ApS para desenvolvimento da competência em informação em pessoas em situação de rua aplicável em bibliotecas públicas

O modelo traçado foi baseado na Aprendizagem em Serviço (ApS), uma abordagem de ensino-aprendizagem que liga teoria e prática, permitindo que estudantes participem de serviços que respondam às necessidades de uma comunidade, refletindo sobre a experiência nas aulas, buscando compreender de maneira mais profunda conteúdos de um curso, e um sentido de participação cívica

mais ativa. Dependendo do contexto, pode ser adaptado, e dentre os seus princípios destacam-se: a aprendizagem através da experiência que está relacionada com a democracia como forma de vida, e envolve uma convivência baseada em participação, responsabilidade mútua e valores democráticos partilhados. Segundo, a aprendizagem experimental tem como princípio a conectividade entre prática e teoria. E por fim, a aprendizagem social que está concentrada nas atividades desenvolvidas no trabalho voluntário trazendo uma contribuição para a sociedade (RESCH; KNAPP, 2020) [13].

A aprendizagem em serviço pode ser uma facilitadora na formação contínua em temáticas ancoradas na Agenda 2030, oportunizando o desenvolvimento sustentável a todos os atores, desde os colaboradores, instituições sociais e estudantes. O que existe é uma combinação entre objetivos de aprendizagem com objetivos de serviço à comunidade, tendo como propósito uma educação empática, fomentando a solidariedade para transformar o mundo. Nestas circunstâncias, reconhece-se que a metodologia mais adequada para a educação voltada à cidadania é aprender pela ação, envolvendo-se e gerando comprometimento. Segundo Martínez (2020) [14], por meio da ApS os estudantes/aprendizes/colaboradores conseguem ver mais sentido ao que estudam ao aplicar seus conhecimentos e habilidades por meio da prática solidária. Isto faz com que a aprendizagem seja ainda mais útil, pois o ambiente e a comunidade passam a ser destinatários deste aprendizado. Com isso, os projetos de ApS além de enfatizarem o pertencimento a uma comunidade, também torna mais sólido o exercício da cidadania ativa.

Como não existe na literatura um modelo único de ApS, o que se diferenciará pelo tipo de projeto, de agentes envolvidos, dentre outros elementos, apresenta-se uma proposta de projeto baseado em ApS para competência em informação, tendo como base as fases comuns, em geral encontradas na literatura especializada (ABELHA *et al.*, 2020; MARTÍNEZ, 2020) [8,14], a saber:

- Fase 1: Diagnóstico participativo da problemática identificada: visa um olhar analítico sobre a realidade em que se vai atuar, no caso, identificar o problema ou problemas objetos do projeto, que no caso da

tese, são as necessidades informacionais das pessoas em situação de rua.

- Fase 2: Intervenção formativa e de motivação: envolve o projeto e planejamento da intervenção, com base nos resultados obtidos na fase 1. Ou seja, nesta fase são criados os conteúdos, atividades, tempo de implementação que a seguir serão colocados em prática e replicado na fase 3. Desta forma, envolve conhecimentos e compreensão dos principais aprendizados, bem como a motivação pessoal e institucional para o desenvolvimento do projeto. É esta motivação que garantirá o comprometimento e responsabilidade na execução das atividades.
- Fase 3: Intervenção participativa (execução): Envolve desde a concepção e planejamento do projeto que será trabalho em si, no caso desta tese, com as pessoas em situação de rua. Visa proporcionar um serviço que responda aos problemas identificados na fase do diagnóstico. Além disso, a implementação do projeto permite o ajuste de mudanças que se considerarem pertinentes no decorrer das atividades.
- Fase 4: Avaliação: Deve estar presente em todas as etapas. Ela é que permitirá a alternância de rumos, caso seja preciso, para que se atinja os objetivos propostos.

Ressalta-se que alguns princípios identificados na Aps também devem ser observados em projetos baseados nesta metodologia, que são:

- O envolvimento ativo dos colaboradores, estudantes, voluntários.
- A identificação dos problemas, das necessidades e recursos de comunidades, organizações ou grupos específicos, que nesta tese está focada para as necessidades informacionais da população em situação de rua.
- O esclarecimento das competências e capacidades a serem trabalhadas/ desenvolvidas. Para tal, são relevantes em um modelo de projeto para a competência em informação, as necessidades

informativas identificadas, as dimensões da competência em informação, sobretudo sob as dimensões técnica, estética, ética e política (VITORINA; PIANTOLA, 2011) [12], bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015) [1], observados como possíveis de serem trabalhados a partir das necessidades da população em situação de rua investigada.

- O desenvolvimento contínuo de recursos em ação compreende que um projeto de competência em informação não deve ser visto como algo único ou estático, mas sim ter como prerrogativa o aprendizado ao longo da vida, no sentido de que em foco está o saber, o saber fazer, o saber ser e conviver, em tese, os quatro pilares da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser (DELORS, 2010) [15]. Ou seja, além dos conhecimentos e habilidades adquiridas ao longo da vida, as atitudes esperadas devem colocar em movimento esses conhecimentos e habilidades, de forma a impactar positivamente a sociedade, permitindo a construção de um mundo melhor. Para tal, devem ser levados em conta os preceitos éticos em relação ao outro e ao próprio planeta em que vivemos.
- A reflexão sistemática sobre o trabalho a ser desenvolvido. As reflexões devem se dar não apenas sobre todas as fases de um projeto baseado em Aps, mas sobretudo uma reflexão ampla e profunda sobre a construção da cidadania (MARTÍNEZ, 2020) [14]. Neste sentido, Resch e Knapp (2020) [13] apontam uma série de atividades de reflexão, baseadas em Jacoby (2015) [16], que podem ser utilizadas, tais como escrita (diários de bordo, artigos de investigação experiencial), atividades (leituras na aula, discussões em grupo), meios artísticos (desenhos, vídeos, arte), discurso oral (apresentações na aula).
- Tempo e apoio institucional para a implementação das atividades/projetos. Orienta-se que um tempo ou prazo deve ser

estabelecido na definição das etapas do projeto e do projeto de execução em si.

Buscou-se pensar em um projeto baseado em ApS para competência em informação, tendo em vista que a própria metodologia permite que os alunos, colaboradores etc., alcancem resultados baseados em disciplina ou objetivos gerais de aprendizado, como o pensamento crítico, a competência em informação e a resolução colaborativa de problemas. Além disso, objetivos como liderança ou competência intercultural, a compreensão cultural e racial e a redução do pensamento estereotipado também podem ser alcançadas (JACOBY, 2015) [16]. Ou seja, tem afinidade com todas as temáticas trabalhadas nesta tese, inclusive possibilitando a visão holística que se entende ser primordial na abordagem, quando envolve a população em situação de rua. Vislumbra-se quão apropriado pode ser um modelo baseado em Aps, sobretudo quando envolve populações em situação de vulnerabilidade:

O atendimento direto envolve a interação face a face com a população de clientes no local de atendimento ou em outro local. Tais atividades incluem aulas particulares, servir comida para moradores de um abrigo para sem-teto, envolver idosos em exercícios para aliviar o estresse e treinar um time de basquete em um bairro de baixa renda. (JACOBY, 2015, p. 21) [16]

Como a tese se propôs a identificar e analisar a relação de acesso e uso da informação voltado à população em situação de rua da cidade de Campo Grande - MS, e contribuir com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação aplicável às bibliotecas públicas, o Quadro 29 apresenta um modelo de projeto baseado em Aps, levando-se em conta o até aqui exposto.

Quadro 29 - Quadro síntese de um modelo de projeto baseado em ApS para competência em informação de pessoas em situação de rua aplicável às bibliotecas públicas

Modelo de projeto baseado em ApS para competência em informação	
Tópicos a constar no modelo do projeto	Observações
Identificação	Identificar o projeto com a logo da biblioteca pública e órgão ao qual está vinculada ou de acordo com as normativas ou manual de identificação visual da instituição a qual pertence a biblioteca.
Título do projeto	O título do projeto deve ser simples, atrativo, criativo e que, ao mesmo tempo, traduza a essência do projeto. Exemplo: Elaborando currículos on-line: dicas valiosas
Data - início e fim do projeto	A definição das datas de início e término do projeto devem estar claros, até mesmo para que os usuários da biblioteca se programem quanto aos dias e horários em que precisam estar presentes para a participação das atividades e propostas que serão apresentadas. Tal definição é importante também para todos os agentes e colaboradores envolvidos no cumprimento de todas etapas e fases do projeto.
Responsável pelo projeto	Uma pessoa deve ser designada para ser o responsável pelo projeto. Exemplo: bibliotecário ou gestor da unidade de informação ou centro de acolhimento às pessoas em situação de rua.
Usuários a serem beneficiados	Usuários da biblioteca em situação de rua
Recursos humanos envolvidos	Identificar todos os agentes envolvidos no projeto desde a fase do diagnóstico participativo da problemática, passando pela intervenção formativa e de motivação, execução e avaliação do projeto, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Profissionais: bibliotecários, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas, pedagogos, artistas plásticos, profissionais da área

	<p>ambiental, ligadas ao movimento negro, ao combate à violência contra a mulher, dentre outros. O responsável pelo projeto deve explorar ao máximo a possibilidade de contar com profissionais, especialistas, ativistas e colaboradores de diversas áreas, a fim de enriquecer as atividades, de acordo com os objetivos propostos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudantes: a biblioteca pode explorar ao máximo a parceria com universidades ou escolas técnicas, até mesmo de ensino médio e outras modalidades, para que possam colocar em prática o que aprende na teoria. Esse estudante pode até mesmo ser um servidor da própria biblioteca que também esteja cursando alguma faculdade ou curso cujos conhecimentos podem ser aplicados aos usuários. O elemento inovador de um projeto de ColInfo baseado em Aps envolve assim, a cooperação, a colaboração e o reconhecimento, contando com uma rede educativa, que pode ser formal ou informal. • Voluntários: Podem ser todos os profissionais que não estejam envolvidos diretamente com a elaboração ou outras fases do projeto, mas cuja participação pode resultar em um trabalho à comunidade, que na ênfase pretendida está voltada à população em situação de rua.
Entidades participantes	Envolve as parcerias estabelecidas para o desenvolvimento do projeto, podendo-se estar apoiados nos ODS da Agenda 2030. Elencar todos os parceiros do projeto, buscando contemplar organizações, empresas públicas ou privadas, organismos sociais, universidades, defensorias, secretarias de estado ou da prefeitura, centros de acolhimento, e os que puderem se juntar à proposta e que possam de

	alguma maneira ajudar a população em situação de rua sob algum aspecto.
Recursos físicos e materiais a serem empregados	Além do espaço físico da biblioteca, ou dos centros de acolhimento, para pessoas em situação de rua, deve-se especificar claramente outras necessidades de recursos físicos e materiais para que seja desenvolvido o projeto. Assim, a equipe envolvida no projeto, tem condições de provisionar recursos mediante verbas da biblioteca, aquisição de doações junto ao comércio local, parceiros e outras ideias. Por exemplo: A biblioteca pode lançar uma campanha junto à comunidade, como “Amigo da Biblioteca”, fornecendo um selo como forma de reconhecimento em ajudas à biblioteca para realização do projeto. Divulgar o nome desses “Amigos da biblioteca”, junto à imprensa local, pode até ser uma forma de estimular outros parceiros.
Necessidade social a ser atendida	A necessidade global de “não deixar ninguém para trás” como requer a Agenda 2030 (ONU, 2015) [1] deve ser traduzida por meio de melhorias sociais globais concretas, visando processos participatórios e democráticos, na busca de soluções sustentáveis para desafios sociais prementes como a vulnerabilidade social e informacional de usuários em condição de rua que frequentam as bibliotecas públicas. Por exemplo, no caso de uma oficina de elaboração de currículos, a necessidade social a ser atendida envolve encontrar um emprego ou simplesmente se reinserir no mercado de trabalho.
Necessidade informacional a ser atendida	Considera que os projetos precisam ter como base as necessidades informacionais diagnosticadas junto à população vulnerabilizada. É possível, por exemplo, tomar-

	<p>se como referência as três principais motivações pelas quais essas pessoas vão para rua, tais como problemas com alcoolismo, desemprego, vínculos familiares rompidos, e trabalhar projetos que ajudem a superação desses problemas. Podem então, ser pensadas oficinas envolvendo trabalhar competência em saúde física e mental; cursos que visem desenvolver competências que ajudem a uma colocação no mercado de trabalho (busca por ofertas de emprego em plataformas digitais, elaboração de currículos etc); atividades envolvendo o desenvolvimento de habilidades para acessar informações que o ajudem a encontrar familiares, acessar redes sociais ou recursos on-line para se comunicar com parentes distantes. Contudo, sugere-se que as necessidades informacionais são dinâmicas, e devem ser sempre conferidas e observadas pela equipe que encabeça o projeto. Em alguns casos, existem informações de interesse geral, visando a sustentabilidade do planeta, o fortalecimento da cidadania, resgate da cidadania, preservação da paz, dentre outros temas de interesse geral da coletividade, e que devem ser sempre trabalhadas. Seja de interesse global ou de interesse mais restrito a um grupo, o importante é que os usuários saibam como acessar e fazer uso ético das informações. Na elaboração da oficina de currículos, por exemplo, é importante que o usuário saiba que informações de fato são necessárias e corretas na elaboração de um bom currículo, que plataformas podem ser usadas de forma gratuita, dentre outros aspectos relevantes que constarão do planejamento do projeto.</p>
Objetivos de aprendizagem	Serão estabelecidos de acordo com modelos didáticos pensados entre os profissionais e

	<p>agentes envolvidos no projeto. São descrições concisas do que os participantes do projeto devem saber e compreender. Esses objetivos descrevem a aprendizagem que se espera por parte do participante do projeto, ou seja, os conhecimentos, os conceitos, as habilidades e os processos visados. Exemplos de verbos na elaboração de objetivos de aprendizagem: compreender, aplicar, analisar, avaliar, criar, descrever, elaborar, usar, resolver, etc. Sugere-se a Taxonomia de Bloom que classifica os processos intelectuais que podem ser usados na aquisição e uso dos conhecimentos. Aqui, uma sugestão de consulta inicial para quem não conhece ou não tem familiaridade com a Taxonomia de Bloom (RODRIGUES; SANTOS, 2013) [17].</p>
Objetivos de serviço	<p>Abordar as questões que envolvem um projeto baseado em ApS que são o fomento aos direitos humanos, educação empática, solidariedade, projeto educativo com finalidade social, compromisso social, trabalho em conjunto, desenvolvimento local, fomento ao capital social das comunidades, dentre outros, de acordo com a natureza do projeto.</p>
ODS vinculados com a proposta	<p>Identificar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015) [1] contemplados ou em conexão com o desenvolvimento do projeto. É desejável que os ODS envolvidos nas propostas das bibliotecas públicas para a realização de um projeto de competência em informação, voltado à população em situação de rua, considerem os 5Ps importantes para o sucesso da Agenda 2030 que são: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria.</p>
Dimensões da competência em informação	<p>Deverá ser buscado o desenvolvimento holístico</p>

contempladas	da competência em informação, identificando as dimensões técnica, estética, ética, política, ecológica, social, cognitiva, socioemocional, cultural e/ou afetiva, contempladas com o projeto a ser desenvolvido, considerando-se a ideia das dimensões da competência em informação a partir de múltiplas abordagens e o que elas contemplam.
Desenvolvimento das atividades:	<ul style="list-style-type: none"> • Fase da preparação (prever reuniões, formação técnica dos alunos, profissionais e/ou voluntários, preparação das atividades e outras que se fizerem necessárias nesta etapa, definição do tipo de avaliação) • Fase do desenvolvimento do serviço (desenvolver o serviço planejado visando atender necessidades informacionais detectadas, coletar dados durante o desenvolvimento para posterior análise) • Fase da divulgação (preenchimento de relatório para divulgação, observando as conclusões, propostas de melhorias e continuidade, análise dos dados coletados)
Avaliação das aprendizagens	A avaliação deve estar presente em todas as etapas do projeto: antes (diagnóstica), com o objetivo de analisar; durante , objetivando ser contínua em todo o processo; e depois (somativa) com atividades pontuais. Deve envolver os princípios éticos de aprendizagem. Deve estar claro o que está sendo avaliado, tais como em conhecimento (lista de exercícios, questionários, testes etc), habilidades (projetos, trabalhos, tarefas, autorias) e atitudinais (presença, participação, colaboração).
Avaliação dos impactos	Os projetos envolvendo o desenvolvimento da competência em informação de pessoas em

	<p>situação de rua devem impactar positivamente a instituição biblioteca pública em sua missão em atender todas as pessoas, não deixando para trás as populações vulneráveis, impactar de maneira segura políticas públicas voltadas à população em situação de rua, devendo refletir em pessoas e cidadãos melhor informados, impactar positivamente o planeta em sua preservação, redução do desemprego, da pobreza, das desigualdades raciais e sociais, redução na discriminação de pessoas pobres eliminando a aporofobia da sociedade, a redução da violência, a desigualdade de gênero, dentre outras questões que ajudam a transformar o planeta Terra em um lugar melhor para se viver e conviver.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Destaca-se que o modelo ora proposto encontra-se fundamentado também no que é apresentado e descrito no item seguinte que contém orientações complementares.

6.1.1 Dimensões consideradas à elaboração e desenvolvimento de um projeto de competência em informação

Em um esforço de contemplar a literatura especializada, muitas delas, baseadas nas vozes da população em situação de rua, conectada à competência em informação, bem como da percepção das pessoas em situação de rua que frequentam ou já frequentaram bibliotecas públicas e centro de acolhimento em Campo Grande, MS considera-se, inicialmente, a importância de se ter como apoio central a Aprendizagem e Serviço (ApS) (ABELHA *et al.*, 2020; BARTOLL *et al.*, 2016; CRESPO, 2020; JACOBY, 2015; MARTÍNEZ, 2020; RESCH; KNAPP, 2020; ROVIRA; RODRÍGUEZ, 2006) [8,10,18,16,14,13,9] . Além disso, esses princípios deverão estar em inter-relação com cinco dimensões que deverão ser levadas em

conta no uso e aplicação destas diretrizes ora apresentadas à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação aplicável às bibliotecas públicas, sendo elas:

1 Dimensão humana: Compreende os aspectos humanos envolvidos perante a decisão e compromisso dos bibliotecários em desenvolver um projeto de competência em informação. É preciso que se leve em conta que o usuário vulnerabilizado está em primeiro lugar, portanto, a sua voz, as suas percepções, práticas decorrentes quando frequentam as bibliotecas públicas para o acesso e uso da informação, sob a ótica das suas necessidades informacionais devem ser sempre considerados. Da dimensão humana, destacam-se:

1.1 Acolhimento: Não se faz necessariamente no espaço físico da biblioteca, pois é preciso muitas vezes, que a biblioteca saia ao encontro do seu usuário e que vá para as ruas. Mas, ao acolher um usuário em situação de rua, a empatia do servidor que faz a recepção deve ser colocada como a chave da porta de acesso ao universo informacional. É ele quem vai, num primeiro momento, fazer com que a pessoa em condição de vulnerabilidade se sinta reconhecida e visibilizada. É necessário portanto, o agir ético, com escuta verdadeira e de respeito, e um atendimento com entrega. O ser empático ou a atitude empática ganha a confiança, constituindo o acolhimento em um primeiro passo para uma mediação que visa a apropriação da informação.

1.2 Mediação: Estritamente relacionada com o acolhimento, quando se traduz em mediação acolhedora por parte do bibliotecário ou funcionário da biblioteca. O mediador que acolhe o usuário deve promover a mediação da informação fazendo com que consigam identificar ou expressar suas demandas informacionais. É preciso ter claro que a mediação e a competência caminham juntas, servindo de estímulo ao debate e ao espaço de construção de aprendizagem e do conhecimento crítico. Uma mediação capaz de fazer com que as pessoas em situação de rua tenham a vulnerabilidade reconhecida e problematizada, por elas próprias, pela sociedade e pelas instituições, buscando mecanismos a fim de solucioná-la de maneira individual e coletivamente.

1.3 Encaminhamento: Reflexo do acolhimento e da mediação, o encaminhamento é algo a ser destacado, pois constitui-se no direcionamento que se dá em busca da solução a ser fornecida pela biblioteca às pessoas vulnerabilizadas, que pode ser voltada às mais diferentes necessidades informacionais: de recursos a serviços, de utilidade pública a particular. O encaminhamento sempre deve estar pautado na segurança humana e na solidariedade, sobretudo porque envolve pessoas em situação de risco

1.4 Equipe: Para o acolhimento, mediação e encaminhamento é preciso uma equipe de profissionais sensíveis e proativos. Para tal, se faz necessário a realização de cursos que incentivem servidores e colaboradores a compreender os aspectos que envolvem a vida das pessoas em situação de rua, buscando excelência no atendimento a elas. A equipe deve ser coesa no sentido de levar em consideração as demandas de todos os usuários, não deixando de fora as necessidades informacionais trazidas pelas pessoas em situação de rua, nem tampouco tratando-as com diferença ou discriminação. Recomenda-se uma equipe formada não somente por bibliotecários e assistentes/auxiliares, mas com o apoio de assistente social e psicólogo.

1.5 Parceria: Em bibliotecas públicas, nem sempre é possível compor um quadro de pessoal que tenha além de bibliotecários, a presença de assistentes sociais ou psicólogos. Por isso, recomenda-se estabelecer parcerias em busca de somar esforços para dirimir as demandas e necessidades informacionais, e de outras naturezas, requeridas pela população socialmente vulnerável, como é o caso das que se incluem na situação de rua.

Há uma diversidade de parcerias que podem ser propostas e arranjadas pelas bibliotecas, por meio dos seus gestores. Dentre elas cita-se parcerias locais com profissionais liberais, instituições de ensino, setores governamentais, agências de emprego ou membros da sociedade que queiram cooperar e colaborar, todas importantes para um trabalho criativo a ser desenvolvido junto à comunidade.

Acredita-se que a parceria promove algo fundamental quando se trata de atender às necessidades trazidas por populações vulnerabilizadas que é o “agir o mais breve”. Quanto mais profissionais envolvidos, mais chances de que haja uma

agilidade na solução dos problemas, se não for de todos eles, o que de fato é algo difícil, os mais urgentes. No caso das pessoas em situação de rua, por exemplo, há uma estreita relação entre a permanência nas ruas e o agravamento das múltiplas vulnerabilidades: os vínculos familiares se perdem, a dificuldade em encontrar um emprego aumenta, as chances de que retomem a educação diminui, dentre outros agravamentos.

A fome, por exemplo, um estado de privação a uma alimentação de qualidade e suficiente a que a pessoa vulnerabilizada é submetida, e que gera desnutrição, afetando a aprendizagem, pode ser minimizada com parcerias entre as bibliotecas públicas e bancos de alimentos e restaurantes. Tanto sob o ponto de vista informacional, fornecendo e indicando restaurantes populares ou instituições que distribuem alimentos de graça, tanto sob o ponto de vista de realizar campanhas arrecadando alimentos e roupas que podem ser doadas aos centros de acolhimento, que em geral, possuem cozinha para o preparo de refeições que são distribuídas à população em situação de rua.

2 Dimensão física e material: Compreende os aspectos que envolvem a disponibilização, acomodação, disposição, aquisição, reforma, doação, troca, aplicação de recursos físicos e materiais destinados a atender pessoas em situação de rua. São recursos importantes a serem considerados por bibliotecários na proposição de um projeto de competência em informação. Nestas diretrizes são colocados a partir de duas perspectivas, ou âmbitos, sendo:

2.1 No âmbito da biblioteca: Envolve instalações e equipamentos que facilitam o acesso das pessoas às informações de que necessitam, tais como:

- Disponibilidade de **computadores** com aplicativos e programas que permitam aos usuários elevar sua produtividade e ampliar suas possibilidades de criação por meio de editores de texto, tabelas e apresentação, e com acesso à internet. Se não houver disponibilidade de verbas, a biblioteca pode recorrer a editais públicos para a compra de bons equipamentos, ou aceite de doações de outros órgãos públicos que muitas vezes necessitam

de equipamentos mais atualizados, e doam os seus para quem não tem ou possui equipamentos obsoletos.

Ressalta-se que a disposição dos computadores deve ser de fácil acesso aos usuários, e se não possível, o aviso amplo de que a biblioteca conta com tais equipamentos e que todos têm acesso, respeitados os mecanismos de registro para a coleta de números para as estatísticas, e de acordo com o regulamento da biblioteca.

É preciso que seja respeitada a privacidade dos usuários que utilizam os equipamentos, tanto em questões de segurança dos dados pessoais, quanto em relação à disposição no espaço físico. Em eventuais preocupações, acessos ilegais ou irregulares podem ser monitorados por programas que executam o bloqueamento do acesso suspeito.

Assim como os computadores, equipamentos como mesas e cadeiras, mouses também podem ser adquiridos mediante doações, adaptações ou reformas de móveis da própria biblioteca ou de outros órgãos que com mais frequência renovam suas estações de trabalho.

- **Acesso à internet** com modem banda larga e boa conexão é um diferencial para que as pessoas tenham acesso à informação de maneira mais ágil. Em caso de dificuldades na contratação de um provedor de acesso à internet, a biblioteca pode buscar parcerias com empresas da cidade.
- O **banheiro** da biblioteca pública não deve se restringir a este ou aquele público. O que deve ser feito é a educação permanente sobre a importância da preservação e bom uso do patrimônio para que todos continuem a serem servidos da melhor maneira. Em bibliotecas públicas que possuam em seu entorno espaços para banho recomenda-se que sejam propostas parcerias de uso desses locais de banho por parte dos seus usuários, com tais

necessidades. Devem ser pensadas formas de controle na qualidade de higiene e manutenção dos mesmos.

2.2 Fora do âmbito da biblioteca: Embora compreenda instalações físicas que dificilmente podem ser atendidas por bibliotecas públicas, e este não é mesmo o compromisso-fim delas, são pontos a serem considerados como uma forma de abordar a dimensão das dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua. Dificuldades estas que influenciam o acesso à informação. São dimensões nas quais a biblioteca pode interferir no sentido de orientar, apontar um caminho ou apresentar sugestões para a execução de políticas públicas envolvendo essa população.

- **Sala de leitura/biblioteca** (para Centro Pop): Centros de acolhimentos como o Centro Pop podem disponibilizar espaços para que as bibliotecas públicas possam contribuir com o *know how* ou o conjunto de conhecimentos práticos que detém, no acesso à informação, no incentivo à leitura, dentre outras práticas informativas, tais como a competência em informação. Em Campo Grande, MS a proximidade geográfica permite que as bibliotecas públicas atendam as pessoas em situação de rua no Centro Pop. É uma parceria que pode ser estabelecida e que traz vantagens para o Centro Pop que disporá de um serviço a mais e tornar o acolhimento mais efetivo. Vantagem para as bibliotecas públicas porque trazer novos usuários para dentro de seus espaços, cumprindo assim a sua missão genuinamente social.
- **Abrigos alternativos para períodos de frio e chuva, intensos**: Em dias normais é comum que os abrigos para pernoite não suportem a demanda de pessoas que buscam por acolhida e pernoite. Nos dias de chuva e frio, menos ainda. A biblioteca pode contribuir no sentido de montar um banco de doadores temporários de espaços alternativos para os dias de muito frio e chuva. Pode pensar conjuntamente com assistentes sociais uma maneira viável de cadastrar empresas, pessoas físicas ou outras opções que

possam acolher essas pessoas para que não morram em dias de frio severo. Ou evitando que contraiam alguma doença ou sejam arrastados por correntezas em dias de tempestades. A depender das tratativas, os gestores das próprias bibliotecas podem articular no sentido para que suas bibliotecas possam ser um desses espaços. O filme *The Public* traz algumas reflexões neste sentido. Com planejamento, segurança e vontade política pode ser algo realizável, e não restrito ao fictício.

3 Dimensão política: A faceta política que envolve um projeto de competência em informação deve compreender os interesses que movem a sociedade e seu potencial transformador, sobretudo a partir do campo informacional e os em conexão com este aspecto. A dimensão política está presente em todas as esferas da vida em sociedade, e pode ser constatada na simples escolha e decisões do dia a dia que envolvem a coletividade. Em relação a equipamentos informacionais, como as bibliotecas, a sua função social e de seus trabalhadores são explicitadas e podem ser dialogadas por meio da dimensão política, tornando-se um direcionamento para as ações a serem propostas por esses espaços e seus profissionais.

A dimensão política a que se refere essas diretrizes levam em conta tanto referências cuja consulta contribui para um melhor delineamento de um projeto de competência em informação, tanto documentos e referências que colaboram no sentido de compreender as complexidades que envolvem um contexto de situação de rua, das quais milhares de pessoas são vítimas no Brasil e em outros países do mundo. São algumas sugestões a serem consultadas, portanto, não podem ser entendidas como referências únicas ou acabadas. A elas, outras podem ser somadas.

Ressalta-se que a dimensão política interfere diretamente em todas as demais dimensões consideradas nas diretrizes, além disso compreende aspectos acerca de proposições da perspectiva política, por parte dos profissionais, entidades de classes, governos etc. que podem subsidiar projetos de competência em informação voltados à população em situação de rua, a serem trabalhados por

bibliotecas públicas. Neste contexto, vale ressaltar o Manifesto de Florianópolis (MANIFESTO..., 2013, p. 2) [6] que chama a responsabilidade para profissionais no sentido de desenvolver a “[...] dimensão política em si e nas comunidades e promoção do equilíbrio da dimensão técnica com as demais dimensões da Competência em Informação.” E como responsabilidade das instituições públicas e governamentais, a “Elaboração e cumprimento de políticas públicas voltadas à Competência em Informação.” A dimensão política corrobora então para a formação de sujeitos sociais, ou seja, fornecendo elementos para o exercício pleno da cidadania. Dentre os documentos, que podem ser consultados, destacam-se:

3.1 No âmbito da competência em informação:

- Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias (MANIFESTO..., 2013) [6].
- Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua. Tese, (SPUDEIT, 2021) [19].
- *Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries* (ACRL, 2011) [2].
- *Characteristics of Programs of Information Literacy that Illustrate Best Practices: a Guideline* (ACRL, 2019) [3].
- Padrões de competência em informação de Regina Célia Baptista Belluzzo (BELLUZZO, 2007) [11].
- Dimensões da competência informacional [técnica, estética, ética e política] (VITORINO; PIANTOLA, 2011) [12].
- Declaração de Lima (UNESCO, 2009) [20]: recomenda o desenvolvimento de programas de Competência em informação e capacitação de profissionais.
- Declaração de Fez (UNESCO, 2011) [21]: refere-se sobre a alfabetização midiática e informacional.

- Declaração de *Lyon* sobre o acesso à informação e desenvolvimento (IFLA, 2014) [22]: reconhece nas bibliotecas, intermediárias da informação, a capacidade de contribuir com o desenvolvimento sustentável, por meio da oferta de treinamentos que visem o desenvolvimento de habilidades que ajudem as pessoas a acessar e a compreender as informações e os serviços mais úteis para elas.
- Declaração de Alexandria (IFLA, 2005) [23]: manifesta a competência em informação como um direito humano básico, promotora da inclusão social e presente no cerne do aprendizado ao longo da vida.
- Bibliotecas por um mundo melhor: Agenda 2030 (FEBAB, 2017) [24]

3.2 No âmbito da população em situação de rua:

- Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009) [25].
- Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020e) [26] que aborda sobre a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua.
- Portaria nº 2.927 de 26 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021b) [27] que prevê o Projeto Moradia Primeiro.
- Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011 (BRASIL, 2011) [28] que define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de consultório na rua.
- *Guidelines for library services to people experiencing homelessness* (IFLA, 2017) [24].

- *Extending our reach: reducing homelessness through library engagement.* (ALA, 2012) [29].
- *Library services for the poor* (ALA, 2007b) [30].

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (ONU, 2015) [1] por envolverem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social, promovendo pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria em torno da Agenda 2030 da ONU é um documento que pode ser consultado tanto para ações de competência em informação, quanto visando a promoção do bem-estar e resgate da cidadania da população em situação de rua.

4 Dimensão informacional: Compreende os aspectos informacionais que retratam as necessidades, demandas, percepções e práticas informacionais para o acesso e uso da informação de pessoas em situação de rua, baseados nos resultados da análise dos questionários, das entrevistas, assim como da literatura especializada utilizada na pesquisa. Para uma melhor definição de como podem ser trabalhadas em projetos de competência em informação, estão divididas conforme a dimensão que mais se aproxima dos resultados a serem colhidos pelos usuários, ou que dimensões da Colnfo podem ser contempladas perante as necessidades informacionais identificadas na pesquisa, bem como os ODS contemplados, conforme Quadro 30.

Quadro 30 - Dimensão informacional - Vitorino e Piantola (2011) e ONU (2015) [12,1]

Proposições a bibliotecas públicas para a realização de um projeto de competência em informação voltado à população em situação de rua	Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política	Objetivos de Desenvolvimento (ODS) envolvidos
Combater a pobreza informacional conscientizando os	X		X	X	1,4,5,10,

usuários da biblioteca e a comunidade local sobre as formas de superá-la, e relacionando-a com a discriminação.					
Identificar e pensar alternativas para abrigos temporários em casos de situação emergencial, como nos dias de frio extremo e chuva intensa.			X	X	3,11,13,16,17
Ajudar a sociedade a superar o analfabetismo ambiental, considerando o desconhecimento acerca dos problemas ambientais e de como eles interferem na vida de quem vive em situação de vulnerabilidade social, e sobretudo a fim de preservar a vida do planeta. Promover a conscientização acerca da influência das questões ambientais no dia a dia do planeta, das pessoas e como estão ligadas com o aumento da condição de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua.	X		X	X	3,4,10,11,12,13,16
Acolher e conhecer os usuários que frequentam a biblioteca, identificar as suas necessidades levando em conta sua história de origem/vida que o levaram em situação de rua	X	X	X	X	4,10,16
Identificar as necessidades informacionais das pessoas em situação de rua, compreendendo-a sob o ponto de vista de utilidade	X		X	X	4,10,16

individual e pública, literária, lazer etc.					
Considerar não só a escolaridade dos usuários, mas valorizar as suas habilidades e capacitação e qualificação identificadas.	X	X			4,10
Apoiar os órgãos responsáveis a agir o mais breve quanto à situação de vulnerabilidade dos usuários, levando em conta que o tempo de permanência nas ruas influencia no agravamento da situação.	X			X	1,3,10,11,16,17
Apoiar no combate ao alcoolismo promovendo palestras com profissionais da área da psicologia.	X				4
Colaborar no sentido de fortalecer ou estabelecer vínculos familiares, disponibilizando computadores para a comunicação com a família, ou apoiando a buscar informações para que possam encontrar os familiares.		X	X	X	3,16,17
Divulgar ofertas de emprego, montando um banco de oportunidades, ajudando a redigir currículos ou como se portar em entrevistas de emprego. Buscar apoio de profissionais de outras áreas que possam contribuir nesta tarefa.	X			X	4,10
Apoiar com informações sobre programas de governo que visem ofertar moradias a pessoas em	X			X	4,11,17

situação de rua, como o Moradia Primeiro. Acompanhar este projeto para melhor contribuir com seus usuários, já que está em fase inicial no Brasil.					
<p>Combater a aporofobia, contribuindo com a construção da igualdade, a partir da educação.</p> <p>Conscientizar a população em situação de rua, e a sociedade em geral, para que denunciem práticas de aporofobia, promovendo ações que informem que a prática da aporofobia está ligada à desigualdade, a discursos de ódio, irracionalidade e violência, e que deve ser combatida com políticas de inclusão social, afirmativas e educativas</p>	X	X	X	X	1,3,4,10,11,16
<p>Incentivar e conscientizar quanto à importância da emissão de documentos, bem como a preservação dos mesmos, para exercício da cidadania.</p> <p>Sensibilizar no sentido de que a falta de documentos afeta resultado de eleições, acesso ao Sistema Único de Saúde, a entrada em benefícios, a obtenção de emprego e à educação.</p> <p>Promover oficinas que ressaltem e resgatem a importância do voto para o país e para a vida das pessoas.</p>	X	X		X	1,3,4,5,10,16,17

<p>Promover oficinas com informações sobre a emissão de documentos, e mutirões em parceria com outros órgãos e secretarias para a emissão dos principais deles.</p>					
<p>Incentivar os usuários em situação de rua à participação coletiva em movimentos voltados à defesa da moradia.</p> <p>Servir de ponte entre o usuário e pessoas ligadas ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Estado do Mato Grosso do Sul. Buscar parcerias com o movimento.</p>				X	4,5,10,16
<p>Montar um banco de informações ligadas a órgãos e instituições responsáveis nos atendimentos e encaminhamentos das necessidades das pessoas em situação de rua, tais como CRAS, CREAS, MNPSR, Centro Pop, dentre outros.</p> <p>Firmar parcerias com o CRAS, CREAS, MNPSR, Centro Pop, abrigos da cidade, dentre outros, para que possam somar esforços em atender os usuários em situação de rua.</p> <p>Propor parcerias com esses órgãos no sentido de incentivar a transparência com informações sobre dias, horários de atendimentos, atribuições, responsabilidades de acordo com</p>	X			X	4,10,11,16, 17

as necessidades e demandas, evitando ruído na comunicação.					
Promover a conscientização e valorização dos servidores/colaboradores no preenchimento correto de dados sobre a população em situação de rua. O mesmo se dando com a própria população quanto ao fornecimento dessas informações. São imprescindíveis para a elaboração de políticas públicas.	X		X	X	1,4,10,16
Montar um banco de empresas parceiras para a contratação de pessoas em situação de rua. Trabalhar em conjunto com secretarias no sentido de propor ao estado ou prefeitura isenção de impostos para quem empregar pessoas em situação de rua que frequentam bibliotecas públicas, ou outros requisitos. Promover oficinas de elaboração de currículos	X		X	X	1,4,10,11,16,17
Promover palestras e ações que mantenham a sociedade informada sobre a real situação da população em situação de rua da cidade, para que conheçam suas necessidades, e a fim de combater estigmas, preconceitos e violências contra ela.	X		X	X	1,3,5,16,17
Promover ações que combatam o racismo e preconceito. Exemplo: palestras, exibição de filmes,	X	X	X	X	1,3,4,5,10,16,17

<p>incentivo à leitura de livros abordando o tema, dentre outros.</p> <p>Oferecer oficinas, cursos, palestras sobre letramento racial, promovendo uma educação antirracista.</p> <p>Propor ações que trabalhem a empatia, a cooperação, o autoconhecimento, autocuidado, a responsabilidade e cidadania.</p> <p>Promover ações, palestras, cursos que tratem da interseccionalidade, onde usuários possam compreender como as injustiças, as opressões e desigualdades acontecem, a partir de uma base multidimensional em que racismo, machismo, homofobia, dentre outras formas de opressão, se inter-relacionam, refletindo em formas múltiplas de discriminação. A interseccionalidade deve ser entendida como um instrumento que ajuda as pessoas a enxergarem as opressões e combatê-las, assim debates e outras ações podem ser pensadas neste sentido, para que sejam trabalhadas em bibliotecas.</p>					
<p>Incentivar as pessoas em situação de rua a buscarem por espaços culturais, como as bibliotecas e museus. Exemplo: realizando visitas guiadas, excursões a outros espaços</p>	X	X	X	X	1,4,11,16,17

<p>culturais como o Bioparque Pantanal da cidade de Campo Grande, <i>citytour</i>, visitas a universidades, dentre outros que explorem a vida cultural da cidade.</p>					
<p>Realizar estudos de usos e usuários de bibliotecas, a fim de conhecer melhor as necessidades informacionais da população em situação de rua, promovendo atividades que despertem maiores interesses dessas pessoas.</p> <p>O estudo de usos e usuários ajuda a desenvolver ou atualizar a política de desenvolvimento de coleções (PDC), além de compreender as práticas exercidas para o acesso à informação, ajustando os pontos necessários, facilitando a vida desses usuários.</p>	X		X	X	4,10,16
<p>Promover atividades de combate à informação falsa, bem como incentivar o uso ético da informação por parte dos usuários e colaboradores/funcionários da biblioteca.</p> <p>Oferecer oficinas sobre como aplicar os mecanismos de identificação de informações falsas, buscando combater as ineficazes ou não confiáveis.</p>	X	X	X	X	4,10,16,17
<p>Incentivar e oferecer propostas para o uso mais efetivo da</p>	X		x		4,10

internet por parte dos usuários em situação de rua. Desenvolver a competência informacional e midiática					
Combater as diversas formas de violência, sobretudo contra a mulher, o negro, índio e outras minorias. Ex.: trazer representantes de segmentos da sociedade vítimas de violência para um bate papo com esses usuários, promover encontros com escritores que abordem esses assuntos, incentivar a leitura de obras que explorem a temática.	x	x	x	x	5,10,11,16,17
Montar um portfólio com informações sobre restaurantes populares ou locais com distribuição de alimentos. Promover campanhas de doação de alimentos a serem distribuídos às pessoas em situação de rua, em situação de emergência, ou repassados ao Centro Pop.		x	x	x	3,10,11,17
Disponibilizar informações sobre postos de saúde, telefones de emergência, e outras. Promover palestras, oficinas, ações com profissionais da saúde que atendem as pessoas em situação de rua na biblioteca. Exemplo: Uma vez por mês, formar um grupo de profissionais da saúde para aferição da pressão, identificação do tipo	x			x	3,10,11,16,17

sanguíneo, orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis, tipos de câncer mais comum, etc.					
Disponibilizar informações sobre doação de roupas, ou mesmo promover campanhas angariando cobertores, ou roupas, sapatos, mochilas e outros. Exemplos: montar uma arara com casacos a serem doados ou emprestados em dias de frio, distribuir kits básicos de higiene conseguidos por meio de doações.		x	x	x	1,3,10,11
Promover clubes de leituras ou hora do conto com referências sugeridas pelos usuários.	x				4,10,17
Disponibilizar jogos, como xadrez, dominó e outros, promovendo campeonatos entre os usuários em situação de rua.	x	x			4,17
Exibir filmes de interesse dos usuários, a partir dos resultados do estudo de usuários, ou de assuntos de interesse coletivo, que promovam algum tipo de aprendizagem, ou com a finalidade de lazer.	x	x	x	x	1,4,10,11,12
Promover oficinas e cursos de educação financeira, visando a gestão de finanças pessoais, desenvolvendo a competência em informação financeira.	x			x	1,4,11,12

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

5 Dimensão metodológica: As diretrizes foram pensadas levando-se em conta a Aprendizagem e Serviço (ApS), tendo em vista ser aplicável em diferentes contextos de educação, seja no âmbito formal ou informal, em qualquer idade e independente do nível de escolaridade. É uma metodologia educativa inclusiva, transformadora e com capacidade de superar desigualdades educativas e sociais. Ao desenvolver processos de ensino-aprendizagem visando a formação integral do indivíduo é uma aprendizagem. Ao identificar as reais necessidades da sociedade, objetivando melhorá-la é um serviço. (CRESPO, 2020) [18].

Tendo em vista as amplas proposições sugeridas a bibliotecas públicas para a realização de um projeto de competência em informação (Quadro 30) voltado à população em situação de rua, baseado em necessidades informacionais dessas pessoas e do seu entorno, a ApS encaixa-se como uma metodologia que pode promover uma ampla gama de frentes de trabalho e projetos a serem desenvolvidos com os usuários da biblioteca em situação de vulnerabilidade social, com os demais usuários que frequentam o espaço, assim como de profissionais diretamente envolvidos com o atendimento e acolhimento dessas pessoas, em trabalho de parceria entre a biblioteca e setores da sociedade.

Além disso, a parceria com universidades, pessoas e profissionais que podem ajudar no acolhimento e mediação das diferentes demandas informacionais da população em situação de rua atende bem a proposta da metodologia ApS, cujos princípios estão baseados na pedagogia experiencial e reflexiva, envolvendo vários agentes em torno de um processo de transformação social e comunitário (CRESPO, 2020) [18]. Vislumbra-se que são observados elementos comuns entre a ApS e a própria competência em informação, envolvendo o pensamento crítico, a autorreflexão, responsabilidade social, compromisso de transformação, dentre outros. Outrossim, elementos importantes no acolhimento de pessoas em situação de rua, como a empatia, capacidade de escutar, compreender e descobrir qualidades também fazem parte das características da ApS (BARTOLL *et al.*, 2016) [10].

Assim, buscando atuar frente a problemas sociais, e com implicação de um posicionamento crítico diante de injustiças, desigualdades e marginalização da

população em situação de rua afirma-se que diferentes atores da sociedade podem ser chamados a participar, dentre eles, profissionais de centros de acolhimento, de abrigos, órgãos do governo, artistas e escritores da cidade, e as universidades, por meio dos seus diferentes cursos, estando em consonância com um dos seus pilares que é a extensão. Pode ser feita a proposta, inclusive, de contabilizar créditos para os universitários, a depender da dimensão e organização do processo. Por isso, reuniões para a discussão e desenho do projeto, planejamento amplamente discutido, devem ser realizados para que tal prestação de serviços à comunidade logrem êxito.

Como anteriormente afirmado, existe a possibilidade da ApS ser adaptada, por isso, o modelo apresentado representa uma sugestão com elementos básicos a serem observados para a elaboração de um projeto de ApS voltado à competência em informação. Recomenda-se que as demais dimensões, humana, física e material, informacional, política possam ser levadas em consideração junto à dimensão metodológica.

Por fim, ressalta-se que as pesquisas e o estudo de usuários da informação, instrumentos importantes no levantamento das necessidades informacionais de pessoas, de planejamento e gestão de bibliotecas, devem ser realizados anteriormente ao planejamento da ApS. O estudo de usuário também quer um conhecimento por parte dos gestores sobre a sua realização para que não se limite a estudo de satisfação sobre os serviços oferecidos. Por isso, sugere-se a consulta ao Manual de estudo de usuários da informação lançado em 2015 (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015) [31], assim como outros que podem ser encontrados na literatura científica. De todo modo, será preciso que se destaque as necessidades informacionais a serem atendidas.

6.2 Notas referenciais complementares às diretrizes

As notas referenciais a seguir encontram-se no corpo do texto das diretrizes elaboradas, e que fazem parte desta tese.

[1] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em:

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023. [ONU, 2015]

[2] ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Guidelines for instruction programs in academic libraries**. Chicago: ACRL, 2011. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/guidelinesinstruction>. Acesso em: 29 jan. 2023.

[3] ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Characteristics of programs of information literacy that illustrate best practices: a guideline**. Chicago: ACRL, 2019. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/characteristics>. Acesso em: 29 jan. 2023.

[4] INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **IFLA guidelines for library services to people experiencing homelessness**. The Hague, Netherlands: IFLA, 2017. Disponível em: [Homelessnesshttps://repository.ifla.org/bitstream/123456789/768/1/ifla-guidelines-for-library-services-to-people-experiencing-homelessness.pdf](https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/768/1/ifla-guidelines-for-library-services-to-people-experiencing-homelessness.pdf). Acesso em: 29 jan. 2023.

[5] CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, set. 2002, p. 168-200. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

[6] MANIFESTO de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias. *In*: II SEMINÁRIO “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS”, 2013, Florianópolis. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554>. Acesso em: 29 jan. 2023.

[7] UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Report of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context**. Nova Iorque: ONU, 2015b. Disponível em: <https://icj2.wpenginepowered.com/wp-content/uploads/2015/12/Report-SRHousing-2015-eng.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022.

[8] ABELHA, M. *et al.* Educação social e aprendizagem e serviço (APS). **Laplage em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 3, p.38-53, set./dez. 2020. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/520/477>. Acesso em: 29 jan. 2023.

[9] ROVIRA, J. M. P.; RODRÍGUEZ, J. P. Rasgos pedagógicos del aprendizaje-servicio. **Cuadernos de pedagogía**, [S.l.], n. 357, p.60-63. maio 2006. Disponível em: <https://roserbatlle.files.wordpress.com/2009/03/rasgos-pedagogicos.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

[10] BARTOLL, O. C. *et al.* El aprendizaje servicio como propuesta metodológica para una pedagogía crítica. **RIDAS, Revista Iberoamericana de Aprendizaje Servicio**, Barcelona, ES, n. 2, p. 70-94, 2016. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/RIDAS/article/view/RIDAS2016.2.4/19021>. Acesso em: 07 ago. 2022.

- [11] BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. rev. e atual. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.
- [12] VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 08 março 2021.
- [13] RESCH, K.; KNAPP, M (ed.). **Aprendizagem em serviço**: um manual para o ensino superior: resultado do projeto ENGAGE STUDENTS. [S.].: Engage students, out. 2020. Disponível em: <https://www.engagestudents.eu/wp-content/uploads/2021/12/IO3-Workbook-PT.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- [14] MARTÍNEZ, A. El aprendizaje-servicio: una forma para impulsar la participación en los jóvenes. **RIDAS, Revista iberoamericana de aprendizaje servicio**, Barcelona,ES, n. 9, p. 22-42, maio 2020. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/RIDAS/article/view/RIDAS2020.9.2/31422>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- [15] DELORS, J. Education: the necessary utopia. *In*: UNESCO. **Learning: the treasure within**: report to UNESCO of the international Commission on education for the twenty – firsty century: highlights. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590eo.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- [16] JACOBY, B. **Service-learning essentials**: questions, answers, and lessons learned. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2015. 352 p.
- [17] RODRIGUES, A. N.; SANTOS, S. C. Aplicando a Taxonomia de Bloom Revisada para gerenciar processos de ensino em sistemas de aprendizagem baseada em problemas. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [S.], v. 21, n. 1, p.1-15, 2013. Disponível em: <http://ojs.sector3.com.br/index.php/rbie/article/view/1416/2115>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- [18] CRESPO, M. N. Del desarrollo individual a la transformación social: potencialidades de los modelos aps para afrontar las necesidades y retos de la juventud española. *In*: DÍEZ GUTIÉRREZ, E. J.; RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, J. R. (dir.). **Educación para el bien común**: hacia una práctica crítica, inclusiva y comprometida socialmente. Barcelona: Octaedro, 2020. p. 201-209. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7272080>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- [19] SPUDEIT, D. F. A. O. **Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua**. 2021. 423 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231102>. Acesso em: 29 maio 2022.
- [20] UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaratoria de Lima**. [Taller de alfabetización Informacional: formando a los formadores]. Lima, Peru, 2009. Disponível em: <http://alfinenargentina.blogspot.com/2009/04/declaratoria-de-lima-alfin.html>. Acesso em 09 jan. 2023.

[21] UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Fez declaration on media and information Literacy**. In: International Forum on Media and Information Literacy (MIL), Fez, Marrocos, 2011. Disponível em: <https://milobs.pt/wp-content/uploads/2011/06/Fez-Declaration.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

[22] INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Lyon Declaration on access to information and development**. Haia, 2014. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

[23] INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Faróis da Sociedade da Informação**: declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. In: National fórum on information literacy. Alexandria, Egito, 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

[24] FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Bibliotecas por um mundo melhor**: Agenda 2030. São Paulo: FEBAB, 2017. [p.1-36]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>. Acesso em: 10 jan. 2023.

[25] BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 07 ago. 2020. [BRASIL, 2009]

[26] BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União**: edição 211, seção 1, p. 144, 05 novembro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>. Acesso em: 10 jan. 2023. [BRASIL, 2020e]

[27] BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Portaria nº 2.927 de agosto de 2021. Institui o Projeto Moradia Primeiro no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**: edição 163, seção 1, p. 110, 27 agosto de 2021. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.927-de-26-de-agosto-de-2021-341038468>. Acesso em: 31 mar. 2021. [BRASIL, 2021b]

[28] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de consultório na rua. **Diário Oficial da União**, seção 1, p.46-47, 26 de janeiro de 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria_122_25_01_2011.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023. [BRASIL, 2011]

[29] AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Library services for the poor**. Chicago: ALA, 2007b. Disponível em: <https://www.ala.org/ala/ourassociation/governingdocs/policymanual/servicespoor.htm>. Acesso em: 17 jul. 2022.

[30] AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Extending our reach: reducing homelessness through library engagement**. Chicago, Illinois, out. 2012. Disponível em: http://www.ala.org/aboutala/sites/ala.org.aboutala/files/content/olos/toolkits/poorhomeless_FINAL.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

[31] CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448 p.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico e da interação promovida pela aplicação do questionário, entrevistas e observação direta da população em situação de rua, esta última não só no Estado de Mato Grosso do Sul, mas de outros estados do Brasil e até mesmo da cidade de Buenos Aires onde esteve presente a pesquisadora no início de 2020, durante os quatro anos de estudo para a elaboração desta tese, foi possível identificar a vulnerabilidade extrema a que estão expostas as pessoas em tal condição social. Além de sofrerem dores físicas, pois são várias as formas de violência na rua, certamente são vítimas de preconceitos, sofrendo com estigmatizações, consideradas muitas vezes como vagabundos, vadios, indigentes, dentre outros termos encontrados durante a revisão bibliográfica acerca do universo relacionado a esse grupo que vive à margem da sociedade, e também, declarações desta natureza em conversas com essas pessoas.

Na história da sociedade brasileira há registros da presença de pessoas cuja vulnerabilidade habitacional não vem sozinha, tendo em vista envolver questões econômicas, políticas, educacionais, de saúde etc. Na Guerra do Paraguai, por exemplo, encontra-se a presença de mulheres escravizadas, prisioneiras, andarilhas e desabrigadas em situação de insegurança alimentar (DOURADO, 2014). Já na Inglaterra do século XIX, para os mais vulneráveis, muitas vezes restava garantir uma noite sentados em bancos de madeira, porém sem direito a dormir (MACEWEN, 2020). O que se constata após a conclusão desta tese é que a miséria, inclusive a informacional, sempre fez parte das muitas sociedades, e mais, a sua naturalização admitida pelos homens.

A partir do breve histórico do nomadismo e dos diferentes tipos de nomadismo também foi possível observar as nuances que envolvem a caracterização dessa população. Entender minimamente sobre processos migratórios também faz parte da compreensão desta população, afinal, por motivos diversos vivem nas ruas a sua privacidade. Com o aumento do número de refugiados pelo mundo há também a presença desse grupo entre os chamados em situação de rua, o que torna ainda mais complexa a caracterização do mesmo, pois

afinal, há um imbricamento de situações e fragilidades sociais que podem levar a essa situação, como o desemprego, a quebra de vínculos familiares, problemas com dependência de drogas, dentre outros.

As políticas públicas no Brasil parecem não dar conta da alta complexidade que envolve a questão habitacional e do fenômeno população em situação de rua, que utilizam áreas degradadas como moradia e como sustento (BRASIL, 2009), muitas delas, inclusive institucionalizadas pelo poder público, tendo em vista que muitos abrigos e albergues não oferecem as condições mínimas de higiene e segurança, e onde possam permanecer até conseguir um lugar para viver. Assim, nas ruas ficam expostas a todo tipo de violência, havendo inclusive histórico de chacinas no país contra meninos em situação de rua, como a da Chacina da Candelária em 1993.

Por meio da triangulação feita com os dados obtidos com a revisão bibliográfica, dos questionários aplicados e entrevistas realizadas foi possível realizar o estudo de caso, e constatar que o problema é geracional porque é estrutural, sobretudo no Brasil, onde pessoas em situação de rua são vítimas de racismo, preconceitos, aporofobia, agravando-se com a interseccionalidade, conceito acadêmico que busca compreender como as injustiças, as opressões e desigualdades acontecem, a partir de uma base multidimensional em que racismo, machismo, homofobia, dentre outras formas de opressão, se inter-relacionam, refletindo em formas múltiplas de discriminação. Essas são questões contra as quais parte da sociedade luta contra, e busca discussões a fim de informar a sociedade, e em busca de um mundo mais justo e menos desigual.

Neste contexto de vulnerabilidade extrema, compreende-se a competência em informação como um processo capaz de fomentar o desenvolvimento do reconhecimento, localização, acesso, busco, uso, descarte, recuperação e compartilhamento de informação, objetivando a construção do conhecimento, e a tomada de decisões baseados em critérios objetivos e práticos, resultando em diferenciais e benefícios em prol de uma coletividade, e ao longo da vida das pessoas. É considerada um direito humano básico (HIGH-LEVEL, 2006), e que vem desde a década de 1970, quando surge na literatura, despertando o interesse de

vários pesquisadores, entidades de classe e organismos internacionais. São inúmeros estudos, pesquisas e ações envolvendo diversas abordagens, algumas destacadas nesta pesquisa, buscando-se compreender a sua multidimensionalidade (STEINEROVÁ, 2010; VITORINO; PIANTOLA 2011; PONJUÁN; PINTO; URIBETIRADO, 2015; LÓPEZ, 2019; BELLUZZO, 2020; MABEE; FANCHER, 2020), e resgatando padrões e indicadores da competência em informação (BELLUZZO, 2007; ALA, 2012; IFLA, 2017; SPUDEIT, 2021).

Em Campo Grande - MS não existem bibliotecas públicas que desenvolvam programas ou ações voltadas à competência em informação de seus usuários. Tampouco, um olhar especial para pessoas em situação de vulnerabilidade que frequentam os seus espaços, ou atividades ancoradas em documentos ou trabalhos como os anteriormente mencionados, sobretudo voltados a populações de extrema pobreza, como as que se encontram em situação de rua. Esta tese traçou, pela primeira vez, um perfil destes usuários que frequentam as bibliotecas públicas de Campo Grande (MS), bem como do Centro Pop da cidade, tornando conhecidas as suas necessidades informacionais.

Assim, buscando responder à questão da pesquisa que é “Quais são as necessidades informacionais das pessoas em situação de rua e sua relação com o acesso e uso da informação?”, elegeu-se o estudo de caso (YIN, 2015) para trazer as respostas até então desconhecidas. O estudo de caso permitiu estudar essa questão de forma exploratória e descritiva, e obteve um papel importante no contexto da descoberta, revelando a realidade dessa população num contexto informacional, sobretudo com a possibilidade de triangulação realizada.

Ao alcançar o **objetivo geral** da tese que é **Identificar e analisar a relação de acesso e uso da informação voltado à população em situação de rua da cidade de Campo Grande - MS, contribuindo com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação aplicável às bibliotecas públicas**, espera-se que estas bibliotecas passem a adotar em suas práticas, atividades voltadas à competência em informação. É desejável que a competência em informação seja capaz de minimizar de alguma maneira a escassez física, material, de saúde, a falta de acesso a moradias, a dependência de

substâncias químicas, e outras mazelas decorrentes da falta de informação ou inabilidade em questões de acesso e uso dessas informações.

Compreende-se que o **objetivo específico a) Analisar os preceitos da Competência em Informação na literatura nacional e internacional existente** foi alcançado quando a literatura especializada acessada e descrita na seção 3 da tese traz elementos que permitem abordagens e reflexões de estudos, principais conceitos, incluindo dimensões a partir de múltiplas abordagens, padrões e indicadores adotados nacional e internacionalmente. Além disso, dentre os preceitos abordados, é dada ênfase na função social da competência em informação ao considerá-la sob uma perspectiva antirracista, de interseccionalidade, bem como no combate à aporofobia. Além disso, ao considerar aspectos relacionados à mediação da informação em prol da ColInfo expõe-se a importância do acolhimento à essas pessoas, e por conseguinte, da mediação informacional acolhedora. De acesso a essas informações e reflexões, espera-se, por parte dos profissionais bibliotecários, sem familiaridade com o tema, uma melhor compreensão e incentivo para que passem a considerar a competência em informação uma prática permanente em suas atividades, ou seja, como uma aliada no acesso a informações que possam sanar as necessidades da população vulnerabilizada, no combate à desinformação, ao fortalecimento da democracia, estímulo à cidadania, dentre outras vantagens que a ColInfo pode oferecer.

Quanto ao alcance do **objetivo específico b) Identificar o perfil sociodemográfico/ econômico das pessoas em situação de rua**, uma associação entre o que já se tem produzido na literatura em conjunto com os resultados dados obtidos com o questionário e com a entrevista, restou claro o quanto a vulnerabilidade representa a dimensão dos riscos a que estão expostas essas pessoas. A seção 2, e subseções, traz um pouco do que já se tinha publicado na literatura, inclusive pesquisas realizadas em outros estados e até mesmo algumas considerações históricas ou de outros países. Mas a seção 5 é a que traz o desenho dos usuários que frequentam as bibliotecas públicas de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A análise dos dados obtidos traz a realidade vivida pela população em situação de rua, subvertendo a visão, muitas vezes romanceada,

de jornais locais que descrevem a permanência dessas pessoas em espaços como os da biblioteca. Sim, esses equipamentos informacionais precisam ser ocupados por todos, mas é preciso que as bibliotecas públicas assumam o seu papel social perante as desigualdades que carregam alguns dos seus usuários, e que não dão espaço para que se possa vislumbrar uma tomada ou retomada nas rédeas da vida. São pessoas invisibilizadas, mas como qualquer cidadão, depende de informações para suas necessidades básicas, como comer, dormir, arrumar um emprego, cuidar de um problema de saúde física ou mental, de estudo e de lazer.

Pelo mesmo instrumento de coleta que possibilitou identificar o perfil sociodemográfico/ econômico também se alcançou o **objetivo específico c) Identificar as percepções das pessoas em situação de rua de Campo Grande, MS e as práticas decorrentes quando frequentam as bibliotecas públicas para o acesso e uso da informação, sob a ótica das suas necessidades informacionais em inter-relação com as dimensões, padrões e indicadores de Competência em Informação**. Necessidades, demandas, percepções e práticas informacionais identificadas são de três naturezas, sendo elas: as de natureza do atendimento/envolvimento humano e que abarca acolhimentos e encaminhamentos, sendo necessário equipes multidisciplinares e o estabelecimento de parcerias. As de natureza física e material refletem o quanto um computador ou um simples banheiro para as necessidades de banho podem afetar o acesso dessas pessoas à informação. E ainda aquelas de natureza essencialmente informacional que puderam ser identificadas e apresentadas nesta tese. O alcance de tal objetivo é importante porque ressalta a necessidade da visão holística que se deve imprimir para essa população, o que se reflete nas dimensões da competência em informação que também devam ser consideradas na elaboração de um projeto envolvendo-a.

E por último o **objetivo específico d) Elaborar diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação para a população em situação de rua, baseado em Aprendizagem e Serviço (ApS), aplicável às bibliotecas públicas** foi alcançado por meio da elaboração da seção 6 que traz as referidas diretrizes levando-se em conta as necessidades informacionais

dessas pessoas, bem como no papel que as bibliotecas públicas devem assumir frente à Agenda 2030 da ONU, assim como nas múltiplas dimensões a serem consideradas. As diretrizes envolvem a dimensão metodológica, já que está baseada na Aprendizagem em Serviço (ApS) e necessidade de sistemáticos estudos de usuários, para os quais é necessário que os profissionais se empenhem na melhor compreensão e aplicação das referidas abordagens. A dimensão informacional, considerando o que se tem revelado nesses estudos de usuários, e no caso desta tese, na investigação feita junto aos usuários em situação de rua que frequentam as bibliotecas públicas e centro de acolhimento. A dimensão política, pois as diretrizes estão baseadas em documentos de referência sobre a competência em informação, bem como pela particularidade da população investigada, e as políticas nacionais que os envolvem, devendo os profissionais que trabalham com essa população se manter sempre atualizada para que tal atualização se traduza em benefício no atendimento a essa população. A dimensão física e material, tendo em vista que como em outros projetos, devem ser previstos para que se alcance um melhor desempenho na proposição apresentada e de seus objetivos. E a dimensão humana que envolve atitudes empáticas e de acolhimento com pessoas que são marginalizadas pela sociedade e invisibilizadas perante suas necessidades mais básicas e de informação, o que lhes dificulta e até mesmo lhes tira a possibilidade de uma vida mais digna.

Espera-se que as diretrizes apresentadas nesta tese sirvam de norte e incentivo para a elaboração de projetos de competência em informação para a população em situação de rua, aplicáveis em bibliotecas públicas. Elas não são acabadas ou definitivas, mas um norte e um passo a mais para que bibliotecários possam tornar a presença dessas pessoas em seus espaços mais significativa. E que por meio desta significação que lhes é conferida, essas populações possam resgatar o rumo de suas vidas. Que a informação seja a chave de transformação individual e do próprio mundo.

Foi pensado em como esta pesquisadora vê o mundo, onde todos somos corresponsáveis pelo próximo, e os agentes públicos, como os bibliotecários, não podem se abster desta responsabilidade. A população em situação de rua não é

problema do governo, da família ou do outro. É um problema de todos. É este mesmo grupo de pessoas que faz parte do planeta cada vez mais agredido pelo homem, um mundo cada vez mais desigual, mais violento e intolerante, e onde o mal uso que se faz da informação ganha força cada vez maior, destruindo democracias, vidas, saúde, condições dignas de vida. Não se pode assistir a tudo como a um filme de tragédia. É preciso que todos saiam da inércia perante os problemas que tomam de assalto a vida dessas pessoas.

Além disso, na Ciência da Informação, as bibliotecas públicas são consideradas como sendo organizações que têm um papel fundamental no combate à pobreza informacional, ao resgate da cidadania e à preservação da democracia. É ela muitas vezes o elo entre a pessoa invisibilizada e o mundo que o invisibiliza. Por isso, espera-se que essas diretrizes possam ser continuamente aprimoradas e colocadas em prática para serem testadas onde podem ser melhoradas e aperfeiçoadas. Além disso, espera-se também que possam subsidiar políticas públicas voltadas a esta população como um todo, sugerindo-se a sua aplicação não só em bibliotecas, mas em equipamentos como arquivos, cartórios, secretarias municipais e estaduais, dentre outros, em que seja necessário dar amplo acesso à comunidade, especialmente aquelas vulnerabilizadas. Que as diretrizes apresentadas contribuam para que competência em informação seja estabelecida como uma política pública, facilitando e valorizando o acesso das pessoas à informação como essencial ao direito, ao resgate e manutenção da cidadania, à justiça e redução das desigualdades. Que sirvam para que parcerias entre bibliotecas públicas e universidades possam ser estabelecidas, no sentido de aproveitar o tripé do ensino, pesquisa e extensão no atendimento a essas pessoas, ainda mais levando-se em conta que as diretrizes elaboradas foram pensadas baseando-se em modelos de Aprendizagem em serviço. E que, por fim, tais diretrizes sejam um mecanismo para colaborar com a Agenda 2030 da ONU não deixando ninguém para trás.

ALVES, J. E. D. **Antropoceno: a Era do colapso ambiental**. [Rio de Janeiro]: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>. Acesso em: 12 fev. 2022.

AMADO, J. **Capitães da areia**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. 275 p.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **ALA Annual Conference & Exhibition: a contribution to communities**. Chicago: ALA, 2018. Disponível em: <https://www.ala.org/news/press-releases/2018/07/2018-ala-annual-conference-exhibition-contribution-communities>. Acesso em: 03 dez. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **ALA policy manual**. Chicago: ALA, 2007. Disponível em: https://www.ala.org/ala/ourassociation/governingdocs/policymanual/policymanual.31_3.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Extending our reach: reducing homelessness through library engagement: model programs**. Chicago, Illinois, 2022. Disponível em: <https://www.ala.org/aboutala/offices/extending-our-reach-reducing-homelessness-through-library-engagement-6>. Acesso em: 16 jul. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Extending our reach: reducing homelessness through library engagement**. Chicago, Illinois, out. 2012. Disponível em: http://www.ala.org/aboutala/sites/ala.org.aboutala/files/content/olos/toolkits/poorhomeless_FINAL.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Library services for the poor**. Chicago: ALA, 2007b. Disponível em: <https://www.ala.org/ala/ourassociation/governingdocs/policymanual/servicespoor.htm>. Acesso em: 17 jul. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Presidential Committee on Information Literacy: final Report**. Washington, DC, jan. 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em 20 ago. 2020.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Referencial da literacia da informação para o ensino superior**. Chicago: ALA, 2022b. Disponível em: https://bad.pt/formacao/projetos/combater_desinformacao/. Acesso em: 22 dez. 2022.

AMORIM, F. A diáspora judaica, o anti-semistimo e o sionismo. **JANUS: Anuário de Relações Internacionais**, 2003. 8p. Disponível em: http://www.janusonline.pt/arquivo/2003/2003_2_4_1.html. Acesso em: 13 nov. 2021.

AMOROZO, M.; BUONO, R. **Proporção de negros entre os moradores de rua é o dobro do que na população de São Paulo**. São Paulo: Revista Piauí, 03 fev. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/proporcao-de-negros-entre-os-moradores-de-rua-e-o-dobro-do-que-na-populacao-de-sao-paulo/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ANDERSON, P. **Passagens da antigüidade ao feudalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. 293 p.

ANDERSON, P. **Passages from antiquity to feudalism**. London; New York : Verso, [2013]. (livro digital)

AOS FATOS. **É falso que Lula prometeu acabar com Auxílio Brasil e proibir benefício a quem mora sozinho**. [S.l.], 6 de out. de 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-lula-prometeu-acabar-com-auxilio-brasil/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

ARAÚJO, C. A. A. Existe um pensamento informacional ibero-americano? **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, p. 31-55, mar./ago. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4212/3637>. Acesso em: 4 jun. 2022.

ARAÚJO, C. A. A. Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação: informação, mediações e cultura. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v.9, n.2, p.1-18, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/404/404>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é a Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 124p.

ARAÚJO, C. A. A. Protagonismo como categoria analítica em estudos de usuários da informação. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 129-146.

ARAÚJO, C. A. A. Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. **ConCi: Conv. Ciênc. Inform.**, São Cristóvão, SE, v. 1, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 20, 2018b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/106625>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ASSASSINATO de Bruno Pereira e Dom Phillips. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_Bruno_Pereira_e_Dom_Phillips#cite_no_te-:1-4. Acesso em: 18 jun. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Racismo linguístico: o preconceito no cotidiano**. Vitória, ES: Assembleia Legislativa, 2020. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/11/40156/racismo-linguistico-o-preconceito-no-cotidiano.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB). [Legislação, 2020] **Projetos de lei apresentados durante a pandemia da COVID-19**. Disponível em: <https://coronavirus.amb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/NK-Consultores-Projetos-Covid-19-30-08-2020.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Characteristics of programs of information literacy that illustrate best practices: a guideline**. Chicago: ACRL, 2019. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/characteristics>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em:

<https://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/framework1.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Guidelines for instruction programs in academic libraries**. Chicago: ACRL, 2011. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/guidelinesinstruction>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Guidelines, standards, and frameworks**: listing by topic. Chicago: ACRL, 2022. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/standardsguidelinestopic>. Acesso em: 06 jul. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **The charge of the ACRL information literacy competency standards review task force is as follows**. Chicago: ACRL, 2012b. Acesso em:

https://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/ils_recomm.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

ATTALI, J. Nomadismo e liberdade. **Estudos avançados**, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 171-184, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9615>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Lançando luz sobre o invisibilizado**: transexualidade e pessoas em situação de rua. [S.l.]: BID, 2022. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/lancando-luz-sobre-o-invisibilizado-transexualidade-e-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BARATELLI, A. E. S.; MILANI, P. H. A especulação imobiliária versus o acesso a habitação: temos que fazer a luta pela terra, a luta pela moradia. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas/MS**. Três Lagoas, MS: UFMS, n.30, ano 15, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/9182>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BARBON, J. 25 anos após chacina da Candelária, proteção a criança tem falência no RJ: saiba a situação de sobreviventes, testemunha e acusados por crime. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/25-anos-apos-chacina-da-candelaria-protecao-a-crianca-tem-falencia-no-rj.shtml>. Acesso em: 26 de jan. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2010.

BARDINI, D. **Bootstrapping**: Douglas Engelbart, coevolution, and the origins of personal computing. California: Stanford University Press, 2000. 284 p. (livro digital)

BARTOLL, O. C. *et al.* El aprendizaje servicio como propuesta metodológica para una pedagogía crítica. **RIDAS, Revista Iberoamericana de Aprendizaje Servicio**, Barcelona, ES, n. 2, p. 70-94, 2016. Disponível em:

<https://revistes.ub.edu/index.php/RIDAS/article/view/RIDAS2016.2.4/19021>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 213 p.

BASSETO, C. L. **A competência em informação como elemento inovador no apoio às micro e pequenas empresas**: uma modelagem teórico-prática aplicável aos programas de capacitação do SEBRAE/SP. 2018. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

BASSETO, C. L. **A inter-relação entre competência em informação e a construção de conhecimento corporativo em ambiência de redes organizacionais**: Um estudo no SEBRAE-SP/Escritório Regional De Bauru. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

BEDNAREK, J. **How some people can end up living at airports for months – even years – at a time**. The conversation, [Melbourne, Austrália], 03 mar. 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/how-some-people-can-end-up-living-at-airports-for-months-even-years-at-a-time-154336>. Acesso em: 04 jan. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. **A competência em informação no Brasil**: cenários e espectros. São Paulo: ABECIN, 2018. Disponível em: http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Belluzzo.pdf. Acesso em: 06 ago. 2020. (livro digital)

BELLUZZO, R. C. B. Competência em Informação: cenários e espectros. **Memória e Informação**, [Rio de Janeiro], v. 2, n. 1, p. 29-50, jan./jun. 2018b. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/47/27>. Acesso em: 28 maio 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 30-50, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/772/787>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Como desenvolver a Competência em Informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-14, out. 2008. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2018/08/pdf_c5d094d2fb_0000030696.pdf. Acesso em: 28 maio 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Inf.&Soc.**: Est., João Pessoa, v.30, n.4, p.1-28, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57045/32504>. Acesso em: 09 maio 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Folha de rosto**. Cariri, v.4, n. 1, p. 15-24, jan./jun., 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/289/244>. Acesso em: 06 abr. 2021.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. rev. e atual. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, R. C. B. O conhecimento, as redes e a competência em informação (COINFO) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, p. 48–63, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/21276>. Acesso em: 15 maio. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação (ColInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. **Rev. Bras. de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 47-76, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648/570>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação no Brasil e o protagonismo científico. **Rev. Bras. de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-12, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1632/1262>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. Competência em informação, redes de conhecimento e as Metas Educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. **Redes de conhecimento e competência em informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. p. 1-35.

BELLUZZO, R. C. B.; KERBAUY, M. T. M. Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da information literacy. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.5, n.2, p.129-139, jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/766>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/a-competencia-em-informacao..pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BERGAN, T. L.; GORMAN-MURRAY, A.; POWER, E. R. Coliving housing: home cultures of precarity for the new creative class. **Social & Cultural Geography**, [S. l.], v. 22, n. 9, p. 1204-1222, mar. 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14649365.2020.1734230>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020. 175 p.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO (BSP). **A biblioteca**: espaço vivo e de liberdade. São Paulo: BSP, 2022. Disponível em: <https://bsp.org.br/a-biblioteca/>. Acesso em: 19 jul. 2022. Acesso em: 19 jul. 2022.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO (BSP). **Política de Desenvolvimento e Avaliação de Coleções**. São Paulo: BSP, 2018. 8 p. Disponível em: <https://bsp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Politica-de-desenvolvimento-de-cole%C3%A7%C3%B5es-BSP-Abrl-2017.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DR. ISAÍAS PAIM. **[Perfil da biblioteca no Facebook]**, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/bibliotecaisaiaspaim/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BINKOWSKI, G. I. Ônibus 174: leitura sobre uma certa 'mancha'. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 22, n.1, p. 78-93, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GP6kajs7BSZZwPw6sJPjYw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BIRAN, M. The Mongol Empire in world history: the state of the field. **History Compass**, Pennsylvania, v.11, n. 11, p. 1021-1033. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez87.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1111/hic3.12095>. Acesso em: 18 out. 2021. [acesso CAPES]

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process**: theories, concepts, and models of public policy making. 4th. New York : London : Routledge, 2016. 399 p.

BLANCO RAMÍREZ, G. Case Studies. *In.*: MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing qualitative research**. 6th. ed. Los Angeles: SAGE, 2016. p. 69-70.

BOECKEL, C., COELHO, H. **Sentenciados a pelo menos 200 anos de prisão, condenados pela chacina da Candelária estão fora da cadeia**. Rio de Janeiro: G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/23/sentenciados-a-pelo-menos-200-anos-de-prisao-condenados-pela-chacina-da-candelaria-estao-fora-da-cadeia.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BORGES, J. G., VASCONCELOS, F. P. **Habitação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Bloch, 1974. 254 p.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da ciência da informação. *In.*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p.[33]-58.

BOULOS, G. **De que lado você está?** : Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015. 142 p.

BRAIDOTTI, R. Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade. Tradução: Roberta Barbosa. **Labrys: Estudos Feministas**, Brasília, n.1-2, p.1-16, jul./ dez. 2002. Disponível em: http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Diferenca_Diversidade_e_Subjetividade_Nomade.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRAIDOTTI, R. **Sujetos nômades**: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporânea. Buenos Aires: Paidós. Disponível em: https://kupdf.net/download/braidotti-rosi-sujetos-nomades-pdf_59f0d32ae2b6f5040dec6977_pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 989/2020. Determina que os hotéis, pousadas e assemelhados, destinem 30% (trinta por cento) de suas vagas a moradores em situação de rua e pessoas que estejam em moradias coletivas, tipo albergues durante o estado de calamidade pública decretado. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, ano LXXVI, n.72, p.1-882, quarta-feira, 28 de abril de 2020. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020210428000720000.PDF#page=255>. Acesso em: 16 jan. 2022. [BRASIL, 2020c]

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, [1988a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2022. [BRASIL, 1988a]

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil [Publicação original]**. Brasília: Câmara dos Deputados, [1988b]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 fev. 2022. [BRASIL, 1988b]

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015**. Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc90.htm. Acesso em: 19 fev. 2022. [BRASIL, 2015].

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família**. Brasil: Ministério da Cidadania, 2022b. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmld05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXyUoNqmrMGpjLnGocmf mZjhrqCvrXCg2qXAs3JovcKf3aJumO7CobiOlqc85rm3mKB3xqCKsJzR8K734wvYqZmdsm6poriBlc%2BrmMPksJ3%2F6aej2qxstsqZnp9Oi0a%2BUytxtdqu0qJuZf667%2BtrDypTmrW4%3D](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmld05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXyUoNqmrMGpjLnGocmf mZjhrqCvrXCg2qXAs3JovcKf3aJumO7CobiOlqc85rm3mKB3xqCKsJzR8K734wvYqZmdsm6poriBlc%2BrmMPksJ3%2F6aej2qxstsqZnp9Oi0a%2BUytxtdqu0qJuZf667%2BtrDypTmrW4%3D). Acesso em: 15 jan. 2022. [BRASIL, 2022b]

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único**. Brasil: Ministério da Cidadania, 2022a. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnsm%2BiqagT3nSlJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHAnHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpm6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnsm%2BiqagT3nSlJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHAnHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpm6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D). Acesso em: 15 jan. 2022. [BRASIL, 2022a]

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. **Diário Oficial da União**: edição 93, seção 1, p. 379, 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675>. Acesso em: 15 jan. 2022. [BRASIL, 2020b]

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional do Cadastro Único. **[O Cadastro Único]. O que é e para que serve.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1>. Acesso em: 15 jan. 2022. [BRASIL, 2020a]

BRASIL. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):** documento básico. Brasília: INEP, 2002. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/enem_exame_nacional_do_ensino_medio_documento_basico_2002.pdf. Acesso em: 08 maio 2022. [BRASIL, 2002]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Curso on-line aborda implementação do Projeto Moradia Primeiro.** Brasília, 30 de mar. 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/curso-on-line-aborda-implementacao-do-projeto-moradia-primeiro>. Acesso em: 31 mar. 2022. [BRASIL, 2022c]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **É possível Housing First no Brasil?** : experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil. Brasília: MMFDH, 2019. 153 p. Disponível em: https://eubrdialogues.com/documentos/proyectos/adjuntos/1af6e1_DHUM0117_21x26cm_WEB_VF.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022. [BRASIL, 2019]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ministério promove Seminário Internacional sobre moradia para a população em situação de rua.** Brasília, 12 dez. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/dezembro/ministerio-promove-seminario-internacional-sobre-moradia-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 30 mar. 2022. [BRASIL, 2019a]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Portaria nº 2.927 de agosto de 2021. Institui o Projeto Moradia Primeiro no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diário Oficial da União:** edição 163, seção 1, p. 110, 27 agosto de 2021. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.927-de-26-de-agosto-de-2021-341038468>. Acesso em: 31 mar. 2021. [BRASIL, 2021b]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.** Brasília, 5 maio 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameaçadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameaçadas-provita>. Acesso em: 28 jan. 2022.[BRASIL, 2021]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Projeto Moradia Primeiro irá beneficiar pessoas em situação de rua.** Brasília, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/08/projeto-moradia-primeiro-ira-beneficiar-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 30 mar. 2022.[BRASIL, 2021a]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Quem são os protegidos.** Brasília, 13 ago. 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt->

br/navegue-por-temas/pessoas-ameacadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameacadas-provita/quem-sao-os-protegidos. Acesso em: 28 jan. 2022. [BRASIL, 2020d]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União**: edição 211, seção 1, p. 144, 05 novembro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>. Acesso em: 10 jan. 2023. [BRASIL, 2020e]

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua : um direito humano**. Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020. [BRASIL, 2014]

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de consultório na rua. **Diário Oficial da União**, seção 1, p.46-47, 26 de janeiro de 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria_122_25_01_2011.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023. [BRASIL, 2011]

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, 2009a. 240 p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020. [BRASIL, 2009a]

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Sumário executivo: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF: MDS, 2008. 15 p. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/14/sumario-executivo-pop-rua.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020. [BRASIL, 2008]

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 22 maio de 2021. [BRASIL, 1890]

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 07 ago. 2020. [BRASIL, 2009]

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres**. Brasília: SDH, 2013. 187 p.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 488/2021. Veda o emprego de técnicas de arquitetura hostil, destinadas a afastar pessoas em situação de rua e outros segmentos da população, em espaços livres de uso público. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, ano LXXVI, n.12, p.109-114, sexta-feira, 19 de fevereiro de 2021c. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/106050?sequencia=109>. Acesso em: 22 jul. 2022. [BRASIL, 2021c]

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 1.635/2022. Institui o Estatuto da população em situação de rua, o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, criminaliza a aporofobia e dá outras providências. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, ano, n. 93, p. 181-200, quarta-feira, 15 de junho de 2022d. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/110131?sequencia=181>. Acesso em: 29 nov. 2022. [BRASIL, 2022d]

BRASIL. Senado Federal. **Senado vai avaliar criação do Estatuto da população em situação de rua. Brasília, DF**: Agência Senado, 2022e. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/01/senado-vai-avaliar-criacao-do-estatuto-da-populacao-em-situacao-de-rua#:~:text=%22Com%20a%20pandemia%20da%20covid,cidade%20nos%20%C3%BAltimos%20dois%20anos>. Acesso em: 29 nov. 2022. [BRASIL, 2022e]

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (TRF) [da 1ª Região]. **PJe - Processo judicial eletrônico**: número 1020026-65.2022.4.01.0000. Brasília, DF, 24 jun. 2022f. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/Suspensao_liminar_censo_20220624.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022. [BRASIL, 2022f]

BRERETON, P. *et al.* Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. **Journal of Systems and Software**, v. 80, n. 4, p. 571–583, April, 2007, 5th International Workshop on Software and Performance. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016412120600197X>. Acesso em: 12 jul.2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, estado-nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, São Paulo, n.100, p.155-185, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3WBTjZLvpPzdLqdxxbCVNTQ/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Em%20cada%20estado%2Dna%C3%A7%C3%A3o%20existe,e%20essa%20sociedade%2C%20que%20%C3%A9>. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRITO, T. R.; BELLUZZO, R. C. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação no resgate da visibilidade e dignidade dos vulneráveis: o caso das pessoas em situação de rua. **Em Questão**, v. 27, n. 2, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102346/60780>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRITO, T. R.; BELLUZZO, R. C. B.; VALENTIM, M. L. P. A influência do ambiente organizacional no desenvolvimento de um programa de competência em informação: o caso de uma biblioteca pública. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 650 – 669, out./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152230>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRITO, T. R.; LOPES, F. C. Pessoas em situação de rua e a informação como formação política. *In.*: TELES, E.; CALAZANS, M. **A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos**. São Paulo : USP : CAAF, 2021. p. 224-234. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/livro/TELES-CALAZANS_GestaoMortes-Mortos_CAAF2021.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRITO, T. R.; LOPES, F. C.; SANCHES, G. A. R. Mediação da leitura a partir da obra “Capitães da areia”. *In.*: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (EPIM), 3., 2021, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP:UEL, 2021. Disponível em: <https://portalconferenciasppgci.marilia.unesp.br/index.php/IIIEPIM/IIIEPIM/paper/viewFile/133/239>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRITO, T. R.; VITORINO, E. V. O bibliotecário e a mediação da informação no contexto das bibliotecas universitárias. **Páginas A&B**, Porto, v.3, n. 8, p. 12-22, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/3332/2976>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRUCE, C. S. Information literacy. *In.*: FEATHER, J.; STURGES, P. (ed.). **International encyclopedia of Information and Library Science**. 2nd ed. London: Routledge, 2004. p. 261-263. *E-book*.

BRUCE, C. S. Lãs siete caras de la alfabetización en información em la enseñanza superior. **Annales de Documentación**, n.6, p. 289-294, 2003. Disponível em: <https://digitum.um.es/jspui/bitstream/10201/3886/3/3661.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BURTON, G. Teorizando o Estado e a Globalização na política e políticas educacionais. **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 315-331, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6386/4050>. Acesso em: 5 fev. 2022.

BUSCH-GEERTSEMA, V. **Housing First Europe**: final report. Bremen : PROGRESS, 2013. Disponível em: <http://www.habitat.hu/files/FinalReportHousingFirstEurope.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CALAZANS, A. T. S. Estudo de caso - uma estratégia de pesquisa. *In.*: MULLER, S. P. M. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 39-62.

CAMPO GRANDE (MS). Prefeitura Municipal de Campo Grande. **Doação para a Prefeitura de Campo Grande**. Campo Grande, MS: Biblioteca PMCG, 2009. Disponível em: <http://bibliotecapmcb.blogspot.com/search/label/Hist%C3%B3rico%20da%20biblioteca>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CARNOY, M. **Estado e teoria**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990. [p. 9-17; p. 63-87].

CENTRO POP CAMPO GRANDE. **Endereço Centro POP em Campo Grande – MS**. Campo Grande, MS: CENTRO POP, 2019. Disponível em: <https://centropop.site/endereco-centro-pop-em-campo-grande-ms/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CERQUIER-MANZINI, M. L. **O que é cidadania**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. 108 p.

CESPEDES, B., SOBRADO, F., MEDEIROS, K., FERRAZ, L., SALATINO, L., TORRES, M. Pandemia nas ruas de São Paulo: uma narrativa entre vulnerabilidade, invisibilidade e subnotificação. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. São Paulo, v. 5 n. 27 p. 112-127, dez 2020. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalPeriodicos/TodosOsPeriodicos/cadernos_defensoria_publica_esp/Cad-Def-Pub-SP_n.27_1.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

CHARTIER, R. A construção estética da realidade - vagabundos e pícaros na idade moderna. **Revista Tempo**, vol. 9, núm. 17, jul., 2004, p. 1-19. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1670/167017770003.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Panorama social de América Latina 2020**. Santiago: ONU, 2021. 256p. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46687/S2100150_es.pdf?sequence=8&isAllowed=y. Acesso em: 09 dez. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Danos e prejuízos causados por desastres no Brasil entre 2013 a 2022**: [Estudos Técnicos/Defesa Civil – abril de 2022]. Brasília, DF: CNM, 2022b. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Danos%20e%20Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres_2013%20a%202022_atualizado%20em%20abril.pdf. Acesso em 07 abr. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Em quase 10 anos, Municípios acumulam R\$ 341,3 bi de prejuízos por desastres naturais**. Brasília, DF: CNM, 2022a. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-quase-10-anos-municipios-acumulam-r-341-3-bilhoes-de-prejuizos-causados-por-desastres-naturais>. Acesso em: 07 abr. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Prejuízos causados pelas chuvas no Brasil entre 2017 e 2022 ultrapassam R\$ 55,5 bilhões, revela CNM**. Brasília, DF: CNM, 2022. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/prejuizos-causados-pelas-chuvas-no-brasil-entre-2017-e-2022-ultrapassam-r-55-5-bilhoes-revela-cnm#:~:text=Do%20total%20dos%20R%24%2055,5,R%24%208%2C2%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 28 mar. 2022.

COOK, N. **Fake news and alternative facts** : information literacy in a post-truth era. Chicago: ALA, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/4997609/049e4b>. Acesso em: 19 maio 2022.

CORRÊA, E. C. D.; CASTRO JUNIOR, O. V. C. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v.47 n.2, p. 35-51, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4156/3792>. Acesso em: 02 jun. 2022.

CORREIA, M. A discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos. **Alfa: Revista Linguística**, São Paulo, v.50, n.2, p.155-171, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1417/1118>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: un desafío para la democracia. Barcelona: Editorial Planeta, 2019. 196 p.

CORTIZO, R. M. **[Monitoramento SAGI] População em situação de rua no Brasil**: o que os dados revelam? Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. 23 p. (Série relatos de caso). Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

CORTIZO, R., SANTORO, A. **População em situação de rua no Brasil**: o que os dados revelam? Brasília: Ministério da Cidadania, [2019?]. [23p]. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/09/Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-no-Brasil-O-que-os-dados-revelam.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022. [apresentação]

COSPLAY BRASIL. **O que é Cosplay?**. [On-line], 2022. Disponível em: <https://www.cosplaybrasil.com.br/index.php/o-que-e-cosplay>. Acesso em: 31 dez. 2023.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, p. 1-15, dez. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>. Acesso em: 07 ago. 2020.

COSTA, C. O. Gestão e desenvolvimento de capacidades institucionais: a integração como fator essencial nas políticas de segurança pública. *In*: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Convivência e segurança cidadã**: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública. Brasília: PNUD, 2016. p.59-63. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/jspui/bitstream/123456789/3249/1/Forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20atua%C3%A7%C3%A3o%20policial.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

COSTA, S. S. The pandemic and the labor market in Brazil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.54, n.4, p.969-978, jul./ago 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81893/pdf_370. Acesso em: 19 jan. 2022.

COSTA [SEABRA], C. R. **A competência em informação (COINFO) na perspectiva da educação inclusiva**. Orientadora: Elmira Luzia Melo Soares Simeão. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de

Ciência da Informação, UNB, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24530/1/2017_CeliaRevilandiaCosta%e2%80%8b.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022.

COSTA SEABRA, C. R. Processo elaborativo de um modelo de formação em competência em informação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 9, 2018, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UNIT, 2018. p.1-14. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/9541/6200>. Acesso em: 08 jul. 2022.

COX, F. M. **Community engagement: computer skills for the homeless**. Indianapolis, IN: ACRL, 2013a. Disponível em: https://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/conferences/confsandpreconfs/2013/papers/Cox_Community.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

COX, F. M. Engaging the homeless through technology and information literacy. **Metropolitan Universities**, v. 24, n. 3, já. 2013. Disponível em: <https://journals.iupui.edu/index.php/muj/article/view/20557/20154>. Acesso em 29 mar. 2021.

CRIANÇA não é de rua. Diretrizes nacionais para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. [S. l.: s. n], 2017. Disponível em: http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/0344c7_4fe2ba1cd6854b649d45d71a6517f80d.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, vol. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: https://www-jstor-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/stable/1229039?searchText=Mapping+the+Margins+Intersectionality%2C+Identity+Politics%2C+and+Violence+against+Women+of+Color&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3FQuery%3DMapping%2Bthe%2BMargins%253A%2BIntersectionality%252C%2BIdentity%2BPolitics%252C%2BAnd%2BViolence%2Bagainst%2BWomen%2Bof%2BColor%26so%3Drel&ab_segments=0%2FSYC-6451%2Ftest&refreqid=fastly-default%3A9317980954ff4d1015543aba7a4b727d&seq=2#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 21 jul. 2022. [acesso CAPES]

CRESPO, M. N. Del desarrollo individual a la transformación social: potencialidades de los modelos aps para afrontar las necesidades y retos de la juventud española. In: DÍEZ GUTIÉRREZ, E. J.; RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, J. R. (dir.). **Educación para el bien común: hacia una práctica crítica, inclusiva y comprometida socialmente**. Barcelona: Octaedro, 2020. p. 201-209. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7272080>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448 p.

CUNHA JUNIOR, H. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. **Espaço acadêmico**, Maringá: UEM, v. 13, n. 150, nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21122/11906>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, set. 2002, p. 168-200. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 05 jan. 2023.

CUTTER, S. L.; MITCHELL, J. T.; SCOTT, M. S. Revealing the vulnerability of people and places: a case study of Georgetown County, South Carolina. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 90, n. 4, 2000, p. 713–737.

Disponível em: [http://www.geo.mtu.edu/volcanoes/06upgrade/Social-](http://www.geo.mtu.edu/volcanoes/06upgrade/Social-KateG/Attachments%20Used/SpatialDimensionVulnerability.pdf)

[KateG/Attachments%20Used/SpatialDimensionVulnerability.pdf](http://www.geo.mtu.edu/volcanoes/06upgrade/Social-KateG/Attachments%20Used/SpatialDimensionVulnerability.pdf). Acesso em: 29 maio 2022.

DELORS, J. Education: the necessary utopia. *In*: UNESCO. **Learning: the treasure within: report to UNESCO of the international Commission on education for the twenty – firsty century: highlights**. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590eo.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

DESLAURIERS; J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 127-153.

DEUTSCHE WELLE (DW BRASIL). **Bruno Pereira virou "alvo ainda maior" após sair da Funai**. [Berlim], 18 jun. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bruno-pereira-virou-alvo-ainda-maior-ap%C3%B3s-sair-da-funai/a-62180276>.

Acesso em: 18 jun. 2022.

DIAS, A. L. F. (org.). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**: relatório técnico-científico. Belo Horizonte, MG: Marginalia Comunicação, 2021. 140 p. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1g4osDpoxJqfz0C3TtxZtGyxmyqdqde7/view>. Acesso em: 30 nov. 2022.

DIAS, I. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, SP, v. 14, n. 1, p. 73-78, jan./jun. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/XGgFPxFQ55xZQ3fXxctqSTN/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20o%20conceito%20de,tarefas%20e%20de%20situa%C3%A7%C3%B5es%20educativas..> Acesso em: 06 maio 2022.

DIEGUEZ, F. A diáspora científica brasileira em números. **OutraSaúde**, São Paulo, 16 nov. 2021, [Seção] Ciência & Pesquisa. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/outrasaude/a-diaspora-cientifica-brasileira-em-numeros/>.

Acesso em: 08 jan. 2022.

DI LORENZO, W. O que é o bem comum? **Jornal Estado de Direito**, Porto Alegre, [v.] 26, ano 4, 28 mar. 2018. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/o-que-e-o-bem-comum/>. Acesso em: 28 jun. 2022. [Publicado originalmente em 2010]

DOURADO, M. T. G. **A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014. 316 p.

DOWD, R. **The librarian's guide to homelessness**: na empathy-driven approach to solving problems, preventing conflict, and serving everyone. Chicago: ALA, 2018. 248 p.

DOYLE, A. Analyzing the Laws of MIL: a five-step scientific conversation on critical Information Literacy. **Communications in Information Literacy (CIL)**, Buffalo, NY, vol. 13, n. 1, 2019, p. 114–126. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1320&context=comminfolit>. Acesso em: 27 maio 2022.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>. Acesso em: 06 ago. 2020.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/16882/art_DUDZIAK_BEACONS_OF_INFORMATION_SOCIETY_a_critical_analysis_2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 06 ago. 2020.

ELHACHAM, E. *et al.* Global human-made mass exceeds all living biomass. **Nature**, [S. l.], vol. 588, p. 442-[456], 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41586-020-3010-5.epdf?sharing_token=Q60vWjYwYV4GH779gMBvhtRgN0jAjWel9jnR3ZoTv0MLvUZ1C0L35yEQYHf_pwmiKx-xqlzWDg-_bH8WmUJdQhCMgZprHGGMO07J7CpOU00JUWLyPzjifK84pE7Q_hzqW6Dqz2aPvzkPxsxWcbxx2kM-HTrf0juS-2s279FJUzjDFkA496C0YAB3mm2AIO2T6idkxs-GQk2XcKj97f4OXouAjly6USxdABecXTtckvr38rstvhLMMeyfWHf3C3jO56V3lR6pd4QTxjWwLVWM92zNZXfnoXFKgsl2DbuCrIjBGCslZqCT9llqOzROn94&tracking_referrer=elpais.com. Acesso em: 12 fev. 2022.

ELLIS, D. Hypertext: origins and use. **International Journal of Information Management**. Swansea, United Kingdom, v. 11, n. 1, p. 5-13, mar. 1991. Disponível em: <https://www-sciencedirect.ez87.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/0268401291900177?via%3Dihub>. Acesso em: 26 nov. 2021. [acesso CAPES]

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). **Primeira morte por covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março**. Brasília: EBC, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Acesso em: 15 out. 2022.

ENFOQUE MS. **Biblioteca Municipal Anna Luiza Prado Bastos celebra 82 anos**. Campo Grande: ENFOQUE MS, 2022. Disponível em: <https://www.enfoquems.com.br/biblioteca-municipal-anna-luiza-prado-bastos-celebra-82-anos/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **[Curso] População em situação de rua e o modelo Moradia Primeiro (Housing First)**: módulo 1: conceitos básicos: população em situação de rua e as particularidades do modeloetapista. Brasília, DF: ENAP, 2022. Disponível em:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/625/>. Acesso em: 29 mar. 2022. [Curso aberto]

FARIAS, C. M.; VITORINO, E. V. Competência informação e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar. **Perspec. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 2-16, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2/v14n2a02.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-19240). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 293 p.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Manifesto político sobre competência em informação 2022**: bibliotecário profissional luz. [São Paulo]: FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6255>. Acesso em: 05 dez. 2022.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Bibliotecas por um mundo melhor**: Agenda 2030. São Paulo: FEBAB, 2017. [p.1-36]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FECOMÉRCIO RS). **Vamos repensar nosso vocabulário?: racismo sutil**. Porto Alegre, RS: Fecomércio RS, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/cartilha-palavras-racistas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FERRAZ, J. D. F. A anistia internacional frente à criminalidade violenta no Brasil. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 20-28, nov. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17039/12545>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FIGUEIRA, M. A voz do asfalto: políticas de informação e a pesquisa etnográfica com cidadãos em situação de rua. *In*: RODRIGUES, I. S.; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua**: dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. [159]-181.

FIGUEIRA, M. Regime de informação urbano: arquitetura da segregação e o direito à cidade da população em situação de rua. *In*: BASTOS, M. D.; FIGUEIREDO, C.; SANTOS, A. (org.) **30 anos de Economia Política da Comunicação e o Brasil pós-golpe**. São Cristóvão, RJ: ULEPICC-Brasil, 2020b. 7.876 kB. ePub. Disponível em: <https://ulepicc.org.br/ebook-30-anos-de-epc-o-brasil-pos-golpe/>.

FLEURY, M. T. L., FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Rev. Adm. Contemp.**, [S. l.]: ANPAD, v. 5, n. especial, p. 183-196, 2001. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/152/156>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FONTE, F. M. **Políticas públicas e direitos fundamentais**: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no Estado Democrático de Direito. São Paulo: Saraiva, 2013. 354 p.

FREIRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo, SP: Global, 2003. 719 p.

FREIRE, G. H. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02>. Acesso em: 29 ago 2020.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018. 110 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018. 253 p.

FREITAS, C. J. “**Os indesejáveis**”: agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123173/000825039.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jan. 2022.

FREY, C. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 21, p. 212-259, jun. 2000. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 47. ed. rev. São Paulo, SP: Global, 2003. 719 p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **População em situação de rua aumentou durante a pandemia**. Brasília: Fiocruz Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 22 maio 2022.

GARDOU, C. **A sociedade inclusiva**: falemos dela! Não há vida minúscula. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Fino Traço, 2018. 103 p.

GAZZOLA, S. B. *et al.* Aplicabilidade da Competência em Informação nas análises de indicadores institucionais como subsídios para a tomada de decisão: uma análise da equipe gestora da Etec Antônio Devisate. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/140986#:~:text=Para%20identificar%20a%20compet%C3%Aancia%20em,e%20uso%20efetivo%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 08 jul. 2022.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação e a construção conceitual da sustentabilidade informacional. *In.*: BARBALHO, C. R. S.; INOMATA, D. O.; FERNANDES, T. B. **Sustentabilidade informacional em ecossistemas de conhecimentos**. Manaus, AM: EDUA, 2021. p. 12-23.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

G1 SP. **Morador de rua morre em centro de convivência da Prefeitura de SP; cidade registrou temperatura mais baixa para maio em 32 anos**. São Paulo, 18

maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/18/homem-morre-em-centro-de-convivencia-da-prefeitura-de-sp-cidade-registrou-madrugada-mais-fria-do-ano-nesta-quarta.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2022.

GONÇALVES, S. R. P.; GRACIOSO, L. S.; SILVA, C. R. Atuação do bibliotecário junto a população em situação de rua. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 114-133, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/33335/23699>. Acesso em: 07 ago. 2020.

GLOBAL WITNESS. **Annual report 2020: time for a climate Revolution**. [S. l.] : Global Witness, may 2021b. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/about-us/annual-report-2020-time-climate-revolution/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

GLOBAL WITNESS. **Last line of defense: the industries causing the climate crisis and attacks against land and environmental defenders**. [S. l.] : Global Witness, sept. 2021b. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/last-line-defence/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p.1–23, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 23 jul. 2022.

GONÇALVES, T. F.; MARÇAL, F. Q.; ROMÃO, P. M. **A glaciação nos Pirinéus Centrais: o maciço da Maladeta**. [Lisboa], jun. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266850624_A_glaciacao_nos_Pirineus_Centraais_o_macico_da_Maladeta_College_research_paper. Acesso em: 28 out. 2021.

GONÇALVES, W. Histórico e documentos de formação da ONU: propósitos e princípios. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.18, n. 2, p. 33-54, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://187.29.162.38/index.php/revistadaegn/article/view/228/190>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GOOGLE MAPS. **[Avaliações do] CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Centro - "Alexsandra Maria Gonçalves"**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/CREAS+-+Centro+de+Refer%C3%Aancia+Especializado+de+Assist%C3%Aancia+Social+-+CREAS+Centro+-+%22Alexsandra+Maria+Gon%C3%A7alves%22/@-20.473751,-54.6290044,17z/data=!4m15!1m7!3m6!1s0x9486e613e93f1319:0xe341f006fa899e6c!2sCREAS+-+Centro+de+Refer%C3%Aancia+Especializado+de+Assist%C3%Aancia+Social+-+CREAS+Centro+-+%22Alexsandra+Maria+Gon%C3%A7alves%22!8m2!3d-20.4738448!4d-54.6268913!10e4!3m6!1s0x9486e613e93f1319:0xe341f006fa899e6c!8m2!3d-20.4738448!4d-54.6268913!9m1!1b1>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GOOGLE MAPS. **[Localização de] Biblioteca Pública Municipal "Anna Luiza Prado Bastos"**. [S. l.], 2022b. Disponível em

<https://www.google.com.br/maps/place/Biblioteca+P%C3%BAblica+Municipal+%22Anna+Luiza+Prado+Bastos%22/@-20.4688148,-54.6219449,18.25z/data=!4m5!3m4!1s0x9486e617ea9119b5:0x52a4921ecf57c516!8m2!3d-20.4692458!4d-54.6226258>. Acesso em: 23 dez. 2022.

GOUVÊA, M. C. S., CARVALHO, L. D., SILVA, I. O. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p.1-18, e237436, 2021. 18 p. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v47/1517-9702-ep-47-e237436.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

GRANADO, K. Vulnerabilidade das pessoas em situação de rua: acesso à água e as interações do cotidiano. *In*: VALENCIO, N. (org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**, volume II. São Carlos: Rima, 2010. p. 203-2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/SociologiaDesastres_VII_NEPED_CFP.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

GRIMALDOS, R. A. C.; TRACHANA, A. El urbanita tecno-nómada y la ciudad excluyente. **Investigación e innovación en arquitectura y territorio**, Alicante [Epanha]: Universidad de Alicante, v. 8, n. 2, p. 5-29, dez. 2020. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/110960/6/l2_2020_8_2_02.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

GRIZZLE, A.; SINGH, J. Five laws of Media and Information Literacy as harbingers of human rights: a legacy of Ranganathan's five laws of Library Science *In*: SINGH, J.; KERR, P.; HAMBURGER, E. (ed.). **Media and Information Literacy: reinforcing human rights, countering radicalization and extremism**.p.25-39. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://webarchive.unesco.org/20170623054306/http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246371e.pdf#page=25>. Acesso em: 26 maio 2022.

GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In*: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 95-124.

GUÉRIOS, R. F. M. As línguas semíticas. **Revista Letras**, [S. l.], v. 36, dez. 1987. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19249/12538>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GUMUCIO, G., SCHMIDT, C. Descaso e deterioração do lugar de memória no caso da Chacina da Candelária no Rio de Janeiro. **Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 64-79, jun. 2018. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/eca-usp-celacc/20200506015414/Extraprensa-v11-especial.pdf>. Acesso: 29 jan. 2022.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/18588/5/Artigo%20-%20Carlos%20Eduardo%20Henning%20%20-%202015.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

HERSBERGER, J. A. Are the economically poor information poor? Does the digital divide affect the homeless and access to information?. **Canadian Journal of Information and Library Science**, v. 27, n. 3, set. 2003. p. 44-63. Disponível em: https://libres.uncg.edu/ir/uncg/f/J_Hersberger_Are_2002-03.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

HIGH-LEVEL. **Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning Final Report**. Alexandria: UNESCO/NFIL/IFLA, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/high-level-colloquium.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. 283 p.

HOROCHOVSKI, R. R.; SIRINO, N. P. Sentidos e usos do empoderamento na pesquisa social. *In*: PERISSINOTO, R. M.; LACERDA, G. B.; SWAKO, J. (org.). **Curso livre de teoria política: normatividade e empiria**. Curitiba: Appris, 2016. p. 249-271.

HOROCHOVSKI, R. R. Empoderamento: definições e aplicações. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu, MG. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2006. p. 1-28. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt18-22/3405-rhorochovski-emponderamento/file>. Acesso em: 09 mar. 2021.

HOWARD, C. A.; KÜPERS, W. En algún lugar entre todas partes y ninguna parte: el viaje en la era de la Gestell o encuadre digital. **Scripta Nova**, vol. 19, n. 510-2, maio 2015. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15090>. Acesso em: 27 dez. 2021.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. 2nd. Oxford: Oxford University Press, 2003. 311 p.

HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. 22 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2017. [Minha Biblioteca]

HUNGARO, A. A. *et al.* Pessoas em situação de rua: caracterização e contextualização por pesquisa censitária. **Rev Bras Enferm**, v. 73, n.5, p.1-8, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/mYpbwFhFbQtcpsH3s7fC4G/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 09 maio 2022.

IMAGENS de povos nômadas dos arquivos da National Geographic. [S. /.] ; National Geographic Society, maio 2021. Disponível em: <https://www.natgeo.pt/photography/2018/06/18-fotografias-surreais-de-cidades-que-sugerem-que-o-futuro-chegou?image=18futurecities.ngsversion.1457029146522>. Acesso em: 21 nov. 2021.

INSTITUTE OF GLOBAL HOMELESSNESS (IGH). **What is IGH?**, 2019. Disponível em: <https://ighomelessness.org/about-us/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados subnormais: o que é**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: Campo Grande: código: 5002704. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: Três Lagoas código: 5008305. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/tres-lagoas.html?>. Acesso em: 22 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 22 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego**. Brasília: IBGE, 2022d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 22 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **[População desocupada] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, [2021a]. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/2021_3_trimestre/pnadc_202103_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil_Grandes_Regioes_e_Unidades_da_Federacao.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS (ICOM); MOVIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SANTA CATARINA (MNPR-SC). **Diagnóstico social participativo da população em situação de rua na Grande Florianópolis**. [Florianópolis, SC], 2017. Disponível em: <http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Diagn%C3%B3stico-Social-Participativo-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-na-Grande-Florian%C3%B3polis.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2016. 28 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**: publicação preliminar.

Brasília, DF: IPEA, 2022. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 09 dez. 2022. [IPEA, 2022]

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022): nota técnica nº 103. Brasília, DF: IPEA, 2023. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 18 março 2023. [IPEA, 2023]

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020):**

nota técnica 73. Brasília, DF: IPEA, 2020b. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022. [IPEA, 2020b]

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em situação de rua em tempos de pandemia:** um levantamento de medidas

municipais emergenciais: nota técnica 74. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_dise_t.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022. [IPEA, 2020]

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2022b.

Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil?highlight=WyJwb2xcdTAwZWR0aWNhcyIsIidwb2xcdTAwZWR0aWNhcyIsInNvY2lhaXMiLCJzb2NpYWlzJyIsInNvY2lhaXMiLCIsInBvbGI0aWNhcyBzb2NpYWlzIl0=#:~:text=Assim%2C%20para%202020%20e%202021,%C3%A9%20comparativamente%20modesto%2C%20assinalou%20Natalino](https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil?highlight=WyJwb2xcdTAwZWR0aWNhcyIsIidwb2xcdTAwZWR0aWNhcyIsInNvY2lhaXMiLCJzb2NpYWlzJyIsInNvY2lhaXMiLCIsInBvbGI0aWNhcyBzb2NpYWlzIl0=#:~:text=Assim%2C%20para%202020%20e%202021,%C3%A9%20comparativamente%20modesto%2C%20assinalou%20Natalino.).

Acesso em: 09 dez. 2022. [IPEA, 2022b]

INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA (IPEC). **Pesquisa de opinião pública Viver em São Paulo:** assistência social. São Paulo: IPEC, ago. 2021,

[JOB1166], 54 p. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Viver-em-SP_-Assist%C3%Aancia-Social_tabelas.pdf.

Acesso em: 16 jan. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND

INSTITUTIONS (IFLA). **Access and opportunity for all:** how libraries contribute to

the United Nations 2030 Agenda. Haia, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all.pdf>.

Acesso em: 26 jul. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND

INSTITUTIONS (IFLA). **Faróis da Sociedade da Informação:** declaração de

Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. *In:*

National fórum on information literacy. Alexandria, Egito, 2005. Disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **IFLA guidelines for library services to people experiencing homelessness**. The Hague, Netherlands: IFLA, 2017. Disponível em: Homelessness<https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/768/1/ifla-guidelines-for-library-services-to-people-experiencing-homelessness.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Libraries can drive progress across the intire um 2030 Agenda**. The Hague, Netherlands: IFLA, [2016]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/sdgs-insert.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Lyon Declaration on access to information and development**. Haia, 2014. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Toolkit: libraries, development and the United Nations 2030 Agenda**. The Hague, Netherlands: IFLA, 2021. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-2021.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ISSBERNER, L. R., LÉNA, P. Anthropocene: the vital challenges of a scientific debate. **The UNESCO Courier**. Paris: UNESCO, p.3-66, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261900>. Acesso em: 13 fev. 2022.

ISTOCK. **Migração**. Disponível em: <https://www.istockphoto.com/br/vetor/migra%C3%A7%C3%A3o-gm506135132-84056335>. Acesso em: 02 jan. 2022. [imagem]

JACOBY, B. **Service-learning essentials: questions, answers, and lessons learned**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2015. 352 p.

JAMES, Z.; SOUTHERN, R. Accommodating nomadismo and mobility: hallenging the sedentarist binary approach to provision for gypsies, travellers and roma. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 39, n. 3/4, p. 324-336. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSSP-10-2018-0177/full/html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

JESUS, N. F. **O movimento nacional de meninos e meninas de rua (MNMMR)**. [São Paulo]: Neca, 2021. 17 p.

JOHNSON, B. Information literacy is dead: the role of libraries in a post-truth world. **Computers in libraries**. Medford, v. 37, n. 2, p. 12, mar. 2017. Disponível em: <https://www.infotoday.com/cilmag/mar17/Johnson--Information-Literacy-Is-Dead--The-Role-of-Libraries-in-a-Post-Truth-World.shtml>. Acesso em: 4 abr. 2021.

JUSTO, J. S. **Andarilhos e trecheiros: errância e nomadismo na contemporaneidade**. Maringá: UEM, 2011. 218 p.

JUSTO, J. S. Introdução. *In*: NASCIMENTO, E. C. do. **Nomadismos contemporâneos**: um estudo sobre errantes trecheiros. São Paulo: UNESP, 2008. p.[11]-15.

JUSTO, J. S. *et al.* Políticas públicas de mobilidade e assistência a itinerantes: o caso dos trecheiros. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 105-120, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126865/ISSN1982-7814-2014-13-03-105-120.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KENDI, I. X. **Como ser antirracista**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. 320 p. *E-book*

KOSTULSKI, C. A. Adolescência, violência e invisibilidade social: uma revisão crítica a partir da história de Sandro. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 32, n.3, p. 161-172, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/288302940>. Acesso em: 20 jan. 2022.

KRAVICZ, G. F. A violência contra crianças e adolescentes a partir da abordagem midiática do massacre da candelária. *In*: Congresso Paranaense de Assistentes Sociais (CPAS), 7., 2019, Ponta Grossa, PR. **Anais [...]**. Ponta Grossa: CRESS-PR, 2019. Disponível em: <https://cresspr.org.br/anais/sites/default/files/A%20VIOL%C3%8ANCIA%20CONTRA%20CRIAN%C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES%20A%20PARTIR%20DA%20ABORDAGEM%20M%C3%8DDI%C3%81TICA%20DO%20MASSACRE%20DA%20CANDEL%C3%81RIA%20%20.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

KUHLTHAU, C. C. **Information Search Process**. New Brunswick, NJ: Rutgers School of Communication and Information, 2018. Disponível em: <http://wp.comminfo.rutgers.edu/ckuhlthau/information-search-process/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

KUHLTHAU, C. C. Information Search Process (ISP) Model. *In*: McDONALD, J. D., LEVINE-CLARK, M. **Encyclopedia of Library and Information Sciences**, 4th ed. Boca Raton, FL : CRC Press [Taylor & Francis Group], 2019. p.2232-2238. *E-book*.

KUHLTHAU, C. C.; MANIOTES, L. K.; CASPARI, A. N. **Guided inquiry**: learning in the 21st Century. Westport, Connecticut [USA] : Libraries Unlimited, 2007. 170 p.

KUSSLER, L. M. Técnica, tecnologia e tecnociência: da filosofia antiga à filosofia contemporânea. **Kínesis**, v. 7, n. 15, dez. 2015, p.187-202. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/5712>. Acesso em: 24 jun. 2022.

LANÇAMENTO do Movimento Nacional de Moradores de Rua. **O trecheiro**: [notícias do povo da rua], São Paulo, ed.135, p.3, set. 2005. Disponível em: <https://rederua.org.br/acervo-2005/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LANKES, D. Bibliotecários construindo o novo normal. Tradução de Bruno Fantini. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1573/1248>. Acesso em: 27 mar. 2021.

LAU, J. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente.** Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo. Vera Cruz, México: IFLA, 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

LAU, J. **Guidelines on information literacy for lifelong learning: a final draft.** Vera Cruz, México: Information Literacy Section (InfoLit)/IFLA, 2006. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/193> Acesso em: 06 set. 2021.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LE BOTERF, G. **Construire les compétences individuelles et collectives: Agir et réussir avec compétence.** 5. ed. Paris: Eyrolles, 2010. *E-book*.

LE BOTERF, G. **Repenser la compétence: pour dépasser les idées reçues :** quinze propositions. Paris: Eyrolles, 2008. 139 p. *E-book*.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação.** Brasília : Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LEMOS, A. Cibercidades: um modelo de inteligência coletiva. *In.*: LEMOS, A (org.). **Cibercidade: as cidades na cibercultura.** Rio de Janeiro : E-papers, 2004. p. 19-26. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Cibercidade_As_cidades_na_cibercultura/_9kzJqVtQEC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=nomadismo+high-tech&pg=PA20&printsec=frontcover. Acesso em: 04 jan. 2022.

LEMÕES, T. O estado “de olhos bem abertos”: um debate sócio-histórico sobre violência, massacre e direitos da população de rua no sul o Brasil. *In.*: CALAZANS, M. E., CASTRO, M. G., PIÑEIRO, E. (org.). **América Latina Corpos, trânsitos e resistências, volume 2.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. [339]-372. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2019-pack-036.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LEONELLI, VERA (org.). **ABC dos Direitos Humanos:** dicionário. Salvador, BA: UNICEF: Projeto Axé, 2003. [92p.]. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veraleonelli/leonelli_abc_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

LE ROY LADURIE, E. **Montaillou: cathars and catholics in a french village 1294–1324.** Translated by Barbara Bray. England : Penguin Books, 2013. 400 p. *E-book*.

LINKEDIN. **Tanya Tull:** social justice innovation. 2022. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/tanyatull/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LOPES, N. **O racismo explicado aos meus filhos.** Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2012. 206p.

LÓPEZ, A. **Ecomedia literacy** [from The international encyclopaedia of media literacy, Wiley (2019)]. [Blog] Antonio López. Disponível em: <https://antonio-lopez.com/ecomedia-literacy/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LÓPEZ, A. Ecomedia literacy: educating with ecomedia objects and the ecomediasphere. **Digital Culture & Education**, [S. l.], v.12, n.2. [p.1-10], jul. 2020. Disponível em:

<https://static1.squarespace.com/static/5cf15af7a259990001706378/t/5efc6193f3fca9207cd47127/1593598358108/Lopez+Merged.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LOYN, H. R. **The middle ages**: a concise encyclopaedia. New York: Thames and Hudson, 1991. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/1223671/4788ba>. Acesso em: 17 out. 2021.

LUCCA, D. M. **A dimensão política da competência informacional: um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos**. 2015. 287 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158842/337185.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2022.

LUCCA, D. M. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso sob o foco da dimensão política**. 2019. 423 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/206334/PCIN0205-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2022.

LUCCA, D. M.; VITORINO, E. V. A dimensão política da competência em informação. *In*: VITORINO, E. V.; LUCCA, D. M. (org.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020. p. 204-232. Disponível em:

https://issuu.com/edufro/docs/as_dimensoes_da_competencia_em_informacao. Acesso em: 03 jul. 2022.

MABEE, S. H., FANCHER, S. E. Curiosity is a luxury of the financially secure: the affective thresholds of information literacy. **Library Trends**, Baltimore, EUA, v. 68, n. 3, p.482-505, 2020. Disponível em: <https://muse-jhu-edu.ez87.periodicos.capes.gov.br/article/752708/pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022. [acesso CAPES].

MACEWEN, T. A. Very Victorian Two-Penny Hangover. **Historic UK**, England, sept. 2020. Disponível em: <https://www.historic-uk.com/CultureUK/Two-Penny-Hangover/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MACEDO, L. Competências e Habilidades: elementos para uma reflexão pedagógica. *In*: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)** : fundamentação teórico-metodológica. Brasília, DF: INEP, 2005. 121 p.

MAFFESOLI, M. El nomadismo fundador. **Nómadas**. Bogotá, 1999, n. 10, p. 127-142. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/39-articulos-10/598-El-nomadismo-fundador>. Acesso em: 19 out. 2021.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias. *In*: II SEMINÁRIO “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:

- CENÁRIOS E TENDÊNCIAS”, 2013, Florianópolis. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020. xx, 346 p.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 219 p.
- MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing qualitative research**. 6th. ed. Los Angeles: SAGE, 2016. 627 p.
- MARTÍNEZ, A. El aprendizaje-servicio: una forma para impulsar la participación en los jóvenes. **RIDAS, Revista iberoamericana de aprendizaje servicio**, Barcelona, ES, n. 9, p. 22-42, maio 2020. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/RIDAS/article/view/RIDAS2020.9.2/31422>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- MARTÍN, M. 15 anos vivendo no aeroporto: um rapaz de 32 anos sobrevive em Guarulhos graças à ajuda dos funcionários. **El país**, São Paulo, 21 maio 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/18/politica/1431970403_477260.html. Acesso em: 04 jan. 2022.
- MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 101 p. *E-book*.
- MARTINS, T. C. S. Considerações preliminares. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristovão, SE: Ed. UFS, 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- MARX, K. **Pre-capitalist economic formations**. New York: International Publishers, 1965. 153 p. *E-book*. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/845065/4ee809>. Acesso em: 17 out. 2021.
- MATO GROSSO DO SUL (MS). Fundação de Cultura. **Biblioteca Pública Isaias Paim**. Campo Grande, MS: FUNDAÇÃO DE CULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2022. Disponível em: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/biblioteca-publica-isaias-paim/>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL (MS). Rede Educativa MS. **Tag Biblioteca Isaias Paim**. Campo Grande, MS: Rede Educativa MS, 2021. Disponível em: <http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/tag/biblioteca-isaias-paim/>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- MELO, M. S. S. O debate sobre aporofobia promovido pelo Padre Júlio Lancellotti nas redes sociais: uma análise semiolinguística. **Soletras**, São Gonçalo, RJ, n. 43, p.197-220, jan./jun.2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/65025/42558>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MELO, R. **16 anos depois, “Massacre da Sé” é exemplo de violência contra população de rua.** [S. l.] ; ANF, 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/16-anos-depois-massacre-da-se-e-exemplo-de-violencia-contra-populacao-de-rua/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MEMÓRIA GLOBO. Chacina na Candelária: [História]. Rio de Janeiro: Globo, 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MENDES, A. P. T. Parecer Jurídico do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito Rio) — população em situação de rua e programas de estrutura Housing First no Rio de Janeiro. *In*: ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **População em situação de rua: direitos humanos, políticas públicas e programas de housing first.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2017. 74 p.

MESQUITA, R., DUARTE, F. **Dicionário de Psicologia.** [Lisboa]: Plátano Editora, 1996. *E-book* [217 p.]. Disponível em: https://www.academia.edu/8459244/Dicion%C3%A1rio_de_Psicologia. Acesso em: 09 maio 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT). **O racismo sutil por trás das palavras.** Brasília, DF: MPDFT, 2020. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/06/Bucho-cheio-meia-tigela-Sejus-DF-lanca-cartilha-contra-termos-racistas-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MORAES, M. C. B. O princípio da solidariedade. *In*: MORAES, M. C. B. **Na medida da pessoa humana: estudos de Direito Civil-Constitucional.** Rio de Janeiro: Editora Processo, 2016. p. 237-265. [Minha Biblioteca]

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). Movimento Nacional da População de Rua: conhecer para lutar: cartilha para formação política. [S. l.] : MNPR, 2010. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

MOURA, C. **Sociologia do negro no Brasil.** São Paulo : Ática, 1988. 250 p. (Série Fundamentos)

MUGNAINI, R.; STREHL, L. Recuperação e impacto da produção científica: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14709808.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

NASCIMENTO, E. C. do. **Nomadismos contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros.** São Paulo: UNESP, 2008. 124 p.

NASSER, L. A. Lugar para estar: a frequência de pessoas em situação de rua na biblioteca pública. **Travessia - Revista do Migrante**, ano XXXV, n. 93, jan./abr., 2022. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/1043/937>. Acesso em: 16 jul. 2022.

NATIONAL POSTSECONDARY EDUCATION COOPERATIVE (NPEC). About NPEC. Washington, D.C : NCES, 2022. Disponível em: <https://nces.ed.gov/npec/index.asp>. Acesso em: 24 abr. 2022.

NATIONAL POSTSECONDARY EDUCATION COOPERATIVE (NPEC). **Defining and assessing learning**: exploring competency-based initiatives. Report of the National Postsecondary Education Cooperative Working Group on competency-based initiatives in postsecondary education. Washington, D.C : ERIC, 2002. 185 p. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED473245.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

NATURE. **COVID is disrupting scientific careers around the world**. [S. l.] : Springer, n. 599, p.179, 10 nov. 2021a. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-021-03049-6>. Acesso em: 08 jan. 2022.

NATURE. **Scientists count the career costs of COVID**. [S. l.] : Springer, n. 599, p.331-334, 10 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-021-03040-1>. Acesso em: 08 jan. 2022.

NERI, M. **Insegurança alimentar no Brasil**: pandemia, tendências e comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2022. 29 p. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf. Acesso em: 09 dez. 2022.

NICODEMOS, A. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: aspectos históricos e conceituais na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, RS, v. 12, n.24, p.170-197, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11892/8352>. Acesso em: 31 jan. 2022.

NÓMADAS LIMA, M. Biblioteca em SP promove a inclusão de pessoas em situação de rua. **Observatório do Terceiro Setor**, jan. 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/biblioteca-em-sp-promove-a-inclusao-de-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

NOMADISMO. In.: ENCICLOPEDIA delle scienze sociali. Roma: Istituto Treccani, 1996. Disponível em: https://www.treccani.it/enciclopedia/nomadismo_%28Enciclopedia-delle-scienze-sociali%29/. Acesso em: 24 dez. 2021.

NOMADISMO. In.: ENCICLOPEDIA Italiana. Roma: Istituto Treccani, 1934. Disponível em: https://www.treccani.it/enciclopedia/nomadismo_%28Enciclopedia-Italiana%29/. Acesso em 24 dez. 2021.

NONKO, E. **Library systems embracing their new roles as social service hubs**. Portage, MI: Next City, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://nextcity.org/urbanist-news/library-systems-embracing-their-new-roles-as-social-service-hubs>. Acesso em: 16 jul. 2022.

NUNES, A. R. S. Políticas públicas. In: CAMPILONGO, C. F., GONZAGA, A. A., FREIRE, A. L. (coord.). **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**: tomo: direitos difusos e coletivos. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/376/edicao-1/politicas-publicas>. Acesso em: 20 fev. 2022.

'O HOMEM mais rico da história', de quem você talvez nunca tenha ouvido falar.

BBC News – Brasil. 06 ago. 2017. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40723792>. Acesso em: 03 set. 2020.

OLIVEIRA, L. M. F. População em situação de rua. *In*: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (org.). **Dicionário crítico**: política de assistência social. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 207-210.

ORELO, E. R. M. **A dimensão estética (sensível) da competência informacional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122792/323984.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. Brasília: OPAS BRASIL, 2020. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 06 abr. 2021.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (OEI). **Metas educativas 2021**: la educación que queremos para la generación de los bicentenarios: documento final. Madrid: OEI, 2010. 281 p. Disponível em: <https://oei.int/publicaciones/metas-educativas-2021-la-educacion-que-queremos-para-la-generacion-de-los-bicentenarios-documento-final>. Acesso em: 29 maio 2022.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (OEI). **Plan Iberoamericano de Alfabetización y Aprendizaje a lo largo de la Vida 2015-2021**. *In*: XXIV Conferencia Iberoamericana de Ministros de Educación. Ciudad de México, 28 de agosto de 2014. OEI, 2014. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/xxivcie/PIA.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ORWELL, G. **Na pior em Paris e em Londres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 249 p.

OTTONICAR, S. L. C.; MORAES, I. S.; MOREIRA, W. A competência em informação como um fator relevante para a organização do conhecimento: inter-relação entre padrões Belluzzo e as categorias das taxonomias de Bloom na organização do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Studies**: Research Trends. Marília, SP: UNESP, v. 10, n. 3, 2016, p. 100-111. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/5990/4272>. Acesso em: 17 jul. 2022.

OTTONICAR, S. L. C.; SILVA, R. C.; BELLUZZO, R. C. B. A Competência em Informação (Colnfo) como um fator fundamental para a Educação no Brasil. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 23-41, jan./abril.2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8427/7021>. Acesso em: 17 jul. 2022. Acesso em: 17 jul. 2022.

O TRECHEIRO: jornalismo a serviço da população em situação de rua. **[História]**. [São Paulo] : [Ed. Paulus], 2022. Disponível em: <https://rederua.org.br/o-trecheiro-historia/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

O TRECHEIRO: o jornalismo a serviço da população em situação de rua. **Dignidade no acolhimento**. [São Paulo]: [Ed. Paulus], 2019. Disponível em: <https://trecheiro.rederua.org.br/article/dignidade-no-acolhimento/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PELLEGRINI, E. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento**. 2022. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/234847/PCIN0295-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2022.

PEREIRA, B. C. A. Conflitos e contatos no Vale do Javari, relato de uma experiência de campo. In.: SILVA FILHO, E. G (org.). **História e antropologia: conexões do tempo presente**. São Leopoldo, RS : Casa Leiria, 2020. p. 15-44. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63538263/Historia_e_Antropologia_Conexoes_do_Tempo_Presente_202020200605-71888-47hpb2-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1655581813&Signature=ceWuS-rkNkwfKhIbwu5Yzq7tc1LyDzmAt9~18YhW~HLQVEr36GnicxvWf5~CsHPTd7eclOcRf xaCp6UYzfM75Rlex1luOvW1K6-S5Dp5aVoL7K9JL-f-CTfY6TDK-obCysVvJMctfFvdgxSJquKw1i2n7FpfLgTfkS6pKKYIbXy97gTZAzgjPu5vV~b7-3pTG0hHvUbr9cLt4YYOduT-50dzYlfBS8auqSSVUjZfJRcyWHF2p2N-VGO07u6eJqf8SKbiVxxXpM~IFRg3z0kdGomWbeV6XS8OGGfXG3HSwQFrDFu0jY B7FpFTsJVAtn9ZfRX20WC98XqAusjRdHhwRA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=15. Acesso em: 18 jun. 2020.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, v. 21, n. 3, p. 445-454, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PEREIRA, F. H. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: adesão e desdobramentos no contexto do Distrito Federal**. Curitiba: Appris, 2019. 182 p.

PERRENOUD, P. **Construire des compétences**. [Entrevista cedida a] Paola Gentile, Roberta Bencini. Universidade de Genebra, set. 2000. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_30.html. Acesso em: 02 maio 2022.

PERRENOUD, P. **Cuando la escuela pretende preparar para la vida: ¿Desarrollar competencias o enseñar otros saberes?** Barcelona, ES: Editorial GRAÓ, 2014. 249 p. *E-book*.

PIETERSE, E.; GREENBERG, R.; SANTO, Z. A multicultural approach to digital information literacy skills: evaluation in an israeli college. **Communications in**

Information Literacy (CIL), Buffalo, NY, v. 12, n. 2, p. 107-127. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1205060.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

PINHO, K. M., KOHARA, L. T., CESPEDES, B., FERRAZ, L. F. **Se uma pandemia não basta, o que será preciso para repensar o acolhimento para a População em Situação de Rua?**. São Paulo: LabCidade, 19 maio 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/se-uma-pandemia-nao-basta-o-que-sera-preciso-para-repensar-o-acolhimento-para-a-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

PIRES, A. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. *In.*: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 43-94.

PIRES, C. M. P. **Ética da necessidade e outros desafios**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004. 176 p.

PONJUÁN, G.; PINTO, M.; URIBE-TIRADO, A. Conceptualización y perspectivas de la alfabetización informacional en Iberoamérica: un estudio Delphi. **Information Research (IR)**, v. 20, n. 3, set. 2015, [paper 680]. Disponível em: <http://informationr.net/ir/20-3/paper680.html>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Passarela da cidadania**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=passarela+da+cidadania&menu=0>. Acesso em: 17 jul. 2022.

PRENSKY, M. Digital natives digital immigrants. **On the Horizon**, [S.l.], vol. 9, n. 5, p. 1-6, oct. 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI-UNESP). **Linhas de pesquisa**. Marília: UNESP, 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/programa/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

QUÉAU, P. A revolução da informação: em busca do bem comum. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/ggsJx87QjT4wsddJtfdGvgn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

QUINTANA, J. G., REIS, J. R. O princípio da solidariedade como meio de realização do macro princípio da dignidade. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, Natal, v. 10, n. 1, p. 223-242, 16. ed., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/13470/9144>. Acesso em: 18 fev. 2022.

QUINTELA, H. F.; BARBOSA, B.; SILVA, L. Da casa para a rua: considerações sobre o processo de expulsão de pessoas trans do convívio familiar e sua inserção no contexto da rua. *In.*: RODRIGUES, I. S.; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. [113] -135.

RADER, H.B. User education and information literacy for the next decade: na international perspective. **Library Trends**, v.44, p.270-278, Fall, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo, SP: EXO experimental org.: Editora 34, 2009. 71 p.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. Madrid: RAE, 2022. Disponível em: <https://dle.rae.es/aporofobia?m=form>. Acesso em: 10 maio 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO (RNSP). **92% dos paulistanos percebem piora na situação de fome e pobreza na cidade**. São Paulo: RNSP, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2021/12/08/92-dos-paulistanos-percebem-piora-na-situacao-de-fome-e-pobreza-na-cidade/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

REDE RUA. **[Pelo fim das mortes por frio na rua!]**. São Paulo, 2 de julho de 2021. Disponível em: <https://rederua.org.br/pelo-fim-das-mortes-por-frio-na-rua/>. Acesso em: 20 maio de 2022.

REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION (RUSA). **Financial literacy education in libraries**: guidelines and best practices for service. Chicago, USA: RUSA, 2014. 35 p. Disponível em: https://www.ala.org/rusa/sites/ala.org/rusa/files/content/FLEGuidelines_Final_September_2014.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

REZENDE, J. M. Pessoa, indivíduo, sujeito. **Revista de Patologia Tropical / Journal of Tropical Pathology**, Goiânia, v. 39, n. 1, p. 69–72, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/9501/6577>. Acesso em: 17 dez. 2022.

RESCH, K.; KNAPP, M (ed.). **Aprendizagem em serviço**: um manual para o ensino superior: resultado do projeto ENGAGE STUDENTS. [S.l.]: Engage students, out. 2020. Disponível em: <https://www.engagestudents.eu/wp-content/uploads/2021/12/IO3-Workbook-PT.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 136 p.

RIGHETTO, G. G. **Competência em informação às minorias sociais**: conjecturando princípios. 2022. 336 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/234670/PCIN0289-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2022.

RIGHETTO, G. G. **Competência em informação de minorias sociais**: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. 2018. 349 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186804/PCIN0174-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 maio 2022.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. **Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis**. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 28, n.1, p. 77-90, jan./abr. 2018. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/34735/pdf>. Acesso em: 06 ago.2020.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 158 p.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 86 p. (Questões da nossa época, v.16).

RIZZINI, I., VALE, J. B., COUTO, R. M. B. **Perfil amostral de crianças e adolescentes em situação de rua e acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: CIESPI, 2020. 25 p. Disponível em:

http://www.ciespi.org.br/media/Publicacoes/Caderno_8_PT_final.pdf. Acesso em: 30 de jan. 2022.

RODRIGUES, A. N.; SANTOS, S. C. Aplicando a Taxonomia de Bloom Revisada para gerenciar processos de ensino em sistemas de aprendizagem baseada em problemas. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [S.], v. 21, n. 1, p.1-15, 2013. Disponível em:

<http://ojs.sector3.com.br/index.php/rbie/article/view/1416/2115>. Acesso em: 29 jan. 2023.

RODRIGUES, I. S.; FERNANDES, D. C. Apresentação. *In*: RODRIGUES, I. S.; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua**: dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. [11] -17.

ROVIRA, J. M. P.; RODRÍGUEZ, J. P. Rasgos pedagógicos del aprendizaje-servicio. **Cuadernos de pedagogia**, [S.], n. 357, p.60-63. maio 2006. Disponível em:

<https://roserbatlle.files.wordpress.com/2009/03/rasgos-pedagogicos.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ROWLAND, L. **Wojak memes**: funny or frightening? [Site de notícias e mídia] Trill Mag. [S.], 20 dez. 2022. Disponível em: <https://www.trillmag.com/culture/wojak-memes-funny-or-frightening/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SAINT PAUL PUBLIC LIBRARY. Library Social Worker. Saint Paul, MN: SPPL, 2022. Disponível em: <https://sppl.org/services/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SAITO, Y. The ethical dimensions of aesthetic engagement. **ESPES. The Slovak Journal of Aesthetics**, Presov, Eslováquia, v. 6, n.2, p. 19-29. 2017. Disponível em: <https://espes.ff.unipo.sk/index.php/ESPES/article/view/92/100>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SAMU, L. Memórias arábicas no português em 1300 anos. *In*: ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 15, 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CNLF, 2011. p. 2029-2036. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_3/169.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

SAN JOSÉ PUBLIC LIBRARY. **Events PATH - Homeless Referral & Assistance Services**. San Jose, CA, 2022. Disponível em: <https://sjpl.bibliocommons.com/events/626340710bf5b9370054cab2>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SANCHES, T. Modelos de literacia da informação e desenho de um programa para bibliotecas do ensino superior: uma proposta. *In*: LOPES, C. *et al* (edit.). **Literacia**

da informação em contexto universitário. Lisboa: Edições ISPA, 2016. p. 3-26. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5067/3/Literacia.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022. *E-book*.

SANCHES, T.; BORGES, M. M. Conhecimento e aplicação da Framework para a literacia da informação em bibliotecas de instituições de ensino superior em Portugal. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, ISSN 1983-5213, Brasília, v. 14, n. 2, p. 440-486, maio /ago.de 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/34895/29657>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Ética**. 37 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 302 p.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. 8 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2016. 4,246 kB. ePub.

SANTOS, E. L. S.; FRANÇA, J. F. T. A cor da pandemia: um estudo sobre a mortalidade por COVID-19. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, [33.], 2020, [On-line]. **Anais [...]**, 2020. p.1-15. Tema: As novas fronteiras da Administração. Inclui bibliografia.

SANTOS, R. B. **Perfil do bibliotecário universitário: uma abordagem contemporânea sob a ótica das iniciativas formadoras de Competência em Informação (Colnfo)**. Orientadora: Elmira Luzia Melo Soares Simeão. 2017. 239f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, V. C. B. **Aprendizagem organizacional como instrumento de gestão de pessoas sob a ótica da competência em informação**. 2020. 342 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. São Paulo: SMADS, 2019. 111 p. Disponível em: <http://veduca.com.br/browse/subjects/5/ciencia-da-computacao>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Guia Pop Rua: serviços e direitos da população em situação de rua: cidade de São Paulo**. São Paulo: SMDHC, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/POP_RUA/PUBLICACOES/GUIAPOPRUA_SMDHC.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

SARMENTO, I. V. M. **A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua**. Lumen Juris, 2020. 144 p.

SCHIPANSKI, C. E.; PANTAROLO, L. P. **História medieval**: releitura de uma época. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2020. 1.792 kB. ePub.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). [Gráfico]. **Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único**: [as 10 maiores da Região Centro-Oeste]. Brasília: Vis Data, 2022d. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=r&sag=5&codigo=99](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=r&sag=5&codigo=99). Acesso em: 22 jan. 2022.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). **Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único**: [as 10 maiores do Estado de Mato Grosso do Sul]. Brasília: Vis Data, 2022e. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=e&sag=50&codigo=99](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=e&sag=50&codigo=99). Acesso em: 22 jan. 2022.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). [Gráfico]. **Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único**: as 10 maiores do país [Brasil]. Brasília: Vis Data, 2022b. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=p](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=p). Acesso em: 21 jan. 2022.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). [Gráfico]. **Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único [na cidade de São Paulo, SP]**. Brasília: Vis Data, 2022a. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=m&codigo=355030](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=m&codigo=355030). Acesso em: 21 jan. 2022.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). [Gráfico]. **Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único [no Estado de Mato Grosso do Sul]**. Brasília: Vis Data, 2022c. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=s&codigo=355030](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JkmCbbmCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusrm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzpz6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=s&codigo=355030)

r7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcg%3D%3D&ag=e&sag=50&codigo=99. Acesso em: 21 jan. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SAS). **[Correspondência. Assunto: solicita informações psr]**. Destinatário Tânia Regina de Brito. Campo Grande, 26 out. 2020. [Gmail.com]

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SAS). **Média complexidade**. [Campo Grande, MS]: PMCG, 2022. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/sas/media-complexidade/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL (SEDEC), UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Capacitação básica de defesa civil**. 4. Ed. Florianópolis: CAD, 2013. 122p. Disponível em: https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_DefesaCivil_4ed_Completo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). **Entenda**: conheça o Mesa Brasil Sesc. [S.l.]: SESC, 2022. Disponível em: <https://www2.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/entenda>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SICARI, A. A., ZANELLA, A.V. Movimento Nacional de População de rua: a complexa luta por direitos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1058-1079, dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/23422/18870>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SILVA, A. S. Possibilidades decoloniais para bibliotecas públicas brasileiras: fortalecendo as práticas integradoras face a efetivação de ações antirracistas. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 121-132, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/fohaderosto/article/view/854/618>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, J. L. C.; FARIAS, M. G. G. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social. **Biblios**: Journal of Librarianship and Information Science, [S.l.], n. 51, p. 42-56, jul. 2013. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/89/165>. Acesso em: 08 dez. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO (SINTUPERJ). **Cidade de Maceió será sede da quinta edição do Congresso Nacional da População de Rua**. Rio de Janeiro, 16 set. 2022. Disponível em: <http://www.sintuperj.org.br/2022/09/16/cidade-de-maceio-sera-sede-da-quinta-edicao-do-congresso-nacional-da-populacao-de-rua/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SOARES, D. V. A luta das mães de Acari por justiça. In: RIBEIRO, A. T. (org.). **Sociologia**: da ausência às emergências. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2021. p.220-231. Disponível em:

<https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/47852>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA A SOLIDARIEDADE (SBS). **Saiba quantas pessoas moram na rua no Brasil e o perfil dessa população**. Laranjeiras, RJ: SBS, [2021?]. Disponível em: <https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SOUZA, M. T. C., RIZZINI, I.(coord.). **Projeto Conhecer para Cuidar**: relatório final. Rio de Janeiro: [CIESPI/PUC]. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/media/Publicacoes/rel_Projeto_CPC.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

SPUDEIT, D. F. A. O. **Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua**. 2021. 423 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231102>. Acesso em: 29 maio 2022.

STEINEROVÁ, J. Ecological dimensions of information literacy. **Information Research (IR)**, v. 15, n. 1, p.1-10, mar. 2010. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ912755.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

TERÁN, M. Vida pastoril y nomadismo. **Revista de la Universidad de Madrid**, Madri, v. 6, n. 3, p.375-393,1952. Disponível em: <http://www.residencia.csic.es/teran/img/obra/pastoril.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

TIGAU, C. **¿Fuga de cérebros o nomadismo científico?**. México: UNAM: CISAN, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/6358187/_Fuga_de_cerebros_o_nomadismo_cient%C3%ADfico. Acesso em: 06 jan. 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

UNIÓN EUROPEA. Recomendación del Parlamento Europeo Y Del Consejo [de la Unión Europea] de 18 de diciembre de 2006 sobre las competencias clave para el aprendizaje permanente. **Diario Oficial de la Unión Europea**: L 394/10 – 18, 30 dez. 2006. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006H0962&from=CS>. Acesso em: 03 maio 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Acerca de la Alfabetización Mediática e Informacional**. [Última actualización: 4 de abril de 2022, *on-line*]. Disponível em: <https://www.unesco.org/es/communication-information/media-information-literacy/about>. Acesso em: 26 maio 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Cinco leis da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)**. [S. l]: UNESCO, 2017. 1 imagem. Disponível em: https://webarchive.unesco.org/20180704200624/http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/mil_five_laws_portuguese.png. Acesso em: 26 maio 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaratoria de Lima**. [Taller de alfabetización Informativa: formando a los formadores]. Lima, Peru, 2009. Disponível em: <http://alfinenargentina.blogspot.com/2009/04/declaratoria-de-lima-alfin.html>. Acesso em 09 jan. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Fez declaration on media and information Literacy**. In: International Forum on Media and Information Literacy (MIL), Fez, Marrocos, 2011. Disponível em: <https://milobs.pt/wp-content/uploads/2011/06/Fez-Declaration.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Global media and information literacy: assessment framework: country readiness and competencies**. Paris: UNESCO, 2013b. 158 p. Disponível em: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/global-media-and-information-literacy-assessment-framework-country-readiness-and-competencies-2013-en.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Media and information literate citizens: think critically, click wisely!** Paris: UNESCO, 2021. 403p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377068>. Acesso em: 26 maio 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Media and Information Literacy: policy & strategy guidelines**. Paris: UNESCO, 2016. 196 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225606>. Acesso em: 27 maio 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Overview of Information Literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013a. 221 p. Disponível em: <https://www.gcedclearinghouse.org/sites/default/files/resources/210166eng.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Overview of Information Literacy resources worldwide: ["Helping people to easily and quickly find the information they need"]**. 2nd ed. Paris: UNESCO, 2014. 668 p. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/unesco_composite_document_-_final_-_2.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

UNITED NATIONS (ONU). **Crise global do custo de vida leva 71 milhões à pobreza, alerta PNUD**. Nova Iorque: ONU, 2022d. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/189870-crise-global-do-custo-de-vida-leva-71-milhoes-pobreza-alerta-pnud>. Acesso em: 26 jul. 2022. [ONU, 2022d]

UNITED NATIONS (ONU). **Human development report 1994**. Nova Iorque: ONU, 1994. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022. [ONU, 1994]

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021. [ONU, 2015]

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Report of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context**. Nova Iorque: ONU, 2015b. Disponível em: <https://icj2.wpenginepowered.com/wp-content/uploads/2015/12/Report-SRHousing-2015-eng.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022. [ONU, 2015b]

UNITED NATIONS (ONU). **IPCC WGII Sixth Assessment Report. Climate change 2022 : impacts, adaptation and vulnerability : chapter 12: Central and South America**. Nova Iorque: ONU, 2022b. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_FinalDraft_Chapter12.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022. [ONU, 2022b]

UNITED NATIONS (ONU). **[UNDP] Special report 2022: new threats to human security in the Anthropocene: demanding greater solidarity: overview**. Nova Iorque: ONU, 2022. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/srhs2022_overview_en.pdf. Acesso em: 12 fev. 2022. [ONU, 2022]

UNITED NATIONS (ONU). **UN weather agency to spearhead 5 year early warning plan, boosting climate action**. Nova Iorque: ONU, 2022a. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/03/1114462>. Acesso em: 25 de mar. 2022. [ONU, 2022a]

UNITED NATIONS (ONU). **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015c. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 08 dez. 2022. [ONU, 2015c]

UNITED NATIONS (ONU). **[Nota informativa da Campanha] Livres & iguais: pessoas transgênero**. Nova Iorque: ONU, 2022e. Disponível em: <https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Transgender-PT.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022. [ONU, 2022e]

UNITED NATIONS (ONU). **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova Iorque: ONU, 2022c. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 26 maio 2022. [ONU, 2022a]

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP). **Crerios éticos para elaboração do projeto de pesquisa**. Marília: UNESP, 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pesquisa/comite-de-etica/criterios-eticos/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

WOJAK. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2021]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wojak>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ASSASSINATO de Bruno Pereira e Dom Phillips. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_Bruno_Pereira_e_Dom_Phillips#cite_no_te-:1-4. Acesso em: 18 jun. 2022.

VALENTE, V. C. P. N.; BELLUZZO, R. C. B. Mídia e tecnologia na era digital sob o enfoque do protagonismo de agentes sociais e mediadores. *In*: VALENTE, V. C. P. N.; BELLUZZO, R. C. B. (org.). **Agentes sociais e mediadores na era digital: como ser protagonistas na revolução 4.0**. Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2020. p. 15-61. *E-book*. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/wp-content/uploads/2020/09/Regina-Belluzzo-e-book.pdf?fbclid=IwAR0EKCs8tDNvgKixrfJpGIE77gdARe0kgtB5qcAY2ZACpbM4vqxPi-CKUPA>. Acesso em: 29 maio 2022.

VALENTIM, M. L. P. Análise de conteúdo. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. [119]-134.

VEDOVELLO, C. L. As chacinas em São Paulo: da historicidade à Chacina da Torcida Pavilhão 9. *In*: ENCONTRO DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO, 6. 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Vedovello%2C%20Camila%20de%20Lima.%20Paper%20Enadir.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

VEGA, H. **Public libraries and homelessness: connecting vulnerable patrons to community resources**. 2020. 77f. Masters thesis (Master's in Library and Information Science) – University of Hawaii at Manoa, Hawaii, 2020. Disponível em: https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/bitstream/10125/63202/Vega_hawii_0085O_10127.pdf. Acesso em: 09 abr. 2022.

VIEIRA, S. L. S. Capoeira: origem e história. *In*: VIEIRA, S. L. S. **Da Capoeira: como patrimônio cultural**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/educacao_fisica_artigos/capoeira_origem_historia.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

VILHENA, C. M. A.; DIAS, C. C. O uso dos padrões básicos e/ou indicadores de desempenho da competência em informação propostos por Belluzzo (2007) na prática diária de trabalho dos profissionais da informação em museus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.27, n. 2, p. 193-220, abr/jun 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40003/30707>. Acesso em: 17 jul. 2022.

VITORINO, E. V. Análise dimensional da competência em informação: bases teóricas e conceituais para reflexão. **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 421-440, jul./ dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2420/2159>. Acesso em: 29 maio 2022.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, v.

47, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99215>. Acesso em 09 maio 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236/1414>. Acesso em: 07 ago. 2020.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência informacional**: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Ed. UFSC, 2019. 205 p.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 08 março 2021.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p 127-140, dez. 1975. Disponível em: <http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

WORLD BANK GROUP. **Brazil poverty and equity assessment looking ahead of two crises**. Washington DC: The World Bank Group, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37657/P1746910e33a8407d0b0850b8f0f5bcf18c.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2022.

WORLD BANK GROUP. **Poverty and shared prosperity 2020: reversals of fortune**. Washington DC: The World Bank Group, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34496/9781464816024.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

WORLD BANK GROUP. **Poverty and shared prosperity 2022: correcting course**. Washington DC: The World Bank Group, 2022b. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37739/9781464818936.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2022.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOHO, D. Looking for the intercession: public libraries, adult literacy and homelessness. **South Carolina Libraries**. South Carolina's, v. 2, n. 2, p. 1-11, out. 2016. Disponível em: https://scholarcommons.sc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1249&context=scl_journal. Acesso em: 26 mar. 2021.

ZARIFIAN, P. **Les soubassements philosophiques de la compétence**. [Intervention de Philippe Zarifian au sein du Club Stratégies, le mardi 22 janvier 2008]. Disponível em: <http://philippe.zarifian.pagesperso-orange.fr/page185.htm>. Acesso em: 01 maio 2022.

ZURKOWSKI, P.G. **The information service environment relationships and priorities**. Washington (DC): National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <http://community.eldis.org/?233@@@.5b67aa1f/5!enclosure=.5b683007>. Acesso em: 06 set. 2021.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Câmpus Universitário
Caixa Postal 181
CEP 17525-900
Marília - SP
Telefone: (14) 3414-9527 e 3414-9528

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa que tem como título **COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE CAMPO GRANDE (MS)**.

A pesquisa está associada ao projeto de doutorado de Tânia Regina de Brito do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. O objetivo da pesquisa é identificar a relação de acesso e uso da informação voltado à população em situação de rua da cidade de Campo Grande - MS, contribuindo com diretrizes à elaboração e desenvolvimento de um projeto de Competência em Informação, aplicável às bibliotecas públicas. Trata-se de um tema pouco explorado, e o desenvolvimento da mesma permitirá proporcionar uma maior familiaridade com a aproximação das temáticas propostas, ou seja, competência em informação, pessoas em situação de rua, vulnerabilidade social e diretrizes para bibliotecas públicas, com vistas a torná-las mais explícitas. Além disso, a pesquisa está pautada na Resolução 510 de 07 de abril de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Durante a pesquisa você participará pessoalmente de um questionário e/ou entrevista estruturada, tendo sido avisado (a) sobre o contexto da investigação e sobre os procedimentos do questionário e/ou entrevista estruturada, sendo convidado a responder sobre questões envolvendo o acesso e uso da informação, bem como de questões socioeconômicas. Para a realização do questionário será entregue em folha sulfite com 34 questões relacionadas ao acesso e uso da informação. Para o registro das entrevistas, será utilizado o aplicativo de celular “Gravador de Voz” versão 3.18, formato de gravação AAC (m4a) ou outro compatível com função de registro de voz; e a pesquisadora fará a transcrição da gravação. A

entrevista será gravada em áudio, considerando as especificidades da entrevista estruturada, um modelo de entrevista que se baseia em um roteiro preestabelecido com as mesmas perguntas para todos os participantes, valorizados porque não são encontrados em documentos. A escuta dos áudios, feitos durante as gravações, serão acessadas somente por pesquisadores da UNESP envolvidos no desenvolvimento desta pesquisa; os dados coletados, mantidos em arquivo digital sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Posteriormente, todos os registros das entrevistas, guardados eletronicamente serão excluídos confirmando o comando eletrônico de deletar, sem a opção de recuperação, mesmo procedimento sendo adotado com os questionários impressos.

É importante destacar que você não é obrigado (a) a responder às questões do questionário ou da entrevista que lhe serão apresentados, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento (antes, durante ou depois de já ter aceitado participar dela ou de já ter feito a entrevista), sem ser prejudicado(a) por isso. Pode também recusar a gravação da entrevista. Os riscos pela participação na pesquisa são mínimos podendo, no entanto, ocorrer desconforto e cansaço durante a entrevista.

A qualquer tempo, você, como participante da pesquisa, poderá pedir informações sobre a pesquisa à pesquisadora e tendo direito de acesso às informações coletadas e aos resultados obtidos. Esse pedido pode ser feito pessoalmente, antes ou durante a entrevista, ou depois dela, a partir dos contatos do pesquisador principal e pesquisador responsável que constam no final deste documento. Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo, ou mesmo para quaisquer outras informações a respeito do mesmo, também poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP que é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, tendo como função autorizar e acompanhar esse estudo, e cujo endereço, telefone, correio eletrônico e horário de funcionamento encontram-se no final deste documento. A sua identidade não será revelada em momento algum, por nome ou qualquer outra forma. Sua participação é voluntária, o que significa que não será pago (a), de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa, bem como não terá nenhum tipo de despesas ou danos de qualquer outra ordem. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada.

Eu, participante da pesquisa fui convidado e concordo em participar desse estudo como entrevistado. Fui informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora Tânia Regina de Brito sobre o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita e os benefícios e os possíveis riscos decorrentes de minha participação. Recebi a garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me traga qualquer prejuízo. Concordo que o material coletado durante a entrevista narrativa possa ser utilizado em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sendo que não serei identificado (a) por nome ou qualquer outra forma. Se qualquer informação for

divulgada em relatório ou publicação, isto será feito de forma codificada, sendo a minha identidade preservada e mantida a confidencialidade

Nome completo do participante:

Nº do RG/ Identidade:

Local e data:

Sobre a participação voluntária na pesquisa:

Por livre e espontânea vontade, ACEITO participar da pesquisa;

Por livre e espontânea vontade, NÃO ACEITO participar da pesquisa.

Quanto ao registro das informações da entrevista por meio de gravação de voz ou vídeo, eu:

Autorizo a gravação.

Não autorizo a gravação.

Assinatura da pesquisadora: _____

Contatos:

Pesquisador principal:

Tânia Regina de Brito

E-mail: tania.brito@unesp.br

Telefone: +55 (67) 33457176

Endereço: Cidade Universitária, Av. Costa e Silva - Pioneiros, MS, 79070-900
Campo Grande/MS

Pesquisador responsável:

REGINA CÉLIA BAPTISTA BELLUZZO (Professora orientadora do projeto de pesquisa)

E-mail: regina.belluzzo@unesp.br

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Seção Técnica da Pós-Graduação – Unesp – Câmpus de Marília – Avenida Hygino Muzzi Filho, 737 – Campus Universitário – Marília, SP - Brasil - CEP 17525-900

Telefone secretaria: +55 (14) 3402-1336

E-mail da pós-graduação: posci.marilia@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEP-UNESP):

Endereço: Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP - CEP 17.525-900

Telefone: +55 (14) 3414-9643

E-mail: cep.marilia@unesp.br

Horário de atendimento aos usuários*: segunda à sexta-feira: 8h às 12h

APÊNDICE B – Questionário

Data:

Local:

QUESTIONÁRIO**1) Gênero****2) Idade:****3) Naturalidade:****4) Grau de escolaridade:****5) Onde costuma dormir:**

() Rua - Quantas vezes por semana? _____

() Albergue - Quantas vezes por semana? _____

(...) Domicílio particular¹⁴⁴ – Quantas vezes por semana? _____

(...) Outro - Quantas vezes por semana? _____

6) Há quanto tempo vive na rua?

() Até seis meses

(...) Entre seis meses e um ano

(...) Entre um e dois anos

(...) Entre dois e cinco anos

(...) Entre cinco e dez anos

(...) Mais de dez anos

7) Por quais motivos passou a viver na rua/albergue/outro?

(...) Perda de moradia

(...) Ameaça/violência

(...) Problemas com familiares/companheiro

¹⁴⁴ Aluga um quarto para pernoitar, na casa de um parente, no galpão de uma igreja, etc.

- (...) Alcoolismo/drogas
- (...) Desemprego
- (...) Trabalho
- (...) Tratamento de saúde
- (...) Preferência/opção própria
- (...) Outro Qual?
- (...) Não sabe/não lembra
- (...) Não respondeu

8) Há quanto tempo vive em Campo Grande - MS?

- () Até seis meses
- (...) Entre seis meses e um ano
- (...) Entre um e dois anos
- (...) Entre dois e cinco anos
- (...) Entre cinco e dez anos
- (...) Mais de dez anos

9) Vive com sua família na rua/albergue/outro?

- () Sim Se sim, qual é o grau de parentesco? _____
- (...) Não

10) Tem contato com parente que vive fora da rua?

- (...) Todo dia
- (...) Toda semana
- (...) Todo mês
- (...) Todo ano
- (...) Quase nunca
- (...) Nunca

11) Que tipo de documento de identificação/pessoal você possui?

- (...) RG
- (...) CPF
- (...) Cartão do SUS

- (...) Carteira de Trabalho
- (...) Certidão de nascimento
- (...) Título de eleitor
- (...) Carteira Nacional de Habilitação
- (...) Certidão de casamento
- (...) Outro Qual? _____
- (...) Não possuo documentos de identificação/pessoal

12) Nos últimos seis meses frequentou ou participou de alguma atividade comunitária?

- (...) Escola
- (...) Associação
- (...) Cooperativa
- (...) Movimento social
- (...) Não sabe/não lembra
- (...) Não respondeu

13) Você já participou de algum encontro/congresso/jornada sobre moradia ou para discutir soluções para a falta de moradia e as condições em que vive a população em situação de rua?

- (...) Sim, já participei
- (...) Não, e nunca ouvi falar
- (...) Não, mas já ouvi falar

14) Nos últimos seis meses foi atendido em algum dos lugares listados abaixo?

- (...) Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
- (...) Centro de Referência Especializado da Assistência social - CREAS
- (...) Centro de Referência para a população em situação de rua
- (...) Instituição de Acolhimento governamental (abrigo/albergue/outro)
- (...) Instituição de Acolhimento não-governamental (instituição beneficente privada/outro)
- (...) Hospital/clínica geral? Unidade Básica de Saúde (UBS)? Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

15) Alguma vez teve emprego com carteira assinada?

- (...) Sim
- (...) Não

(...) Não sabe/não se lembra

16)O que faz para ganhar dinheiro?

(...) Construção civil

(...) Guardador de carro/flanelinha

(...) Carregador/estivador

(...) Catador de material reciclável

(...) Serviços gerais/limpeza/outro

(...) Pede dinheiro

(...) Vendas

(...) Atividade artística (artesão, arte de rua, etc.)

(...) Outro _____

(...) Prefiro não responder

17)Quanto você ganha/Qual é a sua renda?

(...) R\$ Por dia

(...) R\$ Por mês

18)Você já foi vítima de algum preconceito por viver nas ruas ou por dormir no albergue?

(...) Sim

(...) Não

19)Você já percebeu algum tipo de barreira física por parte da sociedade, pelo fato de você permanecer /ficar/dormir nas ruas por não ter uma moradia fixa?

(...) Colocaram pedras onde eu costumava permanecer/dormir

(...) Cercaram o espaço da rua onde eu costumava permanecer/dormir

(...) Diminuíram de tamanho ou quantidade os bancos onde eu costumava permanecer/dormir

(...) Plantaram ou colocaram plantas com espinhos onde eu costumava permanecer/dormir

(...) Jogaram água no espaço da rua onde eu costumava permanecer/dormir

(...) Outro Qual? _____

20) Já frequentou ou frequenta alguma biblioteca, além desta?

(...) Sim Se sim, qual? _____

(...) Não

21) Como você se sente em relação aos serviços oferecidos pela biblioteca?

(...) Muito satisfeito

(...) Satisfeito

(...) Pouco satisfeito

(...) Insatisfeito

22) Quando você procura a biblioteca em busca de informação, geralmente que tipo de informação você busca na biblioteca?

(...) Informações sobre emprego

(...) Informações sobre cursos oferecidos por alguma empresa ou instituição

(...) Informações sobre auxílios e benefícios do governo

(...) Informações sobre como e onde tirar documentos

(...) Informações sobre atendimento de saúde

(...) Para ler notícias em jornais /revistas Que tipos de notícias? _____

(...) Outro tipo de informação Qual? _____

(...) Não sei que tipo de informação estou buscando quando vou à biblioteca

23) Quando você procura a biblioteca como faz para acessar a informação de que precisa?

(...) Peço a ajuda a algum funcionário

(...) Peço ajuda a outro usuário

(...) Vou direto no acervo para pesquisar em livros ou jornais

(...) Vou direto no computador acessar a internet para encontrar a informação

(...) Outro Como faz para acessar? _____

24) Você sabe o que é uma informação falsa?

(...) Sim

(...) Não

25) Como você faz para identificar uma informação falsa?

(...) Peço ajuda para o funcionário da biblioteca

(...) Identifico a fonte e a autoria da informação

(...) Eu leio todo o conteúdo antes de compartilhar

(...) Desconfio de textos alarmistas, absurdos e exagerados

(...) Eu não sei identificar quando a informação é falsa

(...) Identifico de outra maneira De que maneira? _____

26) Como você vê o acesso das pessoas a boas informações/informações relevantes?

(...) Muito importante

(...) Importante

(...) Pouco importante

(...) Sem importância

27) Como você vê o fato de a biblioteca ser um espaço que ajuda o cidadão a se desenvolver pessoalmente e profissionalmente?

(...) Muito importante

(...) Importante

(...) Pouco importante

(...) Sem importância

28) Quando você procura a biblioteca, como faz para acessar a internet?

- (...) Peço ajuda a um funcionário
- (...) Peço ajuda a outro usuário
- (...) Eu sei acessar a internet sozinho(a)
- (...) Outro Como?

29) Quando você tem acesso ao computador da biblioteca, o que faz?

- (...) Acesso a internet
- (...) Acesso minhas redes sociais
- (...) Acesso bancos de estágio e emprego
- (...) Acesso o word para realizar trabalhos de escola/faculdade e para elaborar currículos
- (...) Outro Qual? _____

30) Como você se sente quando tem acesso à informação que estava procurando?

- (...) Muito satisfeito
- (...) Satisfeito
- (...) Pouco satisfeito
- (...) Insatisfeito

31) Você sabe o que é racismo?

- (...) Sim
- (...) Não
- (...) Nunca ouvi falar

32) Sabe identificar quando você ou uma pessoa que conhece está sendo vítima de racismo ?

- (...) Sim De que forma? _____
- (...) Não

33) Marque as questões ambientais do planeta que mais te afetam no dia-a-dia.

(...) Calor intenso

(...) Chuvas intensas

(...) Frio intenso

(...)Outro Qual? _____

34)Que tipo de serviço a biblioteca não oferece, mas que você gostaria que a biblioteca oferecesse?

MUITO OBRIGADA PELA SUA ATENÇÃO!!!

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista

- 1) Que tipo de informação as pessoas em situação de rua costumam procurar quando chegam até a instituição (biblioteca ou centro de acolhimento, conforme o caso)
- 2) Na sua opinião, qual é a maior dificuldade que as pessoas em situação de rua têm em relação ao acesso à informação?
- 3) Você sabe qual é o uso que as pessoas desse grupo fazem com informação acessada a partir da biblioteca ou do centro de acolhimento?
- 4) Que tipo de orientação a sua instituição (biblioteca ou centro de acolhimento, conforme o caso) dá às pessoas em situação de rua que os procuram?
- 5) Os funcionários da sua instituição (biblioteca ou centro de acolhimento, conforme o caso) participam de algum curso de formação específico para atuarem ou acolherem as pessoas em situação de rua que frequentam o local? Se sim, quais?
- 6) Você gostaria de participar de um projeto de competência em informação* voltado às pessoas em situação de rua, com parceria entre a biblioteca e o Centro Pop de acolhimento? (*O pesquisador deverá explicar antes do que se trata.)

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA: X**2.06 - Quais os principais motivos pelos quais (nome) passou a morar na rua/albergue/outro?**

Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Perda de moradia
- 2 - Ameaça/violência
- 3 - Problemas com familiares/companheiro(a)
- 4 - Alcoolismo/drogas
- 5 - Desemprego
- 6 - Trabalho
- 7 - Tratamento de saúde
- 8 - Preferência/opção própria
- 9 - Outro
- 10 - Não sabe/não lembra
- 11 - Não respondeu

2.07 - Há quanto tempo (nome) mora nesta cidade?

- 1 - Até seis meses
- 2 - Entre seis meses e um ano
- 3 - Entre um e dois anos
- 4 - Entre dois e cinco anos
- 5 - Entre cinco e dez anos
- 6 - Mais de dez anos

2.08 - Vive com sua família na rua?

- 1 - Sim
(Use a lista de componentes da família no Bloco 3 do Formulário Principal)
- 2 - Não

2.09 - (Nome) tem contato com parente que viva fora da rua?

- 1 - Todo dia
- 2 - Toda semana
- 3 - Todo mês
- 4 - Todo ano
- 5 - Quase nunca
- 6 - Nunca

2.10 - Nos últimos seis meses (nome) frequentou ou participou de alguma atividade comunitária? Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Escola
- 2 - Associação
- 3 - Cooperativa
- 4 - Movimento social
- 5 - Não sabe/não lembra
- 6 - Não respondeu

2.11 - Nos últimos seis meses (nome) foi atendido em algum dos lugares listados abaixo? Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
- 2 - Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS
- 3 - Centro de referência para população em situação de rua

- 4 - Instituição de acolhimento governamental (albergue/abrigo/outro)
- 5 - Instituição de acolhimento não-governamental (instituição beneficente privada/outro)
- 6 - Hospital/clínica geral
- 7 - Nenhum

2.12 - Alguma vez (nome) teve emprego com carteira de trabalho assinada?

- 1 - Sim
- 2 - Não
- 3 - Não sabe

2.13 - O que (nome) faz para ganhar dinheiro? Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Construção civil
- 2 - Guardador de carro/flanelinha
- 3 - Carregador/estivador
- 4 - Catador de material reciclável
- 5 - Serviços gerais/limpeza /outro
- 6 - Pede dinheiro
- 7 - Vendas
- 8 - Outro
- 9 - Não respondeu

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR - RF

Declaro, sob as penas da lei (Art. 299 do Código Penal), que as declarações contidas neste formulário correspondem à verdade e comprometo-me a procurar a gestão municipal para atualizá-las sempre que houver mudanças em relação às informações prestadas por mim nesta entrevista ou, no máximo, em até dois anos da data desta entrevista.

Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar

Formulário Suplementar 2
CADÚNICO - F1.02

Recebimento do comprovante de prestação de informações

Eu, _____,

afirmo que recebi o comprovante de prestação de informações deste formulário.

_____ / _____ / _____
Local Data

Assinatura

COMPROVANTE DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES			
Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Departamento do Cadastro Único		Formulário Suplementar 2 Pessoa em situação de rua F1. 02	
Declaro, sob as penas da lei (Art. 299 do Código Penal), que as declarações contidas neste formulário correspondem à verdade e comprometo-me a procurar a gestão municipal para atualizá-las sempre que houver mudanças em relação às informações prestadas por mim nesta entrevista ou, no máximo, em até dois anos da data desta entrevista.			
Nome _____ _____ _____ Identificação (CPF) _____ - _____ _____ Identificação (Título de Eleitor) _____ - _____ _____		Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar _____ _____ _____	
Nome do município _____ _____ _____		Entrevistador _____ _____ _____	
Código familiar _____ _____ _____		Data da entrevista Dia _____ / Mês _____ / 20____ Ano _____ Telefone do órgão responsável _____ _____	
Modalidade da operação <input type="checkbox"/> Inclusão <input type="checkbox"/> Alteração		Identificação (CPF) _____ - _____ _____ Assinatura do entrevistador _____	

✂

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
 Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
 Ouvidoria: 0800 725 7474
 caixa.gov.br



ANEXO B – Confirmação de cadastro na SAGI

18/01/2022 22:27

Gmail - E-mail de confirmação de cadastro SAGI/MDS



Tânia Brito <taniacgms@gmail.com>

E-mail de confirmação de cadastro SAGI/MDS

1 mensagem

SAGI Email Automático <nao-responda-sagi@cidadania.gov.br>
Para: taniacgms@gmail.com

18 de janeiro de 2022 20:41

Prezado(a),

Clique no link abaixo para ativar o cadastro.
ATIVAR meu cadastro.

Caso, você não tenha efetuado nenhum cadastro no Portal da SAGI e queira desativá-lo para desativar o cadastro
Desativar meu cadastro.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério da Cidadania

Secretaria de Avaliação e
Gestão da Informação

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Respostas enviadas para este endereço de email não podem ser respondidas.
2022-01-18 22:41:06

ANEXO C – Dados SUAS – Prefeitura Municipal de Campo Grande**Pessoas em situação de rua que foram atendidas nas unidades públicas no Município de Campo Grande/MS 2020**

Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante e População de Rua/CETREMI: 692

Serviço Especializado em Abordagem Social/SEAS : 35

Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua/Centro- Pop: 1773

Centro Dia para pessoas idosas em situação de rua (Temporário- pandemia de abril a setembro): 168

Casa de acolhimento Tomas Girardelli (Temporário-pandemia de março a agosto): 1822

Casa de acolhimento Plinio Barbosa (Temporário-pandemia de março a agosto): 1488

Total: 5978

*Temporário-pandemia: essas pessoas serão realocadas posteriormente em outras unidades quando após pandemia

Pessoas em situação de rua que foram atendidas nas unidades privadas cofinanciadas pelo Município de Campo Grande/MS 2020

Casa de Apoio São Francisco de Assis: 492

Casa de Passagem Resgate: 263

Total: 755

Fabiana D. Costa
Fabiana D. Costa
Assistente Social
CRESS 4866 - 21ª Região